

LINGUAGEM E DISCURSO

ENTRE O DIREITO E VIOLÊNCIAS



ORGANIZAÇÃO

Cássius Guimarães Chai
Monica Fontenelle Carneiro
Ana Lourdes Queiroz da Silva



ORGANIZAÇÃO

Cássius Guimarães Chai
Monica Fontenelle Carneiro
Ana Lourdes Queiroz da Silva

LINGUAGEM E DISCURSO ENTRE O DIREITO E VIOLÊNCIAS



São Luís

2024

© 2024 - Todos os direitos reservados

Comitê Científico:

Cássius Guimarães Chai (UFMA e FDV)
Monica Fontenelle Carneiro (UFMA)
Ana Lourdes Queiroz da Silva (IFMA)
Filipe Cantanhede Aquino (UFMA)
Alexandre De Castro Coura (FDV)
Khal Rens (UFU)
Bruno Drighetti (UFU)
Leosmar Aparecido Da Silva (UFG)
Sandra Patrícia De Faria Do Nascimento (UNB)
Sonia Maria Correa Pereira Mugschl (UFMA)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Stephane Thayane dos Santos Serejo

Revisão

Cássius Guimarães Chai
Monica Fontenelle Carneiro
Ana Lourdes Queiroz da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Linguagem e discurso: entre o direito e violências[recurso eletrônico]/ Cássius Guimarães Chai, Monica Fontenelle Carneiro, Ana Lourdes Queiroz da Silva (orgs.).—São Luís: KoAn Editor e Diálogos Críticos: Cultura, Direito e Sociedade, 2024.

297p.:il.color.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-00-99509-1

1.Linguagem-Análise do discurso-Direito. I.Chai, Cássius Guimarães. II.Carneiro,Monica Fontenelle. III.Silva,Ana Lourdes Queiroz da. IV.Título.

CDU 808:34

CDD 418.007:340

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Wilton Cerveira Marques

CRB13/567 Mat.Siape 1675653

DAU/SIBi/UFMA

DOI.: 10.55658/gpcdslinguagemediscurso2024

APOIO

Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras (UFMA)
Programa de Pós-graduação em Letras - PGLB (Bacabal - UFMA)
Curso de Letras - DELER (UFMA)
Grupo de Pesquisa Ficção Científica, Gêneros Pós-modernos e Representações
artísticas na Era Digital - FICÇA
Grupo de Pesquisa Cultura, Direito e Sociedade - CDS
Encontro Nacional de Ficção, Discurso e Memória - ENAFDM
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
do Maranhão - FAPEMA
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Divulga Letras - Projeto digital independente



Áreas de Pesquisa:

Ciências Políticas
Direito
Educação
Letras
Linguística
Literatura
Psicologia

Linhas de Pesquisa:

Análise do Discurso
Comportamento Social e Intervenção
Direito e Suas Intersecções com a
Literatura
Direitos Humanos E Cidadania
Edição e Publicação Literária
Estudos Críticos do Direito
Estudos de Gênero na Literatura
Identidade e Alteridade
Linguística Aplicada
Linguística Cognitiva
Literatura Comparada
Literatura Contemporânea
Metáforas
Políticas Públicas e Direito
Pragmática
Psicologia da Violência
Psicologia das Relações Interpessoais
Representações Sociais
Sociolinguística
Teoria do Direito
Teoria Literária

NOTA DOS ORGANIZADORES

É com grande satisfação que apresentamos esta coletânea de estudos, resultado de um esforço colaborativo que visa aprofundar a compreensão das intersecções entre linguagem, discurso e suas implicações sociais. Ao longo deste trabalho, buscamos reunir vozes diversas que, a partir de suas experiências e pesquisas, contribuem para um debate crítico e enriquecedor sobre as práticas discursivas que permeiam nosso cotidiano.

Reconhecemos que a linguagem é um fenômeno dinâmico e multifacetado, não como uma héxis ou uma técnica do corpo que nos coloca em relação com o social, mas como o meio capaz de organizar uma relação com o mundo. Assim, ao organizarmos este volume, nossa intenção foi proporcionar um espaço onde diferentes perspectivas pudessem ser compartilhadas, fomentando um diálogo que transcende as barreiras disciplinares. Acreditamos que a diversidade de abordagens enriquece a análise e nos permite vislumbrar as complexidades do discurso em suas múltiplas manifestações.

Neste sentido, cada capítulo aqui apresentado é uma peça fundamental que se articula em um mosaico de reflexões. Por meio das contribuições de nossos autores, apresentamos uma densa cartografia de saberes que buscam não apenas descrever fenômenos linguísticos, mas também questionar as estruturas de poder que se inscrevem nas práticas comunicativas, assim como explicar, sob o rigor teórico, como as possibilidades de enunciar estão para além de interpretações sem margens, à deriva e sem bússola. Estamos diante de um objeto que oferece lugar à interpretação, sempre ancorada em um batimento entre o histórico e o linguístico. É nossa convicção que a análise do discurso é uma ferramenta poderosa para a compreensão das relações sociais e para a promoção de uma cidadania ativa e consciente, a partir do desvelar de posicionamentos que emergem das mais diversificadas materialidades semióticas que são postas a circular socialmente.

Além disso, enfatizamos a importância da pesquisa interdisciplinar, que nos permite explorar as interconexões entre diferentes campos do saber. Ao integrar teorias e metodologias diversas, almejamos ampliar o horizonte de possibilidades para a investigação do discurso, especialmente em contextos contemporâneos que exigem uma reflexão aprofundada sobre as dinâmicas sociais e políticas.

Agradecemos a todos os colaboradores que, com dedicação e entusiasmo, e com dedicação junto aos respectivos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e suas instituições, em inequívoca aderência às linhas de pesquisa em torno à linguística, à literatura, ao direito e à psicologia social, tornaram este projeto possível. Cada um de vocês trouxe uma contribuição

valiosa, e é com gratidão que celebramos este trabalho conjunto. Esperamos que esta coletânea inspire novos estudos e reflexões, e que as discussões aqui iniciadas continuem a reverberar em nossas práticas acadêmicas e sociais.

Por fim, convidamos nossos leitores a se engajar com os textos apresentados, a questionar e a dialogar, pois acreditamos que a leitura crítica é um passo fundamental para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Que este volume sirva como um convite à reflexão e à ação, e que possamos, juntos, trilhar caminhos de transformação e emancipação.

Comissão Organizadora
Cássius Guimarães Chai
Mônica Fontenelle Carneiro
Ana Lourdes Queiroz da Silva

PREFÁCIO

Vive o Brasil - e o mundo! - uma quadra histórica de efervescência que realoca a importância da linguagem, dos discursos e das narrativas como um todo. Os alto-falantes sociais berram acerca da instabilidade e da facilidade na manipulação dos códigos simbólicos, da sua maleabilidade e, em sentido mais amplo, dos mecanismos e ferramentas de produção e reprodução sociodiscursiva, o que acende a necessidade de melhor entender o uso estratégico da linguagem nos mais variados contextos.

Com efeito, investigar os discursos é averiguar diferentes maneiras do estar em si e do viver, individual e coletivamente. Afinal, como é sabido, a estruturação da vida social é cimentada pelas relações sociopolíticas. Se nenhum homem é uma ilha, nenhuma linguagem consegue escapar do enxame semiótico da contemporaneidade. A linguagem é poder e o poder está sempre em disputa.

Dessa maneira, constatar modos de produção e reprodução das representações sociais é visitar particularidades de um campo fértil, muito oportuno para reflexões e provocações pensantes. O que esperar do uso da linguagem, afinal?

Como asseverou Michel Foucault em *A ordem do discurso*, a produção discursiva é regulada, organizada e distribuída por procedimentos que objetivam conjurar os poderes e perigos e dominar acontecimentos aleatórios. Outrossim, a palavra ganha um peso incontestável e incontornável. Signo ideológico por excelência, a palavra retrata diferentes formas de significar a realidade: permite pontos de vista, constrói realidades, expõe visões de mundo. A palavra é viva e é vida, arena de vozes e um campo de lutas. As palavras libertam e oprimem.

E é a palavra, que aqui deve ser entendida como *linguagem*, que permite o caminhar desta obra, que agora ganha as luzes do dia. Reforço: a linguagem não é um mero instrumento social, mas, sim, um poderoso campo de disputas pelo poder, na construção das identidades e no reconhecimento de si, tarefas prementes.

Conjugar linguagem e discurso na perspectiva de reconhecimento dos direitos é se propor caminhar sobre uma lâmina, uma afiada lâmina, de violências. Quais violências escolhemos agendar e enfrentar? Quais escolhemos silenciar, ainda que inconscientemente? A linguagem é liberdade na mesma medida em que pode aprisionar. O imaginário, entretanto, grita e, em que pese muitas vezes pretensamente se recolher, está sempre lá, imaginativo.

Este livro, *Linguagem e discurso - Entre o Direito e violências*, organizado pelo professor doutor Cássius Guimarães Chai e pelas professoras doutora Monica Fontenelle Carneiro e

doutoranda Ana Lourdes Queiroz da Silva, docentes pesquisadores comprometidos com a transformação social em heterogêneas áreas do saber social, reúne um conjunto de trabalhos que investigam as complexas relações entre a linguagem, o discurso e as inúmeras formas de violência que permeiam - e compõem, afinal! - a nossa vida em sociedade.

Entretanto, esta obra não se limita a denunciar os usos perversos e instrumentais da linguagem: apresenta, a cada capítulo, reflexões de doutores, doutorandos, mestres e mestrandos de diferentes regiões do Brasil com propostas para melhor entender a sociedade e, em outra medida, estratégias de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, menos racista e mais inclusiva. Ou seja: oportunidades de uso da linguagem como instrumento para a emancipação e para a promoção de direitos.

Os artigos sobre discurso, identidade, política, liberdade, questões raciais e de gênero, estratégias de comunicação e de educação nos convidam a pensar a linguagem como recurso de inclusão e construção de pontes na intersecção com os direitos sociais que nos tecem. É sempre hora de refletir sobre os mecanismos sociais e a utilização da linguagem como construtora de nossas tessituras, afinal, o agora demanda o esforço em perquirir a fabricação de nossas hierarquias sociais, de nossas desigualdades abissais e de nossas manufaturas de opressão e de privilégios. Será se nossas alteridades nos alteram no âmago de nossas existências? A lente crítica da análise do discurso nos convida a desnudar as nuances e sutilezas das linguagens que nos compõem. A hora é agora e sempre!

À leitura e aos aprendizados!

São Luís, julho de 2024

Prof. Dr. Filipe Cantanhede Aquino

PRÓLOGO

Recebi o honroso convite para produzir o prólogo da obra LINGUAGEM E DISCURSOS – entre o Direito e violências.

Pus-me a refletir como poderia apresentar uma breve manifestação sobre uma obra que, pelo título e subtítulo, revela o propósito.

Penso ter observado que a linguagem, como manifestação primeira, além de tradução de anseios, singulariza o próprio ser humano, sendo-lhe como que uma carteira de identidade: a linguagem comunica, mas, também, identifica singularmente uma nacionalidade.

Por sinais e gestos, por escritos e imagens, é a linguagem o que sintetiza ideias que, muitas vezes, precisam ser decodificadas para serem apreendidas pelos destinatários.

O Direito, como ciência civilizatória, demanda mais do que estruturas lógicas para compor as suas proposições. De pouca serventia é permanecer no plano lógico-jurídico sem que se proponham direcionamentos que, muitas vezes, exigem que alegorias, elegias, metáforas e sinais sejam produzidos como expressões do intelecto.

É na dinâmica do quotidiano que a palavra expressa a linguagem e é por isso que a linguagem, posta como cenário de fundo nas relações humanas, precisa ser apreendida com o requinte de assegurar, na prática, a primazia da dignidade da pessoa humana, como única razão de existir das regras, mercê da carência, muitas vezes, da espontaneidade do próprio homem para dar cumprimento a normas jurídicas que inexistiriam se prevalecesse, primordialmente, o bom senso dos intérpretes.

Mas o Direito, por si, é incapaz de solucionar conflitos. Apesar disso, é impositivo que se tenha um novo olhar sobre as realidades que envolvem os seres humanos em suas dimensões diversas e plurais, sem requintes conceituais típicos dos que supõem que um rótulo empregado a uma categoria ou situação fática basta para elaborar soluções efetivas de conflitos sociais duradouros.

Num prólogo o inédito pode (e deve) ser preservado, porque os autores e organizadores se dispuseram a avançar, sobre situacionalidades fáticas reais, tangenciando temas atuais, com a propriedade típica dos estudiosos que estão sempre atentos aos embates de uma sociedade conflituosa.

Com o verbo – para mim – começou o mundo, porque na palavra reside a criação. O homem, na dimensão substancial de ser identificado com seu criador, da palavra pode ser condutor zeloso ou propulsor enganoso. É onde o comando ético, por normas que são expressas em linguagem, exigem do intérprete fidelidade e bom senso.


Parabenizo os organizadores, professores de excelência, com a cada um dos autores dos trabalhos, pelo brilho e dedicação neste mergulho que difere, e muito, de trabalhos científicos compilados, alguns deles, até com criminoso plágio.

Há, aqui, um verdadeiro acervo em que se pode encontrar qualidade para um bem estudo.

Prof. Dr. José Cláudio Pavão Santana

Professor Titular de Direito Constitucional da UFMA

"Linguagem e Discurso - Entre o Direito e Violências" é uma obra essencial para quem deseja explorar as complexas interações entre a linguagem, o poder e a sociedade. Cada capítulo oferece uma análise crítica de temas contemporâneos, desde a representação de gênero e raça nas propagandas até o discurso político e as práticas discursivas na educação. Com uma abordagem multifacetada, a obra convida os leitores a questionar as mensagens que permeiam o nosso cotidiano e a refletir sobre o papel da linguagem na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao decifrar os significados ocultos e as estratégias retóricas presentes em textos midiáticos, literários e políticos, este livro se torna uma leitura indispensável para aqueles que buscam entender como a linguagem molda e é moldada pelas relações de poder. Mergulhe nessa leitura e descubra como o discurso, em suas variadas formas, pode tanto reforçar quanto desafiar as estruturas sociais vigentes.


Nordman Wall Barbosa de Carvalho Filho
Presidente da FAPEMA

APRESENTAÇÃO

Começo esta apresentação, lendo, a partir do título “Linguagem e Discurso: entre o Direito e Violências”, o lugar científico do assunto, fazendo a descrição linguística e discursiva do tema, ou melhor, de um (1) tema, a princípio compactado para as reflexões prováveis. Vi logo que havia tomado o caminho errado. À procura do unitário na área dos organizadores, deparei-me com meu segundo equívoco, porque as pesquisas não se concentram nem na mesma grande área de conhecimento, nem na mesma subárea. Percebi que o intermédio do subtítulo acontece entre dois termos que também despertaram minha curiosidade: “Direito” no singular transporta esta análise para a área jurídica das ciências sociais especificada pelo uso do artigo definido e o termo “Violências” no plural marca a linha divisória entre o que há de condução do Direito em atos verbalizados de violências que infringem os direitos, termo esse que, no plural, está mais afinado a violências como atos particularizados, porém dispersos, já que não vem antecedido de artigo, nem de outro determinante. Entretanto, para ligar violências a uma abstração científica, os termos Linguagem e Discurso são transportados das ciências humanas, outra grande área de conhecimento, e os conceitos, capturados da Linguística, localizam-se em correntes teóricas da Linguagem, objeto das Letras, outra subárea do conhecimento científico.

Isso é prova de que os leitores não tomam seus assentos de forma confortável, porque ler é um jogo de esconde-esconde e os sentidos vão tentando se esconder por detrás de um artigo, de uma ausência de marca de plural e de outros detalhes que dizem muito mais do que o cálculo do que é unitário ou não, presente ou ausente. A linguagem se deixa invadir, ou seja, abre-se de modo não calculado e nos oferece outros termos pelos quais podemos, na condição de leitores, ativar a cognição e ampliar a abstração sobre os objetos que estão sujeitos - até certo ponto - à nossa apresentação. O fato é que, antes de apresentá-lo, este livro se apresenta a mim por meio de detalhes formais para os quais destaco a escolha entre singular/plural; com artigo/sem artigo, contexto científico em que se insere, e outras marcas que não devem passar despercebidas, porque são portas de entrada para os sentidos que nos aguardam. A partir desse ponto, o conteúdo sai da condição de hipótese e começa a oferecer suas certezas antecipadas sobre os caminhos a serem seguidos em sua leitura.

De tais certezas, a primeira é a de que o livro que apresento aos leitores é de natureza complexa, pautado no diálogo transdisciplinar, produzido à luz da intercientificidade. A

segunda, por sua vez, é a de que o ponto nodal da intersecção é o termo “violências”, em torno do qual as abstrações acontecem. É assim que esta publicação toma para análise a linguagem da violência não só pelo que ela provoca, agindo, mas pelo que dilacera, dizendo. Violência como todo tipo de prática e de discurso que atinge uma pessoa, uma condição social, uma escolha, uma cidadania, um corpo, um estar no mundo e que, em consequência, fere os direitos humanos. Esses particulares atos que instalam a violência e desestabilizam direitos estão, neste livro, cruzados por pesquisas de dois principais olhares, a princípio: o de pesquisadores das Ciências Sociais, subárea Direito e o dos pesquisadores das ciências humanas que, nas Letras, têm como objeto a linguagem, com a historicidade dos dizeres marcados socialmente pelo discurso a serem discutidos pelo Direito. Ambas as subáreas entendem que “violências” acontecem por meio de muitos instrumentos cortantes, principalmente a palavra.

Neste livro, o processo de cognição vai arrolando termos que são colocados em diferentes patamares de sentido. A “palavra” é um instrumento porque é proferida na condição de “voz” que a recolhe do falante/ sujeito do discurso que diz a partir de uma condição social ideológica. Nesse caso, uma voz desafina socialmente, quando mutila direitos ou teve seus direitos sacrificados. Em cada momento, a sociedade produz vozes que se repetem com regularidade. Discurso atrai história. História arquiva discursos de violência, talvez na maioria das vezes. A violência provoca danos. Danificando direitos, compromete da obediência às leis ao equilíbrio socioemocional e gera problemas a serem analisados por outras áreas: psicologia, psicanálise, psiquiatria, tomando como ponto central das violências a rejeição, a exclusão e a indiferença coletiva, geradas, inclusive, pela falta de acesso, por exemplo, às tecnologias.

A desigualdade social, impeditiva, inclusive, da aquisição de um celular, por exemplo, é traumática ao cidadão. As expressões linguísticas locais podem provocar atitudes preconceituosas, portanto violentas; a subversão do discurso político é violência, a representação da mulher em um texto publicitário pode configurar violência. Todo conflito que é discursivo, ideológico; que luta por direitos, provoca dissonâncias individuais, subjetivas, sociais, existenciais, precisa ser analisado como linguagem e intermediado pelo Direito, por meio dos recursos argumentativos que levam em consideração a dispersão discursiva.

O que eu apresento ao leitor é uma aventura cognitiva que cruza olhares entre direitos e violências, para entender que a experiência coletiva seja o desafio da superação talvez maior que o de conquistar dignidade e cidadania. Não se trata do unitário, mas da unidade. Os diversos discursos, as diversas temáticas, diversas violências são articuladas aqui na unidade que amplia a linguagem desta publicação organizada entre Letras e Direito.

São Luís (MA), 31 de julho de 2024.

Dra. Sonia Maria Correa Pereira Mugschl

Profa. Titular do DLER e do PGLetras da UFMA

No princípio era o verbo.

SUMÁRIO

NOTA DOS ORGANIZADORES	5
PREFÁCIO	7
PRÓLOGO	9
APRESENTAÇÃO	12
ENTRE LABIRINTOS JURÍDICOS E PALAVRAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO CONTO “DIANTE DA LEI” DE FRANZ KAFKA	19
Patrícia Rodrigues Tomaz João Benvindo de Moura	
O IMAGINÁRIO SOBRE A CRIANÇA E AS RESSONÂNCIAS DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA VOZ NO PROGRAMA “CANTA PRA MIM” (2020), DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	29
Neosane Schlemmer	
DIÁLOGOS ENTRE OS DISCURSOS DA PANDEMIA E DE AFETO NO ENUNCIADO VÍDEO PUBLICITÁRIO <i>PEQUENA PRINCESA</i> (2021) DE O BOTICÁRIO	40
Yasmim Vitória da Costa	
A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO FEMININO EM PROPAGANDAS DA CERVEJA SKOL	53
Denise Sousa dos Santos Juliana de Barros Souto Rosemeri Passos Baltazar Machado	
ALTERIDADE E AUTORIA NA ESCRITA DO CASO CLÍNICO EM PSICANÁLISE ..	66
Maria Eduarda Freitas Moraes	
A PRESENÇA DA FAMÍLIA GOTINHA NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: UMA ANÁLISE DISCURSIVA A PARTIR DA ÓTICA SEMIOLINGUÍSTICA	78
Ana Cláudia Mello da Silva Mariana Ramalho Procópio	
BANDEIRA BRANCA APÓS O RESULTADO DAS URNAS: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVO-CRÍTICA E MULTIMODAL	93
Ramon de Almeida Miranda Ana Maria Sá Martins	
“A NOTA ESTAVA EM NOSSAS MÃOS”: PROVA BRASIL E OS DISCURSOS DE COOPTAÇÃO DE CRIANÇAS PARA O ALCANCE DO IDEB.....	105
Karla de Oliveira Santos	
RESTRICÇÕES E ESTRATÉGIAS: O GÊNERO DIGITAL POST DE INSTAGRAM DA AGÊNCIA LUPA	117
Izabella Pimentel Franco João Benvindo de Moura	
VERDADE, RAZÃO PÚBLICA E DESFAÇATEZ: A SUBVERSÃO DO DISCURSO POLÍTICO ENTRE DESINFORMAÇÃO E A ESCUSA RETÓRICA DA IMPUNIDADE.....	132
Cássius Guimarães Chai	

O DISCURSO SOBRE A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO EM REDES SOCIAIS NO BRASIL: OS SENTIDOS NO CIBERESPAÇO 143

Camilla Machado Cruz

PRÁTICAS DISCURSIVAS RACISTAS E ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E EMANCIPATÓRIA..... 155

Carla Letícia Macêdo de Paiva

Fátima Cristina da Costa Pessoa

OS MEMES E SUAS PRODUÇÕES IMAGINÁRIAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA-MIDIOLÓGICA SOBRE O TRABALHO DOCENTE..... 168

Marina Delege

MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS: UM ESTUDO DE CASO DO GLASS CEILING 179

Hanna Gabrielle do Vale Almeida

Monica Fontenelle Carneiro

Cássius Guimarães Chai

LÍNGUA, DISCURSO E IDENTIDADE: A TOPONÍMIA NA COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO LOCAL 189

José Cleilson Fernandes

Monica Fontenelle Carneiro

SOM DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DO GÊNERO CRÍTICA DE CINEMA À LUZ DA ARGUMENTATIVIDADE 202

Natanael da Costa

Mônica Fontenelle Carneiro

“NAM MERMÃ”: ANÁLISE DAS EXPRESSÕES TÍPICAMENTE MARANHENSES PRESENTES NAS TAMPAS DA CERVEJA MAGNÍFICA COMO SÍMBOLO DE IDENTIDADE DE UM POVO..... 215

Leandro Lindoso Coelho

Monica Fontenelle Carneiro

O DISCURSO POLÍTICO, A DEMAGOGIA E A MANIPULAÇÃO DAS MASSAS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE ODORICO PARAGUAÇU EM PARALELO AO CONTEXTO DA CIBERCULTURA 226

Antonio José Carneiro Cardoso

Fernanda Cândido da Silva Santos Magalhães

MÍDIA E ANTICAPACITISMO: ANÁLISE DISCURSIVA DE COMENTÁRIOS DE UMA PUBLICAÇÃO DE INFLUENCIADOR DIGITAL PCD NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM* 239

Luiza Garcia Corrêa

Fátima Cristina da Costa Pessoa

PORTUGUESE AS A HERITAGE LANGUAGE: A LANGUAGE OR A HERITAGE?... 248

Sonia Maria Correa Pereira Mugschl [Sonia Almeida]

Monica Fontenelle Carneiro

GÉNERO, VIOLENCIA E INFIDELIDAD: UN ANÁLISIS COGNITIVO-DISCURSIVO DE LAS MANIFESTACIONES ORALES EN LOS EXPEDIENTES DEL PROCESO PENAL DE FEMINICIDIO EN LA CAPITAL DE MARANHÃO..... 258

Lorena Ivy Dutra de Sousa
Monica Fontenelle Carneiro
Cássius Guimarães Chai

**NO DIÁLOGO ENTRE O DISCURSO E A MEMÓRIA:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA COBERTURA DA GUERRA NA
UCRÂNIA.....** 273

Edson dos Santos Santana Cabral
Giselly Victória Manguieira da Silva Nunes
Prof. Dra. Edjane Gomes de Assis

BIODATA AUTORES E AUTORAS 285

POSFÁCIO 293

ENTRE LABIRINTOS JURÍDICOS E PALAVRAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO CONTO “DIANTE DA LEI” DE FRANZ KAFKA

Patrícia Rodrigues Tomaz (UFPI)¹
João Benvindo de Moura (UFPI)²

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No universo jurídico, a burocracia se estabelece numa sinuosa trilha de lentidão, incompatível com a eficiência, erguendo barreiras que tolhem a fluidez tão desejada na entrega da justiça. Nesse cenário, a burocracia se despe de sua função essencial e assume ares de um intrincado labirinto de formalidades, muitas vezes supérfluas, arrefecendo o acesso à justiça. É a partir dessa perspectiva desafiadora que o presente estudo propõe uma jornada interdisciplinar, tecendo as tramas da Literatura, da Linguística, da Análise do Discurso e do Direito, visando uma apreciação profunda da organização discursiva no conto "Diante da lei," escrito por Franz Kafka em 1919.

Sendo assim, o cerne desta investigação transcende as palavras, mergulhando nas águas profundas do direito humano fundamental à razoável duração do processo, fazendo-se eco das circunstâncias históricas e jurídicas que moldaram a criação desta obra singular. A narrativa não apenas revela a arrastada maquinaria do poder em sua relação com o jurisdicionado, mas também a batalha íntima de um homem para decifrar as engrenagens jurídicas, assim como para interpretar a mensagem enigmática proferida pelo porteiro que guardava o acesso à lei.

No que tange aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, visando ampliar o conhecimento científico; em que adotamos a abordagem qualitativa, interpretativa, utilizando procedimentos técnicos bibliográficos e descritivos na análise dos dados. Sob o manto da Análise do Discurso de linha francesa, ancorada na Teoria Semiolinguística proposta por mentes brilhantes como Patrick Charaudeau (2001, 2005, 2016), bem como da crítica literária de Otto Maria Carpeaux (2012), entre outros autores.

Logo, os resultados desta análise metódica do *corpus* selecionado desvelaram não apenas a organização intrincada do discurso na obra, mas também os recursos de linguagem habilmente empregados, criando uma ponte entre a produção literária e a realidade. É uma jornada pelas entrelinhas que, ao revelar-se, não apenas esclarece os meandros do conto, mas também tece conexões profundas entre a arte da palavra e o contexto prático da justiça.

2. A LITERATURA, A LINGUÍSTICA E O DIREITO

Na vastidão da literatura mundial, os romances e contos muitas vezes se revelam como intrincadas manifestações do pensamento abstrato dos autores, espelhando nuances do mundo tangível. Em seu conto "Diante da lei" (1919), Franz Kafka ousa questionar a lentidão

¹ Doutoranda em Letras-Linguística pelo PPGEL-UFPI. E-mail: patricia.tomaz@ufpi.edu.br

² Doutor e pós-doutor em Linguística pela UFMG. Docente da graduação e pós-graduação em Letras da UFPI. E-mail: jbenvindo@ufpi.edu.br

processual, destacando a inadequação de indivíduos mal preparados para lidar com assuntos que demandam habilidade apurada. Desse modo, a interseção entre uma produção literária e a realidade ganha vida quando essas duas dimensões se entrelaçam.

Continuando nossa reflexão, compartilhamos da visão de Streck e Trindade (2013) que postulam a presença da realidade nas tramas ficcionais e, por sua vez, a capacidade da ficção em moldar a própria realidade. Ao adotar os instrumentos interpretativos ancorados na hermenêutica e ao explorar elementos literários nas obras de ficção, surge a constatação de que a funcionalidade da realidade permanece distante, enquanto as narrativas ficcionais exercem uma influência profunda. Dessa forma, podemos afirmar que há uma simbiose entre as ficções que habitam a realidade e a realidade que se entrelaça nas ficções.

Nesse contexto, a realidade cotidiana revela nuances da esfera abstrata. No âmbito do Direito, as dimensões jurídico-sociais se desdobram em ações humanas, indicando a necessidade de adotar os valores delineados pela concepção das leis e normas estabelecidas. Essa abordagem propõe uma reflexão para vislumbrar novos caminhos em um Estado Democrático de Direito transparente, conforme destacado por Silva (2004).

Diante disso, a faceta abstrata do autor emerge como uma expressão figurativa, posicionando-se como um instrumento discursivo fundamental na interpretação da legislação institucionalizada. Em determinadas situações, a abordagem interpretativa se vale inevitavelmente de elementos imateriais e figurativos, suscetíveis a uma compreensão que viabiliza a apreensão da dimensão concreta e da efetividade das leis.

Ademais, a linguagem é a pedra angular da comunicação humana, permeando todos os aspectos de nossas vidas. Na linguística, estudamos essa ferramenta fundamental, desvendando as regras e padrões que governam como nos expressamos e compreendemos uns aos outros. Paralelamente, a literatura utiliza essa mesma linguagem de maneiras artísticas e criativas, oferecendo múltiplas interpretações e perspectivas sobre a experiência humana. Por outro lado, o direito emprega a linguagem em um contexto formal e regulador, estabelecendo normas e princípios que governam as relações sociais e garantem a justiça.

A literatura, por sua vez, é o campo onde a linguagem encontra sua expressão mais criativa. Autores manipulam palavras para construir mundos fictícios ou refletir a realidade, explorando temas universais e experiências individuais. A capacidade da literatura de oferecer múltiplas interpretações ressoa com a flexibilidade da linguagem estudada pela linguística. Obras literárias frequentemente inspiram debates sobre moralidade, identidade e sociedade, similarmente ao direito, que interpreta e aplica normas em contextos variáveis e muitas vezes ambíguos.

No que tange ao direito, enquanto sistema de normas e princípios, organiza e regulamenta a sociedade. A linguagem jurídica é precisa e técnica, utilizada para redigir leis, argumentar casos e proferir julgamentos. No entanto, como a literatura, o direito também é aberto a interpretações. Advogados e juízes devem ser hábeis em argumentação e interpretação, similar aos críticos literários que decompõem textos para extrair significados. A interpretação jurídica pode influenciar decisões que afetam vidas, ecoando a importância da linguagem e da narrativa na literatura.

Assim, discurso, linguística, literatura e direito formam um amálgama, interligado pelo uso e interpretação da linguagem. A linguística proporciona a base teórica para entender os mecanismos da comunicação, a literatura utiliza esses mecanismos para explorar e expressar a condição humana, e o direito aplica a linguagem de forma estruturada para manter a ordem social e assegurar a justiça. Cada campo, com seu enfoque distinto, contribui para uma compreensão mais profunda de como a linguagem molda nossa interação com o mundo e uns com os outros.

3. O AUTOR E SUA OBRA

Franz Kafka (1883-1924) foi um escritor tcheco de língua alemã, considerado um dos principais representantes da literatura moderna. Nascido em Praga, no Império Austro-Húngaro (atual República Tcheca) em 3 de julho de 1883, Kafka cresceu sob a influência das culturas judaica, tcheca e alemã. Sua infância e adolescência foram marcadas pela figura dominante de seu pai, que valorizava apenas o sucesso material. Kafka estudou Direito na Universidade de Praga e, apesar de sua competência profissional, nunca se sentiu plenamente satisfeito, pois desejava dedicar-se mais à atividade literária. A vida emocional conturbada, os noivados e amores infelizes e o sentimento de solidão permearam sua obra. Em 1915, publicou “A Metamorfose”, em que o protagonista acorda transformado em um inseto repugnante. Outra obra famosa é “O Processo”, em que o personagem central, Joseph K., enfrenta um processo judicial sem saber as razões.

Kafka, faleceu em 1924, deixando um legado literário marcado por temas como solidão, medo, burocracia e ansiedade. Durante sua vida, foi uma figura solitária, quase um desconhecido no momento de sua morte. Suas obras foram editadas postumamente por seu amigo Max Brod (1884-1968), ainda contra a vontade testamentária do autor. No entanto, renasceu vinte anos depois, influenciando, de maneira imensurável, a literatura universal. Segundo o autor, o mundo era hostil, somos fatalmente culpados e fatalmente condenados e a lei não pode ser cumprida (Carpeaux, 2012).

No conto “Diante da Lei”, um camponês tenta atravessar uma porta, mas é impedido por um porteiro, guardião da lei. Segundo este, não era possível entrar na Lei, não naquele momento e muito menos depois. Desse modo, o homem do campo permaneceu diante da porta, esperando que o porteiro permitisse sua entrada, já que a lei deveria ser acessível a todos. No entanto, a lei pode ser um obstáculo para o acesso à justiça.

Dito isso, é importante enfatizar as questões relativas às medidas tomadas pelo personagem da obra e sua relação com a esfera pública burocrática. Um homem do campo pergunta ao porteiro se pode entrar no Superior Tribunal e este responde que, naquele momento, não. Quer entrar porque todos aspiram à Lei. O camponês é o cidadão comum. A lei é alegorizada como se fosse um edifício e essa porta é guardada por um porteiro (Kafka, 1994).

4. A TEORIA SEMIOLINGÜÍSTICA DO DISCURSO

A Semiologia é uma teoria proposta pelo linguista francês Patrick Charaudeau, tendo como marco inicial o livro *Language et discours*, originalmente publicado em 1983, fruto da sua tese de doutorado. Nessa perspectiva, propõe o estudo do discurso considerando a situação de enunciação, ou seja, o lugar de onde aquele está sendo proferido. Para Charaudeau (2001), o sujeito é movido por um princípio de intencionalidade (e não intenção, que pressupõe uma ação consciente), admitindo influências inconscientes no ato de linguagem.

De acordo com Charaudeau (2001), no tocante à concepção de linguagem, há um espaço em que o homem realiza suas ações, movido por esse princípio de intencionalidade e que funciona como elemento constituinte do sujeito. Para o autor francês, o ato de linguagem se constitui como o produto de ações de seres psicossociais, testemunhas das práticas sociais e representações imaginárias do meio em que vivem, assumindo uma dimensão discursiva (Charaudeau, 2001).

De acordo com o linguista francês, os discursos são realizados por sujeitos linguísticos, estabelecendo o enunciado como um ato de linguagem em que o sentido deve ser buscado. Essa abordagem incorpora o sujeito no ato de comunicação, atribuindo-lhe uma perspectiva mais ampla. Isso corrobora a visão do autor, que observa que os linguistas modernos se inserem em diversas correntes teóricas, como Sociologia, Filosofia e Psicologia. A definição dessas teorias é sempre relativa a outras, dependendo da teorização construída pelos sujeitos e do caminho que percorrem (Charaudeau, 2016).

Sobre as discussões relacionadas ao discurso, Charaudeau (2016) afirma que, ao descrever os fenômenos da língua, o analista deve usar os termos com cautela para expor instrumentos de reflexão e descrição, possibilitando uma análise efetiva dessas ocorrências. Para o autor, "comunicar" é uma tarefa complexa que vai além da mera transmissão de informação. Os processos de produção da linguagem envolvem a concepção e a compreensão da linguagem, constituindo uma relação de reciprocidade entre pensamento e linguagem.

Nesse sentido, os modos de organização do discurso são essenciais para a compreensão e análise da narrativa. Segundo o linguista francês, existem quatro modos de organização do discurso: enunciativo, descritivo, argumentativo e narrativo (Charaudeau, 2016). Este último, como ferramenta analítica, nos permite um percurso pelas ações sucessivas dos personagens na narrativa, como veremos a seguir.

4.1 O MODO ENUNCIATIVO

Segundo Charaudeau (2016), o modo enunciativo refere-se à maneira como o falante se posiciona no ato comunicativo, levando em conta sua relação com o interlocutor (comportamento alocutivo), seus pontos de vista (comportamento elocutivo) e sua interação com um terceiro (comportamento delocutivo). Ele afirma que esses comportamentos se manifestam por meio de procedimentos linguísticos de construção enunciativa, que elucidam essas relações no ato de enunciação através de processos de modalização no discurso e procedimentos discursivos que destacam os diferentes modos de organização do discurso (Charaudeau, 2016).

4.2 O MODO DESCRITIVO

O linguista francês analisa que cada texto varia em sua estrutura, conforme o contexto de comunicação e as diversas formas de organização do discurso usadas em sua composição. Assim, a abordagem do modo descritivo deve considerar três níveis distintos: a situação de comunicação (incluindo o contrato e o propósito do texto), o método de organização do discurso e o tipo de texto. Quando combinado com a narração e a argumentação, a construção descritiva incorpora elementos essenciais como denominar, localizar/situar e qualificar, que são simultaneamente independentes e inseparáveis (Charaudeau, 2016).

4.3 O MODO NARRATIVO

Charaudeau (2016), ao tratar do modo de organização narrativo, explora a ideia de que uma narrativa requer a sequência de eventos situados em um contexto específico. Além

disso, é essencial que um “narrador”, com intenções definidas, comunique uma representação da experiência do mundo a um destinatário. O autor destaca que o ato de “contar” (ou “narrar”) se encontra em uma dinâmica entre realidade e ficção, introduzindo um universo narrativo que prevalece sobre a realidade anterior, a qual passa a existir apenas através desse novo universo. Outra tensão presente nesse ato envolve as crenças e representações sobre o mundo, o ser humano e a verdade, pois esses conceitos imaginários estão simultaneamente ligados à singularidade do indivíduo e à diversidade do mundo e da existência humana.

4.4 O MODO ARGUMENTATIVO

Charaudeau (2016) define a argumentação como uma relação triangular entre um sujeito argumentante (que visa persuadir o outro a aceitar determinada proposta), uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo dessa argumentação. Assim, argumentar é uma atividade discursiva que busca tanto uma racionalidade, vinculada à experiência social e individual do sujeito e às operações cognitivas que constroem um universo discursivo explicativo, quanto uma influência, que visa levar o outro a aceitar as mesmas propostas, num ideal de persuasão. Para o autor francês, a ordem argumentativa permite construir argumentações por meio da razão demonstrativa (busca de relações de causalidade) e da razão persuasiva (estabelecimento de provas com argumentos).

5. METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa se configura como um estudo fundamental, buscando ampliar os horizontes do conhecimento científico. Adota uma abordagem descritiva em seus objetivos, utiliza fontes bibliográficas na coleta de dados, e se caracteriza pela natureza qualitativa e interpretativista na análise do *corpus*. A proposta visa não apenas compreender, mas interpretar as diversas formas de interação no fenômeno investigado, conforme as diretrizes apontadas por Paiva (2019). Desse modo, propõe uma abordagem interdisciplinar, entrelaçando Literatura, Linguística e Direito, centrada na análise semiolinguística do discurso e da organização narrativa presente na obra em foco.

Dessa maneira, o presente estudo se destaca pela sua pertinência, uma vez que se propõe a explorar de maneira intrigante a aplicação de analogias fundamentadas em recursos literários para desvendar complexidades jurídicas. Nessa abordagem, a interdisciplinaridade que permeia as esferas do Direito e da Literatura é evidenciada, revelando-se na amálgama de elementos clássicos que proporcionam uma interpretação mais clara e objetiva da legislação normativa.

6. DISCUSSÃO E ANÁLISE

Kafka (1994), ao escrever o conto “Diante da lei” consegue explicitar a morosidade processual, não só do Poder Judiciário em relação a um cidadão, mas em sua tramitação nas instituições jurídicas, a reação lenta e ausência de resposta de uma instância jurídica a um cidadão comum, um camponês.

É interessante enfatizar as questões relativas às medidas tomadas pelo personagem da obra e sua relação com a esfera pública burocrática. Um homem do campo pergunta ao porteiro se pode entrar no Superior Tribunal e este responde que, naquele momento, não. Quer entrar porque todos aspiram à Lei. A lei é alegorizada como se fosse um edifício e essa porta é guardada por um porteiro, como veremos a partir de agora nos trechos que compõem o conto.

Diante da lei está um porteiro. Um homem do campo chega a esse porteiro e pede para entrar na lei. Mas o porteiro diz que agora não pode permitir-lhe a entrada. O homem do campo reflete e depois pergunta se então não pode entrar mais tarde.

-É possível- diz o porteiro. - Mas agora não.
(KAFKA, p. 25, 1994[1919]).

No trecho há uma repetição da palavra “porteiro”, indicando uma escolha estilística para enfatizar a presença do porteiro diante da lei. O emprego de expressões como “pede para entrar na lei” e “reflete e depois pergunta” demonstra uma abordagem mais reflexiva e filosófica, explorando uma situação simbólica, sugerindo uma metáfora sobre o acesso à lei e suas restrições. A resposta concisa e direta do porteiro cria um impacto significativo. A assertividade na negativa e a oferta de uma possibilidade futura contribuem para uma atmosfera de mistério e incerteza, sugerindo que a compreensão completa das circunstâncias está além do alcance imediato.

O porteiro na narrativa de Franz Kafka desempenha um papel simbólico e enigmático. Ele representa a barreira entre o cidadão comum e a “lei”, que permanece inacessível. O porteiro é uma figura de autoridade, mas sua recusa em permitir a entrada imediata cria uma atmosfera de frustração e ansiedade. Sua resposta ambígua (“É possível, mas agora não”) sugere a complexidade da busca humana por significado e a inevitabilidade das barreiras sociais e burocráticas.

Ademais, a recusa do porteiro em permitir a entrada do camponês cria um senso de obstáculo, gerando uma reflexão no homem do campo. A pergunta final do camponês sobre a possibilidade de entrar mais tarde sugere uma tentativa persistente e esperançosa de acesso à “lei” e apresenta uma reflexão sobre a busca por acesso à justiça. Há uma sequência lógica na narração e descrição dos eventos, num estilo conciso e enigmático, típico do estilo de Kafka.

Uma vez que a porta da lei continua como sempre aberta e o porteiro se põe de lado o homem se inclina para olhar o interior através da porta. Quando nota isso o porteiro ri e diz:

-Se o atraí tanto, tente entrar apesar da minha proibição. Mas veja bem: eu sou poderoso. E sou apenas o último dos porteiros. De sala para sala, porém existem porteiros cada um mais poderoso que o outro. Nem mesmo eu posso suportar a simples visão do terceiro.
(KAFKA, p. 25, 1994[1919]).

Nesse trecho, há uma reflexão sobre a busca incessante por algo inalcançável, a luta contra barreiras invisíveis e a natureza misteriosa da lei. O riso do porteiro sugere desrespeito da busca do camponês. A progressão dos porteiros, “cada um mais poderoso que o outro”, sugere uma hierarquia, inacessibilidade e a complexidade do conhecimento ou da verdade, já que o terceiro porteiro é tão poderoso que nem mesmo o primeiro pode suportar seu olhar.

A fala do porteiro é irônica e paradoxal. Ao encorajar o homem a tentar entrar, mesmo com a proibição, o porteiro destaca a aparente contradição entre a abertura da porta e a restrição imposta. Essa ironia pode sugerir a complexidade e a dualidade nas regras e nas

barreiras estabelecidas. Logo, a ideia de um poder ascendente sugere que a jornada do camponês está longe de ser simples e a ambiguidade em torno do terceiro porteiro reforça a complexidade e incerteza e a dificuldade de certas esferas sociais.

Que tribunal é esse ao qual ninguém tem acesso? Na obra, Kafka (1994) articula questionamentos sobre a morosidade processual e a ação de sujeitos inadequadamente qualificados para lidar com questões que exigem maior habilidade e sensibilidade. A falta de informação é apresentada como um fator desencadeante de conflitos sociais. Para o camponês, o acesso ao tribunal era secreto. Esses aspectos destacados por Kafka demonstram sua compreensão das injustiças potenciais, como a falta de garantia dos direitos dos cidadãos comuns.

O homem do campo não esperava tais dificuldades: a lei deve ser acessível a todos e a qualquer hora, pensa ele; agora, no entanto, ao examinar mais de perto o porteiro, com o seu casaco de pele, o grande nariz pontudo, a longa barba tártara, rala e preta, ele decide que é melhor aguardar até receber a permissão de entrada. O porteiro lhe dá um banquinho e deixa-o sentar-se ao lado da porta (Kafka, p. 25, 1994[1919]).

O trecho aborda a expectativa do homem do campo em relação à acessibilidade da lei e sua decepção ao encontrar dificuldades. Essa expectativa reflete uma visão idealizada da justiça e da igualdade, destacando a discrepância entre essa expectativa e a realidade encontrada. A descrição do porteiro, com detalhes físicos, sugere a imponência e talvez a autoridade que ele representa, reforçando a ideia de que o acesso à lei não é concedido facilmente. O uso de detalhes descritivos, como “casaco de pele”, “nariz pontudo” e longa barba tártara, cala e preta”, cria uma imagem vívida do porteiro.

A descrição do nariz pontudo e da barba tártara no porteiro tem relevância simbólica na obra de Kafka. Esses detalhes físicos criam uma imagem marcante e enigmática, representando a autoridade e a inacessibilidade. O nariz pontudo pode sugerir vigilância e atenção aguçada, enquanto a barba tártara evoca uma figura ancestral e imponente. Juntos, esses elementos contribuem para a aura misteriosa e intimidante do porteiro, reforçando a complexidade da busca do homem do campo pela “lei”.

Além disso, o banquinho na narrativa desempenha um papel simbólico significativo de inferioridade. Ele representa a espera prolongada e a submissão do homem do campo diante da autoridade do porteiro. Ao oferecer o banquinho, o porteiro não apenas fornece um assento físico, mas também simboliza a espera ansiosa e a impossibilidade imediata de acesso à “lei”. O banquinho é um lembrete constante da busca humana por significado e da inevitabilidade das barreiras burocráticas e sociais. A decisão do camponês de aguardar indica uma aceitação momentânea da situação, enquanto o porteiro continua a impor obstáculos. A narrativa é rica em detalhes descritivos, transmitindo emoções e ações dos personagens.

Ali fica sentado dias e anos. Ele faz muitas tentativas para ser admitido e cansa o porteiro com os seus pedidos. Às vezes o porteiro submete o homem a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe a respeito da sua terra natal e de muitas outras coisas, mas são perguntas indiferentes, como as que os grandes senhores fazem, e para concluir repete-lhe sempre que ainda não pode deixá-lo entrar. O homem, que havia se equipado com muitas coisas para a viagem, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Com efeito, este aceita tudo, mas sempre dizendo:

- Eu só aceito para você não julgar que deixou de fazer alguma coisa (Kafka, p. 25, 1994[1919])

No fragmento acima, a estrutura narrativa feita em terceira pessoa cria uma certa distância entre os eventos narrados e o leitor. A dinâmica entre o porteiro e o camponês

destaca o poder e o controle. O vocabulário utilizado está relacionado à espera, persistência e autoridade, como “admitido”, “porteiro”, “pedidos” e “subornar”. As ações do porteiro têm uma conotação de poder e controle, enquanto as tentativas do homem do campo refletem submissão e desespero, mostrando a frustração e o desgaste do camponês diante da autoridade intransigente do porteiro. Este, comunica seu poder e recusa a entrada do homem, permanecendo inflexível, ao mesmo tempo em que justifica suas ações para não parecer injusto.

Ainda, a figura do porteiro representa a autoridade, o guardião das regras e normas e a repetição do porteiro de que ainda não pode deixá-lo entrar sugere que o acesso à lei é restrito e burocrático, impedindo o camponês de exercer um direito potencialmente legítimo, visto que o porteiro possui o poder de decidir quem entra e quem não entra. O camponês tenta subornar o porteiro, mostrando como o poder e a corrupção podem influenciar o acesso à justiça e os direitos de cada um, indicando que ele está disposto a sacrificar recursos valiosos em sua busca. A indiferença do porteiro e as perguntas triviais do camponês podem simbolizar a impessoalidade e a indiferença nas instituições sociais.

A ação do porteiro em aceitar subornos “para não julgar que deixou de fazer alguma coisa” levanta questões éticas, já que ele está apenas criando uma falsa esperança para o homem do campo, o que é moralmente questionável, pois ele usa sua posição de poder para obter vantagens pessoais. O porteiro submete o homem a “pequenos interrogatórios”, sugerindo um procedimento injusto e arbitrário. Em um sistema jurídico, esse procedimento e a falta de transparência são problemas graves que comprometem a legitimidade de um processo.

Durante todos esses anos o homem observa o porteiro quase sem interrupção. Esquece os outros porteiros e este primeiro parece-lhe o único obstáculo para a entrada na lei. Nos primeiros anos amaldiçoa em voz alta e desconsiderada o acaso infeliz; mais tarde, quando envelhece, apenas resmunga consigo mesmo. Torna-se infantil e uma vez que, por estudar o porteiro anos a fio, ficou conhecendo até as pulgas da sua gola de pele, pede a estas que o ajudem a fazê-lo mudar de opinião (Kafka, p. 26, 1994[1919]).

No fragmento acima, a repetição da palavra “anos” reforça a ideia da longa espera do homem do campo. A parte inicial é marcada por expressões de frustração, como “amaldiçoa em voz alta e desconsiderada o acaso infeliz”, refletindo a angústia do protagonista diante da ocasião que lhe parece injusta e aleatória, mas com o tempo indica uma aceitação resignada da sua situação.

A obsessão do homem do campo é palpável. Ele observa o porteiro por anos, esquecendo-se dos outros porteiros e concentrando-se apenas nesse primeiro. A espera prolongada, simbolizada pelo banquinho oferecido pelo porteiro, gera frustração e ansiedade. O homem amaldiçoa o acaso infeliz nos primeiros anos, mas com o tempo, sua atitude muda para resmungos internos. Ele se torna resignado e infantil, estudando até as pulgas da gola de pele do porteiro, buscando aliados improváveis para persuadi-lo.

Finalmente sua vista enfraquece e ele não sabe se de fato está ficando mais escuro em torno ou se apenas os olhos o enganam. Não obstante reconhece agora no escuro um brilho que irrompe inextinguível da porta da lei. Mas já não tem mais muito tempo de vida. Antes de morrer, todas as experiências daquele tempo convergem na sua cabeça para uma pergunta que até então não havia feito ao porteiro. Faz-lhe um aceno para que se aproxime, pois não pode mais endireitar o corpo enrijecido. O porteiro precisa curvar-se profundamente até ele, já que a diferença de altura mudou muito em detrimento do homem:

- O que é que você ainda quer saber? pergunta o porteiro. Você é insaciável.

- Todos aspiram à lei - diz o homem. Como se explica que em tantos anos ninguém além de mim pediu para entrar?

O porteiro percebe que o homem já está no fim e para ainda alcançar sua audiência em declínio ele berra:

- Aqui ninguém mais podia ser admitido, pois esta entrada estava destinada só a você. Agora eu vou embora e fecho-a (Kafka, p. 26, 1994[1919]).

Nos fragmentos acima, identificamos efeitos de sentido de reflexão, urgência, revelação, exclusividade e uma conclusão definitiva, como em “Agora eu vou embora e fecho-a”. Esses elementos contribuem para a atmosfera filosófica e simbólica da narrativa, provocando reflexões sobre a busca humana, a singularidade da experiência e a complexidade da existência. No conto, o camponês encontra-se diante da lei, mas enfrenta obstáculos e barreiras intransponíveis, representados pelo porteiro, que simbolizam a morosidade e as dificuldades que o personagem encontra para acessar a lei.

As análises de Kafka (2002) são desapontadoras em face da verossimilhança com a realidade do cidadão que busca a justiça. Essa realidade representa o caráter negativo da inoperância institucional que deve ser evitada a todo e qualquer custo, uma vez que descredita e desabilita a instituição judiciária de suas atribuições descaracterizando o revestimento de impassibilidade, dando margem a uma situação dramática, ainda que não venha a trazer maiores consequências para o judiciário por estar, em parte, imune a interpelações indevidas e ameaças diretas do corpo social.

Contudo, nem sempre o papel do Estado é eficiente, tendo em vista que a inoperância e inobservância dos princípios de celeridade processual, razoável duração do processo, com a garantia da segurança jurídica, poderiam adiantar os resultados favoráveis a resolução rápida de uma causa. Esse é o objetivo, embora na maioria das vezes inalcançável, pelas próprias características do judiciário: moroso e burocrático.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise linguística e discursiva do texto revela uma narrativa profunda e rica em significados, onde a persistência do homem diante de um obstáculo intransponível (o porteiro) simboliza uma luta inútil contra forças imutáveis. A transformação emocional e física do homem ao longo do tempo, de alguém que amaldiçoa o acaso para alguém que se torna infantil, ressalta a desesperança e a impotência humanas diante de obstáculos insuperáveis. A escolha de palavras, a estrutura sintática e a narrativa reforçam esses temas, criando uma sensação de frustração e declínio inevitável.

Em relação ao modo de organização do discurso narrativo, para que a narrativa seja construída, é necessário um narrador, que pode ser um contador, escritor ou testemunha. O sujeito que narra assume um papel de testemunha daquilo que é vivido, encenando narrativas reais ou fictícias. No conto, Kafka adota um estilo peculiar de fala e escrita, dadas as circunstâncias em que viveu, em meio a serviços burocráticos.

Como vimos, as análises de Kafka (2002) são desanimadoras devido à sua verossimilhança com a realidade atual. O camponês simboliza o cidadão comum diante de um Estado frequentemente ineficiente, marcado pela inoperância e pela falta de observância dos princípios de celeridade processual, razoável duração do processo e garantia da segurança jurídica, todos ausentes e representados no conto.

Em resumo, o conto retrata a busca incessante do cidadão comum pelo acesso à lei, sua frustração e a atitude enigmática do porteiro. A porta da lei simboliza um objetivo inatingível e o homem é impedido de alcançá-la, mesmo após anos de espera e esforço. Ao

final, a fala do porteiro sugere que talvez a busca em si seja mais importante do que o resultado final. Sua busca representa a expectativa legítima de acesso ao sistema legal.

8. REFERÊNCIAS

CARPEAUX, Otto Maria. **O modernismo por Carpeaux**. História da Literatura Ocidental. Vol. 9. Rio de Janeiro: Leya, 2012 (1978).

CARPEAUX, Otto Maria. **As tendências contemporâneas por Carpeaux**: história da literatura ocidental. vol. 10. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: Mari, H. et al. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PALIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso**: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro, Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2016.

KAFKA, Franz. **Um médico rural**: pequenas narrativas. 3 ed. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Brasiliense, 1994 (1919).

KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KAFKA, Franz. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa215/franz-kafka>. Acesso em: 08 jun. 2024.

KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução de Torieri Guimarães. São Paulo: Martins Claret, 2002 (1925).

MOURA, João Benvindo de. **Análise discursiva de editoriais**: um retrato do Piauí. Teresina: Edufpi, 2020.

SILVA, Ivan de Oliveira. **A morosidade processual e a responsabilidade civil do Estado**. São Paulo: Pillares, 2004.

STRECK, Lênio Luiz; TRINDADE, André Karan. **Direito e literatura**. São Paulo: Atlas, 2013.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

O IMAGINÁRIO SOBRE A CRIANÇA E AS RESSONÂNCIAS DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA VOZ NO PROGRAMA “CANTA PRA MIM” (2020), DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Neosane Schlemmer (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)¹

1. INTRODUÇÃO

O discurso acerca de novas versões de músicas infantis, sejam elas populares, folclóricas ou de ninar é um acontecimento que tem se mostrado emergente nos últimos anos, sendo uma pauta muito mobilizada e relacionada aos discursos que se incluem no politicamente (in)correto, mobilizado por diversos grupos sociais, nos mais diversos campos de atuação. Segundo as autoras Prandi-Gonçalves e Sousa (2020):

A música está presente na vida da maioria das crianças e sempre foi muito utilizada na infância por familiares, professores ou especialistas por meio de jogos, teatro, leitura, dinâmicas, entre outros, como forma de (re)contar uma história, alimentar laços de afetos com o lúdico, trazer à tona certos sentidos e memórias no seio da vida social, o que constitui a cultura de um povo ou país (Prandi-Gonçalves; Sousa, 2020, p. 3).

Neste sentido, a proposta deste estudo² parte de reflexões a respeito do programa *Canta pra Mim* (Brasil, 2020), do Ministério da Educação do Brasil (MEC), que apresenta canções populares regravadas, disponibilizadas no formato de vídeo-canções e interpretadas pelo cantor Toquinho. Este programa parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e se encontra disponível de modo *online*, formando parte do projeto guarda-chuva do Governo Federal, intitulado *Conta pra Mim*, que visa apresentar uma nova proposta de representação da leitura, da forma de contar histórias e do modo de significar a música popular infantil para as crianças brasileiras.

Essa materialidade nos permite procurar caracterizar o programa *Canta Pra Mim* do MEC, particularmente, em relação ao imaginário sobre a criança e as ressonâncias do funcionamento discursivo da voz. Tendo em vista que esse programa, é uma iniciativa que busca promover a educação musical entre crianças através do canto. Com efeito, segue-se que tratar de canções está diretamente relacionado a outras noções que com elas convergem, como: canto, fala cantada e a voz. Todas essas noções levam à problemática do fundamento de uma evidência ideológica e atuam na forma como ela se estabelece no funcionamento das canções que se endereçam ao universo da criança.

À vista disso, neste artigo, não vamos propor procedimentos para uma análise estrutural das canções populares infantis, objetivamos, portanto, por meio do dispositivo teórico e metodológico da Análise de Discurso, doravante AD, de matriz francesa, produzir um deslocamento:

[...] que permita que o analista trabalhe as fronteiras das diferentes formações discursivas. Não supomos por isso uma posição neutra em relação aos sentidos. Ele está sempre afetado pelo jogo da interpretação e seu dispositivo teórico marca

¹Licenciada em Letras Espanhol e respectivas Literaturas de Língua Espanhola (UFSM), Mestra e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Estudos Linguísticos (UFSM). Bolsista CAPES. E-mail: neosane.schlemmer@acad.ufsm.br.

² É importante destacar que as reflexões aqui presentes partem do estudo, ainda em andamento, na tese de Doutorado da autora. Portanto, apresentamos um recorte das considerações realizadas até o momento.

uma posição em relação a outras [...]. Entretanto, este dispositivo torna possível um deslocamento que trabalha a opacidade da linguagem, sua não evidência e relativiza assim a relação do sujeito com a interpretação (Orlandi, 2022, p. 30).

Com efeito, a partir do dispositivo teórico-metodológico da AD, questionamos: Qual a representação imaginária sobre a criança presente no programa em questão? Nessa possibilidade de traçar respostas para o questionamento e gestos de interpretação sobre o imaginário sobre a criança, estabelecemos uma investigação sobre as representações culturais, sociais e educacionais que permeiam a concepção de infância presente no programa. Isso inclui entender a projeção imaginária sobre as crianças, bem como compreender como essas representações influenciam as práticas educativas pensadas em uma alta esfera de poder, como o Governo Federal.

Neste sentido, para pensar as articulações que pretendemos estabelecer, precisamos ainda fazer um deslocamento em direção ao gesto de interpretação: “quando falo em gestos de interpretação – aproximando a noção de interpretação e de gesto – estou considerando a interpretação como uma prática simbólica, uma prática discursiva que intervém no mundo, que intervém no real do sentido” (Orlandi, 2022, p. 29). Diríamos, então, que é neste lugar que pretendemos intervir, estendendo nosso gesto de interpretação aos aspectos da voz, da fala cantada, como uma prática simbólica.

2. PRIMEIRA PARTE – O LUGAR DO *CANTA PRA MIM* (2020), DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Com esse deslocamento operado ao explicitar o campo de estudos ao qual nos filiamos, é possível estabelecer, à guisa de um caminho inicial para adentrar à temática deste estudo, que a proposta que apresentemos considera o vasto panorama linguístico do Brasil, desde sempre marcado pela diversidade, seja ela de idiomas ou da confluência da identidade das famílias e dos sujeitos, que tornam viva a heterogeneidade linguística, apesar das múltiplas tentativas de homogeneização.

Desse modo, é imprescindível ponderar sobre o programa *Conta/Canta pra mim*, do Ministério da Educação (MEC)³, do Governo Federal do Brasil, o qual busca ressignificar a forma de contar histórias e apresentar cantigas populares a crianças. Este espaço do *Conta/Canta pra mim* forma um lugar de significância, produzindo certos efeitos de sentidos em que, aqueles que acessam, apreendem ao se situar naquele espaço que vai do digital ao físico, da escrita à oralidade.

Nesse percurso, é importante compreender o processo de significação que envolve essa proposta governamental de alfabetização por meio de histórias e canções infantis. Assim, no final do ano de 2019, a presidência do Brasil, por meio do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Alfabetização (SEALF), apresentou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que “busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro” (NADALIN, 2022, s/p). Uma vez lançada a portaria, no ano seguinte, em 2020, foi instituído o programa *Conta/Canta pra mim*, que coloca à disposição da população um total de quarenta livros infantis de forma digital, intitulados como *Coleção Conta pra mim*, que podem ser impressos e coloridos por crianças e, neste mesmo espaço, abriga vídeos de canções populares infantis, intitulado *Canta pra Mim*. A Imagem 1,

³ Instituído pela portaria nº 421, de 23 de abril de 2020 (BRASIL, 2020). Disponível no site: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-alfabetizacao/copy3_of_programas-e-acoos.

a seguir, marca o lançamento do programa na gestão do Ministro da Educação, à época, Abraham Weintraub.

Imagem 1 – O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento do programa *Conta/Canta pra Mim*



Fonte: Portal do Ministério da Educação, 2019.

Ao pensar a construção e lançamento de tal proposta e, então, como programa instituído e vigente atualmente, estamos tratando da possibilidade de refletir como processos de ressignificação do ensino-aprendizagem, que se conjuram entre a escrita e a oralidade, tal qual proposto pelo programa de Governo – *Conta/Canta pra mim* –, ressaltando como esse saber linguístico, estrategicamente, sofre o atravessamento de um elemento regulador que é o Estado, que também está posto em funcionamento para contribuir com um certo reordenamento, por meio de um projeto político, da ação da escola em relação à língua, ou mais precisamente, uma política educacional que, redirecionando as palavras de Silva (2015), busca instalar uma diferença por meio da organização um espaço de desigualdade real.

Sabemos, por meio das palavras de Basso e Gonçalves (2014), que políticas educacionais voltadas para servir ao Estado tem sido um acontecimento recorrente desde 1759, dadas as reformas pombalinas, ainda que malsucedidas. Além disso, é possível estabelecer, uma vez mais, pelas palavras dos autores, que “o papel das políticas educacionais na padronização, disseminação e homogeneização da língua portuguesa falada no Brasil [é] um processo que continua até os dias de hoje” (Basso; Gonçalves, 2014, p. 259).

O que podemos depreender, ainda, é que há, também atrelado às propostas do programa, uma estratégia baseada na concepção de *homeschooling*, que diz respeito ao “ensino domiciliar”, em tradução livre e que nada mais é do que uma repetição ou um exemplo de muitos, acerca da educação posta a serviço de um (des)governo, com a desculpa do incentivo à união familiar.

Em conformidade com Daltoé (2022), é possível explicitar que toda a proposta, por se pautar na concepção de *homeschooling*, se assemelha a outros projetos que:

[...] proibem a discussão de gênero; o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim); o *homeschooling*; os que vetam o uso da linguagem não binária;

os que censuram manifestações artísticas... e tantos outros que têm sido abraçados por legisladores que veem na pauta de costumes sua única e medíocre oportunidade de apelo social, enquanto servem ao mercado da iniciativa privada, pois está em curso a privatização da educação pública e o desvio do seu financiamento para outros fins. Tudo isso implicando práticas de censura na escola e na universidade que vêm responder a interesses de uma formação social capitalista-neoliberal que implementa, cada vez mais, políticas de desumanização e quebra do laço social (Daltoé, 2022, p. 249).

Assim, analisando o processo de produção do conhecimento a partir de uma breve apresentação do que parte a proposta, em primeiro lugar, poderíamos chamar a atenção para a influência mercantilista dos Estados Unidos da América (EUA), em uma dimensão que constrói um imaginário sobre o processo de escolarização e que projeta sobre ele um projeto de educação tratado como um bem de mercado, e, assim, uma projeção imaginária de criança brasileira.

Além disso, uma breve análise permite estabelecer o seguinte deslocamento teórico: há uma aparente sustentação de um discurso em defesa do ensino domiciliar, como já mencionado, em uma ação político-ideológica que se estabelece diante a um apego conservador de valores tradicionais, pautando-se em uma defesa de habilidades linguísticas elementares, principalmente tratando das canções populares infantis exploradas a partir de uma fala cantada, a partir de uma prosódia mais lenta, entonação pausada e regulada.

Dessa perspectiva, a partir de agora iremos propor alguns deslocamentos que levam em conta a especificidade da voz e do imaginário de criança disposto no programa.

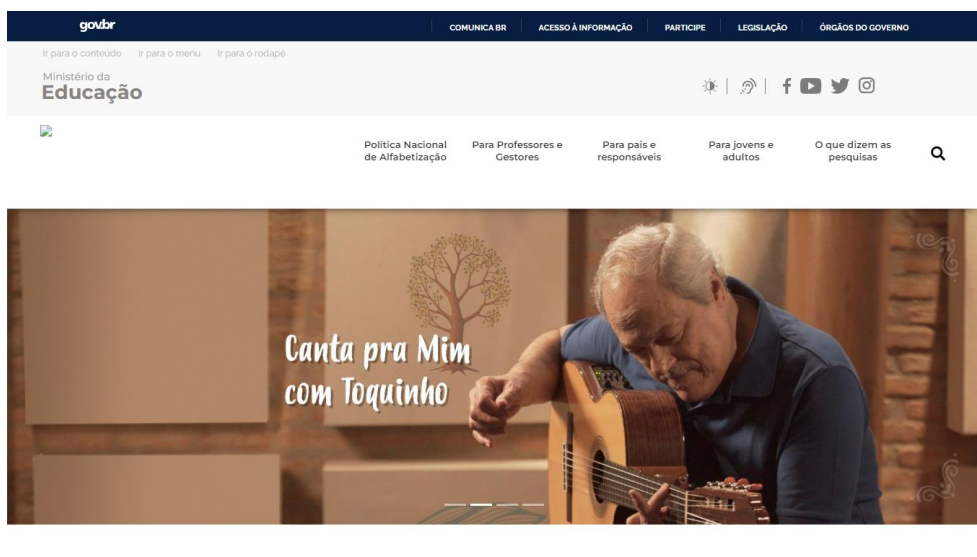
3. SEGUNDA PARTE – O IMAGINÁRIO SOBRE A CRIANÇA E O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA VOZ NO PROGRAMA *CANTA PRA MIM* (2020)

A Análise de Discurso (AD) enquanto campo teórico e analítico impõe, desde sempre ao analista, o desafio de uma necessária quebra de espelhos (Pêcheux, 2009), o que não seria diferente da proposta que temos para este artigo, tendo em vista o desafio que empreendemos ao lançar um gesto de análise para a questão do funcionamento da voz nos estudos discursivos, relacionando, ainda, uma análise sobre o imaginário de criança em um programa governamental.

Uma vez mais, além de voltar nosso olhar a questões tão pertinentes tendo como basilares os textos de Michel Pêcheux, nos desafiamos, a partir dos fragmentos da chamada quebra de espelhos empreendida por nós analistas, vislumbrar, das rachaduras, dos estilhaços, os processos de subjetivação que se impõem ao abrir novas questões em terreno paradoxalmente tão inexplorado e ainda necessário de ser questionado dentro do campo da AD, ou seja, dos estilhaços, rachaduras do espelho rompido, poder auscultar os ecos, as ressonâncias do funcionamento discursivo da voz, como possibilidade de deriva de sentido.

Instituiremos, então, um ponto de início para o movimento de análise que estabeleceremos a partir de agora, partindo de como as canções são apresentadas no espaço virtual do programa, chamando a atenção para a figura do cantor e compositor Toquinho, que dá voz às dez versões de canções populares infantis disponibilizadas no *Canta pra Mim* e acessíveis de modo online, também, na plataforma do *YouTube*, conforme a Imagem 2 que se segue:

Imagem 2 – Captura de tela do site do *Canta pra Mim: Canta pra Mim com Toquinho*



Fonte: A autora, 2024.

A imagem anterior (Imagem 2), está relacionada à instância de circulação dos processos de produção do discurso (Orlandi, 2022), ou seja, levando em conta que esse processo ainda implica a constituição que se dá a partir do eixo da memória discursiva e a formulação que se refere às condições de produção dos discursos, é na circulação “que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições” (Orlandi, 2022, p. 13) que o cantor, compositor e violinista Toquinho (Antônio Pecci Filho) se inscreve, considerando que, além de um cantor que versa sobre a música erudita, é, também um compositor a partir do estilo lírico e lúdico, e, por fim, marca a voz que representa as canções na proposta em que se inscreve.

Neste sentido, segundo Figueira (2023), o interesse de Toquinho pelo universo da música infantil remonta à década de 1970, tendo em vista sua proximidade à Vinícius de Moraes, outra voz marcante do cenário musical brasileiro. Sendo assim, o que deve ser tomando como pertinente é a escolha de Toquinho como a voz do projeto e como a figura que materializa a voz em sentidos (Orlandi, 2022).

De certo modo, a partir das condições de produção em que se inscreve a criança brasileira na conjuntura atual e reconhecendo o fato de Toquinho ter marcado o espaço das rádios populares a partir dos anos de 1970 (século XX), convém estabelecermos outro questionamento pertinente: seria esse ainda, o estilo musical que circula e que se dá na conjuntura atual, do século XXI, segundo às condições de produção da criança brasileira que nasce em meio às tecnologias digitais?

Esse modo de significar a voz que dá corpo às canções do programa *Canta pra Mim*, nos permite explicitar que ao tomar as ressonâncias de seu funcionamento discursivo, também consideramos uma análise mais específica sobre como a voz é utilizada no programa, tanto pelos sujeitos participantes (provavelmente crianças) quanto pela esfera institucional do MEC pelo qual ele é pensado, incluindo os aspectos técnicos, bem como sua relação com o discurso e sua circulação, mais uma vez.

Ao analisar esses elementos em conjunto, ou seja, “as ressonâncias o funcionamento discursivo da voz”, nos permite depreender, ademais, a problemática do fundamento da evidência ideológica na direção de haver um modelo de criança universal, construindo um imaginário de infância, de música e, principalmente, de educação, bem como os efeitos que essas representações e práticas podem ter no desenvolvimento do sujeito-criança.

Na perspectiva do imaginário, como temos estabelecido desde o desenvolvimento inicial deste estudo, as palavras de Petri (2004) nos permitem considerar esta noção a partir da instância das formações imaginárias e sua relação com as condições de produção, aqui compreendidas a partir da definição de que:

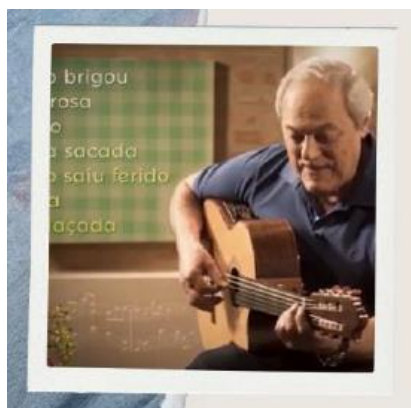
[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então, está ‘isolado’ etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa (Pêcheux, 2019, p. 33)

Considerando esses deslocamentos, tanto as formações imaginárias quanto as condições de produção as quais o sujeito se insere o afetam, de alguma maneira. Sendo assim, podemos dizer, ainda, que o sujeito, a partir de sua inscrição em “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (Courtine, 2009, p. 49), (re)produz sentidos, levando em consideração as relações que estabelece e que “encontram-se representadas no discurso por uma série de ‘formações imaginárias’ que designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro” (Courtine, 2009, p. 49).

A partir do que temos explicitado até aqui, é preciso agora, a partir da injunção que buscamos estabelecer entre o imaginário, as condições de produção e o funcionamento discursivo da voz, por fim, retomar o questionamento que impulsionou nossas pesquisas, a saber: Qual a representação imaginária sobre a criança presente no programa em questão? Podemos observar, centrando nossas análises ao funcionamento discursivo da voz, que a questão do imaginário, ou seja, as regras de projeção que regularizam as relações entre os sujeitos a que provavelmente esteja submetida a escolha de Toquinho como figura principal do *Canta pra Mim*, é, também, o que permite compreender o caráter e o funcionamento do imaginário projetado à criança brasileira por parte do Governo.

É preciso assumir que, se nos concentrarmos em lançar um gesto de interpretação para além das canções, em um olhar mais generalista da forma como são apresentadas as dez canções populares infantis que constituem o vigente programa, analisando como a prosódia e outros elementos linguísticos marcam a relação entre o imaginário sobre criança e o funcionamento discursivo da voz, é possível conjecturar sobre como o *Canta pra Mim* impacta e produz efeitos de sentido na esfera cultural e como a voz e a prosódia nas canções infantis influenciam o imaginário sobre a criança. Na Imagem 3, abaixo, representamos como uma das canções se apresenta no programa do Governo Federal:

Imagem 3 – Exemplo de representação das canções no *site Canta pra Mim*



Fonte: Captura de tela do *site Canta pra Mim* realizada pela autora, 2024.

A Imagem 3, como mencionamos, foi capturada do *site Canta pra Mim* e repete o padrão de todas os vídeos-canções dispostos na plataforma do MEC: as canções iniciam, sempre, pela representação de Toquinho, portando um violão e tocando apenas um dedilhar de cordas, em uma melodia serena. As letras das músicas são representadas pausadamente, soando quase como uma fala cantada.

Em um jogo de imagens e de um espaço que parece representar uma casa, um lugar fechado, remetendo ao lar, também há um espaço em que, conforme a canção é cantada, sua letra vai sendo representada em uma tela ao fundo. Isso exige do sujeito que se coloca na posição de sujeito-espectador a atenção e a produção de efeitos de sentido em direção ao sensível contraste entre o vídeo, a canção, a voz, a fala cantada e o jogo de luzes e cores.

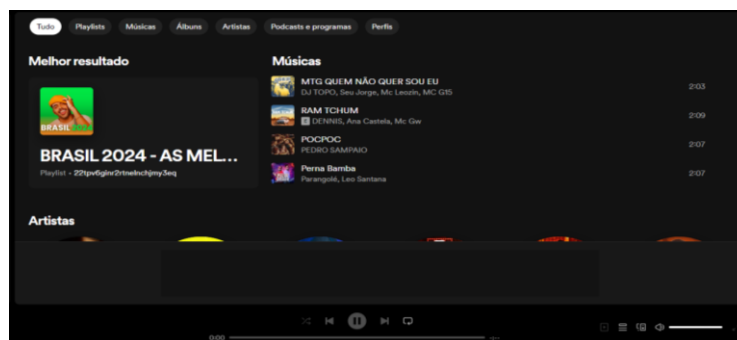
No âmbito do funcionamento discursivo da voz, consideramos, também, os elementos suprasegmentais que podem ser explorados a partir da forma como o cantor se coloca na canção e diante da projeção imaginária da criança brasileira concebida não por ele, especificamente, mas a partir de um programa e de uma projeção governamental. Por isso, consideramos as palavras de Sousa (2000), ao explorar os elementos suprasegmentais a partir do estabelecimento de que se instituem como “uma dada categoria de fenômenos suprasegmentais – sonoramente percebidos como variações de altura e velocidade na emissão da fala – incide sobre o processo do dizer e da construção da subjetividade no exercício oral da linguagem” (Souza, 2000, p. 159).

As marcas, ou os elementos suprasegmentais presentes nas canções do *Canta pra Mim*, permitem identificar certos efeitos de sentido em relação ao jogo de entonação que indica o imaginário que se tem sobre a criança brasileira a partir deste programa e diante de uma aparente equiparação da criança do século XXI à criança do século XX, como se, em dois séculos distintos a representação imaginária de criança por parte do Governo Federal não tivesse sido alterada, tampouco a forma como a música chega para as crianças atualmente.

Se a voz de Toquinho, ou melhor, se a forma como as canções são interpretadas intervém na forma como tem se estabelecido o imaginário de criança por parte de uma esfera altamente institucionalizada no Brasil, se fizermos uma busca rápida nas plataformas que oferecem um serviço de música de modo ilimitado, como o *Spotify*, por exemplo, teremos os indícios de uma outra formação musical que traz uma tensão significativa ao imaginário projetado sobre a melodia, a prosódia⁴ e os suprasegmentos que formam parte das canções que poderiam figurar no repertório das crianças, atualmente.

Nas Imagens 4 e 5, a seguir, representamos duas capturas de tela que representam duas listas de canções a partir de uma projeção e análise algorítmica feita pela própria plataforma do *Spotify*, que considera o que mais tem sido ouvido nos últimos meses, no Brasil:

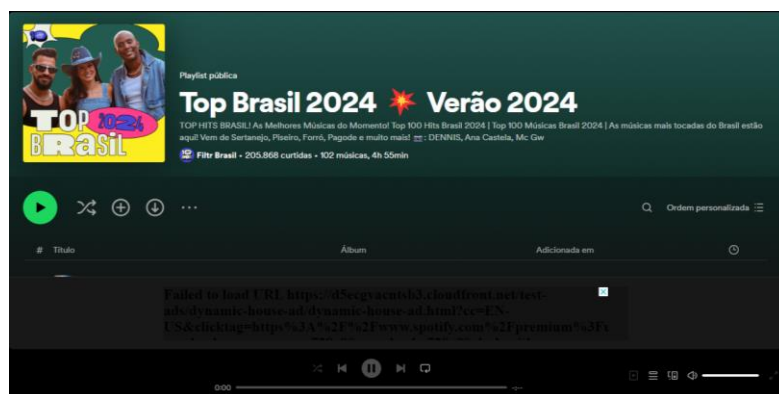
Imagem 4 – *Spotify* Brasil: Brasil 2024 – As melhores e mais tocadas



Fonte: Captura de tela do *Spotify*, realizada pela autora, 2024.

⁴ A prosódia é considerada por Vinhas (2014), também, atuante no nível suprasegmental da linguagem.

Imagem 5: *Spotify* Brasil: Top Brasil 2024 – Verão 2024



Fonte: Captura de tela do *Spotify*, realizada pela autora, 2024.

Tratando-se dos efeitos de sentido e dos sujeitos que se inscrevem nas condições de produção atuais (Brasil – 2024), é possível estabelecer que a transformação do que se ouve, em termos de canções ouvidas popularmente no Brasil, é algo que tem se transformado, incessantemente, distanciando-se da procura por melodias mais eruditas, com elementos prosódicos e suprasegmentais que correspondam ao estilo musical de Toquinho, por exemplo.

É preciso, ainda, que estabeleçamos que não pretendemos estabelecer um juízo de valor em relação ao que seria melhor ou pior de ser ouvido em termos de ritmo, entonação ou cadência. O que queremos, por meio dos diferentes passos analíticos dados por nós até o momento, é compreender que, comumente, esses ritmos representados pelas capturas de tela nas Imagens 4 e 5, se tratam de um recorte discursivo que pode ser pensado em relação às crianças brasileiras, já que estão inscritas nessas condições de produção e acessam muito mais plataformas online de música, como o *Spotify* e de vídeo-música, como o *YouTube* do que ouvem rádio, por exemplo, mas considerando, também, que pelas rádios também deva circular, predominantemente esse mesmo estilo musical, levando em consideração que as rádios desempenham, até hoje, papel fundamental de levar até os sujeitos aquilo que se caracteriza como expressão de uma generalização e um aparente efeito de unidade para aquilo que é ouvido.

Portanto, nos confrontamos com os mecanismos algorítmicos da *internet*, que jogam incessantemente na direção dos discursos que significam nas mais diversas esferas, em um discurso relacionado ao poder a partir da tecnologia: “[...] o sentido da tecnologia é efeito do modo como ela é significada politicamente na constituição dos artefatos do mundo numa relação indissociável com a forma das relações sociais, políticas e econômicas, numa determinada formação social” (Dias, 2018, p. 40).

Podemos propor, também, como uma possível reflexão, considerar a produção e deslocamentos de sentido, explicitando o antagonismo que se coloca em jogo ao comparar os elementos prosódicos de velocidade e entonação da canção popular infantil interpretada por Toquinho e uma música, em ritmo de Funk ou de sertanejo universitário, que forma parte do que popularmente tem se ouvido. Neste sentido, por meio de batidas e ritmos mais rápidos, bem como o léxico com palavras que são da ordem da fala, da oralidade, podemos projetar um olhar para outras vozes que atravessam o espaço da memória.

Há uma notável tentativa de, por esses “novos ritmos”, se assim poderíamos dizer, de fazer funcionar elementos prosódicos entonacionais que de visibilizem os sujeitos que se inscrevem nas condições de produção atuais do Brasil, espaço e que transformam suas vozes em corpo, e que projeta, assim, o corpo do sujeito-criança brasileiro, inscrito nesses mesmos espaços. Diante disso, consideramos que os elementos léxicos que se relacionam à canção são, em verdade, a retomada de discursos que se presentificam na realidade popular brasileira,

tendo em vista que também possam se pautar em um discurso que tenderiam ao discurso da inovação, “[...] produzindo um imaginário do novo como sucesso, progresso, e do velho como fracasso, retrocesso” (Dias, 2018, p. 41).

Por fim, há ainda um último ponto de vista que gostaríamos de considerar em nossas análises: além do aparente imaginário de criança brasileira que ainda estaria fixada ao mesmo imaginário de criança na década de 1970 por parte da esfera governamental, existe, ademais, o imaginário de que colocar disponível tais canções de modo *online* e por meio de vídeo-canções estaria atrelado à uma acepção de ressignificação por meio da tecnologia. Dias (2018), uma vez mais nos indica que há:

O imaginário de que o século XXI seria, finalmente, o “tempo certo” da “era tecnológica”, o tempo em que a promessa de um futuro digital se encontraria com seu real não se produz fora da historicidade do sentido de tecnologia. Ou seja, descolado da maneira como tecnologia significa diferentemente as práticas e os modos de vida dos sujeitos em épocas distintas (Dias, 2018, p. 41)

Portanto, na mesma esteira das palavras da autora, acima descritas, precisamos considerar as formas de acesso a tal programa, já que dispõe de seus materiais de modo digital, mas também significa os modos de vida em que os sujeitos e, principalmente, o sujeito-criança estaria inserido, em uma possibilidade de acesso que na maioria das vezes não contempla aqueles com menos condições de acesso e aquisição de equipamentos tecnológicos que permitam o acesso.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma descrição pré-estabelecida das condições de produção às quais o discurso veiculado no *Canta pra Mim* se insere, parece que a busca por certa estabilidade discursiva produz um movimento que nos permite depreender a existência da falta, ou seja, da falha relativa à língua, em sua característica de ser incompleta, já que o imaginário projetado à criança brasileira, como buscamos demonstrar, simboliza o trabalho da evidência no processo de interpelação.

O sujeito, seja na figura do Governo Federal e do MEC, que deliberam sobre o *Canta pra Mim*, coloca em prática um programa a partir da evidência de que estabelecer versões de canções que contam com o jogo prosódico da fala cantada, do erudito, do violão de Toquinho, seria pressupor uma forma de controle sobre os sentidos da cantiga popular e da projeção do outro (sujeito-criança) a partir do poder executivo que pensa a materialidade da voz como possibilidade da completude da língua e como aquela detentora do poder de resgatar uma criança, constituída a partir de um imaginário que não a caracteriza mais.

Ainda, é possível dizer que o projeto do *Canta pra Mim* traz uma especificidade em relação a como se instaura no espaço do digital, cristalizando determinados sentidos e baseando-se na promessa de que tudo se refaz e se (re)atualiza alocando-se no digital.

Esse recorte que operamos, portanto, nos permite pensar como a canção, que materializa a voz de Toquinho em um vídeo não considera, também, o que, na conjuntura atual, tem se popularizado mesmo entre as crianças e o que elas ouvem na rua de casa, nas escolas, nos vídeos de jogos que assistem em plataformas online e, também em redes sociais.

Hoje no Brasil, percebe-se, diariamente, a emergência de novos estilos musicais, que por apresentarem estruturas de um léxico mais cotidiano, coloquial e, além mesmo, os ritmos, entonação das palavras e a noção de representatividade, de acolhimento do sujeito que, muitas vezes, estava posto à margem e ascende socialmente por meio da música, representa que essa projeção imaginária de certa gestão do poder executivo do país a respeito

do sujeito-criança brasileira, se inscreve a partir do equívoco de significar ao outro a partir da manifestação do ideológico de um Governo que, por fim, não causa desestabilização.

Nesse sentido, ressaltamos as formas com que o sujeito, pela materialidade da voz, encontra formas de se inscrever em uma rede de sentidos que denunciam, na maioria das vezes, o que o Estado tende a recalcar. Dito de outro modo, ao projetar o mesmo imaginário que se constituía em relação a uma criança do século passado, que crescia ao som de *Aquarela* de Toquinho e de outras canções infantis por ele regravadas, tenta-se interditar certos sentidos de popular e até, do real perfil do sujeito-criança no Brasil, que não devem circular, porém, pelos furos da rede discursiva, tomando a voz como operador discursivo, “os recursos prosódicos empregados pelo sujeito trazem à tona o caráter de incompletude da linguagem” (Vinhas, 2014, p. 79).

4. REFERÊNCIAS

BASSO, Renato Miguel.; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conta pra Mim**: Guia de Literacia Familiar. Secretaria de Alfabetização. - Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. **Portaria 421 de 23 de abril de 2020**. Institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. Brasília: Ministério da Educação. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 15 jun. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DALTOÉ, Andréia da Silva. O funcionamento da interlocução na Comissão da Verdade e no Escola sem Partido: entre silêncio, respiro e sufoco. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP. V. 25, n. especial. p. 242-255, 2022.

DIAS, Cristiane. **Análise do Discurso Digital**: Sujeito, espaço, memória e arquivo, Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FIGUEIRA, João Vitor. Toquinho conta a história de 'O Caderno', 'Aquarela' e outros sucessos infantis que marcaram o The Voice Kids. **G1**, 02 de junho de 2023. The Voice Kids. Disponível em: <https://gshow.globo.com/realities/the-voice-kids/2023/noticia/toquinho-counta-a-historia-de-o-caderno-aquarela-e-outros-sucessos-infantis-que-marcaram-o-the-voice-kids.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2024.

NADALIN, Carlos Francisco de Paula. **Política Nacional de Alfabetização**: o que é? Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://alfabetizacao.mec.gov.br/politica-nacional-de-alfabetizacao-2/o-que-e>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do Discurso**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores. 2019.

PETRI, Verli. Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Letras – Teorias do Texto e do Discurso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

PRANDI-GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. Memória e(m) discurso: imaginários de criança e de infância. **Música Hodie**, Goiânia, v. 20, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/musica/article/view/61531>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SILVA, Mariza Vieira da. **História da alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2015.

SOUZA, Pedro de. Os suprasegmentos como índices de subjetivação na enunciação oral. **Revista da ANPOLL**, n. 9. São Paulo: Humanitas, p.155-185, 2000.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino**. Tese (Doutorado). Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

DIÁLOGOS ENTRE OS DISCURSOS DA PANDEMIA E DE AFETO NO ENUNCIADO VÍDEO PUBLICITÁRIO *PEQUENA PRINCESA* (2021) DE O BOTICÁRIO¹

Yasmim Vitória da Costa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO)²

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema e área de pesquisa do presente trabalho surgiu em 2021 ao assistir a um vídeo³, intitulado *Pequena Princesa* (2021), no canal oficial de O Boticário no *YouTube*. Trata-se de um vídeo publicitário de Natal do ano de 2021 (tomado neste estudo como enunciado), de dois minutos, que foi desenvolvido pela agência de publicidade AlmapBBDO e publicado nas redes sociais oficiais, no canal do *Youtube* e no *site* da marca em 28 de novembro de 2021. Quanto à área de pesquisa, o interesse se deu a partir de uma disciplina cursada na graduação no ano de 2022, “Análise do Discurso”, ministrada pela Professora Doutora Grenissa Bonvino Stafuzza na Universidade Federal de Catalão (UFCAT), a qual viabilizou um maior contato com a vertente bakhtiniana de análise de discursos.

No enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa*, a protagonista aparece isolada em seu próprio mundo, em referência ao tema da solidão presente na obra literária *O Pequeno Príncipe* (1943/2017)⁴, escrita pelo francês Antoine de Saint-Exupéry. São lembrados momentos comuns do cenário pandêmico que vivíamos nesse período, como as chamadas de vídeo com a família e amigos, conversas com os vizinhos pela sacada, a emoção quando uma pessoa querida recebia alta hospitalar, entre outros. No decorrer do enunciado, são narrados trechos do livro literário ao som de uma adaptação da canção *Hey Jude* (1968), dos Beatles.

As campanhas publicitárias da marca supracitada têm tido, no geral, uma boa aceitação do público, uma vez que O Boticário é a maior rede de franquias do país no segmento de saúde, beleza e bem-estar, contando com, aproximadamente, três mil e seiscentas e oitenta e sete lojas, segundo a Associação Brasileira de Franchising (ABF)⁵. O referido estudo, divulgado em 09 de fevereiro de 2023, aponta o *ranking* das cinquenta maiores redes de franquias no Brasil por unidades. Além disso, suas vendas totais somaram

¹ O presente artigo, realizado sob forma de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, foi orientado pela Professora Doutora em Linguística e Língua Portuguesa Grenissa Bonvino Stafuzza da UFCAT.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pelo PPGEL/UFCAT, com bolsa concedida pela CAPES. Graduada em Letras com habilitação em Português pela UFCAT. E-mail: yasmim.vitoria945@gmail.com.

³ Natal O Boticário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrOOLueQvxQ> Acesso em: 28 de maio de 2024.

⁴ A referida obra literária aborda a constituição de um vínculo significativo entre um piloto, que cai com seu avião em um deserto, e um menino loiro e frágil, o Pequeno Príncipe, que diz ser morador de um pequeno planeta distante, no qual vive com três vulcões, mudas de baobás e uma rosa. Ao longo da narrativa, os dois personagens estabelecem uma amizade e, a partir da relação instituída, ambos refletem sobre o sentido da vida e repensam valores morais e sociais.

⁵ Estudo da ABF retrata as 50 Maiores Redes de Franquia por Unidades no Brasil e traz novo líder. Disponível em: <https://www.abf.com.br/estudo-abf-retrata-50-maiores/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

R\$ 30,8 bilhões no ano de 2023, apresentando um crescimento de 30,5% em relação a 2022⁶, como aponta o *Gross Merchandise Volume*⁷ (GMV).

Assim, ao delimitar O Boticário como tema de pesquisa, reconhecemos sua relevância e importância para os estudos sobre as estratégias de comunicação de marcas do ramo da perfumaria e cosméticos, uma vez que possui, ao somarmos todas suas redes sociais, mais de 30 milhões de seguidores⁸. Diante disso, a hipótese de pesquisa é que a marca O Boticário, no enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* (2021), anuncia suas fragrâncias pelo viés afetivo, tratando o seu uso como um mecanismo capaz de gerar emoções positivas. O objetivo do trabalho é apresentar uma análise do enunciado supracitado, considerando a perspectiva dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin, com foco nos conceitos de enunciado e diálogo. Sendo assim, o *corpus* a ser descrito, analisado e interpretado são recortes verbais do enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* (2021), de O Boticário.

Para a realização deste estudo, fizemos inicialmente uma observação do enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* (2021), a leitura da obra literária *O Pequeno Príncipe* (1943/2017), bem como o levantamento bibliográfico da área de pesquisa supramencionada. Utilizamos o método sociológico, de Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017), e de Medviédev, em *O Método Formal nos Estudos Literários* (2012). Para Bakhtin (2017, p. 274), “o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir”, ou seja, os discursos contidos em um enunciado são possíveis de serem analisados por meio das relações dialógicas estabelecidas com outros discursos presentes nesse enunciado. Nesse sentido, os discursos da pandemia e de afeto são os que se manifestam de forma mais contundente em *Pequena Princesa*, de O Boticário, devido à recorrência com que aparecem no enunciado vídeo, sendo possível identificar suas características e o modo como funcionam nesse enunciado.

O presente trabalho foi dividido em duas seções, todas com base em postulados teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin. A primeira, intitulada “O Boticário: ‘Onde tem amor tem beleza’”, em que abordamos a história de O Boticário enquanto marca que busca tocar o coração das pessoas por meio de seus produtos. A segunda, “O enunciado vídeo publicitário ‘Pequena Princesa’ em análise”, em que observamos os diálogos entre os discursos da pandemia e de afeto presentes em sua construção. Os resultados da análise mostram uma tentativa de O Boticário em obter a identificação de seu interlocutor em potencial por meio da representação de situações comuns do cenário pandêmico, valendo-se do aspecto afetivo para construir seu discurso publicitário. Após, vem as considerações finais e as referências da pesquisa.

2. O BOTICÁRIO: “ONDE TEM AMOR TEM BELEZA”

Segundo o *site* oficial de O Boticário⁹, na seção intitulada “Nossa história”, a empresa, que inicialmente era uma pequena farmácia de manipulação, foi fundada no Brasil no ano de 1977, por Miguel Gellert Krigsner, na cidade de Curitiba, localizada no estado do Paraná. Nascido em 09 de janeiro de 1950 em La Paz, capital da Bolívia, Krigsner formou-se em

⁶ Grupo Boticário avança no mercado de beleza e omnicanalidade. Disponível em: <https://consumidormoderno.com.br/boticario-beleza-omnicanalidade/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

⁷ O *Gross Merchandise Volume* significa Volume Bruto de Mercadorias. Ou seja, é uma métrica criada para calcular o volume bruto de mercadorias dentro de plataformas digitais. Disponível em: <https://www.sun.com.br/artigos/gmv/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

⁸ O Boticário é a marca brasileira de beleza com mais seguidores nos canais de transmissão do WhatsApp. Disponível em: <https://atribunaregional.com.br/o-boticario-e-a-marca-brasileira-de-beleza-com-mais-seguidores-nos-canais-de-transmissao-do-whatsapp/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.boticario.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1975. Desde o começo da trajetória da empresa, o farmacêutico percebeu que aquilo que o movia era a sua paixão pelos cosméticos e que o nome “O Boticário” seria o ideal para uma marca que visava entregar “amor em potinhos”.

Ainda, nessa mesma seção do site de O Boticário, nos deparamos com a seguinte frase: “Uma marca em que a história das pessoas se mistura à história dos produtos”, que pode ser relacionada às adversidades enfrentadas pela família de Miguel durante a Segunda Guerra Mundial, que levaram à mudança para o Brasil quando ele estava com onze anos de idade. Tais acontecimentos fizeram com que as boas relações e o bem-estar das pessoas se tornassem valores que viriam a ser reforçados diariamente dentro de sua empresa.

Os primeiros produtos desenvolvidos por ele foram um shampoo e sais de banho de algas marinhas, que foram um sucesso entre os consumidores e despertaram cada vez mais o interesse de outras pessoas em adquiri-los. Em uma entrevista concedida ao *site* Terra, intitulada “Empresário transformou farmácia em negócio bilionário”, Krigsner, ao ser questionado de como surgiu a ideia de empreender, relembra que ao perceber que grande parte de seu público consumidor eram mulheres, começou a dedicar-se, também, à produção e venda de cosméticos destinados a elas:

No começo, o negócio era apenas focado no aviamento artesanal de medicamentos dermatológicos. O movimento era pequeno, e eu já pensava em manipular cosméticos. A maioria das clientes que vinha até a farmácia eram mulheres, e muitas esperavam ali mesmo na loja para levar o medicamento manipulado. Foi então que eu comecei a fazer cremes faciais à base de algas marinhas e colágeno com receitas exclusivas, e os deixava expostos na recepção da farmácia. O sucesso das fórmulas logo se espalhou pela cidade, e rapidamente a receita com os cosméticos foi crescendo, contou ao *site* “Terra”.¹⁰

O início da produção de cosméticos destinados ao público feminino foi de suma importância para o crescimento de O Boticário, visto que, dois anos depois de sua fundação, em 1979, foi desenvolvida a primeira fragrância da marca com o auxílio da perfumista Maria Elisabeth Martins de Oliveira. O perfume feminino “Acqua Fresca” que, segundo Krigsner, é sucesso mundial de vendas ainda nos dias de hoje, foi armazenado em um frasco com formato de ânfora, que viria a tornar-se o ícone da marca. Pertencente à família olfativa “Cítrico Amadeirada”, apresenta uma mistura de diversos ingredientes, proporcionando uma fragrância inusitada, que deixa “o amor à flor da pele das mulheres brasileiras”. O renomado empresário brasileiro e apresentador de televisão Sílvio Santos teve um importante papel no lançamento desse perfume, uma vez que os frascos nos quais ele foi envasado foram vendidos por ele, pois, nessa época, havia desistido do plano de lançar uma marca no segmento da perfumaria no Brasil.

Também no ano de 1979, era inaugurada a segunda loja de O Boticário, localizada no Aeroporto Internacional Afonso Pena em São José dos Pinhais-PR, o que proporcionou um aumento significativo em sua visibilidade. Houve uma expansão da clientela, formada, em sua maioria, por passageiros e pelos próprios funcionários que compravam os produtos da marca para uso pessoal e/ou para presentear. Em 1980, houve a abertura da primeira franquía, em Brasília-DF, fomentando ainda mais o desenvolvimento de O Boticário que, alguns anos mais tarde, em 1986, viria a se internacionalizar com a inauguração da primeira loja em Portugal.

¹⁰ Empresário transformou farmácia em negócio bilionário. Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/meu-negocio/empresario-transformou-farmacia-em-negocio-bilionario_b9a4892491918410VgnVCM4000009bcecb0aRCRD.html Acesso em: 28 de maio de 2024.

Após um *merchandising*¹¹ na novela *A Gata Comeu* (1985)¹², exibida pela Rede Globo, O Boticário torna-se nacionalmente conhecida por meio da personagem Lenita, interpretada pela atriz Deborah Evelyn¹³, proprietária de uma loja franqueada de cosméticos e perfumaria que vendia a linha de sais relaxantes *Phyto Relax* da marca em questão. Foi considerada a primeira inserção de uma marca no enredo de uma novela global. Em sua página no *Facebook*, a própria marca, no dia 22 de março de 2012, retoma essa ação tão marcante em sua história:

Lembra da novela “A Gata Comeu”? Muita gente conheceu nossos produtos por ela. Nesse ano, nós resolvemos investir em comunicação, para fazer O Boticário chegar mais perto do público – e divulgamos os *Phyto-Relax* em rede nacional, na novela! Deu certo, né?¹⁴

A ação supracitada fez com que O Boticário passasse a investir bastante em publicidades, destacando-se entre as demais marcas do ramo da perfumaria e cosméticos¹⁵. Cabe, aqui, mencionar os estudos de Carvalho (2012, p. 836), que afirmam que:

[...] mais do que criar uma boa ideia, simpática e bem humorada, a missão do publicitário precisa ser a de identificar o problema mercadológico e investir na sua solução. Boas campanhas publicitárias, feitas de imagens encantadoras e textos criativos são muito importantes para estabelecer o contrato enunciativo com o sujeito receptor da publicidade. No entanto, se elas não tocam o receptor, correm o risco de não gerar efeito e ser apenas mais um anúncio a circular pelas mídias; mais um texto publicitário com intenções enunciativas (as visadas que vimos antes) já tão reconhecidas pelo sujeito consumidor. [...] Mais do que despertar a atenção, o importante é divertir, interessar, atrair e fazer interagir; gerar na recepção o efeito de envolvimento por vontade própria, sem que algum propósito lhe pareça forçadamente imposto.

Assim, constatamos que as marcas, ao desenvolverem uma campanha publicitária, buscam causar um encantamento no(a) cliente, fazendo com que se interesse, divirta e interaja com a publicidade. Diante disso, faz-se necessário relacionar o apontamento supracitado aos pensamentos do Círculo de Bakhtin sobre comunicação discursiva, a qual ocorre pela partilha de elementos, que possuem existência cultural, entre os interlocutores e que englobe todo o tipo de linguagem, permitindo assim que a interação entre sujeitos ou entre sujeito e enunciado aconteça.

Ao inserir um produto da marca no enredo de uma novela, o anunciante deu a ele um novo enfoque com o objetivo de atrair a atenção do espectador de uma forma inovadora. Desse modo, pode-se despertar no consumidor a sensação de que chegou até a publicidade

¹¹ *Merchandising* pode ser entendido como uma ferramenta de marketing que utiliza técnicas para expor produtos no ponto de venda (PDV) com o objetivo de motivar e influenciar a decisão de compra do consumidor, por meio da apresentação e transmissão das informações dos produtos de forma atrativa. Disponível em: <https://comercioemacao.cdllbh.com.br/merchandising-o-que-e-e-como-aplica-lo-em-sua-loja/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/a-gata-comeu/t/ckHsdc6HmP/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹³ Deborah Sochaczewski Evelyn (Rio de Janeiro, 12 de março de 1966) é uma atriz brasileira conhecida por interpretar diversos papéis em novelas, teatros e filmes.

¹⁴ O Boticário – Lembra da novela “A Gata Comeu”? Muita gente conheceu... Disponível em: https://m.facebook.com/oboticario/photos/a.199125530159085/292403337497970/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹⁵ No ano de 2011, a marca Eudora passa a fazer parte do Grupo Boticário, dando início a uma série de integrações de renomadas empresas como Vult Cosméticos, *Beautybox* e Beleza na *Web* ao referido Grupo que, hoje, está presente em mais de cinquenta países e atua com o trabalho de mais de quinze mil colaboradores diretos. O foco na valorização do cliente e da beleza como uma forma de transformação da vida fez com que o Grupo Boticário se tornasse líder em *e-commerce* de beleza no Brasil. Disponível em: <https://www.grupoboticario.com.br/sobre-o-grupo-boticario/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

por vontade própria, não por imposição, como é destacado pela autora. Essas ações buscam despertar no sujeito receptor da publicidade o interesse em adquirir o que é anunciado, destacando-o em meio às diversas opções existentes no mercado, de modo a expandir seu público consumidor.

Ao considerarmos o enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa*, sob a perspectiva dialógica da linguagem, entendemos que o enunciado, segundo Bakhtin (2016), é a unidade real do discurso, podendo ser composto de múltiplas semioses (verbal, sonoro, imagético). Aqui, nos ocupamos da análise de enunciados verbais. Bakhtin (2017) observa, ainda, que a noção de diálogo pode ser entendida como a alternância de atos de fala entre os sujeitos envolvidos na comunicação discursiva para a conclusão do enunciado, permitindo a possibilidade de resposta, determinando assim “as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura” (Bakhtin, 2017, p. 279).

Para Bakhtin (2016, p. 26), o enunciado é “um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”, e, ao responder a enunciados anteriores, indica uma determinada situação de linguagem ligada ao contexto social dos sujeitos envolvidos na comunicação discursiva, suscitando uma resposta subsequente, produzindo assim um novo enunciado. Desse modo, o enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* é um dos elos dessa cadeia inacabável de enunciados, fazendo uma referência ao tema da solidão presente na obra literária *O Pequeno Príncipe*, na qual o protagonista sente-se solitário em seu planeta, para abordar o distanciamento social ao qual tivemos que nos submeter durante a pandemia de Covid-19, conforme apresentamos anteriormente.

Diante disso, consideramos que, ao utilizar-se de elementos mundialmente conhecidos (um clássico livro literário¹⁶ e a pandemia de Covid-19) para construir o enunciado, a marca busca estabelecer um diálogo com seu espectador. Assim, objetiva obter uma resposta, no caso, o interesse pelo perfume de O Boticário presente no enunciado, uma vez que “não há linguagem sem possibilidade de diálogo, isto é, sem possibilidade de resposta.” (Amorim, 2004, p. 95).

As campanhas de vacinação contra a Covid-19 no Brasil, que tiveram início em 17 de janeiro de 2021, proporcionaram uma diminuição no número de casos graves e mortes pelo Coronavírus Sars-CoV-2¹⁷, trazendo assim sentimentos de esperança e otimismo. Diante disso, o enunciado vídeo publicitário de O Boticário parte dessa questão emocional, decorrente do contexto da pandemia e do futuro pós-pandêmico, para promover mensagens positivas através da reconexão de pessoas e momentos por meio da memória olfativa¹⁸:

Nós somos a marca reconhecida por falar de amor e dar visibilidade a histórias reais. Após dois anos de desafios, incluindo perdas irreparáveis para milhares de brasileiros, nós desejamos devolver os cheiros da vida neste momento de

¹⁶ *O Pequeno Príncipe* (1943), de Antoine de Sain-Exupéry, já foi traduzido para mais de 250 idiomas [...] Estima-se que seja o segundo livro mais lido do mundo – atrás somente da Bíblia. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2023/06/07/o-pequeno-principe-80-anos-as-aventuras-de-antoine-de-saint-exupery-no-brasil.ghtml> Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹⁷ Vacinação contra a Covid-19 no Brasil completa um ano. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-contracovid-19-no-brasil-completa-um-ano> Acesso em: 28 de maio de 2024.

¹⁸ A memória olfativa é uma habilidade do cérebro em desencadear memórias a partir do cheiro. Quando sentimos um cheiro, os sinais dos neurônios olfativos são enviados para as áreas cerebrais relacionadas às emoções e às memórias. A memória olfativa é mais duradoura e intensa que a audição e a visão, desencadeando rapidamente lembranças e emoções, por vezes intensas. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/memoria-olfativa/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

reencontro e reconexão com família e amigos e depositar um pouco de esperança, comenta Renata Gomide, Diretora de *Marketing* do Grupo Boticário.¹⁹

Podemos perceber uma adaptação de O Boticário ao momento marcado pelo fim do distanciamento social com o objetivo de comercializar seus produtos. Ao utilizar-se do Natal, uma data celebrativa na qual é comum a troca de presentes com a família e amigos, visa aumentar seu lucro, uma vez que se trata do período do ano em que mais se vendem produtos no Brasil²⁰. Dessa forma, ao retomar os discursos da pandemia e de afeto, a marca busca suscitar sentimentos positivos em seu interlocutor em potencial com fins mercadológicos.

A própria marca constata, por meio das falas da Diretora de *Marketing* do Grupo Boticário, que o aspecto afetivo é recorrente em suas publicidades. Essa característica pode gerar em seus espectadores/consumidores um olhar positivo quanto a ela, uma vez aborda temas delicados, como a pandemia de Covid-19, com a crença de que a beleza (proporcionada pelo uso de seus produtos), assim como o amor, é capaz transformar a vida. Cabe, aqui, mencionar uma consideração de Jenkins (2009) em relação à posição dos consumidores diante das marcas:

Se os antigos consumidores eram tidos como passivos, os novos consumidores são ativos. Se os antigos consumidores eram previsíveis e ficavam onde mandavam que ficassem, os novos consumidores são migratórios, demonstrando uma declinante lealdade a redes ou a meios de comunicação. Se os antigos consumidores eram indivíduos isolados, os novos consumidores são mais conectados socialmente. Se o trabalho de consumidores de mídia já foi silencioso e invisível, os novos consumidores são agora barulhentos e públicos. (Jenkins, 2009, p. 47)

Para o autor, os consumidores são ativos uma vez que decidem comprar um determinado produto não apenas por quererem, mas, também, por se identificarem com as ideologias vendidas pela marca, no caso, O Boticário. Assim, a marca, ao se atentar às repostas de seus consumidores diante de suas campanhas publicitárias e posicionamentos, consegue melhor identificar o perfil de seu público-alvo, de modo a traçar estratégias de comunicação que gerem em seus clientes uma percepção positiva quanto a ela.

A AlmapBBDO é a agência responsável pela criação das campanhas publicitárias de O Boticário desde o ano de 2004. As publicidades desenvolvidas por ela possuem, em sua maioria, um tom emocional e buscam transmitir mensagens que colocam a beleza como um mecanismo capaz de atrair sentimentos positivos. A referida característica pode ser relacionada ao posicionamento da marca, “Onde tem amor tem beleza”, adotado em 31 de março de 2019 com a estreia de um comercial²¹ em TV aberta. O referido vídeo narra uma verdadeira história de amor em que um homem idoso se matricula em curso a fim de aprender a maquiagem sua esposa que havia perdido a visão. Diante disso, torna-se evidente o *modus operandi*²² de O Boticário: o anúncio de seus produtos pelo viés afetivo. Desse modo,

¹⁹ O Boticário usa a memória olfativa como conceito da campanha de Natal. Disponível em: <https://www.boticario.com.br/dicas-de-beleza/o-boticario-usa-a-memoria-olfativa-como-conceito-da-campanha-de-natal/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

²⁰ Panorama do comércio para o Natal. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio/relatorio-de-inteligencia/comercio-para-o-natal#:~:text=Para%20o%20com%C3%A9rcio%2C%20o%20Natal%20%C3%A9%20o%20per%C3%ADodo.gastam%20mais%20com%20presentes%2C%20decora%C3%A7%C3%B5es%2C%20alimentos%20e%20viagens.> Acesso em: 28 de maio de 2024.

²¹ Onde tem amor tem beleza – O Boticário. Disponível em: https://youtu.be/UZ3qOtiIodw?si=ozxu37LfA8F_TpDC. Acesso em: 28 de maio de 2024.

²² *Modus operandi* significa “modo de operação”. Designa um modo de agir, operar ou executar uma atividade, geralmente seguindo um conjunto de procedimentos semelhantes. Disponível em: <https://www.sogi.com.br/blog/repensar-o-modus-operandi-da->

busca “estabelecer o contrato enunciativo como sujeito receptor da publicidade” (Carvalho, 2012, p. 836), conforme mencionamos anteriormente.

Podemos, aqui, mencionar as palavras de Volóchinov (2017, p. 205) em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que explicam que “a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações [...]”. Dessa forma, a noção de enunciado, faz vir à tona a interação discursiva entre sujeitos ou entre sujeitos e enunciados, de caráter social e singular simultaneamente, para a produção e circulação de discursos.

O autor aponta, ainda, que a noção de diálogo vai além de um espaço de mediação de conflitos sociais ou de uma interação face a face entre os interlocutores, mas, sim, um espaço em que a comunicação se realiza de forma mais ampla, de modo a considerar os processos culturais, ideológicos e históricos. Nesse sentido, para Volóchinov (2017, p. 118):

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação discursiva. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido mais amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

Sendo assim, a comunicação entre O Boticário e seu espectador ocorre devido ao fato de que os sujeitos participantes do diálogo estão inseridos no contexto social e histórico em que o enunciado vídeo *Pequena Princesa* foi produzido: um período marcado pelo otimismo e esperança em reencontrar pessoas queridas após meses de distanciamento social. A interação se dá, ainda, na estratégia adotada pela marca em fazer referência à obra literária *O Pequeno Príncipe*, que marcou várias gerações de leitores de diversos países desde sua publicação. Dessa forma, busca despertar a atenção do espectador que possui um conhecimento prévio quanto a ela, por meio dos elementos que referenciam o clássico livro. Para isso, faz-se necessário que o interlocutor em potencial partilhe do conhecimento sobre os elementos que a constituem.

3. O ENUNCIADO VÍDEO PUBLICITÁRIO “PEQUENA PRINCESA” EM ANÁLISE

Apresentamos uma transcrição do áudio do enunciado vídeo publicitário²³ em estudo, a fim de operacionalizar sua análise:

Nos últimos tempos, acho que todo mundo se sentiu assim: Sozinho. Isolado em seu próprio mundo. Sem o sabor dos beijos. O calor dos abraços. A pandemia tirou até a nossa capacidade de sentir os cheiros. Mas não nos impediu de observar. E de perceber que as pessoas só são solitárias quando constroem muros em vez de pontes. Que o essencial só se pode ver com o coração, pois é invisível aos olhos. E que o amor é a única coisa que cresce à medida que se reparte. – Mãe, você venceu! Que este Natal devolva os cheiros, os beijos, abraços e todo o amor que o mundo tanto precisa. O Boticário. Onde tem amor tem beleza. (*You Tube*, “Pequena Princesa”, 2min).

[empresa/#:~:text=Em%20administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20empresas%2C%20modus%20operandi%20designa%20a,esperada%20de%20se%20proceder%20em%20processos%2C%20rotinas%20etc.](#) Acesso em: 28 de maio de 2024.

²³ Natal O Boticário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrOOLueQvxQ> Acesso em: 28 de maio de 2024.

Na perspectiva bakhtiniana, a temporalidade é um processo da interação discursiva e é fundamental para o estudo da memória do enunciado. É por meio dela que se torna possível uma obra ser permanente no futuro, em tempos e espaços diversos, dialogando com o passado. A partir do movimento entre passado e futuro, são produzidos sentidos outros de um enunciado, porém, mantendo relação com o enunciado que o antecede, bem como a construção de sua memória. De acordo com Bakhtin (2017, p. 363; grifos do autor):

[...] uma obra não pode viver nos séculos futuros se não reúne em si, de certo modo, os séculos passados. Se ela nascesse *toda e integralmente* hoje (isto é, em sua atualidade), não desse continuidade ao passado e não mantivesse com ele um vínculo substancial, não poderia viver no futuro. Tudo o que pertence apenas ao presente morre juntamente com ele.

Como resultado disso, observamos que no enunciado vídeo *Pequena Princesa*, ocorre o diálogo com a obra literária *O Pequeno Príncipe*, que o antecede, de modo que um enunciado da atualidade dialoga com a personagem de uma narrativa infantil e juvenil publicada há décadas. A fim de que a marca alcance o objetivo de vender seus produtos, o clássico literário, no enunciado vídeo, é levado ao contexto publicitário. Há uma construção de sentidos que reflete outra situação de comunicação, reformulada no contexto publicitário e da pandemia de Covid-19, em torno do sentimento de solidão presente no livro para abordar o momento de reconexão entre pessoas após longos meses de distanciamento social por meio da memória olfativa, anunciando uma fragrância de O Boticário.

Para Medviédev (2012), é através do ato individual de realização do enunciado que seu sentido se torna um fenômeno histórico, assim “o fato de que foi esse sentido que se tornou um objeto de discussão aqui e agora, que é dele que estão falando e que falam justamente assim e não de outra forma, que precisamente esse sentido entrou no horizonte concreto dos que falam” (Medviédev, 2012, p. 184). O autor aponta, ainda, que é necessário compreender o sentido do enunciado, o conteúdo do ato e a realidade histórica do ato em sua união concreta e interna (Medviédev, 2012, p. 185), desse modo, é preciso entender o enunciado no contexto de sua contemporaneidade para que o caráter dialógico da linguagem seja acionado.

Em *Pequena Princesa*, há uma construção de sentidos por meio da nova “roupagem” que é dada ao livro, mas, aqui, com um novo propósito: anunciar um produto da marca destinado às mulheres, ilustrando o foco da marca no público feminino. Nesse sentido, a substituição do protagonista da obra literária infantil e juvenil a qual faz referência, um menino príncipe, por uma jovem mulher não se trata de uma escolha aleatória, uma vez que, no enunciado vídeo, é anunciada uma fragrância feminina da linha de perfumaria *Lily*, de O Boticário.

O enunciado vídeo *Pequena Princesa*, ao refletir a realidade vivenciada por seu espectador, evidencia o interesse em um público consumidor específico: sobreviventes da pandemia de Covid-19²⁴. No enunciado, esse grupo é representado pela protagonista que retoma a sensação de solidão que atingiu grande parte das pessoas em um momento tão delicado, no qual, pela primeira vez, manter a distância de pessoas queridas foi considerado um ato de cuidado e segurança. Aqui, os discursos da pandemia e de afeto são acionados, dialogando entre si e produzindo sentidos sobre o sentimento que o distanciamento social proporcionou a quem o praticou, conforme o trecho a seguir: “Nos últimos tempos, acho que todo mundo se sentiu assim: Sozinho. Isolado em seu próprio mundo.” (00min10seg-00min20seg).

²⁴ Para mais informações sobre o histórico da Covid-19, sugere-se a leitura do texto de Dominichi Miranda de Sá, disponível em: <https://coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

Ao abordar o sentimento de solidão, o enunciado vídeo em estudo representa a situação de distanciamento social vivenciada por uma grande parcela de seus interlocutores durante a pandemia de Covid-19. Segundo a OMS, ainda que o isolamento seja considerado essencial para a diminuição da propagação do Coronavírus Sars-CoV-2 e, conseqüentemente, no número de mortes pela doença, principalmente das pessoas que apresentam uma maior vulnerabilidade, devemos considerar suas implicações psicológicas. Conforme o Instituto de Psicologia Aplicada (INPA)²⁵, a referida prática pode ocasionar transtornos como ansiedade, depressão e sensação de solidão, que atingiram alguns indivíduos durante o cenário pandêmico.

Segundo uma matéria publicada no *site* Terra em 04 de maio de 2020²⁶, a saudade de abraços, beijos e toques é um sentimento que atingiu grande parte da população mundial que praticou o distanciamento social durante o período pandêmico. Nesse sentido, observamos no seguinte trecho do enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* outro diálogo entre os discursos da pandemia e de afeto: “Sem o sabor dos beijos. O calor dos abraços.” (00min25s-00min31s). O neurocientista Stevens Rehen, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Instituto D’Or de Pesquisa e Ensino (IDOR), explica que “Um carinho modifica a expressão de nossos genes, a produção de oxitocina²⁷, o julgamento, o impacto sobre o desenvolvimento humano e sua falta pode ter conseqüências duradouras”.

Ao considerarmos o conjunto das obras do Círculo de Bakhtin, entendemos que a constituição do sujeito se dá por meio da relação com o outro. Sendo assim, como sujeitos sociais, as transformações repentinas nos hábitos decorrentes da pandemia de Covid-19 reafirmaram a importância das interações sociais em nossas vidas, mesmo que à distância. No enunciado vídeo em estudo, observamos uma manutenção das relações por meio de chamadas de vídeo com o objetivo de amenizar os efeitos do distanciamento social. Essa prática foi essencial para a continuidade dos vínculos afetivos de modo a evitar o desenvolvimento ou agravamento de inseguranças e angústias. Encurtar distâncias por meio da tecnologia mostrou-se uma ação viável na busca de estimular os afetos e manter a conexão com a família e amigos.

Em *Pequena Princesa* é abordada, ainda, uma outra realidade do contexto pandêmico: a perda do olfato, ocasionada por sequelas da Covid-19, que afetou grande parte dos indivíduos que contraíram o Coronavírus Sars-CoV-2²⁸: “A pandemia tirou até a nossa capacidade de sentir os cheiros” (00min35s-00min38s). O referido fato é um dos elementos centrais do enunciado e pode ser observado na cena em que a protagonista não consegue sentir o cheiro da rosa (00min38s-00min42s).

Importa, aqui, mencionarmos uma reflexão de Volóchinov (2019, p. 119-120; grifos do autor), em *A palavra na vida e a palavra na poesia*, na qual o autor esclarece que a situação

²⁵ Os efeitos do isolamento social de longo prazo. Disponível em: https://inpaonline.com.br/os-efeitos-do-isolamento-social/?doing_wp_cron=1714309005.5929129123687744140625 Acesso em: 28 de maio de 2024.

²⁶ Por que um abraço faz tanta falta durante a quarentena. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/por-que-um-abraco-faz-tanta-falta-durante-a-quarentena,1ca5a19bee6c681d29dc3aa5dc87f2d4abrnsmi8.html> Acesso em: 28 de maio de 2024.

²⁷ A Doutora em Neurociência e Comportamento pela Universidade de São Paulo (USP), Eliana Nogueira do Vale, em uma entrevista concedida ao Jornal da USP em 21 de março de 2022, explica que a ocitocina é um hormônio produzido a partir de estímulos sensoriais agradáveis, sejam eles táteis ou auditivos, por exemplo. Portanto, abraços e demais demonstrações de afeto, bem como as relações amorosas e de amizade, têm o poder de proporcionar sensação de bem-estar emocional e físico. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/ocitocina-hormonio-que-pode-melhorar-bem-estar-emocional-de-pessoas-com-ansiedade/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

²⁸ Para conhecimento sobre a perda do olfato decorrente da contaminação pelo vírus transmissor da Covid-19, sugere-se a leitura da matéria publicada no UFJF Notícias em 23 de fevereiro de 2021, da médica otorrinolaringologista e docente da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Leticia Bakary, disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/02/23/cerca-de-3-de-pacientes-nao-recuperam-olfato-apos-covid-19/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

extraverbal não se trata da causa externa de um enunciado, mas, sim, constitutiva de todo e qualquer enunciado. Dessa maneira, ela se mostra essencial para o seu todo significativo. De acordo com Volóchinov (2019, p. 119-120; grifos do autor):

[...] está totalmente claro que a palavra aqui não reflete em absoluto a situação extraverbal do mesmo modo que o espelho reflete o objeto. Nesse caso, a palavra tende a *resolver a situação*, atribuindo a ela uma espécie de *conclusão avaliativa*. Com muito mais frequência, o enunciado cotidiano continua e desenvolve ativamente a situação, bem como traça o plano da ação futura e a organiza. Para nós, é importante outro aspecto do enunciado cotidiano: seja qual for, ele sempre conecta os participantes da situação, como *coparticipantes* que conhecem, compreendem e avaliam a situação do mesmo modo. Por conseguinte, *o enunciado se apoia no fato de eles pertencerem real e materialmente à mesma parcela da existência, o que atribui a essa comunidade material uma expressão ideológica bem como um desenvolvimento ideológico posterior*.

Na análise do enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa*, por exemplo, ao considerarmos a situação extraverbal do evento social e do conhecimento partilhado entre os interlocutores sobre a rosa, em referência à obra literária *O Pequeno Príncipe*, percebemos uma construção de sentidos na comunicação discursiva. Isso ocorre devido ao deslocamento do sentido original do referido elemento, ao ser colocado em relação a uma sequela decorrente da infecção pelo Coronavírus Sars-CoV-2.

Sob essa perspectiva de análise, entendemos que a situação é composta por um tempo e espaço do evento social. Em *Pequena Princesa*, compreendem-se aos períodos de 2020 e 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, por um objeto ou o tema do enunciado (momentos comuns do cenário pandêmico). Devemos considerar, também, a posição dos interlocutores diante daquilo que é falado (conclusão avaliativa, logo, pelo enunciado vídeo publicitário, o momento de reconexão entre pessoas e momentos por meio da memória olfativa).

Ao final da publicidade, anuncia-se a criação do Centro de Pesquisa do Olfato (CPO) pelo Grupo Boticário. Em uma reportagem²⁹ publicada na revista *Forbes* em 29 de novembro de 2021, afirma-se que o Centro objetiva estudar o sentido supracitado e mapear sua conexão com o bem-estar. A iniciativa está sob a liderança do diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Gustavo Dieamant do Grupo Boticário e do diretor de categoria de perfumaria Rafael Muller. Para a realização do estudo, utilizam-se recursos científicos e tecnológicos, atuando com o trabalho de profissionais de variadas áreas, a fim de contribuir com pesquisas que tragam inovações para o universo olfativo. Acerca disso, cabe ressaltar as palavras de Dieamant:

Para nós, o olfato vai além da função fisiológica relacionada ao odor e suas memórias. Há uma relação funcional com um órgão complexo como a pele essa interação diz muito sobre os efeitos biológicos positivos gerados por algumas fragrâncias e seus componentes, por exemplo. É uma ciência que tem sua beleza, mas também sua complexidade, explica Dieamant, que é também Doutor em Neuroimunoendocrinologia Cutânea.

Além disso, ainda considerando o fato de que muitos indivíduos perderam o olfato após contraírem o vírus que causa a Covid-19, é desenvolvido pela *W3haus*, agência responsável pela gestão das redes sociais de O Boticário, um recurso de acessibilidade

²⁹ Para O Boticário, testar sentidos também é transformação digital. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/11/para-o-boticario-testar-sentidos-tambem-e-transformacao-digital/> Acesso em: 28 de maio de 2024.

olfativa. A *hashtag* *QueCheiroTem*³⁰ fornece descrições das fragrâncias da marca para os(as) clientes que não conseguem sentir os cheiros.

Constatamos que a criação do CPO e da *hashtag* *QueCheiroTem* apontam para o foco da marca na continuidade da venda de seus produtos por meio de ações que visam a recuperação do sentido olfativo de clientes que o perderam, seja em decorrência de sequelas da Covid-19 ou por outros motivos. É notória a lógica capitalista em torno do desenvolvimento das referidas iniciativas, uma vez que o uso das fragrâncias de O Boticário se tornaria desnecessário em um mundo no qual as pessoas não têm a “capacidade de sentir os cheiros” (00min36s-00min39s).

Ao considerar o Natal, uma data culturalmente marcada pelo encontro com pessoas queridas (“Que este Natal devolva os cheiros, os beijos, abraços e todo o amor que o mundo tanto precisa.”) (01min36s-01min44s), constatamos que os discursos da pandemia e de afeto presentes na constituição do enunciado vídeo *Pequena Princesa* apoiam-se na esperança e otimismo que permeavam seu interlocutor em potencial naquele momento. Dessa forma, o contrato enunciativo com o sujeito receptor da publicidade, que citamos anteriormente, é fechado. No referido trecho, identificamos outro diálogo entre esses discursos, uma vez que tais sentimentos positivos só foram proporcionados devido à diminuição no número de casos graves e mortes pelo Coronavírus Sars-CoV-2.

No trecho supramencionado, evidencia-se o que o olfato é o foco de O Boticário, visto que a devolução dos cheiros aparece primeiro e, posteriormente, os demais votos da marca. Assim, o interesse em desenvolver estudos que tragam inovações para o universo olfativo deve-se ao fato de que se trata de uma marca de perfumaria que deseja continuar comercializando suas fragrâncias. Para tanto, é indispensável que os consumidores consigam sentir os cheiros para que possam continuar comprando-as.

De acordo com o Ministério da Saúde³¹, no mês de janeiro do ano de 2021, iniciou-se no Brasil a campanha nacional de vacinação em combate à Covid-19 com o envio das primeiras doses aos estados e ao Distrito Federal. Desde o seu início, houve uma enorme queda no número de internações e óbitos por Covid-19 à medida que as campanhas foram avançando.

O impacto positivo que as vacinas tiveram no processo de combate à Covid-19 permitiu o retorno dos encontros presenciais e tornou possível, também, que abraços, beijos e toques voltassem a fazer parte da rotina da população mundial. As referidas demonstrações de afeto mostraram ser de suma importância quando se é preciso enfrentar situações complicadas, como a pandemia de Covid-19, uma vez que ter por perto pessoas que ofereçam segurança emocional nos faz menos suscetíveis a desenvolver sentimentos negativos. Portanto, o enunciado vídeo *Pequena Princesa* busca transmitir a ideia de que a volta das interações sociais presenciais é a solução para devolver “todo o amor que o mundo tanto precisa” (01min42s-01min45s) após o assustador cenário pandêmico que vivemos. Assim, podemos perceber uma tentativa de O Boticário em obter uma identificação e aproximação de seu interlocutor de uma maneira afetuosa.

Diante do exposto, entendemos que, ainda que as ferramentas digitais, de certa forma, aproximem as pessoas, a ausência de contato físico pode ocasionar emoções negativas, considerando que, de um momento para outro, nos deparamos com a realidade do distanciamento social. Assim, devemos chamar atenção ao fato de que a Covid-19 não traz impactos apenas à saúde física, mas, também, à mental, por meio de distúrbios

³⁰ O Boticário lança recurso de legenda para acessibilidade olfativa nas redes sociais. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/mercado-em-movimento/o-boticario-lanca-recurso-de-legenda-para-acessibilidade-olfativa-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

³¹ Esquemas vacinais. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus/vacinas/esquemas-vacinais>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

psicológicos que podem ser desenvolvidos em indivíduos expostos à falta de apoio emocional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa* (2021), podemos constatar que dele emana o sentido de que, independentemente das circunstâncias às quais os indivíduos estão expostos, são “chamados” a consumir. Isso se deve às estratégias de comunicação da marca que utiliza, aqui, o aspecto afetivo, o cenário pandêmico e uma famosa obra literária para se aproximar de seu espectador. O interlocutor em potencial, a partir de seu conhecimento prévio quanto à obra literária, por exemplo, cria uma expectativa positiva quanto ao enunciado vídeo e, conseqüentemente, ao produto que será anunciado em seguida por meio das relações traçadas entre os dois enunciados distintos que dialogam entre si, assim “*toda compreensão é dialógica*” (Volóchinov, 2017, p. 232; grifos do autor).

Nesse sentido, segundo Stafuzza (2018, p. 138), “o enunciado é resultante de uma ‘memória discursiva’ [...] repleta de enunciados que já foram proferidos em outras épocas, em outras situações interacionais, as quais o locutor inconscientemente toma como base para formular seu discurso”. Desse modo, a voz de quem enuncia é povoada de outras vozes que também enunciam o discurso da pandemia, o de afeto, o publicitário, o literário e o capitalista.

Quando consideramos os discursos e diálogos identificados durante o presente estudo por meio da análise do enunciado vídeo *Pequena Princesa*, pertencente ao campo publicitário, podemos entender que:

A construção de todo e qualquer enunciado diz respeito a um “acontecimento”, a uma situação de linguagem, seja imediata ou pelo contexto mais amplo, pertencente ao conjunto das condições da vida social de uma determinada comunidade linguística. Isso significa dizer que, mesmo que o enunciado tenha um aspecto autônomo de acabamento, seus sentidos são orientados na e pela comunicação discursiva, pois operam em um movimento incessante entre a sociedade e a história. (Stafuzza, 2018, p. 138)

Assim, o discurso publicitário, ao dialogar e fazer funcionar os discursos da pandemia e de afeto para e na construção do enunciado vídeo, encontra condições históricas e sociais propícias para a circulação de sentidos que promovam a ideia de reconexão por meio da memória olfativa. O referido fato vai ao encontro do momento pelo qual a população mundial passava: o fim do distanciamento social, gerado pela pandemia de Covid-19.

Ao se promover a partir de um tema que estava no centro dos veículos de comunicação, tal seja o retorno de encontros presenciais, o enunciado vídeo *Pequena Princesa*, de O Boticário, objetiva chamar a atenção de seu espectador por meio dos discursos da pandemia e de afeto, ao mesmo tempo em que divulga um perfume de sua marca. Dessa forma, busca obter a identificação por parte do espectador, enquanto sujeito sobrevivente da pandemia de Covid-19 em um momento de reconexão com a família e amigos, quanto ao enunciado vídeo publicitário para que consuma produtos da marca.

Desse modo, entendemos que uma das características do discurso publicitário, ao dialogar com os discursos supracitados identificados no enunciado vídeo, é que ele se realiza no e pelo social. A comunicação discursiva publicitária de *Pequena Princesa* busca representar as situações comuns do cenário pandêmico vivenciadas por seu interlocutor em potencial: o espectador que consome ou que poderia consumir os produtos de O Boticário.

Por meio dos fundamentos filosóficos sobre a linguagem abordados nas obras de Bakhtin e seu Círculo, na análise aqui realizada, foi confirmada a hipótese de que a marca O

Boticário, no enunciado vídeo publicitário *Pequena Princesa*, anuncia suas fragrâncias pelo viés afetivo. Elas são tratadas como um mecanismo capaz de proporcionar sentimentos positivos a quem utilizá-las, promovendo assim a reconexão entre pessoas e momentos por meio da memória olfativa. Faz-se importante afirmar que a análise aqui desenvolvida não se encerra em si mesma, funcionando como porta de entrada para outros estudos.

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa, 2004.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª. ed. Trad. Paulo Bezerra a partir do russo. São Paulo: Ed Martins Fontes, 2017.

BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

CARVALHO, Cristiane Mafacioli. **Gênero, linguagem e estratégias do discurso publicitário da atualidade**. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 19, n. 3, p. 836, setembro/dezembro, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12903> Acesso em: 28 de maio de 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe**. Trad. Luciana Sandroni. – São Paulo: Paulinas. 2017.

STAFUZZA, G. B. **Sentidos do enunciado verbovisual em pôsteres publicitários de Bastardos Inglórios**. *Scripta*, PUC-MG, Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 138, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2018v22n45p137-150> Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/17133> Acesso em: 28 de maio de 2024.

VOLÓCHINOV, V. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Sheila Vieira de Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

O Boticário. **Natal O Boticário**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CrOOLueQvxQ> Acesso em: 28 de maio de 2024.

A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO FEMININO EM PROPAGANDAS DA CERVEJA SKOL

Denise Sousa dos Santos (UEL)¹

Juliana de Barros Souto (UEL)²

Rosemeri Passos Baltazar Machado (UEL)³

1. INTRODUÇÃO

As propagandas de cerveja produzidas e veiculadas no Brasil foram marcadas, por longos anos, pela objetificação do corpo feminino e pelo apelo sexual, como uma forma de conquistar e persuadir o seu maior público-alvo: o gênero masculino. Além dos aspectos linguísticos, e visuais, podemos identificar características extralinguísticas, tais como as condições de produção nas quais foram criadas; as formações discursivas, que nos revelam o que pode ou não ser dito em uma determinada época e em um determinado espaço social e a ideologia, que caracteriza a concepção de mundo dos sujeitos inscritos em grupos sociais de acordo com as circunstâncias históricas. Conforme Lovato, Borges e Kehler (2023, p. 5793) “os textos das propagandas refletem e constroem as formas de representar e agir do contexto social no qual são gerados”, portanto, a forma como essas campanhas são desenvolvidas contribui, por exemplo, para o fortalecimento da posição do homem diante a mulher.

Há poucos anos, é possível perceber as mudanças do perfil consumidor os quais estão mais atentos e preocupados com questões relacionadas aos estereótipos e como as minorias foram e são retratadas nesses meios e suas posições na sociedade. Essas reflexões oportunizaram ressignificações e transformações em diversas abordagens, pois “os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as mudanças sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana” (Fernandes; Sá, 2021, p. 21).

Após a repercussão de propagandas com intenso apelo sexual, muitas discussões se iniciaram refletindo sobre a representação das mulheres nessas propagandas. Diante disso, buscamos, neste trabalho, analisar a representação da mulher nas propagandas de cervejas brasileiras, priorizando a marca Skol, uma vez que ela tem em seu histórico sérias acusações de apologia ao estupro e que, há alguns anos, vêm tendo uma nova conduta na divulgação do seu produto. Além disso, durante as análises, realizamos um panorama comparativo com duas propagandas da referida marca, uma divulgada em formato impresso e a outra veiculada em formato audiovisual, observando as diferenças e semelhanças, pois há um distanciamento de quase 20 anos entre as peças selecionadas.

Para tanto, este trabalho busca respaldo nos procedimentos teóricos-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, a fim de trazer esse debate para esse campo e compreendermos um pouco mais a respeito de discursos em que o corpo feminino é abordado, no caso, as propagandas de cerveja. A Análise do Discurso, doravante AD, nasceu na França na década de 1960 e tem o filósofo Michel Pêcheux como seu expoente. Conforme

¹ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: denise.santtos123@gmail.com.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: julianabr89@gmail.com.

³ Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina e docente na mesma instituição. E-mail: rosemeri@uel.br

Brandão (2002, p. 17), “inscrevendo-se em um quadro teórico que articula o linguístico com o social, a AD vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento” sendo considerada uma disciplina de entremeios, pois está filiada juntamente com a Linguística, as Ciências Sociais e a Psicanálise, a fim de compreender os discursos, uma vez que, nessa perspectiva, o discurso implica, segundo Fernandes e Sá (2021), uma exterioridade à língua e sua compreensão revela a existência dos aspectos ideológicos e históricos dos discursos em diferentes contextos sociais. Ainda conforme os autores, integrante à noção de discurso,

encontra-se a noção de sentido compreendida como efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução (sujeito se manifestando por meio do uso da linguagem). [...] Esses sentidos, e não o significado da palavra, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, de forma como compreendem e concebem a realidade política e social na qual estão inseridas, que compõem as condições de produção dos discursos. (Fernandes; Sá, 2021, p. 21).

Portanto, esse procedimento teórico-metodológico nos permitirá compreender as formas como o corpo feminino foi e está sendo representado nas propagandas de cerveja, pois, para Fernandes e Sá (2021), é preciso sair no nível linguístico e adentrar em outros espaços, para que se possa descortinar o que está entre a língua e a fala para que possamos compreender, de fato, os discursos; destacando que, na AD, o discurso não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas precisa desses “elementos de linguagem para ter uma existência material” (Fernandes; Sá, 2021, p. 19). Por isso é importante pensar propaganda como uma prática discursiva e, ao mesmo tempo, como uma relação de poder, ou seja, como uma forma de produção de sentidos que se dá através da linguagem e, por isso não se refere apenas à veiculação de uma informação, mas à construção de uma realidade a qual visa influenciar o modo de percepção e de ação dos sujeitos. No que se refere ao poder, podemos dizer que a propaganda está inserida numa relação de força, funcionando como um dispositivo para manter ou transformar essa relação, por isso, além da ideologia, ela está intimamente ligada à luta pelo controle de sentido. Isso implica dizermos que a propaganda é compreendida dentro de um contexto específico de produção, distribuição e recepção, influenciada por fatores históricos, sociais, econômicos e culturais.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROPAGANDA

Tratamos, nesta seção, sobre o conceito de propaganda para compreendermos os elementos que possibilitam sua divulgação e propagação, mas, antes disso, para tanto traçamos um breve percurso acerca de seu contexto sócio-histórico. Podemos dizer que a propaganda sempre existiu, pois, segundo Kotler e Armstrong (1991, p. 304, *apud* Bertomeu, 2006, p. 270-271), pesquisadores descobriram escritos e pinturas que aludem a anúncios nas civilizações fenícias e romanas. O ato que culmina em sua definição é a criação, no século XV, da imprensa, pelo alemão Johan Gutemberg, resultando, em 1478, na publicação da primeira propaganda em língua inglesa (Bertomeu, 2006).

A propaganda tem maior ascensão e intensificação nos EUA, a partir de 1700, em virtude do acelerado desenvolvimento e expansão do mercado. Após as Revoluções Industriais, a América do Norte tornou-se líder de produção em massa devido ao desenvolvimento do transporte e de estradas que possibilitaram o rápido acesso ao interior do país, aumentando, ainda mais, o consumo de mercadorias. No Brasil, com a vinda da família real para a Colônia e com o intuito de divulgar a imagem da corte em todo território nacional, é criado, em 1808, o Jornal Gazeta do Rio de Janeiro.

Vale destacar que, no Brasil, são utilizados os termos publicidade e propaganda, entretanto, embora pareçam semelhantes, possuem significados diferentes. Segundo Sandmann (1993, p. 10), publicidade remete à venda de produtos enquanto o conceito de propaganda está relacionado à ideologia, ou seja, uma forma de propagar ideias. Contudo, ainda conforme o autor, o termo propaganda acabou sendo usado em todos os sentidos por ser mais abrangente; diante disso, neste trabalho, utilizaremos os dois conceitos de forma intercambiável.

Na metade do século XIX foram criadas agências de propaganda que passaram a fornecer às empresas serviços para seus anunciantes. Logo no final do século XIX, a propaganda conhece sua verdadeira dimensão em virtude das novas tecnologias e também devido ao crescimento da produção de mercadorias que já estavam em seu pleno desenvolvimento, pois é nesse momento que surgem as grandes demandas do mercado mundial com o advento de algumas empresas multinacionais e, para tanto, segundo Bertomeu (2006), foi necessário mudar as técnicas publicitárias para atender a esse movimento, indo da proclamação para a persuasão. A persuasão é uma das ferramentas utilizadas para induzir uma pessoa a comprar um determinado produto, juntamente com a criatividade, pois é necessário que haja

recursos expressivos que chamem a atenção do leitor, que o façam parar e ler ou escutar a mensagem que lhe é dirigida, nem que para isso se infrinjam as normas da linguagem padrão ou se passe por cima das convenções da gramática normativa tradicional e, em certo sentido, da competência linguística abstrata geralmente aceita. (Sandmann, 1993, p. 12).

Sandmann (1993) ainda destaca que, para desenvolver anúncios publicitários, os profissionais recorrem a recursos estilísticos com o intuito de despertar a atenção do consumidor e é possível constatar que as propagandas de cerveja produzidas no Brasil se apropriam desses recursos com maestria, contudo, de forma negativa. Com relação a isso, há algumas décadas, os anúncios utilizavam a imagem da mulher para a venda desses produtos passando pela objetificação do corpo feminino, além de apresentar enunciados que desvalorizavam esses sujeitos. A maneira como esses anúncios eram desenvolvidos acabavam reforçando os estereótipos do gênero feminino geralmente vinculados à fraqueza e submissão.

A cerveja da marca Skol, por exemplo, em 2015, foi acusada de apologia ao estupro em uma de suas propagandas que foram veiculadas pela mídia e, a partir desse caso, muitas discussões surgiram acerca da representação da mulher nesse tipo de propaganda. Em 2016, a deputada do Partido Trabalhadores (PT), Erika Kokay, propôs um Projeto de Lei (PL 6191/2016), que objetiva proibir a circulação de publicidades que exponham o corpo feminino ou estimulem, de alguma forma, a violência sexual contra esse público. Contudo, esse projeto continua em tramitação no Congresso. Embora tal norma ainda não tenha sido sancionada, a proposta da deputada contribuiu para que a circulação dessas propagandas, que objetificam e depreciam as mulheres, começassem a ser dissipadas na mídia brasileira. Conforme Fernandes e Sá (2021, p. 54)

[...] o discurso apresenta-se relevante para compreender as mudanças histórico-sociais que possibilitam a combinação de diferentes discursos em certas condições sociais específicas, resultando na produção de outro discurso. O aspecto histórico decorre da interação social entre sujeitos e grupos de sujeitos como um movimento ininterrupto e descontínuo na linha do tempo, que conduz para a constituição de novos sujeitos e novos grupos sociais, bem como para a formação de novos discursos. A interação envolve a natureza dos processos de produção do discurso, também chamado de prática discursiva. Na dimensão prática social, o discurso, ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, histórico e ideologicamente marcado.

Em relação a essas mudanças, destacamos também a atuação do Conselho de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), que ajuda a fiscalizar as propagandas que veiculam conteúdos com apelo erótico. Em 2015, por exemplo, o órgão restringiu uma propaganda da marca Itaipava⁴ com “apelo sexual excessivo”, pois, segundo seu Código de Ética, a publicidade desses produtos devem ter como princípio a responsabilidade social e “eventuais apelos à sensualidade não constituirão o principal conteúdo da mensagem; modelos publicitários jamais serão tratados como objeto sexual”⁵.

3. ANÁLISE DO *CORPUS*

A imagem feminina, por longos anos, foi retratada de forma estereotipada, objetificada e sexualizada. Em propagandas da década de 1950⁶, por exemplo, podemos perceber o teor misógino que as propagandas já carregavam, apresentando a mulher como submissa ao homem. A peça publicitária citada, referente às gravatas *Van Heusen*, mostra o desenho de um homem recostado confortavelmente na cama, com uma gravata colorida e, ajoelhada junto a essa mesma cama, uma mulher que coloca uma bandeja com o café da manhã. O desenho é predominantemente em branco e preto com apenas a gravata do homem e o vestido da mulher coloridos, de modo a destacar o objeto (gravata) que está sendo divulgado e a situação de total submissão da mulher diante do homem. O efeito de sentido de submissão e de uma espécie de igualdade de importância entre a gravata e a mulher são reforçados pelo slogan: *Show her. It's a man's world*. Apesar de não estarmos mais na década de 50 e das constantes lutas de movimentos reivindicando igualdade de gênero, notamos ainda a perpetuação do machismo na sociedade contemporânea.

De acordo com as mudanças sociais e as novas perspectivas, o discurso propagandístico precisou ser reformulado e adaptou-se aos novos perfis de consumidores e telespectadores, bem como suas novas exigências. Todavia, mesmo havendo a ressignificação de pensamentos relacionados ao gênero feminino, o discurso depreciativo da mulher e a construção de estereótipos femininos ainda se fazem presentes, conforme podemos constatar na análise das propagandas da cerveja Skol selecionadas para esse trabalho. A escolha dessa marca se deu, pois trata-se de uma das marcas que mais disseminou imagem apelativa acerca da mulher. Segundo o site *Infobeer*⁷ (2023), a Skol é consumida no Brasil desde 1967 e lidera o *ranking* das 10 cervejas mais vendidas em todo território nacional. A empresa também é conhecida nacionalmente pelo seu *slogan* “desce redondo”, que foi idealizado com o intuito de criar uma identidade à marca e de se aproximar do seu público com um novo conceito. Mas, além dessa estratégia, para atrair ainda mais os seus consumidores, a figura feminina foi constantemente exposta em suas propagandas como um objeto a ser adquirido/consumido. Nesse sentido, a linguagem publicitária acabou explorando o corpo feminino como uma forma extremamente apelativa de seduzir o seu maior público-alvo do referido produto. Lembrando Sandman (1993, p. 27), a função apelativa é utilizada regularmente como recurso nesse processo, “Afinal, a constante dessa linguagem é vender

⁴ Você pode conferir a matéria sobre o tema no link a seguir. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/04/conar-restringe-propaganda-da-itaipava-por-apelo-sexual-excessivo.html>. Acesso em: 08 maio 2024.

⁵ Disponível em: <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php>. Acesso em: 08 maio 2024.

⁶ Propaganda das Gravatas *Van Heusen*. Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/05/gravatas-van-heusen-anos-50.html>. Acesso em: 02 mai 2024.

⁷ Disponível em: <https://infobeer.com.br/cerveja/descubra-as-10-cervejas-mais-vendidas-no-brasil-em-2023/>. Acesso em: 22 maio 2024.

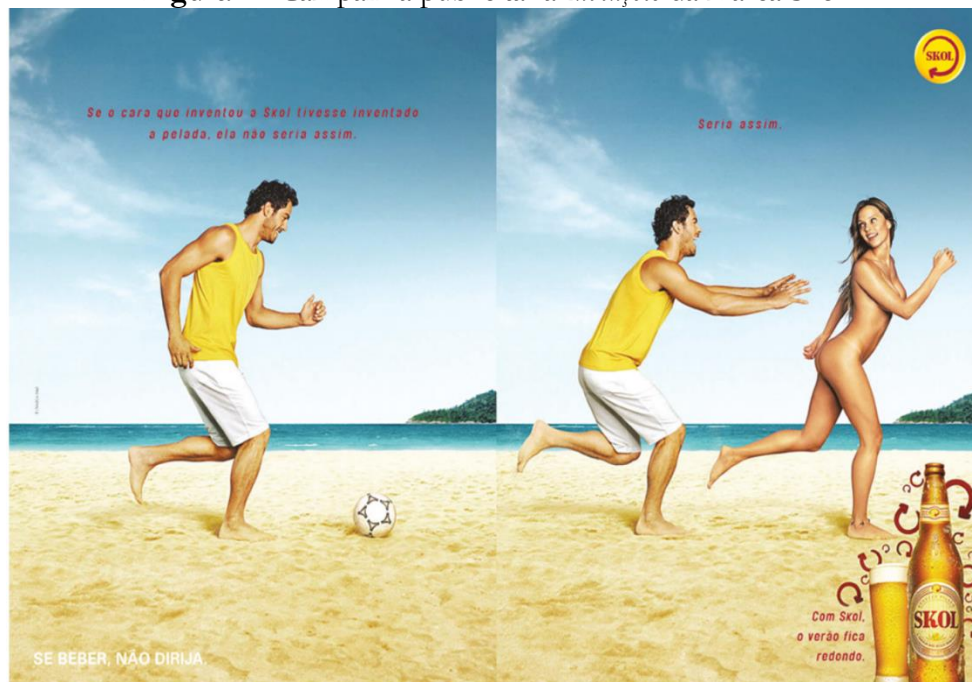
um bem de consumo – um produto, um serviço – ou uma ideia; é persuadir alguém, é levar alguém a um comportamento.” Além da persuasão, é claro, devemos ressaltar que a propaganda é, também, um fenômeno discursivo que articula ideologia, poder, subjetividade e contexto sócio-histórico, influenciando e sendo influenciado pelas relações sociais e estruturas de poder existentes.

Diante das diversas propagandas que circularam no país da marca Skol, realizamos um recorte e selecionamos duas peças buscando destacar, sob a perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso, o modo como a figura feminina é representada. Sem nos esquecermos das condições de produção e da história, vale ressaltar que há um distanciamento de quase 20 anos entre a divulgação das peças selecionadas. Segundo Fernandes e Sá (2021, p. 23),

[...] A análise destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem.

Diante disso, a propaganda apresentada na Figura 1 foi divulgada em formato impresso em 2006, em uma campanha intitulada “Invenções”, cujo intuito era apresentar invenções relacionadas ao gênero feminino. Podemos observar que as imagens estão separadas em dois momentos; no primeiro, temos um homem na praia jogando bola e o seguinte enunciado: “Se o cara que inventou a Skol tivesse inventado a pelada, ela não seria assim”. No segundo quadro, vemos agora esse mesmo homem correndo atrás de uma mulher nua e o enunciado “Seria assim.”.

Figura 1 - Campanha publicitária *Invenções* da marca Skol.



Fonte: Adforum⁸

Apenas com a simples observação da propaganda, nota-se que não é necessário nenhum instrumento especial de análise para constatar claramente a objetificação

⁸ Disponível em: <https://br.adforum.com/talent/66834-andre-kassu/work/6684347>. Acesso em: 10 maio 2024.

feminina e o apelo sexual explícito na imagem e no discurso propagandístico. A partir dos elementos visuais, a figura feminina está sendo ilustrada claramente como um mero objeto, neste caso, de desejo sexual – sendo exposta sem roupas correndo de um homem em uma praia. Por meio de uma leitura interpretativista, podemos concluir que a propaganda da cerveja da Skol se utiliza exageradamente da sensualidade e da nudez feminina, de modo a sexualizar o corpo feminino. Na propaganda em questão, não há um discurso velado ou sutil; a imagem feminina está intimamente relacionada e retratada como um produto, ou seja, propiciando a analogia da cerveja ao gênero feminino.

A referida propaganda revela as relações de forças na nossa sociedade, pois, conforme Orlandi (2015, p. 37), “nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação”. Nesse sentido, no percurso da história da humanidade, podemos observar a prevalência de estruturas sociais substanciadas em relações hierarquizadas de gêneros, nas quase é do homem a posição privilegiada do topo da pirâmide e, assim, o sujeito masculino é visto como o detentor de mais poder e autoridade. Sendo assim, as relações de força são reproduzidas “nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (Foucault, 2005, p. 23). Quando o discurso propagandístico objetifica, menospreza e desvaloriza a mulher, algo até hoje disseminado na mídia, somos levados a compreender que ainda estamos longe de uma sociedade que preze pela igualdade de oportunidades e muito menos pela tão almejada igualdade de gênero.

No que se refere à propaganda da Skol, há a apropriação do arquétipo de mulher bonita, construído no imaginário coletivo da sociedade brasileira contemporânea: a mulher alta, jovem, loira e esbelta, o que pode ser definido como um padrão de beleza socialmente característico, principalmente, da mulher brasileira. Possenti (2011, p. 236) comenta que

[...] O que todos sabem sobre a questão é que, salvo raríssimas exceções, não há loiras que se finjam de morenas, mas há muitas morenas que se fingem de loiras. Isso deveria significar que, em nosso imaginário, tanto masculino e quanto feminino, a loirice é considerada uma vantagem, que consideramos as loiras mais bonitas, mais charmosas, etc., que as outras mulheres.

Ainda conforme o autor, as mulheres loiras, geralmente, são retratadas no meio social reforçando estereótipos como “mulher burra” e/ou mulher sexualmente disponível. Dessa forma, percebe-se que o discurso propagandístico retratou, por longos anos, uma idealização de beleza feminina e um padrão de beleza inatingível por uma significativa parte da população gerando, assim, uma série de inseguranças, baixa autoestima e distorções na autoimagem do corpo feminino. Instaurou-se, então, no pensamento coletivo, sobretudo, nas mulheres, um modelo que elas precisam seguir para atingir determinados objetivos sociais, por exemplo, elevado nível social, carreira, relacionamentos etc., o que, conseqüentemente, deixou à margem desse processo os outros modelos femininos que não eram considerados padrões.

Além disso, a representação sexualizada da mulher escancarada nas propagandas sustentava (e ainda nutre, infelizmente) o debate no tocante à violência de gênero e da cultura de estupro contra as mulheres, o que desencadeia a manutenção da reprodução de estereótipos e de comportamentos nocivos à população feminina. Assim, quando a mulher é reduzida apenas à sua forma física e à sua função sexual tem-se uma desvalorização do seu papel social, bem como suas outras características, habilidades e atributos. Nesse tipo de propaganda, há um exacerbado apelo enaltecendo a virilidade, de modo a desconsiderar totalmente a identidade da mulher. Para Foucault (2014, p. 82),

[...] O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado,

meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado.

Ao falarmos em corpo, trazemos a noção de Foucault, que considera a presença do corpo na sociedade quando estes são inseridos em uma cultura, afastando-se, assim, de um aspecto físico para assumir um significado cultural. Por este viés, quando o corpo feminino se faz exposto nas propagandas de cerveja, este mesmo corpo está carregado de sentidos, aspectos e valores que precisam ser investigados, buscando revelar para o que e/ou quem eles, de fato, estão favorecendo com sua propagação. Logo, a ideia de corpo na contemporaneidade, sobretudo, a representação do corpo feminino na mídia, é de um corpo supostamente regulado e manipulado.

Outro recurso utilizado na propaganda é a seleção da palavra “pelada”, a qual, dependendo do contexto empregado, segundo Orlandi (2015), pode ter diversas maneiras de significar seus dizeres, os quais somente fazem sentido quando seu efeito é ali construído e entendido. Porém, tal expressão está sendo utilizada dentro do mesmo campo de significados, evidenciando uma ambiguidade, usada de forma proposital. Segundo Pêcheux (1995, p. 160, grifos do autor),

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidos (isso é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.*

O termo “pelada” é frequentemente utilizado no campo semântico respectivo ao futebol. No entanto, nota-se que a palavra empregada também pode ser atribuída ao corpo feminino, como retratado na propaganda em questão. O que chamaria a atenção do interlocutor, e até mesmo provocaria o riso, seria o fato de o homem parar de correr atrás da bola de futebol e passar a correr atrás da mulher nua, clarificando a presença da objetificação feminina na linguagem publicitária da Skol. Notamos, também, a estreita relação do *slogan* da marca de cerveja “com Skol, o verão fica redondo” à submissão e dominação do corpo feminino, pois, de acordo com o bordão da marca de cerveja, “ficar redondo” carrega uma valoração de caráter positivo, assim, pode-se deduzir que ao possuir/obter uma mulher o verão ficaria mais agradável.

O discurso propagandístico analisado apresenta a mulher baseada em atributos inatos, naturalizados, delineando uma relação coerente entre sexo, gênero e desejo. A circulação dessa propaganda acaba por legitimar modelos tradicionais, apresentando imagens estereotipadas da mulher na nossa sociedade. Desse modo, os discursos disseminados pelas propagandas da indústria cervejeira e as imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa a respeito do universo feminino fornecem ideologias patriarcais, mitos e estigmas que auxiliam a constituir e a manter uma cultura machista. Segundo Murta (2007, p. 34),

as principais funções das marcas são proteger os produtos dos ataques de seus concorrentes e destacá-los na mente do consumidor. Cervejas, por exemplo, são muito difíceis de serem identificadas apenas pelo sabor. A concorrência nesse mercado é muito acirrada e a pressão por cada centímetro de mercado é muito grande.

Sendo assim, o discurso propagandístico é elaborado com o objetivo de alcançar e atingir o senso comum, com isso, existe um significado do discurso dominante socialmente atribuído à mulher. A venda da cerveja, por intensos anos, não criava no imaginário coletivo um poder de venda por ela mesma, então foi preciso associá-la a outros elementos que despertasse o interesse e a atenção do público consumidor (atribuídos nesse caso à mulher) para, enfim, tornar-se um objeto de desejo e consumo, criando uma relação entre mídia, gênero e poder.

A relação da mulher e o produto é construída também por meio do apelo sexual que provoca desejos mediante o estímulo dos sentidos, já que a imagem retratada tem o efeito de chamar e prender a atenção do público masculino. De acordo com Tavares (2003, p. 118), "as marcas conquistam o mercado como entidades físicas e perceptuais, funcionando como resposta psíquica aos desejos e às fantasias de um inconsciente coletivo." Com isso, as marcas de cervejas, sobretudo, a Skol, são grandes instrumentos de propagação de ideologias da sociedade, reproduzindo ideais que o ramo cervejeiro, majoritariamente machista, defende e valoriza.

Seguindo as premissas de Hooks (1981, p. 64), o patriarcado é compreendido como "o poder que os homens usam para dominar as mulheres, este não sendo apenas um privilégio das classes altas e médias dos homens brancos, mas um privilégio de todos os homens na sociedade sem olhar a classe ou a raça". Logo, o patriarcado determina as diferenças de gêneros existentes no meio social, o que pode ser facilmente notado quando diz respeito aos discursos sobre o corpo que emergem em diferentes esferas, essencialmente em propagandas, nas quais verifica-se que o homem detém de uma liberdade maior sobre seu corpo, desde que esse modelo corporal esteja conforme um padrão de beleza estipulado na sociedade, instituído por uma visão binária de gênero/sexualidade.

Todavia, a mulher, como imagem oposta e inferior ao homem, será considerada socialmente, na maioria dos casos, apenas passível a satisfação dos prazeres sexuais e visualizada de acordo com uma grande dicotomia que prevalece no imaginário coletivo: uma mulher santa *versus* uma mulher vulgar, incitando o debate em torno da questão se essa mulher pode ser julgada como uma pessoa "de respeito" ou uma pessoa promíscua – conhecida popularmente como "vadia". Temos, então, o surgimento de um simulacro que, conforme Possenti (2011), o discurso feminino sobre o corpo diz que ela é livre, possui o direito de escolha e de se comportar da forma como preferir; já o discurso masculino, a respeito do corpo da mulher, diz que ela é "vulgar", "puta" e/ou "mulher fácil" de acordo com suas atitudes; o que, convenhamos, não passa de simples imaginação e devaneio masculino. Independentemente, as duas concepções sobre a mulher estão hierarquicamente subalternas aos homens.

Como vimos, a imagem feminina foi utilizada como objeto de consumo e desejo, sendo atribuída, muitas vezes, como um modelo sexual de posse, sobretudo, dos homens. Esses mecanismos manuseados pela mídia, especialmente pelas propagandas de cerveja, foram usados por extensos anos. Todavia, com as mudanças sociais e as novas condições de produção, passou-se a ter uma visão mais crítica e reflexiva a respeito da função desse sujeito mulher na nossa sociedade, com isso, o *marketing* da indústria de cerveja se viu obrigada a acompanhar tais mudanças, por isso teve que se ressignificar e se moldar à nova sociedade e ao perfil do consumidor que surgiu com as diferentes perspectivas sociais, ou seja, o público-alvo não era mais apenas os homens, mas também as mulheres que, curiosamente, passaram a ingerir álcool de forma igual ou superior aos homens⁹.

Conforme os avanços sobre os direitos femininos e o fortalecimento dos movimentos feministas na sociedade contemporânea, a mulher ganhou mais espaço no meio

⁹ Segundo artigo disponível na revista National Geographic, "o álcool está matando mais mulheres do que nunca". (nationalgeographicbrasil.com). Acesso em: 24 maio 2024.

social, ganhando mais representatividade e ocupando cargos os quais, antes, eram apenas de homens. À medida que a mulher começa a trilhar um caminho de conquistas e de reconhecimento, de empoderamento e de valorização social, já não é mais aceitável (ao menos facilmente) certas ideias de caráter negativo e depreciativo sobre sua imagem na mídia e isto incluía, principalmente, os discursos propagandísticos. As mulheres começaram a ter mais voz, a serem um pouco mais ouvidas nas mais diversas esferas sociais e tudo isso suscitou uma série de questionamentos acerca dos discursos propagandísticos que, de alguma forma, envolvia o público feminino de maneira estereotipada e objetificada.

Paralelamente, a marca de cerveja Skol, foi uma das grandes empresas da indústria cervejeira que foi confrontada por esse novo perfil consumidor. Prova disso, foi no ano de 2015, quando em uma campanha de carnaval elaborada pela consolidada marca de cerveja, trazia frases como “Topo antes de saber a pergunta” e “Esqueci o não em casa”, as quais produziam efeitos de sentidos diversos, inclusive o de apologia ao estupro. Obviamente, de acordo com a condição sócio-histórica-ideológica atual, a peça publicitária em questão não foi bem recebida pelo público, especialmente pelas mulheres que, rapidamente, adotaram um posicionamento contrário à marca e demonstraram sua indignação e repúdio à divulgação. Essa campanha foi considerada uma das mais problemáticas da Skol e acabou sendo denunciada ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária) que, por sua vez, determinou a retratação da empresa cervejeira e a reformulação da campanha. A partir disso, não só Skol, mas várias empresas iniciaram uma nova estratégia de *marketing* e aderiram a um posicionamento diferente em relação à mulher.

Essa nova postura é perceptível na propaganda do Dia Internacional da Mulher, realizada no ano de 2018, em que a Skol divulgou a campanha “Escuta as minas”. A figura 2 é um recorte da campanha audiovisual elaborada com o intuito de proporcionar maior visibilidade positiva à mulher (diferentemente da forma objetificada, sexualizada e/ou submissa que era retratada anteriormente pela própria marca), além de proporcionar ao sujeito feminino que sua voz seja ouvida também nas campanhas publicitárias, essencialmente, as de bebidas alcoólicas, exercendo, assim, mais representatividade e valorização da mulher na sociedade.

A propaganda televisiva tinha como plano de fundo um bar (algo aparentemente típico dos comerciais de cerveja), entretanto, o diferencial desse comercial para os demais já produzidos pela respectiva empresa cervejeira é a posição e o foco direcionado ao sujeito feminino, isto é, a mulher (vista anteriormente apenas como objetificada e em um papel de subserviência), agora, passou a ser vista como uma mulher empoderada que pode ter os mesmos direitos (ainda que numa mesa do bar) que um homem, bebendo tranquilamente e conversando com suas amigas. Essa propaganda iniciava com a narração de uma mulher que incitava a seguinte reflexão: “Vocês não vão acreditar, mas isso é um comercial de cerveja (...) com mulher bebendo Skol e não servindo”. O conteúdo publicitário tinha como objetivo o combate à desigualdade de gênero e aos estigmas relacionados à figura da mulher passiva, submissa e subserviente ao homem, ou seja, buscava romper com o ciclo de objetificação e do pensamento retrógrado de que a mulher precisava servir nas propagandas televisivas. Após essa apresentação, a protagonista comenta: “E a gente tem voz! Adivinha o que acontece quando escutam as minas”. Com isso, a propaganda elaborada pela Skol começa a ter a interação e o engajamento desejado, vários comentários escritos por mulheres surgem como uma maneira de lutar contra o machismo existente em nossa sociedade.

As palavras e frases que apareciam na campanha do Dia Internacional da Mulher foram mencionadas nas redes sociais por mulheres que usaram a *hashtag* elaborada pela Skol, “#ESCUTAASMINAS”, no mês da mulher. A estratégia de *marketing* da Skol – apostar na *hashtag* e combiná-la a seu *slogan* “Porque quando a gente escuta as minas tudo fica mais redondo” – trouxe resultados positivos e grande participação do público, o que, por conseguinte, cooperou para o sucesso de divulgação da marca na *internet*.

Notamos, assim, o poder da mídia e de grandes empresas que atuam fortemente no ambiente midiático, tal como a Skol, na propagação ou na desconstrução de ideologias e estereótipos a respeito do sujeito feminino que circula na sociedade atual. Na figura 2, percebemos que, além de abordar uma discussão sobre o machismo, a campanha também se preocupa em retratar múltiplos perfis de mulheres, uma tentativa de inclusão aos diversos parâmetros de beleza feminina, proporcionando maior representatividade, por exemplo, de grupos apagados pela mídia televisiva como mulheres negras e mulheres de faixa etária mais elevada, evidenciando, portanto, as novas perspectivas do público consumidor.

Figura 2 – Propaganda da Skol de 2018



Fonte: B9¹⁰

A partir das novas condições de produção, as quais “é a partir delas que os sentidos podem ser previstos e, dessa forma, constituir não só os sentidos do discurso como também regular a própria formação discursiva (FD) e, conseqüentemente, a formação ideológica (FI)” (Machado, 2011, p. 253), podemos determinar os efeitos de sentidos outros. Com a construção de uma sociedade mais engajada em questões sociais, principalmente as que impendem o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, tais como: o machismo, o racismo, a desigualdade etc., as propagandas de cerveja começaram a ter uma outra abordagem sobre o sujeito feminino, assim como outras temáticas de cunho social. Após diversas repercussões negativas a respeito de como a mulher estava sendo representada nas campanhas publicitárias, ocorreu um monitoramento mais rígido por parte da Conar e dos órgãos competentes pela produção e reprodução de campanhas publicitárias de cervejas no país.

Observamos, então, que nos últimos anos ocorreu uma ressignificação do retrato da mulher nas campanhas publicitárias de bebidas alcoólicas, bem como da presença, de modo geral, do sujeito feminino nos discursos propagandísticos. Tal situação leva-nos ao seguinte questionamento: por que depois de fiscalizações mais severas e de novos paradigmas sociais, o perfil das campanhas publicitárias, principalmente de cervejas, mudou em relação à utilização do sujeito mulher? Ao refletirmos sobre isso, chegamos à possível conclusão de que tal fato tenha ocorrido devido à existência de formações discursivas diferentes presentes na sociedade, a qual “define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2015, p. 41). Nesse sentido, o que está sendo proposto não é apenas um olhar outro, mas uma concepção outra do que é ser mulher e, assim, não é mais possível

¹⁰ Disponível em: <https://www.b9.com.br/87953/escutaasminas-skol-abre-suas-redes-sociais-para-saber-como-mulheres-querem-se-ver-em-campanhas-de-cerveja/>. Acesso em: 27 maio 2024.

pensar na figura feminina exercendo o papel de subserviência, de forma objetificada e sexualizada para chamar a atenção do público consumidor e, conseqüentemente, servir como meio “lucrativo”.

Nas propagandas de cerveja em questão podemos dizer que o imaginário coletivo, principalmente o masculino, desperta no inconsciente dos sujeitos a ideia de que é perfeitamente lógico encontrar mulheres lindas e que estão à disposição (prontas para servi-los, até mesmo sexualmente) em bares, praias e que elas seguem um modelo de beleza estabelecido pelo meio social, um padrão idealizado no inconsciente masculino (uma mulher sensual, provocante e capaz de despertar imaginações eróticas), logo, não é qualquer mulher que pode chamar a atenção do público consumidor e, como consequência, uma expressiva parcela de mulheres são marginalizadas do meio propagandístico. Sendo assim, o arquétipo de mulher, conforme o senso comum (bela, recatada e do lar), infelizmente ainda muito presente em vários setores da nossa sociedade, principalmente no ambiente da política e nas questões ideológicas político-partidárias, não adentra nesse imaginário, uma vez que cabe a essa mulher somente o espaço privado do lar, zelando pela sua casa, filhos e marido, isto é, o seu papel é unicamente servir as vontades, majoritariamente, masculinas. De acordo com Gracioso (2001), a propaganda reflete os costumes, valores e comportamentos de uma sociedade, sendo considerada, então, como um espelho da sociedade moderna.

Esse pensamento comprova, mais uma vez, a depreciação feminina explícita ou implícita no discurso propagandístico. Desse modo, verifica-se que não há simplesmente um desaparecimento da mulher nas propagandas de cervejas atuais, mas há, também, uma forma simbólica de silenciar o sujeito feminino (ou ao menos uma tentativa de reprimir e controlar as mulheres, principalmente seus corpos). Conforme Foucault (2014, p. 84),

Qual é o tipo de investimento do corpo que é necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista como a nossa? Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metucioso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias [...] E depois, a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas [...] resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual.

Diante dessa perspectiva, a imagem feminina pode ser compreendida com base nas relações de poder estabelecidas na sociedade. Contemporaneamente, contrário ao que vimos na sociedade disciplinar, percebemos o poder sendo praticado sobre um corpo docilizado, em que o controle do corpo feminino é ajustado de formas indiretas mediante diferentes dispositivos. Dessa forma, a mídia não age diretamente no imaginário coletivo, ou seja, ditando regras ou obrigando o sujeito a realizar ações, temos distintos discursos e relações de poder atuando indiretamente e causando consequências nos corpos afetados.

Atualmente, a sociedade brasileira está inserida no discurso que dissemina a alta valorização da sexualidade e o culto ao corpo perfeito, destinado majoritariamente às mulheres. É exatamente por isso que notamos em diferentes meios sociais, predominantemente nas propagandas, a exploração de uma imagem feminina carregada de atributos físicos, sensuais, encantadores aos olhos do público, atrelado à representação de uma mulher poderosa, empoderada, sedutora e fatal, a qual não mais se submete e/ou aceita as imposições masculinas. Diante disso, surge um novo discurso propagandístico, ou melhor, manifesta-se um discurso ressignificado a respeito da mulher nas propagandas de cervejas. A figura feminina é ilustrada como empoderada e dona de si, exalando uma superioridade perante os homens, conforme observado na campanha publicitária de 2018 da Skol, por

outro lado, essa mulher, ao se desvincular do discurso de submissão masculina, torna-se submissa aos modelos de beleza fixados na sociedade moderna, portanto, em ambos os casos, essa mulher, mesmo que de forma inconsciente, permanece presa às pressões sociais.

Além disso, conforme a análise de propagandas recentes da Skol, observamos que foram escassas as campanhas publicitárias que trazem como foco o sujeito feminino para além dos seus atributos físicos, por exemplo, que enfatizem as habilidades e competências, o intelecto, o humor e tudo o que se desprenda do corpo atraente. As propagandas de cerveja, em sua maioria, vêm abandonando certos discursos estereotipados a respeito do sujeito feminino e adotando um discurso mais respeitoso, com ênfase em pautas sociais e não somente sobre o corpo feminino.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a representação da mulher em duas propagandas de cerveja da marca Skol, a partir dos recursos teórico-metodológicos da Análise do Discurso. A escolha desta teoria permitiu que nossas reflexões atingissem a exterioridade linguística, colocando em evidência os aspectos ideológicos e históricos em que o sujeito se encontra diante da propagação desses materiais e como as abordagens se ressignificam em diferentes contextos sociais, considerando o distanciamento de quase 20 anos entre as peças selecionadas para as análises.

A partir das reflexões realizadas, percebemos as mudanças nos discursos acerca do sujeito feminino nas propagandas de cerveja. Em 2006, vemos uma abordagem fortemente misógina com relação à mulher, expondo-a nua e de forma objetificada e apresentando-a de modo estereotipado pela sociedade brasileira: uma mulher alta, magra e loira, e que serve apenas para suprir os desejos, majoritariamente masculinos. Em 2018, constatamos uma conduta oposta ao que sempre foi propagado, trazendo uma diversidade de mulheres, tais como tom de pele, cabelo, idade, entre outros. Agora, elas não estão mais servindo os homens, considerados, até então, os únicos consumidores de cerveja; elas também se tornaram consumidoras deste produto. Vale destacar, ainda, os enunciados de cada propaganda: na primeira, o sentido produzido inferioriza a mulher, enquanto na segunda, enaltece-a e oferece um suporte para que ela possa se expressar e se tornar, efetivamente, um sujeito participante.

Contudo, apesar das significativas mudanças que ocorreram nesse cenário – com a ajuda dos movimentos feministas e com o monitoramento do Conar, por exemplo – isso não quer dizer que essas novas abordagens findaram o machismo na sociedade brasileira. Ele ainda permanece, só que, talvez, de uma forma mais velada. Durante o desenvolvimento deste trabalho, pesquisamos várias propagandas de cerveja da marca Skol de alcance nacional e mais atuais para as análises e podemos dizer que as mulheres estão desaparecendo dessas campanhas. Mas, no perfil do *Instagram*¹¹ da Skol, com mais de 600 mil seguidores, e a partir dos novos modos de disseminação de informação com o crescimento das redes sociais, constata-se a produção e compartilhamento de *Reels* – um novo recurso criado pelo aplicativo para a divulgação de vídeos curtos – em que mulheres são vistas fazendo a divulgação do produto e não sendo mais inferiorizadas como eram há algumas décadas. No entanto, entendemos que essas novas estratégias ainda são um reflexo da classe dominante, pois o objetivo continua o mesmo: a venda e o lucro desses produtos, considerando que as mulheres passaram a ser novas consumidoras e, dessa forma, a linguagem precisou se adequar a possíveis novas demandas.

¹¹ Você pode conferir o perfil da marca neste link: <https://www.instagram.com/skol/>. Acesso em: 27 maio 2024.

5. REFERÊNCIAS

- BERTOMEU, João Vicente Cegato. A crítica genética na propaganda. Manuscrita: **revista de Crítica Genética**. Vitória - ES, n. 14, p. 268-276, 2006.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- FERNANDES, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- GRACIOSO, Francisco; PENTEADO, J. Roberto Whitaker. **50 Anos de Vida e Propaganda Brasileiras**. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial Ltda, 2001.
- HOOKS, bell. ***Ain't I a Woman?: Black women and feminism***. United States: South end Press, 1981.
- LOVATO, Cristina dos Santos; BORGES, Nathálie Debus; KEHLER, Gabriel dos Santos. A mulher “objetificada”: uma análise crítica do discurso em propagandas de cerveja. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.16, n.7, p. 5779-5796, 2023.
- MACHADO, R. P. B. O discurso parodístico: da constituição à comunicação. **Signum: Estudos da Linguagem**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 247–271, 2011. DOI: 10.5433/2237-4876.2012v15n3p247. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/11826>. Acesso em: 27 maio 2024.
- MURTA, Gino. **O Briefing da Ética**. São Paulo, 2007.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- POSSENTI, Sírio. Estereótipos e identidade: o caso nas piadas. **Gragoatá**, v. 6, n. 11, p. 227-240, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/47032>. Acesso em: 10 de out. 2023.
- SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 1993.
- TAVARES, M. C. G. C. **Imagem corporal: conceito e desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003.

ALTERIDADE E AUTORIA NA ESCRITA DO CASO CLÍNICO EM PSICANÁLISE

Maria Eduarda Freitas Moraes (PUCRS/CNPq)¹

1. INTRODUÇÃO

A Psicanálise é um dispositivo da palavra. Desde os estudos de Freud sobre a histeria (Freud, 1893-1895/2016), é reconhecido o trabalho psíquico realizado no espaço de análise como trabalho do inconsciente, ou seja, de um saber, até o momento do trabalho analítico, desconhecido e insabido. A necessidade de passar esse saber para o dizer e, com isso, desvendar a formação dos sintomas é característica do trabalho freudiano com a histeria e ficou nomeado pela paciente Anna O. como *talking cure*, a cura pela fala e pela palavra.

Nos escritos de Freud sobre seus casos clínicos, o autor pontua que seus primeiros registros e anotações acerca do paciente eram tomados após o dia de atendimento (Freud, 1905/2016). A construção do caso, no entanto, implica mais do que uma anotação ou registro, envolve uma contribuição específica para um campo do conhecimento e Freud marca em seus textos, como o caso Dora (1905/2016), essa posição ética.

A escrita de um caso clínico é um trabalho científico à medida que busca relatar o processo de análise. Para tanto, são apresentados conceitos que permitam articular a experiência à Teoria Psicanalítica como campo formulado e articulado por Freud, entre outros autores. No entanto, a escrita do caso é, ainda, um fazer poético (Montesano, 2021), pois não visa um relato exaustivo de tudo o que se passou em análise, tampouco deve apresentar um excesso de termos conceituais que impeçam de transmitir o real da experiência clínica, havendo uma preocupação estética. Ao mesmo tempo, o caso clínico está longe de ser uma escrita ficcional. Freud (1905/2016), na apresentação do caso Dora, critica aqueles que leem seu texto com curiosidade, como se lessem um romance, visto que o objeto do texto é justamente articular e formular conceitos para a reflexão sobre a prática da psicanálise.

No campo dos estudos da linguagem, Bakhtin (1952-1953/2022) postulava os gêneros discursivos como tipos de enunciados relativamente estáveis e ligados intrinsecamente à determinada área da atividade humana. Os campos da atividade humana demandam modos específicos de articular os enunciados. Suas características, sua maior ou menor plasticidade e capacidade de alteração composicional dos enunciados, assim como seu maior ou menor grau de formalidade irá variar conforme o gênero em questão. O filósofo da linguagem diferenciou os gêneros primários e secundários em função da esfera da atividade humana a que está ligado: se mais informal e cotidiano, primário, sem tanto monitoramento e engessamento, mas se, pelo contrário, mais enformado, trabalhado formalmente no que compete à composição e à linguagem, pressupõe-se que provêm da cultura, da ciência ou outra esfera de linguagem menos espontânea (Bakhtin, 1952-1953/2022). Ele frisa também que, mesmo com essa classificação, não há impedimento de haver gêneros primários nos secundários e vice-versa. Há possibilidade de hibridização entre os gêneros discursivos e eles constituem-se através da incorporação e assimilação de outros gêneros, de outros tipos e esferas, sempre para cumprir a demanda comunicacional de dada realidade e contexto.

O caso clínico em psicanálise possui especificidades ético-estéticas e, portanto, especificidades discursivas. Não se trata de um discurso descritivo e exaustivo de

¹ Psicóloga e Psicanalista. Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e bolsista CNPq. Email: mariaefmoraes@gmail.com

atendimentos clínicos. Do mesmo modo, não visa a realizar um discurso sobre o paciente enquanto objeto, visto que o próprio paciente é o sujeito falante em análise. A finalidade da escrita do caso clínico envolve a transmissão da psicanálise por meio de uma reconstrução narrativa atravessada pela subjetividade do analista (Dunker e Zanetti, 2017; Marcos, 2018), visto que o produto não será se o mesmo paciente for atendido por analistas distintos. Além de cumprir um objetivo de transmissão da prática da psicanálise, o caso adquire funções para o analista que escreve, pois ele elabora, nessa escrita, uma parte de si ao realizar um movimento reflexivo sobre seu próprio trabalho.

A transferência, nesse sentido, é um conceito fundamental para compreender o processo de análise, pois marca a alteridade composta pelos outros que foram e são significativos para o sujeito. Freud irá assinalar que: “todo ser humano, pela ação conjunta de sua disposição inata e de influências experimentadas na infância, adquire um certo modo característico de conduzir sua vida amorosa” (Freud, 1912/2010a, p. 134) e esse modo então seria reatualizado no tratamento analítico, na particular relação entre analista e paciente. Para Lacan (1951/1998), por sua vez, a transferência diz respeito ao aparecimento, na situação de análise, dos modos permanentes pelos quais o sujeito constitui seus objetos. Sendo assim, pode-se interrogar a posição que o sujeito ocupa frente aos outros que lhe são significativos no campo amoroso, considerando que o analista passa a integrar essa série de outros significativos para o sujeito. A progressão da análise, nessa via, se faria pela projeção do passado do sujeito no seu discurso, em devir (Lacan, 1951/1998).

Mas o que ocorre para que o sujeito possa endereçar a transferência ao analista? Trata-se de uma situação em que o sujeito encontra um espaço onde ele pode ser escutado; essa escuta, por sua vez, oportuniza que o sujeito enderece sua fala ao outro. Nesse âmbito, será uma posição ética para a psicanálise a compreensão de que o analista dirige o tratamento, mas não o paciente (Lacan, 1966/1998). Sendo assim, o analista é responsável por sustentar o espaço de escuta, mas não determina o modo como o sujeito deve agir em relação às suas questões; pelo contrário, o analista irá buscar que o sujeito possa efetivamente expressar suas demandas e suas fantasias, como proposto na técnica da associação livre (Freud, 1893-1895/2016).

O escrito analítico possui a característica mais marcada do que em outros gêneros de ser escrito *para* alguém (Mezan, 2021). Desse modo, sua escrita e inscrição implicam o analista de maneira pessoal. A escrita dos casos clínicos resultará do que resta de não resolvido em transferência. Não se espera a apresentação de um caso modelo ou de ensinar como se faz psicanálise, uma vez que o objetivo não será de estabelecer protocolos ou de ensinar modos de lidar com uma relação que é da ordem da singularidade. Costa (2008), nesse sentido, salienta que “Os casos freudianos publicados são dessa ordem: eles ensinam a partir do que restou de não-resolvido na transferência, mesmo quando o autor se dedica a construir o ensinamento da estrutura discursiva que sustenta o sintoma” (Costa, 2008, p. 31).

Além disso, parte-se do pressuposto de que “todo esforço para dar fidedignidade a um relato clínico sempre terá algo incompleto” (Leães, 2020, p. 182). A escrita de um caso clínico será sempre uma escrita parcial, de um resto produzido pelo analista e pelo analisando como resultado da análise. Compreendemos que os enunciados podem adquirir certo acabamento à medida que o sujeito passa palavra para o outro, em uma perspectiva dialógica. Entretanto, esse acabamento será parcial, visto que novos sentidos sempre poderão advir.

Partindo do pressuposto de que é possível afirmar que o caso clínico se constitui como um gênero discursivo específico (Montesano, 2021), o presente trabalho visa empreender uma reflexão teórico-metodológica sobre a escrita do caso clínico em Psicanálise salientando a função da alteridade, uma vez que sem transferência não há tratamento psicanalítico. Para tanto, articula-se a psicanálise à Teoria Dialógica do Discurso, considerando a função que a alteridade ocupa em ambas as teorias (Amorim, 2018), ou seja, um lugar que opera uma função essencial para a constituição de um sujeito.

Ao propor a articulação teórica entre a psicanálise e a Teoria Dialógica do Discurso do Círculo de Bakhtin, compreende-se o pensamento bakhtiniano como inclassificável do modo como propõe Ponzio (2010a). Para o autor, o pensamento de Mikhail Bakhtin e o Círculo² proporcionou uma revolução no âmbito da linguagem que consiste em atentar para a alteridade em vez da identidade. Nessa via, busca-se refletir sobre a dialogicidade implicada em toda relação, que necessariamente passa pela linguagem mas não se restringe ao verbal. Ponzio (2010a) ainda salienta que a abordagem bakhtiniana difere-se de outras abordagens da linguagem por considerar a abertura ao desconhecido. Com isso, compreende-se a abordagem como oportuna para a reflexão sobre o fazer analítico, uma vez que se trata justamente do trabalho com o inconsciente.

2. INSCREVER E ESCREVER O CASO CLÍNICO EM RELAÇÃO DIALÓGICA COM A ALTERIDADE: A EMERGÊNCIA DA PALAVRA BIVOCAL

Sendo a psicanálise um dispositivo da palavra, a escrita do seu fazer produz uma materialidade da transferência e da cura³. Trata-se de uma elaboração discursiva a partir da experiência de contato com um saber inconsciente que se presentifica na transferência. A elaboração, nessa perspectiva, pode ser compreendida do modo proposto por Freud (1914/2010) em *Recordar, repetir e elaborar*, elaboração, perelaboração das resistências e de conteúdos que restam não simbolizados na história do sujeito, que o impedem de encontrar-se com o seu desejo.

Gagnebin (2009), ao analisar a função da escrita, assinala a “fidelidade ao passado”, não pela sua idealização, mas para a transformação do presente (Gagnebin, 2009, p. 55). Essa rememoração ativa, que é responsável por modificar os modos de se fazer presente, é também registro de rastro da alteridade e que não pressupõe intencionalidade ou racionalidade (Gagnebin, 2009). Trata-se de um modo de recordar o vivido e elaborar a experiência de modo a se re-situar no mundo, apresentando também um testemunho.

Na escrita do caso, o analista externaliza e materializa as posições por ele ocupadas durante o processo de análise, ou seja, no âmbito transferencial. Cabe ressaltar a transferência aqui compreendida como fenômeno que ocorre na análise, na singular relação entre analista e analisando. Nessa dinâmica, o analisando projeta no analista sentimentos vivenciados anteriormente com outros que lhe são ou foram significativos. Os sentimentos são então reatualizados na relação com o analista. A reatualização aqui não é mera reprodução do que já foi vivido anteriormente. A transferência é a atualidade viva do inconsciente, “atualização da realidade do inconsciente” (Mattuella, 2022, p. 125).

A escrita exerce uma função tão importante para a psicanálise que pode ser considerada um dos pilares da formação do analista⁴ (Flesler, 2021). Segundo Flesler (2021),

² O Círculo de Bakhtin foi um grupo composto por intelectuais que se reuniram entre 1919 e 1929 na Rússia. O grupo produziu questionamentos a teorias que se desenvolveram na época, como a linguística e a psicanálise, propondo uma leitura crítica. Além disso, enfatizou a análise dos enunciados considerando os contextos sociais e ideológicos onde se inserem (Faraco, 2009). Este trabalho irá centrar sua discussão nas obras de Mikhail Bakhtin. Entretanto, se reconhece que houve uma intensa colaboração entre o autor e outros membros do grupo, como Pável Nikoláievitch Medviédev e Valentin Volóchinov, para o desenvolvimento do pensamento bakhtiniano (Grillo e Américo, 2019).

³ Cura, em termos psicanalíticos, é aqui compreendida como processo de análise e não um objetivo a ser atingido ou um ideal a ser buscado.

⁴ A psicanálise não possui uma formação acadêmica. Antes, é constituída por um tripé que envolve a experiência da análise pessoal – a própria análise e reanálise do analista –, a supervisão da prática clínica e o estudo teórico. O que Flesler (2021) propõe é a escritura como quarto elemento para a formação.

A escritura e a leitura de textos da prática clínica podem ser dois tempos que reinstituem o desejo do analista, que é seu objetivo, se recriam e reinstituem o analista diante do que nunca cessa de oferecer resistência, se lhe permitem trabalhar ao redor de espaços vivos da operação analítica, se lhe dão a oportunidade de desprender-se de seu lugar de veterano para renovar sua visão de debutante, e tomar cada caso como novo, o que é o mais difícil, disse Freud e lembrou Lacan. Assim, escrever e ler compõem a operação escritural quando incidem na recriação de um novo tempo na interminável formação do analista (Flesler, 2021, p. 37).

Não é toda escrita de um caso que visa se tornar pública, embora as publicações também sirvam para transmitir o estudo e a prática da psicanálise. Flesler (2021) propõe a escrita como prática inserida na supervisão de casos, de modo que há uma exotopia em relação à própria prática. Nesse processo, o analista reencontra-se com o desejo de analista. Termo proposto por Lacan (1966/1998) para nomear o lugar do analista no espaço de análise: o da falta-a-ser, o lugar de abstinência. Com isso, o desejo do analista é desejo de que haja análise, de que ela efetivamente ocorra, sem projetar ideais ou identificações suas ao paciente.

A exotopia, por sua vez, diz respeito a um movimento estético proposto por Bakhtin que visa a extralocalização, o afastamento, a diferenciação e a mútua alteração entre dois centros de valor (*eu* e *outro*) distintos a partir do encontro dialógico (Bakhtin, 1920-1924/2010; 1920-1925/2023). Para o autor, o acabamento estético se produz com os movimentos de empatia – como aproximação entre *eu* e *outro* – e de exotopia. O acabamento é parcial, haja vista que o sujeito bakhtiniano é, por definição, inacabado (Bakhtin, 1920-1925/2023). A abertura à alteridade pressupõe a impossibilidade de que tanto o *outro*, como centro de valor distinto do *eu*, quanto a própria consciência digam a última palavra sobre o sujeito e sobre o acontecimento estético.

Articulando o pensamento bakhtiniano à psicanálise, pode-se dizer que a transferência abarca os movimentos de empatia e de exotopia na condução do caso clínico. Nesse ponto, cabe assinalar que aqui não se trata do conceito de empatia como termo técnico para condução de um tratamento psicológico. A empatia bakhtiniana já pressupõe a exotopia, como movimentos indissociáveis do dialogismo. O dialogismo, por sua vez, como propriedade da linguagem, pressupõe a materialização em discurso:

Para se tornarem dialógicas, as relações lógicas e concreto-semânticas devem, como já dissemos, materializar-se, ou seja, devem passar a outro campo da existência, devem tornar-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhar *autor*, criador de dado enunciado cuja posição ela expressa (Bakhtin, 1929/2018, p. 210).

Desse modo, há uma exotopia necessária à escrita de todo caso clínico que implica a própria elaboração do posicionamento psicanalista como autor/escritor de um discurso que se materializa. Falar em autoria, nessa perspectiva, não é sinônimo de individualizar a escrita como fragmentária do contexto em que se insere. Pelo contrário, a abordagem bakhtiniana reafirma o quanto só se pode enunciar em contato com a palavra-alheia. A palavra e sua enunciação são sempre produtos das relações dialógicas.

Ainda com os conceitos propostos por Bakhtin em *O autor e a personagem na atividade estética* (1920-1925/2023), torna-se possível refletir sobre o distanciamento necessário entre psicanalista em ato, na atividade de trabalho e no seu fazer clínico, e o psicanalista-escritor/psicanalista-autor para a reconstrução narrativa da experiência do trabalho analítico. Essa reconstrução, no entanto, é por definição incompleta, parcial, limitada. A referência que marca o texto-clínico como um novo gênero discursivo é o sujeito da psicanálise com o sujeito dividido entre saber e verdade. Em outras palavras, sua verdade encontra-se no registro do inconsciente, insabido (Montesano, 2021).

O caso clínico pode se situar entre a realidade e a ficção. Isso porque o caso não corresponde a um relato que visa uma descrição de um conjunto de atendimentos clínicos. Ao mesmo tempo, não se escreve sem ter a perspectiva de partir da experiência clínica para refletir ou questionar a Teoria Psicanalítica. No manuscrito *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (1920-1924/2010), distingue a verdade como *pravda* ou como *istina*. Enquanto *istina* refere-se à verdade teórica e abstrata, *pravda* concerne à verdade revelada pelo ser-evento, no seu devir no existir concreto. O autor assinala que “A inclusão responsável na singularidade única reconhecida do ser-evento é o que constitui a verdade [*pravda*] da situação” (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 91). O ato ético, que é o evento explorado por Bakhtin nesse manuscrito, é o momento em que há asserção do sujeito de uma verdade que lhe concerne de modo implicado subjetivamente. Do mesmo modo, lhe concerne coletivamente à medida que o ato ético supõe a relação dialógica com a alteridade. Conforme Bakhtin,

A expressão do ato a partir do interior e a expressão do existir-evento único no qual se dá o ato exigem a inteira plenitude da palavra: isto é, tanto o seu aspecto de conteúdo-sentido (a palavra-conceito), quanto o emotivo-volitivo (a entonação da palavra), na sua unidade. E em todos esses momentos a palavra plena e única pode ser responsabilmente significativa: pode ser a verdade (*pravda*), e não somente qualquer coisa de subjetivo e fortuito (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 80).

Ponzio (2010b), ao comentar o texto bakhtiniano afirma:

Ele [Bakhtin] faz uma distinção entre a verdade, *istina*, como valor abstrato, a veracidade, o verdadeiro, como ideal universalmente incontestável, mas do qual não há no ato o reconhecimento efetivo, e a verdade, *pravda*, como entonação do ato, como a sua afirmação, ou seja, para o qual tende e pelo qual é aferida e o afere (Ponzio, 2010b, p. 13).

Mais próximo ao final do manuscrito, Bakhtin afirma que “a verdade (*pravda*) do existir-evento contém totalmente em si todo o absoluto extratemporal da verdade (*istina*) teórica” (Bakhtin, 1920-1924/2010, p. 134). Desse modo, *pravda* e *istina* não seriam incompatíveis. Todavia, a *istina* adquire seu sentido de verdade que concerne ao mundo na vida quando se presentifica como *pravda* por meio do ato ético. Nesse âmbito, o caso clínico diz respeito à verdade enquanto *pravda* presente por meio do ato analítico, uma vez que supõe a asserção do sujeito sobre seu inconsciente.

O saber inconsciente, por sua vez, comparece em ato e em discurso; discurso esse que o analisando endereça ao analista enquanto Outro⁵, marcando então a alteridade radical e, ao mesmo tempo, constituinte do sujeito e revisitada por meio da transferência. O analista então devolve esse dizer por meio de interpretações.

O psicanalista-autor escreve a partir de uma falta em relação ao saber e sua elaboração, mas não escreve a partir do nada: seu dizer é produto de uma relação altamente dialogicizada com o analisando. Moll, Di Fanti e Rosa (2023) propõem o próprio processo de transferência como coenunciação, indicando que há um discurso próprio do espaço de análise que se constitui em permanente relação com a alteridade. Todavia, essa relação com a alteridade não é signo de relação pacífica. Trata-se, antes, da relação tensa entre dois centros de valor distintos que, justamente por conter diferença, criam essa tensão que permite aos dois centros se alterarem mutuamente e produzirem novas configurações discursivas.

⁵ Cabe diferenciar Outro de outro na obra de Jacques Lacan. O Outro se refere ao “lugar da estrutura da linguagem com tudo o que ela implica, mas também o lugar da palavra [...], são os outros sem maiúscula que dão voz e corpo a este Outro maiúsculo” (Soler, 2018, p. 72). Em outras palavras, entende-se Outro como reservatório de significantes e de referências que constituem o inconsciente a partir da entrada do sujeito no campo da linguagem.

O próprio espaço de análise passa a constituir um cronotopo⁶ específico (Moll, Di Fanti e Rosa, 2023). A escrita da experiência de análise como ato implica verbalizar de modo material e duradouro esse cronotopo. Para Moll, Di Fanti e Rosa (2023), o cronotopo da análise permite a emergência da palavra que comumente costuma ser censurada no cotidiano, do inconsciente que costuma ser reprimido. A análise permite justamente subverter essa repressão por utilizar o método da associação livre.

Neste ponto, cabe destacar que a associação livre e atenção flutuante são os métodos utilizados por Freud para a interpretação dos sonhos e das formações do inconsciente. Esses métodos são necessários para que a análise ocorra. A análise é um diálogo, mas não qualquer diálogo: requer que haja associação livre do lado do paciente, de modo que ele deve narrar o que lhe ocorre, falando sem um filtro consciente – esta seria a via de acesso ao material inconsciente, que não está disponível à consciência – e, do lado do analista, requer que haja a atenção flutuante como modo de escutar o discurso do paciente sem dirigir a sua atenção a nenhuma parte específica, sem visar estabelecer um sentido *a priori*. Como orienta Freud, “manter toda influência consciente longe de sua capacidade de observação e entregar-se totalmente à sua ‘memória inconsciente’, ou, expresso de maneira técnica: escutar e não se preocupar em notar alguma coisa” (Freud, 1912/2010b, p. 150).

O caso clínico decorre da própria atividade humana presente no atendimento psicanalítico, no diálogo entre dois sujeitos; diálogo entre dois sujeitos que presentifica o discurso de outras vozes sociais que, por isso, revela um “potencial criativo” (Moll e Di Fanti, 2021, p. 21). Bakhtin (1929/2018), em *Problemas da poética de Dostoiévski*, explicita a múltipla orientação dos enunciados que se encontram na materialidade do discurso:

Dois discursos iguais e diretamente orientados para o objeto não podem encontrar-se lado a lado nos limites de um contexto sem se cruzarem dialogicamente, não importa que um confirme o outro ou se completem mutuamente ou, ao contrário, estejam em contradição ou em quaisquer outras relações dialógicas (por exemplo, na relação entre pergunta e resposta). Duas palavras de igual peso sobre o mesmo tema, desde que estejam juntas, devem orientar inevitavelmente uma à outra. Dois sentidos materializados não podem estar lado a lado como dois objetos: devem tocar-se internamente, ou seja, entrar em relação semântica (Bakhtin, 1929/2018, p. 216).

Essa dupla orientação de enunciados que se cruzam pode ser encontrada no caso clínico em que há a orientação do discurso do psicanalista-autor e o discurso do paciente, que deve necessariamente aparecer de algum modo, mesmo que indireto, visto que é a partir dele que se faz a análise. Conforme Bonoris (2022), a escrita do caso clínico multiplica as vozes que estão em diálogo no processo de análise; vozes do analista, do analisando e dos outros que compõem a história desse analisando. Desse modo, a escrita não somente reproduz diferentes vozes, mas gera novas possibilidades interpretativas de modo dialógico.

A escrita leva ainda a um questionamento sobre a autoria, pois supõe um momento de reflexão do analista sobre seu próprio trabalho e sobre sua capacidade de leitura dos elementos que estão em jogo na narrativa. Se o analista não empreende um movimento e um tempo de pensamento acerca do caso, não dirige a cura desse processo de análise (Bonoris, 2022).

⁶ Cronotopo é um termo da obra de Bakhtin para se referir à relação intrínseca entre tempo-espaço como elementos que se integram no acontecimento, se tornando um só, e que passam a adquirir valores únicos dentro da experiência da vida humana, uma vez que permeiam os atos. Para o autor, cronotopo implica “a interligação essencial das relações do espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura” (Bakhtin, 1937-1939/2018). Ainda, cronotopo adquire tonalidade volitivo-emotiva. Todavia, essa tonalidade não é estática: “o próprio tempo da história é irreversível, evidentemente, mas no interior todas as relações são fortuitas e relativas (e reversíveis), posto que não há um centro de valores absoluto. Sempre ocorre alguma estetização da história” (Bakhtin, 1920-1925/2023, p. 14).

No caso Dora⁷, por exemplo, encontramos interpretações de dois sonhos da paciente (Freud, 1905/2016). Freud fundamenta suas interpretações na sua própria teoria enlaçadas ao material clínico trazido por Dora. Isso leva não somente a questionar sua teoria, mas também a ampliar seus conceitos, como a transferência que resta como aspecto a ser elaborado e o autor marca isso no posfácio do texto. Há, ainda, uma preocupação com a utilização das mesmas palavras de Dora; isso porque, na sua teoria, determinadas palavras utilizadas pelo analisando representam bifurcações na associação livre. Sendo assim, uma mesma palavra pode assumir diferentes sentidos e, à medida que o analista interroga seu sentido, podem surgir novas associações do paciente.

A escrita freudiana do caso Dora revela ainda a articulação entre o gênero acadêmico-científico e o gênero literário. O próprio Freud reforça sua posição como médico e pesquisador no prefácio e, portanto, sua proximidade com o gênero acadêmico. Mattuella (2022), ao discutir a função da Psicanálise, pontua: “A descrição é própria do discurso científico; a palavra narrativa é aquela que tem potência de ato, uma vez que, ao falar novamente as cenas de nossa infância, nós as revivemos em transferência, em ato” (Mattuella, 2022, p. 156). O autor considera que a Psicanálise trabalha com a linguagem narrada, situada em uma historicidade no discurso do sujeito, e não com uma linguagem descritiva.

Observa-se, no caso Dora (Freud, 1905/2016), que um sonho contado sem conhecimento da história pessoal do paciente não faz sentido, não pode adquirir uma interpretação geral ou universal. Na Teoria Dialógica do Discurso, por sua vez, podemos pensar com Bakhtin acerca do acabamento estético. Para o autor, uma possível interpretação só será possível a partir da dimensão da alteridade (Bakhtin, 1920-1925/2023). Assim como os sintomas, os sonhos de Dora só adquirem sentido dentro do *Romance familiar dos neuróticos* (Freud, 1909/2015), ou seja, da narrativa que cada sujeito constitui sobre sua história, nomeando e qualificando aqueles que o cercam, atribuindo sentidos e papéis para as pessoas mais próximas. O analista revisita junto ao paciente a narrativa de sua história e, além disso, recria modos de narrá-la e nomeá-la. Nesse sentido, podemos refletir sobre a consistência que as palavras alheias constituem na trajetória do sujeito, bem como no modo do sujeito perceber a si mesmo, aos outros e no modo como o sujeito supõe que os outros lhe percebem. Bakhtin, nessa via, sinaliza nos *Fragmentos dos anos 1970-1971*,

por palavra do outro (enunciado, produção de discurso) eu entendo qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita ou escrita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer palavra *não minha*. Neste sentido, todas as palavras (enunciados, produções de discurso e literárias), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é a reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos (Bakhtin, 1970-1971/2017, p. 37-38).

As palavras alheias correspondem às palavras que o sujeito utiliza e que sempre advém de determinado contexto sócio-histórico em que são utilizadas com determinadas entonações. As palavras, portanto, possuem certa orientação, que é necessariamente circunstancial. Na abordagem da Teoria Dialógica do Discurso, essa propriedade da palavra é parte essencial da língua. Essa propriedade não implica o uso da palavra como reprodução, mas, como diz o autor, envolve mesmo a “assimilação das riquezas da cultura humana” (Bakhtin, 1970-1971/2017, p. 38). O conceito de bivocalidade, também desenvolvido por Bakhtin, aparece em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929/2018) para refletir sobre a múltipla orientação da palavra-alheia assimilada pelo sujeito:

⁷ Caso clínico atendido e publicado por Freud (1905/2016).

As palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais. A única que pode diferenciar-se é a relação de reciprocidade entre essas duas vozes. A transmissão da afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas por nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (Bakhtin, 1929/2018, p. 223).

A palavra bivocal, portanto, não supõe uma relação de equivalência ou de reciprocidade entre dois discursos, mas implica a palavra apropriada e ressignificada a partir do uso que cada sujeito faz dela no contexto da enunciação. Todavia, essa ressignificação não pode prescindir da história da palavra e das relações dialógicas que ela estabeleceu em enunciados anteriores.

Retomando o exemplo do caso Dora (Freud, 1905/2016), é possível observar como os enunciados da paciente reverberam nos escritos de Freud à medida que o autor não se desprende da narrativa, do romance familiar e das palavras da paciente para construir suas elaborações. Ao mesmo tempo, a autoria envolve realizar recortes, assim como priorizar o desenvolvimento de alguns conceitos em detrimento de outros, tendo em vista a impossibilidade de narrar todo o tratamento analítico. Ainda no caso Dora (Freud, 1905/2016), o diálogo da experiência clínica, da relação entre analista e analisado, com a teoria é constante e sempre associado ao que foi narrado para que se obtenha um sentido e para que, enfim, a interpretação, como método que almeja uma cura analítica, seja possível. O movimento exotópico é trabalhado pelo autor na escrita do caso como revisitação do que foi vivido, mas, sobretudo, está marcado no posfácio, onde se explicitam as direções futuras de estudo de Freud, como analista e pesquisador, a partir do que ele se interrogou sobre o caso.

A bivocalidade da palavra é então expressa no texto-clínico. Em termos de gêneros, pode-se pensar que o gênero acadêmico, nesse contexto, implica os pares a quem Freud direciona a sua escrita, inicialmente preocupado em delimitar o campo de estudo e pesquisa da psicanálise e em validá-la como área do conhecimento. O texto literário se constitui à medida que se torna impossível narrar os acontecimentos entre as sessões e o relato da paciente de modo literal, demonstrando o recorte necessário à escrita como o que decanta da experiência humana de encontro com o inconsciente.

Entretanto, para além de uma classificação de gênero discursivo, as relações dialógicas entre os enunciados como suporte da palavra-alheia permitem pensar o caso clínico em termos heterodiscursivos, ou seja, em termos da diversidade de vozes que habitam o discurso: vozes do psicanalista em ato analítico, do psicanalista-autor, do paciente e de suas fantasias em relação aos outros. Sendo assim, no desdobramento da escrita do caso clínico, a complexidade das interações entre analista e analisado ganha contornos ainda mais intrincados.

O espaço de análise é o espaço onde as palavras podem ser ressignificadas sem censura, desenvolvendo novas entonações e até mesmo novos sentidos que não estavam desvelados porque eram inconscientes. Compreende-se que uma das funções do trabalho analítico é ressignificar as múltiplas vozes sociais que marcaram e que seguem inscrevendo o sujeito no laço social. Desse modo, o sujeito pode recriar outros modos de estar no mundo.

A escrita do caso clínico, nesse âmbito, assume uma orientação heterodiscursiva. O discurso do analista é, portanto, composto por diferentes vozes, que ressoam no seu próprio enunciado. A autoria, nessa via, só pode emergir como ressignificação das vozes sociais,

carregando consigo a palavra bivocal no diálogo entre analista e analisando. Esse diálogo, no processo de análise, é permanente e incide nas dinâmicas formativas e transmissivas do dizer inconsciente. Na escrita, encontra um modo de transmissão material que reflete a dinâmica dialógica de todo o processo analítico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que o caso clínico em psicanálise é um gênero do discurso com especificidades estéticas e discursivas, o trabalho visou empreender uma reflexão teórico-metodológica sobre a escrita do caso clínico em psicanálise salientando a função da alteridade, uma vez que sem transferência não há tratamento psicanalítico. Para tanto, articulou-se a psicanálise à Teoria Dialógica do Discurso do Círculo de Bakhtin, considerando a função que a alteridade ocupa em ambas as teorias (Amorim, 2018), ou seja, um lugar que opera uma função essencial para a constituição de um sujeito.

Considerou-se que o caso clínico representa um novo gênero do discurso (Montesano, 2021). Um gênero que, em termos classificatórios, pode se situar entre o acadêmico e o literário, mas que, sobretudo, parte da divisão do sujeito entre saber e verdade para transmitir a experiência com o inconsciente. O movimento de escrita do caso clínico depende do analista e é um produto do que resta de não resolvido em transferência. Não se espera a apresentação de um caso modelo ou de ensinar como se faz psicanálise, pois cada caso é da ordem da singularidade e da irrepetibilidade. O tempo da escrita, posterior ao tempo da análise, propõe um movimento exotópico ao analista que precisa refletir sobre a própria prática de modo a produzir uma materialidade que implique transmitir o seu fazer. Essa materialização estabelece um modo de refletir sobre o passado que forneça ferramentas para novos modos de atuar no presente.

Sendo assim, há uma exotopia necessária à escrita de todo caso clínico que implica a própria elaboração do posicionamento psicanalista como autor/escritor de um discurso. Na articulação da psicanálise com a Teoria Dialógica do Discurso, torna-se impossível falar em autoria sem considerar o enunciado como apropriação e ressignificação que o sujeito faz da palavra-alheia. Nessa perspectiva, a palavra e sua enunciação são sempre produtos das relações dialógicas. A própria semântica do discurso, desse modo, depende da alteridade.

O espaço de análise é um cronotopo específico e privilegiado para a emergência de discursos que são censurados e reprimidos em outros espaços (Moll, Di Fanti e Rosa, 2023). A emergência da palavra-alheia, nesse espaço, perpassa os dizeres e revela um “potencial criativo” (Moll e Di Fanti, 2021, p. 21) à medida que se propõe a ser ressignificada. Sendo assim, a análise configura-se como espaço dialógico.

A escrita do caso clínico, como momento e etapa posterior, evidencia que não se pode enunciar sem considerar a multiplicidade de vozes sociais que permeiam o discurso, tanto do analista quanto do analisando. Os enunciados do analista, ao escrever o caso, são marcados pelas referências ao discurso do analisando, visto que é da sua enunciação que parte o material clínico. Ainda, esse discurso do analisando é composto por vozes e palavras-alheias, dizeres que foram enunciados por outros significativos para o sujeito em análise.

Para além de uma classificação de gênero discursivo, a Teoria Dialógica do Discurso permite pensar as relações dialógicas que se manifestam nos enunciados, reconhecendo o caso clínico em termos heterodiscursivos. A escrita do caso é intrinsecamente heterodiscursiva. A autoria emerge como reconstrução das múltiplas vozes sociais presentes no processo vivenciado entre analista e analisando, carregando consigo a palavra bivocal. A escrita, nesse âmbito, não visa a reprodução ou o relato de vozes alheias, mas a elaboração e a transmissão de parte do processo analítico em um movimento exotópico. O inconsciente,

composto ele mesmo por vozes alheias que constituem o sujeito, pode ser lido como dialógico. O processo de análise, que transforma e ressignifica palavras, encontra na escrita um suporte para sua transmissão.

4. REFERÊNCIAS

AMORIM, Marília. A questão enunciativa na pesquisa em ciências humanas. In: FERREIRA, T.; VORCARO, A. (orgs.). **Pesquisa e psicanálise: do campo à escrita**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 17-40.

BAKHTIN, Mikhail. Fragmentos dos anos 1970-1971. In: BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 24, 1970-1971, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **O autor e a personagem na atividade estética**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1920-1925, 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução e organização de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1952-1953, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 1920-1924, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética em Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1929, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1937-1939, 2018.

BONORIS, Bruno Javier. **Que hace un psicoanalista?: Sobre los problemas técnicos**. Buenos Aires: Tomás Pal, 2022.

COSTA, Ana. **Clinicando: escritas da clínica psicanalítica**. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre/APPOA, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; ZANETTI, Clovis Eduardo. Construção e formalização de casos clínicos. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz; RAMIREZ, Heloísa Aragão; ASSADI, Tatiana de Carvalho (orgs.) **A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva**. São Paulo: Annablume, 2017, p. 23-45.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FLESLER, Alba. A escritura do analista: tempos da formação. In: **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, n. 59.60, 2021. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre/APPOA, 2021.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 10**. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1912, 2010a, p. 133-146.

FREUD, Sigmund. Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 10**. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1912, 2010b, p. 147-162.

FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 2**: estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer. Tradução de Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 1893-1895, 2016.

]

FREUD, Sigmund. Análise fragmentária de uma histeria (“O Caso Dora”, 1905[1901]). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 6**. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1905, 2016, p. 173-320.

FREUD, Sigmund. O romance familiar dos neuróticos. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 8**. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1909, 2015, p. 419-424.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 10**. Tradução: Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1914, 2010, p. 193-209.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GRILLO, Sheila; AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. Registros de Valentin Volóchinov nos arquivos do ILIAZV. In: VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia**: ensaios, artigos, resenhas e poemas. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova América. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 7-56.

LACAN, Jacques. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1966, 1998, pp. 591–652.

LACAN, Jacques. Intervenção sobre a transferência. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1951, 1998, p. 214-225.

LEÃES, Marcelo Lubisco. Ecos de Dora no cotidiano *on demand*. In: LORA, Débora Zaffari; SILVA, Sander Machado da (orgs.). **Retornos do caso Dora**. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2020, p. 179-195.

MARCOS, Cristina. A escrita do caso clínico em psicanálise: uma lógica não-toda. In: FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela (orgs.). **Pesquisa e psicanálise**: do campo à escrita. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 97-109.

MATTUELLA, Luciano. **Um itinerário íntimo pela psicanálise lacaniana**. Porto Alegre: Zouk, 2022.

MEZAN, Renato. **Tempo de muda**: ensaios de psicanálise. 2ª edição. São Paulo: Blucher, 2021.

MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Alteridade e terapia: um olhar bakhtiniano para o conceito de construção na psicanálise freudiana. **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2021. DOI: 10.5335/rdes.v18i1.12954. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/12954>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MOLL, Eduardo da Silva; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa; ROSA, Kelli Machado da. A sessão de psicanálise como gênero do discurso: enquadre, terapia e encontro de vozes em visada bakhtiniana. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 39, n. 3, p. 1-27, 2023.

MONTESANO, Haydée. **El texto-clínico**: um nuevo género de discurso. Buenos Aires: Letra Viva, 2021.

PONZIO, Augusto. O pensamento dialógico de Bakhtin e do seu Círculo como inclassificável. In: PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa (orgs.). **Círculo de Bakhtin**: teoria inclassificável (Série Bakhtin: Inclassificável; v. 1). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010a, p. 293-349.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b, p. 5-35.

SOLER, Colette. **O que resta da infância**. Tradução de Elisabeth Saporiti. São Paulo: Escuta, 2018.

A PRESENÇA DA FAMÍLIA GOTINHA NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: UMA ANÁLISE DISCURSIVA A PARTIR DA ÓTICA SEMIOLINGUÍSTICA

Ana Cláudia Mello da Silva (UFV)¹

Mariana Ramalho Procópio (UFV)²

1. INTRODUÇÃO

No contexto da pandemia da covid-19, junto ao início da vacinação contra o vírus, o Ministério da Saúde produziu e veiculou em suas redes sociais vídeos que compunham sua campanha de vacinação, com o intuito de convencer a população brasileira a se imunizar. Muitas foram as estratégias usadas pelo órgão para alcançar seu objetivo, dentre elas, destaca-se a utilização do personagem Zé Gotinha, conhecido nacionalmente por sua presença em campanhas de vacinação, sobretudo voltadas ao público infantil. O personagem foi criado em 1986 pelo artista plástico Darlan Rosa em uma iniciativa do Ministério da Saúde e se tornou uma peça importante no incentivo à vacinação em diversas campanhas (Pinelli, 2023).

Contudo, na ação do Ministério, Zé Gotinha apareceu acompanhado por alguns membros de sua família, sendo nomeados como Família Gotinha, contribuindo para sua divulgação. Essa não foi a primeira vez que o personagem surge em uma campanha ao lado de familiares. Em 1994, no Ano Internacional da Família, ele apareceu com a mãe, o pai, um irmão e uma irmã, estes também criados por Darlan Rosa. Tais personagens foram utilizados para campanhas ligadas à saúde familiar realizadas naquele ano (Villareal, 2023).

Na campanha contra a covid-19, a aparição da Família Gotinha ocorreu após algumas discussões na mídia sobre a falta da presença de Zé Gotinha na campanha de forma mais incisiva. Assim, ele e sua família foram incluídos sendo apresentados em uma cerimônia de lançamento de peças publicitárias do Ministério da Saúde realizada no dia 12 de maio de 2021. Os membros da família de Zé Gotinha foram identificados como “Dona Gotinha” (mãe), “Seu Gotinha” (pai), Zé Gotinha Jr. (filho) e Maria Gotinha (esposa). O primeiro vídeo no qual a família aparece na campanha em questão foi publicado nas redes sociais oficiais do órgão no dia 12 de maio de 2021, que coincide com o início da aplicação da segunda dose do imunizante. Em vídeos posteriores, a família volta a aparecer, estando toda unida ou seus membros em momentos separados. Desse modo, observa-se que a colocação da Família Gotinha foi aproveitada em diferentes momentos da ação.

Em vista de tais aspectos, este trabalho tem como objetivo analisar a presença da Família Gotinha nessa campanha a partir de 6 vídeos que marcam o início de sua aparição. Os vídeos em questão foram publicados no segundo semestre de 2021 e retirados da página oficial do Ministério da Saúde no Facebook. Inicialmente, averiguamos que, nesse período temporal, foram veiculados 20 vídeos com a Família Gotinha completa ou com alguns de seus membros. Desses, 14 apresentavam apenas informes com dados sobre a vacinação, logo, nos deteremos nos outros 6, os quais apresentam conteúdos mais amplos envolvendo os personagens.

Considerando a repetição de conteúdos entre os 6 vídeos elencados, alguns de seus aspectos serão trabalhados de forma conjunta, abarcando uma visão geral dos que se

¹ Mestranda em Estudos do Texto e do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), ana.c.mello@ufv.br.

² Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mariana.procopio@ufv.br.

destacam. Assim, pretendemos averiguar como essa família fictícia e seus membros são mobilizados na campanha, de modo a observar os discursos empregados nessas primeiras aparições e como se relacionam à campanha e ao contexto sociopolítico no qual o país se encontrava. Para a realização dessa análise discursiva, serão empregadas as categorias analíticas da Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau, dando destaque ao contrato de comunicação estabelecido, os sujeitos do ato de linguagem, as estratégias discursivas empregadas e os imaginários sociodiscursivos presentes.

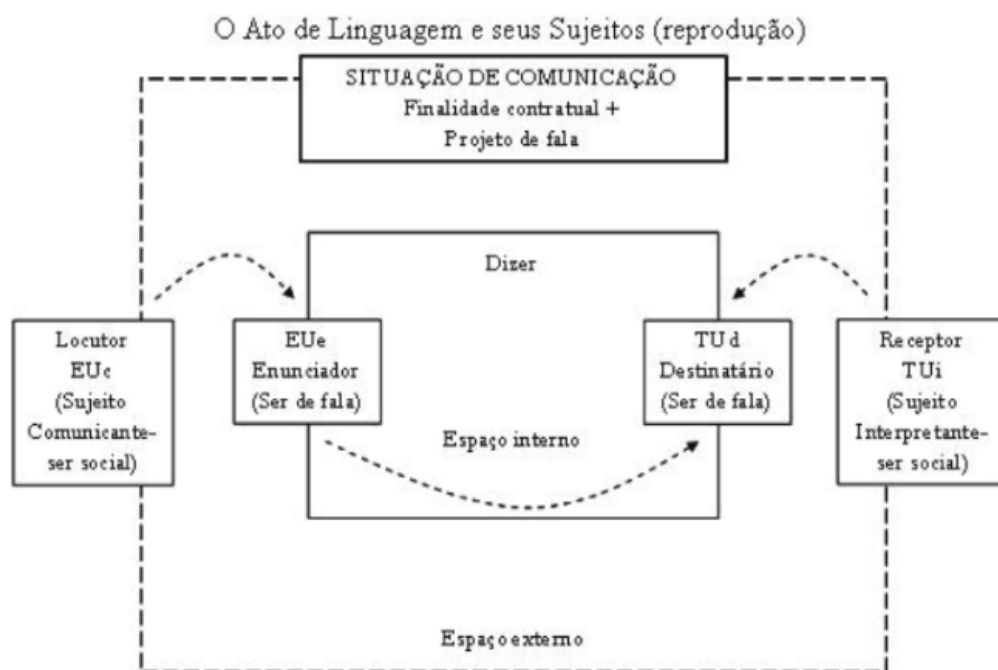
Destarte, buscamos apresentar, inicialmente, algumas considerações teóricas sobre a Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau, a qual servirá de base para as discussões realizadas. Em seguida, as análises abrangerão os recortes temáticos realizados a partir dos 6 vídeos selecionados, de modo a discutir, de forma conjunta, os aspectos que se destacam neles. Posteriormente, apresentaremos algumas considerações finais sobre o estudo apreendido.

2. SEMIOLINGÜÍSTICA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A Teoria Semiociológica se trata de uma perspectiva teórica sobre os estudos linguísticos desenvolvida pelo francês Patrick Charaudeau. Sua abordagem é sociointeracional e dá enfoque aos sujeitos dos discursos e suas intenções. Segundo Machado (1992), a perspectiva analítica de Charaudeau considera tanto a linguagem em si como o contexto psicossocial que permite a aparição de determinados enunciados ao invés de outros. Logo, abarca a relação existente entre linguagem e sociedade. É nessa teoria que nos basearemos para as análises aqui realizadas, considerando as categorias analíticas propostas por seu criador.

A princípio, vale destacar que para Charaudeau (2005) o ato de linguagem se estrutura em três níveis, sendo eles o situacional, o comunicacional e o discursivo. No nível situacional, são determinados quanto ao ato de linguagem: a finalidade, o propósito, o dispositivo e a identidade dos parceiros. A finalidade se refere ao objetivo do ato comunicacional, enquanto o propósito abarca o assunto sobre o qual se fala. O dispositivo, por sua vez, se relaciona às circunstâncias materiais que envolvem o ato. No que toca à identidade, ela abrange a identidade dos sujeitos envolvidos. Tais aspectos estão ligados ao contrato de comunicação, o qual “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo com as representações languageiras dessas práticas” (Charaudeau, 2014, p. 56).

Um dos elementos que se destacam no contrato de comunicação é a demarcação dos sujeitos de ato de linguagem, sendo eles o sujeito comunicante (EUC), o sujeito enunciativo (EUE), o sujeito destinatário (TUD) e o sujeito interpretante (TUI). Os sujeitos enunciativo e destinatário fazem parte do espaço interno, referente ao dizer, enquanto os sujeitos comunicante e interpretante pertencem ao espaço externo, ligado ao fazer. O EUC alude ao ser social que é o articulador da fala, enquanto o EUE é o próprio ser da fala, o que “diz”. O TUD se relaciona ao sujeito ideal para o ato de comunicação, aquele que foi idealizado na produção desse ato, já o TUI abrange o sujeito que faz interpretações e abstrações quanto à enunciação, sendo exterior a ela. É possível visualizar a configuração desses sujeitos por meio do seguinte esquema desenvolvido por Charaudeau (2008):



Fonte: Charaudeau, 2008, p. 52

Além disso, ao abordar o contrato de comunicação, Charaudeau (2005, p. 17) aponta que há “um *espaço de restrições*, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um *espaço de estratégias*, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na mise-en-scene do ato de linguagem”. No espaço das estratégias, destacam-se as estratégias discursivas de legitimidade, de credibilidade e de captação, estando estas relacionadas ao nível discursivo do ato de linguagem, o qual “constitui o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, devendo atender às condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação)” (Charaudeau, 2005, p. 4). Desse modo, é preciso considerar se o sujeito possui legitimidade na enunciação discursiva, como ele constrói a credibilidade do discurso, fazendo ele parecer verdadeiro, e quais meios são utilizados para captar o público para o que está sendo dito. Assim, tratam-se de meios empregados para a persuasão do interlocutor.

Charaudeau (2017) também apresenta a concepção de imaginários sociodiscursivos que se referem a crenças compartilhadas em uma sociedade e que circulam em seu meio. Essas crenças advêm de processos de simbolização do mundo. Os imaginários também podem ser considerados “sistemas de pensamento coerentes a partir de tipos de saber que são investidos, por vezes, de pathos (o saber como afeto), de ethos (o saber como imagem de si) ou de logos (o saber como argumento racional)” (Charaudeau, 2017, p. 579). Logo, esses saberes se relacionam à organização dos sistemas de pensamento ligados aos imaginários. Vale destacar ainda que o linguista aponta que “os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, se organizando em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva” (Charaudeau, 2017, p. 579). Trata-se, portanto, de um aspecto importante de ser considerado em uma análise discursiva, visto que o discurso pode acionar imaginários que contribuem para o alcance de suas intencionalidades.

3. ANÁLISE E DISCUSSÕES

Como mencionado, para as análises foram selecionados 6 vídeos nos quais há a presença da Família Gotinha ou de um de seus membros. Esses vídeos foram publicados entre maio e dezembro de 2021 e possuem entre 30 segundos e 2 minutos de duração. Segue a apresentação dos vídeos selecionados, postos em ordem cronológica quanto à publicação:

VÍDEO	DATA DE PUBLICAÇÃO	DURAÇÃO	LINK DE ACESSO
VÍDEO 1	12/05/2021	0:30	https://www.facebook.com/minsaude/videos/573364843634119/
VÍDEO 2	25/06/2021	0:30	https://www.facebook.com/minsaude/videos/312953820523696/
VÍDEO 3	01/07/2021	0:30	https://www.facebook.com/minsaude/videos/1641349089407926/
VÍDEO 4	07/07/2021	0:30	https://www.facebook.com/minsaude/videos/1298031893948833/
VÍDEO 5	20/08/2021	2:09	https://www.facebook.com/minsaude/videos/420477572739036/
VÍDEO 6	20/11/2021	1:00	https://www.facebook.com/minsaude/videos/1574401306240327/

Fonte: tabela produzida pelos autores

O recorte temático dos vídeos foi realizado de modo a agrupar aqueles que se assemelham quanto à abordagem de conteúdo. Assim, inicialmente, abordaremos a aparição da Família Gotinha, abrangendo o primeiro vídeo em que aparecem e os demais em que a família está toda unida (vídeos 1, 2 e 4). O segundo recorte abarca um vídeo em específico, no qual há o diálogo entre Zé Gotinha e uma enfermeira que atuou na frente contra a covid-19 (vídeo 6), além da aparição dos outros membros da família. Já o terceiro recorte destaca Zé Gotinha como um meio de captação do público em vídeos que envolvem o acesso à informação e a construção da credibilidade do imunizante (vídeos 5 e 3).

3.1 ASPECTOS GERAIS DOS VÍDEOS

A fim de evitar repetições ao longo das análises, é preciso destacar algumas características gerais que abrangem os vídeos no que se refere à aplicação de algumas categorias analíticas da Teoria Semiolinguística. Isso é válido porque, por terem sido veiculados em uma mesma rede social e possuírem um objetivo geral dentro do que se espera de uma campanha de vacinação, algumas informações se repetem nos vídeos.

A princípio, quanto aos elementos do contrato de comunicação, temos que os vídeos da campanha buscam apresentar informes sobre seu andamento e incentivar a vacinação, tendo algumas particularidades e utilizando propósitos específicos em cada um. No que se refere ao dispositivo desses discursos, todos foram feitos por meio dos vídeos publicados no Facebook, uma rede social na qual o Ministério possui um perfil oficial que demarca sua identidade. As identidades de Zé Gotinha e seus familiares também se destacam nesse recorte do corpus.

No tocante aos sujeitos do ato de linguagem, em todos os vídeos, o Ministério da Saúde tem o papel de sujeito comunicante, tendo em vista que é o ser social por trás da produção dos discursos propagados. Além disso, por ser um órgão oficial dedicado a questões que envolvem a saúde, ele é considerado legítimo para abordar campanhas de vacinação. Quanto aos sujeitos destinatários, a campanha como um todo se destina à população brasileira, mas cada vídeo possui destinatários específicos que acompanham sua finalidade. Vale destacar que, tendo em vista que vários são os que enunciam da Família Gotinha, temos nesses discursos *Tud's* vislumbrados por meio de um processo de identificação, como de idosos com os avós da família, adultos com os pais e crianças com o filho de Zé Gotinha.

No que tange aos sujeitos interpretantes, eles se configuram como aqueles que terão contato com os vídeos, criando interpretações a seu respeito. Devido aos vídeos terem sido veiculados na rede social Facebook, ressalta-se que temos um *TU*i específico nesse contrato que é o *TU*i internauta. Nesse sujeito interpretante, há a inclusão de diversas pessoas usuárias da rede, no caso dos idosos, eles podem ou não estarem incluídos, sendo válido destacar que não são um público “típico usuário” de redes sociais. Desse modo, os vídeos podem não chegar a eles da mesma forma que chega aos usuários comuns dessa rede, sendo preciso a presença de intermediários nessa interlocução ou que sejam veiculados em outros meios para que isso ocorra de forma mais efetiva.

Cabe mencionar que além da legitimidade do Ministério da Saúde, ela também pode ser demarcada de forma diferente ao longo dos vídeos, o que será discutido nas análises específicas, assim como a construção da credibilidade dos discursos e as estratégias de captação utilizadas. Do mesmo modo, a ativação de imaginários sociodiscursivos será destacada nas análises particulares, na medida em que ela for identificada.

As características específicas dos vídeos aparecem em destaque nas análises abaixo, estas divididas por grupos temáticos referentes aos conteúdos que se assemelham.

3.2 A APARIÇÃO DA FAMÍLIA GOTINHA: O IDEAL DE FAMÍLIA E A DIMENSÃO DO PATÊMICO

O primeiro vídeo no qual a família de Zé Gotinha aparece foi postado no dia 12 de maio de 2021, contendo 30 segundos de duração (vídeo 1)³. No vídeo, a Família Gotinha apresenta informações sobre a vacinação e os cuidados com a pandemia em forma de diálogo, encenando uma conversa familiar. Além da finalidade de apresentar informações sobre a vacinação, os cuidados com a Covid-19 e sobre a distribuição de doses da vacina, o vídeo tem como objetivo incentivar as pessoas a se vacinarem. Assim, como propósito, são apresentadas informações de que mais vacinas estavam sendo adquiridas, que a segunda dose já estava sendo aplicada e os cuidados que deveriam ser tomados.

No que se refere à identidade dos parceiros da troca linguageira, apresenta-se, sobretudo, a demarcação de que o Ministério da Saúde, através da Família Gotinha, se direciona à população brasileira. Desse modo, quanto aos sujeitos do ato de linguagem, o Ministério em questão se configura como o sujeito comunicante, tendo em vista que ele é o ser social responsável por produzir e divulgar os vídeos. Em relação ao sujeito enunciador, o vídeo apresenta uma instância compósita constituída pela Família Gotinha, dado que todos os membros são seres da fala nesse discurso. Como destinatários, ressalta-se que o destinatário ideal desse ato é a população brasileira como um todo, já que o vídeo apresenta informações e instruções que se direcionam a todos. Todavia, considerando a finalidade discursiva de convencer a população a vacinar-se, as pessoas que estavam enquadradas

³ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/573364843634119/>

dentro dos grupos aptos à vacinação, principalmente, os que já podiam tomar a segunda dose do imunizante configuram-se como sujeitos destinatários mais específicos desse vídeo.

Destaca-se que, dentro do diálogo construído no vídeo, os personagens, além de voltarem-se para o público, direcionam-se uns aos outros. Logo, em falas como “O que é, papai? / Mais vacinas, filho”, Zé Gotinha e o filho atuam como enunciadore e destinatários do que é dito um ao outro dentro da comunicação ali figurada. O mesmo ocorre na fala da mãe da família “Máscara. Certo, filho?”, na qual ela interpela o filho enunciando e tendo ele como destinatário.

Quanto às estratégias discursivas presentes no vídeo, nota-se que no que se refere à legitimidade, o Ministério da Saúde, sendo o maior órgão dedicado à saúde no Brasil, se estabelece enquanto legítimo para abordar o discurso em questão, visto que apresenta um estatuto social que lhe garante tal legitimidade. Contudo, a credibilidade do que é divulgado pode ser afetada pelas polêmicas que cercaram o órgão durante a pandemia, como a troca constante de representantes.

Além do Ministério da Saúde, a legitimidade discursiva é baseada na figura do Zé Gotinha, uma vez que, como citado, ele é um símbolo das campanhas de vacinação, sendo conhecido por grande parte dos brasileiros. Vale destacar que a forma como Zé Gotinha e sua família são retratados, seguindo os cuidados necessários na pandemia, incluindo o uso da máscara, aspecto mais recorrente quando se fala da proteção diária contra o vírus, ajuda a dar credibilidade ao discurso apresentado. Os personagens usando este artefato acabam por servir como “boa influência”, sendo esta uma estratégia imagética positiva capaz de influenciar o interlocutor, dado que

A máscara [...] está presente no nosso dia a dia, não mais somente relacionada aos profissionais de saúde, mas a todo cidadão que se compromete a combater a disseminação da doença. A imagem da máscara, portanto, já pode ser tomada com um ícone repetido e carimbado, que provoca automaticamente inferências interdiscursivas. (Feres *et al.*, 2021, p. 66)

Dentre as estratégias utilizadas para garantir a credibilidade do que é veiculado, nota-se também que o uso das imagens contribui para que o discurso seja considerado verdadeiro, pois enquanto cita as orientações de cuidado com o vírus na sequência “Máscara. Certo, filho? / Gotinha: Tem que lavar as mãos direitinho, com água e sabão. / E nada de ficar muito juntinho”, são exibidas imagens dos membros realizando tais atos. Outra estratégia de credibilizar o discurso e que também está presente no conteúdo visual é a informação escrita na tela de que “Quase 80 milhões de doses de vacina” foram distribuídas, o que acompanha a fala inicial de Zé Gotinha: “Tem mais reforço vindo por aí”. Dessarte, essa informação, que não é falada, mas é exposta na tela, contribui para tornar a fala verdadeira, como uma comprovação do dito.



Figura 1: Frame dos 16^{ss} do vídeo 1



Figura 2: Frame dos 15^{ss} do vídeo 1



Figura 3: Frame dos 17^{ss} do vídeo 1



Figura 4: Frame dos 4^{ss} do vídeo 1

Como estratégias de captação presentes no vídeo, observa-se a própria utilização do Zé Gotinha, uma vez que o uso de uma figura conhecida chama a atenção da população, principalmente dos mais jovens. Inclui a isso, a noção de família baseada em um ideal de “normalidade” e união, o que é expresso, por exemplo, nas imagens dos pais ensinando o filho a usar máscara, lavar as mãos e manter o distanciamento seguro. Essa estratégia traz à tona a dimensão patêmica do discurso, dado que a cena em família é capaz de suscitar emoções no público quanto ao valor dessa união, logo, este se torna um ponto importante de captação do destinatário. Marchon e Antunes (2021, p. 355) apontam que “na prova pelo pathos, o orador seleciona as estratégias adequadas para provocar, em seu auditório, as emoções (paixões) que levarão seu público a mudar de atitude e de comportamento”. Nesse caso, a atitude visada é em relação à decisão de tomar a vacina.

Tocante à estratégia de captação, é importante mencionar, também, aspectos como a música de fundo do vídeo e o tom de voz amigável dos personagens. A música tem uma sonoridade alegre, parecida com as utilizadas em desenhos animados, já as vozes dos personagens transmitem positividade, sendo adequadas à faixa etária de cada um, o que ajuda na identificação do público ao dar mais veracidade à caracterização dos membros da família.

A vinculação de uma família a Zé Gotinha também coopera para a captação, dado que as pessoas podem interessar-se por conhecer esses outros membros e, como a divulgação das informações se dá através de um diálogo entre familiares, isso traz uma visão que pode aproximar o público do discurso empregado. Além disso, a fala da avó apontando “Eu já tomei as duas doses” também pode chamar a atenção para a necessidade de tomá-la. Vale salientar ainda que o *slogan* da campanha citado ao final do vídeo (Brasil unido por uma pátria vacinada) também pode ajudar a captar o público e levá-lo a se vacinar, dado que transmite uma ideia de união voltada ao bem comum de um país.

Vale ressaltar que além da concepção de união exteriorizada no *slogan* da campanha apresentado ao final vídeo, há também a menção à pátria, mais um léxico recorrente na fala dos aliados políticos do governo vigente na época, posto que propagavam e defendiam a noção de patriotismo. O alinhamento ao posicionamento político desse governo também é transmitido em uma fala de Zé Gotinha que, se direcionando ao interlocutor, aponta que com os cuidados com a pandemia, ele estaria cuidando da sua “família, da renda e do Brasil”. Novamente, a menção à renda corrobora com a postura do governo em relação à economia em tempos de pandemia, ou seja, há uma aproximação com o discurso governamental.

O vídeo 2⁴, publicado no dia 25 de junho de 2021, apresenta o mesmo conteúdo do vídeo 1, mudando apenas dados escritos na tela. Dessa forma, as análises apreendidas anteriormente também abrangem o discurso desse vídeo.

A Família Gotinha também aparece no vídeo 4⁵, publicado no dia 7 de julho de 2021, possuindo 30 segundos de duração, sendo este mais direcionado à campanha de incentivo à 2^o dose do imunizante. Como no vídeo analisado anteriormente, o sujeito enunciativo desse material é formado pelo Família Gotinha, posto que o vídeo se inicia com um diálogo entre seus componentes e segue para um direcionamento ao interlocutor, no qual eles passam algumas informações ao público. Neste caso, o sujeito destinatário do vídeo é composto,

⁴ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/312953820523696/>

⁵ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/1298031893948833/>

principalmente, pela parcela da população que já havia tomado a primeira dose da vacina e estava apta a tomar a segunda de acordo com os critérios do Ministério da Saúde.

A finalidade do vídeo também é mais direcionada, uma vez que ele pretende incentivar as pessoas a tomarem a segunda dose do imunizante, todavia, o vídeo também possui a finalidade de estimular as pessoas a continuarem se cuidando mesmo após a vacinação. No que concerne ao seu propósito, ele se centra na abordagem a respeito da segunda dose da vacina. Para isso, o discurso do vídeo ganha legitimidade na imagem do Ministério da Saúde e do Zé Gotinha que são, respectivamente, um órgão de referência e um símbolo da vacinação. Já a sua credibilidade é construída, como no vídeo anterior, quando os personagens seguem as recomendações de segurança contra a Covid-19. Com a presença da Família Gotinha, seus membros são as identidades principais desse discurso.

As estratégias de captação do vídeo também se assemelham às do vídeo analisado anteriormente, na medida em que o ideal de família feliz e unida, o tom de voz amigável e a música de fundo são os mesmos recursos utilizados. Do mesmo modo, une-se a isso uma fala do avô da família, Seu Gotinha, que declara: “Faça como eu, não deixe para depois, reforce sua proteção”. Assim, mais uma vez, o personagem é usado como exemplo, sendo sua ação um incentivo para o interlocutor fazer o mesmo, se vacinar com a segunda dose. Em vista dessas e outras similaridades, o vídeo também inclui a dimensão patêmica do discurso, ativando emoções ligadas à noção de família construída no imaginário sociodiscursivo dos indivíduos.

Vale destacar que outro ponto que se repete neste vídeo é a sentença se referindo à proteção da família, da renda e do Brasil, desta vez, sendo proferida por Maria Gotinha, esposa de Zé Gotinha. Dessa forma, mais uma vez fica implícito o posicionamento do governo quanto à economia e à pandemia, em defesa da continuidade das atividades econômicas. Em ambos os vídeos, isso é feito de forma desconexa, dado que a menção à renda não faz muito sentido dentro do discurso que é emitido, pois nestes dois casos, não há a referência a outros aspectos ligados a trabalho ou economia. Considerando que “o ato de linguagem nunca é aleatório; ele é concebido com o fim específico de ‘atingir’ o outro” (Machado, 1992, p. 28), evidencia-se certa intencionalidade do comunicante ao fazer essa menção, sendo possivelmente a de disseminar a ideia de que a proteção da renda é tão importante quanto a proteção da família e do país.

Nesse panorama, é importante destacar a constituição da Família Gotinha, dado que ela é colocada como um ideal de família, composta por casais heterossexuais, sem fugir do que é visto como “normal” pela parcela mais tradicional da população. Essa visão também coaduna com a perspectiva do governo que estava vigente, o qual adotava uma postura de defesa do que eles chamavam de “família tradicional brasileira”, na qual a Família Gotinha se encaixa. Portanto, a recepção dos vídeos da família, sobretudo por aqueles que seguem esse pensamento, torna-se mais favorável, posto que uma família considerada “não tradicional” poderia sofrer rejeição por esse público, indo contra os discursos do ex-presidente Bolsonaro e seus apoiadores.

É válido mencionar, também que as imagens da Família nos retratam que se trata de um conjunto familiar pertencente a uma classe média no que se refere à sua condição socioeconômica. É possível inferir tal concepção através do cenário em que eles se encontram, dado que a organização da casa na qual a família está nos mostra que é um ambiente bem estruturado, com os cômodos separados, contando com móveis e demais utensílios domésticos que demonstram que apresentam certo poder aquisitivo para a compra. Tais características se diferem de lares mais precário, de família humildes, nos quais, muitas das vezes, os cômodos são mal divididos e não apresentam o conforto que a casa do vídeo aparenta ter. Desse modo, temos a presença de uma família que não simboliza, economicamente, todas as famílias brasileiras que, devido a diversos financeiros, podem não apresentar condições de realizar uma boa assepsia para a prevenção contra a Covid-19.

Considerando todas as questões econômicas que a pandemia suscitou, como a demissão de diversas pessoas, principalmente, as pertencentes a classe mais baixa, tal cenário se intensifica ainda mais, trazendo um distanciamento do que é visto no vídeo em relação à realidade de muitos brasileiros.



Figura 5: Frame do segundo 1 do vídeo 4



Figura 6: Frame dos 18'' do vídeo 4

Nota-se então que os vídeos retratam uma família socialmente vista como tradicional, sendo estes pertencentes a uma classe média, contendo meios suficientes para uma boa proteção durante a pandemia. Posto isso, é uma família que representa um “ideal familiar”, sendo seus membros unidos, o que é demonstrado, por exemplo, quando os pais brincam com o filho e até mesmo no diálogo amável que eles mantêm um com o outro. No cenário pandêmico, eles reforçam tal modelo ao se apresentarem como conscientes, uma família que segue as recomendações, que fica em casa, que usa máscara e que se vacina. Logo, esse padrão é propagado como aquilo que se deve seguir, não só no que tange aos aspectos ligados à pandemia, mas também nos demais, como sua composição convencionalizada como a certa.

3.3 A JUNÇÃO DE PERSONAGENS FICTÍCIOS E UMA ATUANTE REAL NA LINHA DE FRENTE CONTRA A COVID-19

Outro vídeo que se destaca no *corpus* diz a respeito à divulgação da “Mega Vacinação” (vídeo 6)⁶. Ele foi publicado no dia 20 de novembro de 2021 e possui 1 minuto de duração. Sua finalidade é fazer com que as pessoas tomem a 2ª dose da vacina ou a dose de reforço e seu propósito consiste na divulgação da campanha de “Mega Vacinação” que aconteceria entre os dias 20 e 26 de novembro e era voltada para esse objetivo. Em vista de tais aspectos, o vídeo possui como sujeito destinatário as pessoas que já tomaram a primeira dose do imunizante e estão aptas para tomar a segunda ou até mesmo a 3ª dose, considerada a dose de reforço.

Nessa campanha, o Ministério da Saúde dá voz, inicialmente, a uma enfermeira que, no decorrer do vídeo, passa a palavra para Zé Gotinha. Logo, eles são os sujeitos enunciativos do discurso destinado à população, além de serem enunciativos e destinatários um do outro no diálogo. Vale ressaltar que ambos possuem suas identidades expressas, ela por meio de uma legenda com seu nome (Eudóxia Dantas) e profissão e o personagem ao ser anunciado pela enfermeira. Sendo ela uma profissional da saúde envolvida com a imunização e ele um símbolo das campanhas de vacinação, eles se apresentam como sujeitos legitimados em seus discursos devido ao estatuto social que lhes é conferido. Quanto à credibilidade do discurso que eles proferem, ela é marcada por meio de imagens, sendo que ao longo do vídeo são apresentadas diversas pessoas sendo vacinadas, além de informações positivas sobre a campanha de vacinação expostas nas falas (Sabia que a gente já vacinou mais de 70% do público-alvo da campanha contra a Covid-19?) e escritas nos vídeos, como

⁶ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/1574401306240327/>

o alto número de pessoas totalmente imunizadas, o que naquele momento correspondia a 123 milhões de brasileiros.



Figura 7: Frame dos 5'' do vídeo 6



Figura 8: Frame dos 12'' do vídeo 6

A credibilidade também é destacada nas informações sobre a ação de Mega Vacinação, como sua data de duração (“Uma semana inteira dedicada a você que já pode tomar a segunda dose”, “De 20 a 26 de novembro”). Assim, o sujeito comunicante parte do pressuposto de que se “deve acionar alguns elementos discursivos que comprovem as informações dadas, indiquem, assim, a sua posição de verdade e, mesmo que se baseiem em imaginários, sejam de ordem objetiva” (Santos-Filho, 2020, p. 52). Esses elementos fazem com que o discurso ganhe o status de verdade, pois fica subentendido que pessoas realmente estavam sendo vacinadas e que, como tinha data definida, a ação iria realmente ocorrer.

Algumas estratégias de captação são usadas para atrair o público. Uma delas está na fala da enfermeira que aponta que aquela era a maior campanha de vacinação da história do Brasil, destacando que para avançar ainda mais o Ministério da Saúde disponibilizou mais 36 milhões de doses de “esperança” (E, para avançar ainda mais na maior campanha de vacinação da história do Brasil, o Ministério da Saúde já disponibilizou mais de trezentos e sessenta milhões de doses de esperança para garantir a imunização de cento e setenta e sete milhões de brasileiros). Essa informação pode levar o público a pressupor que grande parte da população está aderindo à campanha e, assim, causar a sensação de que o interlocutor deveria fazer como os demais e ir se vacinar, de modo a não ficar excluído dessa ação. Além disso, o uso da expressão “dose de esperança” ativa emoções ligadas à pandemia, dado que havia a esperança de que as coisas voltassem à normalidade. Tal estratégia lida com a dimensão patêmica do discurso, aguçando alguns imaginários sociodiscursivos criados no contexto pandêmico.

Como em outros vídeos da campanha, a presença da Família Gotinha também serve como elemento de captação nesse vídeo ao chamar atenção para os personagens e seu papel enquanto família unida que apoia a vacinação. A aparição da família ocorre de modo sutil, apenas no final do vídeo, estando eles presentes em um ambiente que parece ser a recepção de um posto de saúde, como se seus membros estivessem fazendo sua parte ao participar da Mega Vacinação, o que tende a influenciar o público a fazer o mesmo, levando toda a família.



Figura 9: Frame dos 55'' do vídeo 6

3.4 ZÉ GOTINHA COMO MEIO DE CAPTAÇÃO: O ACESSO À INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE DO IMUNIZANTE

No vídeo publicado no dia 20 de agosto, com 2 minutos e 9 segundos de duração, em forma e jogo de tabuleiro, é apresentado o caminho percorrido pela vacina desde os laboratórios até o envio aos municípios para aplicação (vídeo 5)⁷. O sujeito enunciativo do discurso apresentado é o próprio Ministério da Saúde, sendo a única identidade explicitada no vídeo que tem como sujeito destinatário a população brasileira. Sua finalidade é apresentar o processo de envio de vacinas, informando sobre esse aspecto da campanha de vacinação. Assim, o propósito do discurso é a exposição do percurso da vacina.

A legitimidade do discurso presente no vídeo é marcada no estatuto social do Ministério da Saúde, sendo que o órgão também contribui para dar credibilidade ao conteúdo, posto que, por ser referência em questões de saúde e estar a par do processo envolvidos na fabricação e distribuição dos imunizantes, ele teria condições de apresentar um discurso verdadeiro quanto a esse percurso. Quanto à credibilidade, vale destacar que o vídeo como um todo serve como meio de dar credibilidade à vacina, convencendo as pessoas de que ela é confiável, dado que no percurso descrito, são apresentadas etapas que envolvem o controle de qualidade do imunizante. Dessarte, ao assisti-lo, o público pode se sentir mais seguro para se vacinar, pois recebeu informações sobre o processo que fez com que a vacina chegasse até o posto de saúde de sua cidade.

No que tange à estratégia de captação, o que mais atrai a atenção é o fato de o percurso da vacina ser demonstrado através de um jogo de tabuleiro, no qual cada “casa” corresponde a uma etapa. Além disso, o personagem Zé Gotinha é apresentado como uma peça desse jogo, sendo ele a peça que percorre os caminhos, as etapas do jogo que correspondem às etapas do percurso da vacina. A colocação desse percurso em um jogo de tabuleiro didático e colorido contribui para a ativação de imaginários sociodiscursivos voltados para a infância. O uso de Zé Gotinha como peça do jogo intensifica esses imaginários, dado que o personagem surgiu como destaque nas campanhas voltadas para a imunização de crianças. Logo, o personagem é utilizado como meio de captar o público.



Figura 10: Frame dos 3^{ss} do vídeo 5



Figura 11: Frame dos 17^{ss} do vídeo 5

De modo geral, nota-se que vídeo se difere dos demais analisados até o momento, posto que não há o incentivo direto à vacinação e sim a apresentação de informações referente às vacinas. Contudo, ele se constitui como um vídeo importante da campanha, uma vez que a transparência dessas informações contribui para a credibilidade dada à vacina, o que, conseqüentemente, faz com que as pessoas se sintam mais seguras em tomá-la. Isso também pode atenuar os ataques ao imunizante feito através de *fake news* divulgadas por grupos antivacina, tendo em vista que mostra a segurança de seu processo de aquisição.

⁷ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/420477572739036/>

Dessa forma, considerando que “todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (Charaudeau, 2005, p. 3), observa-se que no vídeo o uso de elementos referentes à infância pode atingir o interlocutor emocionalmente. Isso é capaz de atrair sua atenção para um discurso que dá credibilidade à vacina, de modo que ele formule uma ideia positiva sobre a imunizante e vá, de fato, se vacinar.

No dia 1 de julho, o Ministério da Saúde postou um vídeo para divulgar o aplicativo Conect SUS, o qual tem 30 segundos de duração (vídeo 3)⁸. O material tem como finalidade divulgar o aplicativo e seu propósito se baseia na apresentação dos elementos encontrados nele, assim como a importância de possuí-lo. No vídeo, a figura de Zé Gotinha também aparece, apontando para as aplicabilidades do aplicativo, as quais são citadas por um narrador não identificado. Esse narrador se configura como sujeito enunciador do discurso, o qual possui o Ministério da Saúde como comunicante. Na instância da recepção, os destinatários são todos os brasileiros que podem se beneficiar do aplicativo, principalmente os maiores antenados com meio tecnológico.

A legitimidade do discurso se baseia no fato de ser publicado pelo Ministério da Saúde, o qual adquire o papel de divulgação do aplicativo. Para dar credibilidade a ele, é apresentado um *print* da tela do aplicativo. O fato de termos a imagem de Zé Gotinha apontando para as funcionalidades do Conect SUS também ajuda a credibilizar o discurso, assim como as imagens nas quais aparecem pessoas usando o aplicativo, incluindo profissionais da saúde. Como captação, Zé Gotinha se destaca devido aos aspectos supracitados, dado que sua figura chama a atenção por causa dos imaginários que ela suscita.

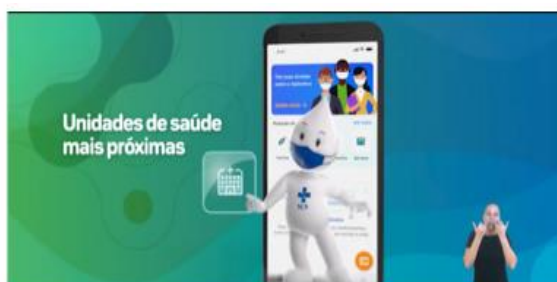


Figura 12: Frame dos 13'' do vídeo 3



Figura 13: Frame dos 29'' do vídeo 3

Em vista dos aspectos mencionados, observa-se que nos dois vídeos Zé Gotinha recebe papel de destaque para a divulgação das etapas da vacina e do aplicativo. Desse modo, o personagem é usado para captar a atenção do público para esses vídeos que servem como meios de acesso à informação. No caso do vídeo 3, há a ainda a construção da credibilidade do imunizante ao unir o personagem a um jogo de tabuleiro, criando um cenário lúdico.

Nesses vídeos, a Família Gotinha como um todo não recebe destaque, aparecendo apenas em cartazes que compõem os cenários presentes. Todavia, por tratar-se de vídeos que ressaltam a presença de seu membro principal em meio a aparição da família e demais membros em outros momentos da campanha, é importante apontar como o discurso desses vídeos se apresentam e se relacionam com a colocação da família na campanha em geral, já que seu uso estratégico abarca diversas dimensões que se baseiam, sobretudo, na figura de Zé Gotinha e no que ele suscita.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁸ Disponível para acesso em: <https://www.facebook.com/minsaude/videos/1641349089407926/>

Por meio das análises, observa-se que a presença da Família Gotinha se tornou marcante nos vídeos, servindo como meio de captação do público e de legitimação dos discursos, dado que seu personagem principal, Zé Gotinha, já era reconhecido como símbolo de campanhas de vacinação. Além disso, a família representada nas campanhas remete ao que é considerado uma constituição familiar tradicional, ou seja, ela reflete um ideal de família, sendo que este também está presente nos discursos partidários tradicionalistas. Foram utilizadas também outras estratégias discursivas para desenvolverem esses discursos, como a dimensão do patêmico na captação do público. Isso foi feito através da ativação de emoções ligadas, principalmente, à noção de união familiar e de esperança diante da pandemia.

Ademais, como órgão legítimo, o Ministério da Saúde divulga os vídeos valendo-se de estratégias que buscam credibilizar o que é dito, como o uso de imagens que ressaltam as informações apresentadas e os personagens realizando ações para evitar o vírus. A legitimidade e credibilidade discursiva também estão presentes no vídeo que mostra a fala de uma enfermeira, dado que por atuar diretamente contra a Covid-19 ela se torna legítima pra falar sobre e seus discursos se apresentam como críveis.

Nota-se também que os vídeos seguem o contrato de comunicação comum a campanhas de vacinação, visto que a finalidade geral desse tipo de campanha é adotada, se propondo a incentivar a imunização e divulgar informações sobre o andamento da ação. Diante disso, destaca-se que, apesar de abordar assuntos estranhos a esse tipo de ação, como a menção à proteção da renda, há a adequação à finalidade geral da campanha, apresentando informações referentes a ela.

Vale ressaltar que há nos vídeos a demarcação de visões do governo que os veicularam ao mencionar a proteção da renda, como supracitado, e destacar aspectos ligados ao patriotismo e à família, temas comuns de serem defendidos publicamente durante o governo Bolsonaro. Logo, através da utilização de um personagem símbolo de campanhas de vacinação, tal governo se vale de um imaginário sociodiscursivo existente em relação a ele para não só incentivar a vacinação e os cuidados com o vírus, mas também difundir suas ideologias políticas.

Por apresentar constantemente informes sobre o número de vacinas distribuídas e aplicadas ao longo dos vídeos e demarcar esta como uma campanha histórica, sendo a maior já realizada no país, o Ministério da Saúde constrói sua imagem como um órgão com um grande poder de ação diante da pandemia. Isso contribui para uma valorização própria, como uma tentativa de melhorar a imagem do órgão que causou polêmica pela troca constante de ministros no período pandêmico, o que descredibilizou suas atuações.

Observou-se também que, por corresponder ao período referente ao segundo semestre de 2021, no qual o foco estava na divulgação da segunda dose do imunizante e, nos meses finais, na divulgação da dose de reforço, os vídeos tendem a apresentar discursos que abrangem essa fase da campanha. O uso da Família Gotinha nesse momento se torna importante ao mostrar que os mais idosos estavam seguindo o calendário, já podendo tomar as doses de reforço. Além disso, fica subentendido que toda a família estava seguindo o calendário de vacinação e tomando os cuidados necessários contra o vírus, servindo como exemplo de atitude perante a pandemia.

De modo geral, os vídeos em que a família e seus membros aparecem se mostram repetitivos, não havendo muitas variações. Isso, considerando que, dos 20 vídeos inicialmente elencados, publicados entre maio e dezembro de 2021, 15 se destinam apenas a informes pontuais sobre a campanha, os quais não foram destacadas justamente por esse caráter repetitivo, sem amplitude temática. Além disso, dentre os 6 selecionados e analisados, 2 são praticamente idênticos, mudando apenas os dados expostos na tela. Assim, constata-se que

a Família Gotinha não foi usada de forma incisiva e mais dinâmica durante seus primeiros meses de aparição, sendo poucos os vídeos que aparecem todos unidos e tendo Zé Gotinha o destaque na maioria deles, o que pode ser explicado por seu papel central na família, sendo o personagem mais conhecido. Contudo, é possível depreender que a introdução da Família Gotinha trouxe um aspecto novo para a campanha, contribuindo para sua divulgação.

5. REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Trad. Angela M. S. Correa & Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. O ato de linguagem como encenação. In: _____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/857/0>. Acesso em: 27 fev. 2024.

FERES, Beatriz dos S.; RIBEIRO, Patrícia F. N.; MONNERAT, Rosane S. M. Rostos, afetos e intencionalidade: análise semiolinguística de marcas da pandemia. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 60-80, jan-abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/178998/170927>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MACHADO, Ida Lúcia. A semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. **Contexto: Revista do Departamento de Línguas e Letras**, Vitória, n.1-2, p. 26-31, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/7041>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MARCHON, Amanda H.; ANTUNES, Claudia Maria S. Patemização em charges sobre a vacina contra a COVID-19 no Brasil. **Gláuks: Revista de Letras e Artes**, Viçosa, v. 21, n. 01, p. 349-269, jan-jun, 2021. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/239>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PINELLI, Natasha. Conheça a história do Zé Gotinha: de ícone da vacinação a celebridade nacional. **Portal do Butantan**, São Paulo, 19 set. 2023. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/conheca-a-historia-do-ze-gotinha-de-icone-da-vacinacao-a-celebridade-nacional>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SANTOS FILHO, Robson Evangelista Dos. **Narrativas de si e imaginários sobre HIV: uma análise do canal Hdiário**. Orientador: Mariana Ramalho Procópio Xavier. 2020. 199 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Discursivos) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa,

2020. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/28318>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VILLAREAL, Ivett Herrera. **A publicidade e a propaganda nas políticas públicas: uma análise diante do tratamento da poliomielite no Brasil**. 2017. 43 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16553>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BANDEIRA BRANCA APÓS O RESULTADO DAS URNAS: UMA PERSPECTIVA DISCURSIVO-CRÍTICA E MULTIMODAL

Ramon de Almeida Miranda (UEMA)¹

Ana Maria Sá Martins (UEMA)²

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As tecnologias de comunicação e informação (TCIs) avançam de maneira cada vez mais rápida, democratizam o acesso e a circulação de informações e, por conseguinte, transformam o modo de interação entre os usuários, bem como as práticas sociais dentro e fora dos meios digitais a partir de textos multimodais. Segundo Kellner (2001, p. 81), “a cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos”, e produz representações que tentam assujeitar os cidadãos diante de certas ideologias hegemônicas do mundo ocidental capitalista. Desse modo, é necessário garantir ferramentas e métodos contra a força manipuladora da cultura da mídia digital, uma vez que determinadas representações discursivas podem moldar os discursos e, assim, manipular o sujeito-leitor.

A partir disso, este artigo visa analisar as representações discursivas articuladas em uma (1) notícia do jornal *O Imparcial* no Instagram (@oimparcial) no intuito de contribuir para a formação de um posicionamento crítico do sujeito leitor/consumidor. Para alcançar o objetivo proposto, adotamos o ponto de vista teórico da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), ciência de cunho teórico-metodológico desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001, 2003a), e também adotamos o subsídio teórico da Gramática do Design Visual (doravante GDV), idealizada por Kress e van Leeuwen (2006 [1996]). Ambas teorias se tornam fundamentais na investigação discursivo-imagética do material empírico, pois, para além de ferramentas analíticas textuais, discursivas e semióticas, a ADC e a GDV atuam no sentido de revelar os processos de assimetrias, lutas sociais, ideologias, hegemonia e composições imagéticas articulados nas notícias jornalísticas veiculadas no Instagram do jornal *O Imparcial*.

Faz-se importante ressaltar que o presente trabalho, intitulado “Bandeira branca após o resultado das urnas: uma perspectiva discursivo-crítica e multimodal”, é fruto do projeto de pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA (cota 2022-2023), nomeado “Notícia na rede social Instagram: uma abordagem discursivo-crítica e multimodal”, orientado pela professora doutora Ana Maria Sá Martins. Destacamos, ainda, que trouxemos um recorte de análise referente ao plano de trabalho de Iniciação Científica denominado “O discurso informativo no Jornal *O Imparcial*: uma abordagem discursivo-crítica”, com o propósito de contribuir para os estudos discursivos, multissemióticos e para o ensino de Língua Portuguesa no contexto educacional básico.

No mais, este artigo compreende que a discussão sobre a construção de sentido no discurso materializado no gênero notícia no Instagram pode contribuir para o progresso pessoal e social do sujeito-leitor, uma vez que quanto mais esclarecidos forem os cidadãos, mais serão capazes de perceber plenamente quando estão sendo controlados e mais resistentes se tornarão ao processo de dominação (Batista Jr. *et al.*, 2018). Assim, como

¹ Graduando do Curso de Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: ramonmirandalm@outlook.com.

² Professora Doutora Adjunta do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: anamariasapericuma@gmail.com.

resultado, esperamos que as reflexões aqui suscitadas contribuam para proveitosas discussões dentro e fora da sala de aula e que promova um ensino discursivo-crítico e multimodal nas práticas pedagógicas de língua portuguesa, objetivando que o aluno, sobretudo da rede de ensino pública, utilize esse conhecimento como instrumento de mudança social.

2. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM BREVE MAPEAMENTO

A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) é uma abordagem interdisciplinar que surge na década de 70, mais precisamente em 1979, com a publicação do livro *Language and Control* (Linguagem e Controle), de Fowler, Kress, Hodge e Trew, um grupo de pesquisadores que desenvolveram uma abordagem de estudo da linguagem conhecida como Linguística Crítica (doravante LC). É somente em um simpósio em Amsterdã, ocorrido em janeiro de 1991, que a ADC se firma como uma rede internacional de estudos. Nomes como Teun van Dijk, Norman Fairclough e Ruth Wodak, assim como os idealizadores da Gramática do Design Visual, Gunther Kress e Theo van Leeuwen, discutiram sobre teorias e métodos de análise linguístico-discursiva que ajudam no desvelamento de importantes elementos da vida social (Wodak, 2004).

Nesse viés, a ADC não se ocupa somente da articulação entre palavras, das escolhas léxico-ideológicas e tampouco se ocupa apenas da forma gramatical de que os textos revestem os discursos. Para além disso, essa abordagem transdisciplinar e multidisciplinar busca a explanação e reflexão dos fenômenos sociais, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa de construções manifestadas tanto na linguagem quanto na ação (Batista Jr. *et al.*, 2018). Por isso dizemos que a ADC tem como característica determinante sua postura emancipatória (Martins, 2009).

Neste artigo, investigamos, à luz da ADC, a organização textual e as relações de poder presentes nas práticas sociais das notícias veiculadas ao Instagram do jornal O Imparcial (@oimparcial), tendo como critério de análise a *intertextualidade*, a *interdiscursividade*, a *modalidade* e a *avaliação* que, por sua vez, relacionam-se aos significados *acional*, *representacional* e *identificacional*, respectivamente.

Ao considerar que o discurso é capaz de influenciar na vida social e que pode (re)definir relações de poder e de dominação, e que cada prática social produz e utiliza gêneros discursivos particulares, selecionamos a *intertextualidade* como categoria analítica relacionada à maneira de agir discursivamente em práticas sociais, isto é, relacionada ao significado *acional*.

Dessa maneira, a *intertextualidade* é uma categoria de análise complexa e potencialmente fértil, levando em conta a dialogicidade estabelecida em cada texto, ou seja, a articulação de vozes de quem pronuncia o enunciado e as demais vozes articuladas direta ou indiretamente, e que Fairclough (2003a) considera como a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto (a citação).

A partir dessa categoria é possível investigar as vozes *incluídas* ou *excluídas* no texto, e que são relacionadas de forma harmônica, cooperativa, ou tensa, e também podemos recorrer à *pressuposição*, a qual é descrita por Fairclough (2003a, p. 40) como “o que não é dito, mas tomado como dado”.

No que diz respeito ao significado *representacional*, o qual é relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo, trabalhamos a partir das contribuições da *interdiscursividade*. De acordo com Resende e Ramalho (2006), os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo.

Sendo assim, um mesmo texto pode envolver diferentes discursos, e a articulação do mesmo pode realizar-se de diferentes maneiras e, ainda, nos revelar relações de poder, de lutas sociais e de hegemonia, condicionando, em um contexto de competição, um discurso *protagonista* e um discurso *antagonista*.

Por último, evidenciamos o significado *identificacional* que, além de relacionado ao conceito de estilo, constitui o aspecto discursivo de *identidades*, isto é, diz respeito à identificação de atores sociais em textos, lembrando que os discursos são inculcados em identidades (Fairclough, 2003a).

Aqui, destacamos o comprometimento do falante com suas proposições e a seleção das categorias *modalidade* e *avaliação*. Assim, para Fairclough (2003a), a modalidade pode ser entendida como a questão de quanto os indivíduos se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Dessa maneira, as afirmações e perguntas encontram-se no campo da troca de conhecimento (modalidade *epistêmica*) e as demandas e ofertas encontram-se no campo da troca de atividade (modalidade *deôntica*).

A *avaliação*, por seu turno, articula-se nos textos por intermédio de *afirmações avaliativas* (que apresentam juízo de valor); de *afirmações com verbos de processo mental afetivo* (tais como “eu detesto isso” e “eu adoro isso”) e de *presunções valorativas* (engatilhadas por marcadores não ditos). Apesar da distinção dos três aspectos, é importante ressaltar que a análise do discurso deve ser simultânea à realização dos três significados, associados ao texto e às práticas sociais, tendo em vista a dialética existente na tríade gênero, discurso e estilo que são articulados nos textos.

3. GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL: UM BREVE DIÁLOGO

Em primeira instância, é válido citar que os estudos acerca da Gramática do Design Visual (GDV) seguiram a orientação funcionalista hallidayana, assim como a Análise de Discurso Crítica (ADC). Dito isso, ao levarmos em consideração que a notícia jornalística é construída a partir da orientação de multissistemas, isto é, que envolve tanto aspectos linguísticos quanto não linguísticos no seu processamento, partimos dos pressupostos teóricos da GDV, postulada por Kress e van Leeuwen (2006 [1996]), para a investigação dos modos semióticos (cores, imagens, gestos, e efeitos sonoros, por exemplo) do texto multimodal notícia jornalística. Para isso, tomamos como critérios analíticos as metafunções *representacional*, *interacional* e *composicional*.

A metafunção *representacional*, responsável pelas estruturas que constroem visualmente a natureza dos eventos, é dividida em dois tipos de estrutura: *narrativa* e *conceitual*. A estrutura narrativa envolve os participantes interativos (PIs), quem produz e quem lê a mensagem, e os participantes representados (PRs), quem está na imagem, bem como suas ações. Além disso, caracteriza-se pela presença de vetores que sugerem movimento, podendo ser considerados *transacional* ou *não-transacional*.

O processo materializa-se como transacional ao passo que apresenta dois ou mais participantes, sendo um o *ator* (de onde o vetor emana) e o outro a *meta* (alvo do vetor), e classifica-se como não-transacional ao passo que o vetor emana do *ator* sem apontar para o outro participante, ou seja, sem a presença da *meta* (apenas um participante).

A ação executada pode ser *unidirecional*, quando o ator realiza alguma ação sobre a meta, e *bidirecional*, quando ambos participantes representados realizam uma ação sobre/para o outro (duas pessoas cumprimentando-se, por exemplo).

Ademais, também ressaltamos o processo narrativo de *reação*, que mostra os PRs reagindo a algo, podendo ser transacional ou não-transacional; os processos *verbal* e *mental*,

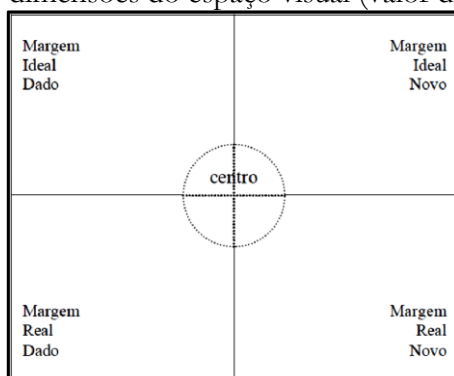
geralmente relacionados ao gênero textual tirinha, e o processo de *conversão*, comum para representar eventos naturais, como o ciclo da água.

A estrutura *conceitual*, todavia, caracteriza-se pela ausência de vetores que indicam movimento e, dessa forma, o foco está nos atributos e nas identidades dos participantes. Essa representação acontece por processos *analíticos* em que os elementos são representados em uma relação parte/todo, podendo ser estruturada ou não-estruturada; *simbólicos*, os quais se referem aos valores e significados atribuídos ao que é representado, sendo de natureza atributiva ou sugestiva, ou pode acontecer por processos *classificatórios*, os quais estão ligados ao arranjo relativamente simétrico dos participantes, apresentando uma taxonomia explícita ou não.

A metafunção *interativa*, a qual estabelece estratégias de aproximação ou afastamento do texto em relação ao seu leitor/observador, relaciona-se por intermédio de quatro recursos: *contato*, *distância social*, *perspectiva* e *modalidade*. O contato pode ser de *demanda* (direto, frontal) ou de *oferta* (participante evita o contato direto, frontal); a distância social divide-se em plano *fechado* (*close-up*), plano *médio* (americano) ou *aberto* (*long shot*); a perspectiva é compreendida pelo ângulo do participante representado (*frontal*, *oblíquo* ou *vertical*), e a modalidade, consequentemente, indica o nível de realidade que a imagem representa, ou seja, confere valor de verdade socioculturalmente situado na imagem.

Finalmente, temos a metafunção *composicional*, a qual analisa a composição e os arranjos dos elementos visuais de uma imagem, e apresenta três categorias: o *valor informativo*, a *saliência* e o *enquadramento*. A *saliência* é evidenciada a partir de aspectos como cores, tamanhos e contrastes; o *enquadramento* separa elementos da composição, determinando se eles fazem parte ou não de um mesmo sentido, sendo feito a partir de margens e linhas divisórias; o *valor informativo*, por seu turno, relaciona-se aos valores atribuídos a uma imagem conforme a posição. Sendo assim, o lado esquerdo confere ao “dado”, o direito ao “novo”, a parte superior está atrelado à informação “ideal”, a parte inferior ao “real”, o centro ao “núcleo” da informação e a “margem” ao conteúdo complementar. Apresentamos, abaixo, a representação das dimensões do valor de informação:

Figura 1: As dimensões do espaço visual (valor de informação)



Fonte: Adaptado de Kress; van Leeuwen, 2006, p. 197

Após o panorama geral dos significados referentes à ADC (acional, representacional e identificacional) e das metafunções ligadas à GDV (representacional, interacional e composicional), apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo pode ser classificado como de natureza qualitativa, uma vez que é “fundamentalmente interpretativa” (Creswell, 2007, p. 186) e trabalha na busca da compreensão de significados, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (Minayo, 2007). Nesse sentido, trabalhamos na investigação analítica das representações discursivas presentes em uma (1) notícia jornalística veiculada no perfil do Instagram do jornal O Imparcial (@oimparcial), com o intuito de que o cidadão-analista tenha ferramentas para ler e se posicionar criticamente frente às formas culturais, imagens, narrativas e aos gêneros dominantes (Kellner, 2001).

Para a realização desta pesquisa, utilizamos o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001, 2003a) no que tange aos aspectos que compõem a prática e a organização textual do gênero multimodal notícia jornalística, e os pressupostos teóricos da Gramática do Design Visual (GDV) de Kress e van Leeuwen (2006) no que se refere aos aspectos semióticos que congregam o texto híbrido em investigação.

Assim, a partir da ADC, investigamos os significados *acional*, *representacional* e *identificacional* articulados nos textos multissemióticos, os quais fazem parte das categorias de análise: *intertextualidade*, *interdiscursividade*, *modalidade* e *avaliação*, respectivamente. Já por intermédio da GDV, analisamos as metafunções *representacional*, *interacional* e *composicional*.

Além disso, torna-se fundamental ressaltar que buscamos identificar, sobretudo, a materialização de discursos, ideologias e lutas hegemônicas relacionados à temática *política*, visando refletir sobre seus sentidos e suas representações sociais intrínsecas. A seguir, apresentamos a análise do material.

5. BANDEIRA BRANCA APÓS O RESULTADO DAS URNAS

Nesta seção, analisamos, a partir do aporte teórico da ADC e dos pressupostos metodológicos da GDV, as representações de sentido materializadas na notícia *Bandeira branca após o resultado das urnas*, coletada do Instagram do jornal O Imparcial (@oimparcial). Nessa perspectiva, iniciamos apontando alguns aspectos constitutivos do gênero multimodal em questão no intuito de traçar seus possíveis efeitos na esfera social. Em seguida, verificamos as nuances ideológicas e as articulações de poder presentes nos discursos da notícia analisada e, por fim, investigamos a construção de sentido visual firmada no texto multissemiótico.

Todas as vezes que desejamos realizar alguma ação linguística em situação real, recorremos aos gêneros textuais, uma vez que estes “são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder” (Marcuschi, 2005, p. 161). Para Fairclough (2003a, p. 65), os gêneros constituem “o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais”.

Dessa maneira, utilizamos os gêneros textuais, a exemplo da notícia, para influenciar, convencer, acentuar as desigualdades sociais e até mesmo superá-las. A notícia é uma parte importante da vida política, social e cultural da contemporaneidade, dado seu valor informativo e educacional (quando utilizado de forma contextualizada em sala de aula). Desde a Idade Antiga já encontramos vestígios desse gênero multimodal, quando Cícero recebia notícias sob a forma de cartas do seu amigo Caelius, contendo informações sobre casamentos, divórcios e adultérios na sociedade romana (Traquina, 2005).

Mais tarde, surge em Roma, em 59 A.C., o mais antigo jornal conhecido: o *Acta Diurna*. Conforme a Associação Nacional de Jornais (*apud* Tsutsui, 2008), Júlio César

informava o público sobre os acontecimentos sociais, políticos e culturais a partir de um jornal escrito em grandes placas brancas com as notícias expostas em locais públicos.

Segundo Lage (2004), o processo histórico da notícia deu-se a partir do século XIII devido à expansão da atividade comercial. Até então, as informações disponíveis para a população vinham embutidas em decretos, proclamações, exortações e nos sermões das igrejas. Entretanto, com a atividade comercial, chegavam tanto mercadorias quanto informações para a população. Isso, de certo, resultou no acúmulo de capital e reforçou o processo de alfabetização. Em 1452, Johann Gutenberg se destaca pela impressão da Bíblia e inaugura a era do jornalismo moderno, a qual permitiu a livre troca de ideias, cultura, informações e conhecimento.

De modo geral, o conceito de notícia está pautado na impessoalidade, clareza e na objetividade, cuja estrutura se orienta pelas respostas às perguntas convencionais do *lead* (*quem, o quê, onde, como, quando e por quê*). Charaudeau (2006, p. 131) propõe que a notícia constitui-se num mundo filtrado, isto é, “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real”. Em síntese, podemos perceber que esse gênero textual é entendido como “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 2009, p. 14).

Sem dúvidas, toda ação ou prática linguística materializada nos gêneros informativos revela uma carga discursiva repleta de intenções, ideologias e crenças, que influenciam inconscientemente o universo do leitor e visam se instaurar e manter a hegemonia. Logo, torna-se necessário refletir de que forma essas práticas são expressas, sinalizadas, constituídas e legitimadas pelo uso do discurso, haja vista que a linguagem é um meio de dominação e de força social, servindo para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente (Martins, 2009).

Tendo isso esclarecido, frisamos que a notícia analisada envereda-se na perspectiva da temática *política*, tendo sido veiculada no perfil do Instagram do jornal O Imparcial em 12 de novembro de 2022, após o resultado da eleição presidencial e concomitante às manifestações golpistas e contrárias ao resultado obtido. Destacamos que a investigação analítica do texto verbal é pautada nas categorias da Análise de Discurso Crítica (ADC), isto é: *intertextualidade* (significado acional), *interdiscursividade* (significado representacional) e *modalidade e avaliação* (significado identificacional). A análise dos elementos semióticos, por sua vez, orienta-se pelos pressupostos analíticos da Gramática do Design Visual (GDV), ou seja, pelo uso das metafunções *representacional*, *interacional* e *composicional*. A seguir, apresentamos o *corpus* analisado e, logo em seguida, a investigação à luz das teorias ADC e GDV.

Figura 2: Bandeira branca após o resultado das urnas



Fonte: Instagram (@oimparcial), 2022

5.1 ANÁLISE DO MATERIAL À LUZ DA ADC

A família é considerada a primeira instituição social que o cidadão tem contato, sendo fundamental no processo de socialização e preparação para a vivência em sociedade. Essa instituição, no contexto das eleições presidenciais de 2022, foi afetada pela visão dicotômica da política brasileira, tendo em vista que a disputa político-ideológica entre esquerda e direita³ colocou-se à frente dos valores da esfera familiar e fraternal, abrindo espaço para a discriminação, violência e para o preconceito.

Há algum tempo, o trajeto histórico das eleições no Brasil tem sido tomado pelo fenômeno da polarização política, a qual potencializa apenas dois candidatos (com maior intenção de votos) e exclui os demais, dificultando, assim, a possibilidade de uma “terceira via”. Essa intensa polarização político-partidária construída a partir de uma lógica dualista, que constitui somente duas possibilidades de voto, promove um silenciamento das demais possibilidades de ocupação do poder Executivo. Nesse sentido, percebemos vozes protagonistas e pouco harmônicas, isto é, que se sobressaem perante o pleito eleitoral.

Na eleição presidencial de 2018, por exemplo, a disputa bilateral ficou entre o professor e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), e Jair Messias Bolsonaro (filiação ao PSL na época). Os candidatos disputaram o segundo turno (28 de outubro), no qual Jair Bolsonaro ganhou com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de seu opositor, Fernando Haddad.

Esse fenômeno ganhou ainda mais força com as redes sociais ao notarmos a presença de duas *hashtags* utilizadas pelos usuários digitais naquele contexto: “#ELENÃO” e “#ELESIM”, sendo a primeira de repulsa e negação ao governo encabeçado por Bolsonaro e a segunda de concordância e aprovação.

Assim como as eleições de 2018, momento em que o posicionamento político-partidário se fazia fulcral (ou se está de um lado ou se está de outro), a eleição de 2022 teve o mesmo pano de fundo, porém ainda mais polarizado e com práticas por vezes violentas, preconceituosas e neofascistas.

Dessa forma, ao evidenciarmos o enunciado do texto híbrido, nomeado “Bandeira branca após o resultado das urnas” (Figura 2), evocamos uma simbologia universal de paz representada pelos sintagmas “bandeira branca”. No bojo da *intertextualidade*, a bandeira branca é utilizada desde os primórdios da sociedade para promover paz em um contexto de guerra. Assim, nada mais é do que desistir de um ideal de luta, render-se e, especialmente, negociar a reconciliação entre extremos de um eixo nos moldes da democracia, assim como o enunciado verbal da notícia analisada sugere.

Além disso, ressaltamos que a voz articulada no enunciado é construída por familiares, amigos e eleitores que, no exercício da cidadania, exercem o direito do voto, participando democraticamente do jogo político e legitimando a entrega do poder do povo ao representante eleito via urna eletrônica.

Na esfera da *interdiscursividade*, o texto verbal “Bandeira branca após o resultado das urnas” articula o discurso *pacificador* que, por sua vez, estabelece um contraponto ao discurso de *polarização*. Sendo assim, ambos os discursos criam uma relação de competição, visto que a relação de predominância de um contra o outro é alta.

Com o cenário de extrema polarização política, a convivência diplomática entre familiares, amigos e colegas de trabalho tornou-se frágil, bem como a democracia brasileira. A ausência de diálogo ocupou (e ainda ocupa) espaço nas instituições sociais, como é o caso

³ As concepções “direita” e “esquerda” remontam à Assembleia Constituinte de 1789 no contexto da Revolução Francesa. Os Girondinos (conservadores), sentados à direita, defendiam o antigo regime (Feudalismo) e os Jacobinos (liberais), sentados à esquerda, lutavam para defender uma nova ordem. Essa posição espacial definiu valores e ideais para as práticas dos sujeitos sociais daquela época e ressoam até os dias atuais (Pereira, 2019).

da família, uma vez que a defesa de uma opinião político-partidária e ideológica ultrapassa os princípios ético-morais e de respeito aos direitos do próximo ao ponto de abalar os ideais democráticos.

De fato, o discurso de polarização cria raízes que instituem o confronto bilateral entre duas vertentes de pensamento hegemônicas, assim como naturaliza as disputas esquerda-direita e impossibilita a possibilidade de emancipação efetiva do sujeito e da sociedade como um todo. Por isso, percebemos que o contraponto é dado no texto verbal da notícia a partir de um discurso pacificador que sugere a reconstrução dos laços entre os eleitores, já que as eleições de 2022 foram concluídas. Posto isso, as preferências políticas de cada cidadão, mesmo que contrárias, não impossibilitam o convívio pacífico, o diálogo e a luta pela (re)construção do Brasil de forma democrática.

Finalmente, embora o elemento verbal apresente um discurso que simboliza a paz e a reconciliação entre os extremos desse eixo, o elemento imagético (não verbal) indica o contrário, considerando as expressões faciais dos familiares e a fotografia rasgada, o que evoca a resolução parcial dos conflitos decorrentes da discordância política. Contudo, esse aspecto semiótico será tratado com mais detalhes mediante os mecanismos de análise da GDV.

No que tange à categoria analítica *modalidade*, percebemos que o produtor da notícia cria uma relação de *troca de conhecimento*, considerando o enunciado “Bandeira branca após o resultado das urnas” como uma sentença afirmativa. Nesse sentido, a modalidade é encarada como *epistêmica*, pois há comprometimento do autor do texto quanto à proposição realizada e, ainda, a troca de informação acerca do fato ocorrido no cenário político-social do Brasil.

Na Figura 2, em termos de *avaliação*, o produtor do evento comunicativo expressa juízo de valor ao utilizar o sintagma adjetival “branca” para atribuir sentido ao sintagma nominal “bandeira”. Esse elemento avaliativo transmite um valor positivo e desejável frente ao contexto delicado das eleições de 2022, a qual foi marcada por conflitos de cunho político-ideológico.

Além do mais, como o enunciado é classificado como uma frase nominal, isto é, não apresenta sintagma verbal, a sentença também não apresenta *afirmações com verbos de processo mental afetivo*. Todavia, há marcadores implícitos que engatilham a intensa polarização, atitudes intolerantes e atos violentos que comprometeram a conjuntura social no panorama eleitoral.

5.2 ANÁLISE DO MATERIAL À LUZ DA GDV

No que corresponde à metafunção *representacional*, percebemos que não há vetores que indicam ação dos participantes. Assim, a notícia investigada adota a *estrutura conceitual classificatória*, uma vez que os participantes são reconhecidos como representantes de um grupo ou categoria: a família. Nessa perspectiva, há uma relação entre os participantes através de uma estrutura de parte pelo todo, sendo que as partes (membros familiares) formam um grupo (a família). Esse grupo também ocupa espaços opostos no enquadramento, sendo subordinados pelos ideais políticos defendidos conforme o contexto.

Partindo para as categorias da metafunção *interacional*, percebemos que o *contato* estabelecido entre o leitor (PI) e os participantes representados (PRs) é de *oferta*, tendo em vista que os PRs não olham diretamente para o PI, sendo considerados apenas objetos de contemplação para o observador. No que concerne à *distância social*, notamos que os elementos representados são enquadrados em *plano média* (americano), o qual mostra os PRs da cintura para cima e evidencia um envolvimento mediano (mais impessoal) entre o leitor e os participantes representados na imagem.

No bojo da *perspectiva*, vislumbramos que os membros da família estão encarando uns aos outros, o que indica que a imagem é retratada por intermédio do *ângulo oblíquo*. Tendo isso em vista, a interação entre PRs e PI aparenta ser de baixo envolvimento. Ademais, a imagem é expressa por meio de um ângulo particular *subjetivo*, o qual mostra os PRs para o leitor-observador de uma maneira preestabelecida, ou seja, em um contexto de polarização, de conflito familiar.

Já em relação à *modalidade*, salientamos que, embora a imagem seja a ilustração de uma família em “guerra”, o nível de verossimilhança com a realidade é alta, pois diversas relações familiares foram estremecidas devido discordâncias políticas. Desse modo, a imagem representada na Figura 2 é tida como uma releitura do convívio social de muitos brasileiros mediante a intensa polarização política nas eleições de 2022.

No intuito de trabalhar as categorias analíticas da metafunção *composicional* com mais precisão (*valor de informação, saliência e estruturação*), destacamos os seguintes aspectos:

Figura 3: Bandeira branca após o resultado das urnas (metafunção composicional)



Fonte: Instagram (@oimparcial), 2022

Na informação “dada”, aquela que o leitor já conhece, temos o drama social e político ocasionado pela hiperpolarização que abalou as relações interpessoais, tornando as reuniões familiares em um verdadeiro campo minado. No que se refere à informação “nova”, podemos observar que mesmo após o resultado das eleições (30 de outubro de 2022) não houve uma plena reconciliação entre entes familiares e amigos. Isso, certamente, contribuiu para o aumento das rixas sociais, rupturas e, por sua vez, de riscos à plena convivência em sociedade.

A região do “centro”, sendo considerada a de maior destaque, sugere a ruptura familiar em meio a divergências políticas, a qual gera, dentre outros problemas, a intolerância, e ainda legítima que não há respeito ao contraditório em ideologias políticas extremistas. A margem, por seu turno, traz o léxico, apresentando o corpo da notícia, que foi analisada anteriormente pelas categorias da ADC e que também cria um contraponto com a imagem, dado que a mensagem do conteúdo lexical não condiz plenamente com o elemento não verbal.

Também é interessante destacar que as duas partes da fotografia rasgada evidenciam a intencionalidade do produtor em representar as ideologias de esquerda e de direita em disputa e em lados opostos. É importante, nos diversos espaços sociais, expressar opiniões em debates de modo que privilegie o respeito e os pactos democráticos. No entanto, considerando que o discurso extremista é cartesiano, impossibilita-se a abertura para opiniões opostas e ainda pode acarretar em prejuízos emocionais e físicos para ambos os lados.

Dois aspectos em destaque constroem a estrutura *saliência*: as expressões faciais e as roupas monocromáticas dos PRs. As expressões dos músculos do rosto indicam emoções e

sentimentos dos indivíduos, transmitindo uma mensagem, dado que os gestos faciais também são formas de comunicação não verbal.

Assim, percebemos que as linhas da face dos PRs mais jovens, vestindo **roxo** e **verde**, sugerem sentimentos como a raiva, o desgosto e a reprovação, (re)afirmando o conflito familiar acerca das decisões políticas contrárias e as rixas que o fenômeno da polarização pode instaurar. Por outro lado, as expressões faciais dos PRs mais velhos, vestindo **laranja** e **rosa**, respectivamente, rompem com o comportamento de intensa intolerância e discordância em relação aos PRs mais jovens, o que demonstra, ainda, maior maturidade e sabedoria.

As cores das roupas dos participantes representados também constroem significância sociocultural no texto multimodal. O **verde**, cor que os PRs mais novos da direita vestem, insinua orgulho e arrogância. Já o **roxo**, cor que os PRs mais novos da esquerda vestem, é comumente atrelado à extravagância e ao poder. Dessa maneira, ambas representações servem para potencializar a contraposição política de cunho extremista. Todavia, o **laranja** e o **rosa**, presentes nas vestes do homem e da mulher mais velhos, estimulam sentimentos como a alegria, a sociabilidade, a afeição e a amizade em prol da (re)estruturação dos laços interpessoais.

Quanto ao *enquadramento (framing)*, é perceptível que há elementos como a rachadura e o espaço vazio que separam o grupo familiar ao meio. A existência desses elementos que divide os PRs em extremos opostos contribui para a segregação, diminuindo a conexão e a proximidade da família ilustrada, como se a relação não se fizesse necessária. Em síntese, os elementos visuais que compõem a moldura da imagem, as expressões faciais, as cores monocromáticas das roupas e o afastamento criado representam a falta de união e de identidade do grupo, ou seja, é como se os PRs não se conhecessem ou fossem indiferentes.

Isto posto, percebemos que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social e está em constante mudança. Por conta disso, conecta-se a outros elementos sociais e potencializa desde ações desempoderadoras e preconceituosas até a superação de assimetrias sociais, o empoderamento e a emancipação do leitor. Enfatizamos, sobretudo, que a investigação discursivo-crítica e multimodal da notícia oriunda do Instagram do jornal O Imparcial revela discursos hegemônicos e articulações de poder presentes nas relações interpessoais, assim como produz ferramentas necessárias para que o sujeito-leitor lute contra forças manipuladoras e narrativas dominantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos o recorte de análise do estudo intitulado “O discurso informativo no Jornal O Imparcial: uma abordagem discursivo-crítica”, que visou analisar uma (1) notícia jornalística no bojo discursivo da Análise de Discurso Crítica (ADC) e no foco semiótico da Gramática do Design Visual (GDV), objetivando contribuir para a formação de um posicionamento crítico do sujeito leitor/consumidor, assim como contribuir para o ensino de Língua Portuguesa no contexto da educação básica.

Esta pesquisa, bem como as análises que se ocupam com problemas sociais, não poderia prosseguir sem beber do arcabouço teórico da ADC, encabeçada pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001, 2003a), pois as concepções textuais e discursivas foram pautadas nessa teoria transdisciplinar. Utilizamos da *intertextualidade* (significado acional) para a investigação dos elementos de outros textos, das vozes ausentes e presentes, e a significância disso dentro das práticas sociais; contamos com a *interdiscursividade* (significado representacional) para revelar os discursos articulados no texto multimodal, e também utilizamos da *modalidade* e da *avaliação* (significado identificacional) no que tange à observação do comprometimento do locutor com o que diz e das considerações valorativas que realizam.

Para além da ADC, recorreremos aos pressupostos teóricos da GDV, pensada por Kress e van Leeuwen (2006), a qual encarregou-se de sustentar a fundamentação do trabalho no campo da estrutura visual. Desse modo, a metafunção *representacional* foi basilar para analisarmos os participantes representados mediante seus subsistemas *narrativo* e *conceitual*; a metafunção *interacional* chamou nossa atenção para a relação criada entre o leitor e a imagem devido ao *contato*, à *distância social*, à *perspectiva* e à *modalidade*, e, por intermédio da metafunção *composicional*, percebemos a disposição dos elementos (*valor de informação*), o valor hierárquico (*saliência*) e a conexão daquilo que é representado (*enquadramento*). Também vale citar que as orientações da pesquisa qualitativa foram fundamentais e a prática da triangulação entre ADC, GDV e esse tipo de pesquisa colaborou para a sustentação das análises.

Este estudo também evidenciou que as práticas sociais nas quais o sujeito-leitor está envolvido atravessam diversas representações construídas a partir das linguagens verbal e não verbal. As notícias veiculadas nas redes sociais, a exemplo do Instagram, não somente representam a realidade como também contribuem para criar a própria realidade que é noticiada. Nesse sentido, é fundamental privilegiar um ensino discursivo-crítico e multimodal, pois entendemos que os alunos devem ser capazes de compreender os diversos eventos comunicativos, bem como utilizar esse conhecimento para além da sala de aula.

Pensando nisso, destacamos algumas proposições que podem ser utilizadas no cotidiano escolar em relação à notícia no contexto digital, como é o caso da análise de notícias nas redes sociais, de debates mediados, produções textuais e audiovisuais, e da foto denúncia. A partir disso, é possível garantir um ensino discursivo-crítico e multissemiótico, assim como é possível avançar nas práticas contemporâneas de ensino, dado que as transformações da prática discursiva refletem transformações da prática social (Fairclough, 2001).

É importante também ressaltar que a Análise de Discurso Crítica (ADC) é situada na faceta da Linguística e da Ciência Social Crítica, e que a Gramática do Design Visual (GDV) é situada no bojo da Semiótica Social. Em outras palavras, essas teorias se tornam ferramentas analíticas essenciais no ensino da Língua Portuguesa, uma vez que ambas teorias possibilitam leituras discursivas e imagéticas de notícias veiculadas à rede social Instagram, por exemplo, e geram debates e discussões proveitosas em sala de aula e fora do ambiente escolar.

Esperamos, acima de tudo, que esta investigação represente uma contribuição para pesquisadores que investigam o texto, que é uma produção socioculturalmente situada e que implica em valores, práticas, crenças, ideologias e identidades. Também esperamos que este trabalho possa ser útil tanto para uma melhor compreensão no que tange à Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) e à Gramática do Design Visual (doravante GDV) quanto como material de apoio para trabalhos com o discurso, com a semiótica e com o ensino de Língua Portuguesa.

7. REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Clássicos da Comunicação Social).
- BATISTA JR., José Ribamar; MELO, Iran Ferreira de; SATO, Denise Tamaê Borges (orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Luciana de Oliveira rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, Trad. 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London; New York: Routledge. 2003a.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Trad. Ivone Castilho Benedetti, Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design.** London; New York: Routledge, 2006 [1996].
- LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia.** 5ª ed. São Paulo: Ática, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros Textuais: definição e funcionalidade.** In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel (orgs). **Gêneros Textuais e Ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARTINS, Ana Maria Sá. **Representações do feminino: uma análise discursiva dos perfis jornalísticos de O Estado do Maranhão.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita. **Argumentum**, v. 11, n. 1, p. 69-83, 2019.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** 2a. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- TSUTSUI, Ana Lúcia Nishida. Cenários e perspectivas para o jornalismo brasileiro do século XXI. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 7, n. 2, p. 203-206, 2008.
- WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

“A NOTA ESTAVA EM NOSSAS MÃOS”: PROVA BRASIL E OS DISCURSOS DE COOPTAÇÃO DE CRIANÇAS PARA O ALCANCE DO IDEB

Karla de Oliveira Santos (UNEAL)¹

1. INTRODUÇÃO

A fala exposta no título do estudo, “A nota estava em nossas mãos”, foi dita por uma criança de 11 anos de idade, do gênero feminino, estudante do 5º ano A, de uma escola pública municipal de São Miguel dos Campos, no estado de Alagoas, que estava se preparando para fazer a Prova Brasil (hoje Prova SAEB²). A instituição de ensino possuía o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal em 2017, o que acabava produzindo discursos de responsabilização para as crianças dos 5º anos A e B do ensino fundamental, almejando um desempenho satisfatório na Prova Brasil, presentes nos indicadores educacionais.

As crianças dos anos iniciais do ensino fundamental têm tido um papel relevante na implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, pelo fato de sua participação ter importância nos resultados dos indicadores de qualidade da educação. São elas que devem fazer as avaliações da Prova Brasil.

Os discursos são produtores de práticas e de constituição do sujeito social, exercendo efeitos imersos em relações de poder e saber, cooptando as crianças através da sua participação direta na Prova Brasil, exigindo desempenhos satisfatórios e responsabilizando-as para atendimento aos indicadores educacionais determinados pelas políticas de melhoria da qualidade da educação.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é observar como os discursos oficiais, tem envolvido institucionalmente as crianças, produzindo verdades para a condução de suas condutas, a partir da análise teórica-metodológica das teorias do discurso em Michel Foucault (1999; 2007; 2013; 2014); Castro (2009); Fernandes (2012;2014) e Fischer (2012), tendo como *corpus* as entrevistas realizadas com 11 crianças dos 5º anos A e B do ensino fundamental de uma escola pública do município de São Miguel dos Campos/AL, com idades entre 10 e 11 anos de idade. Mas, devido aos limites normativos deste trabalho, apresentaremos apenas algumas.

Esta pesquisa é um recorte de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL), com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e tem uma abordagem qualitativa, a partir do estudo de caso, em uma escola pública, localizada no centro da cidade de São Miguel dos Campos, especificamente em duas turmas do 5º ano do ensino fundamental, nomeadas de turmas A e B, buscando compreender os fenômenos sociais contemporâneos, dentro de uma realidade empírica. Destacamos que a escola atende aos anos iniciais do ensino fundamental, tendo seu funcionamento nos turnos matutino e vespertino.

Ao realizar uma pesquisa deste caráter com crianças, reconhece-as como atores afirmativos e de direitos, possibilitando às mesmas uma participação mais ativa e uma voz mais direta na produção dos dados, sendo uma questão nodal no campo epistemológico.

¹ Doutora em Educação (PPGE/UFAL). Professora Adjunta do Campus IV – São Miguel dos Campos/AL da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Email: karla.oliveira@uneal.edu.br

² No ano de 2019, ocorre a mudança de nome de Prova Brasil para Prova SAEB.

Para a participação nas entrevistas, as crianças assinaram o Termo de Assentimento (TA)³ e seus responsáveis legais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT

A partir do referencial teórico e metodológico de Michel Foucault⁴ acerca do discurso, pontuamos que os discursos são produtores de práticas e constituem o sujeito social. Assim sendo, novos sentidos são dados no campo epistemológico e metodológico, problematizando alguns objetos, como os discursos de “verdades” sobre a infância, os saberes da pedagogia, o controle através do currículo e das avaliações oficiais, as relações de poder e regulação das políticas educacionais, a produção de subjetividades, dando outros contornos para a pesquisa em educação, mas principalmente, possibilitando às crianças visibilidade para suas vozes e ações.

Michel Foucault, inicia seus estudos sobre o discurso, a partir de sua tese de doutorado, que culminou com a obra *História da Loucura* (1961), posteriormente escreve o livro *Nascimento da Clínica* (1963), logo depois a obra *As palavras e as Coisas* (1966) e finalmente a *Arqueologia do Saber* (1969), em que expõe a metodologia do trabalho e aponta os procedimentos para a *Análise do Discurso*.

Para um melhor entendimento do discurso com base foucaultiana, iremos descrever alguns elementos importantes para a compreensão do discurso enquanto prática discursiva que exerce efeitos na constituição das subjetividades dos sujeitos e que estão imersos em relações de poder e saber, como também, as condições próprias de sua existência.

2.1 A ARQUEOLOGIA

A arqueologia na esfera discursiva busca compreender as condições de enunciação do discurso e como estes tornam-se “discursos de verdade”. Yazbek (2015) pontua: “a arqueologia suspende a questão sobre os critérios de validade dos discursos para, desta feita, expô-los a partir de um conjunto de regras excludentes que lhes confere um valor e uma aplicação prática enquanto discurso científico” (p.42).

Para Foucault (2014, p.169-171), a arqueologia:

1) Busca definir não os pensamentos [...], mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente [...] ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento (p.169-170);

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob o processo nº 38534814.1.0000.5013.

⁴ O legado de Michel Foucault é periodizado por alguns estudiosos a partir de três categorias: arqueologia, genealogia e ética. Nesse sentido, é necessário situar neste trabalho, como questões metodológicas os “domínios foucaultianos” de arqueologia e genealogia. “O uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos” (Veiga-Neto, 2017, p.45). Já a genealogia, “faz um tipo especial de história. Como a palavra sugere, trata-se de uma história que tenta descrever uma gênese no tempo. Mas na busca da gênese, a história genealógica não se interessa em buscar um momento de origem, se entendermos origem no seu sentido “duro”, isso é, como uma solenidade de fundação em que “as coisas se encontravam em estado de perfeição, ou se a entendermos como “o lugar da verdade” (p.56).

- 2) Não busca as continuidades, procura definir os discursos em sua especificidade; é uma análise diferencial das modalidades de discurso (p.170);
- 3) Não é ordenada pela figura soberana da obra; não busca compreender o momento em que esta se destacou no horizonte anônimo. [...] A razão do sujeito criador, enquanto razão de ser de uma obra e princípio de sua unidade, lhe é estranha (p.170);
- 4) Não procura reconstruir o que pode ser pensado, desejado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso [...] não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade. [...] é a descrição sistemática de um discurso-objeto (p.171).

O método arqueológico é constituído pelos seguintes elementos: a) princípio de agrupamento de enunciados; b) domínio em que estão em questão os enunciados; c) grandes unidades históricas que constituem; d) métodos que permitem descrevê-los; e) descrição histórica; f) funcionamento do não-dito; g) efeito de opacidade (Fernandes, 2012).

De acordo com Castro (2009), a arqueologia é uma análise das condições históricas de possibilidade, que fizeram com que em certo momento somente determinados enunciados tenham sido efetivamente possíveis e não outros.

Sendo assim, a análise arqueológica deve observar como um discurso é produzido, suas condições de existência e suas formulações para a produção de verdades, compreendendo que os sujeitos são efeitos destes discursos.

2.2 O DISCURSO

Para Foucault (2007), o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2007, p.56).

Segundo Fischer (2012), para analisar os discursos precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último do sentido oculto das coisas. “O discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva” (Foucault, 2014, p.135). Além de revelar a posição que o sujeito ocupa e como ele está inserido numa relação de poder, sendo o discurso representado por um jogo de lutas, resistências e antagonismos.

Há uma ordem que controla o dizer dos sujeitos em todas as sociedades. O discurso é concebido como uma prática regular e reguladora ao mesmo tempo cotidiana e cinzenta e constituída de poderes e perigos (Piovezani, Curcino, Sargentini, 2014).

Fernandes (2014) ainda acrescenta que o sujeito é constituído por discursos historicamente produzidos e modificados. Portanto, sempre movente, em constante produção, ou seja, o discurso é uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade.

Sendo assim, os discursos possibilitam a formação de objetos e sujeitos, sendo este último, produto dos efeitos de subjetivação, em um processo de deslocamento, que produz discursos exteriores a si próprio, marcados pela descontinuidade, já que a produção e transformação dos discursos possuem uma historicidade. Como pontua Castro (2009, p.119): “o discurso está constituído por um conjunto de sequências de signos”.

De acordo com Bert (2013), os discursos só são analisáveis sob um feixe de explicações que ligam as instituições, os processos econômicos e sociais, as formas de comportamento, os sistemas de normas, as técnicas e os tipos de classificações.

Foucault (1999) acrescenta que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós que ele lhe advém. Não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

Castro (2009, p.120) realiza o seguinte apontamento: “O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”.

A produção dos discursos são imediatamente formas de poder e saber que se relacionam mutuamente, são fragmentos de uma história que constituem os sujeitos. Como acrescenta Fernandes (2012, p. 22): “os discursos, por sua vez, obedecem a determinações históricas; é a história que lhes assegura condições de possibilidade”.

[...] um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (Foucault, 2014, p.139).

O discurso possui seu modo de existir, sua própria lógica, suas relações históricas, suas regras discursivas que produz verdades, gerando subjetividades e cooptando os sujeitos.

2.3 OS ENUNCIADOS

A análise de um enunciado demarca a posição do sujeito e essa posição é marcada por um dado exercício de poder, sendo os sujeitos movidos por uma vontade de verdade. Conforme Fischer (2012), há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso, de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos.

Segundo Castro (2009), para compreender o enunciado é necessário entender a modalidade de existência de um conjunto de signos, modalidade que lhe possibilita ser algo mais que um simples conjunto de marcas materiais, refere-se a objetos e a sujeitos, entra em relação com outras formulações, sendo repetível.

Para Foucault (2014):

[não há] enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, nele se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja [...]. Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências (Foucault, 2014, p. 86).

O autor ainda pontua que: “O enunciado em si não constituiria também uma unidade, pois ele se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem: ele é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2014, p.32).

Com base nos estudos foucaultianos, Fischer (2012) apresenta quatro elementos básicos para as condições do enunciado: 1 - a referência a algo que identificamos; 2 - o fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo; 3 - o fato de um enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados do mesmo discurso e 4 - a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece.

O enunciado não é algo visível, mas também não está totalmente oculto. Não é necessário realizar interpretações reveladoras de possíveis verdades ou ainda sentidos reprimidos ou ocultados, como aponta Foucault (2014, p.135): “É necessário uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo em si mesmo”.

Nesse sentido, para a compreensão da materialidade do discurso é necessário analisar as possibilidades de reinscrição e de transcrição, os limites e as condições, e os outros enunciados que coexistem com ele (Castro, 2009).

2.4 A FORMAÇÃO DISCURSIVA

Foucault (2014, p.82) expõe formação discursiva como:

[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele escreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.

A formação discursiva funciona como uma matriz de sentidos, que determina o que pode ou não ser dito, analisando a posição do sujeito dentro de um referido espaço, no qual dependerá do jogo de poderes em questão.

Todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem e caracteriza-se pela contradição. Uma formação discursiva implica regras e regularidades, que não serão observadas pelo uso de uma metodologia descritiva quantitativa, pois, por existir em um tempo e espaço físico-social, envolve a história. Esse conjunto de elementos, cuja presença é constitutiva de toda formação discursiva, reflete o que se denomina condições de produção do discurso (Fernandes, 2012).

Castro (2009) aponta que a formação discursiva está relacionada à um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem uma determinada época, as condições para o exercício da função enunciativa.

2.5 A PRÁTICA DISCURSIVA

Para Foucault (2014, p.136), o conceito de práticas discursivas está associado a “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” Ainda segundo o

autor, as práticas discursivas são definidas pelo *status* do sujeito que fala, pelos lugares de onde fala, pelas posições que assume quando fala. Campo de regularidade para diversas posições de subjetividade (Foucault, 2014).

A prática discursiva pode ser considerada como um dispositivo de poder voltado para a construção de lugares de verdade, os quais terão efeitos sobre os sujeitos (Fernandes, 2014). É necessário compreender como estas práticas possibilitam afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdade.

Corroborando com a discussão, Castro (2009) afirma que as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Elas tomam corpo no conjunto de técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que por sua vez, as impõem e as mantêm.

Contudo ao exposto é possível asseverar que os elementos apresentados da teoria do discurso de Michel Foucault nos auxiliam a compreender como os discursos estão imersos em relações de poder, implicados na autoridade de quem está autorizado a dizer algo, produzindo efeitos sobre os sujeitos e conseqüentemente, formando subjetividades. Como aponta Fernandes (2012), o objeto do discurso define o lugar do dizer e o direito de falar privilegiado ou exclusivo de algum sujeito em detrimento de outro.

Destarte, afirmamos que é de suma importância reconhecer a heterogeneidade do discurso e expor as relações de poder e saber que se dão dentro dessa relação, a partir das práticas, da formação social em questão, da produção de verdades, da trajetória dos envolvidos e posicionamento do pesquisador. É preciso analisar como esse espaço/território/lugar de atuação das crianças, enquanto sujeitos de direitos, tem sido efetivado, mesmo diante de determinações burocráticas governamentais, que se propaga através dos discursos oficiais acerca dos indicadores de uma possível qualidade da educação nacional, através de desempenhos satisfatórios na Prova Brasil.

3. A PROVA BRASIL E A PRODUÇÃO DE DISCURSOS PARA O ALCANCE DO IDEB

A Prova Brasil, hoje nomeada de Prova SAEB, foi criada em 1995, integrando o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Inicialmente tinha o caráter diagnóstico e amostral, o que anos mais tarde, em 2007, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), torna-se uma propulsora e mensuradora da qualidade da educação nacional.

A Prova é aplicada a cada dois anos, nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, sendo avaliadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. De acordo com dados coletados no portal do Ministério da Educação (MEC), a Prova Brasil é de caráter universal, homogênea e padronizada, tendo como objetivo auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando melhorar a qualidade do ensino.

É importante também destacar que o IDEB é um indicador que analisa o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, sendo estes entendidos como indicadores da qualidade da educação. É calculado com base no desempenho dos estudantes na Prova Brasil e em taxas de aprovação. Ainda de acordo com o site do MEC, para que IDEB de uma escola ou rede pública alcance a meta estabelecida, é preciso que o estudante aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O discurso governamental no ano de lançamento do IDEB, era de que até 2022, bicentenário da Independência do País, a “qualidade” da Educação Básica fosse garantida para todos os brasileiros.

O que se observa é a redução da qualidade do ensino ao desempenho dos estudantes nas avaliações em larga escala, neste caso na Prova Brasil/SAEB, controlando os resultados obtidos por cada escola deste país, selecionando as melhores, provocando um ranqueamento entre elas. Os testes acabam controlando também o currículo, limitando as disciplinas a serem ministradas, ou seja; Língua Portuguesa e Matemática.

Os desempenhos dos alunos nas avaliações de larga escala, como expressão de qualidade, pouco a pouco vêm subsidiando diversas iniciativas de gestão das redes, que se apresentam em nome da promoção dessa qualidade. Sob o argumento da transparência, vêm se inserindo nos programas e planos governamentais, mecanismos que visam dar ampla visibilidade aos resultados das avaliações e, em alguns casos, responsabilização de profissionais ou da escola por esses resultados, traduzida na implantação de incentivos simbólicos ou monetários, com vistas à indução de mudanças. A alocação de recursos diferenciados para as escolas, como meio de premiação por bons resultados, revela a crença de que se a competição no interior das redes de ensino induz a melhores resultados. O mesmo pressuposto está presente em iniciativas de incentivos monetários aos profissionais das escolas. A busca por melhores resultados pode levar a escola [ou, talvez, já esteja levando] a investir mais intensamente nos alunos julgados com maior potencial de obtenção de melhores pontuações nas provas externas, mesmo que isso resulte em iniquidades (Sousa, 2014, p.412).

As políticas criadas em âmbito local se delinearão a partir de um controle público dos resultados, afinal, resultados positivos causam um *marketing* positivo aos gestores locais, como se o IDEB fosse fidedigno ao que se nomeia de qualidade da educação.

As avaliações em larga escala geram uma racionalização voltada apenas para os resultados, que desconsideram os condicionantes intra e extraescolares, que influenciam diretamente na aprendizagem dos discentes. O que se observa é o foco em publicizar apenas resultados que se materializam através do rendimento ou desempenho dos estudantes nas avaliações.

Desta forma, o poder indutor das avaliações pode cooptar os estudantes que apresentam melhores desempenhos cognitivos ou ainda, excluir no processo de matrícula ou até mesmo no dia da aplicação da prova, os estudantes com alguma deficiência ou que revelam dificuldades de aprendizagem, para evitar possíveis resultados ruins que a escola venha a apresentar.

A vida dos sujeitos (estudantes) não importa no processo avaliativo, ignorando a diversidade de suas experiências e delimitando alguns conhecimentos como válidos e universais. Assim, as avaliações nacionais acabam sendo um produto abstrato e descontextualizado da vida dos sujeitos. Reduzindo seu direito de ser criança, ao domínio de habilidades de leitura, escrita e matemática, desconsiderando seu desenvolvimento humano.

Contudo, o município de São Miguel dos Campos/AL, através da Secretaria de Educação (SEMED), tem desenvolvido todo um aparato pedagógico voltado para as escolas, em ano de aplicação da Prova Brasil.

A partir da pesquisa realizada, podemos perceber a produção de discursos institucionais em busca de resultados positivos para atingimento de metas cada vez maiores pelas escolas públicas municipais, tendo a Secretaria Municipal de Educação o papel de monitorar e direcionar as ações e projetos educacionais.

A escola campo de pesquisa também elaborou um documento com dicas para as crianças responderem à prova, tanto de aspectos cognitivos, como também emocionais. Desta forma, iam sendo instruídas de como se comportar no momento de aplicação da avaliação.

Durante as entrevistas, as crianças demonstraram ter um vínculo afetivo com a escola, e em especial, com as suas professoras, além do fato da escolha em estudar nesta

instituição de ensino, ser vinculado à imagem positiva que a mesma possui diante da comunidade escolar principalmente pelo fato de ter o maior IDEB municipal. Esse fato causava uma responsabilização para que este IDEB permanecesse a crescer.

Sendo assim, a escola pesquisada estabelece um cronograma de ações para as crianças, que ultrapassa os muros da escola, determinando horários de estudos, de alimentação e de sono, intitulado “Foco no IDEB”:

A professora fez um grupo – WhatsApp - só da nossa sala, aí ela mandava áudio, fotos, dizia como ia ser, ela até fez um horário, na hora da gente estudar, de mexer no celular, porque as meninas levam celular, ficam lá mexendo, não quer prestar atenção na aula. A professora disse que celular é só *pra* gente usar em casa e mandou o horário e falou *pros* pais no grupo. De 2h até às 4h eu estudava, 5h eu tomava banho, 6h eu jantava, aí 7h eu ia estudar de novo até às 8h e 9h eu ia dormir (Criança entrevistada).

E também fez treinamento com as crianças para responder à Prova Brasil, criou grupo de WhatsApp com os pais e responsáveis, no qual compartilhava vídeos e informações sobre a Prova e sobre o IDEB, elaborou cartazes, criou um reforço escolar para os estudantes dos 5º anos com dificuldades de aprendizagem, promoveu aos sábados letivos gincanas, noite do pijama, jogos, maratonas, aulões, entre outros, tudo relacionado ao IDEB. Dentre as ações elencadas, a mais comum era a aplicação de simulados, não apenas pela SEMED, mais também pela escola.

O treinamento das crianças para a Prova Brasil, através de simulados, era uma prática constante. Inclusive em um momento de observação, quando a professora comunica que terá um simulado, uma das crianças fala: “de novo tia, de novo simulado!”.

Os simulados eram encaminhados pela SEMED ou produzidos pela própria escola, que também reforçava o treinamento, como apresenta uma das crianças entrevistadas: “Foi feito muito simulado, a gente fez um monte de simulado *pra* vê o que a gente aprendeu e também testar a gente”. Essa forma de conduzir as atividades corrobora com o pensamento de Sacristán (2005), quando afirma que:

O aluno tem de renunciar a si mesmo, à improvisação e às satisfações imediatas, para ser dominado por alguns princípios que refletem a perfeição e ficar submetido a uma ordem imposta por um sistema de motivações apoiado na administração de castigos e recompensas (Sacristán, 2005, p.155).

Ao analisar as falas, podemos constatar como os discursos produzidos pelas professoras, sobre a qualidade da educação, associadas ao resultado da Prova Brasil, são essenciais para a condução das condutas das crianças e cooptação de suas subjetividades.

As crianças, por sua vez, criam suas próprias estratégias para obter sucesso na prova, assimilam os discursos, como se as notas fossem individualizadas e definidoras para que a escola tivesse sucesso e permanecesse como a melhor do município. Havia um esforço individual e uma cooptação institucional, no qual diariamente, de acordo com relatos das crianças, ao entrarem na escola, a coordenadora pedagógica enfatizava em sua fala, no pátio da escola, com o uso de microfone, a aproximação do dia da Prova Brasil e a importância do empenho de cada estudante, além da gestão da escola também ir nas salas de aulas, se informar como as crianças estavam se preparando para a Prova. Esses fatores ocasionaram uma ansiedade antecipada, conforme expressado por uma das crianças entrevistadas: “Nossa, causava ansiedade, eu dizia, não vejo a hora dessa prova passar!”.

Antes da aplicação da Prova Brasil, o Gestor Municipal fez um vídeo, no qual foi publicizado para as crianças e suas famílias. Em sua fala dava destaque para o empenho que as crianças dos 5º anos deveriam exercer para o êxito da escola, mas principalmente para o

município. O que demonstra as relações de poder impregnadas neste discurso, afinal, era o prefeito da cidade.

De acordo com as falas das crianças, no dia da aplicação da Prova Brasil, a escola utilizou estrategicamente um tapete vermelho como simbolismo de importância e glamorização do ritual, com uma música evangélica, com a presença dos estudantes da escola e de seus pais/responsáveis, que receberam as crianças, fotografando o momento, ao atravessarem pela multidão o tapete vermelho, com o objetivo de amenizar a tensão do momento e prepará-las para atender aos desígnios do IDEB, conforme relatado por uma das crianças: “Uma emoção, porque na hora que a gente entrou, os 5º anos, aí todo mundo começou a bater palma e teve um tapete vermelho”.

O momento proporcionado pela escola, provocou muita insegurança nas crianças. Para isso, criam-se mecanismos de controle e captura de suas subjetividades, conforme descrito por uma das crianças entrevistadas:

A coordenação botou um tapete vermelho e botou uma música tocando, evangélica, conquistando o impossível, ela botou todos os alunos, aí a gente entrou, botou as bolsas e lá teve uma [pausa] a professora de Educação Física passou um monte de exercícios pra gente fazer, e a gente subiu (se referindo ao local da prova no 1º andar da escola).

O ritual de realização da Prova Brasil organizado pela escola foi composto por várias etapas que demarcariam aquele dia como um dia muito especial para os estudantes dos 5º anos A e B, envolvendo ainda suas famílias, o que acabara por reforçar a performatividade das crianças na prova, como diz uma delas: “Teve tapete vermelho pra gente, teve bolo, refrigerante na cantina, foi um dia bom, até uma menina lá da sala se emocionou. Ela *tava* com medo de errar, porque as notas dela eram muito baixa, aí ela ficou com muito medo de errar”.

Assim sendo, políticas de avaliação em larga escala estão subordinadas ao estabelecimento de padrões relacionados ao desempenho de competências e habilidades, como consequência temos um controle de resultados pelo Estado, que estabelece uma padronização, ranqueamento das escolas e premiações.

Segundo os relatos apresentados pelas crianças, o medo do erro, de decepcionar a professora, a escola, diante de tal responsabilidade, demonstra o vínculo de submissão estabelecido com as crianças, o que reforça uma das falas, que inclusive dar título a este trabalho: “A nota estava em nossas mãos”.

A escola é o lugar que reúne todas as formas de imposição de regras aos sujeitos do discurso; como apropriação social dos discursos, ela é o lugar de ritualização da palavra, ela determina e fixa os papéis dos sujeitos que falam, constitui e promove a difusão de doutrinas (Fernandes,2012).

Destacamos que os sujeitos são produzidos através de um discurso de qualidade da educação, que foi comumente reforçado na instituição escolar, e sua dependência e auto responsabilização com o desempenho de resultados positivos, a partir de tecnologias de sujeição das crianças, conforme apresentado a seguir: “Eu me senti com medo, mas quando eu saí da escola, eu já fiquei mais aliviada, quando eu terminei a prova. Eu me cobreí”.

Para Duarte (2016), nesse processo de subjetivação, os sujeitos são envolvidos em um discurso de verdade sobre si mesmo, visando à auto anulação de si mesmo e da própria vontade em nome da salvação da alma. Abrem mão voluntariamente de usar seu tempo livre para brincar e viver sua infância, para atender à uma demanda institucional, onde podemos observar nesta fala: “Mas na Prova Brasil a gente parou de brincar. É porque é uma prova importante, né? E não pode brincar numa prova importante”.

Os relatos de dedicação à Prova Brasil, expressos pelas crianças durante as entrevistas, apontam como há um disciplinamento de seus corpos e suas condutas,

obedecendo à norma, através de técnicas de vigilância e controle, que as constituem como sujeitos, ao mesmo tempo, que também formam subjetividades, a partir de discursos imbricados em verdades incontestáveis, que são apropriados pelas crianças, sujeitando-as ao que é preconizado pelas avaliações em larga escala, produzindo a objetivação dos sujeitos.

Apesar de todos os esforços das crianças, os resultados não foram tão favoráveis. Abaixo apresentamos um quadro demonstrativo sobre os resultados do IDEB da escola pesquisada, considerando as últimas três metas. Apesar de ter tido uma aplicação da Prova Brasil em 2023, o seu resultado preliminar foi divulgado apenas para os gestores municipais e ainda não se encontra em domínio público.

Quadro 1 – Metas e resultados do IDEB dos anos iniciais da escola pesquisada

Ano de aplicação da prova	Meta projetada	Resultado
2017	5,1	6,3
2019	5,4	5,7
2021	5,7	5,6

Fonte: <http://saeb.inep.gov.br/saeb/resultado-final-externo>

Os dados demonstram a evolução da escola, no entanto em 2021, não consegue atingir a meta estabelecida. Vale destacar que em 2017, devido ao exitoso desempenho recebe uma premiação do governo de Alagoas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O que não ocorrerá nos anos seguintes, pois em 2019, a escola ocupa o 2º lugar no *ranking* de melhor IDEB municipal, demonstrando que apesar de todo dispêndio de esforços e produção de saberes e discursos sobre a Prova Brasil envolvendo institucionalmente as crianças dos 5º anos A e B não o logrou o êxito desejado de permanecer em 1º lugar. No ano de 2021, a escola passou a ocupar o 4º lugar no IDEB municipal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas incorporam avaliações em larga escala, como mensuração e comprovação da eficácia da qualidade da educação. No tocante ao ensino fundamental, a Prova Brasil e sua ligação com o IDEB tem sido este vetor de qualidade propagada nos discursos governamentais.

A Prova Brasil assume um papel primordial na busca por qualidade da educação, promovendo nas escolas públicas uma série de estratégias para um bom desempenho de seus estudantes e alcance das metas estabelecidas pelo IDEB. Há uma responsabilização por resultados satisfatórios, induzindo as condutas das crianças, criando estratégias de assujeitamento às determinações burocráticas e discursos oficiais para um desempenho satisfatório.

Contudo, a partir da análise do *corpus*, os relatos de dedicação à Prova Brasil expressos pelas crianças durante as entrevistas, apontam como há um disciplinamento de seus corpos e suas condutas, obedecendo à norma, através de técnicas de vigilância e controle, que as constituem como sujeitos, ao mesmo tempo que também formam subjetividades para obter resultados positivos em atendimento aos escores das avaliações externas.

Para as crianças dos 5º anos do ensino fundamental, participantes e envolvidas diretamente com tais resultados, há um investimento em suas subjetividades, sendo submetidas às estratégias de governo, controle e assujeitamento. Esses condicionantes impõem formas de auto responsabilização, conforme os dados apresentados, no qual as

crianças enfrentam seus medos, suas angústias, seu choro e seus anseios, se auto responsabilizando pelos resultados que a escola apresentaria no IDEB.

Identificamos ainda que as crianças incorporaram o discurso salvacionista e de responsabilização unilateral, com o dispêndio de suas forças e esforços para o alcance e superação do IDEB, a partir dos discursos de verdade, ditos não só institucionalmente, mas também incorporados por elas. Apesar de todo esse investimento sobre os corpos e as mentes das crianças, a escola ultrapassou a métrica estabelecida para o ano de 2019, mas não consegue permanecer em 1º lugar do IDEB municipal, ficando em 2º lugar.

4. REFERÊNCIAS

BERT, Jean- François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola, 2013.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DUARTE, André. Foucault e os coletivos políticos: novas formas de vida para além do sujeito identitário de direitos. *In*: RESENDE, Haroldo (org.). **Michel Foucault: política – pensamento e ação**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p.35-49.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Em Foucault, o sujeito submergido no discurso. *In*: PIOVEZANI, Carlos; CARCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EDUFSCar, 2014b, p. 107-124.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Roberto Machado (int.rev.). 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SOUSA, Sandra Kázia. Concepções de Qualidade da Educação Básica forjadas por meio de Avaliações em Larga Escala. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível in: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a08v19n2.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. 6 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2015.

RESTRIÇÕES E ESTRATÉGIAS: O GÊNERO DIGITAL POST DE INSTAGRAM DA AGÊNCIA LUPA

Izabella Pimentel Franco (UFPI)¹

João Benvindo de Moura (UFPI)²

1. INTRODUÇÃO

Em 2021, um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado "Leitores do século 21: Desenvolvendo habilidades de alfabetização em um mundo digital", revelou que 67% dos estudantes de 15 anos no Brasil não conseguem distinguir fatos de opiniões. A coordenadora de Soluções com Tecnologia do Instituto Unibanco, Jane Reolo, Mestre em Educação pela PUCSP, indicou que essa dificuldade decorre da abordagem educacional focada na busca por respostas certas ou erradas, em detrimento da análise de argumentos. Conforme o texto do relatório, o risco de uma situação assim entre os estudantes é a polarização política, a diminuição da confiança nas instituições públicas e a falta de credibilidade na democracia.

Esses fatores, especialmente o da polarização política, nos levaram a refletir diante do cenário político brasileiro. De acordo com Almeida e Da Silva Martins (2022), nos últimos processos eleitorais, a polarização foi intensificada devido à atuação incisiva de grupos de milícias digitais, à propagação de *fake news* e ao surgimento de formas de violência virtual, como linchamentos virtuais e cancelamentos. Diante disso, é certo que a ascensão das redes sociais trouxe novas práticas discursivas, e que há despreparo em lidar com as redes.

No que diz respeito ao âmbito das práticas discursivas, as redes sociais são caracterizadas pela "superinformação" conforme Charaudeau (2015), que corresponde ao excesso de notícias, de maneira multidirecional, resultando em uma sobrecarga que leva à queda na qualidade da informação, o que pode, paralelamente, resultar na desinformação. Diante desse desafio, esta dissertação surge com o propósito de investigar a produção e interpretação de discursos no mundo digital, concentrando-se no contrato comunicacional estabelecido pelo gênero situacional post de Instagram, utilizando como *corpus* os 43 *posts* do perfil da agência de checagem de informações Lupa na mencionada rede social.

Esta pesquisa visa, portanto, preencher lacunas nos estudos Semiolinguísticos ao investigar o contrato comunicacional estabelecido pelo gênero situacional *post* de Instagram, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do discurso digital e seu impacto na contemporaneidade social. Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o contrato comunicacional que se estabelece no gênero situacional *post* de Instagram da Lupa, através da investigação dos padrões de comunicação e estratégias discursivas utilizadas durante o período eleitoral de 2022, cuja interpretação dos resultados se submete à luz da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Adicionalmente, busca-se enriquecer as investigações sobre o discurso nas redes sociais, contribuindo para uma compreensão ampliada do discurso digital e seu impacto na contemporaneidade social.

A seleção do Instagram como espaço de troca linguageira, uma das redes mais utilizadas, e do gênero *post*, que se estende através do gênero comentários, se deve à relevância da rede na comunicação e na cultura digital. Igualmente, em 2022, uma pesquisa conduzida

¹ Mestranda do Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, izabellafranco@ufpi.edu.br.

² Pós-Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e professor da Universidade Federal do Piauí, jbenvido@ufpi.edu.br.

pela Teads³, uma plataforma global de mídia, em colaboração com o Instituto Toluna Corporate, revelou um aumento na busca por notícias e informações nas redes sociais. Em seguida, perfis oficiais de jornais foram inicialmente buscados, e a Agência Lupa foi selecionada devido a sua relevância, como em ser a primeira agência de checagem a se especializar na verificação de fatos no Brasil.

Dessa forma, a análise do corpus se concentra nos 43 *posts* da Lupa publicados na semana anterior ao segundo turno das eleições presidenciais de 2022, cujo espaço de tempo justifica-se pelo contexto eleitoral que evidenciou a polarização política e o antagonismo ideológico. A partir dos instrumentos teóricos da Teoria Semi linguística, realizamos uma investigação minuciosa a partir das estratégias e restrições estabelecidas. Desse modo, o cerne dessa teoria é o contrato comunicacional, que guia o ato de comunicação e é constituído por elementos como a identidade dos sujeitos, visadas discursivas e circunstâncias de comunicação.

Além da Teoria Semi linguística, a Análise do Discurso Digital serviu a essa pesquisa, uma vez que a investigação é dentro do ambiente das redes sociais. Ela está concentrada na *web 2.0*, caracterizada pela internet social e participativa, especialmente nas redes sociais.

Por fim, almejamos enriquecer as investigações acerca do discurso nas redes sociais, particularmente no que concerne à esfera teórica da Teoria Semi linguística. Ademais, nossa intenção se estende ao anseio de contribuir aos estudos relativos aos gêneros digitais e suas implicações na leitura, refletindo, conseqüentemente, no processo de formação cidadã.

2. O ATO DE LINGUAGEM E O CONTRATO COMUNICACIONAL

A noção de ato de linguagem é central na Teoria Semi linguística, que abrange não só o conteúdo semântico das mensagens, mas também os elementos contextuais, sociais e situacionais que influenciam a produção e interpretação do discurso. Nesta perspectiva, o ato de linguagem é construído através da interação entre elementos linguísticos (palavras, frases, entonação, gestos) e extralinguísticos (contexto, situação, cultura, valores sociais) essenciais para a compreensão do significado e da intenção por trás da mensagem.

Patrick Charaudeau, em sua teoria, propõe o quadro de enunciação, onde o sujeito da linguagem, ao produzir enunciados, passa de sujeito comunicante, com uma vida fora da linguagem, a sujeito enunciador (Machado, 2019). Este sujeito cria um sujeito ideal, o TUD (sujeito destinatário), e se o enunciado for aprovado pelo destinatário, o circuito de comunicação funcionará conforme o planejado. Para esta teoria, todo ato linguístico depende de um sujeito que está simultaneamente dentro e fora da linguagem, alcançando essa posição através de uma simulação ou encenação.

As circunstâncias psicossociais contextualizam os sujeitos do discurso, onde o sujeito que interpreta (TU interpretante) formula hipóteses sobre o sujeito comunicante (EU comunicante). A Teoria Semi linguística identifica quatro sujeitos atuantes na comunicação: parceiros e protagonistas. Os parceiros, inseridos no espaço externo do quadro situacional, dependem do reconhecimento mútuo para estabelecer um contrato comunicacional, norteado por estratégias e restrições.

Para que a relação contratual seja estabelecida, são necessários componentes comunicacionais, psicossociais e intencionais (Pauliukonis et al., 2019). O sujeito comunicante (EUc) desenvolve estratégias discursivas com base nas hipóteses formuladas sobre o sujeito interpretante (TUi), enquanto este interpreta utilizando os três componentes mencionados.

³ Fonte: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/sites-e-redes-sociais-lideram-na-busca-por-informacao>

Os protagonistas, inseridos no espaço interno da comunicação, são o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUd). A relação contratual entre eles é ordenada por restrições e estratégias específicas ao contrato comunicacional, dependendo da identidade dos sujeitos.

Charaudeau (2012b, 2015) considera a situação de comunicação como um palco com restrições e normas que os parceiros devem reconhecer e seguir, estabelecendo um contrato de comunicação. Esse contrato é resultado da troca entre dados externos (identidade, finalidade, propósito e dispositivo) e dados internos (comportamentos linguageiros relacionados a locução, relação e tematização).

No contexto do discurso midiático, a instância de produção é composta por múltiplos atores, enquanto a instância de recepção é avaliada através de um alvo intelectual (capacidade de pensar) e um alvo afetivo (resposta emocional). A finalidade do contrato midiático está entre as visadas fazer-saber e fazer-sentir, onde a primeira envolve descrever e explicar fatos, e a segunda visa captar a atenção emocional do destinatário.

Para analisar a estrutura de um gênero discursivo, é necessário compreender as circunstâncias de produção e as restrições do contrato de comunicação, articulando dados externos, internos e da configuração textual. Assim, uma análise psicossociolinguageira dos gêneros considera as condições materiais da comunicação e as especificações próprias para a prática social, conforme propõe Charaudeau (2004, 2015).

3. METODOLOGIA

Para composição do *corpus*, foram selecionados quarenta e três *posts* do perfil da Agência Lupa publicados na semana que antecedeu o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, a última semana do mês de outubro (24 a 30 de outubro). Como discutido na seção anterior, os critérios de seleção do *corpus* foram: i) Instagram: a popularização da rede, especialmente no que tange o acesso às informações; ii) *posts*: gênero mais comum dentro da rede com interações visíveis ao público, que expandem seu conteúdo; iii) Agência Lupa: perfil oficial e público de checagem de informações, criado como estratégia de auxiliar na checagem da informação; e iv) espaço temporal: a polarização política no período eleitoral ficou mais evidente, especialmente no que diz respeito ao antagonismo ideológico que a sustenta.⁴

Identificamos e categorizamos os elementos linguísticos nos posts, incluindo palavras, frases, expressões e estruturas gramaticais. Além disso, foram classificados os elementos semióticos presentes nos *posts*, como imagens, emojis, hashtags e símbolos visuais – definidos por Paveau (2022) como tecnolinguagem.

No que diz respeito aos procedimentos éticos, foi escolhido um perfil público e oficial do Instagram – o perfil da Agência Lupa – de modo que a privacidade de perfis privados pudesse ser preservada, em conformidade com as políticas de privacidade do Instagram.

Assim deu-se o desenrolar da coleta e interpretação de dados que foram avaliados qualitativamente dentro de um processo empírico-dedutivo, que consiste na aplicação das

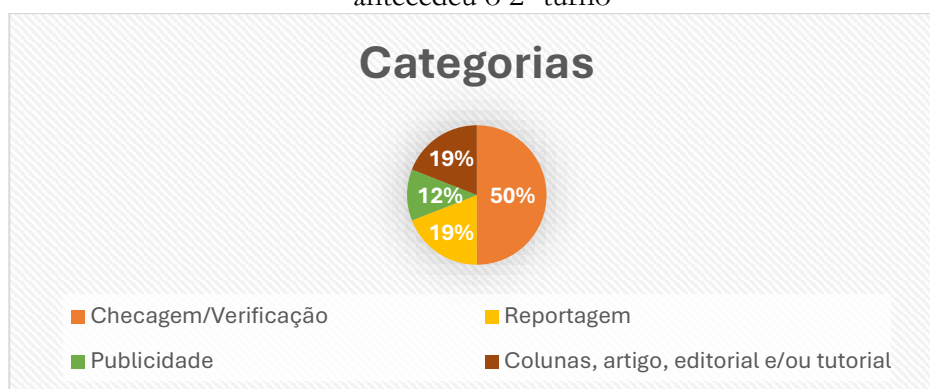
⁴ Conforme Fuks e Marks (2022), a polarização política presente no país é sustentada pela ideia do antagonismo, semelhante ao bem *versus* o mal. Tal situação ganhou mais visibilidade nas últimas três eleições presidenciais, tendo seu auge na última, quando até mesmo a Polícia Rodoviária Federal dificultou o acesso aos locais de votação na região nordeste. Sobre o ocorrido, a fonte: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/391126/prf-e-usada-em-blitz-para-impedir-eleitores-de-vot.htm>

teorias discursivas aliadas à interpretação e compreensão dos sentidos manifestos no discurso analisado.

4. RESTRIÇÕES E ESTRATÉGIAS

Ao considerar o Instagram como um espaço de troca linguageira, as diversas postagens presentes na rede social servem a propósitos distintos, variando de acordo com o perfil ao qual estão associadas. No *corpus* desta pesquisa, a maior parte das publicações da Lupa foi de checagem dentro do contexto político do momento, sejam em relação às eleições presidenciais ou até mesmo às eleições governamentais de São Paulo – que refletiam no contexto nacional também (os candidatos ao governo do estado de São Paulo, Haddad e Tarcísio Freitas, representavam o posicionamento político dos candidatos à presidência respectivamente, Lula e Bolsonaro).

Gráfico1: Distribuição das categorias de *posts* publicados pela Lupa na semana que antecedeu o 2º turno



Fonte: a autora.

A partir do gráfico acima, é possível agrupar os *posts* analisados dentro das categorias ilustradas. Nesse sentido, a partir dos números acima é possível perceber que no período das publicações dos *posts* coletados a operação mais ativa foi a da Lupa Jornalismo, pois engloba o quantitativo de 50% dos *posts* de checagem e 19% de reportagem. Algumas colunas podem ser englobadas dentro da Lupa Jornalismo também, tais como os *post 41* e *post 21*, anexados no agrupamento a seguir.

Nesse contexto do maior quantitativo de postagens pertencer a categoria checagem, a finalidade preponderante dos *posts* coletados é a busca pelo conhecimento (*fazer-saber*), inserido no âmbito da verdade ao procurar definir o que é verídico ou falso. Essa busca é operacionalizada pela visada de informação e legitimada pela posição de saber, conferindo ao interlocutor a responsabilidade de estar ciente do conteúdo apresentado (*dever saber*), o operacionalizar essa busca, o sujeito garante a validade de suas evidências - ou ao menos tenta fazê-lo - da forma mais irrefutável possível, acompanhada pela busca por demonstração. A aplicação dessa busca também envolve o confronto em relação à credibilidade, uma vez que fornece evidências que manifestam o triunfo da razão. Isso se manifesta de forma padronizada nos *posts* de verificação, que recorrem a praticamente todos os recursos disponíveis na plataforma (*emojis, hashtags, caps lock* etc).

Além da visada de informação, como mencionado anteriormente, é possível identificar a visada de demonstração em todos os *posts* de checagem/verificação, e em alguns de reportagem. Essa visada é caracterizada pela intenção do sujeito falante de estabelecer a verdade e mostrar as provas. Vejamos o *post 43*:

Capturas de tela 1 e 2 do *post* 43



Fonte: @agencia_lupa

A partir da imagem acima, é possível verificar a estrutura do *post* de checagem/verificação padrão da Lupa. O respectivo gênero digital nativo (Paveau, 2022) é composto através da linguagem verbal e não-verbal, a partir da exposição de fotos e legendas cujos textos dão continuidade e esclarecimento à imagem ou a imagens vinculadas ao *post*. Na Captura de tela 1, tem-se a captura do vídeo falso como foto de fundo da “capa” que está inserida diretamente na foto, com o título em negrito e com realce de cor amarelo escrito “Verificamos”, transmitindo a ideia de um trabalho em equipe; em seguida o título da checagem é apresentado em letras maiores, com uma fonte distinta da utilizada na categoria do *post*, na cor branca. Além disso, a cor amarela também é utilizada para dar destaque a “verdade”: “não disse”.

A captura de tela 2 contém a gravação de tela do vídeo mencionado na íntegra, com a legenda própria do responsável por fazer o vídeo circular (aparentemente na rede social Facebook) que diz: “Lula aguardando orientações de MARCOLA líder do PCC. Está aí a prova de termos um partido ligado ao crime organizado” seguida de *emojis* de uma mão amarela que aponta para baixo, indicando o vídeo anexado.

O fato de a captura de tela 2 carregar consigo a gravação do vídeo em seu próprio “ambiente”, sem trazer alterações ou transcrevê-lo, evidencia a operacionalização da visada de demonstração, pois traz às “provas” de que a informação falsa estava realmente sendo circulada. Além disso, a faixa amarela com a palavra “falso” evidencia o posicionamento do sujeito em combater a desinformação, uma vez que remete a uma fita policial empregada para isolar áreas onde ocorreu algum delito; as cores e a disposição da faixa evocam essa conotação. Assim, esse recurso simples desempenha um papel crucial no fornecimento e na verificação de informações ao sinalizar a presença de alguma anomalia.

No que se refere à legenda, que é o espaço de suporte ao *post*, o texto tende a ser mais longo em comparação com os textos inseridos nas fotos, dentro da categoria de checagem (na categoria de reportagem vemos que o texto longo faz parte da estrutura do próprio *post* e não da legenda, sendo exibido através do carrossel de imagens). Além disso, ele apresenta explicações com argumentos, como o argumento de autoridade, que é bastante comum, para viabilizar a divulgação do conhecimento e demonstrar a prova. Normalmente, é nesse espaço que o perfil da agência utiliza em *posts* de verificação para descrever quais elementos configuram a informação circulada como falsa. Vejamos a legenda do *post* 43:

Circula pelas redes sociais um vídeo em que @lulaoficial diz que discutirá sua agenda de campanha com uma pessoa chamada “Marcola”. As publicações insinuam que o candidato a presidente estaria se referindo ao líder da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), Marcos Willians Herbas Camacho.

✘ A informação é FALSA. O vídeo foi recortado e tirado de contexto. A fala de Lula foi extraída de um encontro com lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em São Paulo, em 4 de abril de 2022. O “Marcola” citado por ele é o sociólogo e seu assessor Marco Aurélio Santana Ribeiro, segundo a nota da assessoria de imprensa do ex-presidente. O episódio foi transmitido pelo canal TV 247, no Youtube.

ENTENDA: Marco Aurélio ficou conhecido como o “carteiro de Lula” por levar livros e informações para o ex-presidente enquanto ele estava preso — como apontam matérias da Revista Piauí e do UOL. O sociólogo não tem qualquer relação com o tráfico de drogas, além do apelido em comum com o líder do PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, detido desde 1999. Não é a primeira vez que conteúdos desinformativos confundem o sociólogo petista com o líder do PCC. Em 2019, Lula agradeceu Marco Aurélio, chamando-o de “Marcola”, em discurso em São Bernardo do Campo. O site Jornal da Cidade Online publicou texto que dizia que isso “provaria” sua ligação com o PCC.

[...] (LUPA, 2022)

Os recursos utilizados na legenda que acompanha os *posts* de verificação/checagem seguem o padrão do *post* 43 ao utilizar elementos não-verbais e *hyperlinks*, como os *emojis* de “X” em vermelho, de uma folha branca e de uma câmera; e a utilização de *hashtags* que direcionam a *posts* de temática semelhante. Vimos anteriormente, na análise do ato de linguagem, a legenda do *post* 39, que esse padrão de legenda também foi utilizado. Dessa forma, enfatizamos que dentro da categoria em questão esse formato de legenda é um padrão identificável. Além dos recursos mencionados, há também a recorrência do enunciado “A informação é FALSA”, do parágrafo secundário ser introduzido pelo verbo no imperativo “ENTENDA”, e o convite ao site (em todas as categorias de *post*).

Dito isto, a legenda proporciona ao usuário-leitor uma contextualização da situação, apresentando um comando que pode ser configurado como uma visada de incitação. Nesse contexto, o emissor (EU) procura dar instruções e persuadir o leitor a acreditar na informação, visando que o leitor obtenha a totalidade da informação no site da Lupa através da opção "Leia a checagem completa". Com o objetivo adicional de motivar o leitor a acessar o site, há também uma visada de instrução, em que o emissor (EU) procura informar e convida o leitor a realizar a ação.

Conforme discutido por Charaudeau (2004), a atitude enunciativa emerge a partir da concepção idealizada do interlocutor linguístico, sendo moldada tanto pela identidade do enunciador quanto pela imagem que ele projeta do seu interlocutor. Nesse contexto, as orientações de "fazer-saber" e "pôr à prova" - representando, respectivamente, a visada de informação e a visada de demonstração - delineiam a finalidade intrínseca ao gênero *post* presentes no perfil da Agência Lupa – independente da categoria a qual pertença. O projeto de fala subjacente a essas postagens visa um interlocutor caracterizado como um sujeito racional, movido pela curiosidade e em busca da verdade. Esse sujeito é orientado a assimilar informações de forma crítica, refletindo a intenção de promover um engajamento intelectual e a construção de conhecimento por parte do destinatário.

Em termos de propósito, os posts veiculados pela conta @agencia_lupa, conforme apresentados anteriormente, têm como principal intuito informar/provar questões pertinentes ao cenário político-social. Assim, essas postagens se direcionam por meio de diversas ferramentas disponibilizadas pela plataforma de rede social, tais como, legendas, vídeos, e ainda incentivam a interação dos usuários por meio de ícones estrategicamente posicionados ao final de cada *post* (como curtir, compartilhar, comentar, salvar e acessar ao site). Essas estratégias demonstram a abordagem multifacetada adotada pela @agencia_lupa para engajar seu público, proporcionando uma experiência informativa completa e fomentando a participação ativa da audiência.

É importante destacar que, embora a Lupa seja apresentada como uma agência de checagem independente, ela possui uma parceria com o UOL desde 2022, e 22 dos 43 *posts*

que compõem essa dissertação foram escritos em parceria com o perfil da rede mencionada do Jornal Folha de São Paulo. Nesse contexto, a maioria dos *posts* é estruturada em formato de carrossel, composto pela imagem inicial, semelhante à capa de uma matéria, seguida pela segunda imagem que apresenta a "prova", e a terceira imagem, padronizada como um convite à interação. Os *posts* que contêm mais imagens anexadas ao carrossel, são os *posts* fruto de alguma parceira e/ou reportagem. Vejamos o padrão da última imagem contida na maior parte dos *posts*:

Captura de tela 3: Última imagem dos *posts*



Fonte: @agencia_lupa

Na captura acima, é observável o convite de engajamento feito ao público através das sugestões de interações: acessar ao site, curtir, comentar, compartilhar e salvar. Aqui temos a visada de incitação operacionalizada. A imagem está presente em todos os *posts* analisados.

A partir desse pressuposto, as instâncias textuais, representativas do espaço do que é visto/dito no contrato, são originadas pelo EUC, conforme delineado no capítulo teórico a partir do esquema proposto por Charaudeau (2012). Essas instâncias configuram-se como composições complexas que englobam o diretor-chefe da agência, o diretor de marketing, os publicitários e outros agentes, todos operando por meio do EUC para transmitir o conhecimento necessário. O objetivo subjacente não se limita apenas a manter o interlocutor informado, mas também a capacitá-lo a discernir entre a verdade e a falsidade.

Essa capacitação não ocorre de forma impositiva; ao contrário, é alcançada por meio da abordagem externa na exposição do tema. Dessa forma, o sujeito enunciador assume o papel de testemunha, ancorando-se em sua própria autoridade para conferir ao discurso uma "voz própria". Nessa dinâmica, o sujeito não apenas compartilha informações, mas também busca estabelecer uma conexão persuasiva, fomentando uma compreensão crítica por parte do interlocutor e promovendo a autonomia na distinção entre veracidade e falsidade.

Dessa forma, o TUD é posicionado como o sujeito instigado a adquirir conhecimento, sendo chamado à participação direta na postagem e incentivado a explorar mais checagens de informação no site. Por outro lado, o TUI representa o sujeito concreto que recebe a informação e interpreta-a, podendo ser motivado a expressar suas opiniões por meio de um comentário. Essa interação subsequente, ao se tornar um novo contrato, constitui parte do gênero digital comentário (Paveau, 2022), que é caracterizado por ampliar as camadas de engajamento na dinâmica comunicativa.

Finalmente, as circunstâncias que determinam as condições materiais da comunicação, neste contexto representado pelo ambiente digital das redes sociais, não podem ser simplesmente generalizadas como pertencentes à Internet em sua totalidade. Elas, na verdade, correspondem a um gênero específico de interação social no ambiente digital, dando origem a práticas próprias para aqueles que participam desse cenário de troca. No caso em questão, esse ambiente é o Instagram, onde as interações se desenvolvem entre os usuários dessa plataforma de rede social.

É necessário lembrar que os destinatários são portadores de posicionamentos diversos. Em vista disso, o sujeito do discurso da Lupa tenta considerar os diversos posicionamentos. No que diz respeito ao tema do discurso, o consideramos sempre político. Quanto às circunstâncias materiais de produção, elas são dialogais, haja vista que a própria estrutura da rede social permite uma troca através do tecnogênero comentário. Logo, determinamos os dados externos, como identidade, finalidade, propósito e dispositivos, elementos que configuram as restrições situacionais.

A partir da definição da identidade do emissor (EUE) e a projeção do interlocutor (TUd) exercem significativa influência na seleção do modo enunciativo, sendo que, no contexto do *corpus*, este tende a ser predominantemente delocutivo. A modalidade delocutiva se caracteriza pelo apagamento do enunciador, permitindo que o discurso possa se expressar autonomamente, gerando, de fato, um efeito de sentido. Desse modo, o discurso encontra-se intrinsecamente vinculado ao perfil da Lupa, manifestando-se tanto de maneira referencial quanto de forma relatada, esta última, por exemplo, ao citar o que foi dito por outro locutor. Tal abordagem projeta o discurso a partir de uma encenação que o conecta com a audiência, aparenta ser o mais imparcial possível, e destaca a relevância do conteúdo apresentado no âmbito da Lupa, seja por meio de informações diretas ou por meio de citações de discursos alheios. Vejamos a exemplo disso, o *post* 30:

Captura de tela 9: Checagem a respeito de um vídeo que circulava nas redes sociais - relacionado a temáticas das eleições e ao apresentador de televisão Luciano Huck – publicada no perfil da Lupa



Fonte: @agenciau_lupa

Na captura acima, é possível perceber a eliminação do "eu" e do "tu", que acaba por deslocar o foco do discurso da personalidade do emissor e do interlocutor para o conteúdo em si. Essa abordagem é comum dentro dos *posts* analisados, assim como nas legendas que acompanham o *post*. Dentro da identidade da Agência Lupa, isso revela a intenção de concentrar a atenção na substância das informações apresentadas.

Como já mencionado anteriormente, todos os *posts* apresentam o convite ao site da Agência. Podemos categorizar essa ação de direcionar o leitor a uma fonte externa para mais informações como uma caracterização do modo delocutivo, uma vez que mantém o foco em terceiros.

O uso constante do modo delocutivo ao longo do texto é uma escolha deliberada para manter um tom informativo e objetivo, apresentando fatos sobre as ações de outras pessoas e eventos sem envolver diretamente o leitor ou o próprio autor na narrativa. Isso

contribui para a credibilidade e a imparcialidade do texto, essencial em um contexto de checagem de fatos.

Conforme discutido anteriormente, a finalidade desempenhará um papel fundamental na organização da expressão linguística. Neste contexto, os discursos são estruturados nos modos enunciativo, descritivo e argumentativo. Assim, a finalidade específica do gênero *post* em questão - a busca pelo compartilhamento de conhecimento - orienta a determinação dos modos de organização do discurso, destacando o modo argumentativo e o modo enunciativo.

Essa classificação é utilizada porque, para que a argumentação seja eficaz, é essencial que haja um questionamento que desenvolva um raciocínio, envolvendo-se com a questão proposta e levando o interlocutor a aceitá-la ou refutá-la. Já o modo enunciativo se deve ao fato de ele ser responsável pela *mise-en-scène* dos demais modos, revelando a projeção do enunciador no discurso, se há interação ou se há menção a terceiros.

No *corpus* da pesquisa, é possível encontrar elementos que levam o enunciador a argumentar em busca da racionalidade, cuja verdade é tida por ele. A finalidade subjacente aos *posts* da Lupa exerce influência sobre os modos de tematização em uma variedade de temas. É possível estabelecer uma analogia entre o macrotexto presente no perfil da Lupa e um jornal, pois ambos abordam uma ampla gama de temas e tipos de conteúdo. Contudo, é importante ressaltar que o espaço virtual disponibilizado pelo perfil da Lupa apresenta algumas restrições em comparação a um jornal convencional. Isso decorre do foco temático predominante, concentrado em questões político-sociais, sendo comunicado por meio de *posts* que adotam os formatos de análise, reportagem, coluna, artigo, checagem etc. Essa delimitação temática confere uma identidade específica ao perfil, projetando-o como uma fonte especializada e dedicada à análise crítica e verificação de informações relevantes no âmbito político e social.

Por último, as circunstâncias materiais determinam a *mise-en-scène* verbal, visual e audiovisual, ou seja, a escolha de signos verbais, visuais e audiovisuais representa o ato de linguagem. Já o suporte e as materialidades significantes que são utilizadas na troca determinam que se opere uma *mise-en-scène* verbal e visual em termos de modos de semiologização. Assim, uma tecnolinguagem composta pela hipermídia se organiza através das circunstâncias materiais do gênero situacional *post* do Instagram da agência Lupa. E isso ocorre através das *hashtags* e dos recursos clicáveis presentes em todos os *posts*.

As restrições formais referem-se às regularidades de ordem linguística presentes na superfície do texto, as quais influenciam o ato de linguagem. Nessa abordagem, não se restringe a análise apenas ao texto verbal, mas engloba todos os recursos presentes no perfil da Lupa. Sob essa perspectiva abrangente, os dados relacionados à composição textual, à estrutura formal e à *mise-en-scène* textual serão delineados.

A *mise-en-scène* do gênero em análise se estrutura por meio de elementos visuais cuidadosamente escolhidos, apresentando uma paleta de cores predominante, imagens em preto e branco e manchetes proeminentes, destacadas em negrito. A prática de editar fotos em preto e branco é popularmente conhecida como edição em escala de cinza. Sobre o matiz cinza, Carvalho (2012) esclarece que, em si, essa cor não possui propriedades psicológicas diretas, mas pode ser interpretada como simbolizando reflexão e teoria, sugerindo uma abordagem mais ponderada e intelectualizada. Além disso, de acordo com Carvalho (2012), quando examinamos o emprego do negrito sob a ótica dos estudos semióticos, percebemos que essa formatação textual pode abrigar diversos significados ideacionais, evidenciando atributos como coragem e solidez. Ademais, o negrito pode igualmente carregar conotações interpessoais na comunicação escrita. Assim, a escolha consciente do negrito como elemento de destaque não apenas influencia a estética visual do texto, mas também desempenha um papel crucial na transmissão de significados. Por meio dessa formatação, o autor pode enfatizar determinadas palavras ou conceitos, conferindo-lhes uma presença marcante e, por

consequente, sugerindo uma força ou robustez na mensagem. Esta cuidadosa seleção de elementos visuais não apenas compõe a estética característica do gênero, mas também desempenha um papel crucial na construção do ato de linguagem em questão.

Nos *posts*, observa-se o uso das cores amarela e preta, porém, percebe-se uma inclinação notável em direção a fotografias em preto e branco, possivelmente adotadas para conferir maior seriedade aos temas abordados. Nesse contexto, dado que o preto é frequentemente associado à expressão de luto, é comum encontrar nas redes sociais fotos com filtro preto e branco para comunicar o falecimento de alguém. No âmbito da agência, presume-se que a opção por aplicar esse filtro tem o propósito de direcionar a atenção do espectador para o conteúdo do *post*.

Assim, em um jogo visual entre a imagem e a legenda, torna-se possível captar a seriedade da problemática em questão, ao mesmo tempo em que a atenção é focalizada na "manchete" visual da imagem. Idealizado pelo enunciador, esse elemento visual estratégico busca instigar o interesse do usuário, motivando-o a se envolver com o tema proposto. Isso pode se manifestar por meio de ações como deslizar para o lado (em *posts* carrossel), acessar ao site ou compartilhar o *post* com outros usuários, obedecendo, assim, a comandos intencionados para promover a interação desejada.

Adicionalmente, as postagens são veiculadas no perfil da Lupa, que também integra a *mise-en-scène*, influenciando diretamente o ato de linguagem. No contexto específico do Instagram, o perfil não é apenas um local de armazenamento para postagens, mas representa a página pessoal de um indivíduo ou de uma entidade corporativa. Este é um espaço compacto e fixo, onde se encontra a imagem do usuário juntamente com seu nome de usuário (*user*), características que compõem a identidade visual e pessoal do perfil.

Vale destacar que, no cenário empresarial, além da foto e do nome de usuário, as empresas têm a opção de adicionar uma descrição concisa, limitada a 150 caracteres, e incorporar um *link* para seu site. Esses detalhes adicionam camadas significativas à *mise-en-scène*, permitindo uma comunicação mais abrangente e personalizada no contexto digital do Instagram. Assim, a composição visual e estrutural do perfil não apenas reflete a estética do gênero, mas também desempenha um papel essencial na transmissão da mensagem desejada, moldando a experiência do usuário ao interagir com o conteúdo da Lupa. Vejamos abaixo como o perfil da Lupa pode ser visto:

Captura de tela 10 - O perfil do Instagram da Agência Lupa.



Fonte: @agencia_lupa

No exposto acima, é possível perceber que a Agência faz uso de todos os recursos disponíveis no perfil para construir sua identidade de estar bem informada, como sua própria descrição diz "Educação e jornalismo contra a desinformação", o que contribui para a construção da sua legitimidade. Além disso, há a descrição do que pode ser encontrado no

perfil “Checagens, verificações, notícias, análises, reportagens e soluções”. Como recurso tecnolinguageiro, há a presença dos *emojis* de lupa e balão de pensamento, assim como os hiperlinks do site da agência e do acesso ao perfil da Lupa na rede social Threads.

Além disso, os recursos referentes à opção de "destaque" são aproveitados de maneira eficaz, configurando-se como microseções dos conteúdos disponíveis no perfil. Essa abordagem representa mais uma forma de interação oferecida aos usuários que exploram o perfil da agência. A organização inicial do perfil, que desempenha um papel semelhante a um cartão de visitas virtual, orienta os visitantes a atribuírem uma credibilidade já estabelecida pela Lupa, um elemento crucial para a expectativa de interação (*enjen*). Adicionalmente, como mencionado anteriormente, as cores predominantes, notadamente o preto e o amarelo, desempenham um papel significativo para capturar a atenção do leitor.

No contexto da composição textual interna, é notável que, em termos gerais, o gênero de *post* no Instagram se caracteriza por legendas mais concisas. A Agência Lupa, embora busque manter seus seguidores cientes de seu compromisso com a reflexão, não adota a abordagem extensiva comum em blogs, por exemplo. Os *posts* publicados pela agência tendem a carregar legendas breves, alinhando-se ao formato característico do Instagram, que privilegia conteúdos mais sucintos e de fácil absorção.

Além disso, como já destacado anteriormente, é perceptível o convite constante nas postagens da Agência para que o público acesse seu site. Esse convite visa proporcionar aos seguidores a oportunidade de explorar os textos de forma mais abrangente, visto que a limitação de espaço e formato no Instagram muitas vezes restringe a extensão e profundidade das mensagens. Portanto, ao encorajar os usuários a visitarem o site, a Agência Lupa busca proporcionar uma experiência mais completa, permitindo que o público se aprofunde nos temas apresentados e tenha acesso à totalidade dos conteúdos elaborados pela agência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da ascensão crescente das redes sociais e da tecnologia digital no cotidiano, torna-se imperativo ponderar sobre os impactos desse cenário na comunicação. Os meios de informação e interação já não se assemelham aos de duas décadas atrás, demandando uma compreensão profunda das peculiaridades desses novos canais. Em resposta a essa transformação, os gêneros textuais proliferam, acompanhando a dinâmica das práticas sociais contemporâneas. Nesse contexto, uma teoria do discurso abrangente, que contemple todas as dimensões da linguagem humana, se torna essencial para compreender as regras estabelecidas por esses emergentes gêneros comunicativos: a Teoria Semiolinguística.

Ao aplicarmos esses elementos, dedicamos uma análise específica ao gênero digital *post* de Instagram associado à Agência Lupa, especializada em checagem de fatos. Os resultados apontam que, no âmbito da restrição situacional, o contrato comunicacional que envolve o discurso propagado pela Agência Lupa tem como propósito principal o "fazer-saber". Além disso, sua missão está centrada em fazer-saber e comprovar questões relacionadas a temas de cunho político-social, e sua identidade é construída no cenário midiático, aproveitando as condições oferecidas pela *web 2.0*.

Quanto ao nível discursivo, que engloba a organização textual, identificamos dois modos de organização do discurso predominantes: argumentativo e enunciativo. Na esfera da tematização, esses se dividem em análise, reportagem e checagem, enquanto, no modo enunciativo, o modo delocutivo prevalece. Já no nível formal, observamos a estruturação da ordem linguageira do discurso, fundamental para o ato de linguagem, construído por meio da organização do perfil da Agência, incluindo textos curtos característicos das legendas do gênero *post* de Instagram.

Essas restrições situacionais, comunicacionais e formais do contrato comunicacional são deliberadamente estabelecidas dentro do gênero analisado, visando garantir a adequação, eficácia e compreensão mútua na interação verbal. Essa abordagem considera cuidadosamente as particularidades do contexto, as normas comunicativas e as convenções linguísticas, visando uma comunicação efetiva em meio à complexidade do cenário digital contemporâneo.

Dessa forma, através desta pesquisa buscamos contribuir nas investigações do discurso nas redes sociais, especialmente no que diz respeito à área teórica da Teoria Semiolinguística. Além disso, nosso propósito vai além, estendendo-se ao desejo de acrescentar conhecimento aos estudos relacionados aos gêneros digitais e suas repercussões na leitura, e, por conseguinte, no processo de formação cidadã. Ao amalgamar esses temas, esperamos contribuir para uma compreensão mais abrangente do discurso digital e seu impacto na esfera social contemporânea.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tainá; DA SILVA MARTINS, Thiago. O gênero “debate não mediado” e a polarização política: uma análise bakhtiniana. **Fólio - Revista de Letras**, [S.l.], v. 14, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.22481/folio.v14i1.9980>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALVES, Kemylla Diniz Cunha; CHAVES, Aline Saddi. 170. O gênero discursivo publipost: uma análise do discurso digital na rede social Instagram. **Revista Philologus**, v. 26, n. 78 Supl., p. 2332-44, 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/245/267> Acesso em: 27 dez. 2023.

CARVALHO, Flaviane Faria. **Semiótica social e imprensa: o layout da primeira página de jornais portugueses sob o enfoque analítico da gramática visual**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/6642>> Acesso em: 27 dez. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria os sujeitos da linguagem. *In*. MARI, Hudo, Machado, Ida Lúcia, de Mello, Renato. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte : Nad-FALE-UFMG, 2003. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>> Acesso em: 21 nov. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In*: MACHADO, Ida Lucia Machado; MELLO, Renato de. **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, NAD/FALE-UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: <<https://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do discurso. *In*: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. Disponível em: <<https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Análisis del discurso e interdisciplinariedad en las ciencias humanas y sociales. *In*: Puig L. (ed.). **El discurso y sus espejos**, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2009. Disponível em: < <http://www.patrick-charaudeau.com/Analisis-del-discurso-e.html> > Acesso em: 22 nov. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos. **Revista Signos**, vol. 43, PUC, Valparaíso, 2010. p.77-90. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-problematica-comunicacional.html> Acesso em: 28 set. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. [coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. – 2. Ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Patrick Charaudeau. *In*: GOUVÊA, Lúcia Helena (org.). **O que é e o que faz a Semiologia?** 1.ed. Natal: EDUFRRN, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54872>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade**. São Paulo: Contexto, 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Tradução de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'ALMONTE, Edson Fernando; SIQUEIRA, Egberto Lima; SILVA, George de Araújo e. Vacinas e desinformação: uma análise de conteúdo sobre fake news apuradas por plataformas de debunking em redes sociais. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i3.3821. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3821>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FUKS, Mário; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560–593, set. 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560> > Acesso em: 25 nov. 2023.

GOUVÊA, Lúcia Helena (org.). **O que é e o que faz a Semiologia?** 1.ed. Natal: EDUFRRN, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54872>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GUIMARÃES, L. **A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo: Annablume, 2004.

MACHADO, Ida Lucia. A semiolinguística de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**. N 2, 1992. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/7041> Acesso em: 22 abr. 2022.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a teoria semiolinguística. **Letras & Letras**, v. 22, n. 2, p. 13-21, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/download/25229/14044>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MACHADO, Ida Lúcia; MENDES, Emília. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**, v. 13, n. 2, p. 7-20, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5959068>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MACHADO, Ida Lucia. O ato de linguagem segundo a Semiolinguística: implicações, explicações e aplicações práticas. *Gragoatá*, v. 24, n. 50, p. 760-772, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v24i50.34125> > Acesso em: 25 nov. 2023.

MELO, Mônica Souza; ARAÚJO, Said Slaibi. Uma análise da argumentação em postagem de Malafaia no Instagram, sob a perspectiva Semiolinguística. *Revista Leitura*, n. 68, p. 68-82, 2021. Disponível em: < <https://doi.org/10.28998/2317-9945.202168.68-82> > Acesso em: 27 dez. 2023.

MONTEIRO, Alexandre Henrique dos Santos; REBELLO, Ilana da Silva. Fake news: um exame semiolinguístico da desinformação em ambientes sócio-interativos digitais. **Cadernos de letras da UFF**, v. 30, n. 59, p. 33-47, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2019n59a676> > Acesso em: 03 nov. 2023.

MOURA, João Benvido de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

MOURA, João Benvido de. **Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte: um retrato do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: <https://editorapathos.com.br/analise-discursiva-de-editoriais-do-jornal-meio-norte-um-retrato-do-piaui/> Acesso em: 04 nov. 2023.

MOURA, João Benvido de; ROCHA, Max Silva da (org.). **Semiolinguística e Retórica: interfaces**. Teresina, Editora: Pathos, 2021. Disponível em: [https://editorapathos.com.br/semioliuistica-e-retorica-interfaces/.](https://editorapathos.com.br/semioliuistica-e-retorica-interfaces/)>, Acesso em: 04 nov. 2023.

MOURA, João Benvido de. João Benvido de Moura. *In*: GOUVÊA, Lúcia Helena (org.). **O que é e o que faz a Semiolinguística?** 1.ed. Natal: EDUFRN, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54872>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Jancen Sérgio Lima de. “Nunca faça isso no Instagram”: a construção retórica de posts de conteúdo em carrossel no Instagram. **Diálogo das Letras**, [S. l.], v. 11, p. e02215, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/4042>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de estudos Linguísticos**, v. 42, p. 21-40, 2002. Disponível em: < <https://doi.org/10.20396/cel.v42i0.8637139>> Acesso em: 15 mai. 2022.

PAGOTO, Lia Gabriela; LONGHI, Raquel. Plataformização, tecnopopulismo e desintermediação das fontes em ataques ao jornalismo no Instagram. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 147, p. 181-200, 2021. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093848>> Acesso em: 13 out. 2023.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista Desenredo**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: < <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2638>> Acesso em: 15 out. 2023.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida et al. A enunciação enunciada: reflexões sobre o diálogo entre Linguística do Texto e Semiologia do Discurso. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, Vitória, p. 135-158, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/26117>> Acesso em: 28 out. 2023.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, Ana Carolina dos; REBELLO, Ilana da Silva. “Em meio a esse caos nasceu@vir. us”: uma análise semiolinguística da cultura do cancelamento em comentários do Instagram. **Revista Investigações**, Recife, v. 35, n. 2 - Dossiê: Tecnologias e mídias: discursividades e(m) disputa(s) -, p. 1 - 27, 2022. Disponível em: < <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2022.253733>> Acesso em: 21 fev. 2024.

XAVIER, Gláyci. Os modos de organização do discurso. In: XAVIER, Gláyci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (Org.). **Semiologia Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

XAVIER, Gláyci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (org.) **Semiologia Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

VERDADE, RAZÃO PÚBLICA E DESFAÇATEZ: A SUBVERSÃO DO DISCURSO POLÍTICO ENTRE DESINFORMAÇÃO E A ESCUSA RETÓRICA DA IMPUNIDADE

Cássius Guimarães Chai¹ (Universidade Federal do Maranhão – PPGDIR e PPGAERO / Faculdade de Direito de Vitória - PPGD)

1. INTRODUÇÃO: ASPECTOS E ELEMENTOS METODOLÓGICOS

A desinformação e a retórica da impunidade emergem como forças perturbadoras no cenário político contemporâneo, obscurecendo a verdade e comprometendo a razão pública. A crescente disseminação de informações falsas e a manipulação retórica para justificar atos de impunidade desafiam os conceitos fundamentais de veracidade e responsabilidade, essenciais para o funcionamento das democracias modernas.

O problema central desta pesquisa é compreender como a desinformação e a retórica da impunidade subvertem o discurso político, afetando a verdade e a razão pública na sociedade contemporânea, examinando suas implicações para a integridade do discurso político e a confiança pública nas instituições democráticas.

Nesse recorte, a hipótese de trabalho sugere que a desinformação e a utilização estratégica da impunidade no discurso político comprometem a integridade da razão pública e da verdade, conforme concebidos por Habermas e Gadamer, respectivamente. Isso leva a uma erosão da confiança nas instituições democráticas e no Direito Penal, tal como proposto por Claus Roxin.

O objeto central desta análise é a interação entre desinformação, retórica da impunidade, e seus efeitos na percepção pública da verdade e da justiça, à luz das teorias do discurso de Habermas, da verdade, como um construto compartilhado e legitimado socialmente, em Gadamer, e da função do Direito Penal, realizando a proteção de bens jurídicos relevantes para uma democracia entre pessoas livres e iguais, em Roxin. Para abordar este objeto, dois objetivos específicos foram delineados: investigar como a desinformação afeta a construção da verdade e a razão pública em contextos democráticos, e analisar o papel do Direito Penal na contenção da desfaçatez política e na promoção da responsabilidade e da verdade no discurso político.

A metodologia aplicada envolve uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo de discursos políticos, notícias, e legislação penal relevante. Foram selecionados os casos emblemáticos de uso de desinformação e retórica de impunidade, notadamente os discursos moralistas contra a corrupção generalizada, em contextos políticos, para análise à luz das teorias selecionadas, recaindo a escolha no episódio da invasão do Capitólio, decorrente das eleições nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021, e no movimento atentatório contra o Estado Democrático de Direito, imediatamente após a posse do terceiro mandato de Lula da Silva, no Brasil em 8 de janeiro de 2023, assim como os desdobramentos da Operação Lava Jato e a recente confirmação dos vetos aos crimes contra o Estado de Direito e fake news em 28 de maio de 2024, então exercido pelo ex-presidente da república brasileira.

¹ Pós-doutor em Direito (FDV-BRA) (CEU-HU)(USAL-ES), Pós-doutor em Saúde Pública (ISPUP/UP). Mestre e Doutor em Direito Constitucional (UFMG/Cardozo School of Law-YU-EUA/Capes). cassiuschai@gmail.com

A ascensão das mídias digitais e a proliferação de fontes de informação (Brenner, 2021) tornaram-se um terreno fértil para a disseminação da desinformação (Cea; Palomo, 2021) e a manipulação da opinião pública. A retórica da impunidade, por sua vez, encontra respaldo em um sistema que muitas vezes falha em responsabilizar os agentes políticos por suas ações antiéticas. Não há, pois, dúvidas que a crescente prevalência de discursos baseados em mentiras e meias-verdades mina a confiança na democracia e no Estado de Direito, agravando posições de retorno aos nacionalismos xenofóbicos, misóginos e incentivando guerras religiosas (Ben-Porath, 2023) (Alvian, 2023), e acentuando um crescente proselitismo intimidatório contra as liberdades de crença e orientação afetiva (Almagro, 2022) (Jungkunz et al., 2024). Assim, esta pesquisa também incluiu uma revisão bibliográfica de obras de Habermas, Gadamer, e Roxin, além de, como anotados acima, estudos contemporâneos sobre desinformação e política.

A relevância do estudo reside na necessidade urgente de compreender e combater os mecanismos de desinformação e impunidade que corroem a confiança nas instituições democráticas, bem como, fragilizam os fundamentos da verdade e da razão pública, essenciais para a democracia e a justiça social, agravando uma posição de incoerências entre discursos e práticas institucionais como escolhas políticas. Ao adotar as perspectivas teóricas de Habermas, Gadamer e Roxin, a pesquisa busca fornecer uma base consistente para futuras intervenções políticas e jurídicas, destacando o papel fundamental do Direito Penal em proteger a integridade do discurso público, promovendo uma sociedade mais justa e informada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No vasto e intrincado cenário da verdade e da mentira na arena política, as palavras de Gadamer em "Verdade e Método" (Gadamer, 2002), emergem como um farol de hermenêutica, mostrando-nos que a verdade não é meramente um dado objetivo, mas um processo de compreensão e interpretação. Contra este pano de fundo, a desinformação aparece como uma sombra insidiosa que corrompe a compreensão compartilhada e corrói a integridade que a democracia deliberativa exige.

Assim, delineamos a crítica ao uso cínico da retórica da impunidade. Claus Roxin (Roxin, 2006) já nos alertara que tal retórica serve como um escudo para as elites, perpetuando um status quo onde a justiça é seletiva e o poder é mantido à custa da legalidade. Essa manipulação não apenas desmoraliza a percepção pública do sistema judicial, mas também semeia a desilusão e o cinismo, elementos tóxicos para o tecido democrático. Não se deve subestimar o impacto desse cinismo; ele corrói a confiança coletiva, vital para a coesão social, como agudamente observado por Habermas (Habermas, 1984) em sua "Teoria da Ação Comunicativa".

A idéia de Jürgen Habermas (1984) que, "*A 'post-truth democracy' [...] would no longer be a democracy,*" destaca a importância da verdade para a manutenção de uma democracia funcional. Em uma sociedade onde a verdade é relativizada ou manipulada, a base para o debate público e a tomada de decisões informadas é corroída, comprometendo a própria essência democrática. No mesmo sentido, Farkas, J., Schou, J. (2020).

Habermas (1962;1992), frequentemente critica o uso cínico da retórica, que pode ser visto como uma forma de impunidade discursiva. Ele argumenta que a manipulação da verdade e a distorção dos fatos para servir a interesses particulares minam a confiança pública nas instituições e nos processos democráticos. Esse uso cínico da retórica, que desconsidera a verdade em favor de narrativas convenientes, é uma forma de impunidade que permite que aqueles no poder evitem a responsabilização e perpetuem injustiças.

Portanto, a crítica de Habermas ao uso cínico da retórica da impunidade está intrinsecamente ligada à sua visão sobre a "democracia pós-verdade". Em uma democracia onde a verdade é manipulada, a retórica cínica se torna uma ferramenta poderosa para manter a impunidade e evitar a responsabilização, corroendo os fundamentos da justiça e da equidade que são essenciais para qualquer sistema democrático.

Claro que os fatos antecedentes ao 6 de Janeiro de 2021, e ao 8 de Janeiro de 2023, ocorridos em 2013 (Dos Santos et al., 2023) demarcaram uma mudança das tensões e dos vetores políticos nacionais que conduziram às pautas colonizadas no verniz de manifestações populares que vieram a mostrar suas cores com a insurgência da Lava Jato e o impeachment de Dilma.

As sucessivas crises democráticas por que tem passado o Brasil desde as famigeradas “jornadas de julho” do ano de 2013, perpassando o golpe parlamentar de 2016 de uma presidenta democraticamente eleita e a eleição de um candidato de extrema-direita em 2018, culminando com a sua quase eleição em 2022 e a configuração de um congresso com inclinações fortemente reacionárias enseja a reflexão sobre os significados do signo “democracia” no contexto brasileiro, a inquirição da sua (in)existência ou subsistência, e a análise das possíveis medidas que possam ser adotadas para fortalecê-la em âmbito nacional à luz da doutrina do garantismo dos direitos e garantias liberais e sociais, no recorte do respeito às diferenças e da proteção efetiva dos direitos humanos. Torna-se pontual ressaltar que as jornadas de 2013 e os movimentos que as antecederam em outros momentos pretéritos da política nacional como movimento de massas, capitaneados por distintos interesses, por vezes sub-reptícios por indução da mobilização popular por vetores de poder travestidas na metáfora histórica de Janio Quadros, as forças ocultas.⁵ Ou como discutido por Tatagiba (2014) na tensão entre as construções simbólicas dos “protestos”, suas performances confrontacionais, nos contextos marcados por oportunidades e ameaças à ação coletiva, ao identificar os elementos das forças sociais e da democracia no fenômeno dos movimentos populares, suas continuidades e rupturas, os movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental na construção e no aprofundamento da democracia em diversos níveis. (Dos Santos et al., 2023, p.2).

É possível reafirmar que o comum pragmatismo político brasileiro deu lugar a um forte teor ideológico que dominou o pleito eleitoral de 2018.

As distinções entre esquerda e direita, mantidas na superficialidade do senso comum da desinformação, tornaram-se ainda mais acentuadas em virtude de um esgotamento do discurso do Partido dos Trabalhadores, que se manteve em evidência desde o ano 2002 quando Luís Inácio Lula da Silva finalmente assumiu a presidência da República após sucessivas tentativas. Esse processo de exaurimento e intolerância com os partidos de matrizes social-democracia se deve a alguns fatores, como os consecutivos escândalos de corrupção em que estiveram envolvidas as principais legendas partidárias brasileiras e parlamentares e membros de Poderes Executivos Federal e Estaduais ao longo da imediata redemocratização, com o primeiro impeachment, ao longo dos anos 90, com o escândalo dos Anões do Orçamento, e de referência mais próxima os desdobramentos do Caso Mensalão, que impulsionaram, no geral a rejeição a certas políticas sociais de distribuição de renda ou de reparação dos problemas históricos, o distanciamento entre os interesses políticos e os da sociedade.

Esse quadro de endêmica corrupção institucionalizada permitiu lugar a um macarthismo à brasileira e, implicado pelas duas crises econômicas globais e os problemas econômicos enfrentados pelo Brasil nos últimos anos, propiciou o ressurgimento de discursos pretensamente liberais e conservadores. Este ensaio, enquanto exercício crítico-analítico, aponta incompatibilidades, inconsistências entre teoria e práxis, ante as autoafirmações de projetos liberais e do conservadorismo.

Quando desinformação e impunidade se entrelaçam, enfraquecem a veracidade, um pilar fundamental para a vida pública e democrática. Wardle (2017) observa que essa combinação não só manipula a verdade para servir interesses políticos específicos, mas também erosiona a confiança pública nas instituições democráticas. Habermas nos lembrou que sem essa confiança, as instituições perdem sua legitimidade e funcionalidade.

Ao pensarmos em Manuel Bandeira e em Ferreira Gullar, a denúncia da impunidade se torna um clamor poético e profundo. Como Bandeira, podemos gritar "não quero mais saber de vocês!" Para os que, usando da retórica da impunidade e da desinformação, corrompem o espaço democrático. E, como Gullar, podemos nos perguntar "onde está a verdade?" e encontrar a resposta na necessidade urgente de manter a integridade e a ética da alteridade.

Casos recentes e concretos – escândalos políticos enredados em campanhas de desinformação e atos ilícitos – especificamente exemplificam essa corrosão institucional. A invasão do Capitólio, decorrente das eleições nos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 (MITCHELL et al., 2021), e o movimento atentatório contra o Estado Democrático de Direito no Brasil, imediatamente após a posse do terceiro mandato de Lula da Silva em 8 de janeiro de 2023 (CARVALHO, 2023), são exemplos contundentes. Esses episódios, junto com os desdobramentos da Operação Lava Jato (FILGUEIRAS, 2023) e a recente confirmação dos vetos aos crimes contra o Estado de Direito e fake news em 28 de maio de 2024, então exercido pelo ex-presidente da república brasileira (FERNANDES, 2024), ilustram de forma cristalina a interseção perversa entre desinformação e retórica da impunidade. Esses casos mostram como a verdade pode ser relativizada e manipulada em prol de interesses específicos. A consequência é a erosão final da confiança pública, um risco ao qual nem mesmo uma sociedade regida pelo liberalismo econômico pode se dar ao luxo de ser indiferente.

Por fim, na convergência dessas ideias, encontramos em (Levitsky, Ziblatt, 2018) na obra "Como as democracias morrem?" uma advertência: a verdade deve ser preservada como um bem comum, e a ética da alteridade é inegociável na corresponsabilidade pelo fortalecimento das instituições democráticas. Assim, mesmo em uma sociedade orientada pelo liberalismo econômico, a razão pública republicana exige uma sanção às estratégias que subvertem a transparência e a justiça. Em nosso canto coletivo, o eco de Bandeira e Gullar nos lembra que a democracia é frágil e precisa de nossa vigilância constante.

A manutenção dos vetos aos artigos do código penal que visavam combater as fake news nos processos eleitorais no Brasil revela argumentos que merecem análise crítica. Os deputados que defenderam os vetos argumentam que tais legislações poderiam violar a liberdade de expressão e causar censura. Contudo, essa posição negligencia a ameaça real que a desinformação representa para a democracia.

Hans-Georg Gadamer, em "Verdade e Método", lembra que a verdade é um processo hermenêutico, e a compreensão surge em um diálogo honesto e contextual (Gadamer, 2002). Nesse sentido, a desinformação interrompe esse processo ao introduzir falsidades que distorcem o entendimento mútuo. Este postulado gadameriano guarda estreita relação com Jürgen Habermas, em "Teoria da Ação Comunicativa", quando este argumenta que a razão pública e a deliberação transparente são pilares fundamentais para uma democracia legítima (Habermas, 1984). A desinformação corrompe o foro público, introduzindo elementos enganosos que impedem o debate racional e inclusivo. A manutenção dos vetos aos crimes contra o Estado Democrático, notadamente aos tipos penais da fake News, enfraquece esses pilares ao permitir que informações falsas continuem a circular sem responsabilização.

Não por outra razão que, é possível dizer ao lado de Claus Roxin, a importância da responsabilização para combater a impunidade (Roxin, 2006). Sem leis eficazes contra a disseminação de fake news, os responsáveis por desinformação não enfrentam consequências, o que incentiva a perpetuação dessas práticas prejudiciais, elevando o

descrédito público com as instituições democráticas, mas sobretudo revelando as incoerências entre o discurso que combate à corrupção, mas que sub-repticiamente, consensualiza com proliferação das meias-verdades.

Além disso, os argumentos dos deputados parecem ontologicamente incompatíveis com os ideais de uma democracia liberal. Em "Más allá del estado nacional", Habermas defende a necessidade de normas supranacionais que protejam a democracia em um contexto de globalização e interdependência crescente (Habermas, 1995). Ignorar a necessidade de legislações nacionais eficazes contra a desinformação é também desprezar a responsabilidade de proteger o debate público em uma era digital.

Portanto, os vetos mantidos não protegem a liberdade de expressão, mas sim abrigam um paradigma de exceção, onde o nacionalismo extremado e a desconfiança pública são fomentados pela desinformação desenfreada. Essa postura não só mina a democracia, mas também contradiz os princípios essenciais para a manutenção de um estado democrático e liberal.

3. A RETÓRICA DA IMPUNIDADE NO DISCURSO POLÍTICO

A retórica da impunidade se refere ao uso estratégico de justificativas e narrativas que minimizam ou negam responsabilidades por ações ilícitas. Este artifício é amplamente utilizado no discurso político, permitindo que líderes evitem sanções e mantenham seu poder, perpetuando a percepção de que certas elites estão acima da lei (Roxin, 2006). A análise da retórica da impunidade é essencial para compreender como a manipulação discursiva pode minar os fundamentos da justiça e da democracia.

Para entender a profundidade dessa questão, podemos começar com o conceito de impunidade. Segundo Roxin (2006), impunidade é a ausência de punição para aqueles que cometem atos ilícitos. Quando os políticos usam a retórica da impunidade, eles não apenas evitam as sanções, mas também minam a confiança pública na aplicação da lei. Este tipo de retórica pode se manifestar de diversas formas, incluindo a minimização dos crimes, a transferência de culpa para terceiros ou a negação completa de qualquer irregularidade.

Este comportamento não apenas desmoraliza a percepção pública da justiça, mas também alimenta o cinismo e a apatia política. A utilização contínua da retórica da impunidade cria um ambiente de desilusão generalizada com as instituições legais, enfraquecendo assim o tecido democrático (Roxin, 2006). Quando os cidadãos percebem que as elites políticas podem evitar punições por ações que prejudicariam gravemente qualquer outra pessoa, a raiva e a frustração se acumulam.

A desilusão pública em relação ao sistema de justiça é um fenômeno preocupante, pois este ceticismo generalizado desmotiva a participação cívica e enfraquece a cultura democrática. Nessa perspectiva, a análise de Sampaio e Chai (2021) sobre a corrosão da democracia destaca que esta desilusão pode ser vista em governos autoritários, onde o escárnio pela justiça se torna uma ferramenta para consolidar o poder e silenciar a oposição.

Ilustrações concretas desse fenômeno podem ser vistas através de exemplos de políticos que, através de estratégias retóricas, escaparam de punições. Esses casos demonstram a dinâmica entre desinformação e impunidade. Um exemplo notório é o dos escândalos de corrupção na América Latina. Em muitos países, políticos de alto escalão tem sido acusados de corrupção, mas frequentemente escapam de punições severas devido ao uso estratégico da retórica de impunidade (López-Moctezuma et al., 2020). A manipulação de fatos e a utilização de desinformação reforçam a impunidade e enfraquecem a confiança na justiça.

A interseção entre desinformação e impunidade resultam na corrosão da veracidade, um pilar fundamental para a vida pública e democrática. Wardle (2017) destaca que a desinformação, quando usada para encobrir atos de impunidade, manipula a verdade em prol de interesses políticos específicos. Essa prática não apenas distorce a realidade percebida pelo público, mas também cria um ambiente onde a verdade é relativizada e sujeita a reinterpretações convenientes para manter o poder.

A erosão da confiança nas instituições democráticas é uma consequência direta dessa interseção. Habermas (1984) argumenta que a legitimidade das instituições depende de sua capacidade de manter uma esfera pública onde a verdade e a justiça prevaleçam. Quando a desinformação é utilizada para encobrir atos de impunidade, a legitimidade das instituições é seriamente comprometida, alimentando a descrença e o descrédito do público. A crise de confiança resultante pode levar a uma participação política reduzida e ao aumento do apoio a regimes autoritários que prometem uma falsária "justiça dura".

Um levantamento feito pelo portal "Congresso em Foco" (2023) exemplifica essa dinâmica ao revelar que um total de 37 deputados federais e 3 senadores eleitos em 2022 possuem pendências na Justiça por envolvimento em casos de corrupção, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e outros crimes. Isso demonstra a ineficácia do sistema judicial em manter a punição e a exclusão da vida política daqueles que infringem a lei. Muitos desses parlamentares continuam a exercer seus mandatos, reforçando a sensação pública de que a lei não se aplica igualmente a todos.

Esses dados corroboram a análise de López-Moctezuma et al. (2020) e Wardle (2017) de que a combinação de desinformação e impunidade gera um ambiente permissivo para a continuidade de práticas ilícitas. A incapacidade do sistema jurídico em responsabilizar devidamente os infratores políticos perpetua a sensação de injustiça e desconfiança entre os cidadãos.

Em um ambiente onde a impunidade é sistematicamente defendida através da retórica, a construção de uma democracia sólida e justa torna-se cada vez mais difícil. A legitimação da impunidade através de discursos políticos não apenas corrói a confiança pública nas instituições, mas também enfraquece os pilares da justiça e da veracidade essenciais para a democracia. A percepção de que determinados indivíduos ou grupos estão acima da lei perpetua um ciclo de desinformação e injustiça, prejudicando o progresso social e a coesão democrática.

Portanto, é crucial um esforço conjunto da sociedade civil, do sistema judicial e das instituições democráticas para combater essa retórica e reestabelecer normas de responsabilidade e transparência na política (Habermas, 1984; López-Moctezuma et al., 2022). Somente assim será possível restaurar a confiança pública e fortalecer a democracia contra os efeitos corrosivos da impunidade.

4. O PAPEL DO DIREITO PENAL NA PROTEÇÃO DA VERDADE

Claus Roxin propõe que o Direito Penal deve funcionar como um guardião da ordem social e da justiça, responsabilizando adequadamente aqueles que cometem infrações. Roxin enfatiza a importância da punição proporcional e justa para manter a integridade do sistema jurídico (Roxin, 2006).

A implementação das propostas de Roxin enfrenta desafios significativos, especialmente em contextos em que a corrupção e a impunidade estão enraizadas. Este capítulo explorará os obstáculos e as possíveis soluções para reforçar a efetividade do Direito Penal.

Nesse sentido, duas medidas legislativas, se adotadas, já trariam uma afirmação de compromisso com níveis mais elevados de efetividade e de eficácia social em convergência com o pensamento de Roxin. Uma reforma que impusesse maior **celeridade nas Ações de Improbidade Administrativa, agilizando** a tramitação das ações de improbidade administrativa incluindo a extinção da fase de notificação preliminar e o recebimento da ação de improbidade, além da criação de Turmas, Câmaras ou Varas Especializadas no julgamento dessas ações, e **tornando essas ações imprescritíveis**, bem como imprescritíveis os crimes de falsidade ideológica e corrupção ativa ou passiva, como ajustes materiais no **Sistema de Prescrição Penal** para evitar que crimes prescrevam antes de serem julgados, garantindo assim que os responsáveis sejam efetivamente punidos.

A decisão do Congresso Nacional de manter os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, em particular a disseminação de fake News em campanhas eleitorais, representa um retrocesso alarmante na proteção dos bens jurídicos superiores em uma democracia. Analisando essa decisão sob a ótica da teoria de Claus Roxin sobre a tutela penal de bens jurídicos, evidencia-se o descompasso entre as necessidades de um Estado Democrático de Direito e a ausência de medidas penais eficazes para resguardá-lo.

Claus Roxin, ao teorizar sobre a tutela penal, enfatiza que o Direito Penal deve proteger bens jurídicos essenciais à convivência social e à manutenção da ordem democrática. A disseminação de fake News é um claro atentado à informação verídica, um bem jurídico que sustenta o direito de voto consciente e a integridade do processo eleitoral. A manutenção do veto ignora a importância da informação verdadeira como fundamento das democracias modernas e desconsidera o dever do Estado de garantir a transparência e a correção dos pleitos eleitorais, promovendo um afastamento dos compromissos normativos e políticos internacionais assumidos tanto com a convenção de Mérida, quanto com a convenção Interamericana de Combate à Corrupção.

Ademais, a teoria de Roxin nos alerta sobre o papel limitador e garantidor do Direito Penal. Em uma democracia constitucional, ele não pode ser usado de forma leviana, mas tampouco deve ser omissivo frente a crimes que ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito. A violência e as graves ameaças contra o exercício pacífico e livre de manifestações políticas são ataques diretos à liberdade de expressão e à pluralidade política, essenciais ao funcionamento saudável de qualquer democracia. O veto a tais crimes equivale a uma permissividade perigosa, abrindo margens para o fortalecimento de práticas autocráticas e autoritárias.

Mantendo-se esse espectro legal claudicante, onde se desconsideram agravantes como o uso de arma de fogo e a posição do funcionário público ou militar, coloca-se em xeque a confiança da população na capacidade do Estado de proteger seus mais caros valores democráticos. Em vez de garantir uma resposta penal adequada frente a condutas que minam a paz social e a democracia, **o Legislativo acena com uma leniência injustificável.**

Raquel de Queiroz, com sua sensibilidade para as injustiças sociais e políticas, certamente veria com olhos críticos essa decisão. Em suas obras, a autora desenhou a alma do Brasil profundo, com suas dores e esperanças. Do mesmo modo, criticar a manutenção desses vetos é defender o coração pulsante da nossa democracia, é dar voz à necessidade de um Direito Penal que esteja à altura dos desafios contemporâneos.

Rejeitar a criminalização de fake News em campanhas eleitorais e a violência contra manifestações políticas é, portanto, uma falta de compromisso com a defesa dos bens jurídicos prioritários do Estado Democrático de Direito. Sob a ótica de Claus Roxin, como acima asseverado, a proteção penal deve ser ativada com prudência, mas sem omissão, para resguardar aquilo que é fundamental à convivência democrática. Não agir, ou agir de modo errado, é caminhar na contramão da justiça social e eleitoral, acirrando a desconfiança na gestão política e na efetividade das instituições democráticas.

Em uma democracia deliberativa, a proteção da verdade e da razão pública é crucial para garantir que o processo de tomada de decisão seja baseado em informações precisas e honestamente discutidas. O Direito Penal pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido ao criar um ambiente no qual a desinformação e a manipulação dos fatos sejam desencorajadas por meio de sanções legais apropriadas. A criminalização de atos como a corrupção, o suborno, a fraude eleitoral e a disseminação deliberada de fake News pode funcionar como um dissuasor poderoso contra práticas que comprometem a integridade do discurso político.

Para fortalecer esses imperativos, é necessário abordar tanto as falhas sistêmicas quanto as deficiências operacionais dentro do aparato jurídico. A corrupção sistêmica e a impunidade frequentemente amofinam a aplicação efetiva das leis penais. Portanto, reformas institucionais robustas são essenciais para garantir que figuras políticas e agentes públicos sejam plenamente responsabilizados por suas ações. Isso pode incluir a implementação de mecanismos de fiscalização independentes e a promoção de uma cultura de transparência tanto dentro das instituições estatais quanto na sociedade civil.

Ademais, a formação contínua de autoridades judiciais e a capacitação de órgãos responsáveis pela aplicação da lei são cruciais para evitar interpretações enviesadas e garantir que a justiça seja aplicada de forma igualitária e imparcial. O envolvimento ativo da sociedade civil e da mídia também é indispensável para monitorar e denunciar abusos, fortalecendo assim a cultura de *accountability*.

Enfim, o direito penal tem uma função primordial na proteção da verdade e da razão pública em uma democracia deliberativa. Compromisso com reformas estruturais e operacionais, bem como uma abordagem multidisciplinar que envolva todas as camadas da sociedade, é fundamental para a consolidação de uma ordem jurídica que verdadeiramente sustente a integridade e a justiça no discurso político.

5. CONCLUSÃO

A desinformação e a retórica da impunidade representam ameaças substanciais à integridade democrática e à confiança pública nas instituições. Ao explorar essas questões à luz das teorias de Habermas, Gadamer e Roxin, esta pesquisa delineou como a manipulação das informações e a justificativa de atos ilícitos corroem os fundamentos da verdade e da razão pública, vitais para a coesão social e a justiça.

A desinformação desestrutura os processos democráticos ao poluir o espaço público com falsidades que minam o debate racional e inclusivo, conforme evidenciado no estudo de casos como a invasão do Capitólio e os movimentos atentatórios ao Estado Democrático de Direito no Brasil. A retórica da impunidade, por sua vez, legitima práticas antiéticas ao permitir que elites políticas escapem de sanções, perpetuando um status quo de corrupção e desigualdade jurídica. Isso gera um cinismo perigoso na sociedade, onde a desconfiança nas instituições se alastra, desmobilizando a participação cívica e alimentando tendências autoritárias.

Nesse contexto, a metodologia desta pesquisa, baseada em análises qualitativas de discursos, notícias e legislações relevantes, oferece uma visão detalhada de como a desinformação e a retórica de impunidade interagem para enfraquecer a verdade e a razão pública. A aplicação das teorias de Habermas, que destaca a importância da deliberação transparente e da confiança pública, bem como o entendimento de Gadamer sobre a verdade como um processo de compreensão compartilhada, fornece uma base sólida para compreender os efeitos devastadores dessas dinâmicas. A perspectiva penal de Roxin, que sublinha a necessidade de punições justas e proporcionais, também ilumina o papel crucial do Direito Penal na proteção dos bens jurídicos essenciais à democracia.

Especificamente, a manutenção dos vetos às leis contra a disseminação de fake news e ataques ao Estado Democrático no Brasil exprime um retrocesso na proteção da integridade eleitoral e da verdade informativa. Este ato ignora o valor da veracidade no fortalecimento da democracia e subestima a necessidade de normativas que responsabilizem efetivamente atores que comprometem o processo democrático.

Contudo, há razões para acreditar que avanços são possíveis. A implementação de reformas que aumentem a celeridade e a precisão no julgamento de ações de improbidade administrativa e a criação de mecanismos independentes de fiscalização representam passos vitais para combater a desinformação e a impunidade. Além disso, fortalecer a formação contínua das autoridades judiciais para garantir uma aplicação imparcial das leis pode solidificar a justiça no setor político. A transformação institucional deve ser acompanhada pela participação ativa da sociedade civil e pela vigilância constante da mídia, promovendo a responsabilização e aumentando a transparência.

Por fim, alinhado aos princípios éticos da Convenção de Mérida e às ideias de Habermas sobre uma democracia deliberativa, é imperativo que a sociedade adote um compromisso renovado com a verdade e a integridade. Isso inclui legislações adequadas contra a desinformação e uma robusta postura contra a impunidade. Ao honrar os valores delineados por esses pensadores, podemos trabalhar em direção a uma ordem jurídica que verdadeiramente sustente a integridade, a justiça e a confiança pública.

A democracia, embora frágil e frequentemente ameaçada, é capaz de se renovar e se fortalecer apoiada pela verdade e pela responsabilidade. Somente através de um esforço coletivo e consciente, que envolva todas as esferas da sociedade, será possível promover uma justiça equitativa e uma democracia vibrante. Em última análise, a preservação desses valores exige uma vigilância constante e um compromisso inabalável com a ética e a integridade cívica.

REFERÊNCIAS

ALMAGRO, Manuel. **Political polarization: Radicalism and immune beliefs.** *Philosophy & Social Criticism*, [s. l.], v. 49, n. 3, p. 309–331, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01914537211066859>.

ALVIAN, R. A. (n.d.). ***How Extremist Movements Delegitimise Religious Moderation Campaigns: A Case of Hizbut Tahrir Indonesia (2018-2022) | Perspectives on Terrorism.*** <https://pt.icct.nl/article/how-extremist-movements-delegitimise-religious-moderation-campaigns-case-hizbut-tahrir>

BEN-PORATH, S. (2023). **Learning to Avoid Extremism.** *Educ Theory*, 73: 376-393. <https://doi.org/10.1111/edth.12587>

BRENNER, Ira. **Disinformation, disease, and Donald Trump.** *International Journal of Applied Psychoanalytic Studies*, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 232–241, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aps.1694>.

DOS SANTOS, T. L. .; CHAI, C. G.; ADORNO, A. M. P. . A Democracia e o Projeto de Vida Digna: Entre Nominalismo e Realidades Cívicas na Terra de Santa Cruz. **Direito Público**, [S. l.], v. 20, n. 106, 2023. DOI: 10.11117/rdp.v20i106.7020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7020>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CARVALHO, J. **Invasão no Brasil: uma ameaça ao Estado Democrático de Direito**. Revista de Estudos Políticos, 12(1), 2023.

CEA, Nereida; PALOMO, Bella. **Disinformation Matters**. [s. l.], p. 5–22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781119743347.ch1>.

Congresso em Foco. **"Parlamentares com processos na Justiça"**. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br>

FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-truth discourses and their limits: a democratic crisis?** In: TERZIS, G.; KLOZA, D.; KUŹELEWSKA, E.; TROTTIER, D. (ed.). *Disinformation and digital media as a challenge for democracy*. Cambridge, UK: Intersentia, 2020. p. 103-126. (European Integration and Democracy Series).

FERNANDES, P. **A confirmação dos vetos aos crimes contra o Estado de Direito e fake news**. *Jornal de Direito Contemporâneo*, 15(2), 2024.

FILGUEIRAS, F. **Lava Jato: os desdobramentos políticos e judiciais**. São Paulo: Editora Jurídica, 2023.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HABERMAS, J. **Más allá del estado nacional**. Madrid: Trotta, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms**. Cambridge: MIT Press, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **The Structural Transformation of the Public Sphere**. Cambridge: MIT Press, 1962.

Jungkunz, S., Helbling, M., & Osenbrügge, N. (2024). **Measuring political radicalism and extremism in surveys: Three new scales**. *PLoS One*, 19(5), e0300661. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0300661>

LEVITSKY, S., ZIBLATT, D. (2018). **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar; prefácio: Jairo Nicolau. Rio de Janeiro: Zahar.

LÓPEZ-MOCTEZUMA, G., WANTCHEKON, L., RUBENSON, D., FUJIWARA, T. and PE LERO, C. (2022), **Policy Deliberation and Voter Persuasion: Experimental Evidence from an Election in the Philippines**. *American Journal of Political Science*, 66: 59-74. <https://doi.org/10.1111/ajps.12566>

MITCHELL, A. et al. **The Capitol Insurrection: A Case Study in American Political Turmoil**. *Journal of American Studies*, 45(2), 2021.

ROXIN, Claus. **Direito Penal: Fundamentos e Limites da Responsabilização Penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAMPAIO, Mylla Maria Sousa; CHAI, Cássius Guimarães. O que de democracia há no liberalismo à brasileira? In: CHAI, Cássius Guimarães (Org.). Republicanismo entre ativismos judiciais e proibição do retrocesso: da proteção às mulheres à saúde pública. 2. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2021. p. 270-295. (Série Tópicos em teoria de direito político). DOI: 10.52695/978-65-5672-018-0-p270-295.

WARDLE, Claire. **Fake News. It's Complicated.** First Draft, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

O DISCURSO SOBRE A LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO EM REDES SOCIAIS NO BRASIL: OS SENTIDOS NO CIBERESPAÇO

Camilla Machado Cruz (UNIOESTE)¹

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe apresentar uma possível reflexão sobre o discurso acerca da linguagem inclusiva de gênero veiculado em postagens de redes sociais brasileiras, especificamente a partir de 2022, com o propósito de compreender como ocorre a formulação e a circulação de sentidos sobre essa temática na contemporaneidade do século XXI.

Na atualidade, para o linguista brasileiro Fiorin (2022, p. 1):

Vivemos um tempo de grandes transformações e de profundas mudanças. Apesar da reação da extrema-direita, estamos em um momento de derrubada de fronteiras, de valorização das margens, de descentramento, de alteridade, de heterogeneidade, de mestiçagens e de imigrações, de recusa da pureza marcada pelos velhos padrões. Esse ar do tempo leva ao aparecimento no espaço público de identidades que, até então, não tinham voz e que eram ignoradas, ridicularizadas ou perseguidas. Tudo isso tem consequências linguísticas. (Fiorin, 2022, p. 1).

Nesse sentido, por meio dos sentidos produzidos e em circulação no ciberespaço, serão analisados discursos oriundos de duas redes sociais bastante populares, são elas as seguintes: o *Instagram* (plataforma gratuita de postagem de fotografias e vídeos) e o *Spotify* (plataforma de música, vídeo e *podcast*).

Assim, a investigação desenvolvida neste artigo está delimitada ao discurso digital, sendo tal “[...] um campo de discursividades constitutivo no espaço, do sujeito e do sentido, do conhecimento, com sua materialidade própria” (Dias, 2016a, p. 18). Consequentemente, o ciberespaço não é considerado um ambiente, tampouco um suporte. Trata-se de um espaço simbólico trabalhado na/pela história, bem como constituído de sujeitos e sentidos, o qual requer gestos de interpretação específicos. O espaço digital não é neutro. Pelo contrário, é entendido como um sítio de significação, por onde as palavras circulam discursivamente pelo digital.

Além disso, considerando o funcionamento do discurso digital na era das tecnologias, é crucial referenciar os estudos de Dias (2016b, p. 298):

O discurso da tecnologia em geral, produz, portanto, efeitos na maneira como o digital se materializa na sociedade, discursivamente, como uma das peças importantes do modo de organização da vida em seu conjunto, na formação social capitalista, e do modo de individuação do sujeito pela conectividade como "autenticadora" da entrada desse sujeito no mundo "civilizado" da ciência e da tecnologia.

Dito isso, é necessário elucidar que as análises discursivas serão realizadas com o amparo teórico-metodológico da Análise de Discurso de Linha Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux, filósofo-linguista francês, na França, no final da década de 1960, tal como

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Orientadora: Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia (UNIOESTE). E-mail: camillacruz@gmail.com.

difundida, no Brasil, pela linguista e analista de discurso brasileira Eni Orlandi. A AD de Filiação Francesa é um campo científico que trabalha no entremeio de outros campos de produção de ciência, sendo eles os seguintes: a Linguística, o Materialismo Histórico, a Teoria do Discurso e a Psicanálise (Pêcheux; Fuchs, 2014).

Inicialmente, vale dizer que o sujeito enunciador do discurso em análise neste estudo, quem enuncia os dizeres aqui analisados, é Jupitter Pimentel (conhecido artisticamente pela grafia Jupi77er). Ele se autodefine, segundo o livro digital/*e-book* intitulado “Miniguia da Linguagem Inclusiva” (Pimentel, 2022, p. 14), como *rapper* transmasculino não binário, escritor, *designer*, formado em *marketing*, criador de conteúdo sobre gênero e sexualidade nas redes sociais e atuante do “Rap Plus Size”, dupla paulista do gênero musical *rap*, formada em 2016, por Jupi77er e Sara Donato.

A delimitação do *corpus* da pesquisa foi proposta tendo em vista a atualidade do tema linguagem inclusiva, que pode ser observada pela emergência das discussões sobre a temática, que têm ocorrido em diversos âmbitos na contemporaneidade. Por isso, nas análises aqui apresentadas, o *corpus* será constituído de sequências discursivas (SD) advindas de duas materialidades digitais:

- 1) O *e-book* intitulado “Miniguia da Linguagem Inclusiva” (Pimentel, 2022), veiculado pelo usuário/perfil “@jupi77er”, da rede social *Instagram*;
- 2) O episódio de *podcast* (arquivo digital de áudio transmitido pela internet) intitulado “Segredo das Margens #5 - Linguagem Neutra e Não Binariedade” (2022), veiculado pelo usuário/perfil “Segredos das Margens”, da rede social *Spotify*.

Isso posto, a pesquisa será desenvolvida a partir da posição de analista de discurso, uma posição que implica a compreensão histórica de que “o discurso é sempre relacionado a suas condições de produção [...]” (Robin, 1973, p. 88), ou seja, ele faz parte da memória da sociedade e faz ressoar sentido sobre a língua, a linguagem e o sujeito, a partir de formações discursivas, posto que “o discurso é, contraditoriamente, esta transparência que basta percorrer para ver surgir um sentido, e esta opacidade que é preciso atravessar para se encontrar outra coisa [...]” (Robin, 1973. p. 102).

Para tanto, buscaremos articular os seguintes campos teóricos, basilares nesta pesquisa, os quais nos ajudam a depreender os conceitos fundamentais mobilizados.

- Campo teórico da AD pecheutiana (língua, linguagem, sujeito, sentido, discurso, memória, etc.): Dias e Couto (2011), Pêcheux (2014, 2015), Pêcheux e Fuchs (2014), Garcia (2014), Dias (2016a, 2016b), Orlandi (2020), Barbosa Filho (2022) e Medeiros (2016, 2024);
- Campo teórico da Linguística (gênero gramatical, linguagem inclusiva/neutra/não sexista): Fernández (1999), Cavalcanti (2022), Fiorin (2022);
- Campo teórico da Filosofia (ideologia, sujeito e gênero performativo): Althusser (1985), Butler (2018) e Preciado (2019).

1.1 UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL ENTRE GÊNERO E LINGUAGEM

A linguagem inclusiva pode ser usada para incluir política e linguisticamente, para além do gênero, outras minorias sociais, como, por exemplo: sexualidade, raça, etnia, idade, deficiência, classe social, etc. Nessa esteira, conforme afirma Fiorin (2022, p. 3):

[...] a linguagem pode servir de veículo para perpetuar estereótipos, para machucar, para humilhar. Ela não somente é determinada por nossa cultura, mas também constrói para nós maneiras de representar, o que significa que ela estabelece as expectativas de como as pessoas devem ser. (Fiorin, 2022, p. 3).

Sobre esse tipo de linguagem, a escritora argentina Zabalegui (2021) ressalta que a sua finalidade é evitar marcas de gênero que são desnecessárias e indesejadas, não sendo, de maneira alguma, uma imposição obrigatória. Segundo a autora, trata-se de um modo de repensar o uso naturalizado do gênero masculino na língua, visto que há outras identidades fora do binarismo legitimado.

Dessa forma, consideramos que a linguagem inclusiva de gênero pode abranger dois tipos distintos de linguagem, ambas contrárias ao uso do masculino genérico: a linguagem neutra/não binária/neolinguagem, a qual prevê o uso de dizeres tidos como “neutros”, os quais contemplam sujeitos de todos os gêneros, e a linguagem não sexista, a qual propõe o uso de termos que privilegiam o feminino no discurso.

Em consonância com a linguista espanhola Fernández (1999), a linguagem sexista é resultado de uma sociedade patriarcal androcêntrica, na qual os padrões masculinos são tidos como relevantes, enquanto as mulheres são alvo de discriminação, inclusive no âmbito linguístico. Tal linguagem é uma forma de tratamento diversa que parte do pressuposto biológico homem/mulher, isto é, divergências estruturais e de uso entre o jeito de falar de homens e mulheres, como, por exemplo, quando se diz “todos” com a finalidade de nomear pessoas que não se identificam com o gênero masculino.

A linguagem não sexista, a qual não altera morfológicamente a língua, busca reivindicar a nomeação do feminino na língua, pelo desdobramento do feminino e masculino, e/ou evitando o masculino genérico, pelo uso de termos impessoais que não marcam gênero. Um exemplo deste uso é dizer “todas e todos” ou “pessoal” diante de pessoas que se identificam com gêneros que não se restringem ao masculino.

Em contraponto, os termos linguagem neutra, linguagem não binária e neolinguagem consistem em um tipo de linguagem inclusiva que reivindica o uso de um gênero neutro/não binário para nomear os sujeitos, distinto do gênero feminino/masculino. Tal uso propõe uma inovação gramatical na língua, visto que modifica a morfologia das palavras no que tange às desinências de gênero, trazendo formas neutras pelo uso do “e” em substantivos (“todes” e “alunes”), bem como propondo novos pronomes pessoais (“elu”/“ile”) e pronomes possessivos (“delu”/“dile”), entre outras possibilidades inovadoras.

A linguagem não binária ou neutra, como define Fiorin (2022, p. 10), corresponde ao uso de uma linguagem que “[...] reconhece a existência de identidades que não se identificam nem com o masculino nem com o feminino. Nesse caso, trata-se de um neutro referente aos seres sexuados”. O objetivo desse tipo de linguagem é “[...] mostrar que um determinado sexo ou gênero social não é a norma. Para isso, propõe-se a criação de um gênero neutro ao lado dos já existentes masculino e feminino” (Fiorin, 2022, p. 2).

Em conformidade com a linguista brasileira Cavalcanti (2022, p. 74), a linguagem neutra caracteriza-se pela “[...] presença de morfologia de gênero e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com traço semântico [+humano], em que a oposição entre masculino x feminino não é suficiente para dar conta da identidade de gênero”.

Para a analista de discurso brasileira Medeiros (2024, p. 111), “quando se debate sobre linguagem inclusiva de gênero, não é apenas sobre língua que se fala”. Assim sendo, é necessário destacar que, na atualidade do século XXI, devido a habituais e constantes mudanças de uso da língua e da linguagem, no tocante às identidades de gênero e a identificação dos sujeitos na língua, é imprescindível que linguistas e analistas de discurso pesquisem e teorizem sobre o tema da linguagem inclusiva de gênero no Brasil, o qual é constantemente permeado de contradições e intensos debates político-sociais.

Com as constantes mudanças da sociedade brasileira na contemporaneidade, especialmente com respeito às conquistas de visibilização de sujeitos da comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, entre outras identidades de gênero e sexualidades), torna-se incontestável a necessidade de que os Estudos Discursivos tomem parte em tais reflexões teóricas no tocante à língua e ao discurso, dado que há uma ampla possibilidade de discursos a serem analisados, no que concerne ao uso da linguagem inclusiva, em língua portuguesa, no Brasil.

No que se refere aos Estudos Discursivos, é crucial especificar que a linguagem, segundo Pêcheux (2014), é um sistema de ambiguidades no qual o sujeito está inserido e duplamente afetado, pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse viés, a língua é definida como a materialidade do discurso e a base dos processos discursivos, existente pela historicidade e pela contradição ideológica, considerando que o discurso se atrela de forma constitutiva à língua, sujeitando-a ao equívoco e à instabilidade (Pêcheux, 2014).

No ciberespaço, “[...] o mesmo e o diferente circulam e produzem sentidos” (Garcia, 2014, p. 85). Diante disso, por meio das análises realizadas nesta pesquisa, questionamos como os discursos sobre a linguagem inclusiva são produzidos e circulam no ciberespaço, no âmbito do Brasil e na temporalidade do século XXI.

Desse modo, ao conceber língua e gênero, é apropriado tratar do conceito de gênero para os Estudos de Gênero. Conforme a filósofa materialista Butler (2018), o gênero possui caráter performativo, cultural, não é algo biológico, natural ou intrínseco ao sujeito. Por isso, o gênero é fluido ao longo da vida dos sujeitos, não sendo uma categoria limitada, mas sim ampla e performativa, jamais reduzida apenas ao feminino/masculino.

Para o filósofo espanhol Preciado (2019, p. 424), “o gênero não é um efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos [...] que serão objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais”. Logo, com o propósito de inscrever-se no discurso, urge, no sujeito, a necessidade de expressar a identidade de gênero na língua, identificação que ocorre a partir de uma desidentificação do binarismo feminino/masculino.

2. A LINGUAGEM NEUTRA EM DISCURSIVIDADE

Nesta pesquisa, é fundamental compreender que as redes sociais, de acordo com Dias e Couto (2011, p. 636), “[...] são ambientes virtuais nos quais sujeitos se relacionam instituindo uma forma de sociabilidade que está ligada à própria formulação e circulação do conhecimento”.

Acerca da produção e circulação de sentidos nas redes sociais, é essencial ressaltar que:

A rede é um espaço heterogêneo, sustentado por relações de poder, que permite ao sujeito do século XXI ler temas que o afetam, dizer fatos que o incomodam, viver a possibilidade de uma sociedade menos sexista, violenta. O ciberespaço permite a militância, permite a discussão de temas que afetam o funcionamento do espaço urbano. Na rede, confrontos surgem na tentativa de fundar outros discursos à sociedade, outras formas de socialização em que não só o sujeito homem-heterossexual tenha voz, mas em que todos os sujeitos mulher, homossexual, bissexual, transexual possam dizer e não serem ditos por uma sociedade baseada em uma violência patriarcal de gênero que também circula na rede. (Garcia, 2014, p. 87).

Em vista disso, a seleção destas materialidades se deve à popularidade das plataformas e ao amplo alcance de usuários que as acessam, sendo ambas algumas das redes

sociais mais populares no Brasil atual, no que refere a plataformas digitais de postagens de fotografias/vídeos e áudios (*podcasts*) que tratam acerca de gênero e sexualidade, mais especificamente de linguagem inclusiva.

Antes de iniciar a apresentação das análises discursivas desenvolvidas nesta pesquisa, as quais estão dispostas nos subtítulos seguintes, é preciso elucidar que esta investigação tem como propósito entender como ocorre a formulação e a circulação do discurso sobre a linguagem inclusiva, ou seja, de que forma os sentidos sobre essa temática se organizam nas redes sociais, conforme as 3 etapas discursivas propostas por Orlandi (2020, p. 76):

1. Seleção da superfície linguística – página da rede social *Instagram* e da rede social *Spotify*;
2. Seleção do objeto discursivo – postagem/episódio de *podcast* a serem analisados;
3. Estudo do processo discursivo – compreensão das formações discursivas e ideológicas de tais produções e circulações de sentido no ciberespaço, considerando a exterioridade constitutiva do discurso.

Nessa esteira, torna-se fundamental conceituar teoricamente ideologia, formação discursiva e formação ideológica, conceitos que estão entrelaçados discursivamente, dado que:

[...] as formações ideológicas comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interligadas e determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 164).

Na perspectiva materialista, relações sociais de força se estabelecem e interseccionam os conceitos teóricos de ideologia, formação ideológica e formação discursiva, fazendo com que se articulem complementarmente e se constituam como interdependentes. Em tais relações, a ideologia se define como aquilo que interpela os indivíduos em sujeitos falantes por meio das formações discursivas (Pêcheux, 2014), em uma reformulação da tese althusseriana, de autoria de Louis Althusser, filósofo materialista francês, de que a ideologia “[...] interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos” (Althusser, 1985, p. 210).

A partir dessa tese filosófica, de base materialista, encontra-se teoricamente fundamentada a teoria pecheutiana da ideologia. Na reformulação de Pêcheux (2014), a ideologia se engendra por meio de um conjunto complexo determinado com dominante de formações discursivas que se organizam a partir de formações ideológicas nas quais os sujeitos se inscrevem (Pêcheux, 2014).

Em resumo, segundo a Análise de Discurso pecheutiana, a ideologia é aquilo que interpela os indivíduos em sujeitos, os quais são assujeitados pelo Estado, enquanto as formações ideológicas comportam as formações discursivas, as quais determinam e regulam o que pode e deve ser dito em determinadas conjunturas (Pêcheux, 2014).

Dadas essas conceptualizações teóricas fundamentais, prosseguiremos às análises discursivas desta investigação.

2.1 ANÁLISE DISCURSIVA DO *E-BOOK* “MINIGUIA DA LINGUAGEM INCLUSIVA”, DE JUPÍTER PIMENTEL

Neste primeiro momento, serão analisadas duas sequências discursivas advindas do *e-book* “Miniguia da Linguagem Inclusiva” (Pimentel, 2022). Esse *e-book*/livro digital foi

publicado em 2022 pelo autor, Jupitter Pimentel, e encontra-se disponível na sua página de Instagram. É possível adquiri-lo por um valor acessível (quanto se decide pagar), ao realizar uma transferência bancária ao autor e baixar o arquivo do material em seguida.

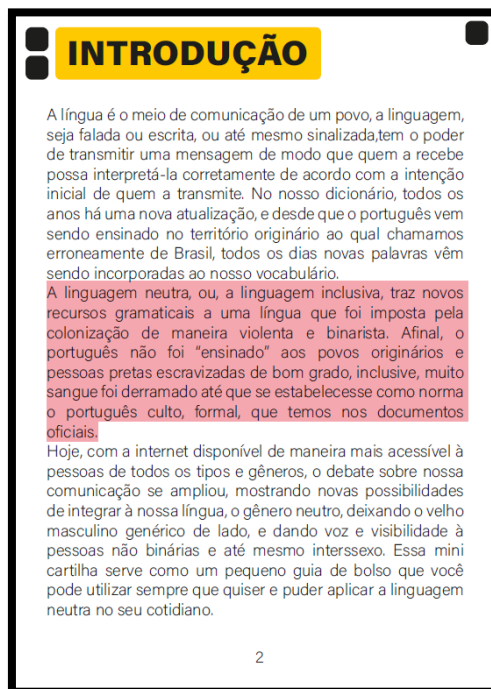
Figura 1 – Capa do *e-book*



Fonte: Pimentel, 2022, p. 1.

O livro possui 14 páginas, ao contar a capa como primeira página, conforme o arquivo está paginado estruturalmente. As seções que constituem a materialidade são as seguintes: Capa; “Introdução”; “Conjunto de Linguagem”; “Artigos”; “Pronomes”; “Desinência”; “Contrações”; “Plurais”; “Heterônimos”; “Termos Biformes”; “Sintaxe Neutra”; “Adjetivos Sem Gênero”; “Referências”; “Sobre o Autor”.

Figura 2 – “Introdução” do *e-book*



Fonte: Pimentel, 2022, p. 2, grifos nossos.

Primeiramente, será analisada a Sequência Discursiva 1 (SD1) – Fragmento da “Introdução” do *e-book*:

A **linguagem neutra**, ou, a **linguagem inclusiva**, traz novos recursos gramaticais a uma língua que foi imposta pela colonização de maneira violenta e binarista. Afinal, o português não foi “ensinado” aos povos originários e pessoas pretas escravizadas de bom grado, inclusive, muito sangue foi derramado até que se estabelecesse como norma o português culto, formal, que temos nos documentos oficiais. (Pimentel, 2022, p. 2, grifos meus).

Segundo SD1, a linguagem neutra é equivalente à linguagem inclusiva, representando uma neolingagem, visto que faz emergir, a partir do interdiscurso, considerado “aquilo que fala antes em outro lugar independentemente” (Orlandi, 2020, p. 29), novos recursos gramaticais a uma língua que foi imposta histórica e ideologicamente pela violenta colonização portuguesa. Assim, refletimos, por meio da memória, que muitas das línguas de povos originários/indígenas do Brasil, do mesmo modo que de povos negros, ambos escravizados, resistiram, no sentido que vários termos foram incorporados à língua portuguesa falada no Brasil, permanecendo até os dias atuais.

Nessa perspectiva, relacionando tais dizeres com o interdiscurso, podemos inferir que o discurso sobre a linguagem inclusiva em SD1 se inscreve em uma formação discursiva não binária, a qual produz efeitos de sentido sobre sujeitos diversos ao propor alternativas que modificam a língua, como os pronomes neutros (“elu”/“ile”/“delu”/“dile”, etc.) e desinências alternativas (como o “e”, por exemplo). Essa formação discursiva determina aquilo que pode e deve ser dito em um manual/guia de linguagem inclusiva.

Na seção seguinte, as análises discursivas apresentadas concernem ao episódio de *podcast* “Segredo das Margens #5 – Linguagem Neutra e Não Binariedade” (2022).

2.2 ANÁLISE DISCURSIVA DO *PODCAST* “SEGREDO DAS MARGENS #5 – LINGUAGEM NEUTRA E NÃO BINARIEDADE”, DE “SEGREDOS DAS MARGENS”

Neste segundo momento, será analisado o episódio de *podcast* intitulado “Segredo das Margens #5 – Linguagem Neutra e Não Binariedade” (2022), publicado pela página “Segredos das Margens” em maio de 2022. Esse *podcast* é constituído atualmente por 5 episódios, que datam de 2021 e 2022, bem como produzido pelas apresentadoras/entrevistadoras Luana Santos, Tamires Rodrigues e Vitória Guilhermina.

O objetivo do conteúdo veiculado é debater e refletir sobre gênero, raça e classe. Os relatos dos entrevistados, moradores da periferia de São Paulo, propõem uma discussão social coletiva. Além disso, vale destacar que o *podcast* faz parte do “Você Repórter da Periferia 2.0”, programa de inclusão produtiva da juventude periférica no jornalismo, criado pelo “Desenrola e não me enrola”, projeto que compõe um portal de notícias, o qual atua nas periferias com a proposta de produzir jornalismo feito por uma equipe que se constitui majoritariamente de mulheres e homens negros.

No episódio analisado nesta pesquisa, há dois participantes/entrevistados: Alex Silva e Jupiter Pimentel. O sujeito Alex é apresentado como homossexual, pessoal não binária e trabalha com *design* e ilustração. Por sua vez, o sujeito Jupiter é o autor do livro analisado na seção anterior deste artigo, apresentado no episódio como homem transgênero não binário, Mestre de Cerimônias (MC), estudioso do tema linguagem neutra e ministrante de oficinas sobre o tema.

Figura 3 – Capa do episódio de *podcast*



Fonte: #5: Segredo das Margens #5, 2022.

A seguir, será apresentada a Sequência Discursiva 2 (SD2) – Transcrição de fragmento do episódio do *podcast* (42:10–43:05):

A **linguagem neutra** é uma forma de linguagem que a gente está utilizando. Algumas regras gramaticais do português “normal”, “padrão”, que é o coloquial, que é o ensinado nas escolas, para subverter mesmo, a forma como a gente lida com o genérico masculino, que é implementado pela língua portuguesa para se referir a coletivos, para falar no plural. E também para a gente parar de demarcar gênero na hora de se referir a pessoas que não tem realmente a vontade de usar um pronome masculino ou feminino e que preferem usar pronomes neutros. E também para respeitar a identidade de pessoas não binárias e incluir pessoas não binárias na nossa comunicação. Acho que isso é o mais importante também. (#5: Segredo das Margens #5 - Linguagem Neutra e Não Binariedade, 2022, grifos meus).

Conforme SD2, a linguagem neutra está sendo utilizada pelo enunciador, que se inclui no discurso ao enunciar “a gente”. Isso se deve ao fato que ele mesmo usa a linguagem neutra enquanto parte da comunidade de pessoas não binárias no que concerne ao gênero performativo, ainda que o pronome em que o sujeito enunciador se identifique seja um pronome binário, o pronome masculino “ele”.

Portanto, o discurso de SD2 também se inscreve em uma formação discursiva não binária, dado que é possível compreender que a linguagem neutra é entendida pelo sujeito enunciador como uma linguagem subversiva, anormal, não padrão e não coloquial, posto que, nesse tipo de linguagem, as regras gramaticais padrões da língua culta não são aplicáveis, pois não apresentam opções além do binarismo (feminino/masculino) e masculino genérico (uso do plural/coletivo). Trata-se de uma linguagem respeitosa, inclusiva e imparcial no que se refere à demarcação de gênero.

Por último, será analisada a Sequência Discursiva 3 (SD3) – Transcrição de fragmento do episódio do *podcast* (46:34–46:52):

A necessidade de usar **linguagem neutra** é para tirar o sexismo binário da nossa língua, subverter a nossa língua (porque ela também é uma ferramenta de colonização, então, a gente está decolonizando através da nossa língua), e, também, incluir pessoas não binárias, que usam pronomes neutros ou não. (#5: Segredo das Margens #5 - Linguagem Neutra e Não Binariedade, 2022, grifos meus).

Em SD3, a linguagem neutra é uma necessidade social, pois é não sexista, não binária e decolonizadora, por ser uma linguagem que questiona a língua padrão imposta por Portugal

na época da colonização. Ademais, é uma linguagem subversiva que inclui pessoas não binárias que se identificam ou não com pronomes neutros, aqueles que não são femininos nem masculinos e não constam nas gramáticas. Por conseguinte, mais uma vez, o discurso de SD3 se inscreve em uma formação discursiva não binária.

Finalmente, depreendemos que, nas sequências discursivas analisadas neste estudo, por meio do funcionamento do interdiscurso, o discurso se inscreve em uma formação discursiva não binária, na qual se incluem sujeitos que não se identificam com os gêneros performativos e gramaticais binários (feminino/masculino).

Os discursos das sequências discursivas aqui denominadas de SD1, SD2 e SD3 se inscrevem em uma formação discursiva não binária que está ancorada ideologicamente em uma formação ideológica antipatriarcal, visto que esses são discursos que se posicionam contra o sistema patriarcal vigente na sociedade capitalista e colonizada em que vivemos, na qual os homens brancos, cisgêneros e heterossexuais detêm o poder político-social.

Nesse sistema falocêntrico, as mulheres e as pessoas LGBTQIAP+, incluindo as não binárias, ocupam majoritariamente posições político-sociais subalternas, tal como as pessoas não brancas, se pensarmos em um recorte racial, além do recorte de gênero, os quais se interseccionam subjetivamente. Com isso, nessas condições de produção, é evidente que essa desigualdade permeia a língua portuguesa e a atravessa ideologicamente.

Em conclusão, percebemos que, no Brasil, apesar de várias tentativas conservadoras de proibir e cercar a língua por meio de leis e decretos, a linguagem inclusiva surge como uma tentativa de pessoas não binárias de demonstrar, por meio de um ativismo que busca subverter a língua portuguesa simbolicamente, enquanto atitude político-social, sem pretensões primordiais de inclusão em dicionários, gramáticas ou outros instrumentos linguísticos. Essa tentativa é explorada de diversas formas na língua, com pronomes neutros e desinências que privilegiam formas não binárias em detrimento de formas binárias e do masculino genérico recomendado gramaticalmente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, é latente e emergente a discussão sobre a linguagem inclusiva na sociedade brasileira, inclusive no âmbito acadêmico. Dito isso, torna-se indispensável ao especialista em língua e linguagem, como também ao analista de discurso, fazer parte do desenvolvimento de pesquisas dentro desse tema, a fim de preencher lacunas no nicho na área de pesquisa, tal como ser pressuposto para futuras discussões em diversos campos de estudo, inclusive na Análise de Discurso de filiação francesa (AD).

Sobre o papel do linguista ao estudar a linguagem neutra, Fiorin (2022, p. 3-4) explica que “[...] um linguista analisa as formas existentes da língua e não cabe a ele prescrever comportamentos linguísticos”. Assim, os analistas de discurso têm como responsabilidade teórica descrever e interpretar de que forma essas novas formas linguísticas circulam na sociedade, enquanto discurso, estando permanentemente permeados pela historicidade da língua e pelas relações de poder.

De acordo com Barbosa Filho (2022), o debate sobre a linguagem neutra não é um debate acerca da linguística, mas um debate sobre o linguístico e sobre o político-ideológico. Com isso, cabe ao analista de discurso compreender como os sentidos são produzidos na história e na sociedade a partir do funcionamento da língua, entendida como a materialidade do discurso, inscrita na historicidade pela contradição ideológica, de forma constituinte e não acidental, estando, assim como o próprio sujeito, passível de equívoco e equivocidade (Pêcheux, 2014).

Nessa perspectiva, a falta de representação do sujeito não binário na língua provoca a necessidade de nomear e significar por meio da linguagem neutra. Fiorin (2022) explica que a mudança proposta pela linguagem não binária é a criação de um novo gênero gramatical no português brasileiro. Para o autor (Fiorin, 2022, p. 13), essa mudança “[...] pode ser feita e não vai acabar com o português, mas, ao contrário, vai mostrar sua força e potência de, como toda língua, acolher nele as transformações sociais por meio dos mecanismos de mudança linguística”.

A mutabilidade constitui a língua, tendo em vista o aspecto temporal. Por isso, é preciso sinalizar que as mudanças propostas pela linguagem neutra, ainda que sejam muito complexas, não são impossíveis. Somente com o tempo, no decorrer da utilidade efetiva dessa linguagem em sociedade, poderemos conceber que suas formas façam ou não parte de instrumentos linguísticos, como gramáticas, dicionários e livros didáticos.

O jogo de forças de mobilização social da linguagem neutra parece demonstrar que as relações de poder, do mesmo modo que a incompletude, constituem a língua e a linguagem, estabelecendo uma tensão de sentidos entre o mesmo e o diferente, entre os processos discursivos de paráfrase e polissemia. Entendemos que paráfrase se caracteriza pela repetição de que a língua portuguesa é binária por natureza e assim deve permanecer. Enquanto a polissemia, por sua vez, consiste naquilo que difere do que foi convencionado na língua portuguesa, buscando modificá-la para incluir sujeitos não binários.

Sobre esse jogo de forças que a linguagem neutra estabelece, Medeiros (2016, p. 94) elucida que:

Um jogo a respeito do qual não seríamos capazes de estabelecer se haveria um lado da vitória e um lado da derrota, mas no qual podemos observar a língua em sua autonomia deslizando sorrateiramente e com igual poder entre todos os lados. Dela não se foge. A ela não se cerceia. Ela resiste. Sem ela não se é sujeito (binário ou não). (Medeiros, 2016, p. 94).

Por fim, vale ressaltar que a necessidade de identificação do sujeito-mulher (que reivindica a visibilização do feminino) e do sujeito-não-binário (que reivindica a visibilização do “neutro”) na língua demanda ao analista de discurso que trate de buscar compreender tal acontecimento desde o ponto de vista do já-dito, no interior de um jogo de força que pode regular e desregular o discurso, tentando incessantemente interpretar este “[...] jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (Pêcheux, p. 47, 2015), ainda que a questão da interpretação, como bem explica Pêcheux (2015, p. 78), seja incontornável e sempre retorne.

4. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estados (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTI, Silvia. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. Parábola: São Paulo, 2022. p. 73-93.

DIAS, Cristiane. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016a. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2515/2079>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DIAS, Cristiane. Para uma compreensão discursiva do digital: o sentido de tecnologia. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockmans de. (Org.) **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2016b, p. 297-309.

DIAS, Cristiane; COUTO, Olívia Ferreira do. As redes sociais na divulgação e formação do sujeito do conhecimento: compartilhamento e produção através da circulação de ideias. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 11, n. 3, p. 631-648, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/b7JNN6VHZd6ttMwTw85PwCQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2023.

FERNÁNDEZ, María Ángeles Calero. **Sexismo lingüístico: análisis y propuestas ante la discriminación sexual en el lenguaje**. Madrid: Narcea Ediciones, 1999.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Projetos de lei contrários à linguagem neutra no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; OTHERO, Gabriel de Ávila (org.). **Linguagem “neutra”**: língua e gênero em debate. Parábola: São Paulo, 2022. p. 141-160.

FIORIN, José Luiz. A questão da marcação linguística da não binariedade. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/203775>. Acesso em: 01 jun. 2024.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede suas andanças no ciberespaço. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 83-97, 2014. Acesso em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55143/33536>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>. Acesso em: 11 maio 2024.

MEDEIROS, Laís Virgínia Alves. Linguagem inclusiva de gênero e seus debates controversos: é apenas sobre língua que se discute? *In*: **Políticas de língua, políticas na língua**: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 97-113.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1957). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-249.

PIMENTEL, Jupiter. **Miniguia da Linguagem Inclusiva**. 1. ed. São Paulo: Jupiter, 2022. Disponível em:
<https://www.instagram.com/stories/highlights/17879563313400764/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 421-430.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ZABALEGUI, Malena. **Inclusivo: un lenguaje hacia la(s) equidad(es)**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autores de Argentina, 2021.

#5: Segredo das Margens #5 - Linguagem Neutra e Não Binariedade. Entrevistadoras: Luana Santos, Tamires Rodrigues e Vitória Guilhermina. Entrevistados: Alex Silva e Jupiter Pimentel. [S. I.]: Segredos das Margens, maio. 2022. *Podcast*. Disponível em:
<https://open.spotify.com/show/1uDkgjyrmQ1Nz54Zb28iPT>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PRÁTICAS DISCURSIVAS RACISTAS E ANTIRRACISTAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E EMANCIPATÓRIA

Carla Letícia Macêdo de Paiva (UFPA)¹

Fátima Cristina da Costa Pessoa (UFPA)²

1. INTRODUÇÃO

Assumindo uma perspectiva político-discursiva sobre o fenômeno da linguagem, investiga-se, a partir de profundas inquietações que emergem na interface entre linguagem e raça, as práticas discursivas (Maingueneau, 1993) racistas e antirracistas que se constituem, se consolidam e se transformam em torno do ensino de Língua Portuguesa e de suas respectivas literaturas, confrontando-se, assim, com as relações interdiscursivas que sustentam os enunciados concretos encontrados nos textos da BNCC (Brasil, 2018) e no projeto político-pedagógico de duas escolas da rede pública de ensino de Belém do Pará.

Para tanto, admite-se a importância em compreender as formações discursivas concorrentes (Maingueneau, 2008a) por meio das quais o racismo se reitera como prática discursiva no seio da educação brasileira, enraizando-se nos currículos escolares e na prática docente. Investiga-se, também, as práticas antirracistas que insurgem diante dessa ordem hegemônica e brancocêntrica, uma vez que contemplam as cosmologias, os saberes e as lutas de grupos historicamente marginalizados, bem como as dinâmicas sociais, culturais e políticas que os constituem enquanto sujeitos, cena em que se sustentam enunciados marcados por traços de regularidade que se filiam a uma formação discursiva antirracista.

Desse modo, tal percurso discursivo se inscreve numa cena acadêmica na qual os currículos escolares, estes ainda majoritariamente brancocêntricos e perpetuadores de narrativas racistas sobre os corpos e identidades negras e indígenas, emergem como alvo de discussões pertinentes. Questionar as prescrições encontradas em tais documentos, bem como as práticas discursivas racistas vigentes no interior das escolas, é uma etapa primordial na construção e consolidação de uma educação para as relações étnico-raciais. Ademais, é um movimento indispensável na busca pela emancipação de mentes e formas de ser não contempladas pelas narrativas eurocêntricas protagonizadas dentro da sala de aula.

O trajeto de tal investigação, portanto, dar-se-á de modo a contemplar, inicialmente, no recorte proposto para este artigo, as relações interdiscursivas (Maingueneau, 2008a) que sustentam os traços de regularidade na materialidade dos enunciados da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), principalmente no que se refere ao gesto interpretativo das dez competências gerais da educação básica e as prescrições sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08, as quais orientam para uma educação das relações étnico-raciais, e nos textos de dois projetos político-pedagógicos, a fim de identificar em que medida a Base e os PPP orientam para o aprofundamento ou para a superação do racismo na Educação Básica.

Em segunda análise, foi possível identificar, ainda, como as práticas discursivas racistas vigentes nos currículos de ensino emergem como o fenômeno que Nascimento (2019) chamou de racismo linguístico, uma vez que se consolidam em espaços legítimos e atuam como geradoras de desigualdade e opressões. Em outras palavras, uma forma de opressão que se dá pela linguagem, pois, conforme observou Nascimento (2019, p. 20), “as

¹ Mestranda em Estudos Linguísticos (PPGL/UFPA), com graduação em Licenciatura em Letras Língua Portuguesa (UFPA). E-mail para contato: carla.paiva@ilc.ufpa.br.

² Doutora em Letras (PPGL/UFPA). E-mail para contato: fpessoa@ufpa.br.

línguas não são neutras e sempre são atravessadas por processos de poder, como os próprios sujeitos”.

Quanto aos aspectos discursivos que serão, aqui, contemplados e explorados, Maingueneau (2008a), cujos postulados partem de uma abordagem enunciativo-discursiva, ao tecer considerações sobre o que chamou de *primado do interdiscurso*, repagina o conceito de interdiscurso e propõe uma divisão teórico-metodológica baseada na tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, atribuindo um novo olhar sobre o conceito de interdiscurso proposto pelo quadro teórico de Pêcheux. Diante dessa nova ordem, chamou de universo discursivo “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada [...] o horizonte a partir do qual serão construídos domínios suscetíveis de ser estudados, os campos discursivos” (Maingueneau, 2008a, p. 33).

Quanto ao conceito deste último termo, compreende-se um conjunto de formações discursivas concorrentes, em que discursos de mesma função social se confrontam ou se aliam em uma dada região delimitada do *universo discurso*, a partir de regularidades sobre FD já existentes, como no caso do campo educacional. É no *espaço discursivo*, porém, que o analista do discurso coloca em relação subconjuntos de formações discursivas com base na investigação dos traços de regularidades encontrados na materialidade dos enunciados a serem analisados. Admite-se, então, nesta investigação, um espaço discursivo delimitado no campo educacional, em que se associam dois discursos: o discurso racista e o discurso antirracista.

Dessa forma, convém observar, todo discurso se constitui pela relação com o Outro – pelo confronto ou pela aliança entre enunciados concorrentes, de modo que:

Os enunciados apresentam, dessa forma, uma dupla face: um “direito” e um “avesso” que são indissociáveis; ao analista cabe decifrá-los não só no seu “direito” relacionando-os a sua própria formação discursiva, mas também no seu “avesso”, perscrutando aquela face oculta em que se mascara a rejeição do discurso e de seu Outro. O que equivale a dizer que ao analista cabe apreender não só uma formação discursiva, mas também a interação entre formações discursivas, uma vez que a identidade discursiva se constrói com a relação com um Outro presente linguisticamente ou não no intradiscurso. (Brandão, 2012, p. 93).

Portanto, confrontar-se com os enunciados concretos reunidos na BNCC requer pensar os sentidos possíveis nas regularidades que sustentam os dizeres e estabelecem as relações na enunciação do documento. Requer, assim, enxergar o objeto de análise em sua incompletude e instabilidade.

2. AS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS NA BNCC

Compreender as práticas discursivas (Maingueneau, 1993) racistas e antirracistas que se constituem, se consolidam e se transformam em torno do ensino de Língua Portuguesa e literaturas de língua portuguesa requer, a priori, confrontar-se com os textos das políticas educacionais que regem o ensino básico brasileiro e identificar o comprometimento destes com uma educação para as relações étnico-raciais, consoante à enunciação das leis 10.639/03 e 11.645/08, por meio da análise do funcionamento discursivo encontrado na materialidade de seus enunciados. Para tanto, investiga-se as relações interdiscursivas que constituem os efeitos de sentido no texto da Base Nacional Comum Curricular, documento que “define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 7), por meio de competências e habilidades.

A ideia de um currículo educacional comum, cujas orientações se debruçam sobre um conjunto de aprendizagens essenciais e competências, gerais e específicas, a serem desenvolvidas por *todos* os alunos das redes pública e privada, emerge em um cenário de impossibilidades e expressiva desigualdade. Isso porque, conforme observa Gomes (2020), um documento como a BNCC corporifica noções particulares de raça, classe, gênero e sexualidade e, com base nessas noções, define quais aprendizagens são essenciais e quais conhecimentos são legítimos, de modo a serem desenvolvidos e apreendidos por *todos* os alunos.

No decorrer da análise, portanto, será possível visualizar que a Base não contempla, no funcionamento discursivo encontrado na materialidade de seus enunciados, todas as identidades – e corporeidades – que integram a comunidade estudantil da Educação Básica brasileira e suas respectivas particularidades condicionadas por aspectos estruturantes de cunhos histórico, social e cultural. Quando se observa uma abordagem para além dessas noções bem definidas, emerge um estranhamento a partir das possibilidades de efeitos de sentido em torno de certas estruturas lexicais, tais como a palavra “diversidade”, seja por abordá-la de forma superficial, seja por não apresentar, na materialidade dos enunciados nos quais ela aparece, uma postura efetiva de enfrentamento dos preconceitos aludidos a determinados grupos sociais.

Em último plano, não se confrontar com tal cena enunciativa significa estar alinhado às relações de sentido que estão sendo produzidas. Por outro lado, pensar a Base a partir de uma postura insurgente requer interpretá-la como um espaço de tensões no qual há relações de poder que potencializam opressões e preconceitos, uma vez que se trata de um documento idealizado por sujeitos concretos e atravessado por questões que não satisfazem parte majoritária da comunidade acadêmica, estudantil e, principalmente, de educadores do Ensino Básico.

Diante dessa conjuntura, pensar uma educação para as relações étnico-raciais requer, primordialmente, a descolonização dos currículos oficiais de ensino. Para tanto, é preciso que haja uma ruptura epistemológica, política e social, contemplada não somente no campo da produção do conhecimento, como reitera Gomes (2020), mas, principalmente, nas estruturas sociais e de poder.

2.1 AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Consoante os postulados de Maingueneau (1993), o modo pelo qual a tomada da palavra se dá orienta para uma dada formação discursiva, isto é, o processo de enunciação decorre do posicionamento do sujeito numa ordem histórico-social que o determina – com a qual os enunciadores se alinham ou se confrontam – no interior de uma comunidade discursiva, a qual determina as práticas discursivas que a constituem ao mesmo tempo em que é constituída por elas. Admite-se prática discursiva, portanto, como a simultânea produção de textos e de uma comunidade discursiva, definição que pressupõe uma “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso”. (Maingueneau, 1993, p. 56).

Entretanto, no caso da BNCC, observa-se uma comunidade discursiva que não se mostra pelas marcas dêiticas da enunciação. Nesse sentido, as Competências Gerais da Educação Básica, propostas pela Base, são enunciadas por verbos no infinitivo, conforme as coerções de um gênero discursivo que se deve produzir de maneira impessoal. Logo, são interditas as referências dêiticas reveladoras dos enunciadores, os quais se camuflam sob um funcionamento discursivo marcado por traços de *opacidade*. De tal maneira, também

acontece o encobrimento dos objetos que esse discurso produz e faz circular, a exemplo do que se destaca nas seguintes competências (Brasil, 2018, p. 9, 10):

- I. Valorizar e utilizar *os conhecimentos historicamente construídos* [...] - Competência 1.
- II. [...] produzir sentidos que levem ao *entendimento mútuo*. - Competência 4.
- III. Valorizar a *diversidade de saberes* e vivências culturais [...] entender as relações próprias do *mundo do trabalho* e fazer *escolhas alinhadas* ao exercício da cidadania e ao seu *projeto de vida*, com *liberdade* [...] - Competência 6.
- IV. Exercitar a empatia [...] com acolhimento e *valorização da diversidade* de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem *preconceitos de qualquer natureza*. - Competência 9.
- V. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, *resiliência* [...] - Competência 10.

É possível observar que o gesto interpretativo das competências gerais da educação básica inicia com a apropriação do conceito de “língua de algodão”, retomado por Nogueira e Dias (2018, p. 33) com base em Huyghe (1991). Como “língua de algodão”, as autoras se referem à “língua que tem resposta para tudo porque ela não enuncia nada. É uma língua de poder, consensual por excelência.”. Assim, então, compreende-se a primeira das dez competências gerais enunciadas no documento: “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” A enunciação dessa competência geral se apoia em um “léxico do consenso” (Lecerle, 2004 *apud* Nogueira; Dias, 2018), que apaga as contradições e os confrontos a serem enfrentados na transformação do contexto desigual e opressor que caracteriza a contemporaneidade.

A enunciação se apresenta de modo muito geral e, ao apresentar-se assim, pretende ser incontestável. Quem se oporia a defender a valorização dos conhecimentos historicamente construídos? Entretanto, há sempre o que se contestar em uma cena de enunciação, em que enunciadores e objetos de discurso são constituídos pela opacidade que caracteriza o funcionamento da linguagem.

Na aparente generalidade estabelecida pelo emprego do artigo definido totalizante - “os conhecimentos”, apaga-se a diversidade de conhecimentos produzidos em contextos distintos e desiguais que não se somam na interpretação de como a realidade se apresenta a nós; pelo contrário, se confrontam na disputa por legitimidade e visibilidade nas esferas da atividade humana. O funcionamento que determina a enunciação da primeira competência baseia-se em uma suposta lógica da acumulação harmoniosa dos conhecimentos historicamente construídos e, com base nela, opera a prática da homogeneização das práticas discursivas e não discursivas, aplainando todas as diferenças e divergências em torno de um rótulo que nada diz e, justamente por não dizer nada, gera o consenso. Ao mesmo tempo em que interdita o enfrentamento.

Um sintagma nominal que pretende abarcar tudo reforça, em seu funcionamento discursivo, a exclusão daquilo que é recusado, excluído, deslegitimado, a partir da posição que os enunciadores assumem. A lógica da acumulação harmoniosa é a aparência que assume a lógica da exclusão de saberes e posicionamentos não legitimados em dada comunidade discursiva. No caso da BNCC, uma comunidade discursiva que não se mostra pelas marcas dêiticas da enunciação.

Essa interdição do enfrentamento das desigualdades, das forças dominantes, das práticas de exclusão e silenciamento se evidencia também nos verbos empregados para a construção das competências gerais da educação básica propostas pela BNCC: “utilizar” os

conhecimentos historicamente construídos; “entender” e “explicar” a realidade; “colaborar” para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Os conhecimentos devem ser “utilizados”, como instrumentos, técnicas. Oblitera-se o caráter formador do conhecimento para a construção de identidades, para o exercício da alteridade, para a transformação da “realidade”, que deve ser unicamente entendida e explicada. Oblitera-se, portanto, os processos para a superação das desigualdades, para o enfrentamento das opressivas relações de poder.

Portanto, afirma-se uma ordem social exploradora, excludente, desigual, regida por sujeitos que detêm o poder do capital no contexto neoliberal. Essa sociedade exploradora, excludente e desigual é descaracterizada por um funcionamento discursivo que a traduz como justa, democrática e inclusiva, ao postular como competência geral para a Educação Básica a capacidade de “colaborar” com a construção dessa sociedade que se postula existir, já que não há enfrentamentos a assumir, rupturas a estabelecer. Vende-se uma lógica da continuidade, da colaboração, portanto. Novamente do acúmulo de ações que harmoniosamente se somam.

Na terceira competência, por seu turno, os verbos “valorizar” e “fruir” foram empregados ao evidenciar a ideia de diverso em oposição ao comum, sendo estas ações privilegiadas nos conteúdos mínimos e nas aprendizagens essenciais, respectivamente, propostos na Base. Diante de tal enunciação, fica evidente que a abordagem por competências, como nas prescrições da BNCC, foi elaborada a partir de um funcionamento ideológico e se encontra atravessada por um jogo político de palavras. Logo, a posição sujeito assumida pelos seus enunciadores direciona para uma lógica neoliberal que apaga o caráter emancipatório do conhecimento ao determinar o que seria considerado aprendizagem essencial (conhecimentos historicamente construídos) e o que seria um conteúdo mínimo (manifestações artísticas e culturais), de modo que, no arranjo discursivo que constitui tais competências gerais, aquilo que é da ordem do diverso está à disposição do básico-comum.

Novamente, a língua de algodão é usada, conforme descreve Huyghe (1991), tanto para anestésiar (acolhimento e valorização da diversidade), como para “tapar o ouvido” (sem preconceito de qualquer natureza), como está prescrito na nona competência. Esse mecanismo discursivo atua, portanto, como uma maquiagem indispensável na disputa de sentidos no texto, que coloca em evidência certos enunciados enquanto cobre, ou seja, apaga consideravelmente outros, em prol de uma prática de ensino que nada mais é do que uma prática política fomentada na lógica neoliberal.

A noção de diversidade é recuperada ao ser introduzido o exercício da empatia como uma das aprendizagens essenciais, empatia como um gesto que, automaticamente, desliza o sentido para a ideia de um alguém “outro”, diferente, e não de um “mesmo”; novamente, o diverso em contraposição ao comum. Tal proposição é incômoda porque, ao falar de diversidade, fica evidente que o discurso foi pensado, a priori, para um grupo comum e, posteriormente, na tentativa de sustentar um léxico de consenso que apaga as contradições e faz parecer que não existe desigualdades, nega a realidade desses grupos “outros” e, automaticamente, os impossibilita de usar a linguagem como espaço de emancipação e resistência, como observou Nascimento (2019, p. 35).

Diante das escolhas lexicais destacadas nos excertos apresentados, nota-se um funcionamento discursivo marcado por traços de regularidade que se filiam a um discurso neoliberal e conservador, o qual legitima a instrumentalização do conhecimento e o apagamento do seu caráter emancipador. Essa configuração enunciativa, a qual gera o consenso e se isenta do enfrentamento das práticas de exclusão e silenciamento, também pode ser observada nas competências quatro, seis e dez, a partir das escolhas lexicais “entendimento mútuo”, “escolhas alinhadas” e “resiliência”, respectivamente. Emerge, então, uma enunciação que parte da mesma matriz histórica que constitui o discurso neoliberal, sendo este caracterizado por uma ordem social exploratória, excludente, desigual

e que instrumentaliza o conhecimento a fim de perpetuar as relações de poder que marginalizam indivíduos, cosmologias e saberes em prol do protagonismo de um único grupo, o qual detém o poder do capital e os seus conhecimentos produzidos como legítimos e universais.

Da mesma matriz de sentido de onde emergem os enunciados investigados até o momento, compreende-se a sequência discursiva “sem preconceitos de qualquer natureza”, referente a uma suposta valorização da diversidade, como prescrito na competência nove. Novamente, a língua de algodão é utilizada para gerar consenso. Entretanto, não há como valorizar diferentes sujeitos, grupos e os conhecimentos produzidos por estes sem admitir as desigualdades, os silenciamentos e as violências que os atravessam historicamente. Em outras palavras, não há como assumir um posicionamento efetivamente antirracista, por exemplo, sem denunciar nitidamente o racismo que silencia, marginaliza e assassina sujeitos negros todos os dias.

Logo, a escolha pela sequência discursiva “sem preconceitos de qualquer natureza”, logo após postular como competência geral para a Educação Básica a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, traduz-se como um traço enunciativo de *contradição*, uma vez que não dar nome às diferentes formas de discriminação e suas particularidades, aplainando todos os preconceitos em um só lugar, significa exatamente o contrário de acolher e valorizar. Essa cena enunciativa, portanto, é válido dizer, denuncia traços de regularidade de um posicionamento discursivo alinhado a uma formação discursiva que legitima o silenciamento de práticas racistas no âmbito escolar, uma vez que não traduz um enfrentamento efetivo ao racismo.

2.2 O RACISMO LINGUÍSTICO NA BASE: EDUCAÇÃO PARA QUEM?

Na seção intitulada “O pacto interfederativo e a implementação da BNCC” (Brasil, 2018, p. 15), afirma-se o compromisso com um currículo contemplado pela tríade igualdade, diversidade e equidade. Tal postura, entretanto, causa estranhamento ao ser confrontada com os traços identificados na materialidade dos enunciados que constituem as Competências Gerais da Educação Básica, conforme observado, as quais se apoiam num funcionamento discursivo marcado por opacidade e contradição no que se refere ao enfrentamento efetivo das desigualdades. Para ilustrar, consideram-se os seguintes excertos:

- I. [...] as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (Brasil, 2018, p. 15).
- II. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (Brasil, 2018, p. 15).

Com efeito, diante de tais enunciados, compreende-se um possível compromisso com uma educação básica pautada em igualdade, diversidade e equidade, no âmbito, inclusive, das leis 10.639/03 e 11.645/08, as quais tornam obrigatório, nas escolas públicas e privadas, o ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena. “Diversidade”, neste gesto interpretativo, desloca-se do sentido opaco outrora evidenciado na materialidade discursiva da nona competência geral, opacidade esta legitimada pela sequência “sem preconceitos de qualquer natureza”, uma vez que não reconhecer e não dar nome às distintas formas de opressões emerge enquanto mecanismo perpetuador destas.

Apesar disso, tal posicionamento de enfrentamento das desigualdades não se sustenta à medida que se confronta com este outro enunciado: “Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, *de acordo com suas especificidades*, tratá-las *de forma contextualizada*”. (Brasil, 2018, p. 20).

Tais sequências discursivas “de acordo com as suas especificidades” e “de forma contextualizada”, por exemplo, denunciam a presença de uma *transversalidade* no que se refere à abordagem do que prescreve as leis como obrigatório. Em linhas gerais, portanto, o enfrentamento anteriormente evidenciado dá lugar a uma postura hesitante diante do combate ao preconceito racial, posicionamento este potencializado por uma memória histórica que naturaliza, entre outras práticas discriminatórias, práticas discursivas racistas.

Diante dessa cena enunciativa, faz-se conveniente evocar o conceito de racismo linguístico (Nascimento, 2019) e refletir em que medida a BNCC se coloca a serviço da perpetuação deste fenômeno em sua dimensão mais agravante: a institucional - que se consolida mediante políticas diretas ou indiretas do Estado. Em linhas gerais, o racismo linguístico atua como um jogo discursivo, isto é, está marcado por formações ideológicas, e se apoia numa memória discursiva racista, por meio da qual não para de produzir racialização com a finalidade de criar sub-representações de grupos não-brancos, de modo a forjar subjetividades e impor, assim, um espaço de não-ser para esses grupos historicamente marginalizados enquanto sujeitos de seu discurso.

Nascimento destaca três faces do racismo linguístico: a) aquele que se mostra **na** superfície da língua, a exemplo de expressões como denegrir e inveja branca; b) **pela** língua, como as metáforas que narram relações racistas que foram construídas historicamente, a exemplo do nome macaco usado para se referir a pessoas pretas; e c) **através** da língua, que é fomentado nas chamadas políticas linguísticas, que são, na maioria das vezes, políticas diretas ou indiretas do Estado, portanto, espaços legítimos, que se colocam a serviço dos interesses linguísticos de uma branquitude elitista em prol da subalternização epistêmica de sujeitos negros e indígenas e de seus falares. Essa dimensão institucional, portanto, é a que se mostra mais pertinente na tecitura da análise político-discursiva aqui sendo apresentada.

Para ilustrar de que forma o racismo linguístico penetra nas políticas linguísticas, Nascimento (2019) apresenta os reflexos de algumas delas pensadas para as populações afro-brasileiras e indígenas. Com base nos resultados observados, foi possível concluir que: i) o analfabetismo é duas vezes maior entre os negros; ii) enquanto 70% dos jovens brancos estão no Ensino Médio, somente 55% dos jovens negros compartilham desta realidade; iii) o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras se dá de modo tardio para estudantes da rede pública de ensino.

Diante desse cenário, entende-se a urgência em confrontar-se com a transversalidade reservada ao tratamento de uma educação para as questões étnico-raciais na Base, visto que, embora a enunciação do documento se constitua apoiada em uma lógica de consenso, traduzida em enunciados como “aprendizagens essenciais que *todos* os alunos devem desenvolver”, os reflexos compartilhados por Nascimento evidenciam um abismo entre corpos privilegiados e grupos historicamente marginalizados, de modo que estes jamais serão plenamente contemplados em suas totalidades se não forem devidamente reconhecidos, assim como o seu processo de desumanização, nomeado e denunciado.

Tal discussão, a qual lança luz sobre a questão da destruição da autoestima do sujeito negro em decorrência dos processos de desumanização aos quais é submetido durante sua vida, permite a reflexão sobre a ausência da Literatura, enquanto componente curricular básico e não como parte diversificada do currículo escolar, nos dois ciclos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, visto o caráter formador e emancipador de tal disciplina. Diante dessa configuração, torna-se praticamente impossível estudar autoras e autores que narram o mundo a partir de outras cosmologias e possibilitam, por intermédio de tais

narrativas, a valorização das diversas identidades negras e indígenas, bem como de suas contribuições históricas, linguísticas, culturais, científicas e epistemológicas.

Compreende-se, então, os possíveis desdobramentos do modo como a educação para as relações étnico-raciais é apreendida na sala de aula, não de forma progressiva no decorrer de todo o ano letivo e contemplada no currículo escolar em sua totalidade, mas, conforme a Base, de forma contextualizada e de acordo com as especificidades dos sistemas de ensino e escolas. O gesto interpretativo de uma enunciação como essa faz emergir, entre várias coisas, um posicionamento de hesitação em relação a um currículo antirracista e emancipatório, que valoriza as identidades negras e coloca no centro das discussões as literaturas, as políticas e os saberes como um todo produzidos por sujeitos negros nos diferentes espaços da atividade humana, o que culminará, mediante o observado a partir dos dados coletados para tal pesquisa, numa prática docente alinhada a uma formação discursiva que apazigua os efeitos do racismo e de outros mecanismos de opressões, traduzida na materialidade de enunciados sustentados pelas relações interdiscursivas aqui apresentadas.

3. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Uma vez que a Base define de que forma as leis 10.639/03 e 11.645/08 devem ser colocadas em prática nas escolas – de maneira contextualizada e de acordo com as especificidades das instituições de ensino –, faz-se interessante analisar como o projeto político-pedagógico (PPP) se relaciona com a temática das relações étnico-raciais.

Nesse contexto, admite-se a relevância do PPP, enquanto uma prática discursiva em constante transformação, uma vez que, conforme identificou Veiga (2013, p. 9), ele é “entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo”. Isso implica dizer, portanto, que se trata de um documento produzido coletivamente, cuja elaboração se dá por intermédio do trabalho em conjunto realizado pela equipe administrativo-pedagógica e pelos docentes. Esse esforço coletivo dos atores envolvidos na construção do documento culminará nas finalidades e concepções de educação que a escola almeja com maior ênfase.

Em outras palavras, o PPP “é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.” (Veiga, 2013, p. 11). Logo, a partir da investigação da enunciação encontrada na materialidade do seu texto, é possível identificar em que medida os seus enunciadores estão alinhados a uma formação discursiva racista ou se eles se confrontam com tal ordem.

Quanto às etapas contempladas no PPP, estão as finalidades da escola (cultural, humanística, política, social e de formação profissional), a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, as relações de trabalho e a avaliação. Sua construção parte, ainda, dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática, valorização do trabalho docente e formação continuada. Trata-se, portanto, também, de um instrumento de luta (Veiga, 2013) no contexto da educação brasileira.

Dessa forma, para a construção do corpus do estudo, foram selecionadas duas escolas² públicas de Belém, uma da esfera estadual e a outra, federal, após período de estágio de observação das aulas de Língua Portuguesa e Literatura nas respectivas instituições. A etapa seguinte, a qual se tornou possível após a assinatura de documento de ordem institucional que assegura o compromisso ético dos sujeitos engajados na pesquisa, se deu com base na análise dos respectivos PPPs que norteiam o trabalho pedagógico e a prática docente desempenhados nas instituições de ensino, a partir da investigação das configurações

² Optou-se pela não identificação das instituições de ensino selecionadas. O PPP 1, porém, está disponível para acesso em site público.

discursivas identificadas na materialidade dos enunciados que, de alguma forma, interagem com a temática das relações étnico-raciais, a fim de compreender o alcance das leis 10.639/03 e 11.645/08 no contexto escolar e no fazer docente.

No PPP 1, o objetivo da instituição se apresenta de modo a:

[...] consubstanciar uma forma de organização do trabalho pedagógico *que envolva a comunidade na qual ela se circunscreve*, a fim de oportunizar experiências educativas inovadoras, que permitam o aprofundamento das potencialidades cognitivas, científicas, culturais, corporais, afetivas, emocionais, políticas e estéticas [...] contribuindo, assim, para a formação de educandos com sólidos conhecimentos científicos, sociais e políticos, por meio de uma *perspectiva crítica e humanizada*.

Em primeira análise, a oração restritiva “que envolva a comunidade na qual ela se circunscreve”, em relação à organização do trabalho pedagógico pretendida pela escola, constitui-se enquanto enunciado cujos traços de regularidade se alinham a uma formação discursiva que reconhece e legitima o PPP como um instrumento de luta cuja elaboração se dá de forma coletiva. Dessa mesma matriz de sentido emergem os enunciados que traduzem na sua materialidade a necessidade de um conhecimento emancipador, como em “por meio de uma perspectiva crítica e humanizada” dos conhecimentos, desaguando, assim, na formação de sujeitos responsivos que poderão confrontar-se com distintas práticas discursivas, e não apenas alinhar-se a elas.

Em outro momento do PPP 1, é possível observar um posicionamento de enfrentamento ao racismo amparado pela lei 11.645/08:

A Educação para as Relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, em conformidade com a legislação vigente, será desenvolvida nos componentes curriculares de História, *Língua Portuguesa* e Arte *durante todo o período letivo*, bem como por meio de projetos trabalhados na XXX³.

De imediato, o enunciado “durante todo o período letivo” se confronta com as prescrições encontradas na Base (Brasil, 2018) quanto à abordagem da temática das relações étnico-raciais pelos sistemas de ensino, que deve se dar “de acordo com as especificidades de cada escola”. São enunciados, portanto, que partem de matrizes de sentido opostas, isto é, emergem de formações discursivas que se confrontam numa dada conjuntura sócio-histórica.

Em segunda análise, ao afirmar que o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena deve se dar no decorrer de todo o período letivo, um dos efeitos de sentido percebidos é o de rompimento com a folclorização discriminatória por meio da qual as temáticas das relações étnico-raciais costumam ser abordadas nas escolas, em especial no mês de abril, em alusão ao Dia dos Povos Indígenas, e no mês de novembro, em alusão ao Dia da Consciência Negra. O gesto interpretativo observado em tal enunciação se confronta, portanto, com uma formação discursiva neoliberal que apazigua os efeitos desumanizantes dos preconceitos e instrumentaliza o conhecimento em prol do apagamento do seu caráter emancipador.

Compreende-se, ainda, a ênfase no componente curricular de Língua Portuguesa diante do comprometimento da instituição de ensino com uma educação para as relações étnico-raciais, o que dialoga, em parte, com a orientação apresentada na Base, a qual evidencia o papel fundamental da Literatura nas possíveis abordagens da temática, em articulação com as práticas de ensino-aprendizagem desenvolvidas pelos docentes - aqui, o prescrito e o real podem emergir em um confronto de práticas que se legitimam no contexto real de sala de

³ As escolas selecionadas não terão os seus nomes revelados. Eventualmente, as instituições serão referenciadas por nomes fictícios, os quais não comprometerão a legitimidade da pesquisa.

aula, uma vez que professoras e professores são sujeitos concretos, atravessados por uma memória discursiva racista produzida pelo último país a abolir – pelo menos, institucionalmente – a prática da escravidão e que ainda é gerador de diversas marcas da colonialidade, em âmbitos distintos da sociedade. São sujeitos, portanto, que podem assumir, mesmo que de forma inconsciente, uma posição enunciativa que se alinha ou não a essa ordem racista.

O PPP 2, por sua vez, traz no início da seção intitulada “apresentação”, a questão do respeito à diversidade, o que coloca tal temática como uma das concepções fundamentais a serem desenvolvidas pelos agentes sociais atuantes na escola:

[...] também trabalha *o respeito às diferenças*, no que tange à diversidade de gênero, de etnia, de crença e de classe social, com vistas a promover, dessa maneira, *uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito, em harmonia com o histórico de formação cultural do nosso país*.

Apesar da aparente preocupação com o “respeito às diferenças” e a busca por “uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito”, a sequência discursiva “em harmonia com o histórico de formação cultural do nosso país” parte de uma matriz de sentido que não admite práticas discursivas que sejam insurgentes às ordens vigentes, no caso, à forma como se deu a formação cultural do Brasil.

Nesse sentido, admite-se que deve haver, então, um olhar harmonioso para o epistemicídio (Carneiro, 2011 *apud* Nascimento, 2019) sofrido pelas populações afro-brasileiras e indígenas, isto é, a marginalização dos saberes produzidos por tais grupos, além do linguicídio (Rajagopalan, 2010 *apud* Nascimento, 2019), ou seja, o epistemicídio que se dá por meio da linguagem, ao qual esses sujeitos foram submetidos historicamente. Logo, a enunciação observada na materialidade do enunciado sendo analisado se confronta com o sentido pretendido ao declarar o respeito às diferenças.

O objetivo do PPP 2, por seu turno, implica em:

Proporcionar aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o aprimoramento acadêmico e que possibilitem a *continuidade emancipadora e evolutiva dos estudos*, contribuindo para a *formação de uma ética cidadã*.

No excerto em questão, em um primeiro momento, se evoca a instrumentalização do conhecimento, ao almejá-lo por intermédio do desenvolvimento de habilidades e competências, o que se projeta em conformidade com as orientações da BNCC (2018) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Por outro lado, uma das finalidades pretendidas pela escola é a “continuidade emancipadora e evolutiva dos estudos”; isto é, a construção de um conhecimento que seja emancipador e que direcione o estudante à formação de uma ética cidadã – esta, cabe aqui refletir, cujos moldes são estabelecidos por sujeitos concretos que estão alinhados a uma noção bem definida de cidadania.

Em seguida, compreende-se a missão almejada pelos enunciadores do PPP 2:

[...] a promoção da noção completa de cidadania em seus princípios mais elementares de respeito aos direitos humanos e à diversidade humana, com *projetos* que visem ao respeito pela diversidade de gênero; a livre expressão de crenças; a *valorização das culturas negra e dos povos originários, bases da formação cultural brasileira*; a educação inclusiva e a promoção de uma *cultura de paz* livre da violência e da intolerância.

Esse excerto prevê que deverão ser desenvolvidas atividades que visem, entre outras coisas, a “valorização das culturas negra e dos povos originários”, reconhecidas como a base

da formação cultural brasileira, posicionamento inscrito numa formação discursiva que permite a produção de enunciados que contemplem em sua materialidade outras cosmologias que não a eurocêntrica. Todavia, não é discutida a forma pela qual essas atividades serão colocadas em prática – se será no decorrer de todo o ano letivo, contempladas apenas em alguns componentes curriculares específicos etc.

Em suma, os projetos político-pedagógicos analisados aqui apresentam um compromisso com a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, em conformidade com as leis 10.639/03 e 11.645/08, o que já é um grande passo rumo a uma educação decolonial e antirracista.

Entretanto, ainda que tais documentos estejam alicerçados às orientações da BNCC e da LDB, a autonomia dos enunciadores envolvidos na elaboração dos PPPs também influencia nos objetivos, finalidades e concepções de educação a serem almejados no processo de ensino-aprendizagem em construção na escola. Dessa forma, as coerções da cenografia (Maingueneau, 2008b) observada nos dois projetos político-pedagógicos não são suficientes para especificar as práticas discursivas nas quais os sujeitos se encontram engajados. Nesse caso, faz-se relevante investigar a cenografia encontrada na transcrição das entrevistas realizadas com docentes, as quais têm as suas atividades laborais no cotidiano escolar influenciadas pelas formações discursivas que as atravessam enquanto sujeitos inscritos numa dada conjuntura sócio-histórica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar as relações interdiscursivas que constituem os enunciados da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), em que formações discursivas concorrentes se confrontam por legitimidade, observou-se que as contribuições linguísticas, históricas, sociais e culturais de grupos não-brancos são preconizadas somente à margem das chamadas “aprendizagens essenciais”, de modo que cabe à escola, de acordo com as suas especificidades e contexto regional, incluir a temática em seu projeto político-pedagógico – tal configuração, inclusive, dá margem para o apagamento de atividades e projetos voltados para as questões das relações étnico-raciais.

Compreende-se, portanto, que essa forma de organização curricular, a qual privilegia determinados conhecimentos, em prol do silenciamento de outros – o que é evidenciado de forma consensual, por meio das configurações discursivas da “língua de algodão” –, potencializa as desigualdades e solidifica as bases sobre as quais as opressões se consolidam, promovendo, ainda, um terreno fértil para o racismo linguístico em suas três dimensões, especialmente a institucional.

Ademais, o tratamento superficial que é atribuído à abordagem das leis 10.639/03 e 11.645/08, na BNCC, é outro aspecto que carece de mudanças efetivas e que se coloca como um entrave no caminho para uma educação antirracista e decolonial. A transversalidade inscrita nas prescrições de tais leis influencia diretamente no compromisso que professoras e professores atribuem às temáticas que orbitam as relações étnico-raciais no momento em que estão planejando as suas aulas e selecionando os textos que serão explorados com os alunos.

Com base nessas evidências, faz-se relevante refletir sobre os componentes curriculares que integram os cursos de licenciatura, principalmente as Literaturas, e as ausências promovidas por eles no sentido de explorar o fazer poético e as outras formas de narrar o mundo além da perspectiva apresentada por sujeitos brancos inscritos no cânone literário brasileiro.

Entende-se que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) é situada como uma das políticas públicas norteadoras do trabalho docente, bem como, numa escala menor, o projeto político-pedagógico, o qual rege cada instituição de ensino da educação básica. Com vista nisso, em etapa posterior dessa pesquisa, busca-se investigar em que medida tais prescrições, com suas competências e objetivos propostos, são contempladas no dia a dia escolar, especialmente no que se refere à educação das relações étnico-raciais, a fim de compreender as práticas discursivas racistas e antirracistas que se reiteram no interior das escolas, dentro e fora das salas de aula, nas interações entre os professores e no convívio entre os alunos.

Ainda que seja pensada e lapidada em um terreno histórico e socialmente infértil, uma educação antirracista, decolonial e emancipatória constitui-se como etapa fundamental no processo de reparação histórica, epistemológica e política do último país da América Latina a abolir a escravidão. Entre os objetivos de uma proposta de ensino antirracista, está o empoderamento de sujeitos negros e indígenas, por meio de uma sala de aula plural, na qual as diferentes corporeidades, cosmologias, saberes e letramentos de resistência sejam devidamente valorizados e legitimados. Com base nas lacunas institucionais, epistemológicas e culturais aqui discutidas, entende-se que a mudança em prol do objetivo colocado deve partir da desestruturação nas relações de poder e dos grupos dominantes que perpetuam desigualdades, preconceitos e opressões nas mais diversas esferas da sociedade.

5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 de abr. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 27 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGOUEL, R. (org) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOGUEIRA, Luciana; DIAS, Juciele Pereira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências. *In: Revista Investigações* Vol. 31, nº 2, dezembro/2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Papirus, 2013.

OS MEMES E SUAS PRODUÇÕES IMAGINÁRIAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA-MIDIOLÓGICA SOBRE O TRABALHO DOCENTE

Marina Delege (UFSCar)¹

1. UMA BREVE INTRODUÇÃO À PERSPECTIVA DISCURSIVO-MIDIOLÓGICA

Este artigo busca analisar as produções de sentido sobre o trabalho docente, partindo de uma perspectiva discursivo-midiológica. Mais especificamente, assume o princípio sobre um estudo que busca amalgamar **aspectos discursivos**, os quais aceitam que as relações entre sujeitos são mediadas fundamentalmente por objetos técnicos numa dada condição de produção. Neste sentido, devemos entendê-los

[...] na esteira da semiologia dos objetos e, portanto, que todos os dispositivos comunicacionais podem ser referidos como objetos técnicos. Um objeto técnico, portanto, é a formalização material do mídiun, a inscrição material dos textos, e sua lógica aponta para as formas de circulação que suscita, viabiliza ou mesmo requer, portanto, as formas de transmissão dos discursos (Chierregatti, 2018, p. 55).

Juntamente com **aspectos midiológicos** em que se considera a materialidade – mídiuns, ou seja, objetos técnicos que possuem formação dupla no processo da mediação, entre matéria organizada (MO) e organização materializada (OM). A título de exemplo, uma revista, uma publicidade, um livro, uma postagem, ou um meme, como apresentaremos adiante são considerados MO, sustentadas por uma organização ou instituição(ões) que no próprio objeto se materializa(m), isso posto em articulação - OM, mantém uma instituição ou institucionalizações – ideias, crenças e valores em circulação e funcionamento.

Por essa perspectiva, buscaremos considerar postagens realizadas em redes sociais e, portanto, os memes como objetos técnicos, o que em teoria trataremos como *mídiuns*, trata-se do “... objeto central da midiologia, que estuda as mediações (e não as mídias, como algumas traduções brasileiras podem fazer crer)”, explica Salgado (2020).

Mídiuns são vetores de sensibilidade que articulam-se às matrizes de sociabilidade, nas palavras de Debray (2000), a fim de dar sustentação, neste caso, a um discurso sobre o trabalho docente – em diferentes contextos e através de cenografias (Maingueneau, 2005) variadas, mas que, por extensão, não só apontam para o ofício exercido, assim como para o lugar social que é ocupado pelos docentes, o que identificaremos como certas práticas e valores correspondentes, aos seus respectivos mundos éticos (Maingueneau, 2008), e principalmente para aspectos que vão alcançar a Educação.

Sob essa perspectiva, entendemos que o presente trabalho se expandirá em uma tese de doutorado², em que serão apresentados aspectos técnicos mais detalhados dessa perspectiva e sobre as análises, além de abordagens mais profundas sobre os questionamentos aqui levantados. Isso é especialmente relevante, pois busca alcançar

¹ Doutoranda e mestra em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Bacharelada em Linguística (UFSCar); Licenciada em Letras e Pedagogia; Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional; marinadelege@gmail.com.

² Este trabalho de doutoramento está sendo orientado pela Prof. Dr^a Luciana Salazar Salgado, além de contar com apoio CAPES (Processo 88887.842642/2023-00) pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSCar.

esclarecimentos não só sobre o a valorização docente questionada há tempos, mas também sobre o discurso constituinte (Maingueneau, 2000) que mantém a *força discursiva da desvalorização* presente no campo educacional, pela desvalorização do trabalho docente no Brasil, mas que frequentemente adquire características voláteis na modernidade, apresentando-se de forma intermitente.

1.1 OBJETOS TÉCNICOS: MÍDIUNS EM MEDIAÇÃO

Seguindo a perspectiva apresentada, propomos analisar objetos técnicos que foram postados, principalmente, em redes sociais como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, veiculando conteúdos relacionados ao imaginário socialmente construído sobre o trabalho docente. Para isso, selecionamos apenas uma mostra do que tem se reiterado em nosso *corpus* maior de pesquisa, posto que tratam de peças mais emblemáticas para a descrição e análise do nosso trabalho, o qual está implicado em um estudo de natureza teórica e qualitativa. Ademais, salientamos que, por se tratar de uma materialidade com características “genéticas” transitórias, visto que foram postados em formato de memes, mas acabaram transitando em diferentes contas e postagens, não haverá a necessidade de defini-las de outro modo que não seja pela perspectiva discursivo-midiológica que as tratará como *mídiuns*. Formalizado em Deleuze (2019) com os seguintes delineamentos:

O mídiun é, então, um imbricamento do que se tem referido nos estudos discursivos por circulação com o que se costuma referir, mais amplamente, nos estudos da linguagem por suporte. Importante dizer que é sem estabelecer uma relação biunívoca de noções que o mídiun se define na articulação de um vetor de sensibilidade a uma matriz de sociabilidade (DEBRAY, 2000): essas matrizes (institucionalidades fiadoras de discursos) são organização materializada (OM), ou seja, o modo como a sociedade disciplina práticas e cultiva valores produzindo sistemas de objetos técnicos; esses vetores (dispositivos inscricionais que afetam os sentidos de um texto e eventualmente até mesmo do que é um texto) são matéria organizada (MO), os próprios objetos técnicos que resultam de lógicas de uso e impõem lógicas de uso, nem sempre coincidentes, e que convivem também com resistências ou apropriações não previstas. A metodologia consiste, então, em conjugar OM/MO. (p.42)

Sendo assim, é importante destacar ainda que os objetos técnicos aqui analisados foram coletados durante e após a pandemia, a partir de março de 2020, além de terem se mantido em circulação via mecanismo de busca na plataforma *Google* até o tempo presente, em resumo, de 2020 a 2024.

Com o intuito de perseguir os rastros institucionais que a materialidade linguística nos proporciona, buscamos analisar os vestígios organizacionais proporcionados pela materialidade linguística, à medida que as produções de sentido geradas discursivamente nesses objetos se difundem, permitindo-nos identificar o modo como essas unidades de informação cultural, conforme foi desenvolvido inicialmente por Richard Dawkins em seu livro *O Gene Egoísta* (1976), carregam consigo informações sobre a sociedade, ou ainda, sobre o modo como a sociedade compreende acontecimentos e compartilha ideias.

Além disso, validamos tal funcionamento mediante os aspectos midiológicos por onde as relações de sentido tecem os imaginários (Charaudeau, 2017) construídos sobre o trabalho docente nesses objetos, visto que

As matrizes de sociabilidade, instituições fiadoras de discursos, são organização materializada (OM), ou seja, configuram o modo como a sociedade disciplina

práticas e cultiva valores, produzindo sistemas de objetos técnicos. Os vetores de sensibilidade, dispositivos inscricionais que afetam os sentidos de um texto, são matéria organizada (MO), são os próprios objetos técnicos, que resultam de lógicas de uso e impõem lógicas de uso, e que convivem com resistências ou apropriações não previstas. (Salgado, 2020, p.8)

A abordagem discursivo-midiológica, portanto, desenvolve a combinação de OM³/MO⁴ ao analisar e explicar os enunciados constituídos pelos mídiuns, conforme atesta Salgado (2020), “a metodologia discursivo-midiológica consiste, então, em conjugar OM/MO ao descrever e interpretar os enunciados” e buscaremos apresentar posteriormente nesse artigo.

2. AS PRODUÇÕES DE SENTIDO VIA MATÉRIA ORGANIZADA: A INFLUÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO MATERIALIZADA

Para tratar das produções de sentido acerca do trabalho docente, tomamos como ponto de partida um material coletado no WhatsApp, mas que originalmente foi postado pela conta @monalisadepressiva no Facebook, a qual possui mais de 100 mil seguidores, e repostado em 31 de outubro de 2020 pela conta de Diogo Almeida que possui mais de 1,5 milhões de seguidores. Além dos inúmeros outros compartilhamentos que possivelmente foram realizados pelos demais seguidores é preciso, de antemão, considerar que há aspectos da circulação, sobretudo no âmbito do digital, que permitem a distribuição por e para inúmeras contas/ pessoas, as quais obtiveram acesso e de algum modo reagiram ou não ao material, o que de certa forma nos permitem pensar e considerar que há forte influência dessa matéria organizada, por exemplo, no que tece o *imaginário*. Conforme Charaudeau (2017) considera-se,

uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação.

Neste sentido, entendemos que os objetos técnicos, ou seja, a matéria organizada evidencia um imaginário que se construiu e constrói coletivamente, capaz de produzir evidências no plano social e vestígios no plano material que vão corroborar crenças e valores determinadas publicamente, sobretudo deixando lastro na memória, a qual é responsável por fazer com que nossas palavras produzam sentidos, na medida em que tudo o que referenciamos em nossos dizeres são tomados pelo já-dito, o qual possibilitam todo o dizer conforme cientificiza Orlandi (1999).

Para compreendermos isso, selecionamos alguns objetos de nosso *corpus* para evidenciar o modo como o trabalho docente vem sendo pensado a partir da imagem do

³ “instituição”, “operadores humanos de uma transmissão (ou, mais exatamente, que lhes são impostas pela natureza material dos signos e dos dispositivos utilizáveis em função do estágio de desenvolvimento semiótico.” Conforme Debray (2000, p. 26) teoriza.

⁴ “materializar é traçar signos e também abrir vias por onde eles possam passar”, ou ainda, “Instrumentação” conforme é desenvolvido por Régis Debray (2000, p. 27) em sua obra “Transmitir – O segredo e a força das idéias”, a qual será uma referência basilar para este trabalho.

professor(a) desde a pandemia até os tempos atuais em distintas cenografias, as quais considera-se por Maingueneau (2005) que são “construída(s) pelo próprio texto”, ademais

[...] é na cenografia que se dão os processos de legitimação do que é dito: “ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém” (Maingueneau, 1998, p. 87).

O primeiro meme selecionado realizou uma produção intertextual da obra de Leonardo da Vinci, produzida no século XVI, Mona Lisa, originalmente intitulada La Gioconda (1503). Com base na obra de Da Vinci, o meme procura associá-la com a rotina mensal das professoras, de modo que a intertextualidade textual da obra dialoga com a rotina do profissional durante o período da pandemia. Entretanto, produz-se um paradoxo da perfeição do quadro da Mona Lisa com a consequente imperfeição da rotina do docente ocasionada pelo contexto social de isolamento em 2020-21.

Figura 1. Meme da Monalisa sobre o Trabalho Docente durante a pandemia coletado do WhatsApp em outubro de 2020. Fonte: @monalisadepressiva.



Apesar de terem sido postadas separadamente pela conta @monalisadepressiva, posteriormente elas foram agrupadas para circularem em conjunto, dando unidade ao todo, o que passou a promover um diálogo textual que foi sendo construído a partir dos recortes mensais produzidos pela descrição verbal mês a mês, de fevereiro a dezembro do trabalho docente.

Dessa forma, o meme buscou evidenciar os períodos a partir de fevereiro, uma vez que é neste momento que se deu o início da aulas presenciais, no qual acentua-se o bem-estar da professora através do cabelo, com mechas, batom e maquiagem inseridos na obra de Mona Lisa, atenuando os cuidados com a saúde e a autoestima da docente, além dos itens acrescentados, pode-se perceber que a primeira imagem da Mona Lisa é a mais amarelada – cor que transmite a ideia de credibilidade, otimismo, segurança, segundo estudos semióticos (Pereira, 2023).

A partir da segunda imagem, já no mês de março, quando ocorre o início da pandemia no Brasil, por volta da terceira semana do mês, os professores de um modo geral são surpreendidos com o período de isolamento social. As escolas iniciam um processo de reestruturação do trabalho no formato *home office* e são decretadas normas e políticas públicas

para contenção da disseminação do vírus por meio do isolamento social. Nesse contexto, é sancionada a Lei nº 14.019/2020 que torna obrigatório o uso de máscaras de proteção individual em espaços públicos e privados durante a pandemia do novo corona vírus. O uso da máscara é inserido na composição do meme naquele período, a fim de ilustrar a rotina de um professor. O quadro então é apresentado com um tom mais acinzentado da imagem, produzindo uma sensação de ausência de emoções, ou ainda, sentimentos negativos.

Em abril, a terceira imagem da esquerda para a direita é marcada como o “início do ensino remoto”, momento em que todo conteúdo é produzido e disponibilizado *on line*, acompanhado das aulas virtuais ministradas de modo síncrono ou assíncrono pelo professor. Posto isso, faz-se presente a portabilidade de outro objeto, os *smart phones*, meio pelo qual o ensino passou a ser realizado. É perceptível nesse momento, o uso de objetos pessoais como ferramentas principais do trabalho público ou particular, de modo a transpor barreiras particulares com profissionais. Esse objeto, que carrega certas particularidades do sujeito, é posto no meme como fundamental para a compreensão dos sentidos atribuídos ao contexto da época, afinal as aulas se deram, sobretudo, virtualmente.

De maio a novembro, ainda no período de isolamento, Mona Lisa ganha peso e em dezembro, apresenta-se com o cabelo bagunçado, em oposição à perfeição de Mona Lisa. Assim, já no “final das aulas”, a professora apresenta-se com aspecto de cansaço, descabelada, exaurida e apática, características potencializadas pelo uso de cores mais escuras em preto, cinza e marrom, as quais demonstram de ausência de sentimentos, de vibração, tristeza, descontrole emocional.

É possível, portanto, destacar por meio da matéria organizada nesse mídiun que se produziu o imaginário construído acerca da identidade do professor que nele está posta como “professora”, o que abre possibilidades também para preconceitos de gênero carregados nesse objeto, o qual configura-se em dialogia com a figura de Mona Lisa, apresentando-se de modo oposto a sua perfeição e sedução, fazendo referência à “professora” no período de isolamento social que se mostra em uma rotina exaustiva e desanimadora.

Desde então, esse tipo de materialidade é compartilhada e exposta à circulação como uma demonstração do trabalho docente representado cenograficamente por professores(as) exercendo uma série de tarefas, como profissionais plurivalentes, os quais são responsáveis por executar várias funções, tanto profissionais quanto familiares, como podemos identificar pelas demonstrações verbais e não verbais apontadas nos objetos abaixo:

Figura 2. Intertextualidade da publicidade do "Agro" com o Trabalho Docente (Colagem própria).



Assim como na Figura 1, há no meme (à direita) da Figura 2 uma relação de sentidos que se produz intertextualmente com a publicidade do Agronegócio. Posto isso, realizamos essa colagem com vistas a demonstrar o modo como as associações ocorrem, uma vez que esses objetos circularam e circulam não associados, mas que do mesmo modo acabam por construir uma relação.

Associado ao Agro, “Prof é *tech*, Prof é *pop*, Prof é tudo” faz-se uma relação interdiscursiva colocando as demandas de um profissional para além de sua atividade estrita, definindo o profissional e por consequência seu trabalho com demandas associadas à *tech*(nologia), pela terminologia da palavra; ser “*pop*” – além de popular, pode caracterizar-se por um profissional que demanda atrativos, acessível, facilidade de entendimento e principalmente, na cultura contemporânea, o termo “*pop*” muitas vezes se refere a algo que é facilmente consumível e amplamente apreciado pela maioria das pessoas e, por fim, é “tudo” – aqui refere-se à onipotência e mais adiante à onipresença - por ocupar espaços outros, fora do local de trabalho – “*escola, whats, face, You tube*” confundindo assim, o âmbito particular com o profissional.

Além disso, faz-se uma associação entre “Professor/Educação”, de maneira a igualá-las, pelo uso da barra como se fossem sinônimas – imputando à profissão “professor” todas as demandas de uma atividade social referindo-se muito mais do que realizar a atividade de ensino, mas sim, à “Educação” como um todo.

De outro modo, como podemos ver na figura abaixo, a produção cenográfica é alterada para um contexto domiciliar, produzida para que se desenhe uma cozinha, na qual o sujeito configura uma mulher, que também é mãe. Diante disso, usa-se a mesma produção linguística do objeto anterior associada ao Agro – “Professora é Agro; Professora é Tec; Professora é Top; Professora é TUDO!”, porém neste caso, marca-se a alteração para o feminino em “Professora”. Ademais, há especificações na figura 3 se comparada a figura 2: “TUDO” é apresentado em caixa alta, dando destaque e fazendo associação a todas as tarefas que estão sendo apresentadas à ela; acresce-se a rede social “Insta(gram)”; assim como, a palavra “indústria” se insere em “Professora é a indústria e a riqueza do Brasil”.

Figura 3: Intertextualidade da publicidade do "Agro" com o Professor II. Fonte: Google Imagens.



Nessa esteira, trata-se de este outro vetor de sensibilidade que se põe como matéria organizada (MO), produz um imaginário do *modus operandi* delineados pelo trabalho do docente, que neste caso é marcado pelo gênero gramatical feminino como uma profissional que realiza e é “TUDO”. Assim como explicado anteriormente, há generalizações sobre a onipresença e onipotência desse tipo de profissional sobre os quais não se delimitam ou definem, incutindo toda e qualquer possibilidade de transgressão de tarefas, permitindo, por exemplo que sejam realizados desvios de função diante da quantidade de tarefas e das demandas associadas.

Além de marcarem novamente as referências “Agro, Tec, Top” e “a indústria e a riqueza do Brasil” conforme apresentou-se anteriormente, também está em vários lugares – “Insta, Face, Whatsapp, You tube...” – o que busca associar às técnicas de produção e circulação do mundo moderno e tecnológico, referindo-se brevemente às novas demandas que a pandemia instaurou sobre o ofício do docente. Desse modo, os rastros da matéria organizada (MO) corroboram o imaginário sobre a identidade dos professores nas redes sociais, que nesse caso foram marcadamente apresentadas pelo gênero feminino – “professora”.

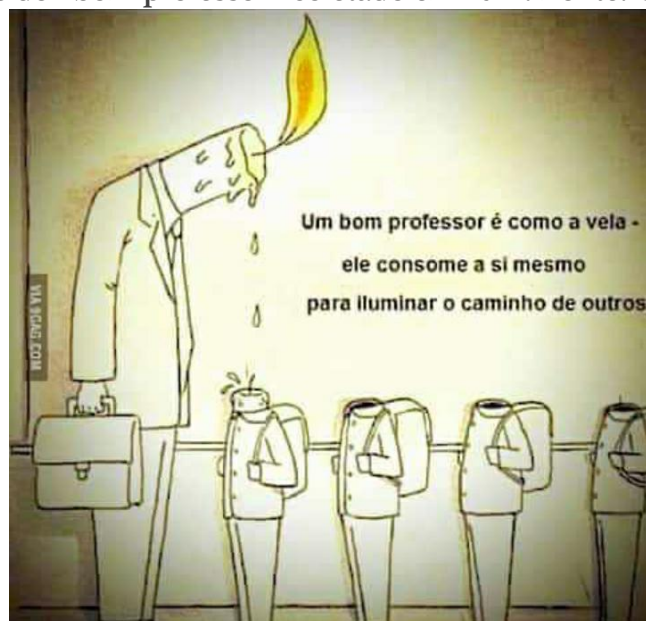
A construção cenográfica produzida, complementa a ideia de que “a professora” configura um sujeito responsável por “TUDO!” - pela limpeza (vassoura), cuidar do filho (criança), das avaliações, relatórios, diários (papel); da casa (cenografia doméstica), ligações (telefone), *e-mails* (envelope), material didático, livros, estudos, trabalhos (arquivos coloridos), preparar as refeições (eletrodomésticos), além de dar aula síncrona ou assíncrona (notebook), tudo é apontado e direcionado à “professora”, por diferentes mãos, ou seja, por delegações diferentes que representam âmbitos distintos da vida – com valores e julgamentos diversos, mas que dentro de cada um deles há um mundo ético⁵ a seguir, sobretudo, por se tratar de uma “professora” e não um professor, que no meme não foi representado.

A partir dessa matéria organizada foi possível identificar uma certa recorrência deste tipo de material durante o período de 2020 e 2021, produzidos e distribuídos no período de isolamento ocasionado pela pandemia da Covid-19 nas redes sociais, os quais compõem um *corpus* maior, o que nos permitiu identificar nas construções cenográficas, tanto as condições de produção desse material, quanto os discursos reverberados por meio dos sentidos produzidos por essas linguagens.

Assim, a partir da análise desses materiais e de suas recorrências imagéticas e imaginárias acerca da identidade do professor que se desenha discursivamente é possível compreender como e quais são as produções de sentido que se associam e estão associadas ao trabalho docente, as quais vão defini-los no modo como se constroem e a materialidade linguística aponta. Nesse sentido, enfatizamos o modo como esses mídiuns favorecem e criam condições para a construção desses imaginários na medida em que circulam, produzindo por vias institucionais, crenças e valores com uma potência maior do que os mídiuns impressos, posto que são objetos de interação ao se pensar no engajamento das redes que possibilitam aos usuários compartilhamentos, comentários, *likes* e, sobretudo, circulam na esfera do universo digital. Assim, buscamos encerrar nossas análises com o objeto mais emblemático encontrado em nosso corpus, a fim de evidenciar o modo como os mídiuns favorecem e criam condições para a construção de certos imaginários, como analisaremos na figura abaixo.

⁵ Produzido por forças simbólicas, configura uma identidade ou, ainda, traços éticos que discursivamente vão reverberar características de sua institucionalidade – o mundo ético segundo Debray (2000a).

Figura 4. Meme do “bom professor” coletado em 2022. Fonte: Google Imagens.



Descrever e analisar a materialidade linguística encontrada nos memes versará, portanto, sobre um certo constructo, não só dos sentidos que permeiam o trabalho, mas de uma investigação sobre esta profissão, tão exposta quanto foi na pandemia, tão ignorada quanto é em suas demandas a ponto de encontrar marcadores que por exemplo: qualificam e definem o trabalho docente como podemos evidenciar no objeto acima: “Um bom professor **consome** a si mesmo” – deixando explícito, não só pela cenografia da vela que vai queimando, mas da própria materialidade que em complementariedade produzem sentidos de disposição de si mesmo, entrega, esgotamento, além de se doar aos alunos – passando parte do que tem, ou seja, há aqui a presença daquele imaginário conteudista, e não de mediador, que de certo modo versa sobre o trabalho docente ainda na contemporaneidade.

Dessa forma, a perspectiva discursivo-midiológica, que está fortemente plasmada nas condições de produção e circulação desses tipos de materiais, considera que a partir desses vetores de sensibilidade – os memes, aqui entendidos como matéria organizada (MO), são capazes de dar sustentação, nesse caso, a um discurso sobre o trabalho docente - na pandemia, mas por extensão, sobre seu ofício, seu lugar social e suas reverberações no tempo presente. O que nos leva à matriz de sociabilidade em questão, ou seja, a certas institucionalizações, organizações sociais, ou ainda, na teoria midiológica – à organização materializada (OM), como é o Estado Neoliberal, a governança estadual que recentemente vem mostrando sua visão “educacional” para as Diretorias de Ensino, por exemplo, remetendo às realidades do mundo ético instauradas nesse ofício, nessa profissão, visto que se desloca para os aspectos formadores do que se define como “Trabalho Docente” no tempo presente.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir da matéria organizada apresentada sob a perspectiva discursivo-midiológica e da recorrência de alguns sentidos em que temos identificado no corpus coletado em pesquisa, buscou-se selecionar quatro objetos técnicos que em tempos distintos foram produzidos e postados em redes sociais. Dado tal acontecimento, procuramos em nossas

análises evidenciar na Matéria Organizada (MO) o modo como esses vetores de sensibilidade circulam e sustentam uma ideia acerca do imaginário constituído sobre o professor(a) e que acabam por delinear o modo como o trabalho docente vem sendo pensado, coordenado, gerido, realizado e, por vezes, comandado.

Nessa empreita, buscamos apresentar parte de um levantamento de dados que compõe nosso *corpus* de pesquisa, posto que nesse trabalho centramos nossas análises nas produções meméticas, sobretudo que circularam e circulam em redes sociais, durante e após a pandemia. Dessa forma, a partir dessa articulação que toma os estudos discursivos e midiológicos como base, buscamos evidenciar na matéria organizada as relações de sentido que tecem o imaginário (Charaudeau, 2017) construído sobre o trabalho docente.

Coletadas entre 2020 e 2023, procuramos de modo cauteloso descrever e apresentar como as produções imaginárias são construídas por meio desses artefatos técnicos, tendo em vista as sensibilidades que deles são transmitidas. Nesse ínterim, apontamos o modo como o rastro mediático, que esses materiais têm deixado no contexto digital, marca características instáveis, visto que não é possível defini-los em certo gênero no âmbito digital, pois ora aparecem como memes, ora como uma postagem em forma de colagem, caracterizados, portanto, como voláteis e variáveis – o que nos levará a analisá-los com mais diligência durante nossas futuras análises, tentando compreendê-los e nomeá-los com mais clareza.

Postados e repostados nos anos subsequentes, esses vetores contam com cenografias próprias, muito bem produzidas, que sensibilizam numa dada direção, sobre as quais mantêm-se em circulação certos imaginários produzidos na tecnosfera (Santos, 2002) e acabam reverberando no “reino das ideias, crenças e paixões”, ou seja, na psicofera, a qual influencia e desdobra-se em políticas públicas que engendram todo o sistema técnico-educacional brasileiro.

Dessa forma, ainda há uma série de questões que precisam ser aprofundadas, mas a partir de nossa análise já é possível notar o quanto existem questões conservadoras ao considerar e, por vezes, caracterizar o trabalho docente.

Em um primeiro plano técnico, podemos constatar que as cenografias formuladas acerca dos professores são associadas a elementos já consagrados, como é a obra da Mona Lisa e a publicidade do Agronegócio. Assim, é possível forjar uma movimentação e aderência maior no engajamento produzidos nas redes sociais por meio dessas produções técnicas. Por outro lado, a presença de características como a onipresença e a onipotência desses profissionais denunciam uma sobrecarga e exaustão devido às demandas do trabalho que se impõem e, ampliadas pelas demandas que surgiram na pandemia, vêm-se apresentado pistas para observarmos o desvio de função, por exemplo.

Em segundo plano, no âmbito dos sentidos, o trabalho docente, até aqui analisado, mostrou-se figurado em elementos que apontam para uma responsabilização excessiva de sempre doar, sempre estar presente, consumir-se a si mesmo, sobrecarregado, associado às demandas que confundem o plano pessoal com o profissional, além de cultivarem no imaginários funções que preconceitualmente assemelham-se às de uma mulher, ou possivelmente, uma mãe, conforme apresentamos na figura 3. Ademais, nossa análise mostrou evidências do modo como o professor igualado a Educação e responsabilizado por tratar de ser “a riqueza do Brasil” é comprometido por responsabilizarem-no pelas demandas de toda a Atividade Educacional. Nesse sentido, citamos Charlot (2008, p.19), posto que “...a contradição entra na escola e desestabiliza a função docente. A sociedade tende a imputar aos próprios professores a responsabilidade dessas contradições”, contradições essas que são ou deveriam ser responsabilidade do Estado, mas que desse modo tênue, fazem crer que tratam-se de demandas associadas ao trabalho docente.

Seguindo esse entendimento,

“O Estado sedutor vibra através de todas as suas antenas com os acontecimentos felizes e infelizes da aldeia global. Ao se comover cada vez mais e ao se engajar cada vez menos, acasalando a excitação visual com a apatia moral, ele pegou o mundialismo passivo.” (Debray, p.167, 1994)

Compreendem-se os funcionamentos do Estado moderno em relação aos acontecimentos atuais, buscando atrair e influenciar a atenção do público que reage intensamente, por meio de todos os seus canais de comunicação, para descrever o mundo interconectado pelas tecnologias de comunicação. Ao mesmo tempo em que a sociedade “interage” cada vez mais, “se engaja cada vez menos”, sugerindo que há uma combinação entre o fascínio pelas imagens e eventos apresentados pelos meios de comunicação (excitação visual) e uma falta de ação ou preocupação ética real (apatia moral). Por esse viés, o Estado passou a adotar uma postura de “mundialismo passivo”, significando que, embora esteja ciente dos eventos globais não age de forma efetiva para influenciar ou mudar esses eventos.

É por meio dessa mediação, portanto, que a matéria organizada conserva diariamente, por meio desses “despretensiosos” objetos técnicos que circulam amplamente nas redes sociais a existência do que chamaremos de força discursiva da desvalorização, ideia que condiciona certos padrões e princípios no campo educacional, e que, conseqüentemente, recai sobre o trabalho docente no Brasil.

4. REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. **Outra travessia**, n. 5, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHARLOT, Bernard. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. **Revista da FAEEDBA–Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 17, n. 30, p. 17-31, 2008.

DAWKINS, Richard. **O Gene Egoísta**. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEBRAY, Régis. **Transmitir**: o segredo e a força das idéias. Trad. Guilherme Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000a.

DEBRAY, Régis. **Introduction à la médiologie**. Paris: PUF, 2000b.

DEBRAY, Régis. **O Estado sedutor as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEGE, Marina. Um estudo cenográfico da “ciência” divulgada na revista Pesquisa FAPESP. p. 42, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique; DA COSTA, Tradutor Nelson Barros. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 1/2, p. 1-12, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. Trad. Luciana Salgado. São Paulo: Contexto, 2008a.

MAINGUENEAU, Dominique. **A noção de ethos discursivo**. Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, p. 11-29, 2008b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

PEREIRA, Carla. A cor como signo: fundamentos para uma abordagem semiótica das cores no design. **Estudos em Design**, v. 31, n. 1, 2023.

ORLANDI, Eni P. et al. Maio de 1968: os silêncios da memória. ACHARD, P. et al. **Papel da memória**, v. 2, p. 59-67, 1999.

SALGADO, Luciana Salazar. **Notas sobre “literatura digital” e o problema dos objetos editoriais que são mídiuns digitais**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1376-1.pdf>.

SALGADO, Luciana Salazar; DELEGE, Marina. Mundo ético e mídiun: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. **Letras de hoje**, v. 53, p. 374-385, 2018.

MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS: UM ESTUDO DE CASO DO GLASS CEILING

Hanna Gabrielle do Vale Almeida (UFMA)¹

Monica Fontenelle Carneiro (UFMA)²

Cássius Guimarães Chai(UFMA)³

1 INTRODUÇÃO

A metáfora do *glass ceiling*, que significa teto de vidro, faz parte de um contexto organizacional que trata das barreiras invisíveis que as mulheres enfrentam para a ascensão profissional e dos preconceitos culturais profundamente enraizados que existem nas organizações. Muito embora as mulheres sejam o grupo ao qual o termo teto de vidro se refere originalmente, os indivíduos de outros grupos historicamente sub-representados também são relacionados.

Por tratar-se de um fenômeno multifacetado, o teto de vidro pode manifestar-se de várias formas e ser perspectivado de acordo com a cultura. Algumas das ramificações representativas para o Glass Ceiling referem-se à ascensão profissional de mulheres negras e asiáticas (*Bamboo Ceiling*). Além disso, fatores como papéis de gênero, viés de gênero, assédio sexual e vieses inconscientes adicionais contribuem para essa discriminação sistemática. Nesse sentido, recorreremos à Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), proposta por Lakoff (1987), especificamente ao modelo cognitivo metafórico, propondo uma articulação com a AD no intuito de discorrer sobre as potencialidades de uma revisão epistemológica na qual a compreensão de representações mentais pode se conciliar com o entendimento de práticas culturais e discursivas para discutir sobre a metáfora Glass Ceiling como um fenômeno de percepção cultural com variações que emergem de conhecimentos de mundo partilhados culturalmente. Nessa abordagem, utilizamos estudos de Lakoff (1987), Lakoff e Johnson (1980), Feltes (2007, 2018), corroborando a perspectiva de discurso de Pêcheux (2009) e Orlandi (2005; 2009).

Tendo em vista a importância do discurso na prática política e considerando a metáfora como fenômeno discursivo de valor cognitivo, percebemos que estudar a metáfora implica estudar a própria organização da língua enquanto fenômeno discursivo. Além disso, apontamos de que forma os modelos cognitivos metafóricos, especialmente a metáfora do *glass ceiling* é perspectivada e organiza o discurso por vieses culturais profundamente arraigados.

A análise da metáfora discursiva inclui suas várias dimensões: a linguística, a corporificada, a cognitiva, a afetiva, a sociocultural e a dinâmica. Todas essas dimensões são relevantes quando a metáfora é utilizada como ferramenta de pesquisa porque podem oferecer informações sobre como as pessoas pensam,

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão hanna.gva@discente.ufma.br. Universidade Federal do Maranhão (UFMA/ FAPEMA)

² Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). mf.carneiro@ufma.br. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

³ Pós-doutor em Direito (FDV-BRA)(CEU-HU)(USAL-ES), Pós-doutor em Saúde Pública (ISPUP/UP). Mestre e Doutor em Direito Constitucional (UFMG/Cardozo School of Law-YU-EUA/Capes). cassiuschai@gmail.com

sobre convenções socioculturais por elas adotadas ou rejeitadas, e sobre suas ideias e sentimentos (Carneiro, 2014, p. 100)

Portanto, inferimos a existência de uma unidade conceitual baseada em um sistema de valores e de conhecimentos culturais socialmente compartilhados pelos sujeitos históricos.

O principal objetivo desta pesquisa é abordar questões pertinentes à metáfora do *glass ceiling* através de uma discussão teórica que considere o processo de construção de sentido a partir de suas dimensões linguística, discursiva, cognitiva e cultural. Nesse sentido, temos como objetivos específicos: (i) demonstrar que os debates sobre a metáfora do *glass ceiling* são constitutivas à emergência de uma dada perspectiva do sujeito na AD; (ii) investigar a forma pela qual os modelos metafóricos, pelo viés dos modelos cognitivos idealizados, atuam na estruturação e na produção dos sentidos; (iii) analisar como essas barreiras são perspectivadas culturalmente por frames estereotípicos de efeitos negativos.

Pesquisa qualitativa de viés descritivo e exploratório. Partimos da premissa de que o discurso organiza a nossa compreensão do mundo através da interação e estrutura social por meio de uma interface sociocognitiva, e a significatividade presente nessa dinâmica, segundo Feltes (2007) abordando o ponto de vista de Lakoff e Johnson:

A significatividade estrutura-se onde a experiência começa, e, assim, a significação linguístico-conceitual só pode ser tratada em termos de MCIs. Essas estruturas cognitivas constituem domínios dentro dos quais os conceitos adquirem significação. Em outras palavras, os MCIs são utilizados para organizar diferentes domínios de experiências, para entender o mundo, para dele extrair sentido. (p. 127).

A pesquisa tem como procedimentos metodológicos: i) identificar a metáfora do *glass ceiling* e suas variações em artigos e periódicos públicos; ii) pontuar os domínios fonte e alvo em cada expressão metafórica e iii) demonstrar a relação dos MCI's e da cognição com as representações mentais sobre situações políticas, eventos, atores e grupos.

2 MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS (MCI) E DOMÍNIOS COGNITIVOS

Lakoff (1987) estrutura o conceito de Modelo Cognitivo Idealizado (MCI) que seria, segundo FERRARI (2014, p.53) *um conjunto complexo de frames distintos*. A estrutura do MCI engloba três princípios: a) estrutura proposicional, b) esquemas imagéticos, c) projeção metafórica ou metonímica; nesse sentido, ele destaca que a categorização é possível apenas via um modelo cognitivo idealizado, responsável pela organização de todo conhecimento.

O modelo idealizado da estrutura proposicional retoma as noções de encadeamento baseadas em uma versão idealizada no mundo. Essa noção é exemplificada por FERRARI (2014), com o termo “terça-feira” que remete a um tipo específico de contagem de dias que pode ser comumente observado em determinadas culturas, mas não em todas. Já os esquemas imagéticos, fundamentam a experiência, como, por exemplo, em “Container”, no qual temos os esquemas entrar/sair, raso/fundo em relação aos estados da depressão, enquanto a projeção metafórica/metonímica trata de efeitos prototípicos (simples e complexos).

Sobre os MCI's:

São estruturas estáveis, mas não rígidas, pois podemos modificá-los, adicionando ou retirando informações, reorganizando hierarquias, de modo a atualizar nosso

saber sobre as áreas de experiência que temos arquivadas na memória.
(CHIAVEGATTO, 2009, p.87)

Os modelos cognitivos abarcam uma série de conhecimentos construídos, chamados domínios conceituais, que são utilizados para categorizar e organizar o mundo; esses domínios são divididos em domínios fonte e alvo, sendo que o domínio fonte é tipicamente mais concreto, e o alvo mais abstrato. É nessa projeção de sentidos e valor que a metáfora se faz presente.

2.1 DOMÍNIOS COGNITIVOS

A conceituação de domínio na linguística cognitiva refere-se a um segmento coerente da experiência, ou seja, quando destacamos um objeto de análise, percebemos que um mesmo objeto pode ser percebido por domínios diferentes, evocando segmentos vindos de mais de uma experiência com o mesmo objeto e, quando um domínio conceptual é entendido em termos de outro chamamos de “metáfora conceptual”. Portanto, a conceptualização de domínios abstratos é feita a partir de domínios concretos e essa relação é feita por elementos constitutivos da metáfora, como o tópico e o veículo metafórico.

O tópico é a entidade da qual se fala na metáfora, e o veículo é a expressão linguística que predica algo sobre o tópico. O tópico é também chamado de alvo ou domínio alvo, e o veículo é também chamado de fonte ou domínio fonte.
(MOURA, Heronides, 2005, p.52)

Visto que nosso pensamento é essencialmente metafórico, de acordo com pesquisas desenvolvidas por Kövecses (2010), tem-se uma lista dos domínios-fonte e domínios-alvo mais usados na criação de metáforas. Nessa análise, o autor percebe que a maior parte dos domínios-fonte são concretos e a maior parte dos domínios-alvo são abstratos, o que dá veracidade à tese de Direcionalidade proposta por Lakoff & Johnson (1980).

3 VARIAÇÕES DA METÁFORA DO *GLASS CEILING* – O DISCURSIVO E O CULTURAL NO PROCESSAMENTO METAFÓRICO

A semântica cultural estuda a relação estabelecida entre os sentidos e a cultura na qual uma língua está inserida e a forma que esses mesmos sentidos são atribuídos histórica e cognitivamente. Sabemos que a língua é viva, que sofre mudanças sincrônicas e diacrônicas, e que se trata de um recurso de expressão do pensamento e dos sentimentos, visto que cada língua tem o seu temperamento e reflete a forma que uma sociedade vê o mundo em todos os seus aspectos (sociais, políticos, religiosos, etc). Constatamos, portanto, que em cada cultura seus membros se valem de variados recursos metafóricos, a depender de suas visões de mundo e influências culturais no geral. Sobre esse funcionamento da metáfora como registro cultural, percebemos que a metáfora do *glass ceiling* possui variações de campo léxico e semântico para abordar questões específicas de cada grupo social. Os domínios utilizados na abordagem possuem cargas semânticas que explicitam a relação cognitiva associada na metáfora utilizada e são, também, reflexo de uma estrutura social como Modelo Cognitivo que elucida o papel esperado do sujeito social, sujeito que é interpelado por discursividade. Orlandi (2003):

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa em “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ao controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (p.32).

De acordo com a perspectiva sobre discurso e discursividade, proposta por Orlandi, podemos tecer um breve caminho epistemológico em que a metáfora do glass ceiling e sua representação social são constitutivos de um padrão cultural enraizado que permeia e movimenta a sociedade englobando a figura feminina a questões de gênero, cor e papel social. Assim, segue abaixo um breve quadro das metáforas relacionadas ao teto de vidro, uma categoria específica do que podemos chamar de “metáforas do insucesso”.

Quadro 1 – Glass Ceiling e variações

3.1 Glass Cliff	O penhasco de vidro refere-se a quando as mulheres possuem a oportunidade de serem promovidas a posições de liderança e supostamente romper o teto de vidro, mas a oportunidade ocorre apenas em tempos de crise ou recessão, quando o fracasso é mais provável.
3.2 Concrete Ceiling	Uma variação do <i>glass ceiling</i> que se refere a mulheres pretas e negras sobre a dificuldade de ascensão profissional ser ainda maior para mulheres de cor.
3.3 Maternal Wall	Refere-se a estereótipos no local de trabalho que surgem das urgências da mulher, mãe, em sua carreira profissional. Nesse caso, o “paredão”, “muro” ou “parede maternal” é um reflexo do estereótipo materno e de gênero.
3.4 Labyrinth of Leadership	Mulheres muitas vezes têm de passar por voltas e reviravoltas adicionais para avançar na hierarquia corporativa, tornando o labirinto da liderança uma frase mais apropriada.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Sobre o *Glass Cliff*, a pesquisa feita no portal Estudar na prática mostra trechos como “foram contratadas para falhar”, “mulheres que estão à beira do abismo”, “missão suicida”, dentre outros. A carga semântica é mantida para as diferentes representações do fracasso profissional referindo-se ao penhasco e ao processo de visualização da metáfora. Nesse sentido, o que possibilita um rápido entendimento da ideia relacionada a ALTURA, SUCESSO, FRACASSO, DESCIDA, é o uso altamente convencionalizado do domínio abstrato como “sucesso” e seu mapeamento como caminhada para a ascensão profissional e jornada de trabalho.

A relação entre os domínios no Penhasco de vidro, revela o sistema de esquematicidade em que ascensão profissional ou o SUCESSO é PARA CIMA, no alto no penhasco, e a queda, o FRACASSO é PARA BAIXO. Sobre os Modelos Cognitivos e o valor- modalidade, Feltes (2018) explica:

Construir um modelo cultural em que SUCESSO seja entendido como um conjunto de realizações não implica que essas realizações, para o indivíduo, tenham, cada uma, na descrição, um mesmo valor-modal a ele atribuído, já que podem ter valorações diferentes e serem hierarquicamente ordenadas em condições socio-culturais e situacionais-pragmáticas especificadas (p.59).

O modelo cultural dos valores reflete um complexo de sistema econômico do sucesso profissional e o TRABALHO é um valor compartilhado através da proliferação de modelos e submodelos que se encontram intrinsecamente ligados pela cultura e pela dinâmica da sociedade. Vale ressaltar que o termo vidro, assim como no *Glass Ceiling* refere-se a algo

transparente, invisível, e é essa transparência perspectivada que permeia a representação do vidro nas metáforas do insucesso como algo velado. Ademais, neste caso o vidro está relacionado com a fragilidade, ou seja, chega-se ao penhasco, mas o vidro quebra e a queda é o insucesso.

O *Concrete Ceiling* é uma metáfora incorporada ao *glass ceiling* que possui a especificação para mulheres pretas e negras, visto as questões de cunho racial e social. Nesse sentido, o Concrete (concreto) surge como uma barreira inquebrável pela relação semântica do domínio e o teto, neste caso, é o que não se pode ultrapassar, é o auge da carreira. Portanto, diferente do penhasco, onde se chega ao SUCESSO, mas o vidro se quebra, o concreto é a barreira visível e intransponível, já não tão velado como o vidro, semanticamente.

A metáfora do *Maternal Wall* sugere que as mulheres, mães trabalhadoras são menos mulheres de negócios e mais donas de casa. No *Harvard Business Review* a metáfora está relacionada ao comprometimento de produtividade e faz relação com as políticas de contratação, frequência e promoção, o que reitera a diferença salarial entre homens e mulheres.

Na análise da metáfora do Muro Maternal, os domínios se relacionam em uma expectativa de quebra de padrões no sentido de crescimento horizontal. Cada dificuldade enfrentada é um muro na caminhada para a ascensão profissional. Cabe ressaltar que o MCI de Mãe é complexo e possui gradiência com o modelo metonímico. Segundo Feltes (2018):

Há, nesse caso, “um modelo metonímico em que uma subcategoria, a mãe-dona-de-casa, representa a categoria toda ao se definirem as expectativas culturais sobre mãe” (Lakoff, 1987, p. 80)²³. Assim, o modelo metonímico do tipo estereótipo social atua sobre um dos modelos cognitivos do *cluster* – o modelo de criação. em síntese, a melhor mãe, a mãe prototípica, é a que fica em casa para criar seus filhos. poder-se-ia comprovar isso através do que Lakoff chama de teste-do-mas, em que a conjunção adversativa “é utilizada para marcar uma situação que está em contraste com algum modelo que serve como norma” (Lakoff, 1987, p. 81)²⁴. Assim, poder-se-ia constatar o modelo estereotípico (normal) a partir de uma construção linguística utilizando a estrutura adversativa: ela é mãe, mas não é uma dona-de-casa. O caso normal define a expectativa cultural sobre mãe: que seja dona-de-casa e, conseqüentemente, que crie em tempo integral o filho. Estranho seria, portanto, para Lakoff (1987), dizermos: ela é mãe, mas ela é uma dona-de-casa. O estereótipo mãe-dona-de-casa é, ainda, utilizado para se motivar radialmente a subcategoria mãe-trabalhadora, que teria propriedades opostas. a partir do teste--do-mas, teríamos, segundo o autor, ela é mãe, mas tem um emprego (normal) e ela é mãe, mas não tem um emprego (estranho) (p.64).

Dentro dessa perspectiva, a prototipicidade no modelo cultural é observada pela categoria profissional da mulher que é mãe e trabalha, como um frame estereotípico de categorização de conceitos, cujos aspectos culturais e situacionais são organizados como um todo, uma estrutura intuitiva para o entendimento do significado da palavra *maternal*. Sobre esse aspecto, temos a presença da metáfora do “segundo turno” que caracteriza a dupla jornada feminina atribuída ao desfecho da categoria de mãe em relação à jornada de trabalho. Para Feltes (2018):

Retomando nossa discussão sobre modelos culturais, entendemos que provavelmente o centro prototípico não se estabelecerá apenas pela concentração do maior número de atributos culturalmente associados à MÃE. Podemos especular que o melhor exemplar de MÃE é aquela mulher que QUER SER MÃE, para quem o valor MATERNIDADE encontra-se numa posição mais alta do sistema axiológico (p.64).

Feltes (2018) traz uma importante contribuição para explicar o MCI complexo de MÃE, pois o valor arraigado para a metáfora do *Maternal Wall* encontra-se na concepção

construída do valor materno feminino e da inserção da mulher no mercado de trabalho, já que a condição de desafios propostos para o homem enquanto pai de família ou único responsável por seus filhos, não adquire a mesma concepção na esfera social, mesmo especialmente no que se refere ao “segundo turno” para as mulheres do lar. É, portanto, que a metáfora *Maternal Wall* é comumente relacionada a representação imagética da MÃE, cujo valor MATERNIDADE ocupa posição alta no sistema axiológico, pelos estereótipos dos empregadores e pelas expectativas de gênero.

O *Labyrinth of Leadership* enfatiza uma nova concepção mais atual em que não haveriam barreiras absolutas para a ascensão profissional da mulher, mas um labirinto de desafios notáveis, mas não absolutos. O labirinto da liderança utiliza o mapeamento de LABIRINTO é DESAFIO PROFISSIONAL, em larga escala, pois tenta refletir a complexidade dos obstáculos enfrentados, mas não resume a algo inatingível, h[á] uma mudança na carga semântica para as barreiras. No Havard Business Review, a resistência à liderança feminina é representada e apontada por suas interfaces.

O labirinto da liderança é uma metáfora que se distancia da perspectiva do insucesso e aproxima-se da metáfora da guerra, como uma batalha a ser travada, por diversas estratégias, para conquistar o sucesso, já que SUCESSO é CONQUISTAR O DESAFIO, SUCESSO é CHEGAR AO FINAL. Nesse sentido, a hierarquia profissional se estabelece como um esquema horizontal de conquistas. É interessante ressaltar que a responsabilidade da equidade esbarra na questão situacional da mulher que, para além das suas capacidades técnicas/ profissionais, precisa compensar seu gênero por labirintos que são desafios inerentes à liderança, muitas vezes tendo de conciliar multitarefas, como as demandas da maternidade e da vida conjugal.

Percebemos, portanto, que todos os termos supracitados esbarram no impasse que quase todas as mulheres enfrentam hoje em dia: conciliar vida pessoal, que inclui maternidade, casamento e todas as demandas que surgem diariamente, e vida profissional, com as exigências do mercado; todos esses anglicismos estão diretamente relacionados à dificuldade da mulher em se dividir entre o mercado de trabalho e o trabalho invisível do cuidar, interminável e atribuído historicamente às mulheres, que foram, desde a inserção profissional no mercado, sobrecarregadas, tendo de lidar com uma jornada dupla ou tripla e enfrentando muitas vezes problemas de saúde devido a isso.

Outros termos muito usados atualmente como *manterrupting*, *gaslighting* e *mansplaining*, que significam, respectivamente, a interrupção masculina constante e desnecessária; o abuso psicológico que leva uma mulher a duvidar de sua sanidade mental; e a explicação a uma mulher sobre um tema óbvio, como se ela fosse incapaz de entender, são de extrema importância, para que as barreiras impostas a mulheres sejam cada vez menores e os abusos combatidos.

4 OS MCP'S E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Os estudos da metáfora no discurso, considera o fator contextual em seus diversos aspectos (situacional, discursivo, corporal e conceptual) para a análise mais específica do fenômeno metafórico. Nesse sentido:

A análise da metáfora discursiva inclui suas várias dimensões: a linguística, a corporificada, a cognitiva, a afetiva, a sociocultural e a dinâmica. Todas essas dimensões são relevantes quando a metáfora é utilizada como ferramenta de pesquisa porque podem oferecer informações sobre como as pessoas pensam, sobre convenções socioculturais por elas adotadas ou rejeitadas, e sobre suas ideias e sentimentos (Carneiro, 2014, p. 100).

A abordagem cognitivista da semântica tem seus interesses pautados na concepção da linguagem como parte da capacidade cognitiva humana, ou seja, na construção dos sentidos advindos dos processamentos conceituais. Nesse sentido, várias abordagens se somam pelo mesmo viés, compondo a ampla relação de teorias que auxiliam na compreensão dos conteúdos da cognição pela observação da linguagem.

Muitos estudiosos contribuíram para deixar em evidência os aspectos da linguagem figurada nas suas mais diferentes perspectivas, tais como: Lakoff e Johnson (1980), que realizaram estudos pioneiros, revelando a metáfora como figura do pensamento, ou seja, ligada a um processo cognitivo segundo o qual é determinado pelo experiencialismo corporal; Gibbs (1996), que evidencia a linguística cognitiva como forma de encontrar e analisar conteúdos da cognição humana, a abordagem da Análise do Discurso à Luz da Metáfora, trabalhada por Cameron – ADM (CAMERON et. al., 2009), dentre outros. Tais abordagens de estudo da linguagem contribuíram de forma expansionista para reflexões sobre a metáfora.

A partir das contribuições de Cameron (2008) a metáfora começa a ser analisada por seu viés discursivo e, com as contribuições de Kövecses (2020), a percepção do contexto discursivo contribui para análise das metáforas, considerando a construção criativa que envolve o discurso circundante, o conhecimento sobre os principais elementos do discurso e os discursos anteriores. De acordo com Kövecses (2020, p. 97):

O discurso circundante é simplesmente o contexto linguístico – frequentemente mencionado como ‘cotexto’. Visto pela perspectiva do produtor do discurso (o locutor/o falante), elementos do discurso precedente (seja pelo falante/conceitualizador 1 ou o ouvinte/conceitualizador 2) podem influenciar a (inconsciente) escolha de metáforas, [...] (Kövecses, 2020, p. 97). (Tradução nossa)⁴

Nesse sentido, o contexto discursivo, os modelos cognitivos idealizados, processos de categorização, frames, dentre outros, constituem um método de estudo metafórico que apresenta a especificidade da metáfora em níveis, através da relação discursiva em que o *corpus* constitui-se de unidades discursivas da linguagem em situação real. Nessa abordagem, a análise metafórica intersecciona a materialidade discursiva localizada no interacionismo simbólico, criando metáforas induzidas pelo contexto que expressam a discursivização da figura feminina em ambiente profissional e cargos de liderança, algumas das constantes interpelações a que o sujeito feminino está exposto na sociedade; a dinâmica entre os micropoderes e as relações de gênero. De acordo com Kövecses (2020, p. 98):

Certas formas de discurso podem adquirir status dominante em uma comunidade. Quando uma forma dominante de discurso relacionada a um tema emerge, a metáfora usada nesse discurso ou nele baseada pode tornar-se conhecida tanto temporariamente (historicamente) e espacialmente (interculturalmente) (Kovecses, 2020, p. 98) (Tradução nossa).⁵

A Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux (1969) elabora uma análise de uma formação discursiva repleta de particularidades que promovem a identificação do sujeito

⁴ The surrounding discourse is simply the linguistic context – often referred to as “cotext.” Viewed from the perspective of the discourse’s producer (the speaker), elements of the preceding discourse (either by the speaker/conceptualizer 1 or the hearer/conceptualizer 2) can influence the (unconscious) choice of metaphors, [...] (Kövecses, 2020, p. 97)

⁵ Certain forms of discourse can acquire dominant status in a community. When a dominant form of discourse related to a subject matter emerges, the metaphor used in or based on this discourse can become widespread both temporally (historically) and spatially (cross-culturally) (Kovecses, 2020, p. 98).

que, diante da dinâmica de conflito e mudança, refletem na interpelação desse sujeito, tornando-o sujeito de outro discurso. Sobre Pêcheux, Orlandi (2005) escreve:

teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação (p. 10).

A abordagem da AD, neste ponto, secciona o estudo do *Glass ceiling* por tratar o discurso como um objeto sócio-histórico no processo de significação, e essa carga social, histórica dos papéis de gênero e da valoração da figura feminina no ambiente profissional, relativo aos cargos de liderança, ou seja, não há neutralidade no uso cotidiano dos signos e das palavras e as metáforas utilizadas para o teto de vidro representam essa dinâmica extensa, ideológica e organizacional.

5 CONCLUSÃO

Diante das discussões teóricas e da análise efetivada, percebemos que estudar a metáfora implica estudar a própria organização da língua enquanto fenômeno discursivo, além disso, apontamos como os modelos cognitivos metafóricos, especialmente a metáfora do *Glass Ceiling* é perspectivada e organiza o discurso por vieses culturais profundamente arraigados.

No que tange aos objetivos, o trabalho apresenta relevância e cumpre satisfatoriamente as propostas definidas e, no intuito de estabelecer uma breve investigação sobre o *Glass Ceiling*, acrescentamos que o fenômeno metafórico para as metáforas de insucesso e metáforas estereotipadas de grupos sub-representados não se esgota nesta investigação, entendendo que há a necessidade de incorporar novos estudos para aprofundamento referente às minorias ou grupos sub-representados no ambiente profissional.

Também, tendo em conta que o que não é visto não é combatido, o artigo torna-se pertinente por trazer à tona, de uma maneira resumida, pontual e explicativa, fenômenos que existem há séculos (*glass cliff*, *concrete ceiling*, *maternal wall*, *labyrinth of leadership*, *maninterrupting*, *gaslighting*, *mansplaining*), mas que atualmente têm nome, o que facilita a identificação e o combate a esses abusos que acometem mulheres de diferentes culturas, idades e classes sociais; sabemos que essas barreiras só serão vencidas se o silenciamento feminino for substituído pela luta e conscientização da sobrecarga feminina tão naturalizada cultural e historicamente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, P. **Metáfora e Linguística Cognitiva**. In: SILVA, A. S. (org.). *Linguagem e cognição: a perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 2001.

BARBOSA, Noelma Oliveira. **Metáfora e Dinâmica da Linguagem**. *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.66. 2022.

CAMERON, L. . **Metaphor and talk**. In: GIBBS, R. W. Jr. The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CAMERON, L. et al. **The Discourse Dynamics Approach to metaphor and Metaphor-Led Discourse Analysis**. Metaphor and Simbol, 2009.

CARNEIRO, Monica Fontenelle. **Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica: uma análise cognitivo-discursiva**. Fortaleza, 2014.

CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. Introdução à Linguística Cognitiva. *matraga*, rio de janeiro, v.16, n.24, jan./jun. 2009.

FELTES, Heloísa P. de Moraes. **George Lakoff's Theory of Cognitive Models: a metatheoretical and methodological assessment based on an analysis of abstract concepts** (W- C- PF). In: SILVA, Augusto S. da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES Miguel (Eds.). *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Coimbra: Almedina, vol. II, 2004, p. 227-244.

FELTES, Heloisa P. de Moraes. **Modelos culturais e valores culturais: valor-modalidade**. In: Uma abordagem cognitiva da linguagem [livro eletrônico] : perspectivasteóricas e descritivas / organizadoras : Adriana Maria Tenuta, Sueli Maria Coelho. – Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 47-79.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. 1.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: CONTEXTO, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Harvard Business Review. **The Maternal Wall**. Disponível em: <https://hbr.org/2004/10/the-maternal-wall?language=pt> . Acesso em : 01 jun 2024.

Harvard Business Review. **Women and the Labyrinth of Leadership**. Disponível em: <https://hbr.org/2007/09/women-and-the-labyrinth-of-leadership> . Acesso em : 01 jun 2024.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor in Culture: universality and variation**. New York: Cambridge University Press, 2005.

KÖVECSES, Z. **Extended conceptual metaphor theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida Cotidiana**. (Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto). Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Edpuc, 2002.

LAKOFF, George. **Women fire and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MOURA, Heronides. **Metáforas: das palavras aos conceitos**. Letras de Hoje, Porto Alegre. V.40, n1, p. 51-69. 2005.

Na Pratica.org. **As mulheres executivas estão sendo contratadas para falhar?**. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/freakonomics-ceo-partfour/>. Acesso em: 01 junho. 2024.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso**. Estudos da Língua(gem). Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13. 2005.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997 [1975]. p. 163-252.

LÍNGUA, DISCURSO E IDENTIDADE: A TOPONÍMIA NA COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO LOCAL

José Cleilson Fernandes (UFMA)¹
Monica Fontenelle Carneiro (UFMA)²

1. INTRODUÇÃO

A toponímia, como campo da onomástica responsável pelo estudo dos nomes geográficos ou nomes de lugares, desempenha papel importante na compreensão do território local. Cada nome de rua, bairro, povoado, rio ou montanha carrega consigo uma história, uma cultura e uma identidade. No léxico toponímico, que também pode ser entendido como discurso, os termos não são meras convenções, mas reflexos das relações humanas com o espaço, fazendo uma interface entre geografia, história e linguística, com nuances linguísticas, sociais e culturais, sem descuidar de um certo viés ideológico, constituindo um tripé: lugar, língua, identidade.

Neste artigo, explora-se como a toponímia pode ser uma ferramenta valiosa para desvendar aspectos de determinado território, sobremaneira a microtoponímia, parte da toponímia com enfoque local, como nomes de pequenos acidentes geográficos e fenômenos em territórios de dimensões reduzidas, como fazendas, bairros, povoados e municípios. Investiga-se como os nomes de lugares refletem a memória coletiva, as tradições culturais e até mesmo as transformações sociais ao longo do tempo, e as relações de poder. Além disso, discute-se como a análise dos topônimos pode contribuir para a preservação do patrimônio cultural e a construção de identidades.

O estudo tem por objetivo investigar a relação entre toponímia e identidade local de um território, a partir de elementos linguísticos, históricos e geográficos contidos em registros oficiais (toponímia oficial) e na memória coletiva (toponímia espontânea). Com esse intuito, busca-se identificar como os nomes de lugares refletem a história, a cultura e a identidade de um determinado território; compreender como os topônimos influenciam a percepção e a representação do lugar; e avaliar como contribuem para a construção da identidade de uma comunidade.

Por meio de uma revisão criteriosa da literatura e exemplos práticos, este estudo busca ampliar a compreensão sobre a importância dos nomes geográficos e sua relevância na construção do significado do espaço que habitamos, a partir da análise dos microtopônimos, que revelam aspectos antropoculturais e físicos, enriquecendo a compreensão do espaço geográfico, da história local e da gente que ali habita.

O trabalho é desenvolvido em duas seções. Inicialmente, apresenta os fundamentos teóricos com conceitos e definições necessários para a devida discussão sobre a toponímia como recurso para compreensão do território. Na segunda seção, apresenta diferentes abordagens da toponímia relacionadas aos conceitos de paisagem, espaço, lugar e território, e o uso dos estudos toponímicos como instrumento para seu conhecimento, sobretudo da microtoponímia em se tratando de território local.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras/CCH (PGLetras), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: cleilsonfernandes@gmail.com

² Doutora em Linguística (UFC); professora do PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mf.carneiro@ufma.br

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A toponímia, como campo de estudo, desempenha papel relevante na compreensão do território local. Os nomes de lugar, também identificados como nomes geográficos ou topônimos, não são meras convenções, mas elementos portadores de significados profundos, refletindo a história, a cultura e a identidade das comunidades que habitam determinadas áreas. Nesse contexto, explora-se os fundamentos teóricos que sustentam a relevância da toponímia como ferramenta de análise e interpretação do espaço geográfico.

A toponímia estuda o nome próprio dos lugares e designativos geográficos: seja na esfera física, humana, antrópica ou cultural. Para Dick (1990, p. 36), essa é a ciência que se dedica ao estudo dos nomes de forma genérica, levando em conta o caráter motivacional na sua formação e seu significado. Os estudos toponímicos, por serem eminentemente multidisciplinares, utilizam-se de conceitos e dados de diferentes áreas do saber. Particularmente neste estudo, é pertinente demarcar o sentido de espaço, lugar e território, como ponto de partida para a reflexão a respeito da toponímia para a compressão de determinado território, bem como seus termos, como topônimos e microtopônimos. São conceitos que aproximam linguística, sobremaneira a onomástica, e a geografia, bem como a história.

O conceito de espaço na geografia refere-se a todos os lugares existentes no mundo. É um conceito abstrato que pode ser usado para descrever qualquer lugar do planeta Terra, desde as grandes cidades até os pequenos vilarejos. O espaço também pode ser usado para descrever regiões inteiras, como continentes e oceanos. Nunes Filho e Salvador (2020) afirmam que o espaço geográfico diz respeito à totalidade, sendo que, para se estudá-lo de modo específico, deve-se recorrer às suas dimensões analíticas, a saber: paisagem, território, lugar e região:

Com esse entendimento, destaca-se que a paisagem é a dimensão do espaço caracterizada pela morfologia e pelas representações ou significações humanas e sociais; o território é particularizado pelas relações de poder e de produção; a região pela fragmentação e articulação do espaço total visando a sua gestão; e o lugar pela afetividade e pelas relações global-local. (Nunes Filho; Salvador, 2020, p. 2).

Esses conceitos são importantes porque é, a partir deles, que se dá o ato denominativo e os estudos toponímicos estão fundamentalmente a eles relacionados, ainda que com aspectos ligados diretamente ao que o homem com eles estabelece. Rocha (2008) afirma que o espaço, a região, o território, o lugar e a paisagem se constituem no resultado particularizado da atuação humana na transformação do planeta. Diferentes conceitos e diversas formas de caracterizar esse ato de mutação são produtos originários do ato de modelar a superfície terrestre.

Segundo Nunes Filho e Salvador (2020), quanto às categorias analíticas do espaço, a forma é o visível; a função, o conteúdo da forma; o processo, a história da produção e da reprodução do espaço; e a estrutura, o todo decorrente desse processo, isto é, a forma-conteúdo do espaço. O quadro a seguir estabelece, grosso modo, essa distinção, embora sejam conceitos que não se excluem, mas que se completam e ajudam a didaticamente estabelecer enfoques de análise pela forma, função ou processo.

Quadro 1 – Conceitos básicos da geografia aplicados nos estudos toponímicos

Conceito	Definição	Exemplo
----------	-----------	---------

Espaço	Um espaço é o ambiente físico no qual as pessoas e os objetos se movem e interagem ³ .	Um campo de futebol
Território	Um território é um espaço geográfico delimitado por fronteiras políticas e por relações de poder (gestão)	O território de um município, de um estado ou de um país
Lugar	Um lugar é um espaço particular, com características únicas, que é significativo para as pessoas que o usam.	O castelo de Windsor
Região	Uma região é um espaço geográfico com características similares, como clima, relevo, aspectos culturais e históricos.	Região da Baixada Maranhense
Paisagem	Uma paisagem é um conjunto de elementos naturais e antropológicos que formam um todo.	Os Lençóis Maranhenses

Fonte: Elaboração do autor, com adaptação baseada em Listologia (listologia.com)

Neste estudo, ao que mais se faz necessário um olhar cuidadoso no seu contexto é sobre o lugar e o território. “Os lugares, considerados espaços locais possuem características próprias: cultura e meio natural diferenciados” (Rocha, 2008, p. 135). Nesse sentido, lugar é um espaço único e específico, com características próprias. É onde as pessoas vivem, trabalham e têm experiências cotidianas, representando a individualidade e a afetividade.

Particularmente sobre o lugar, no que diz respeito à representação e ao pertencimento, faz-se necessária uma breve observação sobre a topofilia. Trata-se de um conceito amplamente explorado por Tuan (2012). Topofilia significa literalmente “amor ao lugar” e descreve os sentimentos afetivos e as ligações emocionais que as pessoas têm com determinados lugares ou ambientes (apego e pertencimento). Yi-Fu Tuan argumenta que a topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, incluindo os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. É um aspecto importante do ambiente físico no imaginário social, a relação entre paisagem, memória e cultura; a experiência individual e coletiva e a visão de mundo construindo identificações que são compartilhadas num território comum.

Assim, a topofilia se traduz num conceito importante também nos estudos toponímicos quanto à motivação e ao significado afetivo e simbólico porque enfatiza os aspectos subjetivos das relações humanas com o meio ambiente natural. Assim, conforme Ferreira e Profice (2021), a topofilia ajuda a entender como e por que os seres humanos variam temporal, histórica e culturalmente sua percepção sobre o meio, o espaço que ocupam, onde constroem suas relações e significações e estabelecem diferentes valores.

O território é outro conceito importante na geografia. Refere-se a um espaço delimitado por fronteiras políticas ou naturais. (Nunes Filho; Salvador, 2020). O território está relacionado às relações de poder e produção, além de envolver questões políticas e econômicas. Representa a apropriação e o controle de um espaço por grupos sociais. Para Pereira (2021), o território envolve sempre relações simbólico-culturais, tem identificação e simbologia de alguém ou um grupo de indivíduos através de referências simbólicas, como, por exemplo, a denominação dos espaços públicos:

³ O espaço geográfico é um conceito central na geografia e definido como o espaço modificado e utilizado pelas atividades humanas. Difere do espaço natural, que não sofre diretamente as consequências das práticas econômicas, sociais, culturais e cotidianas das sociedades. In SAUER, Carlos Eduardo; PINTO, Roberto Carlos. *Sociedade, natureza e espaço geográfico*. 2. ed. Intersaberes: Curitiba, 2024.

O território envolve sempre relações de poder, econômico-políticas e simbólico culturais, tem identificação e simbologia de alguém ou um grupo de indivíduos através de referências simbólicas, a exemplo a denominação dos espaços públicos de uma cidade. Assim, o território muitas vezes é associado a lógica política, um governo sobre município, ou uma base física, uma fração de espaço geográfico delimitado e apropriado através de critérios políticos, econômicos e culturais (Pereira, 2021, p. 24).

O território não é apenas um espaço físico, mas também um campo de disputas, apropriação e controle. A denominação dos espaços públicos, como praças e ruas, é um exemplo dessa simbologia nesse contexto. Assim é que a toponímia desempenha um papel importante na identificação e representação desses espaços, na construção da identidade territorial, pois reflete sua história, cultura e dinâmicas sociais. Assim, o ato denominativo é também um ato político e, por isso mesmo, ideológico, de modo que os topônimos não são apenas unidades lexicais, mas constituem um verdadeiro discurso.

Discutida a questão do espaço, lugar e território, adentrando os demais conceitos e definições necessárias a este estudo, pode-se esclarecer que a toponímia se manifesta nos nomes específicos de lugares. Cada lugar possui um topônimo que o identifica e o diferencia de outros. Já o território é mais amplo e envolve não apenas os nomes de lugares, mas também as relações de poder, controle e apropriação. Assim, a análise dos topônimos permite compreender a singularidade e a identidade de cada lugar, assim como muitos aspectos da dinâmica social ali existente.

Conforme Curvelo-Matos (2014), Vasconcellos (1932), em 1887⁴, definiu a onomástica ou pela onomatologia como ramo da glotologia (estudo científico de uma língua) que se ocupa do estudo dos nomes próprios. Para ele, a ciência dos nomes próprios tem três subáreas: antroponímia (estudo dos nomes próprios individuais, com o dos sobrenomes e apelidos ou alcunha), toponímia (estudo dos nomes de lugares, povoações, nações, bem como de rios, montes, vales, etc. – os nomes geográficos) e nomes próprios variados não contidos nas duas classes precedentes⁵.

Quanto aos conceitos e estudos da onomástica em geral e da toponímia em particular, diz-se que o ato de nomeação e a observação dos nomes próprios é objeto de atenção desde a Antiguidade Clássica, como campo das Humanidades. A partir do final do século XIX, passou a figurar com caráter disciplinar e científico, a partir do estudo histórico-comparado de línguas naturais, sobretudo, com a investigação etimológica dos nomes próprios. (Santos; Aragão, 2018).

Na abordagem de Carreter (1968, p. 395), consta:

*Toponímia o Toponomástica. A. Toponímia; 1. Estudo do nome de lugar. 1. - Ramo da Onomástica destinado ao estudo de topônimos. 2. - Toponímia de uma região, de uma cidade etc. Um conjunto de nomes de lugares para tal região ou cidade. Subdivide-se em grandes toponímias ou grandes lugares: aldeias, rios, montanhas, vales etc., e toponímia menor, ou nomes de pequenos lugares: riachos, torrentes, solares, penhascos, colinas, ocos etc. [tradução do autor]*⁶

Ou seja, a onomástica é um ramo da linguística que está dividido em duas partes: toponímia ou toponomástica e antroponímia (a toponímia ou toponomástica é parte da onomástica destinada ao estudo dos nomes de lugar; a antroponímia estuda nomes de pessoas). A onomástica examina a origem, significado, uso e evolução dos nomes próprios.

⁴ Vasconcelos entende por nome próprio não só o de batismo ou registro, mas o nome completo que vem acompanhado de sobrenome e, às vezes, de apelido e alcunha. In VASCONCELLOS, José Leite de. Opúsculos. Volume III – Onomatologia. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 4.

⁵ Id. Ibid., p. 3

⁶ Traduzido do original em espanhol. In CARRETER, Fernando Lázaro. *Diccionario de términos filológicos*. 3 ed. Madrid: Editorial Gredos, 1968, p. 395.

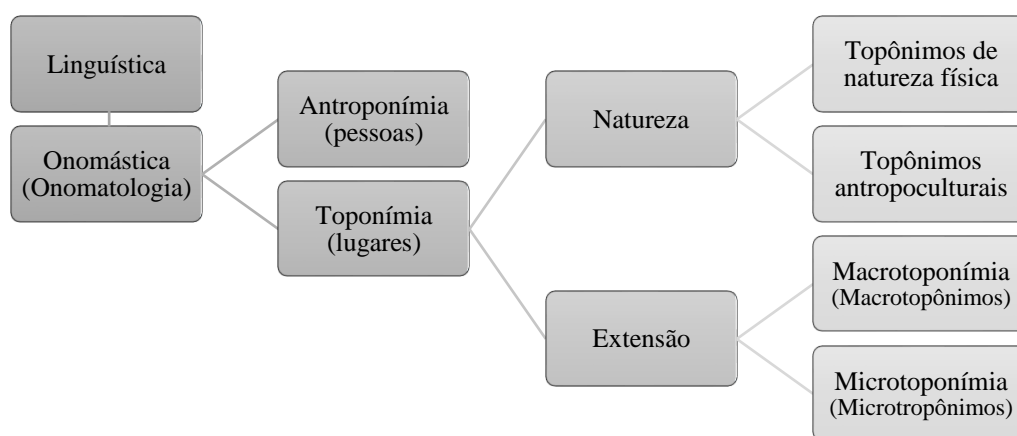
Tem uma forte vinculação com a história e a geografia, pois os nomes próprios refletem a identidade cultural e histórica de um povo. Assim, pode revelar informações sobre a organização social, crenças, valores e práticas de um grupo (Mais adiante, abordar-se-á a divisão da toponímia apresentada por Carreter em termos atuais como macro e microtoponímia).

Logo, vê-se que a toponímia é a disciplina que se preocupa com a procedência da significação dos nomes dos lugares, juntamente com a antroponímia (que cuida do significado dos nomes das pessoas). No entanto, é importante esclarecer que esse processo não é apenas um fato linguístico, e sim desenvolvido com traços extralinguísticos. Essa assertiva encontra respaldo em Dick (1990), cujo trabalho demonstra que o estudo da toponímia não é restrito à investigação linguística ou etimológica, mas procura a investigar a significação dos nomes dos lugares extrapolando a esfera linguística e considerando os aspectos geo-históricos, socioeconômicos e antroculturais. Diz-se, portanto, que se trata de um mister interdisciplinar.

A partir do trabalho de Dick (1990), os designativos de lugar podem ser classificados quanto à natureza toponímica como topônimos de natureza física e topônimos de natureza antropocultural, como categoria maior que divide os topônimos de acordo com sua motivação. Se o motivador for um aspecto físico do próprio lugar, tem-se uma natureza de caráter físico, no entanto, se o motivador for um aspecto ligado ao elemento humano: cultura, história etc.; tem-se um topônimo de natureza antropocultural.

A figura a seguir apresenta um esquema que sistematiza graficamente essa categorização:

Figura 1 – Categorização toponímica e contextualização linguística



Fonte: Elaboração do autor, baseado em Dick (1990)

Sobre esses termos, Carreter (1968, p. 395) define: “Topónimo o toponomástico. A. *Ortsname*; I. *Place-name*; F. *Nom de lieu. Nombre de lugar; es llamado también nombre toponímico*”. Ou seja, trata-se do nome de lugar, também conhecido como nome toponímico, hoje também chamado de nome geográfico. Ou seja, um topônimo é a designação de um lugar ou de uma região geográfica: rio, vila, cidade, povoação, país ou logradouro etc. A palavra vem do grego “*topos*”, que significa lugar, e “*onoma*”, que significa nome. Além de identificar locais, também pode fornecer informações sobre a história e a origem dos nomes dos lugares, refletindo aspectos culturais, históricos e geográficos da região que nomeiam.

Conforme, Sousa (2010, p. 3),

O topônimo – objeto de estudo da Toponímia – ao ser criado, tal como um ser vivo, está sujeito às consequências do tempo: às influências, às modificações, e, até mesmo, ao desaparecimento do seu significado

original, uma vez que escapa da consciência ou da memória do povo. Esses aspectos permitem afirmar que a Toponímia possui uma dupla dimensão: do referente espacial geográfico (função toponímica) e do referente temporal (memória toponímica).

A denominação de lugares acontece em diferentes escalas e pode afetar um país inteiro ou apenas uma rua, um morro insignificante ou uma casa. Decorre dessa constatação, a divisão da toponímia em macrotoponímia e microtoponímia, por sua vez, macrotopônimos e microtopônimos. A primeira refere-se aos topônimos que identificam espaços mais extensos em relação a outros menos extensos. Por exemplo, o nome de um município é considerado um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam os bairros que fazem parte desse município. Diz-se que a macrotoponímia abrange nomes de regiões, províncias, estados, países e outros espaços geográficos amplos. (Sousa, 2010).

Já a microtoponímia se refere aos topônimos que identificam espaços menos extensos. Exemplos de microtoponímia incluem nomes de ruas, praças, pontes, riachos, colinas, bosques e outros elementos geográficos locais. Esses nomes estão intimamente ligados à vida cotidiana das comunidades e muitas vezes refletem aspectos culturais, históricos e sociais específicos. (Sousa, 2010). Fica evidente que para a compreensão do território local, analisam-se, principalmente, os microtopônimos, embora macrotopônimos não sejam descuidados de análise nesse intuito.

Sobre o sistema onomástico de uma determinada região, Santos e Aragão (2018, p. 143) enfatizam que: “O léxico onomástico, ao testemunhar tradições e costumes de uma sociedade e de uma época, permite cristalizar *modi vivendi, cogitandi et operandi* espaciotemporalmente, bem como características físicas e geomorfológicas de uma localidade”. Para Dick (1990), a toponímia de uma região vai muito além do enfoque linguístico sem se prender também a classes terminológicas especiais a funcionarem exclusivamente como topônimos, estes por sua vez considerados aptos a perpetuar fatos de línguas a partir do determinado momento da enunciação e da assimilação pela nomenclatura geográfica. Nesse processo comunicativo, o topônimo apreende e denota o fenômeno social, frases, usos, costumes, a tradição e a conformação social de determinada comunidade (agrupamento humano).

O conceito de léxico toponímico, definido por Isquerdo (2012, p. 116) “como o conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos”. Melo (2017, p. 123) afirma que “Nesses casos, há uma situação singular, em virtude de o vocábulo, ao deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico-toponímico, reveste-se de caráter denominativo e passa a ser referencializado como locativo”. Ou seja, palavras comuns passam a ser revestidas de uma nova função e passam por um processo de aquisição de novo sentido semântico e usual. Além de um novo sentido, têm também por base uma motivação toponímica marcada por intencionalidade, explícita ou implícita.

Por outro lado, Ramos et al (2010) esclarecem que é a partir do conhecimento da formação histórico-cultural de uma comunidade que se torna possível compreender sua formação linguística. Isso porque a língua se relaciona com a cultura, que por sua vez orienta o comportamento humano como resultado de um processo sócio-histórico cumulativo das gerações anteriores. Pode-se dizer que a formação do léxico ou discurso toponímico, como se queira chamar, faz parte desse processo que mescla geografia, história e língua em uso num determinado território e constitui um dos indicadores de sua identidade, mas também é fruto da experiência histórica e cultural do espaço geográfico, logo dele constituído e dele sendo um indicador.

2. A TOPONÍMIA COMO ELEMENTO DE COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO

O estudo dos nomes de lugares, transcende a mera nomenclatura. A toponímia desempenha um papel relevante na compreensão de um território. Cada termo designativo de lugar carrega consigo uma história, uma cultura e uma identidade, como reflexo das relações humanas com o espaço. Para Riesco Chueca, 2010, p. 8), “Se se trata de adquirir laços de afeto com uma terra, e de revelar o carácter histórico-natural de todas as formas sensíveis com que o mundo nos rodeia, não é possível virar as costas aos nomes” Pode-se afirmar que os nomes de lugar são parte integrante da paisagem, revelando aspectos históricos, sociais e simbólicos ou culturais, e aspectos dos mais diversos de um território.

Nesse contexto, Matos (2014, p. 15) destaca que:

Ao tomarmos posse de um espaço físico-geográfico ou nos estabelecermos em um núcleo populacional, precisamos nomeá-lo com o intuito de garantir nossa localização espacial e identidade comunitária. Dessa forma, por meio da Toponímia, ramo de conhecimento da Onomástica, podemos analisar a estreita relação que há entre o homem e os lugares que designam o espaço que ele ocupa, isto é, podemos analisar, entre outras, a relação que há entre língua, cultura, sociedade e natureza, manifestada no processo de nomeação de logradouros.

Essa preocupação com o estudo dos nomes próprios de lugares (topônimos) não é recente. A partir do trabalho de Dauzat (1926), sabe-se de pesquisas e categorização desses termos designativos a partir de suas características de origem e motivação toponímica, inclusive elemento da língua utilizado como meio de identificação de limites territoriais. Ou seja, a partir das características dos topônimos, poderia ser identificado o pertencimento territorial. Têm-se conhecimento de que o uso da toponímia como recurso para compreensão de território remota, pelo menos, à segunda metade do século XIX.

Conforme Venayre (2013), a relação entre toponímia e território tem ocorrência em 1864, na França:

Sob o Segundo Império, o advento da noção de fronteira linguística sancionou este desenvolvimento que fez coincidir cada vez mais a ordem da língua e a da geografia. A pesquisa sobre a história dos topônimos é testemunha disso. Encorajados pelo interesse de Napoleão III pela Gália Romana, contribuíram para pensar as ligações de território e língua. Publicado em 1864, o Estudo sobre o significado dos nomes de lugares na França, de Antoine Houzégé, foi seguido, quatro anos depois, pelo grande livro de Jules Quicherat. [tradução do autor] (Venayre, 23013, p. ix)⁷

Essa abordagem toponomástica relacionada à origem e propriedade de territórios também a partir de registros fornecidos em documentos é registrada por Henri d'Arbois de Jubainville (1890) em *Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms de lieux habités em France*⁸, obra que trata da pesquisa sobre a origem da propriedade da terra e nomes de lugares habitados na França. (Longnon, 1923).

Já em termos de relação entre a toponímia e a identidade do território, Seemam (2005) diz que espaço e cultura são indissociáveis, uma vez que não porque não há sociedades que

⁷ *Sous le Second Empire, l'avènement de la notion de frontière linguistique sanctionna cette évolution qui faisait coïncider, de plus en plus étroitement, l'ordre de la langue et celui de la géographie. Les recherches sur l'histoire des toponymes en témoignent. Favorisées par l'intérêt de Napoléon III pour la Gaule romaine, elles contribuèrent à penser les liens du territoire et de la langue. Publiée en 1864, l'Étude sur la signification des noms de lieux en France, d'Antoine Houzégé, fut ainsi suivie, quatre ans plus tard, du grand livre de Jules Quicherat.*

⁸ Pesquisa sobre a origem da propriedade da terra e nomes de lugares habitados na França

vivam sem espaço para lhes servir de suporte. Por outro lado, o ser humano se compreende pelo ambiente que habita, e habitar um lugar significa conhecê-lo, transformá-lo e humanizá-lo. Assim, trata-se de um espaço cultural, que se determina tanto por sua dimensão territorial como por sua dimensão histórica. E, para organizar esse espaço humanizado para fins de orientação, organização e referência, é necessário registrar e mapear as localidades, atribuindo-lhes nomes como sinal de identificação e pertencimento.

A partir das considerações de Dick, Curvelo-Matos (2018) acrescenta que, por centrar-se também na valorização dos aspectos etnológicos, linguísticos e históricos, a definição de toponímia é ampla por refletir de perto a vivência do homem, como entidade individual e membro do grupo que o acolhe. No estudo da toponímia, vai-se além da simples nomeação, podendo resgatar tanto o passado, já perdido na memória, quanto o presente, atuante no registro dos topônimos. Nesse processo comunicativo, a partir do momento da enunciação e da assimilação pela nomenclatura geográfica, o topônimo apreende e denota o fenômeno social, frases, usos, costumes, a tradição e a conformação social de determinada comunidade.

Melo (2017) diz que esse léxico é formado pelos topônimos como unidades lexicais comuns que se atualizam a nomes próprios individuais, ressignificados no ato de “batismo” de lugar. São signos que podem revelar muito sobre a história, a cultura e as características físicas antropoculturais de um território. Por exemplo, muitos nomes de lugares têm origens que remontam a línguas antigas e podem indicar a presença histórica de determinados grupos étnicos ou atividades econômicas predominantes em um período.

Nesse sentido, salienta-se que léxico toponímico de um território pode ser entendido como discurso, uma vez que sua enunciação no ato denominativo e sua assimilação manifestam um pensar e um dizer, expressam um conteúdo e uma visão de mundo e do território. Isso ocorre seja por meio formal (memória oficial – denominação por força de lei e estabelecida pelo Estado com critérios pré-estabelecidos ou por circunstâncias do contexto) ou por descrição espontânea dos habitantes do local (memória oral, coletiva e informal). Até mesmo a preferência pelo topônimo formal e oficial ou pelo uso corrente do topônimo informal e espontâneo é um modo de manifestação que constitui um ato linguístico, cultural e político (relações ideológicas e de poder)⁹.

Não é demais salientar que o léxico toponímico de um território se refere ao conjunto de nomes de lugares (topônimos) que são utilizados para identificar e referenciar características geográficas específicas dentro de uma área. Esses nomes designativos podem ser de origem natural, como rios e montanhas, ou antropogênicos, como cidades e estradas, por exemplo. No Brasil, conforme Santos (2016, p. 173), “Os nomes dos logradouros no Brasil estão em íntima relação com o cotidiano dos moradores que vivem (ou viveram) no lugar ou em seu entorno.” Esse autor acrescenta ainda que “os topônimos nascem a partir da fala dos sujeitos e a incorporação dos mesmos no cotidiano do grupo advém, quase sempre, de referências presentes na paisagem do lugar”. Santos (2016, p. 173).

Assim, é que se diz que os topônimos surgem a partir da experiência humana em determinado lugar e nos limites de determinado território, trazendo consigo muito da memória local.

O lugar é indubitavelmente um resultado da experiência humana. Sua existência seria explicada pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado [...] o território traduz-se como um conjunto de lugares, onde se desenvolvem laços afetivos e de identidade a determinado grupo social [...] Assim como o lugar, o território produz uma enorme carga subjetiva, onde seus habitantes criam fortes laços de identidade

⁹ A esse respeito, veja-se, por exemplo a correlação entre a toponímia e o mapa como legitimador da validade dos nomes; a dinâmica da sua denominação e renominação no tempo e no espaço e os motivos e agentes político-culturais atrás desse processo. In SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do Estado do Ceará. *Vivência*, n. 29, p. 207-224, 2005.

e de apego a uma determinada porção do espaço [...] A identidade forma-se da tríade lugar-topônimo-habitante, traduzindo-se como mediação entre o sujeito e o contexto da sua vida, onde mora com sua família, sua relação com seus vizinhos e amigos, os ambientes que frequenta (escola, trabalho, igreja, etc.), tudo isso faz parte da construção da personalidade e da identidade de um indivíduo ou grupo. (Santos, 2016, p. 174-175),

A esse respeito, convém destacar, evidentemente, a relação entre os topônimos e o território de origem. A partir dessas considerações que evidenciam que a identidade é um complicado mosaico de relações entre o sujeito e o mundo, que têm no lugar e no território suas maiores expressões. Fica explícito nesse trabalho que, nesse contexto, os topônimos assumem uma função importante de identificação para o grupo que se utiliza deles. Esses nomes apresentam forte relação de subjetividade com esse grupo, significação e relação de complementaridade entre o lugar e o habitante, mediada pelo topônimo.

Pereira (2021, p. 23) é enfático em afirmar que “ao se estudar o nome dos lugares, pode-se também aprender sobre a realidade do grupo que o habita: aspectos sociais, políticos, culturais e geográficos.” Nesse cenário, é pertinente aludir à diversidade de topônimos, a partir de sua origem e significado. Em caráter de exemplo, vê-se uma classificação desses levando em consideração de Dick (1990): a) topônimos descritivos: refletem características físicas do lugar, como “Serra do Mar” ou “Rio das Pedras”; b) topônimos históricos: associados a eventos passados, como “Praça da Independência”; c) topônimos culturais: relacionados a figuras importantes, lendas ou tradições locais, como “Rua Machado de Assis”; d) topônimos políticos: homenageiam líderes políticos, como “Avenida Getúlio Vargas”.

Riesco Chueca, 2010, p. 7) destaca que:

O processo pelo qual um nome comum se torna um topônimo pode ser usado para explicar o valor dos nomes de lugares como indicadores de paisagem. A densidade toponímica está altamente correlacionada com a intensidade e variedade de usos locais da terra e com a profundidade temporal. Os nomes dos lugares são revistos como testemunhas da cultura, da biogeografia, da tradição oral e da literatura. Dois aspectos do corpus toponímico são confrontados: os nomes são uma herança, mas podem ser adaptados ou recriados para expressar relações simbólicas ou de poder. [tradução do autor]

Esse estudo aponta a toponímia como indicador privilegiado para a interpretação do território. Assim, destaca ainda que “O conjunto de nomes geográficos de um município, sua total microtoponímia, pode ser lido como um texto que representa uma teoria do lugar, contada a partir da vida e obra de seus habitantes” [tradução do autor] (Riesco Chueca, 2010, p. 8). Os topônimos compõem uma enciclopédia seletiva e uma cartografia mental, produzida localmente, que capta a forma como os indivíduos percebem o ambiente, comunicam-se sobre ele e extraem benefícios. Através da toponímia, torna-se visível quais características do território foram ou são consideradas significativas para a população local, e como o conjunto de estradas, o habitat, os usos e as águas ao seu redor se organizam como um todo perceptual.

Quanto ao estudo toponímico, Pereira (2021) ressalta ainda que:

Estudar a toponímia implica na identificação de características físico-naturais, aspectos socioculturais e econômicos, fatos históricos, fatores que façam refletir sobre a memória. Portanto cada grupo social possui características próprias que são refletidas no processo de nomeação dos lugares onde habitam coletivamente sendo “uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (Pereira, 2021, p. 29).

Assim, diz-se que a toponímia de um lugar deriva de diferentes proveniências, resultantes de determinantes como aspectos geográficos, flora e fauna dominantes ou características, nomes de pessoas etc. Logo, vê-se que a análise dos topônimos permite

reconhecer a relação entre o nome e o espaço vivido. Os topônimos são símbolos que conectam o presente com o passado, moldando a identidade territorial. A toponímia também revela relações de poder, como a escolha de nomes de ruas em homenagem a figuras políticas. Assim, pode-se afirmar ser ela uma ferramenta para desvendar a história, a cultura e a geografia de um território.

Riesco Chueca (2010) salienta que a toponímia oferece um valioso conjunto de pistas para o estudo da paisagem. Com base em Tort (2003; 2006), detecta três atributos principais no mapa toponímico de qualquer área: transparência, excepcionalidade e importância territorial. Em relação à primeira característica, pode ser interpretada de forma relativamente rápida, desde que haja certa familiaridade com a fala local e o ambiente físico. O carácter excepcional dos topônimos refere-se ao fato de, para a sua fixação bem-sucedida, ter de ter existido inicialmente algum fato diferenciador e marcante, presente no meio físico ou nas circunstâncias de posse ou exploração da terra. Já quanto ao princípio da significância territorial, refere-se ao fato de o conteúdo semântico que decide a denominação imposta a um pedaço de terra estar inserido em uma ponderação de sua relevância territorial.

O estudo do léxico toponímico pode evidenciar a inter-relação entre o homem, o ambiente, a língua e a cultura. Isso é defendido por Sapir (1969), que argumenta que a língua de um povo é influenciada pelo ambiente, incluindo os fatores físicos e os sociais.

Por fatores físicos, se entende aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1969, p. 44).

Percebe-se que a toponímia é uma construção linguística, histórica e cultural, a partir do espaço geográfico. Logo, o léxico toponímico não é apenas uma coleção de nomes, mas uma rica fonte de informações sobre a relação entre as pessoas e o espaço que habitam. Por meio de narrativas, sentidos semânticos, características físicas, localização no espaço e no tempo e outros elementos extralinguísticos, a toponímia de um território é uma de suas expressões de identidade e recurso útil para compreensão dos seus aspectos sociopolíticos e culturais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou aprofundar a compreensão dos nomes geográficos e sua relevância na construção do significado do espaço que se habita. A partir dos seus achados, pode-se afirmar que a toponímia desempenha um papel importante na interpretação e na compreensão do espaço geográfico. Os nomes dos lugares, longe de serem apenas convenções linguísticas, carregam consigo profundas significações históricas, culturais e identitárias das comunidades que os nomeiam. Essa relação entre nomes e território evidencia a significância da toponímia como ferramenta de análise multidisciplinar, conectando campos como a linguística, a geografia e a história.

Os fundamentos teóricos abordados neste estudo mostram que a toponímia não se limita à simples nomeação de lugares. A ciência toponímica considera o carácter motivacional na formação dos nomes, refletindo aspectos físicos, humanos e culturais dos espaços. A partir de conceitos geográficos como espaço, território, lugar e paisagem, compreende-se que

os topônimos constituem indicadores para a construção e a compreensão da identidade territorial.

No que tange à relação entre toponímia e identidade territorial, a análise dos nomes de lugares revela a profundidade da relação entre os habitantes e o seu entorno, num contexto em que os lugares possuem características únicas, enquanto o território envolve relações de poder e produção, demonstrando que a toponímia reflete não apenas a geografia física, mas também a geografia humana e simbólica.

A discussão teórica e prática apresenta evidência de que os topônimos são mais do que meros indicadores de localização, pois são testemunhas da história e da cultura de uma comunidade. Tanto que a toponímia é utilizada para entender e delimitar territórios desde a Antiguidade, sendo um campo de estudo relevante até os dias atuais. A análise toponímica permite desvendar a memória coletiva e a identidade cultural de um lugar, conectando o presente com o passado.

Além disso, a diferenciação entre macrotoponímia e microtoponímia fornece uma perspectiva mais detalhada sobre como os nomes de lugares podem ser utilizados para compreender diferentes escalas de território. A microtoponímia, em especial, revela aspectos culturais e sociais específicos de comunidades locais, sendo um marco para a compreensão do território local.

Todavia, algumas limitações impõem-se a este estudo. A análise toponímica é, por natureza, multidisciplinar e demanda uma abordagem integrada de diferentes campos do conhecimento. Isso pode representar um desafio metodológico e interpretativo. Em termos práticos do uso da toponímia para compreensão do território local, especialmente em áreas onde os dados históricos e culturais são escassos ou fragmentados. Além disso, a evolução contínua da linguagem e das práticas culturais pode alterar o significado e a relevância dos topônimos ao longo do tempo, exigindo uma constante atualização e revisão dos estudos toponímicos.

Em suma, a toponímia, como campo de estudo, oferece uma perspectiva rica e multifacetada sobre a relação entre língua, discurso e identidade territorial. Pode ser entendida como uma lente através da qual se pode enxergar a história, a cultura e a geografia de um território. Por meio dos nomes dos lugares, é possível explorar e compreender as complexas interações entre as comunidades humanas e seus ambientes, revelando, como já registrado, dados relevantes acerca da história, da cultura e da identidade de determinado território. Este estudo reafirma a importância de continuar investigando os topônimos como uma forma de preservar a memória e a identidade dos lugares, bem como de entender as dinâmicas socioespaciais que moldam as regiões e suas populações.

4. REFERÊNCIAS

CARRETER, Fernando Lázaro. **Diccionario de términos filológicos**. 3 ed. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. Estudo toponímico dos nomes de bairros de São Luís/MA. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 43, p. 32-49, jan./abr. 2018.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux, origine et évolution**; villes et villages, pays, cours d'eau, montagnes, lieuxdits. Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Motivação Toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. 387p.

- FERREIRA, Damile de Jesus.; PROFICE, Christiana Cabicieri. Os (entre)laços com a terra, o lar e o lugar: toponímia e percepção ambiental de uma comunidade rural da Bahia. **Interações** (Campo Grande), v. 22, n. 1, p. 37–49, jan. 2021.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. históricas e culturais. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri.; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.
- LONGNON, Auguste. **Les noms de lieu de la France, leur origine, leur signification, leurs transformations**. Paris, 1923.
- MARANDOLA JR., Eduardo J. Toponímia: um clássico geográfico. **Geografia**. v. 38, n. 2, 2013.
- MATOS, Heloisa Reis Curvelo. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. 2014. 347f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2014.
- MELO, Pedro Antônio Gomes de Melo. Léxico toponímico: alguns pontos de intersecções linguístico-culturais na toponímia municipal alagoana. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 123-140, jan./jun. 2017.
- NUNES FILHO, Aurino Alves; SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. A paisagem e o território no ensino escolar de Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 24, p. e34, 2020.
- PEREIRA, Erielson Miranda. A toponímia como recurso didático no conceito de lugar nas aulas de geografia do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia** (Recife) V, v. 4, n. 3, 2021.
- RAMOS, Conceição de Maria de Araújo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas. A presença das línguas indígenas na toponímia maranhense. *In*: **O português falado no Maranhão**: estudos preliminares. São Luís: EDUFMA, 2010.
- RIESCO CHUECA, Pascual. Nombres en el paisaje: la toponímia, fuente de conocimiento y aprecio del territorio. **Cuadernos Geográficos**, n. 46, p. 7-34, 2010.
- ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p. 128–142, 2008.
- SANTOS, Cezar Alexandre Neri; ARAGÃO, Rafaela Simias. Poponímia e ambiente físico: a nomeação de comunidades rurais do sertão nordestino. **Revista de Estudos de Cultura**, v. 4, n. 2, p. 141-168, São Cristóvão (SE), jun.-dez./2018.
- SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Acadêmica, 1969. p. 43-62.

SAUER, Carlos Eduardo; PINTO, Roberto Carlos. **Sociedade, natureza e espaço geográfico**. 2. ed. Intersaberes: Curitiba, 2024.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do Estado do Ceará. **Vivência**, n. 29, p. 207-224, 2005.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Toponímia Kalunga: aspectos da inter-relação língua, povo e território. **Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 61-75, 2015.

SOUSA, Alexandre Melo de. Toponímia e ensino: propostas para a aplicação no nível básico. **Filologia**, 2010. Disponível em https://www.filologia.org.br/ijnlflp/textos/topon%C3%ADmia_e_ensino_propostas_alexandre.pdf Acesso: 09 jun. 2024.

Tort, J. A propòsit de la relació entre toponímia i geografia: el principi de 'significativitat territorial'. **Butlletí Interior de la Societat d'Onomàstica**, 94-95: 675-688, 2003.

Tort, J. Els noms de lloc i el territori: la toponímia des de la geografia», en: Mallorqui, E. (coord.), Amigo, R., Rabella, J.A., Tort, J. y Roma, F. **Toponímia, paisatge i cultura. Els noms de lloc des de la lingüística, la geografia i la història**, Gerona: Ed. Documenta, Universitària, 2006.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. **Um estudo da percepção**. atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Opúsculos. Volume III – Onomatologia**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 4.

VENAYRE, Sylvain. **Les origines de la France - Quand les historiens racontaient la nation**. Paris: Le Seuil, 2013.

SOM DA LIBERDADE: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA DO GÊNERO CRÍTICA DE CINEMA À LUZ DA ARGUMENTATIVIDADE

Natanael da Costa (UFMA)
Mônica Fontenelle Carneiro (UFMA)¹

“A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes.” (Valentin Volóchinov)

1. INTRODUÇÃO

Consoante Gomes (2006, p. 02), “não há dúvida de que a crítica de cinema exerce força persuasiva que condiciona os leitores a um determinado modo de interpretação do filme que está sendo avaliado”. Em outras palavras, não apenas a crítica de cinema, mas a crítica de arte de maneira geral, carrega em si mesma as impressões subjetivas de um sujeito que observa um artefato artístico-cultural a partir de suas próprias lentes, mas não apenas isso, pois também promove um choque discursivo entre diferentes perspectivas de enxergar a realidade. Isso é feito a partir da intermediação do próprio gênero. Nesse sentido, é cabível se questionar sobre possíveis justificativas que explicam tal fenômeno. Dentro desse contexto, a teoria bakhtiniana emerge como uma possível contribuição a esse debate, uma vez que o filósofo russo traz, em suas elucubrações, uma proposta de análise linguageira que leva em conta a própria materialidade do discurso na vida concreta.

A partir desse viés, é objetivo deste artigo buscar contextualizar, de modo exploratório, essa relação, oferecendo uma análise detalhada da dinâmica discursiva presente nas críticas cinematográficas à luz dos conceitos bakhtinianos, principalmente sobre o lugar dos gêneros discursivos nas interações humanas verbais, as quais passam, necessariamente por motivações político-ideológicas próprias das inevitáveis tensões sociais experienciadas pelos sujeitos.

No cerne da teoria de Bakhtin está a noção de dialogismo, que enfatiza a interação constante entre diferentes vozes e perspectivas, dinâmica essa que se manifesta na realidade dos gêneros discursivos, que visam a servir aos propósitos sociocomunicativos dos sujeitos inevitavelmente imersos em sociedade, com todas as suas idiossincrasias.

Assim, situando a crítica cinematográfica no bojo dessas discussões, parece que a análise fílmica constitui não apenas um discurso unilateral do próprio crítico, mas sim um espaço de diálogo e também de negociação (e até mesmo de choque), no qual múltiplas vozes convergem e divergem, contribuindo para a construção de significado. Não apenas isso, mas como também se trata aqui do entrelaçar de diferentes vozes do universo discursivo do cinema (cineastas, espectadores, os próprios críticos etc), criando assim um tecido discursivo complexo e multifacetado:

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, a palavra é um ato bilateral. Ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige. Enquanto palavra, ela é justamente o produto das inter-relações do falante com o ouvinte. Toda palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva

¹ Doutora em Linguística (UFC); professora do PGLetras, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mf.carneiro@ufma.br

da minha coletividade. A palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor. (Volochinòv, p. 205)

Com o intuito de verificar as evidências de todas essas questões, esta pesquisa terá como objeto de análise duas críticas envolvendo o longa “Som da Liberdade” (2023), cuja repercussão promoveu diferentes imbrólios sociais e ideológicos em si mesmo, promovendo um embate entre visões de mundo antagônicas. Até que ponto essa problemática chegou à crítica? Será que é possível dizer que a crítica, nesse caso, foi além de uma mera argumentação em defesa (ou não) da qualidade técnica de um filme? Se sim, será que isso encontra espaço na própria natureza discursiva da crítica? Esses são os pontos a serem discutidos aqui, sob o fundamento dialogista de Bakhtin.

2. BAKHTIN: A MATERIALIDADE DA REALIDADE DISCURSIVA-LINGUAGEM

Bastante preocupado com as questões envolvendo a essência social e material dos fenômenos linguísticos, o Círculo de Bakhtin observa as reflexões linguísticas dos séculos XIX e XX com um olhar crítico, pondo lentes sociológicas aos estudos da Ciência da Linguagem. Assim, em “Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da Linguagem” (2021), encontra-se a identificação de duas correntes no campo da linguística, a saber: o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato. Na primeira, há o “ato discursivo individual e criativo como fundamento da língua” (Volochinòv, 2021, p. 148). Consequentemente, basta a constatação, a descrição e a classificação linguísticas com fins ao detalhamento dos fenômenos linguísticos, muitas vezes utilizados com intuídos pedagógicos (Volochinòv, 2021, p. 148). Já o objetivismo abstrato diz respeito a um “sistema linguístico compreendido como sistema de formas linguísticas, gramaticais e lexicais” (Volochinòv, 2021, p. 155).

O Círculo abre mão dessas definições ao defender que “a comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida e nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta” (Volochinòv, 2021, p. 220). Abre-se, então, caminho para uma proposta discursiva materialista pautada, sobretudo, na realidade concreta, levando em conta as particularidades e motivações das condições sociais em que os sujeitos são expostos.

A partir dessa condição, Volochinòv propõe três implicações metodológicas para os analistas do discurso:

- 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas;
- 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é: os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica;
- 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (Volochinòv, 2021, p. 220)

Como se nota, uma análise bakhtiniana da linguagem tem o seu ponto de partida na “interação discursiva” e nas suas “condições concretas” de uso. Parte disso, pois são essas condições que determinam sentidos, usos, propósitos de comunicação, uma vez que “é na perspectiva de linguagem como interação, numa dada situação de comunicação e em um determinado contexto sócio-histórico que de fato poderá existir produção de efeitos de

sentido entre interlocutores” (Aranha, 2010, p. 45 e 46). Essas peças têm a sua personificação dos gêneros discursivos, que revelam institucionalizações e motivações. E é, a partir desses critérios pragmáticos, que se tem munção para refletir sobre as formas linguísticas.

Uma leitura desatenta pode transparecer a falsa noção de que, para Bakhtin, as formas linguísticas não importam. Nada mais inverossímil do que isso, tendo em vista que o russo, ao tratar dos gêneros e do enunciado como parte nuclear do estudo discursivo, reconhece que, entre outras coisas, a enunciação reflete “as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [da atividade humana] não só por seu conteúdo temático e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de cursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua (...)” (Bakhtin, 2011, 261). Fiorin confirma tal posicionamento quando postula que

as unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação. As primeiras são repetíveis. Com efeito, um som como /p/, uma palavra como irmão, uma oração como “É preciso ser forte” são repetidos milhares e milhares de vezes. No entanto, os enunciados são irrepetíveis, uma vez que são acontecimentos únicos, cada vez tendo um acento, uma apreciação, uma entonação próprios. (Fiorin, 2022, p. 23)

Segundo Bakhtin, há de se falar em enunciados e em unidades da língua, essas últimas fazendo referência às particularidades idiomáticas (sintáticas, morfológicas, prosódicas etc). Os enunciados, por sua vez, são a

real unidade da comunicação discursiva [...]. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso. O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso e fora dessa forma não pode existir. (Bakhtin, 2021, p. 274)

Além disso, na proposta bakhtiniana, o sujeito sempre é socialmente organizado, envolto nas tensões sociais e nas contradições que o cercam. Logo, não há de se falar em neutralidade absoluta ou em imotivações, porquanto esse sujeito está em seu meio, interferindo nela por meio de sua cosmovisão, visando também a alcançar os seus propósitos dentro dessas condições e, para isso, impondo-se discursivamente.

Essa imposição não se dá de outro modo a não ser por intermédio dos enunciados, irrepetíveis, motivados, inclinados, socialmente situados e ideologicamente direcionados. É a parte deles que o discurso se constrói, razão pela qual são os enunciados o verdadeiro objeto de investigação do analista bakhtiniano. Isso porque Bakhtin não nega a existência da língua e nem condena o seu estudo. Ao contrário, ele o considera como sendo necessário para compreender as unidades linguísticas. Porém, ele mostra que a fonologia, a morfologia ou a sintaxe não explicam o funcionamento real da linguagem.” (Fiorin, 2022, p. 23).

Finalmente, a concretização desse funcionamento acontece graças à existência dos gêneros discursivos. Remete-se aqui à célebre afirmação do russo, quando diz que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (Bakhtin, 2011, p. 261). Ou seja, o fazer humano (ou a sua intervenção no meio) passa necessariamente por um protagonismo linguageiro, sem o qual os interesses antropocêntricos não podem ser atendidos. Para Koch (2022, p. 152, e 253), “o que está fora de dúvida é que, nas variadas situações de interação verbal, a competência sociocomunicativa dos interlocutores permite-lhes discernir o que é adequado ou inadequado no interior das práticas sociais em que se acham engajados”. Corroborar tal posição Aranha (2010, p. 54), ao defender que “as necessidades humanas ou atividades sociais geram inúmeras possibilidades de ocorrência e surgimento de diversos gêneros, considerando os fatores sócio-históricos, a situação, o lugar de uso da linguagem”. A ideia, portanto, é considerar as circunstâncias sociocomunicativas

das ocorrências linguísticas em seu contexto real de uso para, somente a parte disso, refletir acerca da própria manifestação linguística e discursiva em si.

O ser humano em seu potencial interativo revela os seus interesses à medida que age linguisticamente não apenas sobre o meio, mas também, e principalmente, sobre o outro. Como visto, isso se dá a partir da enunciação, que, juntamente com conteúdo, estilo de linguagem e composição, da gênese aos gêneros, que, por sua vez, são capazes de revelar as configurações sociais e humanas (diacronicamente e sincronicamente), toda a organização dos mais diversos campos de atividade humana. Segundo Fiorin (2022), os gêneros manifestam concretamente os enunciados e materializam a realidade textual (p. 57).

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório que se desenvolve e se complexifica a um determinado campo. (Bakhtin, 2011, p. 262)

3. RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS EM BAKHTIN PARA A ARGUMENTAÇÃO

Há um adágio entre pesquisadores das ciências da linguagem de viés sociointeracionista que diz que, a partir do momento em que Adão e Eva trocaram as primeiras palavras, é que se percebe a língua em sua existência plena. Na verdade, indo além, fazendo uso também do relato bíblico, se se levar em conta que Adão já conversava com o seu Criador, então se verá com mais precisão, nessa analogia, que a língua é, sobretudo, para comunicação e interação, troca, diálogo:

“as manifestações de linguagem em situações sociais concretas, realizadas de forma coletiva com vistas a constituir um diálogo entre o “eu” e o “outro”. (...) O homem, em seu sentido genérico, tem como característica marcante a alteridade, uma vez que o outro é imprescindível para sua constituição. Tomando as palavras de Bakhtin, a vida é dialógica por natureza.” (Aranha, 2010, p. 62)

Esse entendimento é o coração da doutrina linguística de Bakhtin, conhecida como dialogismo. Fiorin (2022, p. 21 e 22), assim define o dialogismo bakhtiniano:

A língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciadador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados.

O dialogismo, então, se trata do pleno uso linguístico que repousa em sua própria forma de expressão, tendo em vista que todos os enunciados, em um processo de comunicação, independentemente de sua extensão, são de natureza dialógica, ou seja, interagem entre si inevitavelmente. Há sempre a presença do outro, o que significa que um fazer linguístico-discursivo sempre leva em conta, necessariamente, o discurso do outro, que, por sua vez, está presente no seu. Por conseguinte, todo discurso é inevitavelmente influenciado, permeado, pelo discurso de outrem. Logo, nisto está o dialogismo: nas relações semânticas estabelecidas entre dois enunciados, implícitas ou explícitas.

O dialogismo, assim, é o centro da reflexão bakhtiniana no que tange à própria interdiscursividade. Os enunciados que brotam dos dizeres na realidade concreta transitam entre si em sociedade em um processo orgânico e imparável, retroalimentados os discursos em sociedade. Observa-se isso também na intertextualidade.

Alvo de muitas más interpretações, o conceito de intertextualidade não é originário dos estudos de Bakhtin, mas surge como um desdobramento deles. Na verdade, segundo Fiorin (2022, p. 58), a intertextualidade diz respeito ao “encontro de duas materialidades linguísticas, de dois textos. Para que isso ocorra, é preciso que um texto tenha existência independente do texto com que ele dialoga”. A intertextualidade é da ordem concreta da manifestação textual. Por outro lado, a interdiscursividade se refere às relações entre os enunciados. Mais ainda, “O enunciado é uma posição assumida por um enunciador” (Fiorin, 2022, p. 57).

A visão de Bakhtin é extremamente útil para entender melhor o aspecto argumentativo-discursivo dos gêneros. Nesse sentido, Amossy (apud Macedo, 2018, p. 40) impõe-se defendendo que “o sujeito aparece, então, atravessado pelo interdiscurso”, enfatizando o caráter dialógico das práticas de linguagem. Conseqüentemente, se os enunciados oriundos de sujeitos socialmente posicionados e ideologicamente motivados passam por enunciados alheios, isso significa que todo fazer discursivo e enunciativo se revela como uma inevitável posição a outros. Logo, os sujeitos sempre estão à procura de se posicionar discursivamente sobre a realidade a partir de outros enunciados, seja ratificando-os ou retificando-os. Nisso repousa, destarte, a natureza argumentativa da prática discursiva. Não à toa, Silva e Carneiro (2017, p. 63) apontam a intertextualidade (e a interdiscursividade) como ferramenta indispensável da argumentação:

“As relações intertextuais que se estabelecem em textos diversos apontam para um recurso argumentativo no qual se verifica a incorporação de vozes de enunciadores variados. [...] A retomada de textos tem poder para sustentar uma tese, dar um novo significado ao que já foi dito, com margens para novas significações, trazendo a possibilidade de oposições, acréscimos de novos sentidos, novos rumos.”

Em suma, os gêneros personificam o que habita no campo discursivo-enunciativo, trazendo à tona à realidade, nas interações humanas, o inseparável vínculo entre os enunciados que flutuam em sociedade, em um constante processo de se fazer percebido por meio da persuasão.

4. A CRÍTICA DE CINEMA E O CASO DE “SOM DA LIBERDADE”

A crítica de cinema acompanha a própria arte cinematográfica, atingindo o seu auge a parte da validação acadêmica da sétima arte. É o que explica Gomes (2006, p. 01):

Quando o cinema ganha certo respeito no campo das artes, a atividade da crítica de filmes e a própria teoria do cinema se viram vinculadas aos sistemas referenciais interpretativos das disciplinas humanísticas, sobretudo da literatura. Com efeito, em meados do século XX os múltiplos enfoques dados aos estudos literários foram também transferidos para a crítica de cinema e, diga-se, não somente a chamada crítica acadêmica como também a crítica comum de filmes, naturalmente parte deste horizonte histórico. Esta pluralidade de enfoques passava pelos estudos dos mitos, das abordagens psicanalíticas, marxistas ou estruturalistas que converteu o filme num “texto” pronto para ser dissecado. Após a Segunda Guerra Mundial, há uma multiplicação de revistas de cinema, especialmente na França (*Cahiers du Cinéma*, *Positif* e *Cinéthique*) na Inglaterra, (*Screen*, *Sequence*, *Sight and Sound*,

Movière) e nos Estados Unidos (*Film Quarterly*, *Film Culture e Artforum*). Algumas destas publicações até hoje permanecem como referenciais de textos de qualidade na análise da obra cinematográfica. Além disso, e talvez o mais importante, é que estas revistas acabaram por criar escolas, ao traduzir um modo ensaístico peculiar de fazer as críticas, influenciando esta prática em diversos lugares do mundo.

Trata-se de um gênero cujo objetivo é convencer o interlocutor de uma posição sobre uma obra fílmica. Enquadra-se no que Amossy chama de visada argumentativa, isto é, uma prática linguageira cuja finalidade não é outra senão a explícita tentativa de convencimento de uma tese (no caso, a impressão sobre um filme, quer aprovando-o ou não), além de uma chamada à ação para o público consumi-lo ou não (e por que). Para isso, o autor faz uso de diversas estratégias de convencimento (e, aqui, Amossy, defende ainda que o sujeito não está passivo diante da realidade discurso, mas tem sobre si certo protagonismo, revelando-se como estrategista para atingir os seus propósitos nas interações através dos enunciados), entre elas: a intertextualidade.

Logo, o objetivo do crítico é trazer à tona as suas impressões a respeito do que viu, promovendo negativamente, ou não, o filme analisado, provocando discussões sobre ele entre públicos e profissionais dessa esfera artística, tendo o poder, inclusive, de influenciar, ainda que minimamente, possíveis caminhos de mercado. Ocorre que, se o texto materializa o entrelaçamento entre diferentes discursos, a crítica não deixa de estar carregada da subjetividade de quem a faz, chocando-se com as perspectivas de seu público. É por isso Ann Hornaday, em “Como falar sobre cinema”, assim caracteriza o trabalho dela:

[...] não importa quais sejam as expectativas que almejam cumprir, todos os filmes têm uma linguagem essencial em comum: um léxico de convenções visuais, sonoras e performáticas que os conectam, ou, quando essas convenções são habilmente subvertidas, criam uma exceção revigorante. O trabalho do crítico é reconhecer essas conexões e esses rompimentos, não para tratar o leitor com pedantismo ou superioridade, mas para abrir possibilidades de interpretação e enriquecer a experiência cinematográfica, ou pelo menos oferecer uma leitura instigante. (Hornaday, 2021, p. 13).

Ora, se o trabalho do crítico é “abrir possibilidades de interpretação e enriquecer a experiência cinematográfica”, cabe questionar como isso é feito. Seguindo a proposta bakhtiniana, tal abertura ocorre à luz do dialogismo e do cruzamento mútuo entre textos e discursos para os fins de argumentação. Portanto, nesse sentido, a crítica se mantém à proporção em que se explora discursos harmônicos e desarmônicos em relação à obra analisada para validar uma tese. Isso, por sua vez, ecoará nas discussões que promoverá, quando outros discursos entrarem em cena na dinâmica da interação. Levando em conta todos esses aspectos, é oportuno analisar o caso envolvendo o longa “Som da Liberdade” e a repercussão que alcançou as suas críticas.

“Som da Liberdade” é um longa dramático de 2023, que conta a atuação de Tim Ballard, conhecido por sua luta contra o tráfico de crianças. A história de Ballard é envolta em controvérsias, passando por teorias da conspiração, como a QAnon, e acusações de assédio. Além disso, o ator que vive Ballard no filme, Jim Cavaziel, é acusado de ser adepto do QAnon, o que acabou gerando embates ideológicos, fora a ação de marketing do filme.

No Brasil, o debate sobre o filme foi intensificado principalmente pelo fato de a distribuição do filme no país ter se dado também pela Brasil Paralelo, veículo de comunicação simpático a ideais de Direita. Desse modo, rapidamente o filme serviu como trampolim para debates ideológicos e suas críticas parecem não deixar de lado esse aspecto.

5. ANÁLISE DE CRÍTICAS SOBRE “SOM DA LIBERDADE”

Para os fins deste estudo, duas críticas sobre o filme citado serão analisadas: a primeira, escrita pela colunista Natália Cruz Suman, para o jornal Gazeta do Povo, e a segunda, escrita por Rafael Santos, crítico membro da Associação Cearense de Críticos de Cinema, para o seu canal na plataforma You Tube. Seguem os textos na íntegra:

CRÍTICA 1: “Som da Liberdade” enriquece o nosso imaginário, mas podia ir além. (Natália Cruz Suman)

Som da Liberdade, que após uma temporada exclusivamos cinemas já pode ser alugado nos streamings da Apple TV, Prime Video, YouTube, Google e Claro TV, revela uma realidade que muitos preferem ignorar: o alarmante crescimento do tráfico sexual de crianças e a preocupante influência da pornografia na familiaridade de homens simples (não apenas milionários com uma ampla rede de contatos) com a indústria da pedofilia. O filme aborda esse tema ao documentar o resgate de várias vítimas, comandado por Tim Ballard, um verdadeiro herói moderno. Impulsionado por sua fé em Deus e pelo valor da família, Ballard estava disposto a arriscar sua própria vida para libertar essas crianças.

Na minha opinião, o filme é digno de ser assistido, pois enriquece nosso imaginário ao retratar a realidade desse horror. Apresenta cenas de grande beleza que flertam com elementos artísticos, ao mesmo tempo em que tem um impacto social significativo, trazendo à tona a conscientização de que a pedofilia não é um problema distante, mas algo que cresce em nossa sociedade. Esse horror precisa ser lembrado constantemente, já que muitas pessoas preferem ignorar o problema. Como exemplo, no passado, escrevi sobre os caminhos intelectuais que os militantes percorrem em relação à legalização da pedofilia e nem sempre fui levada a sério.

Freud desempenhou um papel crucial neste debate ao defender abertamente que a sexualidade existe na infância de forma maior do que a esperada. Não que ele tivesse perversão. Freud considerou nas crianças um interesse predominantemente cognitivo em relação ao sexo entre duas pessoas, excluindo o interesse genuíno, a menos em casos de desvios comportamentais. No entendimento freudiano, inclusive, muitos sintomas de histeria são causados por traumas sexuais infantis. No entanto, a ênfase na sexualidade infantil abre espaço para a normalização do onanismo e, quando os pais reprimem a masturbação dos filhos, começam a ser interpretados como se estivessem restringindo a liberdade sexual das crianças, abrindo espaço para uma militância quanto aos supostos “direitos sexuais infantis”.

Para os ativistas pedófilos, a premissa é que, se as crianças possuem desejos, podem consentir em satisfazê-los, o que impulsiona a perigosa ideia de que meninos e meninas consentem em ser tocados. No entanto, é importante ressaltar que, em casos envolvendo crianças, o consentimento não deriva da consciência, mas da manipulação. É algo que os ativistas pedófilos nunca admitiriam. Pelo contrário, eles utilizam diversas estratégias para tentar combater a “patologização” e a criminalização da pedofilia. Listo alguns exemplos:

- *Usar uma terminologia de valor neutro ou romântico (as principais revoluções começam com a linguagem), substituindo termos carregados como pedofilia por expressões como pedoafetividade, amor grego, amor imberbe e substituindo o rútilo de pedófilo por boy-lover ou child-lover.*
- *Incorporar representações de nudez infantil na arte, como exemplificado na polêmica exposição *Queer museum*.*
- *Propor uma redefinição do termo "abuso sexual infantil" para "intimidade intergeracional".*
- *Fomentar a ideia de que crianças podem consentir sexualmente com adultos.*
- *Desafiar a noção de que a relação sexual entre criança e adulto causa dano psicológico.*
- *Apoiar pesquisas autodenominadas científicas acerca da sexualidade e consentimento infantil e acusar seus opositores de tendências políticas e comprometimento moral.*
- *Militar pela desclassificação da pedofilia como doença mental ou crime.*

O próprio *Som da Liberdade* apresenta certos pedófilos como indivíduos de comportamento folião e despreocupado, que não intelectualizam suas imoralidades. No entanto, o primeiro a ser encarcerado tem uma aparência geek e disposição intelectual, chegando a escrever um livro com o intuito de racionalizar seus desejos. Esse pedófilo defende que todos possuem impulsos semelhantes, mas poucos têm a coragem de expressá-los. Há uma sugestão da existência de um ativismo pedófilo e aqueles que questionam essa realidade poderiam começar a pesquisar sobre organizações e grupos como NAMBLA (North American Man/Boy Love Association), Vereniging Martijn, Associação Pedófila Dinamarquesa, IPCE (International Pedophile and Child Emancipation), K13 (Associação Krumme 13), Boychat, Free Spirits e Forum Newgon. A realidade é dura não só na prática, como na mente humana.

Falta de profundidade

Entretanto, assim como a esquerda se equivoca ao eleger o filme *Barbie* como o ápice da sátira intelectualizada, a direita também enfrenta o risco de politizar a arte e confundir dramas interessantes, porém simplistas, com grandes marcos na história do cinema. Portanto, embora “*Som da Liberdade*” seja inegavelmente envolvente, deixa a desejar como obra de arte.

As obras de arte servem para nos libertar das abstrações e nos lançar à concretude da realidade, encontrando densidade onde antes víamos generalizações. Elas não apenas devem retratar circunstâncias particulares envolventes, mas também dramas universais com os quais todos possam se identificar. Se o filme fosse uma verdadeira obra de arte, os personagens deveriam permitir que o espectador se reconhecesse ou visse o que lhe falta nas qualidades e defeitos de cada um deles.

Você já se sentiu alguma vez oprimido por uma força opressiva contra a qual não sabia como lutar, como Roccio? Ou já experimentou o desejo de explorar alguém, negligenciando a subjetividade da pessoa, como os abusadores, mesmo em circunstâncias alheias ao sexo? O que interessa é mais o drama universal do que a circunstância particular. Por exemplo: você já passou por uma forma de violência que não conseguia compreender totalmente devido à sua imaturidade, como Miguel? Ou sempre teve consciência das opressões que enfrentou? Você já aspirou a ser um herói, ou sentiu medo de confrontar o sistema, como Tim, por covardia? Apoiaria seu cônjuge se ele desistisse do emprego para se tornar um herói, como Katherine, ou temeria os desafios financeiros, a carência afetiva e a possibilidade de perda, como a possível morte do marido? Quem você seria nesta narrativa?

As experiências negativas das crianças careceram de profundidade na narrativa. Não por qualquer falha do roteiro, como sugerem os críticos especializados. Pelo contrário, isso pode ter sido uma escolha consciente para refletir a compreensão rasa das próprias crianças diante do horror que testemunharam. Abusos sexuais geram emoções tão complexas como medo, vergonha e confusão mental, que a ficha demora para cair. Às vezes, a vítima se retrai, sem desespero como Miguel, porque sua mente recorre a mecanismos de defesa como negação, repressão e sublimação. O choque é tão letal que a mente hesita em liberar lágrimas na quantidade que esperaríamos. Sentimo-nos emocionalmente paralisados, sufocando nossos sentimentos. O esgotamento emocional nos impede de expressar emoções e, em situações de dor crônica ou prolongada, até nos adaptamos à dor. No entanto, a exploração dos dramas vividos pelos adultos deveria ser mais profunda, começando pela figura paterna.

O pai de Roccio e Miguel é retratado apenas como uma vítima do destino, que não suporta a visão dos quartos vazios de seus filhos, a incerteza de suas integridades físicas e mentais. No entanto, anteriormente, esse mesmo pai permitiu que as crianças fizessem um teste de modelo, sugerido por uma desconhecida e deixou-as sozinhas num ambiente suspeito. Por quê? O filme não explora se sua ação foi motivada por vaidade, busca por lucro às custas dos filhos ou um genuíno apoio à vocação artística de sua filha, cujo canto teria maior oportunidade na indústria do entretenimento. Seria ele negligente, oportunista ou apenas ingênuo? O que fica evidente é que os eventos trágicos não teriam ocorrido se ele não tivesse concordado em deixar as crianças sozinhas. No entanto, a negligência do pai e sua consciência culpada não são exploradas. A reação dos parentes das outras crianças também permanece em questão.

Todo herói é vulnerável

O filme também deixa de aprofundar a biografia e os dramas psicológicos mais complexos do protagonista, o policial Tim. Na vida real, os heróis não são seres angelicais desprovidos de ambiguidades morais e conflitos psicológicos, nem possuem um conhecimento infalível sobre o caminho que devem percorrer, como se este fosse revelado do Céu. Pelo contrário, eles carregam questões latentes, como ilustrado pelo personagem Travis em *Taxi Driver*. O drama universal apresentado no filme de Martin Scorsese é o da busca pela justiça em meio a um ambiente injusto, onde o protagonista se sente deslocado e acaba cometendo erros graves, agindo de maneira às vezes insana. Por um lado, ele está correto ao reconhecer que não podemos ignorar os problemas da sociedade, no entanto, também faz parte do mundo decaído. Às vezes, inconscientemente, Travis emula a maldade do meio, demonstrando um desconhecimento sobre o verdadeiro cultivo da virtude. Ele só encontra as respostas para o problema da justiça à medida que vive sua vida, resgatando um menor de idade da prostituição, o que o faz passar da revolta abstrata para ação real. Em contrapartida, no filme de Alejandro Monteverde, Tim é apresentado como um herói perfeito, sempre com respostas prontas e sem mostrar fraquezas emocionais, ao contrário, por exemplo, do próprio Cristo, que demonstrou vulnerabilidade na Cruz.

Som Da Liberdade deixa a impressão de que a esposa do protagonista o apoiou de maneira significativa, no entanto, essa dimensão do drama não é bem explorada. Será que ela nunca experimentou o medo de perder o marido em planos perigosos? Será que nunca sentiu a ausência dele em casa, compartilhando momentos com os filhos e oferecendo atenção? Mesmo as esposas mais compreensivas enfrentam inseguranças e receios, como qualquer ser humano, e as misérias humanas nos permitem a identificação com os personagens. heróis não nascem prontos; eles forjam o caminho da justiça enfrentando ambiguidades e desafios psicológicos; mais como Travis, menos como Tim.

CRÍTICA 2:

“Som da Liberdade”: Crítica (Raphael Santos)

Um agente do Governo dos Estados Unidos deixa seu posto para dedicar sua vida ao resgate de crianças em uma rede global de tráfico. O homem inicia uma cruzada messiânica em busca de sucesso nesse desejo de resolver o que os Estados Unidos da América não conseguem resolver por si só. Esta é a sinopse do filme "O Som da Liberdade", protagonizado por Jim Caviezel, conhecido por interpretar Jesus em "A Paixão de Cristo". A direção é de Alejandro Gómez Monteverde. Após anos engavetado, assim como acontece com vários outros filmes, "O Som da Liberdade" tornou-se polêmico tão logo foi lançado. Isso ocorre porque, mesmo chegando algum tempo depois ao Brasil, existem questões sobre a precisão da representação dos eventos no filme e sobre o próprio Ballard, que é o protagonista nesse caso. Ele foi associado à Teoria da Conspiração QAnon, um grupo que diz lutar contra pedófilos satanistas que dominam os governos mundiais. Seguidores da seita invadiram o Capitólio, e o fenômeno se tornou uma ameaça real.

O lançamento do filme levantou suspeitas devido à discrepância entre a alta bilheteria e as salas completamente vazias. Criou-se até um QR Code para comprar ingressos para outras pessoas, como uma forma de mostrar que existem sim ingressos virtuais sendo vendidos. Agora, se as pessoas não vão, aí é problema delas. A polêmica intensificou-se após o ator principal, Caviezel, expressar seu apoio à teoria da conspiração de extrema direita durante um evento nos Estados Unidos. A Angel Studios, responsável pela distribuição, negou influências conspiratórias na produção.

Dito isso, vamos ao que interessa: falar do filme em si e sua concepção. Apesar de usar arquétipos que beiram o estereótipo, o filme faz um trabalho bacana de dar nome aos bois, pelo menos ali no começo. Ao definir a rede do tráfico, deixa bem claro como é uma discussão de necessidades íntimas de uma classe específica estadunidense. O filme critica a exploração americana e a falta de solução para problemas deixados para trás.

Os diálogos, muitas vezes, são forçados, e a primeira hora do filme é lotada de abordagens para simplesmente emocionar a qualquer custo. Tenta-se convencer o protagonista a embarcar nessa cruzada até o

título do filme, "O Som da Liberdade", é jogado para fazer essa convocação. E sempre seguimos com o protagonista, não importa o que ele decida. Em um dado momento, sem saber mais o que fazer, promove-se uma pregação a partir do bandido convertido agora em mocinho. Eles adoram essas histórias. Todos ao redor do protagonista sugerem diretamente que ele deve ir contra tudo e contra todos pelo seu desejo inabalável de não só prender mais os perpetradores, mas também resgatar as vítimas. No entanto, da forma como o filme trata, parece que "A Paixão de Cristo" ainda não acabou. Jesus continua na trama. A única cena íntima do protagonista em sua casa vem para nos fazer entender que, já que esse cara tem vários filhos, é evidente que ele irá seguir naquela causa. Já mais abraçamos outros aspectos da intimidade do protagonista. Ele é o homem perfeito, mesmo que o filme deixe bem claro que toda a sua construção serve para enaltecer apenas essa figura. Tudo é envolvido em uma trilha que mistura o épico, usado geralmente em apresentações de coach, com a música sacra, trazendo tons de heroísmo, mas também de dor, sofrimento e lamento.

A narrativa, dividida em quatro atos, soluciona o caso principal logo no terceiro ato e depois se volta para a missão pessoal apenas de Ballard. Se ele está em tela, a trilha sacra domina. Quando ele decide, a trilha épica pede a vez. O filme fica cansativo, repetitivo e força a barra para se aproveitar da figura inabalável que foi criada. No quarto ato, o foco em Ballard intensifica tanto que chega ao ponto de transformá-lo em uma espécie de Rambo desarmado, distanciando o enredo de sua base factual e colocando-o no centro de todos os acontecimentos, mesmo que na história real não tenha sido bem assim.

A montagem deixa muitos vazios, e quando parece que vai aprofundar, volta o foco para o seu Salvador. Ao final do filme, como não aprofunda em nada além do protagonista, tenta-se compensar jogando ideias que não foram exploradas pelo filme. É uma espécie de desespero ou então, praticamente, uma redenção, assumindo que não conseguiu dentro da sua própria narrativa explicar o que agora tenta explicar jogando letras em tela. Não só o letrado, mas no meio dos créditos, tem um apelo do Caviezel por doações, uma campanha bem mal explicada para comprar um ingresso para outra pessoa. E nesse apelo, o ator diz que grandes nomes das empresas de tecnologia, bilionários e políticos influentes estão nessa rede, e que por isso o filme foi boicotado. O tom escolhido por Caviezel parece daquelas notícias que apontam para todos os lados, para o grande inimigo oculto, e sem conseguir adentrar nos assuntos, mais uma vez torna o inimigo ainda mais oculto, a favor dos heróis que dão soco no ar dessas teorias da conspiração.

O apelo combina com alguns exageros do filme. O caso do tráfico de crianças é factual e precisa ser abordado de maneira séria, mas o filme não faz isso a favor da figura salvadora. Jamais aborda os crimes como merecem, como fruto de uma doença intrínseca na sociedade estadunidense. Troca isso por uma grande conspiração jamais provada, porque assim fica mais fácil de vender a mentira. Nesse processo, a vítima é objetificada pelo roteiro. Ele fala do tráfico infantil com cunho de assédio, para não usar outras palavras, e sugere que libertar a criança desse cenário basta, nunca mais voltar a abordar a vida que essa criança levará daqui para frente. É colocar todo o peso na conta do herói e jamais no quão heróicos vão ter que ser os pais e as próprias crianças abusadas, traumatizadas, com suas mentes e vidas dilaceradas, viver e voltar para a sociedade de maneira minimamente sã vai ser um desafio muito mais complexo do que a jornada do protagonista do filme.

Faço um paralelo aqui com o cuidadoso "O Quarto de Jack". Toda a temática desse filme, ainda que explore o modus operandi do agressor, é voltada para a criança, para sua mente dentro do cativado, na fuga e pós. Serve para explorar as consequências da agressão que também sofreu. No caso em si, serve para mostrar como Jack, aquela criança, conseguiu se desvencilhar das amarras visíveis e invisíveis do seu agressor. Aqui não. A figura infantil tem sua existência sequestrada por esse roteiro para que atinjam níveis única e exclusivamente dramáticos, jamais reflexivos, para que atinjam dor, sofrimento, penitência, jamais o panorama de uma mente desses garotos e garotas.

A bem da verdade, nessa trama, tudo em volta do protagonista é sequestrado a favor de maximizar sua figura de herói inabalável. Absolutamente tudo serve a essa ideia de que o homem messiânico irá resolver sozinho ou acompanhado até certo ponto, se você quiser ser salvo, ele te salvará. Mas depois não importa mais como você fica navegando por esse mundo. É impressionante, mesmo que os fatos não apontem para o lado real da história. Isto é, que nem sempre o herói foi o herói em si. Não importa. É preciso fazer Ballard parecer o Capitão América.

Em resumo, "O Som da Liberdade" prioriza o heroísmo de seu protagonista, muitas vezes em detrimento da profundidade e realismo dos temas abordados. O filme perde a oportunidade de explorar os impactos reais do tráfico infantil a partir das próprias vítimas e da sociedade como um todo, optando, portanto, por focar sempre no melodrama exagerado e na figura salvadora. Seu flerte com teorias da conspiração nos créditos finais e sua abordagem superficial de temas tão graves geram uma certa confusão sobre o real objetivo do filme. O tráfico de crianças é um problema real e complexo que merece uma abordagem mais responsável e menos sensacionalista. Merece ser aprofundado, merece ser protagonista, merece ser o tema, foco e sobretudo, o único motivo dessa trama toda existir.

As críticas, ainda que se encontrando em alguns momentos, parecem trilhar rumo a caminhos opostos. No primeiro texto, Sulman promove o filme, aprovando-o. Além disso, ele se coloca ideologicamente à Direita, fazendo uso do filme e instrumentalizando a sua crítica para atacar os seus opositores políticos, inclusive tecendo sérias acusações ligadas ao conteúdo do filme. De maneira geral, então, a crítica visa a criticar positivamente “Som da Liberdade” tentando persuadir o leitor a conhecer a obra a partir de um certo ideal político.

Por outro lado, no entanto, Sulman não deixa de apontar aquilo que julga ser negativo à produção: a retratação da posição do policial como um “herói invulnerável”. Para ele, o projeto falha ao apresentar um protagonista hiperbolicamente resiliente diante dos desafios enfrentados. Para dar força a essa ideia, a autora estabelece uma relação intertextual e interdiscursiva com outro longa: *Taxi Driver* (1976), de Martin Scorsese. Então, os dois protagonistas são colocados lado a lado: Tim e Travis. O primeiro, para a crítica, exageradamente idealizado; o segundo, atuando como uma posição de herói, mas sem deixar de reconhecer as suas próprias limitações e, do lugar onde está, o que lhe confere sensibilidade no trato das questões apresentadas. Disso se conclui que para a escrita do *Gazeta*, a noção de “herói” não pode desconsiderar a “vulnerabilidade humana”. Isso entra em choque com visões que tendem a endeusar aqueles que aparecem como supostos “salvadores de pátria”. Tal perspectiva cética parece ser considerada afim do pensamento conservador, alinhado ao texto. Há ainda menções religiosas intencionais, tendo em vista que o ator que interpreta Tim em “O Som da Liberdade” é adepto da fé cristã e já interpretou o próprio Cristo em outra produção: “A Paixão de Cristo” (2004), de Mel Gibson. Paralelos, então, são feitos.

Ainda sobre o texto de Natália, evidencia-se que a construção de sua argumentação está essencialmente ancorada em uma redação intertextual e interdiscursiva, indispensável para a transmissão das ideias propostas. E é exatamente essa configuração que forma o gênero, bem como a sua recepção.

Raphael Santos, por outro lado, também menciona a imagem “messiânica” de Tim apresentada no filme, mas, dessa vez, com o intuito de reforçar a sua posição crítica negativa do filme que, para ele, reforça visões exageradas da realidade e ratifica ideais imaginários próprios de teorias conspiracionistas, como a QAnom. Assim, parece que Raphael Santos coloca-se do lado oposto de Natália, também criticando ferozmente aqueles que estão fora de uma visão tida como progressista.

Relações intertextuais também são feitas, igualmente para criticar a imagem salvadora de Tim. Dessa vez, o filme citado é “O Quarto de Jack” (2016), de Lenny Abrahamson. Raphael vai além, pois os dois filmes postos lado a lado por ele, além de retratarem questões parecidas (a violência contra crianças), são inspirados em fatos reais. A ideia é defender que, mais do que homenagear possíveis salvadores, é mais eficiente retratar todo o drama experienciado pelas vítimas nessas circunstâncias. A interpretação pretérita de Jim Caviezel também é alvo de citações.

Ainda que as duas críticas posicionem-se tão distintamente, parecer haver constantes, a saber: o seu evidente caráter persuasivo e a sua construção fincada em abordagens intertextuais e interdiscursivas, o que corrobora a linha teórica aqui traçada, além de trazer

elementos que parecem bastante próprios da crítica de cinema para a sua construção enunciativa de sentido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica de cinema se insere em um mundo no qual a arte, bem como as expressões culturais desempenham papéis cruciais na construção e também na reflexão da sociedade. É nesse sentido material e sociológico que a perspectiva bakhtiniana da linguagem toma o seu lugar de explicação da realidade de modo fascinante e profundo, explicando como as interações discursivas humanas, a partir da linguagem, se dão na relação entre linguagem, sociedade e o trânsito de ideias.

Ao longo deste estudo, através da lente de Bakhtin, evidencia-se de que maneira a crítica cinematográfica pode acabar se revelando como instrumento de embate de ideias, de diálogos e de confrontos, e isso em uma perspectiva inter-artes inclusive. Trata-se de um gênero no qual diferentes vozes e discursos podem acabar interagindo e negociando sentidos, por meio de um postura dialógica entre enunciados na materialidade da vida em sociedade com todas as suas particularidades e especificidades, interagindo e negociando significados entre si. Essas interações acabam por revelar as nuances das ideologias e dos valores presentes na sociedade.

Nesse sentido, o diálogo (no sentido bakhtiniano do termo) inter-enunciativo entre críticos, cineastas e público cria um ambiente dinâmico, refletindo contradições sociais de enunciação, conflitos e aspirações. Portanto, percebe-se que a crítica de cinema pode não servir apenas como avaliações persuasivas, mas também posicionamentos sociais ideologicamente motivados e subjetivos, oferecendo novas perspectivas sobre questões relevantes, como se viu na análise do corpus deste trabalho.

Aqui vale muito a pena invocar uma questão: ao ter acesso à obra fílmica para o seu trabalho, parece fazer sentido afirmar, com base no arcabouço teórico visto, que o texto produzido por esse profissional é repleto das perspectivas individuais desse sujeito. Assim, o grande público tem acesso a um posicionamento acerca de uma obra artística bastante influenciado pelas impressões pessoais do crítico, visto que os diferentes estilos e abordagens dos críticos refletem não apenas suas preferências individuais, mas também suas posições sociais e políticas. Portanto, a crítica de cinema não é apenas uma questão de gosto ou opinião, mas também um campo de batalha ideológico onde diferentes visões de mundo entram em conflito, influenciando o olhar do público, o qual, por sua vez, encontra-se, ou não, com as ideias apresentadas pelo crítico. Há, então, o encontro enunciativo nas interações, promovendo novas interações em um processo que se retroalimenta constantemente ou técnicas, mas também comentários sociais que desafiam as normas estabelecidas e oferecem novas perspectivas sobre questões relevantes.

Finalmente, como demonstrado, a crítica de arte (no caso, de cinema), enquanto produção discursiva, revela-se como instrumento de encontro enunciativo entre sujeitos, materializando a interação de sujeitos que almejam o seu posicionamento em sociedade.

7. REFERÊNCIAS:

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo - SP: Editora Contexto, 2020.

ARANHA, Marize Barros Rocha. **Do pregoeiro ao camelô**: a construção dos gêneros pregão tradicional e pregão pós-moderno. 2010. 219f - Tese (Doutorado); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras: Araraquara (SP), 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes Editorial, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed.; São Paulo - SP: Contexto, 2022.

GOMES, Regina. Crítica de cinema: história e influência sobre o leitor. **Revista Crítica Cultural**, vol. 01, N.º 02, jul/dez 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Critica_Cultural/article/viewFile/93/103. Acesso em 03 de outubro de 2023.

HORNADAY, Ann. **Como falar sobre cinema**: um guia para apreciar a sétima arte. Rio de Janeiro - RJ: BestSeller, 2021.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo - SP: Editora Contexto, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

MACEDO, Patrícia Sousa Almeida de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 2018. 245f - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018.

SILVA, Ana Lúcia Rocha Silva. CARNEIRO, Mônica Fontenelle. Análise discursiva da intertextualidade como recurso argumentativo. *In*: ARANHA, Marize Aranha. ARAÚJO, Naiara Araújo. ALMEIDA, Sônia (Orgs.). **Discursos linguísticos e literários**: investigações em Letras; São Luís - MA: EDUFMA, 2017.

VOLOCHINÓV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo - SP: Editora 34, 2021.

“NAM MERMÃ”: ANÁLISE DAS EXPRESSÕES TÍPICAMENTE MARANHENSES PRESENTES NAS TAMPAS DA CERVEJA MAGNÍFICA COMO SÍMBOLO DE IDENTIDADE DE UM POVO

Leandro Lindoso Coelho - UFMA¹

Monica Fontenelle Carneiro - UFMA²

1 INTRODUÇÃO

Para que possamos desenvolver uma investigação sobre o Português Brasileiro falado no Maranhão, faz-se necessário antes esclarecer alguns conceitos, dentre os quais os principais são linguagem, língua e fala, que, por vezes, são equivocadamente tratados como iguais. Inicialmente, devemos compreender a linguagem como a faculdade mental que diferencia os seres humanos das outras espécies animais, viabilizando pensamento, conhecimento e interação com seus semelhantes por meio de um sistema de signos (ou língua).

Para Ferdinand de Saussure, nos escritos reunidos por seus alunos no Curso de Linguística Geral (1998), a linguagem compreende duas partes, sendo uma delas a Língua, sistema de signos de natureza essencialmente social, que resulta das convenções estabelecidas por uma comunidade linguística³ ou, mais especificamente, por uma comunidade de fala⁴; enquanto a outra, a Fala, secundária e individual, é entendida como o veículo de transmissão da Língua, usada por seus falantes através da fonação e da articulação vocal.

Com base nesses fundamentos, a língua é, em linhas gerais, compreendida como um sistema de signos do qual a linguagem se serve para viabilizar a interlocução entre os membros de determinada comunidade, quer de língua inglesa, portuguesa ou francesa, por exemplo. Entretanto, mesmo compreendida como um sistema de signos de uma comunidade, há, no âmbito de uma mesma língua, importantes variações, quais sejam: a familiar; a técnica, a erudita, a popular, além de outras, própria de diferentes classes sociais e subgrupos.

Do grego *diálektos*, «conversa; linguagem», pelo latim *dialectu-*, «linguagem própria de uma região», destacam-se as variações denominadas dialetos (<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/dialeto>), dentre os quais estão aquelas próprias de regiões geográficas, tais como a nordestina, no caso do Brasil, embora alguns linguistas prefiram aplicar esse termo para designar as variantes ou variações de uma forma geral.

No intuito de complementar esse entendimento sobre linguagem, língua e fala, cabe-nos ainda esclarecer que, sabendo que a língua é um sistema de símbolos pelo qual a linguagem se realiza e que essa última está relacionada a outros sistemas simbólicos (sinais marítimos, código Morse, sinais de trânsito etc.), o que a torna objeto da semiótica - “teoria geral das representações, que leva em conta os signos sob todas as formas e manifestações que assumem (linguísticas ou não)” (HOUAISS, 2009).

Entendemos, portanto, que a língua é uma instituição social que reflete a diversidade dos grupos que a utilizam, sendo também uma realidade heterogênea, sujeita a variações ao

¹ Mestrando em Letras. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: leandro.lindoso@discente.ufma.br

² Professora Doutora do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mf.carneiro@ufma.br

³ Comunidade linguística

⁴ Comunidade de fala

longo do tempo, podendo sofrer mudanças ou conservar traços e características de períodos históricos, tanto por influências de ordem interna à própria língua, ou seja, fatores estruturais, quanto por influências externas ou sociais.

Para esta investigação, consideramos necessário ressaltar o entendimento de que o conceito de língua não só é bastante complexo e se caracteriza por sua heterogeneidade e polifonia, mas também revela um caráter sistemático, objetivo e homogêneo, enquanto, por outro lado, se constrói, historicamente, sob a influência do meio, como resultado do sujeito que se situa na história e no meio em que vive. Com toda a riqueza de sua gramática, de seu léxico, a língua reúne e preserva as experiências históricas de determinada comunidade de fala.

Ao examinar essa complexidade, percebe-se a óbvia interdependência entre língua, cultura e identidade, conceitos que estão imbricados, intimamente relacionados, uma vez que a cultura se constrói, se difunde e se preserva por meio da língua, viabilizando os processos de formação da identidade de um povo. É inegável, portanto, a imanência de tais conceitos, posto que a cultura de um povo inexistente sem sua língua e que ambas respaldam a constituição de sua identidade.

Nesse sentido, buscamos analisar algumas expressões linguísticas que permeiam as relações entre falantes maranhenses, pois, por meio delas, podemos identificar características relativas à identidade, consciência e afetividade próprias da região.

O objetivo desta investigação é analisar as expressões impressas nas tampas da Cerveja Magnífica, de forma a contextualizar e explicar cada uma delas, ressaltando sua importância como marcas da identidade do povo maranhense que se fazem presentes no léxico do Português Brasileiro (doravante PB) falado no estado do Maranhão.

A pesquisa qualitativa apresentada neste capítulo é natureza descritivo-exploratória e foi realizada a partir de dados coletados de 46 informantes não só oriundos de municípios maranhenses, mas também neles residentes. Esses informantes foram igualmente distribuídos em duas faixas etárias (18 a 30 e 37 a 57 anos), com escolaridade entre o Ensino Fundamental e a Pós-graduação, sendo do sexo masculino ou feminino.

O corpus constituído pelos dados obtidos por meio desses participantes foi posteriormente analisado e os resultados obtidos apontam para uma significativa ocorrência das expressões, que registram aspectos diversos de natureza sociocultural e linguística próprios do falar maranhense.

2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E LÍNGUA DE UM POVO

Discutir questões sobre identidade no cenário atual, quer nacional ou internacional, apresenta-se como um grande desafio, tanto pela questão dos aspectos conceituais que nem sempre são os mesmos para as partes envolvidas, quanto pela complexidade que essa temática apresenta, considerado o histórico de conflitos que envolveram diferentes sociedades, todos decorrentes de questões religiosas, territoriais, políticas e culturais, com o intuito de subjugar povos e comunidades, conquistando territórios e impondo novos valores, costumes e identidades aos povos lá historicamente instalados.

Desse modo, a identidade social não diz respeito apenas aos indivíduos. Todo grupo apresenta uma identidade que está em conformidade com sua condição naquela comunidade e o situa naquela estrutura social. A identidade social é, ao mesmo tempo, um mecanismo de inclusão por congregar pessoas ou grupos que se consideram semelhantes sob certo ponto de vista, quanto de exclusão, por desconsiderar e estigmatizar o outro pela sua diferença.

Nessa mesma visão, entendemos que o usuário da língua contribui muito para que a língua falada perpassasse todo esse processo linguístico ao longo do tempo. As expressões

presentes em cada manifestação são percebidas como componentes da língua efetivamente usada na comunicação entre os membros de uma comunidade que lhes agregam valores. No tocante ao léxico, Oliveira e Isquierdo (1998) ressaltam que

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socioeconômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura. (OLIVEIRA; ISQUIERDO, 1998, p. 07)

Dessa forma, como expresso na citação em destaque, entende-se a língua, mais especialmente, o seu léxico, como o meio pelo qual uma comunidade entende e se relaciona com o mundo que a cerca, uma vez que, por meio dele, manifestam-se os valores, crenças, práticas e costumes que lhe são próprios.

Com base nessa mesma concepção, Serra (2010) afirma que, mais tarde, como resultado do surgimento das diferenças entre as línguas, cada modo de falar, cada língua deixa de ser simples depósito de conhecimento para se tornar uma marca identitária do povo que a usa na sua comunicação. Essa língua por meio da qual categoriza o mundo que o cerca, manifesta valores, crenças, sentimentos e emoções, bem como constrói sentidos. Repercutindo essa relevância, o léxico de cada língua naturalmente passou a ser sinônimo de manifestação da identidade dos povos.

A identidade é formada na interação entre o sujeito e a sociedade, pois a ela preenche o espaço entre o mundo e pessoal e o mundo público. Ela “(...) estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. (Hall, 2015, p.11).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, e de natureza descritivo-exploratória e teve, como procedimento metodológico inicial, um levantamento bibliográfico com ancoragem nos pressupostos sustentados por teóricos e estudiosos que desenvolvem investigações no âmbito do tripé língua, cultura e identidade, tais como: Hall (2015), Bauman (2005), Monteiro (2008). Com base nesses autores foi possível ampliar o entendimento acerca da relação língua, cultura e identidade e aprimorar a análise das expressões impressas nas tampas da Cerveja Magnífica.

Os resultados desses dados apontam a ocorrência significativa das expressões, sendo assim, resultante dos múltiplos fatores socioculturais e linguísticos, inerentes à língua.

Nossa coleta de dados aconteceu entre mulheres e homens, maranhenses, maiores de dezoito anos, divididos em duas faixas etárias- uma compreendida entre 18 e 30 anos, e a outra, entre 37 e 57 anos. Esses participantes especificaram o seu nível de escolaridade, assim como cumpriram a exigência de ter sua residência no Maranhão. Na sequência, foi aplicado um questionário via *Google forms*, constituído de doze perguntas.

Para participar, cada candidato teve que preencher os seguintes requisitos: *i)* ser nascido e criado no Maranhão; *ii)* ter idade mínima de dezoito anos, *iii)* e ser residente do Maranhão.

Quanto às localidades, foram selecionados quatro municípios do estado do Maranhão, sendo eles: *i)* Bacabal (Microrregião do Médio Mearim; *ii)* Balsas (Microrregião Sul do Maranhão); *iii)* Santa Inês (Microrregião do Vale do Mearim); e *iv)* São Luís (Microrregião Aglomeração Urbana de São Luís).

No que concerne à participação dos selecionados, na etapa inicial de reconhecimento e utilização das expressões, todos, em total de 46 indivíduos, foram consultados, sendo 11 de São Luís, 14 de Bacabal, 12 de Santa Inês e 9 de Balsas. Para a segunda etapa da investigação, realizada por meio do Google Meet, optamos por um número de 05 informantes, e o encontro ocorreu para troca de ideias sobre o uso das expressões tipicamente maranhense impressas nas tampinhas da Cerveja Magnífica e sobre possíveis diferenças entre seu significado e uso.

No total de 05 de participantes, 02 foram de São Luís (01 de cada sexo); 01, do sexo masculino, foi de Bacabal; de Balsas, foi 01 do sexo masculino; e, em Santa Inês, tivemos 01 informante do sexo feminino. Dentre os selecionados, todos participaram do encontro.

Considerando que a aplicação de questionários é um dos procedimentos utilizados com maior frequência na obtenção de informações, utilizamo-nos dessa técnica para obtenção de informações básicas para saber sobre como ocorre o uso ou conhecimento dessas expressões na fala de maranhenses.

A outra técnica aplicada – a entrevista – foi escolhida para garantir não só as melhores condições de registro da interação verbal, mas também coleta a segurança dos participantes, considerando a pandemia do Covid-19 e o isolamento social. Para tanto, foi feita uma gravação no *Google Meet* com os entrevistados, que, por sua vez, puderam registrar, com clareza, os significados das expressões e, posteriormente, fosse possível descrever esse evento discursivo com a maior fidelidade possível.

4 ANÁLISE DOS DADOS

As análises a seguir apresentam as amostras quantitativas, qualitativas e descritivas dos dados dos informantes maranhenses, observando a ocorrência do uso das expressões em 4 cidades maranhenses. Cada informante respondeu igualmente 12 questões do questionário do *Google Forms*.

No caso das entrevistas no *Google Meet*, os informantes serão denominados, nas análises, conforme a tabela abaixo:

Informantes			
São Luís	Bacabal	Santa Inês	Balsas
A, B	C	D	E

Buscamos analisar as ocorrências no uso das expressões encontradas nas tampinhas da Cerveja Magnífica, divulgadas como marcas do falar maranhense. Nos municípios escolhidos para esta pesquisa, podemos observar uma variação relevante de significados no uso dessas expressões.

Vale ressaltar que o corpus é constituído de seis expressões distribuídas da seguinte forma: *i)* **Nãm mermam**; *ii)* **Eu tô é tu**; *iii)* **Hen hein**; *iv)* **Tu é doido ou te faz?**; *v)* **Dá teus pulo**; e *vi)* **Sio, larga do teu migué**.

4.1 “*Nam mermã*”

Na cidade de **São Luís**, o uso da expressão “***Nam Mermã***”, segundo os dados coletados, aponta para um número muito expressivo de sua ocorrência por parte dos informantes da primeira etapa. Encontramos um registro de **58,36%** de ocorrência dessa expressão. Desse total **22,27%**, está presente na fala de informantes do sexo masculino e **36,36%** na fala de informantes do sexo feminino.

No aspecto faixa etária, **45%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **13,36%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que os informantes que se enquadram no ensino superior concluído são de **17%**, no ensino superior em andamento o percentual é de **12%**, no ensino médio completo é de **10%** e entre os pós-graduados é de **19,36%**.

Na cidade de **Santa Inês**, encontramos um registro de **74,87%** de ocorrências dessa expressão “***Nam Mermã***”, Desse total **16,67%**, se encontra na fala de informantes do sexo masculino e **58,20%** naquela de informantes do sexo feminino. No que diz respeito à faixa etária, **55,03%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **19,84%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos de todos os entrevistados.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que informantes que possuem o ensino superior completo correspondem a **16%** do total, os que estão no ensino superior em andamento somam **11,67%**, já aqueles no ensino fundamental são um total de **41,2%**, enquanto os pós-graduados atingem **6%**.

Observamos que a utilização dessa expressão se dá mais entre os informantes do sexo feminino, tanto em São Luís como em Santa Inês.

Nessa direção, Monteiro (2008) afirma que, em uma comunidade, alguns aspectos podem ser muito mais influenciadores na escolha das variações do que outras, pois como observado, o sexo feminino utiliza mais essa expressão.

Nesse caso, podemos perceber que tal expressão também é mais usada no grupo de falantes com menor grau de instrução que convivem em uma dada comunidade.

Os informantes **A**, do sexo feminino, e **B**, do sexo masculino, ambos da Cidade de São Luís, afirmam que o significado dessa expressão implica negação, discordância total, não aceitação. Para maior compreensão do sentido dessa expressão, exemplificaremos com excertos que demonstram como ocorre essa negação na fala.

Informante A: “*Aconteceu isso com fulano e ela não reagiu nenhum sentimento, então eu uso: “*Nãm mermã*” ou seja, desaprovando ou reagindo algo*”; **Informante B:** “*Tu vais comprar o teu computador amanhã? “*Nam mermã,*” ou seja, uma negação*”. O informante afirma que está negando que não vai comprar o computador, por meio da utilização da expressão; **Informante D:** “*Nam mermã*” *acontece de forma automática na fala*”. A informante não soube responder quanto ao significado da expressão, tampouco dar um exemplo. Foi possível perceber nesta entrevistada a falta de leitura, de conhecimento de mundo, de vocabulário etc.

Nessa direção, Baumam (2005) diz que a identidade, como constructo reflete comportamentos e, entre esses, está o linguístico, pois, o significado expresso pelos participantes da pesquisa evidencia um sentido tomado para si, a partir do que cada um tem em sua comunidade de fala. Referindo-se ao vocábulo ‘**mermã**’, Santos e Silva (2015, p.11) afirmam que

O termo *mermã* sofreu, na fala maranhense, o processo de aglutinação de fonemas, que acontece quando os elementos característicos da palavra estão intrinsecamente unidos, subordinando-se a um só acento tônico, sofrendo perda da sua integridade silábica. Dessa forma, nota-se que *minha irmã* > *mermã*.

A partir dessa afirmação, podemos compreender que a língua é dinâmica e que essa ocorrência acontece de forma simultânea sem que o maranhense perceba na fala essa aglutinação dos fonemas/a junção na expressão *nam mermã*.

4.2 “*Eu tô é tu*”

Em **São Luís**, encontramos um registro de **72,72%** de ocorrências da expressão “*Eu tô é tu*”. Desse total, **36,36%**, encontra-se na fala de informantes do sexo masculino e **36,36%** na fala de informantes do sexo feminino. No tocante à faixa etária, **27,72%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **45%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que os informantes se enquadram no ensino superior concluído é de **27%**, no ensino superior em andamento é de **27%**, no Ensino médio completo é de **5,72%** e com os pós-graduando **13%**.

Em **Bacabal**, encontramos um registro de **78,14%** de ocorrência da “*Eu tô é tu*”. Desse total **28,14%**, localizado na fala de informantes do sexo masculino e **50%** na fala de informantes do sexo feminino. No aspecto faixa etária, **57%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **21,14%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos de todo o universo pesquisado.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que os informantes que se enquadram no ensino superior concluído são de **26%**, no ensino superior em andamento é de **34%** no Ensino médio completo é de **6,14%** e pós-graduando **12%**.

A análise dos dados coletados aponta-nos que a expressão em tela, utilizada nesses dois municípios, ocorre de forma relevante e semelhante. É notório que o registro dessa expressão se dá de forma acentuada na fala de informantes do sexo feminino. Quanto ao nível de escolaridade, podemos compreender que seu uso se diferencia no que diz respeito às pessoas que ainda estão cursando o ensino superior, que é de **34%**, e a do ensino superior concluso que faz o uso da expressão que, por sua vez, é de **26%** desse universo.

Levando isso em conta, Monteiro (2008) afirma que, em uma comunidade de fala, é comum os falantes expressarem-se de forma semelhante. É importante considerar fatores como a proximidade dos falantes, no caso em tela, dos municípios, pertencentes a um mesmo estado.

A **Informante A** do sexo feminino da cidade de **São Luís** expõe que o significado dessa expressão *tem várias formas de dizer e entender o sentido*, como o exemplo a seguir:

Informante A: “*Eu tô é tu se dispor a isso*” “*Eu tô é tu enfrentar isso*” “*Eu tô é tu admitir isso*”;

O **Informante C**, da cidade de **Bacabal**, do sexo masculino, diz que o significado dessa expressão é “*quando uma pessoa faz algo que não deveria fazer de jeito nenhum*”.

Para maior compreensão, apresentamos aqui uma fala, demonstrando como ocorre a expressão: **Informante C:** “*Eu tô é tu de fazer tal coisa*”.

Observamos, portanto, que, na cidade de **Santa Inês**, essa mesma expressão tem outro significado, como apresenta a **Informante D**, do sexo feminino, que diz que usa essa expressão para saber o estado da pessoa, por exemplo, como você está? Eu digo “*eu tô é tu*”, *estou do mesmo jeito*.

As experiências pessoais, a vivência, as relações de cada pessoa determinam aquilo que cada um experencia em suas relações com outros e com o mundo à sua volta e como traz para si o significado do mundo e das coisas, conforme Bauman (2005). Bauman destaca ainda que a identidade é um processo, que não se forma de modo inflexível. De acordo com esse entendimento, por mais que se conceba uma certa liberdade de expressão, ainda assim a linguagem é circunscrita, em decorrência de essa ser um fenômeno social e, portanto, coletivo.

4.3 “*Hen hein*”

Em Santa Inês, encontramos um registro de **66%** de ocorrência dessa expressão “*Hen Hein*”. Desse total, **16%** foi identificado na fala de informantes do sexo masculino e **50%** na fala de informantes do sexo feminino. No tocante à faixa etária, **50%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **16%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Segundo Monteiro (2008), a heterogeneidade, quer seja pelos fatores regionais, de faixa etária ou quaisquer outros, devem ser observados, sendo passíveis de estudo. De acordo com essa mesma concepção, observamos que a ocorrência da expressão “*Hen Hein*” se deu mais entre informantes com idade de 18 a 30 anos, entendendo, portanto, que a expressão está sendo mais utilizada pela primeira faixa etária investigada, correspondente aos mais jovens.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que entre os informantes com o ensino superior concluído a porcentagem é de **20%**, com o ensino superior em andamento é de **33%**, com o ensino fundamental é de **6%** e entre os pós-graduandos é de **7%**.

Em **Balsas**, encontramos um registro de **44,44%** de ocorrência da expressão “*Hen hein*”. Desse total, **44,44%** foi identificado na fala de informantes do sexo masculino enquanto, na fala de informantes do sexo feminino, não houve ocorrências. No que tange à faixa etária, **33%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **11,44%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à escolaridade, verificamos que os informantes que se enquadram no ensino superior em andamento são de **34%** e na pós-graduação é de **10,44%**.

Quanto aos usos observados nos dois municípios, destaca-se um uso muito significativo da expressão “*Hen hein*”. No que diz respeito ao sexo masculino, não houve ocorrência, tendo sido observadas apenas ocorrências do sexo feminino no município de Balsas. Temos, como hipótese, que essa expressão é identificada na fala masculina devido à sua tendência de querer se comunicar rapidamente com os outros. Quanto ao nível de escolaridade, tivemos registro do uso da expressão que alcançou, no ensino fundamental e no superior em andamento, **36%** do uso, com registro da mesma porcentagem no ensino médio completo e na pós-graduação.

Com base nessa compreensão, Monteiro (2008) afirma que, em uma comunidade de fala, é comum que os falantes se expressem de acordo com o que é percebido a partir de seus pares, ou seja, dos demais falantes do meio no qual se encontram inseridos. E, como observado nos dados obtidos, houve um uso considerável da expressão na região, ratificando a observação do autor.

A **Informante** que chamaremos de **D**, do sexo feminino e da cidade de Santa Inês, afirma que o significado dessa expressão: “*é como se estivesse concordando com alguma coisa*”. Para maior compreensão, destacamos aqui a sua fala, dando um exemplo de como essa concordância ocorre, conforme o que se segue:

Informante D: “*Quando alguém estivesse contando alguma mentira e a gente utiliza o Hen Hein só para concordar*”.

Dessa forma entendemos que, tanto em **Santa Inês** como em **Balsas**, essa expressão tem o mesmo significado, ou seja, de afirmação e/ou concordância, embora possa também manifestar descrença.

4.4 “*Tu é doido ou tu te faz?*”

Em **São Luís**, encontramos um registro de **63,36%** de ocorrência da expressão “*Tu é doido ou tu te faz*”. Desse total, **36,36%**, localizado na fala de informantes do sexo masculino, e **27%** na fala de informantes do sexo feminino. No aspecto faixa etária, **32,36%**

dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **31%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Em **Bacabal**, encontramos um registro de **42,72%** da ocorrência “*Tu é doido ou tu te faz*”. Desse total, **22,72%**, localizado na fala de informantes do sexo masculino e **20%** na fala de informantes do sexo feminino. Em termos da faixa etária, **25%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **17,72%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

No que concerne à variável escolaridade, verificamos que o percentual de informantes que se enquadram no ensino superior concluído é de **26%**, no ensino superior em andamento é de **9%** e entre pós-graduandos é de **7,72%**.

Com base nas análises dos resultados, há uma ocorrência significativa do uso dessa expressão nesses dois municípios. No que diz respeito ao sexo, a ocorrência deu-se, de forma significativa, na fala dos informantes do sexo masculino em ambas as cidades. Quanto a faixa etária, tivemos maior ocorrência na primeira faixa etária nas respectivas cidades.

Os dois municípios evidenciaram o que Monteiro (2000) chama de resinficar com seus pares, ou seja, os dois municípios fazem parte de um mesmo estado: o Maranhão e, mesmo um sendo a capital e o outro apresentando um relativo distanciamento, os dois constituem uma comunidade de fala com componentes que se conectam.

A **informante** que chamaremos de **B**, do sexo masculino, da cidade de **São Luís** discorre que o significado dessa expressão quer dizer: “*Quando uma pessoa já repetiu tantas vezes, que não é possível que a pessoas não entendeu*”. Dessa forma, entendemos que, enquanto, em Santa Inês, essa mesma expressão tem um outro significado como apresenta a **Informante C**, do sexo masculino, que diz que: “*A expressão é usada mas no sentido de uma brincadeira*”. Para maior compreensão, apresentamos aqui a narração de sua fala, dando um exemplo de como se dá essa ocorrência na sua fala do informante **B**, como explicita a seguir:

Informante B: “*Amanhã eu vou à UFMA, meu amigo e a gente vai se encontrar lá*”. *Ai no outro dia a pessoa me pergunta novamente:*

- _ “*Tu vais na UFMA mesmo?*”
- _ “*Eu vou rapaz! Tu é doido ou te faz?*”

Essa é uma expressão muito características do Maranhão e os habitantes demonstraram conhecê-la bem, evidenciando a construção identitária como legitimadora de uma linguagem (BAUMAN, 2005). Percebemos que, ao serem questionados sobre o significado, havia sempre um exemplo de seu emprego, demonstrando conhecimento acerca da expressão investigada.

4.5 “*Dá teus pulo*”

Em **São Luís**, encontramos um registro de **79,09%** da ocorrência da expressão “*Dá teus pulo*”. Desse total **47%**, foi identificado na fala de informantes do sexo masculino e **32,09%** na fala de informantes do sexo feminino. No tocante à faixa etária, **50%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **29,09%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que os informantes que se enquadram no ensino superior em andamento correspondem a **38%**, enquanto entre aqueles com o ensino superior concluso é de **26%** e entre os pós-graduandos, o total chega a **15,09%**.

Em Santa Inês, encontramos um registro de **66,67%** ocorrência da expressão “*Dá teus pulo*”. Desse total **16,67%**, localizado na fala de informantes do sexo masculino e **50%** na fala de informantes do sexo feminino. No que tange à faixa etária, **50%** dos registros são

provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **16,67%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que informantes que se enquadram no ensino superior concluído é de **34%**, no ensino superior em andamento é de **22%** e com os pós-graduando **10,67%**.

Seguindo os dados, observamos que não foi identificado um significativo uso em relação a essa expressão em **São Luís**. Sendo assim, a maior ocorrência deu-se em **Santa Inês**, e, acompanhando a questão referente à maioria dos informantes ser de sexo masculino, a maior ocorrência dos informantes ficou na faixa de 18 a 30 anos. No que concerne ao requisito de nível de escolaridade, a ocorrência deu-se em Santa Inês e foi possível concluir que a maioria dos registros de uso da expressão encontra-se na fala de informantes que estão na pós-graduação.

Monteiro (2008) explica que a sociolinguística reflete a variedade com base em condicionadores diversos, tais como: regionalidade, escolaridade e faixa etária, que foram, nesta investigação, percebidos como alguns daqueles que exercem influência sobre o uso de expressões.

O informante que chamaremos de **B**, do sexo masculino e da cidade de São Luís, informa que o significado dessa expressão quer dizer: **“Te vira, resolve”**. Dessa forma, entendemos que, enquanto em Santa Inês, essa mesma expressão tem o mesmo significado, como apresenta a **Informante D** do sexo feminino: **“Te vira, resolva”**. Para maior compreensão, registramos, a seguir, sua fala, dando um exemplo de como ocorre essa fala do informante B:

Informante B: *“Eu não irei fazer o TCC até o mês que vem”.*

“Não quero nem saber dá teus pulos”.

Informante D: *“Eu trinquei a tela do teu celular. “Dá teus pulo” para ajeitar.*

4.6 **“Sio, larga do teu migué”**

Em **São Luís**, encontramos um registro de **83,33%** da ocorrência da expressão **“Siô, Larga de migué”**. Desse total **33,33%**, localizado na fala de informantes do sexo masculino e **50%** na fala de informantes do sexo feminino. No aspecto faixa etária, **58%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos e **25,33%** vêm de informantes com idades entre 31 e 57 anos.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que aqueles informantes que se enquadram no ensino superior concluído chegam a **36,33%** do total, enquanto no ensino superior em andamento esse total é de **36%**, e entre os pós-graduandos, **11%**.

Em **Balsas**, encontramos um registro de **11,11%** da ocorrência da expressão **“Siô Larga de migué”**. Desse total, **11,11%** se fizeram presentes na fala de informantes do sexo feminino. Enquanto nos informantes do sexo masculino, não foram encontrados quaisquer registros. No aspecto faixa etária, **11,11%** dos registros são provenientes de informantes com idades entre 18 e 30 anos, enquanto na segunda faixa etária não obtivemos registro da expressão.

Quanto à variável escolaridade, verificamos que não tivemos informantes que utilizam essa expressão, sendo assim, encontramos registro de uso apenas no nível de pós-graduação, atingindo uma ocorrência de **11%**.

Entre os fatores extralinguísticos, entendemos que o município de **Balsas** obteve uma quantidade não relevante no uso da expressão **“Sio, Larga de Migué”**, como mostra o resultado.

No que concerne a essa expressão, a maior ocorrência deu-se em **Santa Inês** chegando assim a atingir **83%**, acompanhada por **53%**, no uso entre pessoas do sexo feminino. Isso difere do nível de escolaridade, no qual a maior ocorrência também se deu em

Santa Inês, com pessoas com escolaridade no ensino superior alcançando 25%. A respeito da faixa etária, apenas na primeira faixa etária analisada, houve registro de ocorrência significativa, chegando a 58% na cidade de **São Luís**.

Monteiro (2008) esclarece que a Sociolinguística se responsabiliza, entre outras coisas por investigar o grau de estabilidade ou mutabilidade da variação, assim como inferir as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e, como se observa aqui, alguns informantes não utilizam a expressão, enquanto, em outro município, os informantes sabem significar a expressão.

O **Informante** que chamaremos de **E**, do sexo masculino, da cidade de **Balsas** discorre que o significado dessa expressão quer dizer: “*para de inventar desculpa*”

Dessa forma, entendemos que, em Santa Inês essa mesma expressão tem o mesmo significado apresentado pela **Informante D**, do sexo feminino, que diz que: “*Quando a pessoa fica enrolando*”. Para maior compreensão, registramos aqui a sua fala, dando um exemplo de como ocorre na fala do informante:

Informante E: “*Quando eu peço para Meu irmão ir na rua resolver algo e ele diz que não vai.*”
Aí respondo: “*Siô, pára do teu migé, vai*”.

Percebe-se que, nesse exemplo, o informante substituiu o verbo **deixar** pelo verbo **parar**, também no imperativo. Desse modo, Bauman (2009) expressa que a liquidez da vida nos dias atuais é perceptível, pois, em relação aos aspectos linguísticos, constata-se que esses também estão em movimento, como no uso dos verbos **deixar** e **parar**.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões analisadas neste breve estudo, conforme já exposto, correspondem àquelas encontradas na fala dos informantes maranhenses e entendidas como muito próprias, bem particulares da comunidade de fala maranhense, compartilhadas por falantes de diferentes áreas do território estadual. São expressões que marcam aspectos identitários, aqueles que são respaldados por conhecimentos e práticas languageiras e culturais.

Para o estudo dessas expressões, todas usadas muito particularmente no falar maranhense, foram coletados dados de fala de informantes de quatro localidades mesorregionais do território estadual, com o objetivo de analisar seu uso no português brasileiro do Maranhão.

Para o desenvolvimento de tais estudos sobre as expressões como identidade no português brasileiro foi realizado um levantamento bibliográfico para composição de um arcabouço teórico que viabilizasse uma análise apropriada fundamentada em estudos realizados no âmbito tanto da Sociolinguística quanto da Dialetologia.

A partir dessa revisão de literatura, observamos que são poucos os estudos sobre o ‘maranhês’, o que torna esta pesquisa material relevante para aqueles estudos linguísticos que se interessam pelas imbricadas relações que existem entre língua, cultura e identidade, caracterizadas por aspectos típicos do falar de maranhenses.

Assim, após criteriosa análise dos dados de fala de informantes de quatro localidades maranhenses, foi possível a identificação de expressões permeadas de ‘maranhensidade’ e próprias das comunidades de fala existentes, distribuídas pelo território estadual, com relevantes explicações sobre aspectos relativos ao seu uso, que podem abrir caminhos para estudos similares ou o aprofundamento das questões aqui discutidas de forma exploratória.

Por fim, cabe destacar que o uso das expressões aqui apresentadas pode ser visto como um meio de reafirmação da identidade cultural do povo maranhense, ancorado na sua cultura e na riquezas das particularidades do português brasileiro falado no Maranhão.

6 REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** entrevista a Benedito Veichi /Zigmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós -modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Jacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LIMA, Veraluce. O Maranhês das Redes Súcias Digitais. *In:* ARANHA, Marize, SALES, Naiara, ALMEIDA, Sonia. (Org.). **Discurso Linguístico e Literários:** investigações em Letras, São Luís. EDUFMA, 2017.
- MONTEIRO, José. **Para Compreender Labov.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 3. ed. 2008.
- OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida, Negri. **As Ciências do Léxico:** Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 1998.
- SANTOS, C. M.; SILVA, F. R. N. Identidade Maranhense: um estudo da escrita na Web - **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura,** Ano 11 - n.18 – 2º Semestre de 2015 Acesso em: http://www.letramagna.com/artigos_18/artigo3_18.pdf.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SERRA, Luis. Um Estudo Socioterminológico da Mandioca no Maranhão. *In:* RAMOS, Conceição, BEZERRA, José de Ribamar, ROCHA, Maria de Fatima. (Org). **O Português Falado no Maranhão:** múltiplos olhares. São Luís: Ed. EDUFMA, 2010. Cap. 11, p. 152-171.

O DISCURSO POLÍTICO, A DEMAGOGIA E A MANIPULAÇÃO DAS MASSAS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DE ODORICO PARAGUAÇU EM PARALELO AO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Antonio José Carneiro Cardoso (UNICSUL)
Fernanda Cândido da Silva Santos Magalhães (UENF)

1. INTRODUÇÃO

A demagogia, muito além de ser entendida como a arte ou o poder de conduzir ou de liderar um povo, como a sua origem etimológica possa sugerir, tornou-se sinônimo de uma prática discursiva cujo objetivo é manipular as paixões para a adesão do interlocutor. Na esfera política, essa prática visa a conquista do eleitorado. Em sua conhecida farsa sociopolítica, *O Bem-Amado*, publicada em 1962, o escritor Dias Gomes encarna na personagem Odorico Paraguaçu várias condutas demagógicas que eram identificáveis nos representantes da classe política brasileira à época em que a peça foi escrita. Destaca-se, dentre elas, o discurso político que objetiva mobilizar as paixões (*pathos*) de seu interlocutor em detrimento da razão (*logos*) dele. Outro destaque é o discurso empolado com que busca, sobretudo, construir um *ethos* de credibilidade e de inteligência, ainda que essas características, por vezes, não tenham validação na realidade empírica. O bem falar, conforme pressupõe Patrick Charaudeau (2011), não só define a qualidade do orador, mas também sugere sua posição social elevada, pois subentende-se que existe uma forma ideal de expressão que combina elegância e cultura:

O 'bem falar' resulta da ideia que possui um grupo linguístico sobre o que deveria ser uma maneira de falar elegante, culta, que tem estilo. São tantos qualificativos que, longe de se referirem a um falar padrão, acabam por designar, ao mesmo tempo, as qualidades do orador e sua posição elevada na hierarquia social. O efeito do bem falar sobre o político pode ser variável. Se esse bem falar é percebido como testemunha de um elevado 'capital cultural', ele legitima também a posição de elite daquele que fala. O efeito junto ao público será, então, positivo, e este poderá identificar-se ou, ao menos, aderir ao discurso do orador. (Charaudeau, 2011, p.169)

A escolha da obra *O Bem-Amado* para esta análise deve-se à sua riqueza em exemplificar como os discursos demagógicos são estruturados e são utilizados na política. A peça oferece um rico material linguístico, que pode evidenciar como determinadas práticas discursivas são elaboradas com vistas à manipulação do eleitorado e à manutenção do poder, sem que haja uma preocupação genuína com o bem-estar coletivo. Além disso, entendemos, como refletiu o próprio Dias Gomes, que os “Odoricos” são um perfil que sempre será possível encontrar na política brasileira.

Como o título do trabalho sugere, as estratégias retóricas empregadas por Odorico serão confrontadas pelo atual contexto da cibercultura, dada a importância que o mundo cibernético tem exercido no debate público contemporâneo. Entendemos a cibercultura a partir da visão de Pierre Lévy (1999) como um modo próprio de ser, de comunicar, de trocar informações e de produzir conhecimentos. O espaço virtual pode favorecer a emergência de uma forma mais abrangente de manipulação, com a renovação de métodos e de linguagem, capazes de atingir públicos que não eram alcançados pelos antigos sistemas de propaganda e de manipulação de massas.

Assim sendo, a pertinência das reflexões sobre "O Bem-Amado" estende-se ao nosso tempo, uma vez que as redes sociais e outras plataformas digitais tornaram-se um novo palco para a demagogia, ampliando o impacto das estratégias discursivas que ativam emoções para influenciar, muitas vezes à custa da verdade e da racionalidade.

Além disso, a nossa prática em sala de aula e as pesquisas sobre os hábitos de leitura do brasileiro têm revelado baixos índices de proficiência leitora. O presente trabalho, portanto, preconiza a literatura como um instrumento capaz de capturar, de dissecar e de criticar estratégias discursivas na persuasão política. Entendemos que, por meio dos textos literários, os autores clássicos podem estabelecer um diálogo profícuo com as novas gerações, que são tão alcançadas pelo mundo cibernético.

Para embasar a análise das estratégias discursivas e das marcas linguísticas presentes na fala de Odorico Paraguaçu, serão utilizadas a teoria de Koch (2011) e de Patrick Charaudeau (2011 e 2016). Os estudos da Argumentação e Linguagem de Koch fornecem ferramentas importantes para entendermos como as escolhas de palavras e a construção do discurso podem influenciar e manipular o interlocutor. Em paralelo, Charaudeau, com sua análise sobre os mecanismos de linguagem e sobre os meios pelos quais os discursos manipulam as escolhas políticas, permitirá uma compreensão aprofundada das intenções e dos efeitos das falas de Odorico. Por fim, como já citado anteriormente, Lévy (2011) oferece uma perspectiva contemporânea que permite relacionar as práticas discursivas de Odorico Paraguaçu às formas de manipulação presentes na comunicação digital atual.

Dadas as considerações, a presente pesquisa pretende verificar como as escolhas linguísticas presentes nas falas do Coronel Odorico Paraguaçu evidenciam e servem como crítica aos discursos demagógicos, que são esvaziados de razão e que sustentam o projeto político de poder em detrimento do bem-estar da coletividade. O cerne desta reflexão está em evidenciar que a persuasão por essas vias pouco mobiliza o senso crítico e a reflexão do interlocutor e, em última instância, pode se converter em uma prática danosa e deletéria à formação cidadã e à construção de uma sociedade democrática.

Embora o corpus deste trabalho seja um texto teatral, que apresenta diversos elementos que contribuem para a construção do *ethos* de Odorico Paraguaçu, como as falas dos outros personagens e as didascálias, a nossa análise se centrará apenas nas falas da personagem principal.

2. UM BREVE PANORAMA DA OBRA

A peça "O Bem-Amado", cujo subtítulo é "farsa sociopolítico-patológica", foi dividida pelo escritor baiano Dias Gomes em nove quadros e retratou com bom humor e com fidedignidade a realidade do Brasil mesmo em tempos de censura ditatorial militar. A história se passa na fictícia cidade de Sucupira, localizada no litoral nordestino do Brasil, e gira em torno das artimanhas políticas de Odorico Paraguaçu, que se torna o prefeito da cidade. A obra tornou-se em uma das emblemáticas peças da dramaturgia brasileira, pois traz uma crítica social e um recorte político perspicaz. Sucupira pode ser entendida como uma metáfora do próprio Brasil, e Odorico Paraguaçu, uma caricatura dos membros da classe política brasileira. Em 1973, a peça foi adaptada, produzida e televisionada pela Rede Globo durante pouco mais de 8 meses, tornando-se a primeira produção da teledramaturgia brasileira a ser gravada em cores.

O protagonista, Odorico, é um político demagogo, verborrágico, esperto e carismático, cuja principal promessa de campanha é a criação de um cemitério municipal, que não existia na cidade. Em seu discurso demagógico garantiu: "Cidadãos sucupiranos! Se eleito nas próximas eleições, meu primeiro ato como prefeito será ordenar a construção

imediate do cemitério municipal.” (GOMES, 2014, p.18). Tendo cumprido a promessa, após a afamada e controversa construção, que custou a precarização de outros serviços públicos oferecidos pela municipalidade, Odorico enfrenta o desafio de inaugurar a obra, já que, de forma inesperada, ninguém morria na cidade:

O mal desta terra é que todo mundo é bom, pacato. Esse pacatismo é a nossa desgraça. Talvez seja a água... ou o azeite-de-dendê... deve ter alguma substância calmante, sei lá. O fato é que ninguém mata, ninguém morre e nós estamos há mais de um ano esperando um defunto para inaugurar o cemitério. (GOMES, 2014, p. 54)

Assim sendo, o prefeito recorre a diferentes meios escusos a fim de que a tão esperada morte aconteça, como o convite de retorno à cidade de um famoso cangaceiro conhecido como Zeca Diabo, como o acolhimento oportunista de um moribundo e como a cooperação com a morte de uma das irmãs Cajazeiras.

A obra satiriza a política brasileira, expõe as práticas corruptas, as obras públicas que não têm serventia à população, a manipulação de eleitores por meio de discursos eloquentes e distanciados da realidade e da verdade. A trama é marcada pelo humor ácido e aborda temas como o abuso de poder, a hipocrisia e a manipulação das massas. Odorico simboliza os males da política populista e a carência de ética frequentemente associada à classe política. O coronel corrupto reflete os políticos que fazem acordos ilícitos segundo os seus próprios interesses pessoais, pois como ele mesmo define o jogo político, “os finalmentes justificam os não-obstantes”. (GOMES, 2014, p. 63)

3. REFERENCIAIS TEÓRICOS

3.1 O DISCURSO RETÓRICO, A ARGUMENTAÇÃO E A LINGUAGEM

Para compreendermos a finalidade do discurso retórico, é necessário entendermos que somos seres intrinsecamente retóricos, ou seja, valemo-nos das palavras para defendermos as nossas opiniões por meio da linguagem e nos valemos das palavras para expressarmos ideias, subjetividades e valores e para justificarmos as nossas crenças, com o objetivo de convenceremos o outro e revelarmos a nossa visão de mundo.

Ao compor um discurso, as escolhas lexicais e sintáticas realizadas pelo enunciador não são aleatórias, elas são dotadas de intencionalidade, já que toda ação verbal busca, de alguma maneira, influenciar o comportamento do outro. Nessa perspectiva, Koch (2011) assevera que:

Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso - ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. (KOCH, 2011, p. 17)

Neste trabalho, propomo-nos a analisar o discurso político. No entanto, com base nos postulados de Koch, reforçamos que toda interação verbal se fundamenta na argumentatividade. Sendo assim, não há neutralidade ou ingenuidade no discurso, pois, segundo a autora, “todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia”. (KOCH, 2011).

Ainda nessa perspectiva, Ferreira (2010) assinala que:

Somos também, pela palavra, construtores sociais, sujeitos ativos que, de um modo ou de outro, se revelam no convívio com as pessoas. No texto, lugar de interação e de comunicação entre interlocutores, buscamos construir sentidos que, depois, serão interpretados e construirão nosso discurso e o do outro (FERREIRA, 2010, p. 13).

Na trama de O Bem-Amado, Odorico é desafiado constantemente por situações que demandam um posicionamento, seja para a conquista do eleitorado, seja para a manutenção do poder. As circunstâncias apresentadas demandam tomadas de decisão, o que nem sempre é uma tarefa simples, ainda mais quando o que se está em jogo são as esferas de poder e o apoio popular. A peça é marcada por inúmeros eventos linguísticos que permitem a manifestação habilidosa de uma articulação discursiva por parte do prefeito, o que pretendemos demonstrar de maneira mais detalhada na análise do corpus escolhido para este trabalho.

Nas interações mediadas por Odorico, além da busca e da seleção de argumentos adequados às suas intenções persuasivas, o Coronel faz uso de advérbios, de adjetivos, de figuras de linguagem e de neologismos que reforçam a construção de sua imagem de engajamento, de segurança ou de eloquência perante a sua plateia. Os elementos linguísticos enunciados por Odorico cumprem importante função argumentativa, pois eles marcam uma tomada de posição do locutor perante o conteúdo enunciado.

Na presente pesquisa, concebemos a linguagem como interpretativa da realidade e não como descritiva ou como representacionista. Reconhecemos, assim como defende Fiorin (1988), que a linguagem é um fenômeno extremamente complexo, pois é ao mesmo tempo individual e social, física, fisiológica e psíquica. Ela pode servir tanto para interpretar quanto para construir formações ideológicas. O texto oral ou escrito é, portanto, espaço no qual o enunciador poderá manipular conscientemente os elementos de expressão que estão a sua disposição de modo a veicular sua visão de mundo.

3.2 ENTRE O DISCURSO POLÍTICO, A LITERATURA E A CIBERCULTURA

A demagogia, conforme compreendida neste estudo, é uma prática retórica que intenciona manipular as emoções e os conceitos pré-estabelecidos do público para a obtenção de apoio político. Patrick Charaudeau (2011), quando aponta para a existência de uma dramaturgia política, que impacta a dimensão emocional de indivíduos, delineia um discurso político em que se materializa a demagogia como aqui conceituada:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. (p. 91)

Esta perspectiva destaca, portanto, uma natureza manipulativa e demagógica inerente aos discursos políticos, que recorre diligentemente aos sentimentos do cidadão com o intuito de movimentar, de nortear e de repertoriar opiniões em benefício de seus próprios intentos, induzindo a superposição do *pathos*, relativo ao domínio da emoção, sobre o *logos*, relativo ao domínio da razão, de modo que o indivíduo deixe de pensar:

No espaço do debate político, como o que está em jogo é uma questão de persuasão e de sedução, não é de espantar que se apele para os sentimentos e que se procure tocar a sensibilidade do auditório, A força dos argumentos empregados dependo mais de sua carga emocional do que de seu rigor lógico. (Charaudeau, 2016, p.89)

Amparado na tradição retórica de Aristóteles, o professor e linguista discorre sobre os três elementos de influência do meio discursivo, a saber, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, explicitando-lhes o sentido e ilustrando a ocorrência deles na construção do discurso político:

Assim, a encenação do discurso político oscila entre a ordem da razão e a da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar responder à questão que supostamente se coloca o cidadão: "O que me leva a aderir 'a este ou àquele valor?" Para o político é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político. (Charaudeau, 2011, p.84)

Embora tais componentes apareçam amalgamados no discurso, ele denuncia um distanciamento progressivo do *logos*, em prol do *ethos* e do *pathos*, para exercer maior influência sobre o público. Esse deslocamento é significativo, pois mostra como a emoção e a credibilidade pessoal do orador se tornaram centrais na persuasão política, superando a lógica argumentativa. Neste contexto, segundo o autor, fica claro que ao político importa mais usar todas as estratégias disponíveis para fazer com que o maior número de cidadãos adira à sua pessoa, às suas ideias, programas e políticas (p. 84). Dias Gomes ilustra habilmente esta concepção na peça "O Bem-Amado", por meio dos discursos inflamados e das promessas populistas da personagem principal Odorico Paraguaçu na tentativa de conquistar e de manter o poder na fictícia Sucupira. Curiosamente, de acordo com Charaudeau (2016), a cena política demonstra-se tão digna dos palcos quanto a obra de Gomes, uma vez que ela se desenrola a partir do que ele intitula a encenação do drama político, que segue um roteiro que culmina na consagração da figura de um redentor, de um salvador do povo. O autor ainda ressalta que "o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz". (Charaudeau, 2011, p. 10), ou seja, é imprescindível que se aprenda a discernir as verdadeiras intenções que os políticos pretendem encobrir com a retórica demagógica para esquivar-se da manipulação política.

Nessa perspectiva, este trabalho pondera a efetividade da Literatura para apurar a percepção e consubstanciar a assimilação das nuances da demagogia do discurso político pormenorizadas por Charaudeau. A literatura desempenha um papel crucial no entendimento da sociedade e no desenvolvimento do pensamento crítico. Segundo Antônio Cândido, a literatura não apenas reflete a sociedade, mas também contribui para a formação de uma consciência crítica sobre o mundo. No texto "Direito à Literatura", Cândido afirma que

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (Cândido, 2004, p. 175).

Assim sendo, a literatura propicia uma nova ótica das questões sociais, estimulando a reflexão crítica, pois ao apresentar diferentes perspectivas e ao questionar normas sociais, a literatura encoraja os leitores a refletirem sobre suas próprias crenças e valores. Obras literárias muitas vezes contextualizam acontecimentos históricos e sociais, ajudando os leitores a depreenderem os meandros e as complexidades da realidade. Consideramos que a

leitura da sátira política de Gomes que expõe as artimanhas do prefeito Odorico Paraguaçu, revelando as manipulações e as corrupções presentes no cenário político, permite ao leitor identificar estratégias de manipulação e de persuasão usadas por políticos, aprendendo a reconhecer e a questionar essas táticas na realidade, ampliando o entendimento do Discurso Político. Ao rirem das situações absurdas e ao refletirem sobre a corrupção e a hipocrisia retratadas, os leitores são levados a questionar e a criticar práticas políticas similares em sua própria sociedade. Em suma, com o desenvolvimento de uma consciência crítica, reduz-se a suscetibilidade à manipulação, pois os cidadãos tornam-se capazes de reconhecerem quando estão sendo enganados ou manipulados.

Em "A Conquista da Opinião Pública", Charaudeau aprofunda sua análise sobre os mecanismos e as estratégias envolvidos na produção dos discursos manipuladores. Ele enfatiza que a opinião pública é uma construção social complexa, influenciada por fatores emocionais e racionais. Charaudeau argumenta que "a opinião pública, contrariamente ao que poderia dar a entender o termo 'opinião' (julgamento racional ou opinião argumentada), é construída sobre os afetos que são em seguida racionalizados". (Charaudeau, 2016, p. 89). Essa perspectiva é crucial para entender como líderes demagógicos conseguem mobilizar grandes segmentos da população, transformando emoções em argumentos racionalizados que sustentam suas agendas políticas. Charaudeau também observa que as estratégias políticas frequentemente exploram o medo e a angústia para manipular a percepção pública e para consolidar o poder, destacando que tais estratégias são normalmente acompanhadas de simplificações de repetições:

[a] simplificação através do emprego de fórmulas, de imagens, de slogans que têm por efeito "essencializar" os julgamentos, transformá-los em estereótipos e torná-los suporte de identificação ou de apropriação; sendo que a repetição dessas fórmulas e slogans vai da inoculação difusa a exaustão." (p.92)

Em "O Bem-Amado", acompanhamos Odorico se tornar prefeito da cidade sob o efeito do *slogan* político de sua campanha eleitoral: "VOTE NUM HOMEM SÉRIO E GANHE SEU CEMITÉRIO" (Gomes, 2014, p.19). Pertinentemente, o Prof. Charaudeau (2016) enunciou que "a eficácia do discurso político reside na capacidade de jogar com os sentimentos coletivos, apresentando-se como o portador da solução para as ansiedades sociais".

Na contemporaneidade e no campo da cibercultura, Pierre Lévy apresenta uma visão otimista sobre as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais para a comunicação e o para conhecimento humano. Ele argumenta que a cibercultura promove uma nova forma de sociabilidade e de construção de conhecimento, baseada na interatividade e na participação coletiva.

Acompanhando lucidamente a transformação ou, melhor, participando do movimento, envolvendo-se em um processo de aprendizagem, aproveitando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento humanos. O desenvolvimento do ciberespaço não vai "mudar a vida" milagrosamente nem resolver os problemas econômicos e sociais contemporâneos. Abre, contudo, novos planos de existência:

— nos modos de relação: comunicação interativa e comunitária de todos com todos no centro de espaços informacionais coletivamente e continuamente reconstruídos,
— nos modos de conhecimento, de aprendizagem e de pensamento: simulações, navegações transversais em espaços de informação abertos, inteligência coletiva,
— nos gêneros literários e artísticos: hiperdocumentos, obras interativas, ambientes virtuais, criação coletiva distribuída. (Levy, 1999, 222)

No entanto, é importante reconhecer os riscos associados à cibercultura, considerando que as plataformas digitais possibilitam uma difusão massiva e instantânea de informações, potencializando as formas de manipulação das emoções do público. Além disso, testemunhando a criação de bolhas informativas que podem limitar a exposição dos indivíduos a perspectivas mais diversas. Finalmente, na era digital, a manipulação de imagem e a retórica política podem alcançar novos níveis de complexidade e influência, exigindo uma vigilância constante e um senso crítico aguçado por parte dos cidadãos.

Cientes de que o discurso político explora as emoções humanas, em vez de depender da racionalidade e do debate informado, mobilizando o medo, a raiva e o preconceito, ao relacionarmos a cibercultura e a literatura para instrumentalizar a consciência crítica, é possível observarmos como essas áreas poderão interagir para formarem uma compreensão mais profunda da sociedade e das relações de poder. Podemos empregar a leitura literária, aqui exemplificada pela obra de Dias Gomes, para a conscientização de práticas demagógicas e da manipulação política, proporcionando aos leitores uma oportunidade de reflexão crítica. A possibilidade de criar e de compartilhar contranarrativas na internet pode servir como um contraponto aos discursos oficiais, promovendo uma maior pluralidade de vozes e perspectivas. Por conseguinte, a descentralização do conhecimento poderia questionar e desafiar autoridades políticas tradicionais, como a figura de Odorico. Enfim, em um mundo conectado por tecnologias digitais, as tentativas de manipulação poderiam ser mais rapidamente expostas e criticadas. Assim, tanto a literatura quanto a cibercultura oferecem ferramentas poderosas para o aprimoramento de uma consciência crítica, essencial para a formação de cidadãos informados e engajados.

4. ODORICO PARAGUAÇU E A CIBERCULTURA EM PERSPECTIVA

Neste tópico, apresentaremos a análise das falas da personagem Odorico Paraguaçu, no texto teatral *O Bem-Amado*, de Dias Gomes (ANO). A análise será conduzida com base nos postulados da Argumentação e Linguagem, defendidos por Koch (2011), da manipulação da opinião pública por meio dos discursos políticos, defendido por Charaudeau (2011 e 2016) e a perspectiva de Lévy (1999) sobre a cibercultura.

Nos fragmentos a seguir, buscaremos demonstrar como as estratégias de manipulação de Odorico e como o uso da retórica persuasiva e da manipulação da informação, encontram paralelos nas dinâmicas de manipulação presentes na cibercultura, como a disseminação de *fake news* e a polarização de opiniões nas redes sociais. Dessa forma, perceberemos como as reflexões a partir da obra ainda encontram ecos na contemporaneidade e são pertinentes para a consolidação da participação democrática. A análise das falas de Odorico Paraguaçu buscará evidenciar como essas estratégias discursivas se manifestam e se relacionam com as práticas contemporâneas de manipulação midiática.

4.1 A FORÇA DO *ETHOS* NA CONQUISTA DA ADESÃO POPULAR

No primeiro quadro, o Coronel Odorico Paraguaçu percebe que a falta de um cemitério na cidade de Sucupira era um anseio popular sobre o qual ele poderia construir a sua plataforma eleitoral. No entanto, seus antecessores políticos também já haviam usado essa mesma necessidade para a autopromoção. Sendo assim, Odorico recorre a alguns expedientes discursivos visando à conquista da adesão de sua audiência.

Com uma retórica empolada, usos de figuras de linguagens e de neologismos, Odorico, por meio do discurso – “ação verbal dotada de intencionalidade” (Koch, 2011) – confunde a audiência, manipula a opinião pública e busca construir e reforçar um *ethos* de proximidade, de seriedade, de comprometimento com seu povo e de salvador da pátria, capaz de realizar aquilo que nenhum outro político tinha conseguido.

Sobre o *ethos* de credibilidade, Charaudeau aponta que:

A exemplo da legitimidade, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito. O sujeito que fala no caso, o político - deve, portanto, tentar responder à seguinte pergunta: como fazer para ser aceito? Para isso, ele próprio deve fabricar uma imagem que corresponda a essa qualidade. De maneira geral, um indivíduo pode ser julgado digno de crédito se houver condições de verificar que aquilo que ele diz corresponde sempre ao que ele pensa (condição de sinceridade ou de transparência), que ele tem os meios de pôr em prática o que anuncia ou promete (condição de Performance), e que o que ele anuncia e aplica é seguido de efeito (condição de eficácia). (CHARAUDEAU 2011, p.119)

A partir deste ponto do trabalho, analisaremos de maneira minuciosa as manobras discursivas empreendidas por Odorico a fim de construir uma imagem de credibilidade com vistas à adesão do seu interlocutor.

Excerto 1

(Já passando a um tom de discurso:) Vejam esse pobre homem: viveu quase oitenta anos neste lugar. Aqui nasceu, trabalhou, teve filhos, aqui terminou seus dias. Nunca se afastou daqui. Agora, em estado de defunctice compulsória, é obrigado a imigrar; pegam seu corpo e vão sepultar em terra estranha, no meio de gente estranha. Poderá ele dormir tranquilamente o sono eterno? Poderá sua alma alcançar a paz? (GOMES, 2014, p.16)

No trecho acima, Odorico dramatiza a morte de um cidadão sucupirano e dá ênfase à situação para servir de plataforma eleitoral. A sua construção linguística busca imprimir uma imagem de sinceridade ou de transparência, pois, apesar da carência de meios de comprovação, seu interlocutor acredita que aquilo que ele diz corresponde ao que pensa (CHARAUDEAU, 2011). No contexto da cibercultura, as informações podem ser usadas de maneira dramatizada e seletiva para apoiar debates on-line. Além disso, memes, vídeos e postagens são usados para provocar reações emocionais ou o humor, incentivando o compartilhamento ou a adesão a uma causa.

Excerto 2

“Meus conterrâneos: vim de branco para ser mais claro. Esta cidade precisa ter um cemitério.” (GOMES, 2014, p.17)”

Ao enunciar o vocativo (“Meus conterrâneos”), Odorico reforça o seu *ethos* de natural de Sucupira, de modo a mostrar identificação com as questões do povo. Além de tentar, por meio de um jogo de palavras, aproximar a cor branca de sua roupa à clareza de suas palavras. Em paralelo às dinâmicas da cibercultura, criadores de conteúdo e políticos criam personas

e identidades visuais que inspiram identificação para atrair seus seguidores e promover ideologias e produtos, mesmo que tais personas/identidades não correspondam à realidade.

Excerto 3

É preciso garantir o depois de amanhã, para ter paz e tranquilidade no agora. Quem é que pode viver em paz mormente sabendo que, depois de morto, defunto, vai ter que defuntar três léguas pra ser enterrado? Moleza – É mesmo um pecado! Odorico – Uma vergonha! Mas eu, Odorico Paraguaçu, vou acabar com essa vergonha. (GOMES, 2014, p.19)

O trecho acima evidencia que Odorico demonstra um *ethos* de consciência sobre questões de Sucupira e de engajamento nelas. Ao se deparar com uma demanda social legítima, ele utiliza e dispõe os fatos como uma base argumentativa, de modo a buscar a adesão do povo, mesmo que desconheça as condições orçamentárias do município para a realização de sua promessa de campanha. No atual contexto cibernético, testemunhamos o crescimento de figuras públicas tentando construir um *ethos* de autenticidade com causas sociais e políticas.

As plataformas virtuais podem ser utilizadas como palanques para se posicionarem como vozes conscientes e influentes, quando, de fato, estão na busca por adesão e por apoio do público – ainda que o discurso proferido seja distanciado da realidade ou do sistema de crenças de seu enunciador. O objetivo, neste caso, é construir uma imagem positiva de preocupação e de aderência às causas populares com vistas à conquista de seu interlocutor por meio desse *ethos* de confiança.

Excerto 4

Uma sala da prefeitura. O ambiente é modesto. Durante a mutação, ouve-se um dobrado e vivas a Odorico, “viva o prefeito”, etc. Estão em cena Dorotéia, Jujú, Dirceu, Dulcinéia, Vigário e Odorico. Este último, à janela discursa. Odorico – Povo sucupirano! Agoramente já investido no cargo de Prefeito, aqui estou para receber a confirmação, ratificação, a autenticação e por que não dizer a saagração do povo que me elegeru. (GOMES, 2014, p.24)

Na farsa, Odorico, já investido no cargo, ratifica a sua posição e constitui-se como o candidato que salvará Sucupira da humilhação de não ter um cemitério. No contexto da cibercultura, as informações são frequentemente usadas de maneira seletiva, sendo propagadas por meio de textos escritos ou de vídeos que apresentam recortes ou narrativas específicas a fim de engajar e de convencer o público.

4.2 O DISCURSO DE ODORICO. DA NECESSIDADE DA POPULAÇÃO AO DESEJO DO POLÍTICO

Após tomar posse do cargo de prefeito, Odorico Paraguaçu sai em busca do cumprimento de sua promessa de campanha, que acaba por custar a precarização de determinados serviços públicos, já que a prefeitura não dispunha de recursos para a construção do cemitério. Para solucionar a questão, o prefeito desvia verbas de outras pastas, levando ao descontentamento da população e ao acirramento dos ânimos da oposição.

Terminada a construção do cemitério, a inauguração do local não aconteceu por conta do fato inusitado de faltarem óbitos na cidade de Sucupira. A pressão dos opositores

e a perda de popularidade de Odorico o levam a tomar uma série de decisões inescrupulosas, a fim de inaugurar a obra com o primeiro sepultamento em terras sucupiranas.

Dessa forma, o desejo do prefeito de realizar a inauguração de seu projeto ganha destaque na trama. Para continuar obtendo vantagens políticas e para tentar reverter a escalada da opinião pública negativa a seu respeito, Odorico falseia a realidade por meio de artifícios linguísticos. Charaudeau (2011) prevê outra estratégia muito evocada na retórica demagógica a cerca de uma mentira, que ele intitula a justificativa da razão superior:

O político que se justifica em nome dessa razão afirma que foi levado a agir como agiu para preservar essa identidade, mesmo que o povo não lhe tenha solicitado a agir desse modo. A história nos mostra que é em nome dessa mesma razão que muitas guerras são declaradas nas fronteiras de certos países. Alega-se a necessidade de conservar a integridade de um território, quando a intenção era criar um sentimento de solidariedade coletiva em torno do chefe." (CHARAUDEAU, 2011, p. 129)

Excerto 5

“Quero nada! Quero só que volte a morar aqui, na sua terra natal. Um dos principalmente de minha plataforma política é a pacificação da família sucupirana.” (GOMES, 2014, p.58)

O excerto acima evidencia uma das medidas condenáveis tomadas por Odorico a fim de realizar a inauguração do cemitério. Neste ponto da peça, o prefeito convida o cangaceiro conhecido como Zeca Diabo a retornar à terra de Sucupira. Assim, por meio de ativação do *pathos* do seu interlocutor e do falseamento das suas reais intenções, Odorico busca o convencimento do cangaceiro.

A fala em questão começa com uma resposta completamente distanciada da verdade. Neste quadro, o cangaceiro indaga, desconfiado, quais eram as intenções do prefeito com ele. Odorico esconde as suas reais motivações e tenta ativar o sentimento de pertencimento do cangaceiro à terra natal. Além disso, claramente manipula a realidade ao afirmar que a pacificação da família era parte de sua plataforma, já que o convite em questão ameaçaria a segurança dos cidadãos sucupiranos.

No contexto da cibercultura, influenciadores usam as emoções para engajar o público, seja por motivos comerciais, sociais ou políticos. Além disso, a desinformação e as *clickbait*s são exemplos de como as intenções verdadeiras são ocultadas ou distorcidas a fim de enganar o interlocutor. Por fim, destacamos como as comunidades *on-line* e grupos em redes sociais podem criar um sentimento de pertencimento que, às vezes, pode ser explorado de forma nociva, pois se aproveita da identidade coletiva para disseminar ideologias perigosas ou influenciar decisões que põem em risco o regime democrático.

Excerto 6

“Mas eu, Odorico Paraguaçu, filho de Eleutério e neto de Firmino Paraguaçu [...]” (GOMES, 2014, p.96)

Odorico apela para o seu *ethos* pré-construído ao recorrer a seus ascendentes. Ele constrói sua identidade política não apenas com base nas suas ações, mas também na história e no prestígio de sua linhagem familiar. No contexto contemporâneo, favorecidas pelas dinâmicas de propagação das redes, figuras públicas muitas vezes recorrem ao seu histórico e às associações anteriores para construir um *ethos* de legitimidade. A força dos sobrenomes e da ascendência familiar se evidencia e desempenha papel importante na adesão do público.

Excerto 7

*Meus concidadãos! Querem roubar à nossa terra o direito de enterrar seus próprios mortos! Mas eu, Odorico Paraguaçu, filho de Eleutério e neto de Firmino Paraguaçu não permitirei que o corpo desta infeliz concidadã saia desta casa senão pra fertilizar com suas virtudes a terra morna e cheirosa que a viu nascer! [...]
É o Direito, é a Liberdade, é a Civilização Cristã que estão em jogo! Ou enterramos Dona Dulcinéa, ou nos enterramos! (GOMES, 2014, p. 96)*

O trecho acima revela o momento em que Odorico busca o apoio da população para que o sepultamento de Dulcinea Cajazeira aconteça em Sucupira. Este é um momento de forte tensão na trama, já que o prefeito está terrivelmente frustrado ao saber que a família Cajazeira dispunha de um mausoléu em outra cidade no qual os membros deveriam ser sepultados.

Há, portanto, um embate de ideias entre os familiares da falecida com Odorico, cuja real intenção – a inauguração do cemitério – é camuflada por uma narrativa que evoca o direito, a liberdade e a religiosidade. O enunciador faz uma escolha elaborada de palavras que mexem com o *pathos* dos interlocutores e que busca criar, por meio delas, uma realidade com qual a população se identifique de forma a realizar a ação pretendida.

No contexto da cibercultura, as redes sociais permitem a criação de realidades alternativas em que narrativas podem ser moldadas com interesses específicos. As *fake news* e teorias da conspiração são exemplos de como a opinião pública pode ser manipulada de modo a prejudicar a construção da democracia. Além disso, figuras políticas usam as mídias digitais para difundir *slogans* que supostamente defendem valores éticos, morais e religiosos, mas que falseiam a realidade e que propiciam o avanço de seus propósitos de autopromoção e de manutenção do poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostra que a literatura pode fomentar a formação de um eleitorado mais crítico e mais bem-informado, essencial para manter a integridade democrática em meio às novas tecnologias de comunicação. Essas tecnologias podem tanto intensificar quanto desafiar os métodos tradicionais de manipulação. Em uma sociedade impactada pelos avanços tecnológicos na comunicação, em que os debates políticos são manipulados para inflamar bases eleitorais, a literatura se destaca como um recurso didático eficaz. Ela atenua os riscos da decadência do senso crítico, fortalece a autonomia reflexiva dos cidadãos e é vital para o engajamento crítico e a resistência à manipulação na contemporaneidade.

A análise empreendida na obra escolhida reforça que todo discurso é dotado de intencionalidade, ou seja, busca influenciar o comportamento do interlocutor. O enunciador do discurso político, em especial, pode enfatizar aspectos emocionais em detrimento dos racionais, além de omitir aquilo que realmente pensa ou concebe caso considere que essas ideias expressas em palavras possam atrapalhar a sua ação. A manipulação da verdade pode ter consequências sérias, como ameaças à segurança digital e física das pessoas. As informações manipuladas podem incitar violência, criar pânico e conduzir decisões políticas e sociais.

De acordo com Patrick Charaudeau as estratégias de legitimação são essenciais para que os políticos justifiquem suas posições de poder e suas ações. Estas estratégias podem incluir apelar para a tradição, para a moralidade, para a racionalidade técnica, ou até mesmo para a necessidade de estabilidade. Em "O Bem-Amado", Odorico usa esses elementos para

criar um discurso que constantemente reafirma sua autoridade e a necessidade de sua liderança. Essas estratégias são manipuladas de modo a reforçar a ideia de que suas decisões, mesmo as mais controversas, são sempre em benefício do povo. Este uso habilidoso do discurso não apenas sustenta sua posição de poder, mas também molda a percepção pública de sua legitimidade como líder. Entretanto, essa imagem é frequentemente contradita por suas ações e pelas situações cômicas e absurdas que se desenrolam, revelando seu verdadeiro caráter oportunista e manipulador. O *ethos* de Odorico, portanto, é marcado por uma dualidade: a faceta que ele deseja mostrar ao público e a realidade de suas intenções e métodos, que são antiéticos e egocêntricos. Assim, a obra de Dias Gomes, ao ilustrar essas estratégias, não apenas revela as táticas de manipulação de Odorico, mas também critica a facilidade com que o discurso político pode ser usado para mascarar as verdadeiras intenções e manobrar a opinião pública.

A integração das teorias otimistas de Pierre Lévy em relação à Cibercultura à narrativa de "O Bem-Amado" oportuniza uma análise sobre a emergência da inteligência coletiva por meio das redes digitais, que facilitam a colaboração e a troca de informações entre indivíduos de diferentes locais. Ainda que conhecedores do potencial negativo da era digital, analisando por um viés positivo, propomos que a tecnologia possa ampliar o engajamento político e a transparência. Além disso, a manipulação e a retórica poderiam ser mais facilmente desafiadas com o uso de plataformas digitais que permitem a rápida disseminação de informações e a mobilização comunitária. Podemos também argumentar que a cibercultura oferece ferramentas para uma educação mais abrangente e mais acessível, o que pode ajudar a criar um eleitorado mais informado e crítico.

Finalmente, buscamos, neste artigo, enfatizar que o discurso político tem um lugar de destaque no regime democrático, pois é por meio dele que a instância de poder se conecta à instância cidadã. À medida que este privilegia os afetos e os sentimentos irracionais em lugar da razão e da reflexão ou enfatiza as imagens pessoais fabricadas e minimiza os argumentos, o *ethos* e o *pathos* suprimem o *logos* de forma a prejudicar o jogo político e a construção de uma sociedade autenticamente democrática.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, A. Direito à Literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4. ed. reorganizada pelo autor. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades; Ouro sobre Azul, 2004.

CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHARAUDEAU P. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

FERREIRA, L. A. **Leitura e Persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

GOMES, D. **O Bem-Amado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KOCH, I. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MÍDIA E ANTICAPACITISMO: ANÁLISE DISCURSIVA DE COMENTÁRIOS DE UMA PUBLICAÇÃO DE INFLUENCIADOR DIGITAL PCD NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*

Luiza Garcia Corrêa (PPGL/UFPA) ¹

Fátima Cristina da Costa Pessoa (PPGL/UFPA) ²

1. INTRODUÇÃO

Para além da promoção do entretenimento e da finalidade da comunicação, as redes sociais constituem um novo espaço de interação social entre os sujeitos. As relações que antes eram físicas, hoje permeiam o ciberespaço por intermédio de recursos multimodais que relacionam texto (escrito), imagens e sons e deslocaram-se para as telas dos computadores e dos *smartphones*. Nesse âmbito, as redes sociais surgem com intuito de compartilhar vivências e experiências sociais individuais e coletivas no ambiente virtual, um exemplo desse novo espaço com recursos multimodais da atualidade é a plataforma *Instagram*.

A rede social *Instagram* destaca-se entre as demais por ser uma das mais utilizadas ao redor do mundo atualmente por seus usuários, juntos eles ultrapassam o quantitativo de 1 bilhão de perfis nessa rede, a contar desde a sua criação em 2010, por Kevin Systrom e Mike Krieger. O aplicativo surgiu com a finalidade de compartilhar fotos, vídeos e mensagens, o *Instagram* popularizou-se entre os internautas e hoje é uma potência da comunicação; por isso, a imprescindível tarefa de entender o que é produzido nas entrelinhas dessa rede social pelos internautas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivos: analisar discursivamente os comentários de internautas em uma publicação do influenciador digital PcD Ivan Baron na rede social *Instagram*, bem como verificar qual (is) efeito (s) de sentido produzidos por meio dos comentários dos internautas e investigar as práticas discursivas que são materializadas linguisticamente nos comentários selecionados dos internautas; para responder aos seguintes questionamentos: Qual o teor linguístico-discursivo dos comentários de internautas sobre o corpo com deficiência na publicação do influenciador digital PcD no *Instagram*? Que efeitos de sentido são produzidos a partir da publicação do influenciador digital PcD em seu perfil no *Instagram*? Como se mostra a ruptura do padrão corporal como prática discursiva na publicação do influenciador PcD?

A pesquisa será realizada sob o viés da Análise do Discurso Foucaultiana, possui caráter qualitativo e aplicou-se a seis comentários selecionados de internautas em uma publicação on-line do influenciador digital PcD Ivan Baron, do dia 12 de junho de 2023. É importante destacar que Ivan Baron (@ivanbaron), autodenominado “influenciador da inclusão”, é um criador de conteúdo digital de 25 anos de idade, nascido no Rio Grande do Norte, que atua nas redes sociais defendendo causas como a inclusão e o combate ao capacitismo – termo utilizado para descrever a discriminação e o preconceito com Pessoas com Deficiência. No momento da realização desta pesquisa, o influenciador contava com 486 mil seguidores em seu perfil público na rede social *Instagram*. A publicação selecionada para a retirada dos comentários dos internautas delinea-se no espaço-temporal da data comemorativa de Dia dos Namorados. Assim, o influenciador digital abre o questionamento

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará - PPGL/UFPA, licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. E-mail: luizacorrea8@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará PPGL/UFPA.

na sua rede para o debate sobre o relacionamento entre pessoas pertencentes e não pertencentes da comunidade das Pessoas com Deficiência.

Os dados selecionados serão confrontados com a teoria a respeito do discurso e práticas discursivas de Foucault (2012), Brandão (2004) e Deusdará e Rocha (2021), bem como Nassau (2018) para tratar sobre a padronização dos corpos, Costa, Junior e Oliveira (2021), Santos (2018) e Cunha (2012) para pontuar sobre o comentário enquanto gênero textual/discursivo. O artigo divide-se, primeiramente em referencial teórico, seção subdividida em três partes sendo um breve delineamento sobre o discurso e os efeitos de sentido na Análise do Discurso Foucaultiana, em seguida, a subseção sobre a padronização corporal e o papel dos influenciadores digitais PcD na construção de novas práticas discursivas, e na última subseção apresentando o comentário do *Instagram* enquanto gênero textual/discursivo. Posteriormente, há os procedimentos metodológicos da pesquisa, logo após, a análise dos enunciados selecionados e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O DISCURSO E OS EFEITOS DE SENTIDO NA ANÁLISE DO DISCURSO FOUCAULTIANA

O discurso aponta para as relações de sentido, para já-ditos e para dizeres futuros, ao estudar os discursos na Análise do Discurso o linguista investiga os efeitos de sentido de determinada formação discursiva. Nesse contexto, o enfoque dos estudos em AD leva em consideração os processos históricos, políticos e ideológicos que compõem a materialidade linguística, recorrendo as relações de exterioridade entre o dito e as condições de produção desse dizer, como a historicidade (Brandão, 2004, p. 15).

Ao trabalhar com a historicidade, o analista do discurso se alinha com os “[...] movimentos do lembrar, do esquecer, do silenciar, do reiterar, do negar, do resistir (e tantos outros) que se inscrevem na materialidade dos processos de produção dos sentidos” (Mariani, 2018, p. 17 *apud* Deusdará e Rocha, 2021, p. 41). É por intermédio da historicidade inscrita na materialidade linguística que se produzem significações; como a AD se insere na Linguística busca-se precisamente relações de significação que permeiam a modalidade escrita da língua, ou enunciados, nomeados por Foucault (2012).

Os enunciados são motivados por práticas discursivas anteriores – as práticas discursivas constituem uma dupla competência da linguagem, a produção linguística chamada “performance” individual e a produção ideológica das significações que em conjunto culminam no fazer sócio-histórico da AD (Brandão, 2004, p. 18). Assim, ao buscar compreender as práticas discursivas por trás dos enunciados deparamo-nos com ações, gestos, falas e textos que corroboram para que uma formação discursiva se solidifique. No movimento dessa pesquisa, os comentários das redes sociais enquanto materialidade linguística implicam em novas práticas discursivas, é o que verificar-se-á na próxima subseção.

2.2 A PADRONIZAÇÃO CORPORAL E O PAPEL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PCD EM NOVAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Com a possibilidade de novas alternativas de comunicação, o espaço digital surge com a funcionalidade de polarização e unificação de discursos na sociedade. A padronização corporal enquanto discurso amplamente difundido desde os primórdios da civilização cristalizou-se mediante propagandas nos meios de comunicação e a difusão do padrão de beleza estética, o que é considerado “belo”, “útil” e “normal” passa a agregar valores sociais. Desse modo, os corpos que fogem à normalidade socialmente instituída sofrem com a exclusão.

Os corpos de Pessoas com Deficiência, por exemplo, sofrem com padrões impostos em relação a beleza, saúde e longevidade o que corrobora para o fortalecimento de um sistema capacitista. O capacitismo deriva do termo em língua inglesa “ableism” usado para definir o preconceito e a discriminação com Pessoas com Deficiência³ (PcD), por séculos as chamadas “deformidades” ou “anomalias” colocaram esses indivíduos à margem social, enclausurados em hospitais e hospícios.

Sob essa perspectiva, criou-se uma visão patológica sob os corpos de Pessoas com Deficiência. Esses corpos sofriam com a segregação, ataques e sofrimentos; culturalmente no século XIX eram colocados em desfiles expostos juntos a animais para serem vistos pelos olhares curiosos, era uma “[...] grande exibição das bizarrices do corpo humano” (COURTINE, 2011, p. 254, *apud* NASSAU, 2018, p. 5). Sabe-se que atualmente essa configuração foi alterada, existem leis que amparam a comunidade das PcD punindo a segregação social; é o caso da *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 promove e assegura as condições de igualdade, exercício dos direitos e liberdades fundamentais das PcD. Entretanto, levaram-se anos para que as Pessoas com Deficiência tivessem os seus direitos assegurados pelo Estado; ao longo da história, precisamente desde a Idade Média e atravessando a Idade Moderna existia a aversão às deformidades físicas e corporais. Sob a influência, principalmente, do Cristianismo na Idade Média, houve um período de segregação das Pessoas com Deficiência, por representarem aos olhos da igreja a materialização de um “castigo divino”.

Adentrando a Idade Moderna, a concepção segregacionista relacionada às Pessoas com deficiência expandiu-se, nesse momento, surgem os asilos e os manicômios que visavam separar as PcD do meio social comum, por serem consideradas incapazes. Esse acolhimento não resultou na integração dessa comunidade, que continuou sofrendo com a discriminação e o preconceito até meados do século XX. É somente por volta dos anos 70 que se começa a discussão sobre os direitos plenos das Pessoas com Deficiência, com a primeira Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), nela são reconhecidos pela primeira vez os direitos das PcD.

Posteriormente, em 1975, há a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, documento importante para afirmar os direitos e liberdades fundamentais das PcD. Outro passo importante para essa comunidade, foi a Declaração de Salamanca, em 1994, que estabelecia os direitos iguais a educação para crianças com deficiência. No Brasil, essa realidade concretizou-se no século XIX, porém essa garantia de direitos não evita que a comunidade continue sofrendo com o preconceito e com a discriminação, principalmente, aqueles que possuem deficiências físicas.

Nessa acepção, emerge nas redes sociais um posicionamento anticapacitista através dos criadores de conteúdo digital que dedicam seus perfis públicos para o debate e a desmistificação do capacitismo no meio virtual. Essa atitude leva a renovação de práticas discursivas que garantem a visibilidade na causa PcD e amplia a discussão pública sobre o assunto, pois é por intermédio das publicações na rede social *Instagram* que se abrem portas para a discussão em massa de assuntos antes não corriqueiros. Criando, assim, um ciclo de

³ Termo dado a pessoas que possuem alguma limitação física, mental, auditiva ou visual que de alguma forma obstrui a sua participação efetiva na sociedade que a cerca em equidade de condições com as demais pessoas.

ampliação de efeitos de sentido novos em relação a padronização corporal, principalmente, nos chamados “comentários” de publicações on-line, ferramenta que será tratada na próxima subseção.

2.3 O GÊNERO TEXTUAL DISCURSIVO COMENTÁRIO DO *INSTAGRAM*

Ao investigar o lugar de tensão entre o contexto e a história, a Análise do Discurso busca entender os efeitos de sentido de determinado funcionamento linguístico. Ademais, pode-se encontrar diversas manifestações de linguagem a serem investigadas sob a luz da AD; aqui será tomado o gênero textual/discursivo “comentário on-line”. Com a crescente mediação da tecnologia nas interações humanas surgem novas práticas facilitadoras das trocas comunicacionais em meio virtual, as redes sociais, que, de modo geral, desde os seus primórdios proporcionam a criação de novos gêneros que buscam atender as necessidades e novas demandas de comunicação entre os sujeitos.

O gênero comentário é recorrente em muitas esferas comunicativas, uma vez que sua dinamicidade é marcada textualmente por “[...] seu caráter subjetivo, instável, coloquial, original, criativo e, especialmente, pela brevidade e condensação. Sua função comunicativa predominante é a conativa, com vistas a convencer [...]” (COSTA, JUNIOR E OLIVEIRA, 2021, p. 60). Na esfera virtual, o comentário ganha aspectos multimodais que são evidenciados para além da escrita, como o hipertexto – conjunto de recursos capazes criar conexões não-sequenciais e não-lineares ao acessar um texto on-line. Esses recursos criam possibilidades de interação entre usuários (leitores) e influenciadores (produtores de texto), pois evidencia a diversidade de alternativas de interpretação de uma mesma publicação⁴, fazendo repercutir um ciclo de emissão de opinião em relação a um tema específico.

Segundo Santos (2018), o gênero comentário on-line é fruto de uma organização em cadeia de enunciados, cada um desses enunciados surge como reação-resposta a diversos destinatários, sejam eles reais ou presumidos; esse gênero textual é considerado uma prática social pois relaciona-se com a vida cotidiana de milhares de pessoas:

O gênero comentário *online* circula na mídia digital, *blogs*, *whatsapp*, *jornais online*, etc., e em diferentes redes sociais tais como *facebook*, *instagram*, entre outras. Diante desses espaços, o leitor sente-se motivado a responder conforme suas intenções e as regras de uso desse gênero em diferentes meios digitais. (SANTOS, 2018, p. 29, grifos da autora)

Nessa perspectiva, o sujeito que comenta em uma publicação virtual ao mesmo tempo em que se utiliza do caráter individualista para emitir uma opinião acerca de determinado assunto também gera uma possibilidade de resposta ao texto fonte. Corroborando para o que Foucault (2012) evidenciou em relação a um caráter de referência, análise e apreciação do texto fonte, possibilitando que essa prática seja considerada discursiva uma vez que “[...] a partir de um texto fonte, o leitor constrói novos discursos, reacentuando diferentemente os aspectos temáticos, os sentidos múltiplos, explícitos ou subentendidos [...]” (CUNHA, 2012, p. 28) desencadeando mudanças no ponto de vista de quem os lê.

⁴ As publicações são conteúdos em forma de texto, de imagem ou de vídeo que são compartilhados pelos usuários das redes sociais. As finalidades comunicativas das publicações em meio digital variam de acordo com a intenção do emissor e podem influenciar no ponto de vista de seus leitores.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa possui caráter bibliográfico, pois norteia o levantamento teórico a partir de “[...] material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 2002, p. 44). Os procedimentos metodológicos da pesquisa definiram-se a partir da escolha do corpus a ser investigado, dessarte, acessou-se, no dia 12 de julho de 2023, o *Instagram* do influenciador digital PcD Ivan Baron, aberto ao público geral, e com o intuito de selecionar qual publicação seria contemplada para análise (Figura 1). Com a publicação selecionada, partiu-se na busca por comentários que, posteriormente, serão confrontados com a Análise do Discurso de vertente foucaultiana.

Para a coleta dos dados utilizou-se um aparelho celular, ao qual a pesquisadora fez *prints*, tanto da publicação selecionada quanto dos comentários dos seis internautas. Os nomes dos autores dos comentários não serão identificados ao leitor, uma vez que não atribuem qualquer relevância para os objetivos dessa pesquisa. Delimitada a materialidade de investigação da pesquisa, serão confrontados os dados com as postulações teóricas em relação a AD foucaultiana, a padronização corporal e o papel dos influenciadores PcD na disseminação de novas práticas discursivas e o gênero textual/discursivo “comentário” para, dessa forma, analisar os efeitos de sentido produzidos por meio dos comentários dos internautas e investigar as práticas discursivas que são materializadas linguisticamente nos comentários dos internautas.

4. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS SELECIONADOS

As publicações realizadas no perfil público do influenciador digital Ivan Baron relacionam-se com a temática principal abordada na sua rede, a causa das Pessoas com Deficiência. A publicação selecionada refere-se a foto com texto escrito compartilhada no dia 12 de junho de 2023, no *post* o influenciador relaciona a temática da data comemorativa de “Dia dos Namorados” questionando sobre a atração física e romântica por Pessoas com Deficiência, assim, indaga seus seguidores com a seguinte pergunta:

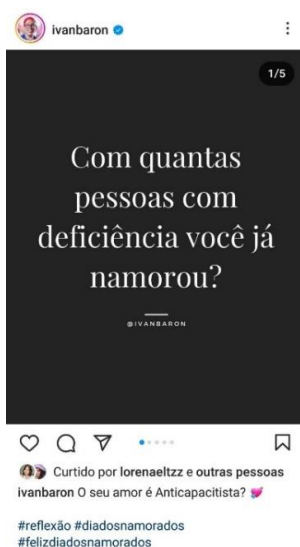


Figura 1 - *Print* tirado no dia 12 de junho de 2023 da publicação de Ivan Baron⁵.

⁵ BARON, Ivan. [Sem título]. Rio Grande do Norte. 2023. Instagram: @ivanbaron. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtZDjrYru3Q/?img_index=1> . Acesso em: 12. jul. 2023.

A publicação fomentou por volta de 790 comentários de internautas a respeito do assunto, principalmente, contando suas experiências em relacionamentos com Pessoas com Deficiência; o que chamou atenção da pesquisadora é o fato de que ao contar sobre as suas individualidades, todos apontavam para uma prática discursiva enraizada na sociedade, o capacitismo, como mostram os dois textos em destaque a seguir:

Eu gostei de um menino com deficiência numa das pernas, trabalhávamos juntos, demonstrava, mas acho que ele não acreditava. Tbm tem esse lado né? Desconstruir algo que a sociedade cruelmente vem plantando é difícil.

[Responder](#) [Ver tradução](#)

Comentário 1 – Acervo da autora.

exatamente, nós com deficiência não acreditamos muito facilmente que alguém possa gostar de nós romanticamente

[Responder](#) [Ver tradução](#)

Comentário 2 – Acervo da autora.

Aqui, enfatiza-se dois comentários que se complementam; o Comentário 1 é feito por uma pessoa que não têm deficiência, o internauta relata sobre a atração romântica por uma pessoa com deficiência física, ao final do comentário coloca: “[...] Desconstruir algo que a sociedade cruelmente vem plantando é difícil”. Com o termo “algo”, implicitamente a internauta demarca que há uma ação comum produzida socialmente, levando a crer que se formam regularidades intencionais sistemáticas ao enunciar o gênero comentário on-line. Em relação a isso Foucault afirma que existe uma ordem institucional que demarca as enunciações, e que a depender do espaço em que é proferida a sua função enunciativa é alterada (Brandão, 2004, p. 36).

Uma frase dita no cotidiano difere-se de um comentário escrito em uma plataforma digital, pois no espaço digital há a característica de convencimento de um público ao enunciar (Costa, Junior e Oliveira, 2021). De modo geral, o público-alvo de publicações como essa é a comunidade que acompanha o influenciador digital PcD Ivan Baron, o comentário A desencadeia a identificação de outros internautas gerando uma reação- resposta, como afirma Santos (2018), logo o Comentário 2 surge, mais uma vez com vistas a relatar uma experiência pessoal; o internauta revela que: “[...] nós pessoas com deficiência não acreditamos [...] que alguém possa gostar de nós romanticamente”, reforçando a existência de um discurso que patologiza os corpos com deficiência e os exclui do direito de se relacionar amorosamente com outros indivíduos.

Outros dois comentários revelam outro discurso comum em relação a pessoas que se relacionam com as PcD, a premissa de que são “heróis”, “pessoas boas” ou “cuidadores” de Pessoas com Deficiência, como vê-se nos Comentários 3 e 4:

E quando se deparam com um PCD namorando, classificam o parceiro como um herói, uma pessoa boa... Capacitismo na veia, enraizado... "triste"

[Responder](#) [Ver tradução](#)

Comentário 3 – Acervo da autora.

Cheguei a ser chamada de "cuidadora" do meu ex namorado.

[Responder](#) [Ver tradução](#)

Comentário 4 – Acervo da autora.

Para Foucault (2012), a prática discursiva consiste no conjunto de regras que funcionam em determinado espaço-tempo, ela não é determinada por frases gramaticais, a prática discursiva é um conjunto de consequências históricas e sociais em exercício na sociedade. Em ambos os comentários, percebe-se o funcionamento discursivo de patologização dos corpos com deficiência, atitude construída com intuito de “consertar” os corpos a fim de torná-los idealizados, prática comum aos corpos “disformes” – que

apresentam visivelmente imperfeições, segundo a cultura visual da medicina – desde o período renascentista (Nassau, 2018, p. 1)

Ademais, é importante destacar que a rede social *Instagram* possui um espaço mais democrático para que pequenas mudanças sociais possam ser feitas, o perfil público do influenciador digital PcD Ivan Baron, embora com o intuito de entreter através do seu conteúdo também abre margem para a reflexão acerca de posicionamentos políticos, ideológicos, históricos e sociais de seu público-alvo. Desse modo, percebe-se nos Comentários 1, 2, 3 e 4 os efeitos de sentido de ruptura, enfrentamento e combate a formações discursivas cristalizadas historicamente, como o preconceito e a discriminação com Pessoas com Deficiência e desencadeando uma nova prática discursiva, o anticapacitismo.

O diálogo entre os Comentários 2 e 3 também corroboram para a visualização de confluência entre pontos de vista dos internautas, como defende Cunha (2012), e a construção de novas práticas discursivas dessa vez percebidas também nos comentários a seguir:

Post mais que necessário, pois este é mais um dos múltiplos preconceitos com os quais as pessoas com deficiência precisam lidar... 🙌🙌🙌

Responder Ver tradução

Comentário 5 – Acervo da autora.

Vc traz uma reflexão necessária. Eu nunca havia pensado nisso.

Responder Ver tradução

Comentário 6 – Acervo da autora.

A identificação entre sujeitos de uma comunidade é exemplificada no Comentário 5. O internauta relata que a publicação é necessária, pois existem “[...] múltiplos preconceitos com os quais as pessoas com deficiência precisam lidar”, o relacionamento amoroso seria um deles. Ao trazer a pauta da inclusão nas redes sociais percebe-se que o público-alvo são sujeitos pertencentes a essa comunidade, entretanto, outras comunidades também entram em contato com o conteúdo favorecendo o diálogo e a disseminação do tema.

As redes sociais, nesse aspecto, corroboram para que novas práticas discursivas ganhem força, no sentido de que põem em jogo o efeito de sentido de combate aos estigmas enraizados na sociedade, como percebe-se no Comentário 6: “[...] reflexão necessária. Eu nunca havia pensado nisso”. A publicação põe em xeque a relação de corpos PcD e corpos não pertencentes a essa comunidade de forma a reproduzir novas práticas discursivas, como a inclusão de Pessoas com Deficiência; gerando um debate público por intermédio do gênero textual/discursivo comentário on-line da plataforma *Instagram*.

A análise discursiva dos comentários anteriormente analisados possibilitou a percepção de ampliação do discurso que vêm aos poucos se consolidando nas redes sociais: o combate ao capacitismo mediante as publicações em perfis públicos de influenciadores digitais PcD. Outrossim, propiciou a identificação do teor linguístico-discursivo dos comentários referentes ao corpo de Pessoas com Deficiência na publicação de Ivan Baron, referente principalmente a inclusão das PcD, de forma a normalizar o relacionamento entre pessoas pertencentes ou não pertencentes a esta comunidade.

Portanto, o efeito de sentido identificado nos Comentários 1, 2, 3, 4, 5 e 6 refere-se a gesto de combate ou enfrentamento do capacitismo, ou seja, a ação anticapacitista identificada nas entrelinhas dos enunciados analisados; ação que pode favorecer a disseminação de novas práticas discursivas em relação aos corpos de Pessoas com Deficiência, como o reconhecimento, a inclusão e a promoção de visibilidade desses indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais constituem uma amálgama de circulação de discursos e de sentidos, os indivíduos ao utilizarem uma plataforma como o *Instagram* propagam enunciados que possuem traços históricos, políticos e ideológicos, e que podem culminar em novas práticas discursivas. O anticapacitismo é uma prática discursiva que está imbricada nos enunciados analisados dos internautas, em conjunto com essa prática surgem outras como a inclusão das Pessoas com Deficiência e o combate/ruptura da ação capacitista no meio virtual. Nesse sentido, retomando os objetivos dessa pesquisa, o efeito de sentido produzido pelos enunciados analisados é o anticapacitismo, uma vez que o influenciador digital PcD traz a pauta da inclusão nas suas publicações, abrindo espaço para que os usuários possam dialogar e propagar essa ação anticapacitista por intermédio do gênero textual/discursivo comentário.

A partir do diálogo entre os internautas, faz-se importante destacar a relevância do estudo do gênero comentário nas redes sociais, visto que se caracteriza como um espaço de diálogo aberto entre o influenciador digital (autor) e os seus seguidores (leitores), local propício para que novos sentidos possam circular. Em síntese, o papel da publicação de influenciadores digitais, principalmente a estudada nessa pesquisa, geram o efeito de sentido de combate ou enfrentamento de premissas instituídas historicamente na sociedade, como o preconceito e a discriminação dos corpos de Pessoas com Deficiência. A pauta discutida na publicação de Ivan Baron, pode ultrapassar as telas do mundo virtual e podem materializar-se em ações anticapacitistas na sociedade.

6. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

COSTA, D. M. da; JUNIOR, P. A. de O.; OLIVEIRA, H. F. Comentários em uma página da rede social Instagram: reflexões situadas de uma prática discursiva on-line. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2021. DOI: 10.29327/210932.9.2-5. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/5236>. Acesso em: 11 jul. 2023.

CUNHA, Dóris de Arruda C. da. **Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web**. Revista Investigações, v. 25, n. 2, p. 21-41, 2012.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. **Análise cartográfica do discurso: temas em construção**. São Paulo: Mercado das Letras, 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
NASSAU, Juçara de Souza. **Entre o disforme e o monstro: o corpo espetáculo**. In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio, 2018, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: História & Parcerias, 2018.

SANTOS, Eliane Pereira dos. **O gênero comentário online**: um enfoque axiológico-dialógico do estilo. 257 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2018.

PORTUGUESE AS A HERITAGE LANGUAGE: A LANGUAGE OR A HERITAGE?

Sonia Maria Correa Pereira Mugschl [Sonia Almeida] (PPGL/UFMA)¹
Monica Fontenelle Carneiro (PPGL/UFMA) ²

1. INTRODUCTION

This research which we present here under the title “Portuguese as a Heritage Language: a Language or a Heritage” is in process and aims to investigate the activities with Portuguese as a Heritage Language in Europe. POLH is a project carried out by Brazilian immigrants with Brazilian immigrants, especially children whose families want to nourish their relationship with their roots. We start from the hypothesis that these activities seem to require other issues that involve the immigration process. It is in this sense that we ask about the challenges of carrying out activities that involve other areas that may touch the instances of what we call inheritance.

The central concepts of these reflections are the following: Brazilian Portuguese, Identity, Heritage and the Unconscious. We begin with the hypothesis that there is no point in treating the inheritance of Brazilians based on Portuguese texts spoken outside Brazil, or even the Portuguese language classes only. With regard to Brazilian Portuguese, POLH activities, in order to feed the participants’ roots, need to be a mirror, a reflection of reality. Brazil is revealed in the language that is spoken here: it shows the character of a people, their rhythm of existence, the elements that make up everyday life, with the smells and flavors, as well as colors and tones that are reflected in the Brazilian language (ALMEIDA, 2017). As far as identity is concerned, Stuart Hall (1998), when presenting the concept of hybrid identity, makes us think that, for the immigrant, especially, it is not a stable identity, but a hybrid one, which moves and is always in process, as the subject goes through life experiences which are appropriated by him. As for inheritance, still by common sense, here it is taken as the principle of the right of every human being who inherits what belongs to their own, but we also seek to produce a sense of inheritance for immigrants – those who emigrated from their land, their country – through other concepts: that of imaginary, for example, which, according to Lacan (1998), is one of the constituents of the unconscious.

The methodology is in the exploratory phase of turning an observant eye to the reality experienced by immigrants, by means of visits to groups of Brazilians in Europe and the activities developed by the Munich Heritage Suitcase. For these activities, we have prepared materials and evaluated, based on these reflections, which aspect is prioritized, in order to answer which axis supports these activities: whether linguistic, sociological or psychoanalytic. We start from the hypothesis that these activities, even if they involve reading activities, still emphasize the language, although not exactly the Brazilian language. The reaction to these two materials presented at different times is what will constitute the considerations highlighted in the Results and Discussions item.

We separated, among the experiences to be analyzed, two materials produced and applied in lectures in Europe. The first entitled “Time inside the tree, Brazil inside the language”; and the second, “In search of the hidden inheritance.

¹ Professor at the Department of Literature and permanent professor at the Postgraduate Program in Letters PGLetras at UFMA.

² Professor at the Department of Literature and permanent professor at the Postgraduate Program in Letters PGLetras at UFMA.

2. DESCRIPTION OF MATERIALS

Material 1 – The Language inside the tree, Brazil inside the Language

The first material entitled “Time inside the tree, Brazil inside the language” prioritizes linguistic issues. It consists of 37 slides, introduced by theoretical specificities and practical applications of texts also written by the teaching professor.

Among the concepts presented in the material, those of Imaginary Language and Fluid Language (ORLANDI, 1988) which are intended not only to guide to the idea of ‘language as heritage’, but also support the reasons why it is possible to say that Brazil is within the language, just like time is within the tree. This metaphor is exposed at the opening of the slides through the image of spring rings, which mark time inside the trunk of a tree. As we are dealing with Portuguese as a Heritage Language, our reflection obviously concerns the need for Brazilian heritage to prioritize Brazilian Portuguese as a language to be taught outside Brazil to Brazilian immigrants.

Considering that an imaginary language is one that does not reflect a reality, the material discusses the conception of language: whether it is stable or in movement, homogeneous or heterogeneous, the same for everyone or different for each time and place. The opposition is placed: on one side the structure, the norm, the rules of a language which are equal to everyone and on the other, the “real language”.

In the slides, literature is included as a means of arriving at significance. In other words, the focus is on the obtuse of Brazil constituted by the immigrant's gaze, to separate two dimensions: Brazil for the Brazilian or Brazil in the Brazilian.

Another approach is with the conception of language: if a homogeneous system (SAUSSURE, 1916); if a homogeneous internalized grammar, which exists in the mind of every ideal speaker (CHOMSKY, 1978); whether a heterogeneous dimension that depends on the subject to generate meaning (BENVENISTE, 1976) or heterogeneous, depending on the speech community (LABOV, 1976). Texts produced and/or adapted for the material were presented, such as the following:

Table 1 - Text A³

“There are two people in the Portuguese class: a teacher and a student.
- What day is it today?
- Today is Tuesday.
- Where are we?
- We are in the Portuguese class.
- Is the class interesting or not?
- It’s interesting.” (Tradução nossa)

³ “Na aula de Português estão duas pessoas: um professor e uma aluna./- Que dia é hoje?/- Hoje é terça-feira./- Onde estamos?/- Estamos na aula de Português./- A aula é interessante ou não?/- É interessante.”

Table 2 - Text B⁴

“In a Portuguese class, there are two people: a teacher and a student.
- What day is it today?
- Third.
- Where are we?
- Huh... What do you mean?
- The class is cool, right?
- Very cool.” (Tradução nossa)

Observing the two texts, in which text B is an adaptation of text A, taken from a Portuguese as a Foreign Language textbook, the priority was to analyze uses of the verbs to have and there to be; of preposition in(a); of the verbs to be/there to be; of the adjectives interesting/cool and other uses such as is/to be, ‘*ué*’, what do you mean, which are very common in Brazilian speech.

The slides also present research results on Brazilian Portuguese (BP) by Eunice Pontes (1987, p. 19-24), a Topic concerning Brazilian Portuguese that considers the following:

Some signs in the structure: the passive is not used in speech; too much topicalization (topic sentences should not be analyzed with reference to a basic one from which it was transformed); the topic announces the topic of the speech; the topic is always in the initial position; the topic does not need to be linked to the verb, the subject does. (Eunice Pontes, 1987, p. xx)⁵(Tradução nossa)

Carlos Fioravante (2015, p. 16-28) is also mentioned in the material. By means of his work entitled “*Well then, a very Brazilian language*”⁶ (Tradução nossa), he lists the hallmarks of Brazilian Portuguese:

lack of use of mesoclysis (I'll give you a gift.); **explanation of the subject** (He came to class, then **he** felt bad and when his mother arrived, **he** went home.); **absence of the use of yes in the answers** (Did you go to the cinema yesterday? – **I did.**); substitution of **você por cê**; **use of most vowels**; **words quickly gain new meanings**; **use of ‘voce’ for more ceremonial interactions and ‘tu’ for more intimate interactions**; **lack of agreement between the verb and the pronoun (Tu não sabe?)**; **mix of pronouns ‘tu’ and ‘você’** (Se você quiser, vou te ajudar.) (Fioravante, 2015, p.xx)⁷ (Tradução nossa).

⁴ “Na aula de Português tem duas pessoas: um professor e uma aluna./- Que dia é hoje?- Terça./ - Onde estamos?/- Ué... Como assim?/- A aula tá legal, né?/- Muito legal.”

⁵Alguns sinais na estrutura: não é usada a passiva na fala; muita topicalização (as sentenças de tópico não devem ser analisadas com referência a uma básica da qual foi transformada); o tópico anuncia o tema do discurso; o tópico está sempre em posição inicial; o tópico não precisa ter vínculo com o verbo, o sujeito sim. (Eunice Pontes, 1987, p. xx)

⁶ *Ora pois, uma língua bem brasileira.*

⁷ **ausência de uso da mesóclise** (Dar-lhe-ei um presente.); **explicitação do sujeito** (Ele veio pra aula, aí ele se sentiu mal e quando a mãe dele chegou, **ele** foi pra casa.); **ausência do uso de sim nas respostas** (Cê foi ao cinema ontem? – **Fui.**); **substituição de você por cê**; **uso da maioria das vogais**; **as palavras ganham novos sentidos rapidamente**; **uso do você para interação de maior cerimônia e do tu para interação de maior intimidade**; **falta de concordância do verbo com o pronome (Tu não sabe?)**; **mistura de pronomes tu e você** (Se você quiser, vou te ajudar.). (Fioravante, 2015, p.xx).

In addition to the adaptations between imaginary language and fluid language, there are also creations of texts to, by means of the game of language, touch on each person's heritage. Here's what follows:

Table 3 - Text C⁸

The time,
the bridge,
the pot
on my childhood table.
For my grandfather,
I go.
I fly. (Tradução nossa)

Text C, by means of the phonological game, causes a flight inwards, away, closer. It evokes memory of the time that contains the bridge to the pot. The slides emphasize language, linguistic issues, through which it is possible to evoke heritage.

Another text that has the same objective is the following:

Table 4 – Text D⁹

Everything that happened
listen!
I don't say:
I change what I think.
My whole world like this:
in silence. (Tradução nossa)

In Text D, one can observe the relationship between there was/hears; change/mute; mute/world and the evocation of what happened in the immigrant's life that can be heard.

Material 2 – In search of the hidden inheritance

Material 2 sets out as a central question whether it is possible to teach heritage and outlines activities in POLH, at the risk of entering a dimension that is neither informative nor transmissive, bearing in mind that each person keeps their own heritage, which is partly collective and partly, individual.

The question presupposes an answer that encompasses the constitutive space of the subject, not filled by information, not properly taught, since it comes from individual and

⁸ O tempo,/a ponte,/o pote/na mesa da minha infância./Pro meu vô,/eu vou./Eu voo.

⁹ Tudo o que houve/ouve!/Não falo:/mudo o que penso mudo./Todo o meu mundo assim:/em silêncio

subjective experience, whose path is inherent to the unfathomable and occurs by means of a language. This concerns what is received from literature, from the poetic dimension, from the language, as well as from the possibility of being constituted by the intangible heritage arising from the history which is lived and inherited by each person. It also refers to what is received from culture; geography: flora and fauna; from landscapes; from polychromy; from the root, from affective, family relationships.

It is crucial for this material that all activities are still directed towards a subject who has gone through a process of change: someone who has left their homeland, the place from where this person has emigrated and now undergoes an “identity graft” that provokes reactions that are sometimes strange, such as that of denying himself to speak language 1. This might happen because this change may be mutilation, in case there is a total separation of the immigrant to the point of stopping speaking their own language.

In this sense, the entire workshop frequently uses the image of the window, in order to favor an environment of projection and evasion. The justification listed in material 2 considers that the window opens inwards, and holds the mixed landscapes of there and here; from outside and inside. Windows crossed by gazes; story and telling games. Text E was produced for this approach that prioritizes the window, in an evasion exercise.

Table 5 – Text E¹⁰

Far away.
Here.
out the window, my life goes.
right inside, my story comes.
the color is green,
and yellow, the flower.
deep inside,
that's my color.
It's not Brazil,
but I am Brazil.
somewhere else, but there I am too.
between us,
heritage language is love.
The moon is mine
How is it so green?
In my story
whatever I am.
It's my cloud,
My green cloud

¹⁰ Lá longe./Aqui./pela janela, a minha vida vai./bem aqui dentro, a minha história vem./a cor é verde,/e amarela, a flor./bem para dentro,/essa é a minha cor./não é o brasil,/mas o brasil eu sou./outro lugar, mas lá também estou./cá entre nós,/língua de herança é amor./A lua é minha/como está tão verde./Na minha história/do jeito que eu for./É a minha nuvem,/Minha nuvem verde/E, ao ver-te nuvem,/Vejo o meu Brasil./Me vejo ao ver-te./E ao ver-te verde,/Me vejo eu a flutuar por lá.

And when I see you cloud,
I see my Brazil.
I see myself when I see you.
And when I see you green,
I see myself floating there. (Tradução nossa)

Text E has the Moon as an element of evasion and, for Brazil, the green color and the yellow flower. It brings statements such as “I am Brazil”/ “this is my color”; “I am there too”, heritage language is love.

Table 6 – Text F

My life is out the window.
In the landscape that I look at, I see her.
Through the window what I see is her photo.
There she goes.
She goes.
There. There.
(Tradução nossa)

The image in text F is the window that causes evasion: “life through the window”; the possibility of seeing there here. The landscape also brings Brazilian particularity to promote projection to another place and the poetic text makes this transcendence possible, even beyond the popular register, for example “I see her”.

Table 7 – Text G¹¹

MUTT
Mutt, he left the street to never become a trash can again.
I had a better life, with warm food, a good bed
clean and welcoming house.
Mutt, he who dreamed of a trip far away, via
window a new world ahead.
But when he looked back, what did he see? What Mutt

¹¹VIRA-LATA Vira-lata, ele foi embora da rua pra nunca mais virar lata de lixo./Ganhava uma vida melhor, com comidinha bem quentinha, cama bem/limpinha e casa acolhedora./Vira-lata, ele que sonhou com uma viagem pra bem longe,via da/janela um mundo novo pela frente./Mas quando olhava pra trás, o que será que ele via?O que Vira-lata/sentia?/Será que olhava e não via?/Vira-lata me ensinou a olhar pra trás e ver.A carregar feito mala a/herança das ruas;a se pintar feito quadro com a história guardada;a/ olhar também bem de longe e a sentir pra dizer./Ele era o vira-lata que, cheinho da praça, da rua, dos amigos,da/família -da herança-começou a saber que aquele que ele era só seria,/se soubesse quem fora, carregando na mala aquele que tinha sido./Olhei Vira-lata e vi que ele sabia quem era./A minha vida,ela está pela janela./Na paisagem que eu olho,eu vejo ela./Pela janela o que vejo é afoto dela./Lá vai ela./Ela vai.

felt?
Did he look and not see?
Mutt taught me to look back and see. Carrying like a suitcase
heritage of the streets; to paint yourself like a picture with the
history stored; the
also look well from afar and feel to say.
He was the stray who, full of the square, the street, his friends,
thefamily - of inheritance - began to know that who he was would
only be,
if he knew who he was, carrying who he had been in his suitcase.
I looked at Mutt and saw that he knew who he was.
My life is out the window.
In the landscape that I look at, I see her.
Through the window what I see is her photo.
There she goes. (Tradução nossa)

Text G, which was also created for the material described here, brings a very Brazilian image of a stray dog in a luxury car being taken by someone. In addition to being a stray dog in a departure situation, it draws attention when looking back, just as an immigrant always does, whenever is far from Brazil. Another image is that of a balloon in mid-flight, painted green and yellow, suggesting a very Brazilian flight.

3. REACTION FROM POLH TEACHERS

REGARDING MATERIAL 1

Material 1 provoked a very common discussion among Portuguese language teachers in Europe. This is because teaching Portuguese as a heritage language needs to address a reality that manifests itself even by means of musicality arising from structures, combinations and linguistic choices. It is possible to see that Brazilian Portuguese has a style based on the socio-stylistics of the Brazilian language which differs from the socio-stylistics of European Portuguese. It turns out that the teaching of European Portuguese has a consolidated organization in Europe and the presence of readers in universities. This means that Brazilian immigrants, when enrolled in Portuguese classes at schools, generally come across classes in Portuguese from Portugal. This fact does not meet the needs of inheritance, since Brazil is not within the language as it needs to be. And this condition limits the possibilities of being able to cure the imbalances inherent to the immigration process. It is possible to say that the reaction was more directed towards concerns about linguistic policies, relations between Portuguese and Brazilian peoples in the teaching dimensions, rather than the search for heritage by means of language, especially because material A prioritizes linguistic issues, discussing the teaching of the heritage language and the foreign language, which have very different objectives, structures, combinations and linguistic choices.

REGARDING MATERIAL 2

Because it starts by asking about inheritance, Material 2 places language in the context of roots and, from a Lacanian perspective, brings to methodological consideration the fact that language is constitutive of the unconscious. According to Lacan (1998), “the unconscious is structured in language”. Furthermore, so is the imaginary. This means that everything inherent to culture manifests itself in language and the imaginary is also, according to Lacan (1998), one of the constituents of the unconscious. This leads to the hypothesis that immigration does not allow the replacement of inheritance. An immigrant child who already speaks Portuguese can achieve a balanced bilingualism, but never to the point of a substitution, even if this child lets language 2 supplant language 1.

When dealing with the heritage language, the rhythm with which words are articulated is a trace of the heritage and is evocative of the ground and time – which becomes unfathomable, that is, it is not limited to a place, but to a reference identity. If a young Brazilian needs to be touched on their heritage, Portuguese needs to be Brazilian Portuguese and the heritage needs ‘bait’ activities of the hidden heritage. It is not necessarily what we provide to fill in pockets, purses, suitcases, that should control the process, because the person who deposits the inheritance, inside the pockets, is the young Brazilian. When discussing material 2, Identification: “I am this stray dog.”

4. RESULTS AND DISCUSSIONS

At this exploratory moment in the research, we define the object as a heritage language and the locus of investigative exploration as POLH activities in Europe. We think that, when we translate language into Portuguese, there may be a tendency to transform POLH activities into language classes and, by means of language teaching, we may tend to move away from Brazilian Portuguese (BP) and, in this sense, provoke the distance from Brazil due to the fact that the language is not in this relationship as a mirror of a society.

The expression Heritage Language has two sides: that of language and heritage and that of language as the heritage of an immigrant, regardless of their country of origin. We think that the production of knowledge about this abstraction may offer some answers for Portuguese as a Heritage Language activities, aimed at Brazilian immigrants and immigrants of other nationalities and other languages, so that they can create activities that can be adjusted to their linguistic-cultural, psychoanalytic and affective specificities.

This need comes from the reaction experienced with groups of Brazilians in Europe, as an initiative of the European Link of Educators in POLH and the Munich Heritage Suitcase. These meetings took place in Germany (Munich), Austria (Tyrol); Greece(Athens); Italy (Rome, Turin, Rovigo, Verona, Padua, Pisa, Florence); Netherlands (Amsterdam, Rotterdam and Den Bosch) and England (London), initially from 2016 to 2018, a period during which conferences and workshops were held concerning issues that include European Portuguese and Brazilian Portuguese; Language and Heritage; Language or Heritage; Heritage Language and Foreign Language, among others, like the one we always ask ourselves which is about the possibility of carrying out activities for adults from different sectors (not just the pedagogical ones), who also experience the hybrid identity and need to create moments of transmission and/or transfer for these activities.

To transfer heritage, we think that it is not enough for these people to know Brazil, to be Brazilian, to study folklore, to deal with information about cultural elements and to say that they exist. The transference (LACAN, 1998) which is directly related to the concept of the unconscious is not necessarily what happens by means of the content of the activity, but

what is taken, by means of it, from the heritage that constitutes the immigrant. We ask: how can this unconscious that is constituted by the imaginary constituted by the experience of language be touched by a language activity?

Coming to the reactions, we could see that two dimensions were presented to the Brazilian participants. In terms of the speaker, there was a relevant moment for the difference between Brazilian Portuguese and European Portuguese. There was the possibility of translating small texts and the reaction was one of curiosity and surprise at the opportunity to work with both possibilities, considering that, just as there are young Brazilians, there are young Portuguese as well. Those who responded showed their curiosity to do something else in their work. The other moment was made up of texts and images of the stray dog looking slightly back, as if catching a glimpse of what remained; windows opening onto different landscapes, European and Brazilian; images of Brazilian cuisine: fish, shrimp; reading of poems marked by the linguistic-phonological game (*vo, vou, voo*) (ALMEIDA, 2017) that encouraged daydreaming, the inner return to a lack that was present in a silence interspersed with interjections and expressions until a voice said: That stray is me... The first material presented provoked expressions close to what could be called nostalgia. The second, in turn, awakened a reaction of recognition through something such as a mirror, that is, an expression of identity.

5. FINAL CONSIDERATIONS

The different reactions to the different materials presented at conferences and workshops revealed that the two possibilities of working with POLH are directly related to the attitude of prioritizing language or heritage. In the first case, with priority, in language teaching, the process took place from the outside to the inside, through expressions that provoke nostalgia for the country that remained behind or for some experience with heritage lived through the family language. In the second, the provocation was from the inside out. Something like a touch to bring out an inheritance that constitutes, in principle, the unconscious, the unfathomable. Hence the silence. So much so that the reactions didn't necessarily correspond to the images: some heard a poem about the Moon and a backyard came to light. Others look at the stray dog and come across their own story; still others heard a bell that would ring, but in another place, at another time.

We thought, then, that POLH's activities, to touch heritage, would be those that would provoke evasion, creation, identity and not just the longing for a point of reference that one has some memory of. Being a Heritage Language, heritage needs to be achieved by working with the language by means of other dimensions of the language, not just the linguistic ones. This is a major challenge for the prospects of POLH in Europe.

6. REFERENCES

ALMEIDA, Sonia (Sonia M. C. P. Mugschl). **Escrita no Ensino Superior**: a singularidade em monografias, dissertações e teses. São Paulo: Paulistana, 2009.

ALMEIDA, Sonia (Sonia M. C. P. Mugschl). **A Língua e a Árvore**. São Luís, EDUFMA, 2017.

- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso: ensaios críticos III**. (Trad. de Léa Novaes). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo. Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. (Tradução, Introdução, notas e apêndice de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo). 2. ed. Coimbra: Armênio Amado. 1978 [1965].
- FIORAVANTI, Carlos. Ora, pois, uma língua bem brasileira. Revista Pesquisa FAPESP. Abril, 2015.
- GUIMARÃES, Eduardo. **A Língua Portuguesa no Brasil**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-672520050002>. Acesso em: 18 mar. 2016.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006 [1992], 102 p.
- HEATH, Andrea; ALMEIDA, Sonia. [Sonia M C P Mugschl]. **Palavras Herdadas: sobre Português como Língua de Herança**. São Luís: EDUFMA, 2017.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LACAN, Jacques. **O Seminário**. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (Trad. de M. D. Magno). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. **O Seminário**, Livro 8. A Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

GÉNERO, VIOLENCIA E INFIDELIDAD: UN ANÁLISIS COGNITIVO-DISCURSIVO DE LAS MANIFESTACIONES ORALES EN LOS EXPEDIENTES DEL PROCESO PENAL DE FEMINICIDIO EN LA CAPITAL DE MARANHÃO

Lorena Ivy Dutra de Sousa (UFMA)¹

Monica Fontenelle Carneiro (UFMA) ²

Cássius Guimarães Chai (UFMA) – Orientador³

1. INTRODUCCIÓN

El tema central de la obra es el dialogismo entre la infidelidad y la práctica del delito de feminicidio. El problema de investigación se centra en las construcciones metafóricas dentro del lenguaje jurídico de fiscales y abogados, así como en la eventual revelación de la violencia de género en este contexto. El objetivo general es analizar las construcciones metafóricas y su posible capacidad para apoyar una mejor comprensión del discurso jurídico y la violencia de género, a partir de las manifestaciones orales de la acusación y defensa en el proceso penal de feminicidio íntimo motivado por infidelidad, en sesión celebrada en el Tribunal del Jurado del distrito de São Luís/MA, en 2023.

La investigación adoptada es de tipo sociojurídico, basada principalmente en la metodología sociojurídica-crítica de Fonseca (2009), adoptando como enfoque el razonamiento inductivo. De manera compatible con la dogmática jurídica, se utiliza un enfoque cualitativo y un procedimiento bibliográfico.

Para abordar temas relacionados con la Criminología Feminista, el marco teórico utilizado será Andrade (1999), basado principalmente en las nociones de moral sexual y patriarcado. Las líneas generales del estudio respecto a la perspectiva de género las darán Scott (1995) y Saffioti (2004).

La investigación también se basa en las categorías diseñadas por la Lingüística Cognitiva, adoptando como marco teórico a los autores Lakoff y Johnson (2002). El análisis del binomio violencia/lenguaje marcará el tono de la presentación. Para ello, se comparará el examen e interpretación de los significados atribuidos a los datos recopilados con las proposiciones teóricas de Boaventura de Sousa Santos (2006) y Butler (2018).

Los resultados alcanzados indican que el discurso mencionado contiene representaciones sociales de las mujeres reveladas a través de metáforas conceptuales, que brindan un mayor conocimiento del discurso jurídico, en el campo argumentativo y semántico.

2. TEORIA DE LA METÁFORA

Se vislumbra un terreno fértil para el análisis cognitivo-discursivo, respaldado por la Teoría de la metáfora conceptual, de Lakoff y Johnson (2002, 1999), y el Enfoque del análisis

¹ Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela UFMA. Especialista em Direito Público pela Faculdade Damásio. Graduada em Direito e Letras pela UEMA. Advogada. E-mail: lorena.ivy@discente.ufma.br.

² Professora Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mf.carneiro@ufma.br.

³ Pós-Doutorado em Direito. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: cassius.chai@ufma.br.

del discurso a la luz de la metáfora, de Cameron y colegas (2009). El marco teórico toma las metáforas no como meras figuras retóricas, sino como recursos de interacción con el mundo, incorporados a la estructura misma del pensamiento humano (Carneiro, 2014)..

Desde la Antigüedad clásica la metáfora fue entendida como una figura para elaborar el discurso, asociándose a la poética y la retórica. Se tradujo en “transposición del nombre de una cosa a otra, transposición de género a especie, o de especie a género, o de una especie a otra, a modo de analogía” (Aristóteles, 2003, p. 74-75). A la elegancia y sentimiento que logra el discurso se sumó el uso de la metáfora para lograr la persuasión, lo que contribuyó a la enunciación del pensamiento.

Según la teoría aristotélica (Costa; Carvalho, 2017), la metáfora gana su propia regulación científica, que limitó la figura retórica a un recurso lingüístico estético con función de ornamento. Como recurso lingüístico utilizado principalmente en poética y retórica, la metáfora se caracteriza por el uso de la palabra fuera de su significado literal, es decir, en lugar de otra o constituyendo una relación de similitud entre los componentes designados (Carneiro, 2014).

La cognición, tal como la apoya la Lingüística Cognitiva, está dirigida por experiencias corpóreo-sensoriales preconceptuales humanas, de modo que la “naturaleza peculiar de nuestros cuerpos da forma a nuestras posibilidades de conceptualización y categorización” (Ferrari, 2003, p. 28).

Dicho esto, las palabras no expresan el significado literal, sino nociones que pueden ser estrictamente corolarios de análisis contextuales. Mediado por la cognición, el vínculo entre palabra y mundo es el resultado de una elaboración basada en la lógica empírica. De esta manera, las oraciones retienen significados, pero no contienen significados perentorios (Ferrari, 2018), de modo que el contraste entre literalidad y metaforicidad se convirtió en objeto de una investigación más detallada y crítica.

Sin embargo, oponiéndose a la concepción de la metáfora como un mero adorno lingüístico, Lakoff y Johnson desarrollaron la Teoría de la Metáfora Conceptual, en la que la comunicación está en el corazón de un sistema conceptual en el que la evidencia proviene del lenguaje (Costa; Carvalho, 2017).

Por tanto, se produce una transformación paradigmática en la forma de entender la metáfora, conocida como la “reina de las figuras retóricas” (Vereza, 2010). Estos autores explicaron con evidencia lingüística que la metáfora forma parte del habla cotidiana, ya que es una figura de pensamiento que está implícita no solo en el lenguaje sino también en las acciones (Abreu, 2021).

Las metáforas conceptuales son instrumentos cognitivos que surgen de la necesidad de percibir un dominio de naturaleza abstracta a partir de otros dominios que surgen de experiencias más fácticas, adoptadas social y lingüísticamente. Esto es lo que se llama Teoría de la Metáfora Conceptual o TMC.

Creada por Lakoff y Johnson (2002), la expresión “metáfora conceptual” pretendía definir las metáforas que conforman las ideas abstractas de la mente humana. La estructura conceptual se construye según la naturaleza de las experiencias vividas, a partir de las capacidades físicas y las manifestaciones culturales humanas.

Por tanto, es posible interpretar que la forma de pensar humana se basa en un sistema conceptual que es esencialmente metafórico. El concepto metafórico organiza la acción humana, así como la forma en que asimilamos esta actividad (Costa, 2021). Por lo tanto, no se trata simplemente de una cuestión de lenguaje, sino de procesos de pensamiento, ya que “(...) el sistema conceptual humano está estructurado y definido metafóricamente” (Lakoff; Johnson, 2002, p. 48).

Hay dos dominios de experiencia dentro del proceso metafórico: el dominio objetivo y el dominio fuente, siendo el primero más abstracto y el segundo más concreto. Este proceso se produce a través de una articulación mental entre estos dos dominios, para

cualquier tipo de metáfora. Un mecanismo cognitivo tan simple ocurre cuando procesamos cualquier categoría de metáfora, especialmente la conceptual.

Los conceptos que habitan en nuestra mente no son sólo partes aisladas dentro de los pensamientos. La conceptualización sustenta la percepción humana, y el sistema conceptual es protagonista en el significado de la realidad (Abreu, 2021). La concepción teórica adoptada (Lakoff; Johnson, 2002) se basa en el supuesto de que el sistema conceptual es en gran medida metafórico, es decir, las acciones cotidianas pueden vislumbrarse metafóricamente.

Según la Teoría de la Metáfora Conceptual (CMT), para poder capturar un dominio abstracto de la experiencia humana, es decir, el dominio objetivo, se definen proyecciones que exploran similitudes o conexiones con un dominio concreto de la experiencia corporal: el dominio fuente. Por tanto, el dominio de origen genera elementos que se idealizan en el dominio de destino (Abreu, 2021).

Kövecses (2002) señala que cada dominio de origen debe realizar una tarea específica al caracterizar varios dominios de destino, es decir, cada dominio de origen se concatena con su propio significado diseñado para un dominio de destino. Esta conceptualización está convencionalmente estandarizada y aceptada dentro del discurso de una determinada comunidad lingüística. Por lo tanto, el dominio de destino adopta el significado central en función de los atributos que le entrega el dominio de origen.

Muchas metáforas conceptuales se relacionan con experiencias humanas. La teoría de la metáfora conceptual modernizó el estudio de la metáfora, porque consideró el valor y la dimensión del contexto, la cultura y el pensamiento para comprender las manifestaciones metafóricas. El lenguaje ordinario y común utiliza constantemente expresiones metafóricas, ya que los individuos utilizan las metáforas de manera irreflexiva o inconsciente, como resultado de una cadena natural de pensamiento en sí (Souza; Carneiro, 2020).

Andrade (2012, p. 148) lo llama la “lógica de la honestidad” –que puede verse como una sublógica de la selectividad en el sentido de que establece una gran línea divisoria entre mujeres consideradas honestas (desde el punto de vista de la moral sexual dominante) y víctimas, por parte del sistema, y mujeres deshonestas, a quienes el sistema abandona porque no se ajustan a los estándares de moral sexual impuestos por el patriarcado a la figura femenina.

La importancia sociocultural e ideológica del lenguaje, especialmente de la metáfora, merece dedicación en la investigación propuesta, ya que su objeto son los discursos de los fiscales y/o defensores públicos/abogados privados, en el Tribunal del Jurado, sobre el feminicidio como un fenómeno jurídico y social.

Según la lección de Cameron (2010), la metáfora es un recurso lingüístico, cognitivo, afectivo y sociocultural. A partir de la constatación de que las mujeres víctimas de violencia de género se expresan utilizando imaginación a través de metáforas, no podría ser diferente en los casos judicializados de feminicidio.

De esta manera, se espera la entrega de datos relevantes para comprender mejor este fenómeno, así como la presentación de resultados que puedan contribuir al mejoramiento de políticas que conduzcan a la reducción de estas cifras, con la creación e implementación de programas dirigidos a lucha y prevención de la violencia de género (Carneiro, 2014).

Con experiencia en Lingüística Cognitiva y en estudio de las metáforas cotidianas, está claro que existen estructuras silenciosas que apoyan la violencia de género en el lenguaje, ya sea velada o explícita.

3. INFIDELIDAD Y FEMINICIDIO – UNA CUESTIÓN DE GÉNERO

La Criminología es una ciencia nacida oficialmente en el siglo XIX, cuyo objetivo es estudiar la criminalidad, el crimen y los delincuentes, y cada vez tiende más a convertirse en una teoría crítica y sociológica del sistema de justicia penal. Se ocupa, entre otros objetos, del estudio de las teorías del derecho penal, las causas y efectos de la represión criminal, la prevención y el control del delito. Su carácter interdisciplinario hace que abarque otras disciplinas y ciencias, como el Derecho, la Psicología, la Psiquiatría, la Medicina, la Sociología y la Antropología (Zaffaroni, 2007).

Los matices revelados por el capitalismo, objetivo de la Criminología Crítica, son parte del contexto aquí traído, pero, obviamente, nos centraremos en la influencia del patriarcado, el núcleo de la comprensión de la Criminología Feminista –para comprender las relaciones de género y su intersección con El proceso de estigmatización. Bajo la influencia del feminismo y el trato dado a las mujeres, se enfrenta el paradigma del control social ejercido por valores esencialmente masculinos. De la criticidad de esta ciencia surge el análisis de la compleja funcionalidad de las sociedades capitalistas y patriarcales.

[...] la llamada Criminología feminista, dentro de la cual el sistema penal también recibirá una interpretación macrosociológica, a la luz de las categorías patriarcado y género, y la cuestión de cómo el sistema penal trata a las mujeres, a las mujeres como víctimas y como Las críticas a la victimología asumen aquí un lugar central (Andrade, 2012, p. 127).

La Criminología Feminista estudia la lógica androcéntrica que determina el funcionamiento de las estructuras de control punitivo, es decir, investiga el sistema penal centrado en lo humano, criticándolo. Al llevar la perspectiva femenina al centro de los estudios criminológicos, se cuestionó la aplicación del derecho penal. Por supuesto, en este contexto, existe la conocida discusión sobre la violencia doméstica, sin embargo, este trabajo aborda específicamente el momento en que la mujer es sujeto activo del delito, situación en la que, generalmente, hay un aumento de castigo o agravamiento de la forma de ejecución como resultado puro y simple de su condición de mujer.

Por supuesto, este no es el único enfoque existente, la Criminología Feminista no reconoce a las mujeres “desviadas” sólo como un punto de partida para pensar la criminalidad femenina, va más allá, propone cuestionar la construcción social de los roles considerados femeninos en una sociedad basada en los valores androcéntricos discutidos anteriormente.

Sin duda, la aspiración masculina de superioridad no es algo nuevo. Desde los tiempos antiguos de la Antigua Roma, la figura masculina desempeñaba este papel de hegemonía en relación con las mujeres y los niños, siendo el poseedor del poder nacional. Dado tal poder de organización familiar, el marido o el padre tenía poder sobre la vida y la muerte de los miembros de su familia. Para Ester Kosovcki (1993, p. 31), el patriarcalismo nació aproximadamente en el momento del advenimiento de la escritura, caracterizándose, como se explicó anteriormente, por la atribución de un papel secundario y sumiso a las mujeres en detrimento del poder de los hombres. en dominar los asuntos empresariales.

Con base en lo anterior, Alda Facio (1999) sostiene que el patriarcado es un sistema que justifica la dominación masculina bajo la premisa de una supuesta inferioridad biológica femenina. Tal dominación tiene su origen en la propia familia, cuya autoridad fue ejercida por la figura del padre durante milenios, y, en consecuencia, se proyecta en todo el orden social. Apoyado por innumerables instituciones sociales, este poder emana de la economía, la cultura, la religión, la política y está siempre determinando la subordinación de las mujeres.

Estas instituciones funcionan como pilares vinculados entre sí, para propiciar la desigualdad entre los sexos y ratificar la discriminación contra las mujeres. De esta manera, contribuyen a la perpetuación de este sistema anticuado (patriarcal), para reproducir mecanismos de dominación masculina históricamente consolidados.

La ideología patriarcal proviene, después de todo, de la exaltación de lo masculino. Es importante destacar, sin embargo, que el patriarcado tiene un carácter político, es decir, está relacionado con una forma de actividad estrechamente vinculada al poder. Siguiendo esta línea de razonamiento, no se puede negar que la desigualdad de género surge de esto, y no del carácter ontológico de hombres y mujeres. En otras palabras, no existe una superioridad biológica o natural del hombre, sino la elaboración de un discurso patriarcal de dominación (Peniche, 2007).

La mujer se convierte en víctima de esta violencia institucional incrustada en el sistema, que reproduce un tipo de violencia en la sociedad, que es la violencia de las relaciones sociales patriarcales, concebidas en la desigualdad de género, trayendo estereotipos relacionados con esta forma de desigualdad (Andrade, 2012).

Después de siglos de sufrimiento y desigualdad latentes, las mujeres comenzaron a librar una lucha que buscaba hacer sucumbir al papel de autoridad máxima e indiscutible de los hombres. Estas luchas por el reconocimiento y el espacio se remontan a los movimientos feministas, que tenían como objetivo abolir la discriminación y la opresión por motivos de género. Con el éxito paulatino de los movimientos, roles antes reservados sólo a los hombres pasaron a ser ocupados por mujeres, por lo tanto, hubo un avance significativo en los campos del trabajo, la educación y la política (Souza, Baldwin e Rosa, 2015, p. 14).

La profesora Vera Andrade (1999, p. 141) trae una interesante analogía entre la esfera pública y la esfera privada, destacando a sus respectivos protagonistas. La esfera pública tiene como protagonista principal al hombre, simbolizado por la figura de un ser racional, activo y fuerte, que ocupa el ámbito del trabajo y la producción material. Las mujeres, por su parte, criatura supuestamente emocional, pasiva y frágil, forman parte de la esfera privada, centrada en la reproducción, el cuidado del hogar y de los hijos.

Existe una prevalencia histórica del género masculino sobre el femenino. Es posible percibir la antítesis entre los adjetivos atribuidos a cada género, lo que se traduce en dualidades hombre/mujer; razón/emoción; fuerte/débil; objetivo/subjetivo; activo/pasivo. Se observa que, por cada característica atribuida a las mujeres, existe una contraparte masculina considerada superior, corroborando su imagen como “sexo débil” (Baratta, 1999, p. 90).

Según los dictados del patriarcado, el papel principal de la mujer en la familia sería procrear, cuidar del hogar y ser fiel al marido. En la sociedad puritana, escenario del trabajo analizado, no había espacio para que las mujeres se expresaran, su notoriedad se debía principalmente a un buen matrimonio (Karam, 1995).

La percepción de que la vida del individuo está determinada por factores sociales, políticos y culturales dominantes en su comunidad específica es muy clara. La relación hombre/mujer ha estado marcada por la sumisión femenina desde la antigüedad, manifestando lo que se llama una “distancia social insalvable” (Duarte y Giumbelli, 1995, p. 80), influyendo siempre en el lugar que ocuparía la mujer en la sociedad.

Es este “estilo de dominación estudiadamente controlada” (Duarte y Giumbelli, 1995, p. 80) el que distancia a hombres y mujeres, al colocar un lado de esta relación en una esfera de vigilancia constante. El encarcelamiento del cuerpo y la sexualidad de la mujer, en un contexto en el que era equiparada a hijos y esclavos, consagró su función de permanecer dentro del matrimonio y procrear con buena calidad, lo que restringe su expresión en la sociedad.

El sistema de justicia penal, según la orientación defendida por la Criminología Feminista, reproduce y legitima el patriarcado, al ratificar los roles ya consagrados a las mujeres, sedimentando la cultura de la discriminación entre géneros.

La idea de género se construye en el individuo a lo largo de la vida, a través de la experiencia en las instituciones sociales, que solidifican prácticas sociales que son vistas como propias de cada sexo. Se advierte que la educación asociada a los medios de comunicación, los juguetes dirigidos a niños o niñas, la literatura, el cine, la música (...) —que transforman a

un sujeto en hombre o mujer, según la sociedad o el grupo al que pertenece (Meyer , 2012, p.16). Enriqueciendo el debate relevante, Maria Amélia de Almeida Teles y Mônica de Melo (2003, p. 16) sostienen que el género sirve para:

[...] demostrar y sistematizar las desigualdades socioculturales que existen entre mujeres y hombres, las cuales repercuten en el ámbito de la vida pública y privada de ambos sexos, imponiéndoles roles sociales diferentes que fueron históricamente contruidos, y crearon polos de dominación y envío. El poder masculino se impone en detrimento de los derechos de las mujeres, subordinándolas a las necesidades personales y políticas de los hombres, haciéndolas dependientes.

El género involucra la cuestión del poder –un concepto central en el trabajo anterior– así como su distribución en la sociedad. Considerando que las relaciones sociales construidas históricamente diseñaron identidades diferentes para hombres y mujeres, se asignaron roles diferentes a cada uno (SAFFIOTI, 2004). Como corolario, con la distribución desigual del poder entre los géneros, emerge la violencia.

Entrando en el binomio violencia y lenguaje, Santos (2006) afirma que la violencia sirve “para imponer una voluntad para mantener o no mantener el poder sobre otros de manera imponente: es fascismo porque es un derecho de veto -el derecho a incapacitar- el otro; incapacitar quitándole la vida; incapacitarlo hiriéndolo”. Para Muller (2007, p. 195), a su vez, la ley propaga la violencia social específicamente formalizada y está “necesariamente ligada al lenguaje y en consecuencia a sus condiciones generales”.

Resulta intrigante constatar que, hoy en día, el adulterio no suele ser un tipo penal, precisamente porque la visión del Derecho Penal más moderno no es compatible con ahondar demasiado en la esfera privada de los individuos.

Las normas penales y el sistema penal se entienden como resultado de experiencias sociales, marcadas por jerarquías de género, por lo que es factible entender lógicamente que el sistema penal no estará exento de esta característica. De esta manera, a partir del reconocimiento de que las relaciones sociales entre cada sexo son dispares, el sistema penal reproducirá este tipo de desigualdad, con el fin de otorgar a las mujeres un trato diferenciado en el universo penal. De la misma manera que el sistema penal es selectivo a la hora de identificar las conductas y los destinatarios de sus normas, también selecciona los roles que se asignarán a las mujeres.

La selectividad basada en el género actúa hacia comportamientos considerados desviados e inadecuados a lo que se espera de la conducta femenina. Por tanto, dicha selectividad va de la mano de la ideología patriarcal, con el fin de trasponer cuestiones relacionadas con la sexualidad al ámbito penal. Limitar a las mujeres al ámbito privado y a la tarea de la reproducción son ejemplos de cómo se manifiesta el sistema patriarcal.

La práctica emblemática del adulterio, uno de los núcleos de esta discusión, se debate en términos de su representatividad. Incompatible con el modelo social y religioso imperante, la cuestión de la infidelidad conyugal pone en primer plano el debate sobre la sexualidad femenina, ya que, históricamente, la intimidad de las mujeres es considerada una cuestión de orden público, directamente controlada por rígidas reglas de conducta y castigo.

En este contexto, la violencia de género se remonta a un sistema de dominación que determina los roles de cada sexo en la sociedad. Como corolario, este modelo social normalizó las violaciones de derechos, imponiendo a las mujeres una condición de inferioridad en relación con los hombres, manifestada principalmente a través de diversos tipos de violencia, desde el sometimiento físico y sexual hasta la culminación fatal: el feminicidio.

Con la promulgación en Brasil, en 2015, de la Ley de Feminicidio –Ley N° 13.104/15– que aumenta la pena por el delito de homicidio si está motivado por el género de la víctima, ha surgido un nuevo campo de investigación. Por tanto, pensar este delito desde diferentes perspectivas puede enriquecer la investigación científica.

Según el Atlas de la Violencia 2020 (IPEA), entre 2008 y 2018, Brasil tuvo un aumento del 4,2% en los asesinatos de mujeres, y entre 2013 y 2018, la tasa de homicidios en hogares aumentó un 8,3%. Como es bien sabido, la violencia doméstica no sólo sigue cobrándose víctimas, sino que alcanza niveles cada vez más preocupantes.

En la misma dirección, el Atlas de la Violencia 2021 (IPEA) examina los últimos once años y señala que, mientras los homicidios de mujeres en el hogar aumentaron un 10,6% entre 2009 y 2019, los asesinatos fuera del hogar mostraron una reducción del 20,6% en el mismo período. , lo que indica un presunto aumento de la violencia doméstica.

Además, la importancia de este estudio es irrefutable cuando se analizan las estadísticas sobre violencia contra las mujeres en Brasil, publicadas por “Mapa da Violência” en 2015 (Waiselfisz, 2015). Brasil ocupa la 5ª posición en el ranking de países con mayor número de mujeres asesinadas por cuestiones de género, entre los 83 países evaluados.

4. LA VIOLENCIA DE GÉNERO EXPUESTA EN EL LENGUAJE – UN ANÁLISIS DE LAS METÁFORAS PRESENTES EN LOS EXPEDIENTES DEL PROCESO DE FEMINICIDIO

4.1 METODOLOGÍA

La metodología abarca un conjunto de métodos y técnicas diseñadas para garantizar la objetividad y transparencia de la investigación científica, de modo que quienes tienen contacto con el producto de la investigación puedan comprender el recorrido del investigador y verificar la exactitud de sus conclusiones y análisis. En lugar de limitar la libertad y la creatividad del investigador, la Metodología orienta la producción cualificada de conocimiento (Mezzaroba; Monteiro, 2019).

La investigación brindará un análisis de las declaraciones orales del Ministerio Público y de la defensa en la sesión de juicio del Tribunal de Jurado. El caso elegido, muy difundido por los medios estatales, fue registrado con el número 0000904-66.2020.8.10.0001 y distribuido al antiguo Juzgado 4º del Tribunal del Jurado de São Luís, actualmente Juzgado 3º del Tribunal del Jurado del Distrito de São Luís, el 4 de febrero de 2020.

Centrándose en la temática del feminicidio íntimo motivado por la infidelidad, la investigación pretende estudiar las instituciones del Ministerio Público y del derecho en términos de estrategias discursivas, teniendo como guía el análisis del lenguaje en uso.

El método de abordaje atañe a la concepción teórica utilizada por el investigador y, en este trabajo, se utilizará el método inductivo, ya que se trata de una investigación que trabaja en el ámbito teórico-interpretativo de la realidad. La inducción puede conceptualizarse como un proceso mental mediante el cual, a partir de datos particulares, suficientemente verificados, se infiere una verdad general o universal, no contenida en las partes examinadas (...), por tanto, “el objetivo de los argumentos inductivos es conducir a conclusiones cuyo contenido es mucho más amplio que el de las premisas en las que se basaron” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 85).

En cuanto al método de procedimiento, se adopta el método monográfico, aquel en el que se investigan temas específicos, de modo que se puedan extraer generalizaciones de la investigación, invirtiendo en la interdisciplinariedad (Gustin; Dias, 2002).

Por lo tanto, en cuanto al tipo genérico de investigación, la investigación propuesta es de tipo jurídico-descriptiva (jurídico-integral o jurídico-interpretativa), pues busca describir el desempeño de una institución del Sistema de Justicia en el Tribunal de Jurados y

la forma en que en el que se sitúa ante el límite constitucional a sus acciones (Gustin; Dias, 2002).

Además, se propone un modelo de investigación en Derecho basado en un método sociojurídico-crítico, tal como lo propone Fonseca (2009).

La investigación jurídica debe tener en cuenta la realidad social que se investiga, porque el Derecho tiene sus raíces en la experiencia social, asumiendo la función de regular relaciones sociales más o menos complejas, con el fin de evitar o resolver conflictos. El conocimiento que produce, por tanto, no puede separarse de esta dimensión social instanciada por el marco jurídico-normativo (Fonseca, 2009).

Las técnicas de investigación adoptadas son el análisis de documentos y el estudio de casos. Para Marconi y Lakatos (2002), los criterios para elegir el tipo de investigación a realizar varían según el enfoque que el investigador quiera demostrar, obedeciendo a diferentes intereses, condiciones y objetivos. La investigación bibliográfica tiene como objetivo explorar problemas basados en supuestos teóricos sobre el abordaje del tema en la investigación científica, sin embargo no es una mera repetición de lo ya dicho o escrito sobre un determinado tema, sino que proporciona el examen de un tema bajo un enfoque nuevo o novedoso, llegando a conclusiones innovadoras.

La investigación documental tiene como objetivo recopilar datos de documentos, escritos o no escritos (Mezzaroba; Monteiro, 2019). Esta técnica se utilizará para analizar procesos y seleccionar casos de potencial interés para la investigación, así como para monitorear las sesiones del jurado. Además, será igualmente adecuado para estudiar producciones que integren las bases teóricas seleccionadas.

El estudio de caso es más que una simple técnica, se considera un análisis que presupone el uso de múltiples técnicas. Este tipo de verificación engloba la mayor cantidad de datos detallados, a través de diversas técnicas de investigación, con el objetivo de captar la totalidad de una situación y detallar la profundidad de un episodio o evento. La inmersión intensa y profunda en un objeto perfilado proporciona el examen de la realidad social, que no se logra completamente mediante el análisis estadístico (Goldenberg, 2004).

La estrategia de selección de casos depende de la consulta y análisis de los casos incluidos en las agendas de juicio de los Tribunales de Jurado del Periodo Judicial de São Luís, Distrito de la Isla de São Luís, con sesión de juicio en 2023.

Una vez seleccionado el caso, se pasa a aplicar el procedimiento teórico-metodológico del análisis de datos cognitivo-discursivo. El corpus de la investigación será la grabación de audio de declaraciones orales durante los debates, y con textos escritos y orales referentes a las evidencias utilizadas en el discurso.

En este proyecto, el objetivo es desarrollar una investigación cualitativa, que exige una relevante actividad de recolección de datos, ya que pretende producir el diagnóstico de fenómenos complejos de la realidad social.

4.2 ANÁLISIS

En varias menciones en debates orales se observa la metáfora conceptual EL ARGUMENTO ES CONSTRUCCIÓN. El dominio fuente CONSTRUCCIÓN aparece como una representación concreta y objetiva de ARGUMENTO. Así, la capacidad de presentar ideas y fundamentos en discursos se expresa con términos relacionados con las construcciones. En extractos de los debates orales, es posible identificar estas estructuras:

Y advierto a algunas personas que a veces pueden pensar que ese es el órgano acusador, el órgano condenante, el órgano que sostiene la acusación y, a veces, la acusación significa incluso pedir la absolución.

II

Y es una decisión que no hay entendimiento, al contrario de lo que pueda sostener la defensa en relación...

Además, la metáfora ARGUMENTO/LEY ES GUERRA es bastante común en el discurso jurídico en general. Así, la mayoría de pronunciamientos judiciales, ya sean del STF o de otros tribunales, hacen referencia a esta metáfora conceptual. Si bien el Derecho busca, en teoría, la pacificación social, su propio discurso lleva una carga semántica llena de beligerancia y combatividad (Schlemper, 2019).

Estos aspectos se vuelven evidentes cuando las partes utilizan la confrontación en la acción legal como si fueran oponentes en guerra, luchando con sus armas en defensa de sus alegatos, para ganar la disputa. Además, esto se refleja en términos como “ofensa”, “combate” y sus variaciones (ofendido, ofensor, ofender...). A continuación se muestran algunos ejemplos:

III

(...) ¿el imputado utilizó un recurso que dificultaba o imposibilitaba la defensa de la persona ofendida al encontrarla en una situación íntima?!

IV

Así que ni siquiera me atrevo a preguntar aquí quiénes sufrieron abusos, ya sea en la acusación, en la defensa, o en un lado o en el otro del Pleno.

V

Tu capacidad para defenderte se verá reducida porque utilicé esta estratagema.

La metáfora conceptual “VIOLENCIA ES CAZA”, derivada del contexto de la caza, aborda una experiencia física y material: la actividad de perseguir, capturar y eliminar animales voluntariamente. La “VIOLENCIA”, por otra parte, es el ámbito objetivo y cae en una categoría abstracta con amplias implicaciones semánticas. Este dominio incluye violencia tanto física como psicológica (Queiroz et al, 2020).

Al examinar los extractos seleccionados, se observa la aparición de los siguientes parámetros de caza: la persecución de la presa por parte del cazador, la amenaza a la vida de la presa y las consecuencias de la caza de la presa. A través de procesos de mapeo mental, el dominio fuente contribuye a la construcción de significados.

Así, la persecución de la caza por parte del cazador se asemeja a la persecución de la mujer por parte del hombre; la amenaza a la vida de la presa hace eco de la amenaza a la vida de la mujer; y las consecuencias de la caza de presas reflejan las consecuencias de la violencia contra las mujeres (QUEIROZ et al, 2020). Esquemáticamente, el dominio de la CAZA puede describirse como la TRAYECTORIA que sigue un ser vivo para poner fin a la existencia de otro o confinarlo en un espacio delimitado, mediante el control de sus movimientos.

En este contexto, se identificaron términos como “atacar”, “atacar”, “matar” y “vengarse” (y sus variaciones) en frases que evocan la idea comentada.

Otra construcción revelada es la metáfora LA MUJER HONESTA ES UNA MUJER PURA/CASTA. Según Costa y Carneiro (2022), a lo largo de la historia, el cuerpo femenino ha sido objeto de controversias, oscilando “entre el pudor y el libertinaje” (p. 257), muchas veces ligado a una concepción inseparable de la sexualidad. Se establece así un

dualismo entre opuestos -puros e impuros- que no admite matices. En este contexto persiste el paradigma sexista de sumisión de las mujeres a los deseos de los hombres.

Es importante resaltar que la moral sexual establecida en la sociedad, desde tiempos inmemoriales, exige que las mujeres mantengan una conducta ejemplar para preservar el honor y la reputación de su marido, considerando la visión sexista de que "el honor de un hombre depende de su esposa y el honor de una mujer depende exclusivamente de su propio comportamiento" (Del Priori; Bassanesi, 1997, p. 364). Por tanto, la mujer adquiere una imagen pura e intocable, asociada a su honestidad y castidad, representando un modelo de virtud y sumisión, "corroborada por su vida anterior, por su intachable moral sexual, por su pudor y pudor" (Andrade, 2012, pág.150). Constantemente juzgada por expresar sus deseos sexuales, se espera que la mujer se adapte al papel de madre y esposa, dedicando toda su atención al hogar y al matrimonio, relegando sus intereses individuales a un segundo plano.

A nivel micro, la protección es la moral sexual dominante y la familia (familia y unidad sucesoria según el modelo de familia patriarcal/capitalista, monógama, heterosexual, destinada a la procreación legítima, etc.), aunque este modelo se encuentra actualmente en un profundo proceso cultural y cultural. legal. A nivel macro, la función real del sistema es mantener estructuras, instituciones y simbolismos, por lo que, repito, no puede ser un aliado en el fortalecimiento de la autonomía femenina (Andrade, 2012, p. 155-156).

Como se mencionó, el uso del adjetivo "honesto" implica un juicio de valor, cuyos criterios para su definición son flexibles y desafiantes, debido al amplio alcance semántico del término. Según Andrade,

(...) lógica de la honestidad" – que puede verse como una sublógica de la selectividad en la que se establece una gran línea divisoria entre las mujeres consideradas honestas (desde el punto de vista de la moral sexual dominante) y víctimas, por el sistema, y mujeres deshonestas (de las cuales la prostituta es el modelo radicalizado), a quienes el sistema abandona porque no se ajustan a los estándares de moral sexual impuestos por el patriarcado a la figura femenina (2012, p. 148).

En definitiva, las declaraciones de los abogados del caso que nos ocupa revelan que la definición de una mujer como "honesta" está ligada a la conformidad con la moral imperante, sin violar costumbres y preceptos religiosos. Por otra parte, la figura de la mujer adúltera o infiel, contrastada con la mujer "honesta", se asociaba a la promiscuidad y justificaba la defensa del honor masculino en el pasado reciente.

Finalmente, surge la metáfora LA MUJER ES OBJETO/COSA. Como se evidencia en todas las obras mencionadas y como norma a lo largo de la historia respecto al trato a las mujeres adúlteras, la infidelidad femenina es considerada una transgresión castigada con la deshonra o incluso con la muerte. Es notable que el derecho siempre ha reflejado la realidad de cada época, moldeando sus normas de acuerdo con las expectativas sociales, en una clara demostración de teoría determinista. Respecto a la conexión entre sexualidad femenina y capitalismo, Andrade (2012, p. 155) agrega:

La sexualidad femenina referida al coito vaginal concierne a la reproducción. Y la función reproductiva (dentro del matrimonio) está protegida en la forma de la sexualidad honesta, que es precisamente la sexualidad monógama (de la mujer comprometida con el matrimonio, la constitución de la familia y la reproducción legítima), de modo que, protegiéndola mediante la protección selectiva En el caso de las mujeres honestas, la unidad familiar está latente y directamente protegida e indirectamente la unidad de sucesión, que en última instancia mantiene la unidad de la propia clase burguesa en el capitalismo.

Como sostiene Figueiredo (2006, p. 31), el patriarcado justificaba la implementación de leyes diseñadas para preservar el linaje familiar, ya que una de las principales preocupaciones asociadas al adulterio femenino era la posibilidad de que nacieran hijos ilegítimos, lo que podría comprometer el patrimonio familiar. Por otro lado, el adulterio masculino no tendría ningún impacto en este escenario, ya que los hijos nacidos fuera del matrimonio no tendrían derechos de sucesión.

Por tanto, está claro que la práctica de la infidelidad conyugal por parte de las mujeres tendría consecuencias mucho más graves. Siguiendo esta línea de razonamiento, la expectativa de fidelidad por parte de las mujeres se internalizó en la sociedad, resultando en el sometimiento de las mujeres y, en consecuencia, en su proceso de cosificación.

Los debates analizados hacen varias referencias a esta metáfora. Así, la asociación del adulterio femenino con un castigo severo es ampliamente entendida, ya que el sistema patriarcal es fundamental para la desigualdad de derechos entre los géneros. Por otro lado, el adulterio masculino siempre se ha visto de forma más natural, como una expresión innata de la virilidad masculina.

5. CONSIDERACIONES FINALES

Este artículo tuvo como objetivo investigar la misión del lenguaje metafórico en el discurso jurídico. Para ello, los discursos registrados en los debates orales de los citados registros constituyeron el corpus analizado.

El examen de los frutos de la investigación resalta la importancia de utilizar expresiones metafóricas. Con las metáforas conceptuales LOS ARGUMENTOS SON CONSTRUCCIONES y ARGUMENTO/LEY ES GUERRA se mejora la argumentación y persuasión del texto legal.

Se encontró que los argumentos jurídicos muchas veces se forman a través de metáforas de construcción; que las partes se encuentren en una posición de confrontación en la acción judicial, utilizando expresiones de guerra.

En las metáforas LA VIOLENCIA ES CAZA; UNA MUJER HONESTA ES UNA MUJER PURA/CASTA y LA MUJER ES UN OBJETO/COSA, los resultados del análisis resaltan una construcción cultural que estructura la idea de violencia de género. Discutir el tema de la violencia contra las mujeres es exponer una problemática cultural robusta que existe en la sociedad brasileña, basada en el modelo de familia patriarcal. El machismo estructural parece tener el efecto de violencia contra las mujeres. El comportamiento masculino violento se refleja en la conceptualización de las mujeres como animales a ser sojuzgados, además de colocar a los hombres como poseedores de fuerza y control sobre las vidas femeninas.

Por tanto, este tipo de investigaciones resulta beneficiosa para la sociedad actual, ya que invita a reflexionar sobre la forma en que parece conceptualizarse la violencia contra las mujeres, desde el punto de vista de las víctimas.

El patriarcado se presentó como un modelo de organización social, de imponer la supremacía del hombre sobre la mujer, capaz de generar sumisión desde el género femenino. Según la orientación de este modelo, las mujeres deberían estar subordinadas a los hombres, debiéndoles obediencia. En este paso, la defensa de la moral sexual, consecuencia directa de la adopción del sistema patriarcal, trae la lógica opresiva en el juicio de la honestidad femenina, cuestionada a partir de las metáforas presentadas.

Es importante señalar que la ruptura con los valores provenientes del sistema patriarcal es un proceso paulatino, y, a partir de la crítica a los valores arcaicos que aún residen en la cultura, se percibe que aún existe una mucho por conquistar y reivindicar en el campo de las relaciones de género.

El texto legal no sólo sirve al campo de la Dogmática, sino que también ofrece apoyo para la comprensión de la realidad social, a través del análisis del lenguaje utilizado. Es necesario superar el modelo patriarcal. Asimismo, superar la lógica de la honestidad es también un desafío estructural e institucional, que debe afectar a toda la comunidad, y reflexivamente, también al sistema penal.

En otras palabras, el propósito principal de este trabajo es comprender que la violencia de género, incluso si se manifiesta en el lenguaje, revela opresión, disparidad y segregación.

En resumen, parece que las metáforas conceptuales resaltan significados en el discurso jurídico y son medios competentes para contribuir a una mejor comprensión argumentativa de este discurso, específicamente cuando involucra cuestiones de género.

6. REFERENCIAS

ABREU, Gisele Oliveira de. **Metáforas conceptuais avaliativas: uma análise das apreciações metafóricas sobre LEITURA, LIVRO e TEXTO LITERÁRIO em resenhas de livros amadoras.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2021.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão.** Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2012. Coleção pensamento criminológico (n. 19).

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Da mulher como vítima à mulher como sujeito** *In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). Criminologia e Feminismo.* Porto Alegre: Sulina, 1999.

ARISTÓTELES. **Arte poética.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BARATTA, Alessandro. **Paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana.** *In: CAMPOS, Carmen (org.) Criminologia e feminismo.* Porto Alegre: Sulina, 1999.

CAMERON, Lynne; MASLEN, Robert. **Metaphor analysis: research practice in applied linguistics social sciences and humanities.** Sheffield: Equinox Publishing, 2010.

CAMERON, Lynne et al. The discourse dynamics approach to metaphor and metaphorized discourse analysis. **Metaphor and Symbol**, Philadelphia, v. 24, n. 2, p. 63 - 89, 2009.

CARNEIRO, Monica Fontenelle. **Emergência de metáforas sistemáticas na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica: uma análise cognitivo-discursiva.** 2014. 425 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: [Http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8920](http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8920). Acesso em: 02 set. 2021.

COSTA, Gisele de Araújo; CARVALHO, João Claudio Carneiro de. As metáforas estruturais no discurso do Supremo Tribunal Federal: uma análise pitagórica da construção do signo “reincidência”. **Caderno De Graduação - Humanas E Sociais - UNIT PERNAMBUCO**, v. 3, n.1, p.105–122, 2017 Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/facipehumanas/article/view/4655>.

COSTA, Monique Leray; CARNEIRO, Mônica Fontenelle. ESTILO NAMORADINHA: uma análise cognitivo-discursiva de metáforas identificadas no contexto dos sites de prostituição em São Luís/MA durante a pandemia de COVID-19. *In*: VELOSO, Roberto Carvalho (Org.). **Semiologia, política e instituições do sistema de justiça**: em homenagem aos 10 anos do PPGDIR. São Luís: EDUFMA, p. 251 – 270, 2022.

COSTA, Ana Lourena Moniz. **Mulheres, suas representações sociais e a destituição do poder familiar materno**: uma análise cognitivo-discursiva. 2021. 130 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Direito/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, 2021.

DEL PRIORI, Mary; BASSANESI, Carla (coord. de textos) - História das mulheres no Brasil, São Paulo: Contexto, 1997.

DUARTE, L. F. D. e GIUMBELLI, E. A. As concepções cristã e moderna da pessoa, os paradoxos de uma continuidade. **Anuário Antropológico/93**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FACIO, Alda. **Feminismo, Género y Patriarcado**. *In*: LORENA, Fries. FACIO, Alda (eds.). Género y Derecho. Santiago de Chile: LOM Ediciones: La Morada, 1999.

FERRARI, Lilian. A linguística cognitiva e o realismo corporificado: implicações filosóficas e psicológicas. **Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, vol. 5, n. 2, p. 23-29, jul./dez, 2003.

FERRARI, Lilian. Introdução à linguística cognitiva. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

FIGUEIREDO, Viviane Arena. **Júlia Lopes de Almeida**: o adultério feminino em A falência. Rio de Janeiro, 2006. 130 fls. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 17. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/FigueiredoVA.pdf>. Acesso às 21:36 de 14/05/2015.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no Direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais / Mirian Goldenberg. – 8. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)Pensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

IPEA. **Atlas da Violência. 2020**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

IPEA. **Atlas da Violência. 2021**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

KARAM, Maria Lúcia. Sistema penal e direitos da mulher. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, n° 9, p. 147-163 jan-mar. 1995.

KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor: a practical introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução pelo grupo GEIM. São Paulo: Educ/Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought**. New York: Basic Books, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOLLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MULLER, Friedrich. **O novo paradigma do direito: introdução à teoria e metódica estruturantes** / São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PENICHE, Andrea. **Elas somos nós: O direito ao aborto como reivindicação democrática e cidadã**. Porto: Afrontamento, 2007.

QUEIROZ, Ana Vitória; CALDEIRA, Brízzida; SALIÉS, Tania. **Violência é caça: a violência contra mulher na visão multiníveis da metáfora conceptual**. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHLEMPER, Maricélia. “Direito é Guerra”: uma análise da metáfora conceptual no discurso jurídico do Supremo Tribunal Federal. **Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios**, n. 35, p. 74-109, 2019.

SOUZA, Lidiane Melo; CARNEIRO, Monica Fontenelle. Metáforas conceptuais como ferramentas de argumentação e persuasão no discurso jurídico. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 6, n. 2, p. 01-21, 2020.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, Jhon R.; ROSA, Francisco Heitor da. A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos. **Psicol. Reflex. Crit.** v. 13 n.3, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722000000300016&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 de março de 2015.

VEREZA, Solange Coelho. O Lócus da Metáfora: linguagem, pensamento e discurso.

Cadernos de Letras da UFF, n. 41, p. 199 – 212, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2015. Disponível em:
<http://mapadaviolencia.net.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.> Acesso em: 24 out. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. 1927 – **O inimigo no direito penal**/ E. Raúl Zaffaroni. Tradução de Sérgio Lamarão – Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NO DIÁLOGO ENTRE O DISCURSO E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA COBERTURA DA GUERRA NA UCRÂNIA

Edson dos Santos Santana Cabral (UFPB)¹
Giselly Victória Mangueira da Silva Nunes (UFPB)²
Prof. Dra. Edjane Gomes de Assis (UFPB)³

1. INTRODUÇÃO

O discurso sobre a imagem feminina vem promovendo profundas reflexões ao longo da história. O assédio sexual, a discriminação de gênero e a falta de oportunidades são algumas questões a serem refletidas e dimensionadas. Podemos dizer que há relações de poder entre as mulheres e sua associação às instituições militares, de modo consequente, a representação da imagem feminina está sujeita às formas específicas de controle dentro desses espaços considerados masculinizados. Nos estudos da Análise do Discurso a crítica reside na forma como ideologias capitalistas têm se apropriado desta pauta para gerar lucro e disseminar preconceitos e estereótipos. É neste aspecto que nosso artigo busca investigar como a figura da (e sobre) a mulher é utilizada pela mídia brasileira, especificamente, na cobertura jornalística da guerra entre Rússia e Ucrânia.

À luz dos pressupostos da Análise do Discurso, na esteira de teóricos como Foucault (2001, 2020), Charaudeau (2006), Pêcheux (1997), dentre outros, o presente artigo tem por objetivo analisar os efeitos de sentido promovidos em matérias publicadas nos portais digitais CNN Brasil (edição publicada em 11/02/2023) e G1 (edição publicada em 16/02/2023). Ambas tratam sobre a narrativa da guerra na Ucrânia, porém mediante um discurso estereotipado acerca da representação das mulheres. Tais aspectos discursivos nos levaram a analisar e problematizar os dizeres representadas na narrativa da guerra veiculados nos sites de notícias citados. A cada nova informação a respeito do conflito em questão, se impõe um interesse econômico e político intrínseco aos enunciados. Dentre tantos discursos materializados neste dizer sobre a guerra, temos as questões em torno da imagem feminina que conduz o público a formar suas opiniões. A mídia se configura através de mecanismos de poder, promovendo, assim, movimentos subjetivos que atravessam elementos históricos, ideológicos e culturais, pois “o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados; é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (Foucault, 2020, p. 101).

Perante o exposto, as palavras do teórico Michel Foucault nos convidam refletir sobre as relações de poder que perpassam a sociedade como formas estratégicas de controle e de repressão. No cenário caótico da guerra entre a Ucrânia e a Rússia não é diferente. A imprensa, que deveria ter como principal função a mediação imparcial entre o fato noticiado e o público, se transforma em um verdadeiro dispositivo de poder, ao passo que manipula as informações e permite ser controlada pelos países envolvidos na guerra. Sob tal perspectiva,

¹ Graduando na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: edsonsantos_life@hotmail.com

² Graduanda na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: giselly.victoria@academico.ufpb.br

³ Prof. Dra. Edjane Gomes de Assis é orientadora/coordenadora do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado: A cobertura da guerra na Ucrânia e a dor seletiva da mídia (inter) nacional: discurso, produção de sentido e a busca pela paz. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: edjane.assis@academico.ufpb.br

a imagem feminina na guerra da Ucrânia é utilizada estrategicamente pela mídia para atingir os seus objetivos de sensibilizar o sujeito leitor/internauta. A rigor, seguindo a cultura patriarcal, a figura feminina é representada, na maioria das vezes, como sensível, atrelada às tarefas domésticas, em detrimento de outra imagem focalizada a partir de um discurso do empoderamento feminino. Tais representações projetadas pelos veículos em análise, ao mesmo tempo, que se apropriam desses discursos para gerar mais lucro, recorre às informações com o intuito de justificar a guerra. O poder não apenas reprime, mas também é produtivo e está envolvido na produção da verdade.

Os regimes de verdade são instrumentos capazes de moldar as percepções, as relações sociais e o comportamento das pessoas. Nessa perspectiva dessas relações de poder, os regimes de verdade não são objetivos, mas produtos das relações de poder que constroem a realidade de acordo com determinados interesses. A autora Revel (2002) ao retomar Foucault, reforça a nossa compreensão de como os discursos sobre a figura feminina são difundidos e utilizados para a produção econômica, sobretudo quando está em jogo o processo narrativo de uma guerra complexa como a que envolve a Ucrânia e a Rússia. Assim, pode-se destacar a seguinte passagem de Revel (2002, p.86 e 87):

As análises de Foucault procuram, em particular, trazer à luz as características de nosso próprio regime de verdade. Esse regime possui, efetivamente, várias especificidades: A verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; ela é muito largamente difundida, tanto por meio de instâncias educativas, quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos econômicos (universidades, mídia, escrita, exército); ela é lugar de enfrentamento social e de um debate político violento, sob forma de lutas ideológicas. (Revel, 2002, p. 86 e 87).

O pensamento da autora torna evidente as diversas especificidades que envolvem o regime de verdade. Sobre este aspecto, é interessante observar que a mulher é vista como um “aparelho” na guerra, ou seja, a presença feminina, conforme veremos nas matérias selecionadas, é utilizada como um mero objeto, o qual deve, necessariamente, servir ao país colaborando, por exemplo, com a produção dos trajes de soldados ou se voluntariando nas forças armadas.

Ao longo do tempo, a sociedade alimentou o discurso romantizada do cinema, por exemplo, em cultivar uma prática de conceber, historicamente e socialmente, a figura feminina através de aspectos estereotipados, isto é, constroi uma imagem em que as mulheres ocupam a posição de servidão: são “donas” dos lares e delicadas ao ponto de não simbolizarem um papel fundamental no combate aos conflitos exercendo a intelectualidade e não apenas no trabalho doméstico. Posto isto, comumente se concebe a mulher relacionado à falta de preparo para adaptação da realidade no front, seja físico ou psicológico – aspecto muito presente nas narrativas de guerras. Contudo, primando por um discurso moderno e engajado, mas ainda constituído de estereótipos e preconceitos, a mídia, nestas matérias analisadas, se apropria de pautas caras do feminismo, com a finalidade de angariar mais leitores e se manter atualizada.

Mediante estas discussões iniciais fundamentadas na Análise do discurso, na esteira dos estudos de Pêcheux (1997), Foucault (2001, 2020), Charaudeau (2006) e outros teóricos igualmente relevantes em nossa análise, o artigo em questão objetiva problematizar a representação da figura feminina nas matérias da CNN Brasil e G1 (já citadas aqui) que tratam sobre a guerra entre Rússia e a Ucrânia. Para tanto, sistematizamos o nosso percurso metodológico da seguinte forma: Na primeira sessão, *Breve percurso sobre a figura da mulher em contexto de guerra*, lembramos como a imagem das mulheres nos é apresentada em contextos dos conflitos bélicos, precipuamente, no que diz respeito à reprodução de

estereótipos. Em seguida, na seção, *O neoliberalismo e a apropriação de pautas sobre a figura feminina*, expomos como o neoliberalismo se apropria dos discursos sobre a figura feminina, visando alcançar benefícios lucrativos. Em, *A presença feminina nos discursos afirmativos dos portais CNN e G1*, analisamos nosso corpus, que é composto por duas notícias veiculadas na internet acerca da presença feminina na guerra, evidenciamos, deste modo, o poder persuasivo das mídias e a produção de sentido.

2. BREVE PERCURSO SOBRE A FIGURA DA MULHER EM CONTEXTO DE GUERRA

A história das grandes civilizações é marcada por episódios de guerras comumente narrada sob o ponto de vista masculino e especialmente os conflitos bélicos são abordados, majoritariamente por homens. O papel da mulher, nesta prática narrativa, é deslegitimado, enquanto a perspectiva masculina ganha reconhecimento por meio dos discursos do heroísmo, patriotismo, sacrifício e violência como afirmação da virilidade. Em contrapartida, tanto no passado como na contemporaneidade, as mulheres são denominadas como o “sexo frágil” e, automaticamente, são vistas como indivíduos que necessitam de um protetor para defendê-las. Segundo Beauvoir (1980), por volta do final do século XIX na Rússia, a pauta feminista sensibilizou e alcançou um grande número de pessoas, especialmente, o público feminino. Sendo assim, Lenin (revolucionário russo que governava o país na época), fortemente influenciado pelas ideias marxistas, garantiu às mulheres igualdade política e econômica por meio da Constituição Socialista Soviética de 1936.

Todavia, é perceptível que apesar de a Constituição garantir às mulheres os direitos de participação da vida econômica, social e política do país, ainda assim permanecem aprisionadas às tarefas domésticas. A mídia dispõe de diversas estratégias que consolidam discursos sobre a fragilidade e a vulnerabilidade, acarretando, conseqüentemente, na reprodução de estereótipos que associam mulheres, exclusivamente, ao papel de “dona de casa”, mas sempre em posição de subalterna.

Na metade do século XX, no decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), as mulheres não prestavam serviços como combatentes no Exército Vermelho. Os cargos de apoio que ocupavam eram referentes ao dever de cuidar dos homens como enfermeiras ou no correio devido à concepção da “mulher cuidadora”. Posto isto, a figura feminina ficava na retaguarda, enquanto os homens eram respeitados por assumirem cargos de destaque. Ainda restava para a mulher a responsabilidade de esperar pela volta dos homens em casa, mas foram responsáveis pelo sustento da família cuidando da colheita e, de alguma forma, mantendo a possível estabilidade mesmo em tais circunstâncias. No entanto, à medida que a guerra avançava, a mulher foi ganhando aos poucos seu espaço nos conflitos bélicos. Assim sendo, mesmo os mais jovens, com o passar do tempo, podiam se alistar no exército para receberem um treinamento militar e médico severos.

Por conseguinte, pelo fato de desde cedo não possuírem preparação para lidar com a realidade do front, ficavam completamente desprevenidas em relação ao cenário que enfrentavam. De maneira oposta, os homens eram ensinados previamente a servirem e a protegerem sua nação. Quando uma mãe educava o seu filho, instantaneamente, preparava-o para lutar na guerra. Isso se sucedeu pela ideologia estereotipada da época: era reproduzido o pensamento que o mundo doméstico pertencia estritamente às mulheres.

Ainda a respeito da presença da figura feminina na guerra, vale destacar que com a grande participação das mulheres na linha de frente, atuando, principalmente, como operárias nos conflitos, o julgamento masculino ainda persistia. Em *A guerra não tem rosto de mulher* (2016), a escritora e jornalista Svetlana Aleksievitch apresenta inúmeros relatos da vida de

mulheres soviéticas que protagonizaram papéis considerados masculinos na Segunda Guerra Mundial. Ao longo dos testemunhos, podemos notar a presença da percepção negativa sobre as mulheres, como no relato da Valentina Pávlovna Tchudáieva, comandante de canhão antiaéreo:

Na primeira vez que usei um vestido, me afoguei em lágrimas. Eu mesma não me reconhecia no espelho, estava quatro anos usando calças. Para quem eu ia dizer que estava ferida, lesionada? Você experimenta dizer, depois quem vai lhe dar um emprego, quem vai casar com você? Ficávamos caladas feito peixes. Não confessávamos para ninguém que tínhamos lutado no front. Mantivemos a ligação entre nós, trocávamos cartas. Depois de trinta anos começaram a nos homenagear... Convidavam para encontros... No começo nos escondíamos, não usávamos nem as medalhas. Os homens usavam, as mulheres não. Os homens eram vencedores, heróis, noivos, a guerra era deles; já para nós, olhavam com outros olhos. (Aleksiévitch, 2016, p. 112-113).

Estabelecendo uma similitude com o relato da combatente da Segunda Guerra Mundial e a forma como as mulheres são vistas na guerra, torna-se evidente a resistência encontrada pelas mulheres com relação aos modelos preestabelecidos quando os homens eram colocados como os principais representantes das batalhas. Além disso, é inegável o impacto da experiência feminina no front. Nessa perspectiva, enquanto para a figura masculina a guerra simboliza um fato histórico, memorável e honroso, em sentido contrário, a figura feminina descreve a guerra como realmente é, ou seja, um combate armado caracterizado pela extrema violência, que ocasiona a morte e destruição de milhares de indivíduos. Assim, tem-se, desse modo, uma nova perspectiva sobre a guerra.

Sobre o processo de discursivização acerca do que se compreende como algo original ou “novo”, é importante salientar que, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.” (Foucault, 2001, p. 26). A partir das palavras de Foucault, podemos depreender que o discurso carrega, em sua constituição, outros discursos. Um determinado enunciado pode ressurgir de forma singular no tempo presente, ou seja, o que enunciamos é o reflexo de outros dizeres em um dado momento histórico. Esta compreensão dialoga com a concepção do filósofo russo Mikhail Bakhtin, o qual afirma que “todo enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (Bakhtin, 2000, p.291).

Portanto, fazendo uma relação com a representação da feminina na mídia em seu processo narrativo sobre a guerra entre Ucrânia e da Rússia, podemos perceber que a visão masculina em negar à mulher o papel de representatividade na guerra não é recente. As mulheres, tanto do passado quanto da atualidade, são vítimas de diversas formas de violências. Uma violência que está impregnada no discurso de que essa mulher seja considerada forte, ela precisa “parecer um homem”; um efeito de sentido em que se explica que para estar na guerra, é fundamental deixar de lado costumes, a forma de se vestir, o comportamento e tudo que possa vincular à feminilidade. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, com a figura masculina no poder, os homens exigiam que as mulheres utilizassem vestimentas e cortes de cabelo masculinizados. E, como vimos, os cargos eram direcionados, frequentemente, ao trabalho como enfermeiras, cozinheiras, entre outros.

Nossas discussões nos levam a questionar e problematizar sobre o papel da mulher na guerra e como este papel é redimensionado nas narrativas de guerra, sobretudo nos portais identificados aqui. E ainda, como as forças econômicas de viés neoliberal contribuem para a sedimentação de preconceitos e estereótipos que circulam na mídia, especialmente quando se refere às narrativas de guerra entre Ucrânia e Rússia. Sobre estes aspectos inquietantes discutimos de modo mais incisivo na próxima seção.

3. O NEOLIBERALISMO E A APROPRIAÇÃO DE PAUTAS SOBRE A FIGURA FEMININA

Vivemos em uma sociedade caracterizada pelo consumo exacerbado, na qual tudo gira em torno do capitalismo. Na mídia não é diferente. Existe uma disseminação de discursos que repercutem os ideais neoliberais que objetivam o lucro acima de tudo. Desse modo, os portais midiáticos, que se consideram como vozes da verdade, manipulam informações para causar impactos ou, melhor dizendo, para produzir efeitos de sentido nos sujeitos leitores/internautas. É o que afirma Guilbert (2020):

Os termos *discurso neoliberal* (doravante DNL) e *discurso econômico* serão considerados aqui como intercambiáveis. Eles significam um conjunto de enunciados mais ou menos coerentes, que têm em comum a promoção de uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. (Guilbert, 2020, p.22). (Grifos do autor).

A afirmação de Guilbert nos faz compreender não só a definição do neoliberalismo, como também a sua função na sociedade. Trazendo para o discurso sobre a guerra utilizado pela mídia, podemos notar a relação com a questão mercadológica – indústria bélica, por exemplo, e necessidade de dominação de territórios. No campo midiático, a representação feminina é explorada de forma incisiva com o objetivo de sensibilizar a população e, mais ainda, o público feminino. É uma constante luta para atingir mentes e corações dos sujeitos. Entretanto, vale salientar que a gestão da maioria das empresas midiáticas segue, majoritariamente, sendo ocupada por homens. Esse fato contribui para que a imagem da mulher na guerra configure um produto que, nesta ideologia capitalista, permite a geração demasiada de lucros.

É neste sentido que o neoliberalismo surge neste processo de discursivização, apropriando-se de pautas sobre a figura feminina. Posto isto, é importante destacar que o neoliberalismo feminino não aparece de forma espontânea. Os discursos neoliberais sobre as mulheres se manifestam por meio de outros efeitos de sentido, em não ditos, e, conseqüentemente, de outras maneiras. Um exemplo claro é quando no sistema patriarcal, o homem assume o papel predominante em funções de lideranças políticas ou no domínio familiar, adquirindo privilégios sociais e lugares de poder.

Nessa perspectiva, o neoliberalismo se aproveita de pautas que defendem grupos minoritários (sujeitos que não ocupam lugares de representação) compostos de mulheres, negros, idosos, pessoas de baixo poder aquisitivo, entre outros. A apropriação dos discursos no que se refere às minorias serve, sobretudo, para a acumulação de capital e criar uma imagem positiva na sociedade.

Com base em Michel Pêcheux, “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (1997, p. 92). Compartilhando do mesmo pensamento do filósofo, as sociedades capitalistas são conhecidas também como sociedades de classes caracterizadas por interesses e conflitos. Dessa forma, a classe que detém o poder busca, a todo custo, alcançar seus interesses, precipuamente, econômicos. A mídia, enquanto produtora de subjetividades, defende em seu interdiscurso a lógica capitalista e, obviamente, acaba mantendo a reprodução de estereótipos quando colocam mulheres e homens em seus espaços desiguais, mas vistos como uma naturalização. O patriarcado ganha ainda mais força por meio dos portais midiáticos e expõe a diferenciação entre homens e mulheres através de uma injunção ideológica.

Essa forma de consolidar os papéis que cada sujeito deve ocupar socialmente é utilizada desde o nosso nascimento. O funcionamento dessa formação corrobora para a eficácia e a produção de efeitos de sentido, em que há se apregoa uma hierarquia entre

homens e mulheres. Ainda com fundamento em Pêcheux, é importante destacar que “é nesse reconhecimento que o sujeito se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal”. (Pêcheux, 1997, p. 170).

Em outras palavras, as determinações ideológicas preexistem ao sujeito, de modo que as questões sociais acabam sendo naturalizadas, como é o caso da diferença entre a representação feminina na guerra da Ucrânia e a forma heroica que a mídia retrata a figura masculina. Diante disso, os portais de notícia através dos ideologias neoliberais, conduz o público a assumir uma concepção estereotipada com relação à imagem das mulheres na guerra, ressaltando a lógica do capital.

Pode-se dizer que a difusão do neoliberalismo vem sendo impulsionada com o passar do tempo. Na época atual, nota-se a presença dos discursos neoliberais na mídia, que são impostos de forma “invisível” com o principal objetivo de constituir opiniões e, assim, influenciar o maior número possível de sujeitos. Além do neoliberalismo se pautar em discursos que vinculam à imagem feminina com os serviços domésticos, existe ainda a apropriação dos discursos no que diz respeito ao empoderamento feminino. Isto porque pautas mais progressistas - fruto de um longo processo de resistência - acabam sendo manipuladas pela mídia neoliberal. É propagado o pensamento de que os indivíduos que fazem parte das minorias, a exemplo das mulheres, podem ocupar espaços de poder e prestígio da mesma maneira que os homens.

No regime capitalista e com base na cultura patriarcal, vigora a opressão feminina. Nesse sentido, é nítida a discrepância e, por conseguinte, a inferiorização dos papéis das mulheres em relação aos homens na sociedade:

Na verdade, o capitalismo possui uma sociabilidade própria já clivada. Por estrutura, reproduz-se uma construção histórica dividida, em que as relações econômicas produtivas do valor são masculinas, enquanto atividades relegadas ao feminino - mesmo quando absolutamente essenciais para a continuidade do capital - são alijadas de produzir trabalho abstrato e, por isso, rebaixadas em relação às primeiras. (Ribeiro e Heinen, 2023, p. 17-180).

Diante da discussão de Ribeiro e Heinen (2023), é pertinente destacar que o patriarcado possui mecanismos circunscritos à lógica do capital. No caso das mulheres, a naturalização das desigualdades as atinge tanto no cenário doméstico, quanto no mercado de trabalho. Na ética neoliberal é estabelecido que os indivíduos são totalmente responsáveis por suas vidas e suas condições socioeconômicas.

O neoliberalismo passa, então, a ser visto como uma nova doutrina, em que há uma redução na intervenção do Estado na economia, de modo que o lucro deve permanecer difundindo a concepção da total responsabilização individual e a diminuição do Estado em vários espaços sociais. Portanto, como mencionado, a mídia, sobretudo representada pelos portais CNN Brasil (Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/>) e G1 (Disponível em: <https://g1.globo.com/>) se utilizam de pautas caras ao movimento feminista para produzir efeitos de sentido no leitor/internauta, levando-o a assumir uma posição na guerra da Ucrânia. Estes e outros aspectos, discutiremos na próxima seção.

4. A PRESENÇA FEMININA NOS DISCURSOS AFIRMATIVOS DOS PORTAIS CNN E G1

Em sua obra célebre intitulada, *A ordem do discurso* (2001), Foucault procura evidenciar que os discursos da sociedade são controlados e atravessados por formas de poder e de repressão. Para tanto, alerta para o perigo relacionado ao fato de os sujeitos proliferarem os

seus discursos de forma indefinida. Nesse sentido, a respeito da produção do discurso, o filósofo destaca o seguinte:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2001, p. 9).

A partir desta perspectiva, podemos compreender que estamos na "ordem arriscada do discurso". Não distante desse prisma, a mídia é regida pelas relações de poder à medida que domina, aliena e manipula não só as informações, como também os sujeitos. A comunicação midiática é, portanto, um fenômeno de construção de efeitos de sentido. Conforme Charaudeau (2006):

Os acontecimentos que surgem no espaço público não podem ser reportados de maneira exclusivamente factual: é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos—o que não garante que se possam controlar seus efeitos. Sendo assim, as mídias recorrem a vários tipos de discursos para atingir seus objetivos. (Charaudeau, 2006, p.60).

Sob esse olhar, observamos que a mídia detém parte do poder social e que as informações veiculadas nem sempre serão imparciais, ou seja, isentas de posições ideológicas. No campo midiático, os efeitos produzidos se tornam mais relevantes que a veracidade do discurso. Assim sendo, os portais midiáticos dispõem de estratégias com a principal finalidade de disciplinar o público ao atingir seu emocional. É recorrendo aos discursos afirmativos e contínuos, que a mídia submete a sociedade a um processo de desorganização e aceleração das informações. Consequentemente, com excesso de notícias, o leitor não irá dispor de tempo para refletir de maneira crítica e adequada. Como já vimos, as mídias se constroem em uma lógica comercial, em que as notícias, no que concerne ao espaço público, giram em torno do capitalismo. Assim, ainda com base em Charaudeau (2006), analisar o discurso informativo não é uma simples tarefa:

É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública - ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (Charaudeau, 2006, p. 17).

Perante o exposto, o discurso midiático, como também o discurso político, constituem espaços de poder que geram lucro. Na maior parte do tempo, as informações veiculadas nos portais midiáticos se mostram tão complexas que não sabemos se foram criadas pelo jornalista ou pelo político. Por este ângulo, as notícias se transformam em uma verdadeira "arma de guerra". Os discursos produzidos pela mídia entram no imaginário dos sujeitos, de modo que passam a ser considerados como verdades absolutas.

Ao analisarmos os aspectos discursivos noticiados pelos portais da CNN Brasil e do G1, compreendemos como ocorre à produção dos discursos pela mídia e os seus efeitos de verdade. Segundo Charaudeau (2006, p. 245): "todo testemunho de um sobrevivente produz um efeito de fascinação." Sendo assim, toda informação noticiada nos remete a uma imagem já vista, é como se a nossa memória ativasse determinados gatilhos, buscando fatos no

subconsciente que se relacionam (in)diretamente com outros discursos situados em um momento histórico específico. Nesse sentido, com o atual cenário da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, torna-se imprescindível a investigação sobre o poder da mídia, visto que se configura como um espaço (re)produtor de doutrinas e de estereótipos sobre a figura feminina.

O recorte temporal do nosso corpus compreendeu a matéria publicada na data de 11/02/2023 pelo portal CNN Brasil e a matéria publicada no dia 16/02/2023 divulgada pelo portal G1. A análise dessas matérias é fundamental para evidenciarmos os mecanismos de exclusão presentes nos discursos sobre a imagem feminina na guerra.

Vejamos os aspectos discursivos evidenciados na primeira matéria: “Ucraniana de 102 anos que sobreviveu à fome de 1930 costura trajes de atiradores para a guerra.”

Figura 1: Matéria da CNN Brasil



Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucraniana-de-102-anos-que-sobreviveu-a-fome-de-1930-costura-trajes-de-atiradores-para-a-guerra/>

A primeira matéria expõe a fotografia da ucraniana, Liubov Yarosh, de 102 anos, sobrevivente de longos períodos de escassez que ocasionaram à fome e o “Holodomor” ocorrido entre 1932 a 1933. É válido pontuar que o Holodomor, conhecido também como *Fome-Terror* pode ser definido como o genocídio que vitimou milhões de ucranianos, em razão da política econômica de Josef Stalin. Nessa época, os agricultores da Ucrânia eram obrigados a fornecer ao Estado Soviético grande parte do que produziam. A matéria rememora este acontecimento para construir sentido no atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Podemos observar como a imagem funciona como operadora de memória nos sujeitos leitores. A questão imagética é vista como estratégia dos portais midiáticos para a produção de efeitos de sentido. Especificamente, nesta matéria, a foto de uma senhora exibindo o traje de um

soldado camuflado, nos possibilita enxergar os mecanismos que a mídia utiliza para a comoção do público - o que leva o sujeito a assumir uma determinada posição na guerra.

Na comunicação midiática, tudo é construído com o principal objetivo de causar impactos. As imagens e as palavras são muito bem selecionadas constituindo, assim, um jogo verbo-visual. Para tanto, Charaudeau nos faz refletir sobre como as escolhas dessas palavras não são de modo aleatório:

Cada ser humano é imediatamente mergulhado num oceano de palavras; não de palavras circulando no ar como anjinhos anunciando seus adventos, mas palavras corporificadas em seres humanos, seres humanos que durante toda a Vida, constituirão esse outro eu com quem e contra quem cada um deverá travar combates para construir sua identidade. Retomando, repetindo, imitando o que os outros disseram, apropriando, reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito através do seu próprio ato de enunciação é que se constrói a identidade do ser falante, o que faz com que falar seja, ao mesmo tempo, dar testemunho de si e do outro, do outro e de si. (Charaudeau, 2006, p. 161).

O pensamento do linguista francês é fundamental para compreendermos que os discursos são renovados e reforçados à medida que certos acontecimentos reaparecem como atualização da memória. É através dos enunciados que os portais midiáticos controlam e manipulam o olhar dos sujeitos. No caso da notícia publicada pela CNN Brasil, a utilização do discurso feminista (resistência) com a fotografia de uma senhora, produzem efeitos de emoção no sujeito leitor/internauta. Nos não-ditos podemos observar a presença de discursos outros que dão sustentação aos regimes de verdade que neste dizer circulam. Assim, o portal CNN Brasil faz uso da imagem feminina de forma estratégica para mostrar que as mulheres são autorizadas a falar. Contudo, o uso frequente das aspas nessa notícia, nos leva a perceber a estratégia midiática em não se responsabilizar pelo que está sendo dito, colocando o peso no enunciador do discurso, que nesse contexto, é uma figura feminina.

A imagem da ucraniana Liubov Yarosh projetada no centro da matéria ao lado de um soldado camuflado nos faz questionar sobre as vontades de verdade por trás desta escolha. Observamos que a foto de uma senhora e o seu relato de sobrevivência foram empregados estrategicamente para servirem de inspiração a outras mulheres, e, conseqüentemente, vender a pauta no que diz respeito ao empoderamento feminino. Optou-se por projetar uma senhora idosa, com uma longa história de sobrevivência em guerra para configurar resistência e sustentar o dizer. No entanto, a presença do soldado com a roupa camuflada feita por Liubov ganha papel de destaque na notícia, enquanto a mulher é representada como coadjuvante e não como protagonista: seu valor está sempre determinado por uma figura masculina. É perceptível, portanto, a inferiorização constante do papel da mulher não apenas na guerra, como também em toda a sociedade. A figura da mulher, nesta matéria, continua cumprindo a função de costureira – um efeito de sentido estereotipado: a mulher sempre voltada para os afazeres domésticos.

Seguindo a mesma lógica da matéria publicada pelo portal da CNN Brasil, analisaremos a matéria divulgada pelo Portal G1, a qual também utiliza a imagem feminina visando, precipuamente, a produção de efeitos de sentido nesta apropriação de discursos mais progressistas.

Vejamos os aspectos discursivos desta segunda matéria intitulada: “Mulheres contam como sobreviveram ao ataque russo na Ucrânia”.

Figura 2: Matéria do G1



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/02/16/mulheres-contam-como-sobreviveram-a-ataque-russo-na-ucrania.ghtml>

A matéria publicada pelo portal do G1 evidencia, como na reportagem anterior, a imagem da mulher em posição centralizada; temos uma fotografia em plano superior (vista de cima) de um prédio destruído e uma mulher ucraniana, Anastácia Schwez, de 24 anos, em pé diante dos escombros com a fisionomia assustada por conta dos bombardeios ao prédio residencial na cidade de Dnipro na Ucrânia. É interessante problematizar nestes ditos e não ditos da matéria, a forma como a mídia notícia a narrativa da guerra quase como um roteiro digno da arte cinematográfica. É importante entender o que dizem os efeitos de sentido presentes no discurso do jornalista ao publicar uma determinada informação, visto que, na maioria das vezes, podemos notar a falta de imparcialidade. Segundo Charaudeau (2006), ao analisar a cobertura midiática sobre os ataques no 11 de Setembro, afirma que a mídia construiu um roteiro pronto, de modo que a notícia é colocada em cena para alcançar o maior número de sujeitos e, assim, atingir os seus objetivos ao manipular as informações:

O roteiro-reportagem caracteriza-se por: i) O anúncio do desencadear de um conflito; ii) a exibição das imagens posteriores ao conflito (pois raramente a câmera pode estar presente no momento do drama), imagens que se detêm no resultado dos estragos materiais e principalmente nas vítimas; iii) a ação de socorro (ambulâncias, hospitais, médicos, bombeiros, associações humanitárias). (Charaudeau, 2006, p. 244).

Como numa guerra a primeira vítima é a verdade, podemos pontuar que a primeira vítima dos portais de notícias é a informação em si. Trata-se de uma vontade de construir a sua verdade com base em estratégias para promover efeitos de sentido. Observamos que de algum modo, há uma tentativa em mostrar que tanto os russos apontam suas armas para civis: mulheres, crianças, idosos, entre outros.

Na imagem da mulher ucraniana sob os escombros, é possível analisar, ainda, na fotografia, contrastes com cores fortes. Na foto, a mulher está no centro do prédio destruído

e uma luz incide sobre ela quase como um holofote e o escuro (representado nos escombros deixados pelo bombardeio). A imagem projetada do alto lembra um palco cujo protagonista (a mulher) está em cena. Ao observarmos, a vítima está com a cabeça erguida e a luz incide diretamente no seu rosto, mas ela tapa a boca com a mão. Isto estabelece uma contradição com os enunciados “Mulheres contam”. No interdiscurso – quando diz que mulheres contam, cria-se um efeito de que a matéria deu voz às mulheres, ou seja, não as silenciou. Contudo, continua a projeção da figura feminina para promover comoção e assim, difundir seu discurso no público brasileiro. Assim, a mulher, novamente, é utilizada como objeto para alimentar a indústria da guerra midiática.

A tragédia (bombardeio) noticiada pelo G1 evidencia a construção do efeito de negatividade em relação à Rússia. O que nos leva a compreender como a mídia mobiliza seus mecanismos de poder para expor o seu lado na guerra e com isso, conduzir os sujeitos leitores/internautas a formarem sua opinião escolhendo um lado. De maneira semelhante, os procedimentos ideológicos e discursivos das duas matérias atuam sob os mesmos mecanismos. Dessa forma, notamos a utilização da imagem feminina no que diz respeito à apropriação de pautas sobre as mulheres, mas com a (re)produção de estereótipos. Ademais, é visível a regularidade do discurso no que concerne o poder persuasivo das mídias em defender uma politização que se aproxima do discurso neoliberal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise, portanto, propôs refletir sobre os dispositivos de poder utilizados pela mídia ao se apropriarem dos discursos sobre a figura feminina para gerar lucros e, conseqüentemente, disseminar estereótipos. Nesse sentido, as matérias dos portais CNN Brasil e G1 foram extremamente pertinentes para o nosso estudo, visto que evidenciam o sistema capitalista a partir da utilização de pautas sobre a figura feminina no que se refere à produção de efeitos de sentido. As notícias mediadas em portais que se aproximam de ideais neoliberais passam a ser vistas como produtos, ao passo que tais veículos tomam posse da informação e da comunicação para integrá-las em suas várias lógicas, a principal delas é a econômica.

A reportagem, observada como um processo de discursivização, configura uma mercadoria que deve ser vendida. Vimos que há uma estética na guerra, de modo que as imagens possuem uma forte apelação emocional para causar impactos no público. Esta estratégia contribui para que o sujeito leitor/internauta “compre” aquilo que está sendo veiculado e assuma uma posição ideológica baseada na concepção de determinados portais midiáticos.

Os pressupostos epistemológicos fundamentados na Análise do Discurso em diálogo com os estudos culturais nos propiciaram observar os jogos de verdades presentes no interior dos discursos, no que concerne aos mecanismos de poder e de exclusão. Compreendemos, enfim, que as notícias veiculadas pela mídia, na maioria das vezes, permitem o funcionamento da ideologia dominante, que impõe como um lugar “natural” das mulheres e dos homens na sociedade.

As matérias analisadas mobilizam uma rede de sentidos que entrelaça elementos relevantes para o discurso, a exemplo, dos posicionamentos ideológicos, a materialidade simbólica, os dispositivos de poder, entre outros. Essas configurações relativas à sociedade estão presentes na mídia brasileira, como bem destacam, e contribuem para a eficácia dos efeitos de sentido nesta lógica do capital. A mulher, embora seja utilizada como símbolo de resistência, ainda é vista nestas materialidades como um produto que fortalece o discurso neoliberal.

6. REFERÊNCIAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**. vol. I. Fatos e Mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2020.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. 1. ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2020.

Mulheres contam como sobreviveram ao ataque russo na Ucrânia. G1 Brasil, 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/ucrania-russia/noticia/2023/02/16/mulheres-contam-como-sobreviveram-a-ataque-russo-na-ucrania.ghtml>

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

REVEL, Judith; FOUCAULT, Michel. **Conceitos essenciais**. São Carlos: Editora Claraluz, 2002.

RIBEIRO, Luísa Neis; HEINEN, Luana Renostro. **Crítica feminista ao neoliberalismo: a ampliação da opressão feminina como consequência do neoliberalismo**. RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito, v. 10, n. 1, p. 52-79, 2023.

Ucraniana de 102 anos que sobreviveu à fome de 1930 costura trajes de atiradores para a guerra. CNN Brasil, 11 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ucraniana-de-102-anos-que-sobreviveu-a-fome-de-1930-costura-trajes-de-atiradores-para-a-guerra/>

BIODATA AUTORES E AUTORAS

Cássius Guimarães Chai - Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Cardozo School of Law - Yeshiva University (2006). Visiting Law Professor The Normal University of Political Science and Law of Beijing e de Shanghai; Visiting Researcher and Lecturer Chinese Academy of Social Sciences - International Institute of Law. Visiting Research Scholar Cardozo School of Law, 2003. Estudos Doutorais e de pós.doutorado em Derecho Administrativo de la Sociedad del Conocimiento - Universidad de Salamanca, 2007 a 2010; Estudos pós.doutorais e Visiting Professor, guest of Legal Department of Central European University - Hu, 2007; estudos extraordinários European University Institute - ITA, 2010; estudos na The Hague Academy of International Law - Haia, 2011; Professor Titular da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA). Pós-doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Graduação em Direito, área Direito Público, e titular do programa de pós-graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça e do Programa de Engenharia Aeroespacial (Geopolítica). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória em Direitos e Garantias Fundamentais, tutor da disciplina Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento. Membro-professor da International Association of Constitutional Law; Membro da ESIL - European Society of International Law; Membro da International Association of Political Science, American Political Science Association e da Association Française de Science Politique; International Association of Penal Law; Law and Society Association; membro da International Association of Prosecutors, 2003. Membro da International Criminology Society. Membro da International Law Association. Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão - concurso de 1995; Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; Saúde Pública e Direitos Humanos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contraterrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção; Geopolítica, Criminologia e Desenvolvimento. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5893-3901> . Lattes <http://lattes.cnpq.br/7954290513228454>. cassius.chai@ufma.br

Monica Fontenelle Carneiro - Graduada em Letras (Port./Ing.) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Língua Inglesa e em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Materna e Estrangeira (UFMA), Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutora e Pós Doutora em Linguística (UFC) e Pós Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória -(FDV). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLETRAS (Mestrado Acadêmico em São Luís), sendo vice coordenadora no período 2021-2024, e do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLB

(Mestrado Acadêmico em Bacabal), e colaboradora do PPGDIR - Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (todos UFMA). Membro do Departamento de Letras (UFMA), com experiência em Letras e Linguística, e interesse em Linguística Cognitiva, Linguística Aplicada, Psicolinguística, Língua(gem), Metáfora, Discurso, Formação de Professores e Ensino/Aprendizagem de Línguas, bem como em Linguagem e Instituições do Sistema de Justiça, Violência e Direitos Humanos. É membro da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguistas) e coordena a Comissão Linguística e Cognição (20/22 e 22/24); da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), e coordenando o Grupo de Trabalho Linguística e Cognição - LINGCOG, no biênio 2021-23; e da ALAB (Associação de Linguística Aplicada do Brasil). Participou do Grupo de Trabalho Estudos Linguísticos na Amazônia Brasileira - ELIAB, também da ANPOLL (2019-2021). Participa, como pesquisadora, dos Grupos de Pesquisa: Cultura, Direito e Sociedade - GPCDS/UFMA (como vice líder); GELP-COLIN/UFC e GEPLA/UFC, liderando suas unidades em São Luís/MA, todos no Diretório do CNPq. Participa, como membro titular da Comissão Institucional de Ciências Humanas do PIBIC/PIBITI. Participa ainda, como pesquisadora líder de equipe brasileira, do Projeto Internacional de Pesquisa Bibliography of Metaphor and Metonymy (METBIB), coordenado pelas Universidades de Córdoba e de La Rioja (Córdoba e La Rioja, Espanha), em parceria com a John Benjamins Publishing Company (Holanda), junto à qual atua como Editora Associada do projeto; e participou, também, como pesquisadora colaboradora, do Projeto Conceitualização da Metáfora Mãe-Terra por brasileiros e falantes de outras línguas: um estudo comparativo intercultural, coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, em parceria com instituições estrangeiras e nacionais, dentre as quais a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, tendo coordenado essa pesquisa no Maranhão. Realizou estágio no Programa de Educação Continuada do Rhode Island College (EUA), como Professora Visitante, participando do Curso de Ensino a Distância em Países em Desenvolvimento, realizado pelo International Extension College, no Instituto de Educação da Universidade de Londres como bolsista do governo britânico. Participa, como autora de capítulos, das obras: Linguagem, Cultura e Discurso, volumes 1-5 (Pedro e João e Pontes Editores); Linguagem e cognição: desafios e perspectivas contemporâneas (Mercado de Letras); (Per)Cursos (Inter)Disciplinares em Letras vol.1 (Pontes); Linguagem e cognição (Insular); Gênero, ensino e formação de professores e Múltiplas facetas da língua(gem) (Ed. Mercado de Letras); Letras em foco: a linguagem sob diversos olhares, Estudos sobre linguagem: análises linguísticas, discursivas e literárias, Ensino de línguas: tecnologia, Interação e Interfaces, Ensino de Línguas: Interfaces e novas perspectivas, Identidade e discurso: uma perspectiva multidisciplinar, Discursos Linguísticos e Literários, Literatura e outros saberes, Ensino de línguas e discurso, Ensino de línguas e práticas discursivas, Agir de linguagem na escola e na universidade, Estudos da Linguagem: da descrição linguística a suas interpretações (EDUFMA) e, como organizadora, das quatro últimas. Coordenou Cursos de Letras/ Inglês CAESP-PARFOR em quatro municípios maranhenses. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0233-3450> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6170689209803775>.

Ana Lourdes Queiroz - Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGL/ILEEL/UFU), na linha de pesquisa Linguagem, Sujeito e Discurso. Mestrado em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Discurso, Literatura e Memória. Possui especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão e graduação em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão. É professora do

Magistério Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Pesquisadora do Círculo de Estudos do Discurso - CED/PPGEL/UFU, certificado pelo CNPq, liderado pela Profa. Dra. Fernanda Mussalim. Desenvolve pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, cenas de enunciação, ethos e pré-discursos. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1631-2386> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6928841348068951>.

Ana Cláudia Mello da Silva - Mestranda em Estudos do Texto e do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV), ana.c.mello@ufv.br.

Ana Maria Sa Martins - Atualmente é professora Adjunta do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Maranhão e professora na Rede Municipal de Ensino, na UEB Santa Clara. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Linguística, Língua e Literatura. É membro do Grupo de Pesquisa Multiletramentos no Ensino de Línguas e do Grupo de Pesquisa TECER. <http://lattes.cnpq.br/8559501536465655> <https://orcid.org/0000-0002-6397-4190>

Antonio José Carneiro Cardoso - Possui graduação em Letras - Português-Inglês (2004) e Português-Espanhol (2008) pelo Centro Universitário Fluminense. Tem experiência na área de Letras no ensino de Línguas Portuguesa, Inglesa e Espanhola. É pós-graduado em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário Fluminense (2006), com pesquisa em ESP - English for Specific Purposes e Mestre em Linguística pela Universidade Cruzeiro do Sul, com pesquisa em Retórica e Argumentação, dentro da área de concentração Teorias e Práticas Discursivas: Leitura e Escrita. <http://lattes.cnpq.br/7750940463341920>

Camilla Cruz - Doutoranda em Letras, Área de Concentração: Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa: Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Participante do Grupo de Estudos em Análise de Discurso (GEAD), da UNIOESTE. Pós-graduanda do curso de Especialização em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas, Área de Concentração: Educação, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Possui mestrado em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos, Linha de Pesquisa: Língua, Sujeito e História, pela Universidade Federal de Santa Maria. No mestrado, foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui graduação em Letras Licenciatura Habilitação: Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Suas pesquisas e publicações acadêmicas apresentam enfoque na área da Linguística, especificamente na Análise de Discurso de linha francesa, e na temática da linguagem inclusiva de gênero. Currículo Lattes: 9622539552967527. ORCID: 0000-0002-8217-149X.

Carla Letícia Macêdo de Paiva - Mestranda em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará, com graduação em Licenciatura em Letras Língua Portuguesa pela mesma instituição de ensino superior. Foi bolsista do PET Letras Língua Portuguesa da UFPA (2021-2023), com pesquisa intitulada "Discursividades sobre a relação entre racismo e ensino de Língua Portuguesa". Atualmente, é membro do grupo de pesquisa Análises Discursivas e Ergológicas - ADERGO, da Universidade Federal do Pará, e do grupo de pesquisa ATELIER, Linguagem e Trabalho, da Pontifícia Universidade de São Paulo. Em 2023, atuou como professora de Redação no Programa Universidade Aberta (PUA-UFPA). Desenvolve pesquisa na interface entre linguagem, discurso e trabalho, sob uma abordagem ergodiscursiva. ORCID: 0009-0006-1017-2529. <http://lattes.cnpq.br/6580508554757546>

Denise Sousa dos Santos - Graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA/CCSE) e em Pedagogia pela Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá (UNICESUMAR). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (POSLING/UFF). Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (PPGEL/UEL). Participante do Grupo de pesquisas em Estudos da Metáfora (GESTUM) na Universidade Federal Fluminense. Áreas de interesse: Linguística Cognitiva, Educação, Leitura e escrita, Texto, Discurso e Argumentação. <http://lattes.cnpq.br/0553428575151458> <https://orcid.org/0009-0006-9412-307X>

Edjane Gomes de Assis - Prof. Dra. Edjane Gomes de Assis é orientadora/coordenadora do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado: A cobertura da guerra na Ucrânia e a dor seletiva da mídia (inter)nacional: discurso, produção de sentido e a busca pela paz. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: edjane.assis@academico.ufpb.br

Edson dos Santos Santana Cabral - Graduando na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: edsonsantos_life@hotmail.com

Fátima Cristina da Costa Pessoa - Possui graduação em Letras e Artes pela Universidade Federal do Pará (1990), mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária pela Universidade Federal do Pará (1997) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, especificamente em Análise do Discurso, atuando principalmente na interface linguagem, discurso e trabalho. Foi Diretora Adjunta do Instituto de Letras e Comunicação da UFPA no período entre 2010 a 2018. Já atuou como coordenadora do Curso de Letras na modalidade a distância, no período entre 2008 a 2010. É integrante do Grupo de Trabalho da ANPOLL Discurso, Trabalho e Ética. É membro do grupo de pesquisa ATELIER Linguagem e Trabalho, cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq. No biênio 2013-2015, exerceu a função de vice-presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Atualmente compõe a Comissão de Políticas Públicas da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e atua na função de tutora do grupo PET Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará. <http://lattes.cnpq.br/4011084861970140>

Fernanda Cândido da Silva Santos Magalhães - Possui graduação em Inglês Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Possui pós-graduação lato sensu em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Língua Inglesa cursada na Faculdade Venda Nova do Imigrante. Atualmente é professor C da Prefeitura Municipal de Macaé e secretária executiva bilíngüe da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, atuando principalmente nos seguintes temas: afro-americano e identidade. <http://lattes.cnpq.br/2385040993247015>

Giselly Victória Manguiera da Silva Nunes - Graduanda na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB. Endereço eletrônico: giselly.victoria@academico.ufpb.br

Hanna Gabrielle do Vale Almeida - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. hanna.gva@discente.ufma.br. Universidade Federal do Maranhão (UFMA/ FAPEMA)

Izabella Pimentel Franco - Mestranda do Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, izabellafranco@ufpi.edu.br.

Joao Benvindo de Moura - Possui graduação em Letras-Português (UFPI, 1997), especialização em Linguística (UFPI, 2000), Mestrado em Estudos da Linguagem (UFPI, 2006), Doutorado em Estudos Linguísticos (UFMG, 2012) e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos (UFMG, 2017). Atualmente é professor da Graduação e Pós-Graduação em Letras da UFPI, vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/UFPI), editor da revista *Form@are* (PARFOR/UFPI). Pesquisador e fundador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq). Tem experiência nas áreas de Língua Portuguesa e Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: Texto e Discurso, Semiologia, Gêneros e Tipos Textuais e Discursivos, Argumentação e Retórica. <http://lattes.cnpq.br/3238089437081822>
<https://orcid.org/0000-0002-6885-100X>

José Cleilson Fernandes - Mestrando em Letras (UFMA), especialista em Língua Portuguesa: redação e oratória (Faculdade de Educação São Luís), licenciado em Letras/Inglês (UEMA) e Filosofia (FAEME), com graduação incompleta em Psicologia (CEUMA, 8 Período), cursa especialização em Comunicação e Informação Educacional e Empresarial (Faculdade Fael). Pesquisador e membro-fundador da Academia Arariense de Letras, Artes e Ciências - ALAC (Titular da Cadeira 4) e do Instituto Histórico e Geográfico de Arari - IHGA (Titular da Cadeira 5); Conselheiro da Fundação Cultural de Arari - FCA. Jornalista (MTE/SRT 1787/MA), com atuação em Imprensa Oficial (editor do Diário Oficial de Arari (DOM-Arari/MA) e site governamental de Arari (arari.ma.gov.br), e na Assessoria de Comunicação do Colégio Arariense. Desenvolve pesquisas na área da Linguística (com interesse especial em Toponímia (Onomástica), bem como nos estudos com foco nas interfaces entre Linguística, História, Geografia e memória, dentre outros. E-mail: cleilsonfernandes@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/1250360261658632>.

Juliana de Barros Souto - Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN) e em Letras Português pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus Apucarana). Especialista em História, Cultura e Literatura Afro Brasileira e Indígena pelo Centro Universitário de Maringá (UniCesumar). Mestranda em Estudos da Linguagem, na área de Linguagem e Significação, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Dedicou-se à área da Linguística, com foco nos estudos discursivos de Michel Foucault. Além disso, atua como revisora no periódico *Entretextos* (UEL). <http://lattes.cnpq.br/8282257387691354>

Karla de Oliveira Santos - Graduada em Pedagogia (CEDU/UFAL) , Especialista em Gestão Escolar (UFAL), Mestre em Educação (PPGE/UFAL) e Doutora em Educação (PPGE/UFAL). É professora Adjunta da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus IV - São Miguel dos Campos, como também, atua como colaboradora e instrutora de Metodologia Científica da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello, da Polícia Militar de Alagoas (PMAL), desde 2014 e da Academia do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, ministrando a disciplina Políticas Públicas no Curso Superior de Bombeiros Militar (CSB/2024). Participou da criação/implantação do primeiro Curso de Formação de Oficiais (CFO) do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Alagoas, instituída através da Portaria

conjunta UNEAL/CBMAL N 002/2022. É representante da UNEAL no Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos. Atualmente é Coordenadora Adjunta da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UNEAL). Consultora Ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL), nas áreas temáticas de Educação e Segurança Pública. Tem experiência profissional na Educação Básica e no Ensino Superior na modalidade presencial e na educação à distância. Atuou como Secretária Municipal de Educação de São Miguel dos Campos/AL (2017). É membro dos Grupos de Pesquisa: Infâncias, Bebês e Crianças (UNEAL), Currículo, Atividade Docente e Subjetividade (UFAL), Educação, Currículos e Diversidades (UFAL) e do Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação (UFRGS). Dedicar-se ao estudo/pesquisa nas seguintes áreas: Políticas Públicas e Gestão Educacional, Políticas Educacionais para as Infâncias, Currículo e Avaliação Educacional, Relações Étnico-raciais na educação. Email: karla.oliveira@uneal.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/7995265157981192> <https://orcid.org/0000-0003-4954-8184>

Leandro Lindoso Coelho - Graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão - Membro do GELP-COLIN UFC- Grupo de Estudo sobre Linguagem e Pensamento: Cognição e Linguística UFC/ Grupos de estudo sobre Linguística e Pensamento- Cognição e Linguística UFMA. Professor colaborador na área de Literatura, no Cursinho Comunitário Gaspar Cutrim-UFMA desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Maranhão. Professor de Língua Portuguesa, tem desenvolvido estudos na área da Linguística com ênfase na Sociolinguística e pesquisa na área da Linguística Cognitiva. Mestrando em Letras no Programa de Pós- Graduação em Letras-UFMA, na linha de pesquisa I: Análise e Descrição do Português Brasileiro, e também, Bolsista CAPES. Graduando em Letras Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA. <http://lattes.cnpq.br/7674565056851542>

Lorena Ivy Dutra de Sousa - Mestranda em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela UFMA. Especialista em Direito Público pela Faculdade Damásio. Graduada em Direito e Letras pela UEMA. Advogada. E-mail: lorena.ivy@discente.ufma.br.

Luiza Garcia Corrêa - Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFPA) na linha de pesquisa Análise, Descrição e Documentação das Línguas Naturais. Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa: Redação e Oratória pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Foi estagiária na Editora da Universidade Federal Rural da Amazônia (EDUFRA). Tenho interesse na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso. <http://lattes.cnpq.br/0542080170094499>

Maria Eduarda Freitas Moraes - Doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CNPq. Membro dos Grupos de Pesquisa GenTe - Tessitura: Vozes em (Dis)curso (PUCRS/CNPq), Discurso em Diálogo (PUCRS/CNPq) e Atelier - Linguagem e Trabalho (PUCSP/CNPq). Mestre em Psicologia, com ênfase em Psicologia da Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM, com bolsa CAPES e mobilidade acadêmica na Universidad Nacional de Cuyo (2017). Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia (2022) e em Psicanálise e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2023). Realizou aperfeiçoamento em Psicologia em Especialidades Médicas voltada para o trabalho na Emergência no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (2022). Possui experiência em psicologia clínica e intervenções sociais, tendo trabalhado em serviços públicos de saúde e de assistência social. Atualmente, se interessa

pelo estudo da psicanálise, dos processos de subjetivação e da escrita auto-socio-biográfica em interface com a teoria dialógica do discurso. Email: mariaefmoraes@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6120464965202698> <https://orcid.org/0000-0002-2625-7934>

Mariana Ramalho Procópio - Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mariana.procopio@ufv.br.

Marina Delege - É mestra em Linguística na área de Análise do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desde 2019, Bacharela em Linguística pelo Departamento de Letras da UFSCar desde 2015, formou-se em Letras pela UNIFIEO em 2019 e realizou uma Pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia pela FATECE em 2020. Em 2022, iniciou o doutorado pelo PPGL também em Análise do Discurso, com um estudo sobre Ciência e Educação: a força discursiva da desvalorização do trabalho docente em uma correlação com as humanidades. Além disso, concluiu sua segunda licenciatura em pedagogia pela UNIVESP em 2023. Dessa forma, segue participando ativamente dos Grupos de Pesquisa: COMUNICA - inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar); Escritas profissionais e processos de edição (CEFET-MG) e colabora com as discussões da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) no GT Discurso, Trabalho e Ética .

Natanael da Costa - Graduado e mestrando em Letras, com especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Atua como professor de português na educação básica e também como revisor textual, na administração pública, bem como na iniciativa privada.

Neosane Schlemmer - Licenciada em Letras Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Santa Maria (2020). Mestra em Letras, com Ênfase em Estudos Linguísticos pela Uniersidade Federal de Santa Maria (2022) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria, com orientação da Profa. Dra. Taís da Silva Martins. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), participante do projeto de pesquisa "História do Conhecimento Linguístico: sujeito, arquivo e memória" (GAP/CAL 061494) e do Programa de Formação Permanente de Jovens Pesquisadores: Laboratório CORPUS Fase III, sob coordenação e orientação da Profa. Dra. Taís da Silva Martins. Possui interesse em pesquisa na área de Letras e Linguística, com ênfase em ensino de Língua Espanhola e Análise de Discurso (AD), de matriz francesa. Além disso, desenvolve estudos na área da AD, principalmente em relação a temática da ressignificação de discursos, funcionamento discursivo da voz e produção de sentidos de discursos em circulação nas redes. Sua dissertação de Mestrado obteve destaque pela importante contribuição teórica e analítica no campo dos estudos discursivos, sendo recomendada sua publicação. É Proficiente em Língua Espanhola (Certificação de Espanhol de validade internacional: CELU, Certificado de Espanhol: Língua e Uso). Tem formação no Curso Normal de Nível Médio (Magistério), pelo Colégio LHermitage Cristo Rei. Possui habilitação para trabalhar em Educação Infantil e Séries Iniciais, com Ênfase em Educação Especial. <http://lattes.cnpq.br/3613902097274267> <https://orcid.org/0000-0003-2916-3412>

Patricia Rodrigues Tomaz - Doutoranda e Mestra em Letras-Linguística (UFPI). Professora. Advogada. Especialista em Mediação de Conflitos (ESTÁCIO TERESINA). Possui graduação em Letras-Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto - Polo Teresina (2021) e em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina - CEUT (2013). Especialista em Direito Civil e Processo

Civil pela Faculdade Estácio-CEUT (2015). Especialista em Direito das Família e Sucessões pela Faculdade CERS (2023). Tem experiência na área de Direito Público e Privado, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Civil. Desenvolve pesquisas nas áreas da Argumentação, da Retórica e da Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, pesquisando o discurso jurídico. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí - NEPAD - UFPI. <http://lattes.cnpq.br/5287854960089429> <https://orcid.org/0000-0002-6587-1785>

Ramon de Almeida Miranda - Graduando em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); bolsista PIBIC/FAPEMA com experiência em pesquisas na área de Análise de Discurso Crítica e membro do Grupo de Pesquisa Multiletramentos no Ensino de Línguas (MELP); Ensino Médio completo pela instituição Centro de Ensino São José Operário - CESJO (2019). <http://lattes.cnpq.br/7473356779167576> <https://orcid.org/0009-0009-9840-935X>

Rosemeri Passos Baltazar Machado - Possui graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1993), Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (1999) e Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Atualmente, é Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina e coordenadora do Projeto de Pesquisa intitulado "PAD II - Diversidade e desigualdade social: a exclusão/inclusão do sujeito na/pela história", na mesma instituição. Desenvolve estudos na área do texto e do discurso tomando como aporte teórico a Análise de Discurso de orientação francesa e a Semântica Argumentativa. Foi integrante da diretoria da Anpoll (2018-2021), no cargo de secretária. Atualmente é membro suplente do Conselho Deliberativo da Anpoll (2021 - 2025). É membro do GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos, da UNESP; na Linha de Pesquisa EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE, SUBJETIVIDADES E DISCURSOS. <http://lattes.cnpq.br/4807654796089331> <https://orcid.org/0000-0002-3000-9941>

Yasmim Vitória da Costa - Mestranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com projeto de pesquisa na linha de Discurso, Sujeito e Sociedade. Graduada em Letras com habilitação em Português pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). É integrante do grupo de pesquisa GEDIS-Grupo de Estudos Discursivos (UFCAT). Foi estagiária no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UFCAT (2022-2023). Foi aluna bolsista do Programa Residência Pedagógica (2023-2024) e do Programa de Iniciação à Docência (2021-2022). <http://lattes.cnpq.br/0433475844571452> <https://orcid.org/0009-0001-1660-5309>

POSFÁCIO

Nesta coletânea de reflexões, tramada e bem-urdida por tecelãs e artífices das humanidades e ciências do espírito, onde a linguagem se entrelaça com o discurso e o Direito, sendo deste a última fronteira, emergem, a nosso sentir, oito pontos centrais que, como fios de uma tapeçaria complexa, tecem a trama da nossa realidade social. Primeiramente, a análise da linguagem revela-se como um instrumento de poder, capaz de moldar percepções e influenciar comportamentos. A forma como nos expressamos não é meramente um reflexo de nossas ideias, mas um veículo que transporta ideologias, crenças, nem sempre problematizadas, e, por vezes, sem reticências, oportuniza a opressão velada que permeia as relações sociais.

Em segundo lugar, a discussão sobre a construção de identidades sociais através do discurso é fundamental. Cada palavra, cada entonação, carrega consigo um peso histórico e cultural que ressoa nas interações humanas. A identidade, portanto, não é um dado fixo, mas um campo de batalha onde se disputam narrativas e significados, revelando a fragilidade das certezas que nos cercam, e concorrendo para um permanente processo de rupturas paradigmáticas ou da manutenção de tradições imemoriais no recalque dos preconceitos.

O terceiro ponto destaca a polarização do discurso na esfera pública, especialmente em tempos de crise. A linguagem se torna um campo de disputa, onde verdades são fabricadas e desconstruídas, e a razão pública se vê ameaçada por discursos que visam não apenas informar, mas manipular. A retórica da polarização, com suas promessas de certezas absolutas, seduz e aprisiona, levando a sociedade a um estado de constante tensão. Um cenário no qual as reputações são adotadas como instrumentos de controle, perseguição, descrédito e levandades entre extremos moralistas de vozes que ressoam de seus sepulcros caídos. - A ciência, ali, é subjetificada e silenciada.

Em quarto lugar, a análise crítica do discurso nos convida a refletir sobre as relações de poder que se estabelecem nas práticas comunicativas. O discurso não é neutro; ele é impregnado de intenções que buscam legitimar ou contestar estruturas de dominação. Assim, a linguagem se transforma em um instrumento de sujeição, onde a voz do oprimido muitas vezes se perde em meio ao clamor dos poderosos. Mas, surge como possibilidade de ruptura, de resistência, de constrangimento e, nessa crise, de dar lugar à coerência e à percepção das anomias institucionais.

O quinto ponto aborda a importância da educação crítica na formação de cidadãos/ãs conscientes. A capacidade de decifrar os discursos que nos cercam é uma habilidade essencial

para a emancipação social. A educação, portanto, deve ser um espaço de questionamento e reflexão, onde se ensina não apenas a ler e escrever, mas a interpretar e contestar as narrativas que moldam a nossa realidade.

Em sexto lugar, a intertextualidade emerge como um conceito vital. Os textos não existem isoladamente; eles dialogam entre si, criando um rico entrelaçamento de significados. Essa rede de referências nos permite compreender como as ideias se propagam e se transformam, revelando a dinâmica da cultura e da sociedade, permitindo o engajamento como ação coletiva e posicionamento individual.

O sétimo ponto traz à tona a questão da ética no discurso. A responsabilidade do falante em suas escolhas linguísticas é inegável. Cada afirmação carrega um juízo de valor, e a ética da comunicação deve ser uma preocupação constante. O discurso ético é aquele que busca a verdade, respeita a diversidade e promove o diálogo, em oposição àquele que se utiliza da manipulação e da desinformação.

Por fim, o oitavo ponto reflete sobre a performatividade da linguagem. As palavras não são apenas representações de ideias; elas têm o poder de agir, de transformar realidades. O discurso performático é aquele que, ao ser enunciado, provoca mudanças no mundo, seja na esfera individual ou coletiva. A linguagem, portanto, é uma força que pode tanto libertar quanto aprisionar.

Ao contemplar esses pontos, é impossível não perceber a intrínseca relação entre o Direito enquanto sistema social e a linguagem. O Direito, em sua essência, é uma construção discursiva que busca regular as relações humanas. No entanto, essa regulação não é isenta de conflitos e disputas. A linguagem jurídica, muitas vezes hermética e distante, pode servir tanto como um instrumento de proteção quanto como uma ferramenta de exclusão.

A convergência entre linguagem, discurso e Direito revela-se, assim, como um campo fértil para a reflexão crítica. A performatividade da linguagem no contexto jurídico é um convite à ação, à transformação. O Direito deve ser um espaço de diálogo, onde as vozes de todos os cidadãos são ouvidas e respeitadas. A razão pública, longe de ser um conceito abstrato, deve ser vivida na prática, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste entrelaçar de temas, a linguagem se revela como um espelho da sociedade, refletindo suas contradições, suas lutas e suas esperanças. O discurso, por sua vez, é a arena onde se desenrolam as batalhas por reconhecimento e poder. Assim, ao final desta leitura, somos convocados a uma ação consciente, a um engajamento crítico que nos permita não apenas compreender, mas também transformar a realidade que nos cerca.

Que este compêndio sirva como um farol, iluminando os caminhos da reflexão e da ação, e que a linguagem, em suas múltiplas facetas, continue a ser um instrumento de emancipação e de luta por um mundo mais justo.

Cássius Guimarães Chai

ISBN: 978-65-00-99509-1

CRI



9 786500 995091

VENAFDM
2024

 **FICÇA**



CULTURA, DIREITO E SOCIEDADE
DGP CNPQ UFMA
GRUPO DE PESQUISA



ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

FAPENMA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico